SBS
MEMÓRIA

RETRATOS

Sociólogos e Sociólogas brasileiras

VOLUME II

Organização
Jacob Carlos Lima
Helena Bomeny

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA
70 ANOS

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

GESTÃO **2021-2023**

Presidente

Jacob Carlos Lima, UFSCar

1º Vice Presidente

Edna Maria Ramos de Castro, UFPA

2º Vice Presidente

Helena Bomeny, UERJ

Secretário Geral

Luiz Gustavo da Cunha de Souza, UFSC

Tesoureiro

Emil Albert Sobottka, PUC-RS

1º Secretário

Marco Aurélio Santana, UFRJ

2º Secretário

José Miguel Rasia, UFPR

Diretores

Marcelo Bastos Seráfico de Assis, UFAM

Cristiano W. Noberto Ramalho, UFPE

Maria Carolina Tomás, PUC-Minas

Paula Cristina da Silva Barreto, UFBA

Lorena Cândido Fleury, UFRGS

Conselho Fiscal

Bianca Freire-Medeiros, USP

Danyelle Linin Gonçalves, UFC

Fabricio Monteiro Neves, UnB

SBS
MEMÓRIA

RETRATOS

Sociólogos e Sociólogas brasileiras

VOLUME II

Organização:
Jacob Carlos Lima
Helena Bomeny

Equipe:
Amurabi de Oliveira (UFSC)
Ana Luisa Sallas (UFPR)
Anete Brito Leal Ivo (UFBA)
Bianca Freire-Medeiros (USP)
Breilla Zanon (SBS)
Cristiano Wellington Norberto Ramalho (UFPE)
Danyelle Linin Gonçalves (UFC)
Gláucia Villas Boas (UFRJ)
Lidiane Rodrigues (UFSCar)
Lorena Holzmann (UFRGS)
Luciana Teixeira de Andrade (PUC-Minas)
Maria Stela Grossi Porto (UnB)

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA
70 ANOS

TRIBO DA ILHA EDITORA
2022

© 2022

Organizadores

Jacob Carlos Lima

Helena Bomeny

Capa

Breilla Zanon

Projeto Gráfico e Diagramação

Rita Motta e Ryan Dias

S678 SBS Memória Retratos [recurso eletrônico]: sociólogos e sociólogas brasileiras / organização: Jacob Carlos Lima, Helena Bomeny; equipe: Ana Luiza Sallas ... [et al.]. – 1. ed. – Florianópolis: Tribo da Ilha, 2022.
V. 2

Formato: PDF
Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: https://sbsociologia.com.br
ISBN: 978-65-86602-44-9 (e-book)
Inclui referências

1. Sociologia – Brasil – História. 2. Sociólogos – Brasil – Biografia. 3. Sociólogas – Brasil – Biografia. 4. Memória. 5. Pesquisa. I. Lima, Jacob Carlos. II. Bomeny, Helena.

CDU: 316.2

Catalogação na publicação por: Onélia Silva Guimarães CRB-14/071

EDITORA TRIBO DA ILHA
Rod. Virgílio Várzea, 1991 – S. Grande
Florianópolis-SC – CEP 88032-001
Fones: (48) 99122-3860
editoratribodailha@gmail.com
www.editoratribo.blogspot.com

SUMÁRIO - VOLUME 2

APRESENTAÇÃO 2º VOLUME, 2022 18

APRESENTAÇÃO 1° VOLUME, 2021 21

1ºPERÍODO: PRECURSORES – A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CAMPO, 1930-1960

ANTÔNIO LUIZ MACHADO NETO 28
Por Paulo Cesar Alves (UFBA)

ANTÔNIO RUBBO MÜLLER 32
Por Rodrigo Estramanho de Almeida (FESPSP)

APARECIDA JOLLY GOUVEIA 36
Por Camila Ferreira da Silva (UFAM)

CYRO BERLINCK 40
Por Rodrigo Estramanho de Almeida (FESPSP)

DELGADO DE CARVALHO 44
Por Cristiano das Neves Bodart (UFAL)

JOSÉ ARTHUR RIOS 48
Por Thiago da Costa Lopes (FIOCRUZ)

LUCILA HERRMANN 53
Por Odil Matheus Fontella (GEEO/PUCRS)

MANUEL DIÉGUES JÚNIOR 57
Por Elder Patrick Maia Alves (UFAL)

MÁRIO WAGNER VIEIRA DA CUNHA 62
Por Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti (UFRJ)

MOEMA TOSCANO 66
Por Verônica Toste Daflon (UFF)

VIRGÍNIA LEONE BICUDO 69
Por Marcos Chor Maio (FIOCRUZ)

2º PERÍODO - RESISTÊNCIAS E ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO: 1965 -1980

ALDA BRITTO DA MOTTA 77
Por Clarice E. Peixoto (UERJ)

SUMÁRIO - VOLUME 2

ALICE RANGEL DE PAIVA ABREU 81
Por Jéssica Melo (GPSECC/USP)

ALZIRA ALVES DE ABREU 85
Por Christiane Jalles de Paula (UFJF)

ANDRÉ HAGUETTE 89
Por Valmir Lopes (UFC)

ANETE BRITO LEAL IVO 94
Por Graça Druck (UFBA)

ANITA BRUMER 99
Por Gabriele dos Anjos (Observatório Estadual da Segurança Pública – SSP/RS)

BARBARA FREITAG-ROUANET 103
Por Maria Francisca Pinheiro Coelho (UnB)

BENÍCIO VIERO SCHMIDT 108
Por Henrique Carlos de O. de Castro (UFRGS)

BRASILIO SALLUM JR. 112
Por Edison Ricardo Emiliano Bertoncelo (USP)

BRASILMAR FERREIRA NUNES 116
Por Maria Salete Kern Machado (UnB)

CARLOS BENEDITO MARTINS 120
Por Amurabi de Oliveira (UFSC)

EDUARDO DIATAHY BEZERRA DE MENEZES 123
Por Mariana Barreto (UFC)

ELIDE RUGAI BASTOS 126
Por Mario Medeiros (Unicamp)

FERNANDA SOBRAL 130
Por Fabrício Neves (UnB)

FRANCISCO HORÁCIO DA SILVA FROTA 134
Por Maria Andréa Luz da Silva (UECE)

HELENA HIRATA 138
Por Thaís de Souza Lapa (UFSC)

HELOISA HELENA TEIXEIRA DE SOUZA MARTINS 143
Por Ileizi Fiorelli Silva (UEL)

INAIÁ CARVALHO 148
Por Iracema Brandão Guimarães (UFBA)

SUMÁRIO - VOLUME 2

JOÃO CORREIA DEFREITAS 151
Por Mónica D. Smythe e Vilma Aguiar

JOÃO GABRIEL LIMA CRUZ TEIXEIRA 154
Por Almira Rodrigues (Sociedade de Psicanálise de Brasília – SPBsb)

JOÃO GABRIEL TEIXEIRA (JAPÃO) 158
Por Claudio Roberto de Jesus (UFRN)

JOSÉ MOREIRA DE SOUZA 162
Por Ricardo Carneiro (Fundação João Pinheiro)

JOSÉ DE RIBAMAR CALDEIRA CHAVES 166
Por Juarez Lopes de Carvalho Filho (UFMA)

JOSEFA SALETE BARBOSA CAVALCANTI 170
Por Dalva Maria da Mota (Embrapa Amazônia Oriental)

JULITA LEMGRUBER 174
Por Renato Sérgio de Lima (FBSP; FGV-EAESP)

LAURA VEIGA 178
Por Carla Bronzo (Fundação João Pinheiro)

LEDA MARIA BENEVELLO DE CASTRO 182
Por Cristina Filgueiras (PUC-Minas)

LILIANA SEGNINI 186
Por Marcos Roberto Mariano Pina (UNICAMP)

LORENA HOLZMANN 190
Por Vera Simone Schaefer Kalsing – (UFLA) e Soraya Vargas Côrtes (UFRGS)

LUCIANO MARTINS 193
Por Antonio Brasil Jr. (UFRJ)

LUIZ ANTÔNIO CUNHA 198
Por Camila Ferreira da Silva (UFAM)

LUIZ ANTONIO MACHADO DA SILVA 202
Por Marcella Araujo (DS/IFCS/UFRJ)

MAGDA NEVES 207
Por Juliana Gonzaga Jayme (PUC-Minas)

MARIA ALICE NOGUEIRA 211
Por Maria Amália de Almeida Cunha (UFMG) e Priscila de Oliveira Coutinho (UFMG)

MARIA APARECIDA MORAES SILVA 215
Por Lúcio Vasconcellos de Verçoza (UFAL)

SUMÁRIO - VOLUME 2

MARIA AUXILIADORA LEMENHE 219
Por Sulamita Vieira (UFC)

MARIA DE LOURDES DOLABELA PEREIRA 223
Por Flávia Duque Brasil (Fundação João Pinheiro)

MARIA LUCIA WERNECK VIANNA 227
Por Marcelo Burgos (PUC/RJ)

MARY CASTRO 233
Por Márcia Esteves de Calazans (UCSal)

MAURÍCIO VINHAS DE QUEIROZ 238
Por Glaucia Villas Bôas (UFRJ)

MICHEL MARIE LE VEN 243
Magda de Almeida Neves (UFMG/PUCMINAS)

NADYA ARAÚJO GUIMARÃES 246
Por Gustavo Takeschi Taniguti (USP) e Murilo Marschner (USP)

NEIDE ALMEIDA FIORI 249
Por Ione Ribeiro Valle (UFSC)

NELSON DÁCIO TOMAZI 253
Por Diego Greinert (UFSC)

REGINA MOREL 257
Por Amélia Cohn (USP/Unisanta)

REJANE MARIA VASCONCELOS ACCIOLY 261
Por Monalisa Soares (UFC)

RONALDO DE NORONHA 266
Por Alexandre A. Cardoso (UFMG)

ROSELI ROCHA DOS SANTOS 270
Por Rodrigo Rossi Horochovski (UFPR)

SERGIO MICELI 274
Por Fernando Antonio Pinheiro (USP) e Luiz Carlos Jackson (USP)

SILVIA MARIA PEREIRA DE ARAÚJO 278
Por Maria Aparecida Bridi (UFPR)

TANIA ELIAS MAGNO DA SILVA 283
Por Ivan Fontes Barbosa (DCS/UFS)

VERA LÚCIA SILVEIRA BOTTA FERRANTE 288
Por Luiz Antonio Barone (Unesp Pres.Prudente) e Marcelo Alario Ennes (UFS)

SUMÁRIO - VOLUME 2

VILMAR FARIA 293
Por Sonia Miriam Draibe (Unicamp)

VINÍCIUS CALDEIRA BRANT 296
Por Danilo Lucena Mendes (UFSCar)

VIOLETA REFKALEFSKY LOUREIRO 300
Por Edila Moura (UFPA)

3° PERÍODO: EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CAMPO, 1980-2000

ALBA MARIA PINHO DE CARVALHO 305
Por Leila M. Passos de S. Bezerra (MARGENS-UECE)

ALFIO BRANDENBURG 310
Por Kauê Pessoa (UFPR)

ANGELA DUARTE DAMASCENO FERREIRA 313
Por Cimone Rozendo (UFRN)

ÂNGELA MARIA CARVALHO BORGES 316
Por Elsa Sousa Kraychete (UFBA)

ANTÔNIO DA SILVA CÂMARA 321
Por Rodrigo Lessa (IFBAIANO) e Filipe Baqueiro (UFBA)

ANTONIO DAVID CATTANI 325
Por Maurício Rombaldi (UFPB)

ANTÔNIO FLÁVIO DE OLIVEIRA PIERUCCI 328
Por Ricardo Mariano (USP)

ARY CESAR MINELLA 332
Por Jacques Mick (UFSC)

BENILDE MARIA LENZI MOTIM 335
Por Fernanda Landolfi Maia (UFPR)

BRASÍLIA CARLOS FERREIRA 338
Por Carmen Lúcia Evangelho Lopes

CECÍLIA LORETO MARIZ 342
Por Sílvia Fernandes (UFRRJ)

EDILA ARNAUD FERREIRA MOURA 346
Por Daniela Ribeiro de Oliveira (UFPA)

SUMÁRIO - VOLUME 2

EDUARDO FERNANDO MONTAGNARI 351
Por Zuleika de Paula Bueno (UEM)

EDUARDO PAES-MACHADO 355
Por Michel Misse (UFRJ)

ELINA PESSANHA 359
Por José Luiz Soares (UFRJ)

FRANZ JOSEF BRÜSEKE 363
Por Carlos Eduardo Sell (UFSC)

GRAÇA DRUCK 366
Por Luiz Paulo de Oliveira (UFRB) e Selma Cristina Silva (UFBA)

IRACEMA BRANDÃO GUIMARÃES 370
Por Licia Maria Souza dos Santos (UEFS)

IRAM JÁCOME RODRIGUES 374
Por Marco Aurélio Santana (UFRJ)

JULIA SILVIA GUIVANT 378
Por Marília Luz David (UFRGS)

LINDA MARIA GONDIM 382
Por Andréa Borges Leão (UFC)

LOURDES MARIA BANDEIRA 386
Por Tânia Mara Campos de Almeida (UnB)

LUZINETE SIMÕES MINELLA 390
Por Marlene Tamanini (UFPR)

MARCIA DE PAULA LEITE 395
Por Raquel Duaibs (Fatec Itaquera-SP)

MARIA IGNEZ SILVEIRA PAULILO 399
Por Amurabi de Oliveira (UFSC)

MARIA INÊS RAUTER MANCUSO 403
Por Aline Suelen Pires (UFSCar)

MARIA LIGIA DE OLIVEIRA BARBOSA 407
Por Amurabi de Oliveira (UFSC)

MARIA LUCIA BUENO 413
Tálisson Melo de Souza (PPGSA/UFRJ)

MARIA LUCIA MACIEL 410
Por Christiana Soares de Freitas (UnB) e Sarita Albagli (IBICT)

SUMÁRIO - VOLUME 2

MARIA TARCISA SILVA BEGA 418
Por Valeria Floriano Machado (UFPR)

MARILDA APARECIDA DE MENEZES 422
Por Marcelo Saturnino da Silva (UEPB)

MICHEL MISSE 427
Por Alexandre Werneck (UFRJ)

MIRIAM ADELMAN 433
Por Milena Costa de Souza (Unespar)

PAULO CÉSAR ALVES 437
Por Maycon Lopes (UFBA)

PAULO HENRIQUE MARTINS 442
Por Amurabi de Oliveira (UFSC)

PEDRO RODOLFO BODÊ DE MORAES 446
Por Aknaton Toczek Souza (UFPR) e Mariana Corrêa Azevedo (UFPR)

RICARDO ANTUNES 450
Por Simone Wolff (UEL)

RUTHY NADIA LANIADOS 455
Por Patricia Lessa Santos Costa (UNEB)

SADI DAL ROSSO 460
Por Ricardo Festi (UnB)

SÉRGIO FRANÇA ADORNO DE ABREU 463
Por Vitor Blotta (ECA-USP e NEV-USP)

SUMÁRIO - VOLUME 1

APRESENTAÇÃO 8

PRECURSORES – A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CAMPO: ANOS 1930-1960

ABDIAS DO NASCIMENTO 15
Por Mario A. Medeiros da Silva (UNICAMP)
Biblioteca Virtual do Pensamento Social

ALBERTO GUERREIRO RAMOS 18
Por João Marcelo Ehlert Maia (CPDOC/FGV-RJ)
Biblioteca Virtual do Pensamento Social

ANTONIO CANDIDO 21
Por Alexandro Henrique Paixão (UNICAMP) e Mariana Miggiolaro Chaguri (UNICAMP)
Biblioteca Virtual do Pensamento Social

CANDIDO PROCÓPIO FERREIRA DE CAMARGO 24
Por Carlos Eduardo Pinto Procópio (IFSP; CEBRAP)

DONALD PIERSON 27
Por Tiago Magaldi (UFSCar)

EMÍLIO WILLEMS 31
Por Mariana Siracusa (PPCIS-UERJ)

EUCLIDES DE MESQUITA 35
Por Ricardo Costa de Oliveira (UFPR)

EVARISTO DE MORAES FILHO 38
Por Tiago Magaldi (UFSCar)

FERNANDO DE AZEVEDO 42
Por Mariana Siracusa (PPCIS-UERJ)

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO 47
Por Pedro Barboza (PPCIS-UERJ)

FLORESTAN FERNANDES 51
Por Elide Rugai Bastos (UNICAMP)
Biblioteca Virtual do Pensamento Social

GILBERTO FREYRE 54
Por Simone Meucci (UFPR)
Biblioteca Virtual do Pensamento Social

GILDA DE MELLO E SOUZA 58
Por Heloisa Pontes (UNICAMP)
Biblioteca Virtual do Pensamento Social

SUMÁRIO - VOLUME 1

HELEIETH IARA BONGIOVANI SAFFIOTI 61
Por Maria Aparecida de Moraes Silva (UFSCar)

HORACE B. DAVIS 65
Por Carla Regina Mota Alonso Diéguez (FESPSP)

JOSÉ ALBERTINO ROSÁRIO RODRIGUES 68
Maria Inês Rauter Mancuso (UFSCar)

JUAREZ RUBENS BRANDÃO LOPES 73
Por Felipe Rangel (UFSCar)

LAUDELINO MEDEIROS 76
Por Lorena Madruga Monteiro (UNIT/AL)

LUIZ DE AGUIAR COSTA PINTO 79
Por Marcos Chor Maio (Fiocruz) e Thiago Lopes (Fiocruz)
Biblioteca Virtual do Pensamento Social

MANUEL CORREIA DE ANDRADE 83
Por Maria Ângela Sitônio Wanderley (UFPB)

MARIA ISAURA PEREIRA DE QUEIROZ 87
Por Lucas Correia Carvalho (UFRJ)
Biblioteca Virtual do Pensamento Social

MARIA OLGA MATTAR 90
Por Patricia dos Santos Dotti do Prado (UFPR)

OCTAVIO IANNI 94
Por André Rocha Santos (IFSP)

ORACY NOGUEIRA 98
Por Mariana Siracusa (PPCIS-UERJ)

SAMUEL HARMAN LOWRIE 103
Por Carla Regina Mota Alonso Diéguez (FESPSP)

SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA 106
Por Robert Wegner (Casa de Oswaldo Cruz – Fundação Oswaldo Cruz)
Biblioteca Virtual do Pensamento Social

VITOR NUNES LEAL 109
Por Pedro Barboza (PPCIS-UERJ)

2º PERÍODO —RESISTÊNCIAS E ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO: 1965 /1980

AFRÂNIO RAUL GARCIA JR 114
Por Antônio J. Pedroso Neto (UFT)

SUMÁRIO - VOLUME 1

ALBA MARIA ZALUAR 119
Por Leonardo Fontes
IPP-Cebrap

ANA MARIA FERNANDES 122
Por Fernanda A. da F. Sobral (UnB)

ANTÔNIO AUGUSTO PRATES 125
Por Leonardo Augusto Lopes Rodrigues (LAPES/PPGSA/UFRJ)

ANTÔNIO LUIZ PAIXÃO 129
Por Luciana Teixeira de Andrade (PUC Minas)

DUGLAS TEIXEIRA MONTEIRO 132
Por Péricles Andrade (UFS)

EDMUNDO CAMPOS COELHO 136
Por Leonardo Augusto Lopes Rodrigues (LAPES/PPGSA/UFRJ)

EDNA MARIA RAMOS DE CASTRO 140
Por Maria Luzia Miranda Álvares (UFPA)

EDUARDO DE OLIVEIRA E OLIVEIRA 145
Por Rafael Petry Trapp (UNEB)

ELISA REIS 148
Por Márcio Costa (UFRJ)

FERNANDO CORREIA DIAS 153
Por Mariza Veloso (UnB)

FRANCISCO DE OLIVEIRA 157
Por Ruy Braga (USP)

GABRIEL COHN 161
Por Marcia Tosta Dias (Unifesp)

GUARACI ADEODATO ALVES DE SOUZA 166
Por Anete Brito Leal Ivo (UFBA)

HERALDO PESSOA SOUTO MAIOR 170
Por Silke Weber (UFPE)

ILSE SCHERER-WARREN 174
Por Lígia Lüchmann (UFSC)

JOÃO GUILHERME CORREA DE SOUZA 177
Por Lorena Holzmann (UFRGS)

JOSÉ DE SOUZA MARTINS 180
Por Conrado Pires de Castro (DCH/UFLA)

SUMÁRIO - VOLUME 1

JUAN MARIO FANDINO MARINO 184
Por Isabel Ramos Fandiño (University of Calgary/Canadá) e Letícia Maria Schabbach (UFRGS)

LICIA DO PRADO VALLADARES 187
Por Bianca Freire-Medeiros (USP)

LUCIA MARIA LIPPI OLIVEIRA 191
Por Leticia Nedel (UFSC)

LÚCIO KOWARICK 197
Por Irlys Barreira (UFC)

LUIZ EDUARDO WANDERLEY 200
Por André Ricardo de Souza (UFSCar)

LUIZ WERNECK VIANNA 203
Por Pedro Barboza (PPCIS-UERJ)

MARIA BRANDÃO 207
Por Inaiá Maria Moreira de Carvalho (UFBA – UCSAL)

MARIA DE NAZARETH BAUDEL WANDERLEY 210
Por Emília Pietrafesa de Godoi (UNICAMP)

NEIDE ESTERCI 214
Por Ana Paula Perrota Franco (UFRRJ)

NEUMA FIGUEIREDO DE AGUIAR 218
Por Camila Galetti (UnB)

RENATO ORTIZ 222
Samira Feldman Marzochi (UFSCar)

REGINALDO PRANDI 228
Por André Ricardo de Souza (UFSCar)

ROBERTO MOTTA 231
Por Amurabi Oliveira (UFSC)

SILKE WEBER 235
Por Heraldo Souto Maior (UFPE)

SÔNIA MARIA KARAM GUIMARÃES 238
Por Sandro Ruduit Garcia (UFRGS)

EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CAMPO: 1980-2000

ANA MARIA GALANO 243
Por Eliska Altmann (UFRJ)

SUMÁRIO - VOLUME 1

CÉCILE HÉLENE JEANNE RAUD 247
Por Marcia da Silva Mazon (UFSC)

CÉSAR BARREIRA 250
Por Glauciria Mota Brasil (LABVIDA-UECE), Geovani Jacó de Freitas (COVIO-UECE) e Luiz Fábio S. Paiva (LEV-UFC)

CLARISSA ECKERT BAETA NEVES 254
Por Amurabi de Oliveira (UFSC)

ELISABETH SOUZA-LOBO 258
Por Rosana Sorbille (IFSP/UFSCar)

GLAUCIA VILLAS BÔAS 262
Por Lígia Dabul (UFF) e Sabrina Parracho Sant'Anna (UFRRJ)

IRLYS ALENCAR FIRMO BARREIRA 267
Por Glória Diógenes (UFC)

JOSÉ MIGUEL RASIA 271
Por Marisete Teresinha Hoffmann-Horochovski (UFPR) e Rubia Carla Formighieri Giordani (UFPR)

JOSÉ RICARDO RAMALHO 274
Por Rodrigo Salles Pereira dos Santos (UFRJ)

JOSÉ VICENTE TAVARES DOS SANTOS 277
Selena Comerlato Tavares (UFRGS) e GPVC (Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania, UFRGS)

LEILA STEIN 285
Por Ricardo Luiz Sapia de Campos (UFG/IIFA)

LÍSIAS NOGUEIRA NEGRÃO 288
Por Flávio Munhoz Sofiati (UFG)

LUCILA SCAVONE 292
Por Lara Facioli (FURG) e Gisele Rocha Côrtes (UFPB)

MARIA CÉLIA PAOLI 296
Por Cibele Saliba Rizek (USP/UFSCar)

MARIA STELA GROSSI PORTO 300
Por Ana Luisa Fayet Sallas (UFPR)

MICHAEL LÖWY 304
Por Flávio Munhoz Sofiati (UFG)

NEYARA ARAÚJO 308
Por Joannes Paulus Silva Forte (UVA-CE)

SUMÁRIO - VOLUME 1

OTAVIO SOARES DULCI 313
Por Mercês Somarriba (UFMG)

ROBERTO GRÜN 316
Por Maria Chaves Jardim (UNESP-Araraquara)

VILMA DE MENDONÇA FIGUEIREDO 319
Por Maria Stela Grossi Porto (UnB)

APRESENTAÇÃO DO 2º VOLUME

Trajetórias intelectuais são fontes que iluminam a multiplicidade de caminhos de pesquisa e conhecimento de um campo científico. A Sociologia não foge desta possibilidade. Pesquisadores e professores traçam suas vidas, planejadas ou mesmo por acasos fortuitos, em torno de inquietações, interesses acadêmicos, oportunidades variadas ou chamados institucionais dando vida e corpo a um campo de conhecimento específico. O percurso dos atores diz muito sobre o movimento da Sociologia, seus matizes e sua diversidade. Esta foi a aposta da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) no projeto de celebração dos 70 anos da Associação. O projeto consiste na edição de três volumes pelos quais será possível ter contato com a dinâmica de uma disciplina afetada pelas conjunturas ao mesmo tempo que as afeta igualmente.

A comunidade de sociólogos e sociólogas que integra a SBS não desconhece os dilemas metodológicos implicados na eleição de biografias como vetores de interpretação de contextos mais abrangentes. Desde a formulação do projeto, lidamos a um só tempo com a riqueza e a fragilidade deste caminho diante do empenho pelo conhecimento do extenso campo de atuação intelectual e profissional da sociologia no Brasil. Prevaleceu, no entanto, a crença de que, em um país da extensão do Brasil, marcado por uma diversidade dificilmente retratável, e uma desigualdade regional marcante, um projeto como este poderia ser mais um passo na direção da troca, do intercâmbio e do fortalecimento de iniciativas espalhadas e

VOLTA AO SUMÁRIO

nem sempre conhecidas pela própria comunidade. Os próprios editores se surpreendem com o volume de informações que chegam pelas mais variadas bionotas, uma expressão da fecundidade e da criatividade da imaginação sociológica brasileira.

Pelas razões mencionadas, reforçamos a satisfação em disponibilizar o segundo volume do e-book "Retratos: sociólogas e sociólogos brasileiros" dentro das comemorações dos 70 anos da Sociedade Brasileira de Sociologia. Trata-se de um conjunto de bionotas (mini-biografias), de professores, pesquisadores e profissionais da Sociologia, que buscam reconstruir a formação do campo através dos seus personagens – não apenas dos cânones da disciplina, mas também aqueles que contribuíram, de uma forma ou outra, para a institucionalização e consolidação da Sociologia brasileira. Assim, o que estamos chamando de brasileiros e brasileiras, refere-se aos profissionais que, independente da sua nacionalidade, tiveram papel importante nesse processo. Não foi nosso objetivo apresentar currículos Lattes resumidos, da mesma forma que a escolha dos atores, sociólogos e sociólogas, não se deu por produtividade de pesquisa avaliados por órgãos de fomento como a CAPES e o CNPq, ou pelo impacto das suas obras. Mas sim, pelo conjunto de suas atividades, que marcaram sua presença no campo.

Um traço importante neste esforço foi o envolvimento coletivo que o projeto conseguiu atrair. Trata-se de uma obra coletiva que contou com a participação voluntária de dezenas de colegas e alunos de pós-graduação que se dispuseram, gentilmente, a colaborar escrevendo sobre a trajetória de sociólogos e sociólogas de todo o país.

Para este volume nossa equipe cresceu buscando dar conta da amplitude e diversidade do país com histórias distintas, mas que confluíram na consolidação vigorosa do campo da Sociologia no Brasil. Também fizemos (e continuamos fazendo) chamada pública, através das redes sociais, incentivando a comunidade a propor nomes e escrever sobre eles.

Mantivemos a estrutura do volume anterior, dividindo temporalmente o processo histórico que marcou a disciplina: a) os precursores – entre 1937 e 1964; b) resistências e reorganização do campo – entre 1964 e 1985; c) expansão e consolidação do campo – entre 1986 e 2000. Essa divisão tem algo de arbitrário, pois vários dos atores aqui publicados, estiveram presentes em dois ou mesmo nos três marcos aqui estabelecidos, os quais permitem um panorama dos diversos momentos da trajetória da disciplina no país em sua diversidade e heterogeneidade.

A escrita das bionotas é fruto da disponibilidade dos que abraçaram esta tarefa. Dado o caráter voluntário das contribuições, não é possível esperar uma reconstituição histórica consistente ou mesmo hierarquizada por algum critério diferencial que incluiria todos ou a maioria dos atores envolvidos nos processos de institucionalização da Sociologia. No entanto, a cada volume, mantivemos o propósito de diminuir as lacunas e as ausências de nomes que foram, e/ou continuam sendo, referências na área.

A contribuição voluntária para escrita das bionotas cobra seu preço. Se de um lado, tal flexibilidade corresponde ao movimento do próprio campo sociológico em suas múltiplas possibilidades de atuação e conformação institucional, de outro dificulta a normatização editorial a ponto de garantir certa homogeneidade de escrita e forma. As bionotas são assinadas, e os(as) autores/as selecionaram o que lhes pareceu mais fiel à trajetória do(a) biografado(a). Mesmo que tenha havido em muitos casos sugestões (sempre acolhidas) dos editores, foi impossível, e nem era intenção, garantir um padrão estável de apresentação das trajetórias. Este é um ponto interessante revelando não apenas a variedade de percursos possíveis, mas a variedade de apresentação desses mesmos percursos pelo olhar daqueles e daquelas que trataram de desenhar os respectivos perfis intelectuais.

Equipe SBS memória – Volume 2

Amurabi de Oliveira (UFSC)

Ana Luisa Sallas (UFPR)

Anete Brito Leal Ivo (UFBA)

Bianca Freire-Medeiros (USP)

Breilla Zanon (SBS midia)

Cristiano Ramalho (UFPE)

Danyelle Linin Gonçalves (UFC)

Glaucia Villas Boas (UFRJ)

Helena Bomeny (UERJ) - Coordenadora

Jacob Carlos Lima (UFSCar) - Coordenador

Lidiane Rodrigues (UFSCar)

Lorena Holzmann (UFRGS)

Luciana Teixeira (PUC-Minas)

Maria Stela Grossi Porto (UnB)

APRESENTAÇÃO
1° VOLUME 2021

Associações científicas se constroem e se consolidam em torno de projetos e de princípios norteadores de práticas individuais e coletivas de pesquisa. Sua permanência é tributária do compromisso com o fortalecimento e a difusão das conquistas que a ciência acumula em seu percurso. São criações coletivas que têm sua rotina garantida por atores que se envolvem na obstinada aventura pelo conhecimento. Atores que dão vida ao movimento sustentado por acordos mais ou menos permanentes, movimento nem sempre homogêneo.

A vida das associações se pauta pela diversidade, acordos, competição e disputas que integram o grande processo de renovação analítica por meio do qual se faz a ciência. Avanços da imaginação e da pesquisa na construção de novos objetos com descobertas promissoras ou desconcertantes desafiam os cientistas no dia a dia.

A Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) é um desses experimentos coletivos que, por mais de sete décadas, se mantém como referência no campo dos estudos e pesquisas relacionados à dinâmica da vida em sociedade. Como toda associação científica, a SBS se beneficiou dos investimentos públicos para desenvolvimento da ciência no Brasil. Mas também, contrariamente, teve e tem que enfrentar momentos de restrição não apenas dos estímulos financeiros, mas das tentativas de cerceamento da liberdade de produzir academicamente.

VOLTA AO SUMÁRIO

Avanços e resistência são pares constantes na vida das associações científicas em nosso país, e da Sociedade Brasileira de Sociologia, em particular. Surgida em 1937 como Sociedade Paulista de Sociologia, transformou-se, em 1950, em Sociedade Brasileira de Sociologia, realizando seu primeiro congresso em 1954, em São Paulo, e o segundo, em Belo Horizonte, em 1962. Nesse período já funcionavam no país aproximadamente 21 cursos de graduação em ciências sociais e sociologia e política. Com duas pós-graduações na cidade de São Paulo, a comunidade de sociólogos era muito reduzida e a pesquisa ainda pouco representativa.

Concentrado principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, o campo de pesquisa foi sendo ampliado de forma bastante desigual. A Universidade de São Paulo (USP) e a Escola Livre de Sociologia e Política eram os dois centros que respondiam pela consolidação do campo científico na capital do estado. No Rio de Janeiro, então capital federal, movimentos intermitentes fortaleciam ou se viam institucionalmente inibidos por efeitos da ação política dada a proximidade com o centro de poder nacional. A criação dos primeiros cursos universitários bem como sua consolidação em São Paulo fortaleceu a tese de uma perspectiva institucionalista a respeito da história da sociologia no Brasil. Seria ali o centro de seu desenvolvimento científico em contraposição a certa instabilidade provocada por movimentos políticos afetando diretamente o Rio de Janeiro. No entanto, marcos institucionais não são suficientes para dar conta do que se poderia defender como desenvolvimento da imaginação sociológica no país. Estudos mais recentes tratam desta recuperação, fortalecendo a ideia de um campo com dinamismo ainda por mapear em toda sua extensão.

Fora dos centros mencionados, acompanhamos o esforço das demais regiões do país, sabendo da precariedade de informações para composição de um quadro mais compreensivo. A ditadura militar de 1964 a 1985 promoveu a perseguição política de professores e pesquisadores, suprimindo alguns institutos de pesquisa e suspendendo atividades da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Mas não fechou cursos. Ao contrário, possibilitou a abertura de novos com a expansão do ensino privado. Dados da Capes indicam que, em 1973, existiriam 75 cursos de graduação autorizados ou em funcionamento. Considerando os 21 que funcionavam em 1962, o número mais que triplicou. Entretanto, esses dados são pouco confiáveis considerando que o MEC só mantém dados acerca dos que continuam funcionando e, no caso das escolas privadas, dos numerosos cursos que foram abertos, poucos chegaram a formar alunos, uma vez que essas escolas perceberam que, embora fosse um curso barato, a procura era muito baixa.

A SBS retomou suas atividades em 1986, no processo de redemocratização do país e a partir daí, ainda afetada diretamente pelas crises econômicas e políticas, manteve um crescimento constante refletindo a expansão das universidades públicas, do financiamento de pesquisa e da consolidação da pós-graduação no país. A profissionalização foi beneficiada pela expansão do aparelho estatal, das políticas públicas, da obrigatoriedade da disciplina no ensino médio, do ensino superior que garantiu ocupação a um bom número dos egressos.

Entretanto, a atividade acadêmica sempre representou o core da atividade do sociólogo. E isso não apenas no Brasil. Theodor Adorno (1968) se referindo à situação alemã, destacava o caráter incestuoso presente nas relações sociologia e universidade: os cursos de sociologia formavam sociólogos para a própria universidade. Considerações acerca da sociologia portuguesa vão na mesma direção. António Firmino da Costa, sociólogo do ISCTE/Lisboa, tem sido uma referência no tratamento do que classificou como "cultura profissional", chamando a atenção para a dificuldade no campo sociológico de formar jovens para possíveis e múltiplas possibilidades de inserção no mercado de trabalho fora das mais consagradas e restritas ao campo da docência universitária ou para pesquisa acadêmica (1990; 2004).

Nos últimos anos, a concentração de esforços na pós-graduação pode ter impactado a graduação tanto na definição de uma pauta curricular mais contemporânea com os avanços da ciência e com o dinamismo da vida em sociedade, quanto nas possíveis atuações qualificadas como profissionais treinados para análise e intervenções profissionais variadas. Isso coloca desafios que em algum momento terá que ser enfrentado: que profissional estamos formando e para onde, se pensarmos que a academia absorve menos de 6% dos que permanecem no campo?

Essa discussão exige uma recuperação da construção do campo da sociologia no Brasil e seus dilemas. Sabemos bastante dos pais fundadores, que deixaram a marca no pensamento sociológico brasileiro, das lutas sobre a profissionalização, e das grandes obras. A ponto dos mais saudosistas reclamarem que a sociologia brasileira no passado era melhor do que atual. Essas queixas deixam de lado o fazer sociológico, a profissionalização e massificação crescentes durante um século de discussões sobre sociologia no país, e mais de 80 anos de sua institucionalização com a abertura de cursos de graduação e pós-graduação, o que representou maior democratização do campo, imperfeita, inacabada, mas real.

Os profissionais da sociologia na atualidade vêm de todos os estratos sociais da sociedade e não mais de elites intelectuais que estiveram em suas origens, mesmo que com exceções notáveis. Isto evidencia a vitalidade da área com sua expansão quantitativa e qualitativa. Outro dado a considerar é que pouco sabemos sobre os construtores da sociologia brasileira atrás do palco dos grandes personagens da disciplina. Aqueles que participaram do dia a dia dos cursos de graduação e pós-graduação, que participaram de pesquisas, mas não foram suas lideranças, e que foram responsáveis pela formação de milhares de profissionais. Assim, mais do que apresentar mais uma história da sociologia brasileira a partir das suas obras de referência, nossa proposta é apresentar essa mesma história a partir das trajetórias dos personagens que a construíram, que participaram ativamente de sua institucionalização, da pesquisa, da formação e da profissionalização.

A preocupação com a história e a memória da Sociologia e da SBS tem sido constante em sucessivas diretorias, mas sempre enfrentaram dificuldades para sua operacionalização. Alguns passos foram ensaiados por ocasião de celebrações. As dificuldades, no entanto, aca-

bavam sempre prevalecendo sobre as possibilidades de efetivação. Em 2009, no Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado no Rio de Janeiro, sob a coordenação da Prof.ª Gláucia Villas Bôas, foram celebrados os 60 anos da SBS com uma exposição de fotos e catálogo comemorativo com a curadoria da Prof.ª Nísia Trindade Lima. Em 2012, um esforço na recuperação dos documentos da SBS levou a negociações com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, que se dispôs a receber a documentação que pudesse ser recolhida nos diversos estados que haviam sediado a secretaria e os congressos da SBS. Havia nesta interlocução o propósito de preservar e manter o acervo a ser disponibilizado digitalmente. Uma documentação que traduzisse o histórico e as iniciativas da SBS na direção de consolidação da disciplina e da profissão no país. Este processo foi desencadeado, mas não teve ainda o desfecho previsto originalmente. Em 2019 o contato foi retomado, mas a pandemia em 2020 inviabilizou, mais uma vez, a recuperação dos documentos, mantendo-nos em compasso de espera, a despeito da disposição confirmada por ambas as partes – SBS e CPDOC – de conclusão do esforço iniciado em 2012.

A partir de 2020 foi implementado o projeto "SBS memória", iniciativa que reúne as tratativas anteriores de recuperação de documentos e de exposição de dos já digitalizados, bem como os esforços de reconstrução histórica de eventos da sociologia brasileira, fora da SBS, como dos encontros de estudantes de Belo Horizonte em 1962 e do congresso de sociologia realizado em Curitiba em 1954, anterior ao da SBS realizado em São Paulo no mesmo ano. Para isso foram contatados colegas que se dispusessem a recuperar essa memória, ora por terem participado, ora por pesquisarem a respeito. Outra proposta em execução, na mesma linha da anterior, são pequenas histórias das escolas ou cursos de sociologia e política isoladas ou integradas a Universidades que, em sua maioria transformaram-se em cursos de ciências sociais a partir da reforma universitária de 1968. Mais uma vez, contamos com a colaboração voluntária de colegas e associados para sua execução.

Outro eixo do projeto "SBS memória" cuidou da história da sociologia brasileira através de seus atores, para além dos cânones (sem desconsiderá-los) da disciplina: os profissionais que foram responsáveis pela institucionalização, consolidação e expansão da disciplina em diferentes regiões do país – professores, pesquisadores, e profissionais que, com visibilidade diferenciada construíram a Sociologia no Brasil. A iniciativa foi inspirada originalmente nas bionotas do Blog da Biblioteca Virtual do Pensamento Social (BVPS) da UFRJ. Com autorização de sua coordenação, através do Prof. André Botelho, recuperamos nove bionotas de sociólogos e sociólogas constantes no Blog, e construímos, a partir delas, o espaço "sociólogos e sociólogas brasileiras", vinculado ao projeto "SBS memória" e disponíveis no site. Empreendimento este que contou com a colaboração voluntária de colegas, e alunos de pós-graduação, além de chamada pública a colaboradores que quisessem propor e escrever mini-biografias, as bionotas, que recuperam trajetórias dos personagens que construíram nossa história. Procuramos organizar as bionotas em três períodos que estabelecemos como definidores da história

da sociologia que se pratica no Brasil, e da SBS, nestes últimos 70 anos (85 se considerarmos a Sociedade Paulista de Sociologia e a primeira turma de sociólogos formados no país em 1937).

Não se buscou fazer apenas uma edição in memoriam àqueles que participaram, mas acrescer a estes os/as que continuam contribuindo para o desenvolvimento da sociologia brasileira nestes 70 anos. Os três períodos propostos foram: 1. Precursores: refere-se àqueles profissionais que acompanharam, de alguma forma o surgimento da SBS e dela participaram em comissões e diretorias. Ou ainda que se destacaram enquanto sociólogos ou acadêmicos no período entre 1937 e 1964. 2. Resistências e reorganização: acompanha os 21 anos da ditadura militar, de 1964 até 1985, da repressão e suas consequências em termos de aposentadorias e exílios compulsórios, suas contradições e paradoxos, assim como o surgimento de centros de pesquisa e a estruturação da pós-graduação e pesquisa no país. 3. Expansão e consolidação do campo: a retomada das atividades da SBS em 1986, com a pós-graduação em expansão nacionalmente, o surgimento de uma nova geração formada no país e no exterior e a consolidação da pesquisa em sociologia a partir da democratização. O ano de 1986 marca também não apenas a reorganização da SBS, mas também a regularização de seus congressos anuais. Essa organização em três momentos teve a finalidade de facilitar o trabalho de identificação dos atores que transitaram no tempo e atuaram nesses diferentes momentos arbitrados para a recuperação da história da sociologia brasileira.

Optamos por organizar e publicar neste volume as bionotas que se encontram disponibilizadas no site da SBS, com a pretensão de que este seja o primeiro passo de uma história a ser completada. Em outros termos, a presente publicação pretende se constituir numa ação rotineira a ser permanentemente atualizada, com a contribuição ativa dos membros da nossa comunidade. Com isso queremos dizer que não existe uma hierarquia na publicação das trajetórias. Sua publicação acompanha o que tem sido demandado e sugerido para a SBS. As lacunas, que são muitas, serão preenchidas a partir das sugestões não apenas dos associados, mas também do público que acompanha e se interessa pela sociologia no Brasil.

Associações científicas – dissemos na abertura – se constroem e se firmam pela adesão a princípios, a construção de projetos e no esforço de ampliação de seus associados. Construção coletiva que se fortalece pela afirmação de valores e, nos dias atuais, pela resistência ao movimento crescente de desvalorização e perseguição à ciência, ao conhecimento, à liberdade associativa. Os atores aqui retratados traduzem o mais permanente e vivo da associação: a pluralidade dos caminhos possíveis da Sociologia, a vitalidade de percursos e trajetórias responsáveis por campos de pesquisa e as divergências e acordos responsáveis pelo dinamismo da Sociedade Brasileira de Sociologia. Por esta razão, e pela convicção da continuidade da associação que com extrema alegria disponibilizamos este primeiro volume, fruto de uma intensa mobilização de integrantes da SBS e de todos aqueles que se dispuseram a escrever os textos aqui presentes pelos quais agradecemos e com os quais pretendemos contar para dar continuidade à nossa tarefa.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. Introdução à Sociologia. São Paulo: Editora UNESP, 2008, 1ª aula p. 41-60.

COSTA, António Firmino da. Cultura profissional dos sociólogos. In: A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do século, atas do 1º Congresso Português de Sociologia, vol. I, Lisboa: Editorial Fragmentos, 1990, p. 107-124.

_____. Será a sociologia profissionalizável? In: GONÇALVES, Carlos Manuel; RODRIGUES, Eduardo Vítor; AZEVEDO, Natália. Sociologia no ensino superior: conteúdos, práticas pedagógicas e investigação. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 35-59, 2004

Equipe SBS Memória, Volume 1, 2021

Ana Luisa Sallas (UFPR)

Breilla Zanon (SBS)

Cristiano Monteiro (UFF)

Helena Bomeny (UERJ) – Coordenadora

Jacob Carlos Lima (UFSCar) Coordenador

Lidiane Rodrigues (UFSCar)

Rodrigo Bordignon (UFSC)

1° período

PRECURSORES

A institucionalização do campo

1930-1960

ANTÔNIO LUIZ MACHADO NETO

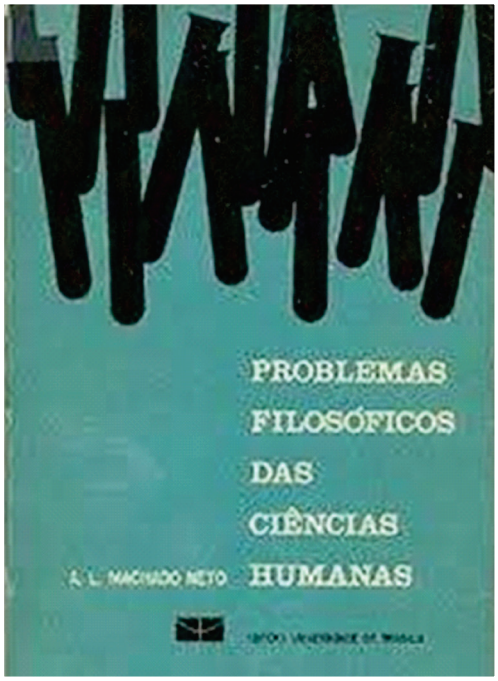
Por **Paulo Cesar Alves** (UFBA)

Professor titular, por concurso de títulos, nos Departamentos de Direito Público e de Sociologia (1963 na UNB e em 1971, UFBA), Antônio Luiz Machado Neto nasceu em Salvador (1930) e faleceu aos 47 anos (17/07/1977), deixando um legado intelectual considerável. Em um espaço de 23 anos publicou 32 livros e mais de 80 artigos em revistas nacionais e estrangeiras, além de exercer uma forte atuação no mundo acadêmico. Ao longo da sua vida manteve intensa correspondência com vários filósofos e cientistas sociais brasileiros, europeus e americanos. Em 1973 foi eleito para a Academia Baiana de Letras.

Filho único – seu pai, de origem portuguesa, era proprietário de uma pequena butique no centro da cidade e a mãe, descendente direto de espanhol, confeccionava chapéus femininos – graduou-se na UFBA em Direito (1953) e em Ciências Sociais (1958). Obteve dois doutoramentos na forma de concursos à Livre Docência (Direito e Sociologia). Sua carreira como professor universitário começou em 1958 (UFBA), ministrando a disciplina "Introdução ao Estudo de Direito". A convite de Darcy Ribeiro, tornou-se docente (1962) na recém-

VOLTA AO SUMÁRIO

-criada UNB e foi indicado (1965) para dirigir o Instituto Central de Ciências Humanas (1965), ano em que foi demitido em decorrência do golpe militar. Retornando à UFBA, foi convidado pelo reitor Roberto Santos a elaborar e coordenar o Mestrado em Ciências Humanas (1968), um dos primeiros cursos de pós-graduação no país.



Uma característica importante de sua vida intelectual foi o seu ativo e constante engajamento na formação de agremiações literárias-artísticas e, posteriormente, de grupos de pesquisa. Um "homo theoreticus". Como observa Marília Muricy, que foi sua principal assistente na Faculdade de Direito da UFBA (http://iusfilosofiamundolatino.ua.es, acesso em 06/01/2022) "A vida intelectual era, para ele, a vida por inteiro; muito mais que um lugar de poder, um espaço em que caminhavam juntos a responsabilidade moral de abrir-se para o mundo e o gozo constante da descoberta de um novo caminho, uma nova indagação".

Como aluno no Colégio da Bahia (o "Central"), muito prestigiado na época, participou na fundação do "Caderno da Bahia", revista estudantil de vanguarda (1948-51) que agrupou um conjunto de jovens artistas e intelectuais, como Luís Henrique Tavares, Mario Cravo Junior, Carybé, Carlos Bastos, Walter da Silveira, Heron de Alencar. Nessa revista escrevia críticas literárias. Na Faculdade de Direito – na época um importante núcleo nacional de estudos jusfilosóficos de orientação sociológica – colaborou na fundação da revista "Ângulos", ligada ao Centro Acadêmico Rui Barbosa.

Com 18 edições, entre 1950 e 1966, essa revista foi um dos marcos culturais na vida universitária, publicando textos de professores, alunos e escritores nacionais e estrangeiros sobre questões políticas, filosóficas e literárias. Nela escreveram, entre outros, Carlos Nelson Coutinho, João Ubaldo Ribeiro, Glauber Rocha e Zahidé Vinhares Torres que viria a ser professora no departamento de Sociologia da UFBA e que, em 1952, se casou com Machado Neto. No Mestrado em Ciências Humanas reunia semanalmente com professores e alunos para discussão de textos filosóficos e sociológicos.

Sua produção intelectual discute, principalmente, três grandes temáticas: filosofia/sociologia jurídica, filosofia das ciências sociais e sociologia do conhecimento. Todo seu material bibliográfico está preservado pelo Centro de Estudos Machado Neto, Faculdade de Direito da

UFBA. No campo do Direito, destacou-se por explorar os fundamentos da "Teoria Egológica" desenvolvida pelo fenomenólogo argentino, Carlos Cossio, o qual redirecionou o pensamento jurídico nos meados do século XX ao argumentar que o objeto de interpretação do Direito é a conduta humana (enquanto parte de modos de coexistência) e não a norma, como tradicionalmente é pensado. Para a "teoria Egológica", norma é apenas o momento lógico de captação da conduta humana.

Desde cedo, Machado Neto interessou-se pelas ciências sociais, produzindo trabalhos principalmente em duas áreas: (a) na fundamentação epistemológica-ontológica dos fenômenos sociais mediante os pressupostos da fenomenologia-existencial (principalmente Husserl, Heidegger, Ortega y Gasset e Carlos Cossio); (b) nos estudos sociológicos do conhecimento, mais particularmente, sobre "vida intelectual", temática no qual foi um dos pioneiros no Brasil. Seu primeiro livro, publicado em 1952 (aos 22 anos de idade) – "Marx e Mannheim. Dois Aspectos da Sociologia do Conhecimento" – recebeu uma Menção Honrosa em concurso nacional promovido pelo Instituto Brasileiro de Filosofia.

Em 1968, publicou pela Grijalbo "Da vigência intelectual", vindo a concluir suas pesquisas nessa temática com a publicação do livro "Estrutura social da república das letras. Sociologia da vida intelectual brasileira – 1870-1930" (Ed. da Universidade de São Paulo, 1973). Mediante uma inventariação biográfica de 60 escritores brasileiros, Machado Neto discute, nesse trabalho, o surgimento da "profissão intelectual" utilizando-se de 7 categorias analíticas (ecologia social, meios de subsistência, níveis de educação formal, condições políticas da vida intelectual, público, estrutura social e vigências). Trata-se de uma pesquisa empírica interessada na constituição e características do meio em que se dá a vida intelectual, nas formas de interação entre intelectuais (e seu público), nas estruturas internas dos agrupamentos ou dos "espaços intelectuais". Nesse sentido, sua modalidade de análise (hoje já bem conhecida) diferia significativamente das abordagens prevalecentes na época, as quais privilegiavam a obra intelectual, a "hermenêutica do texto", analisando os seus pressupostos teórico-metodológicos e usualmente reduzindo-os, em termos causais, a um conjunto determinado de contextos históricos.

A preocupação de Machado Neto com questões epistemológicas e ontológicas dos fenômenos sociais data dos meados dos anos 50. Dois livros se destacam nessa temática. O primeiro, "Problemas Filosóficos das Ciências Humanas" (Ed. UNB, 1966), reúne trabalhos publicados entre 1956 e 1963. São textos que procuram fundamentar epistemologicamente a sociologia, levando em devida consideração as especificidades do ato gnosiológico característico das ciências sociais. O segundo, "Para uma Eidética Sociológica" (1977) – infelizmente bastante desconhecido, foi publicado semanas após a sua morte em uma edição do Mestrado em Ciências Humanas – é uma coletânea de ensaios escritos entre 1971 e 1976 que buscam desenvolver uma eidética do social que pudesse "responder em profundidade à questão que indaga sobre o que é social (ou a cultura)" (p. 3). Fundamentados em bases fenomenológi-

cas-existenciais, esses textos discutem as especificidades de uma ontologia do social: a vida cotidiana, a convivência, o projeto, a situação biográfica. É importante chamar atenção para o fato de que suas reflexões filosóficas se contrapunham aos princípios "metateóricos" que predominavam nos estudos sociológicos brasileiros da época. Nas décadas de 1960-70 a sociologia brasileira mantinha, com poucas exceções, um caráter sistêmico, essencialmente analítico e crítico, buscando nos fenômenos sociais regularidades objetivas (estruturas, leis, sistemas de relações). Nesse sentido, a obra de Machado Neto pode ser vista, no plano nacional, como precursora das reviravoltas ontológico-epistemológicas das ciências sociais estimuladas pelo movimento fenomenológico. Lembremos que somente a partir dos fins do século XX que a "sociologia fenomenológica" se tornou universalmente conhecida.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

NETO, A. L. M. Teoria do Direito e Sociologia do Conhecimento. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965

NETO, A. L. M. Problemas Filosóficos das Ciências Humanas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1966

NETO, A. L. M. Estrutura Social da República das Letras. Sociologia da Vida Intelectual Brasileira – 1870-1930. São Paulo: Grijalbo, 1973

NETO, A. L. M. Para uma Eidética Sociológica. Salvador: Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFBA, 1977

Foto: Escola de Sociologia e Política de São Paulo

ANTÔNIO RUBBO MÜLLER

Por **Rodrigo Estramanho de Almeida**
(FESPSP)

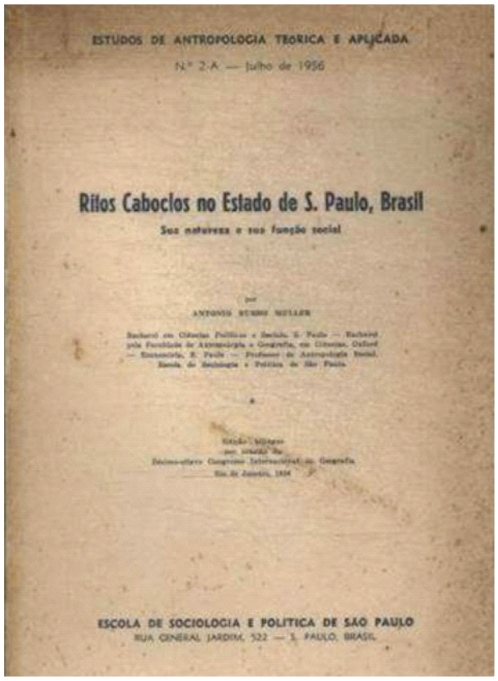
Antonio Rubbo Müller, nasceu na cidade de Jundiaí, no interior de São Paulo, em 8 de março de 1911. Filho de imigrantes – pai alemão e mãe italiana que moravam na comunidade operária de Gato Preto, iniciou a carreira profissional aos 15 anos como aprendiz de ajustador na Companhia Paulista de Estradas de Ferro onde, simultaneamente ao curso do ginasial, passou ao cargo de primeiro praticante na Seção Técnica da Engenharia Mecânica.

No ano de 1933, Rubbo Müller deixou a Companhia, assim como a comunidade de Gato Preto e se transferiu para a capital paulista onde encontrou uma vaga de office boy na recém-criada Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo – ELSP. Naquele mesmo ano, motivado pelo diretor da instituição, Cyro Berlinck (1900-1974), Müller passou a frequentar as aulas na primeira turma do bacharelado de três anos da ELSP.

Estes primeiros anos vividos na ELSP foram fundamentais, posto que, conseguiu os meios de vida para se manter na capital, assim como foi apresentado ao cam-

VOLTA AO SUMÁRIO

po epistêmico das ciências sociais na década em que elas chegavam institucionalmente ao Brasil. Como aluno do programa pioneiro da ELSP, Müller teve aulas de Psicologia Social com Raul Briquet (1887-1953), Estatística com Bruno Rudolfer (1894-1942), bem como



Sociologia Geral e Economia Social com os estadunidenses Samuel Lowrie (1894-1975) e Horace Davis (1898-1999), respectivamente; entre outros.

Uma vez concluído o bacharelado, em 1935, Müller tornou-se uma espécie de secretário direto de Cyro Berlinck, vinculando-se gradativamente ao cotidiano administrativo e acadêmico da ELSP.

Em 1939, recém-contratado formalmente como docente e secretário na ELSP, conquista uma bolsa de estudos concedida pelo Conselho Britânico para que brasileiros fossem estudar nas tradicionais universidades inglesas. Rubbo Müller, escolheu o curso de pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de Oxford, onde foi aluno de Alfred Reginald Radcliffe-Brown (1881-1955). No mesmo ano, entretanto, a eclosão da Segunda Guerra Mundial impediu o ano letivo na maior parte das universidades inglesas e, impossibilitado de voltar pela ausência de navios, será transferido para a London School of Economics e depois para Cambridge. Por esses motivos, o título de Pós-Graduação em Ciências só seria emitido por Oxford em 1951.

No retorno ao Brasil, em fins de 1940, Müller reassume as funções administrativas e de docência na ELSP, lecionando Antropologia Social até fins da década de 1970. Entre os estudantes, era conhecido por ministrar aulas austeras, repletas de modelos e diagramas classificatórios e farto material bibliográfico. Fora da sala de aula, entretanto, tinha personalidade espirituosa e bem-humorada e promovia, nos anos 1960, as “arcas de Nóe”: jantares que organizava em restaurantes do centro de São Paulo para reunir intelectuais, tais como Melanie Farkas (1929-2021), Manoel Berlinck (1937- 2016), Juarez Brandão Lopes (1925-2011), Maurício Segall (1926-2017), entre outros.

Em fins de 1940, pouco após seu retorno da Inglaterra, participou do diálogo entre a Escola de Sociologia e Política e a Universidade de Oxford, ensejando a vinda de Radcliff-Brown para o quadro docente da instituição o qual este integrará de 1942 a 1944. A vinda do profes-

sor britânico, que coincide com a chegada do estadunidense Donald Pierson (1900-1995) na ELSP, vai proporcionar as condições objetivas para a criação do departamento de pós- graduação da escola, bem como de sua instituição mantenedora, a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESPSP.

Em termos de sua produção teórica, vale ressaltar o grande efetivo que o funcionalismo estruturalista inglês ganhou em seus três livros voltados a temas relacionados às organizações coletivas e individuais, tanto em sociedades complexas, quanto tradicionais: Elementos basilares da organização humana de 1957; Teoria da organização humana de 1958 e; Componentes da estrutura da personalidade de 1964. Para a divulgação de suas teorias funcionalistas sobre a organização humana, Müller desenvolveu um método de ensino o qual denominou de 'Seminário panto-isocrático polivalente multidisciplinar', misto de sessões expositivas, leituras guiadas e interações com técnicas de grupo.

Além de farta participação em congressos e seminários nacionais e internacionais, Rubbo Müller exerceu, na FESPSP, os cargos de secretário (1940 – 1948); Vice- Diretor Geral (1958-1974); Diretor da Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais (1966-1979) e membro do Conselho Superior. Foi, também, membro da União Brasileira de Escritores; Membro da Delegação brasileira no Congresso Internacional de Planejamento em 1960 e Delegado do Governo Federal a convite da ONU para o seminário Latino-Americano sobre participação popular na aceleração do desenvolvimento econômico e social em 1964. Na Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS, exerceu o cargo de primeiro secretário durante a presidência de Fernando Azevedo, entre 1950 e 1954.

Antonio Rubbo Müller (1911-1987), pode-se afirmar, foi um intelectual orgânico da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo e permaneceu na instituição até dezembro de 1983, quatro anos antes de sua morte, na cidade de São Paulo, em 6 de agosto de 1987. Em todo caso, seu legado vai além daquele logrado nesta instituição, posto que sua trajetória pessoal e profissional se entrelaça à da institucionalização da sociologia no Brasil.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

MÜLLER, A. R. Elementos basilares da organização humana. São Paulo: Ed. Sociologia Política da FESP, 1957.

MÜLLER, A. R. Teoria da Organização Humana. São Paulo: Ed. Sociologia Política da FESP, 1958.

MÜLLER, A. R. Componentes da Estrutura da Personalidade. São Paulo: edição do autor, 1964.

SOBRE O AUTOR

KANTOR, I.; MACIEL, D.; SIMÕES, J. A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação – 1933-1953 / depoimentos. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2009.

APARECIDA JOLLY GOUVEIA

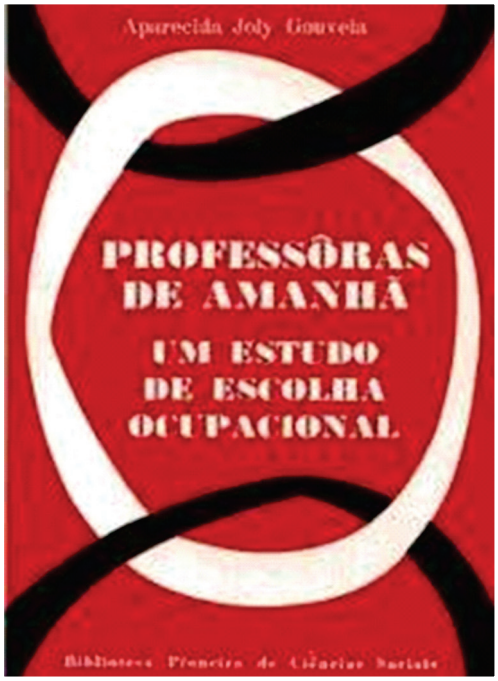
Por **Camila Ferreira da Silva** (UFAM)

Aparecida Joly Gouveia nasceu em 15 de julho de 1919, na cidade de Itatiba, interior de São Paulo, e era a filha primogênita dos seis filhos de Leopoldina Joly Gouveia e Luiz Furtado Gouveia Sobrinho. Seu pai era comerciante e a trajetória de escolarização de Aparecida Joly Gouveia expressa bem as estratégias que as famílias do interior desenvolviam para qualificar seus filhos. Foi morar com seus tios no município de Casa Branca (SP) para frequentar a Escola Normal Dr. Francisco Tomaz de Carvalho – que mais tarde viria a ser transformada em Instituto de Educação –, levando sua família a se mudar para esta cidade dois anos mais tarde.

Ao formar-se professora primária nesta Escola Normal no ano de 1937, sua entrada na carreira docente foi imediata, o que, segundo Ludke (2010), decorrente de posição de primeira aluna da turma. Nos primeiros anos de atuação trabalhou em uma escola da zona rural de Ribeirão Preto como substituta e, na sequência, foi convidada a lecionar português na Escola Normal onde havia se formado, em Casa Branca. Com vistas a aumentar sua remuneração, Aparecida Joly Gouveia prestou concurso

VOLTA AO SUMÁRIO

para a Secretaria da Fazenda na capital paulista e ali atuou por dois anos. Nesse ínterim, prestou novo concurso, desta vez como oficial administrativo do Ministério da Agricultura, cargo que a levou a se mudar para o Rio de Janeiro, onde residiu até o ano de 1946. Seu regresso a São Paulo marcou também sua entrada no curso superior. A trajetória da Escola Normal à Universidade somada à experiência docente e administrativa no setor público, se revelou crucial na sua atuação na academia e na escolha de seus temas de pesquisa.



Entre 1946 e 1950, Aparecida Joly Gouveia graduou-se em Ciências Sociais e Políticas pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e realizou seu PhD em Sociologia na University of Chicago, obtendo o título no ano de 1963. Nesse percurso entre graduação e doutoramento, destacamos experiências decisivas na sua formação, a saber: assistente de pesquisa do professor Donald Pierson em estudos de comunidades na Comissão do Vale do São Francisco (1952); docente de um curso intensivo de teoria e pesquisa em sociologia na Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1956); mais uma vez assistente de pesquisa em estudos de comunidades, desta vez ao lado do professor Oracy Nogueira na Campanha de Erradicação do Analfabetismo (1957); pesquisadora no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), entre 1955 e 1962.

Em 1961, a partir das investigações realizadas no CBPE, Aparecida Joly Gouveia publicou Milhares de normalistas milhões de analfabetos e, em 1965, sua tese foi publicada pelo Inep com o título Professoras de amanhã: um estudo de escolha ocupacional – que ganhou reedição em 1970. Atuou ainda como professora assistente no Centro Regional de Pesquisas Educacionais Antonio de Queiroz Filho, em São Paulo, iniciativa que visava à formação de pesquisadores em educação a nível de pós-graduação e contava com apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e do Inep.

Passou a lecionar no Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP) em 1966, instituição na qual alcançou os títulos de livre docente no ano de 1968, e de professora titular em 1983. Aposentou-se da USP em 1989 e nos mais de vinte anos em que atuou nesta universidade destacam-se o pioneirismo

na formação de pesquisadores em Sociologia da Educação (QUEIRÓZ JÚNIOR, 1998; LUDKE, 2010) – tendo orientado 18 dissertações de mestrado e oito teses de doutorado –; sua atuação nos comitês e conselhos de pesquisa dos órgãos responsáveis pela política científica no país e no estado de São Paulo, nomeadamente: Inep, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Coordenação de Aperfeiçoamento de Professores do Ensino Superior (CAPES), Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Na pesquisa, destaca-se ainda sua participação na Fundação Ford, mais precisamente no programa de apoio a projetos educacionais; na Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Ciências

Sociais (ANPOCS), onde coordenou o Grupo de Trabalho "Educação e Sociedade" entre 1983 e 1986; e na Fundação Carlos Chagas (FCC), em São Paulo. Na FCC, além de atuar na assessoria a pesquisas na área da Sociologia da Educação, trabalhou como membro do conselho editorial de sua principal publicação periódica, os Cadernos de Pesquisa, tendo sido responsável pela elaboração de seu primeiro número, em 1971, no qual assina o artigo A pesquisa educacional no Brasil, fruto de investigação apoiada pela Fundação Ford. Neste mesmo período em que trabalhava na USP, Aparecida July Gouveia foi convidada a atuar como "[...] Visiting Scholar nas universidades de Cornell (1971), Wisconsin (1977), no Instituto de Educação da Universidade de Londres (1979) e na State University of New York at Albany (1985)" (LUDKE, 2010, p. 18).

Segundo Ludke (2010), a própria Aparecida reconhecia que sua obra tomava à análise problemas básicos da sempre conturbada situação da educação no país. Seu legado para a Sociologia da Educação brasileira reside não apenas na envergadura de sua obra, mas também na capacidade de autorreflexão do campo educacional, nas contribuições para o fortalecimento da ciência e da formação dos/as pesquisadores/as e, conforme Sá Barreto asseverou em homenagem póstuma no ano de seu falecimento (1998), na sua grande sabedoria, modéstia, disponibilidade e atenção com todos/as.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

GOUVEIA, A. J. A pesquisa educacional no Brasil. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-48, 1971.

GOUVEIA, A. J. Democratização do ensino e oportunidades de emprego. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

GOUVEIA, A. J. Preference for different types of secondary schools among various ethnic groups in São Paulo, Brazil. Sociology of Education, n. 2, Spring, 1966.

GOUVEIA, A. J. Professoras de amanhã: um estudo de escolha ocupacional. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1965.

GOUVEIA, A. J.; HAVIGHURST,R. J. Ensino médio e desenvolvimento. São Paulo: Companhia Editora Melhoramentos; Editora Universidade de São Paulo, 1969.

SOBRE O AUTOR

LUDKE, M. Aparecida Joly Gouveia. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores).

QUEIRÓZ JÚNIOR, T. À professora Aparecida Joly Gouveia. Homenagem. Rev. Fac. Educ., São Paulo, v. 24, n. 2, s.p., jul. 1998 Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-25551998000200013. Acesso em: 20 fev. 2022.

SÁ BARRETO, E. S. Em memória da professora Aparecida Joly Gouveia. Homenagem. Rev. Fac. Educ., São Paulo, v. 24, n. 2, s.p., jul. 1998 Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-25551998000200013. Acesso em: 20 fev. 2022.

Foto: Escola de Sociologia e Política de São Paulo

CYRO BERLINCK

Por **Rodrigo Estramanho de Almeida**
(FESPSP)

A história da Sociologia no Brasil não pode ser reconstruída apenas pela abordagem das realizações de sociólogos stricto sensu. A emergência do ensino universitário no Brasil é fenômeno moderno com seus inícios delineados a partir dos anos 1930 e houve aqueles que se dedicaram à formação institucional do campo das ciências sociais mesmo que não fossem personalidades formadas de forma específica na área.

Assim, são muitos os nomes que devem figurar nessa história não porque tiveram formação institucional no campo do conhecimento sociológico, mas sim porque dedicaram parte importante de suas carreiras profissionais à formação de instituições voltadas ao ensino e à pesquisa em Sociologia.

Este é o caso de Cyro Berlinck, paulistano nascido em 6 de janeiro de 1900, filho de Horácio Berlinck (1868-1948), percursor da técnica contábil no setor industrial paulistano e principal incentivador da criação da Escola de Comércio Álvares Penteado; instituição batizada com o nome deste membro da elite industrial paulistana, chefe do pai de Cyro na Companhia Votorantim.

VOLTA AO SUMÁRIO

Cyro Berlinck, realizou os estudos primários e o ginasial no conceituado colégio São Bento e ingressou, aos 19 anos, na Escola Politécnica de São Paulo – atual Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – formando-se em Engenharia Química em 1923.

Desde muito jovem e, provavelmente por influência do pai e da ambiência progressista que vivia a cidade em que nasceu e viveu, Cyro nutriu e cultivou interesses diversos por ciências e humanidades. Fluente nas línguas inglesa e francesa pôde ler com afinco muitos dos escritos de ciências sociais publicados nestes idiomas entre fins do século XIX e inícios do XX, antes mesmo de serem traduzidos para a língua portuguesa.*

Em idos das décadas de 1920 e 30, o circuito intelectual paulistano entrelaçava-se ao circuito social da elite comercial e industrial. Essas relações cruzadas levaram Cyro ao corpo administrativo da Companhia Têxtil Santa Basilissa, indústria bragantina da qual se tornaria presidente desde o falecimento do dirigente anterior, Dr. Geraldo Tosta, permanecendo no cargo até seu falecimento, em 20 de novembro de 1974.

Na década de 1940, devido à sua ligação com Roberto Simonsen (1889-1948) – engenheiro, economista e senador da república no primeiro período democrático após a era de Vargas – Cyro Berlinck, foi convidado a integrar comissões do Serviço Social da Indústria (SESI), onde promoveu diversas atividades de formação, estudos e pesquisas voltadas à produtividade e desenvolvimento industriais.

A relação de Berlinck com Simonsen, entretanto, vinha desde os tempos de sua passagem pela Escola Politécnica e justamente nos diálogos dessa amizade é que surgiu a ideia de criação de uma instituição que pudesse reunir intelectuais preocupados com os rumos do Brasil e que esses rumos pudessem ser pensados pela nova ciência que ganhava força nas principais universidades estrangeiras: a sociologia.

A ideia foi levada aos saraus e debates promovidos por José de Freitas Valle (1870-1958) em sua residência na Vila Mariana, espécie de salão intelectual à moda francesa, onde membros da elite intelectual, industrial e financeira da capital paulista reuniam-se para debater artes, literatura, política e sociedade.

Em fins de 1932, após a derrocada paulista na guerra e, preocupados com os rumos da modernização do país, a ideia foi fomentada nos debates da Villa Kyrial e levada à frente por Roberto Simonsen, Tácito de Almeida (1889- 1940), Rubem Borba de Moraes (1899-1986) e, com a liderança de Cyro Berlinck, será criado o núcleo original da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo – ELSP.

A Escola Livre de Sociologia e Política terá lugar nas instalações da Escola de Comércio Álvares Penteado – instituição dirigida por Horácio Berlinck. Muitas das figuras participantes dos debates na Villa Kyrial serão os signatários do manifesto de fundação da escola, tais como José de Alcântara Machado (1875-1941), Alexandre de Albuquerque (1880-1940), Antonio

Piccarolo (1863-1947), Mário de Andrade (1893-1945), Sergio Milliet (1898- 1966), Tacito de Almeida, Rubem Borba Moraes, entre outros.

Dentre esses nomes, destacaram-se aqueles que compuseram o corpo diretivo da Escola de Sociologia e Política de São Paulo: Tácito de Almeida tornou-se presidente do Conselho Superior e, junto com Simonsen, cuidava da viabilidade financeira da instituição. Cyro Berlinck e Sérgio Milliet ficaram encarregados de montar o programa pedagógico. Assim, em 27 de abril de 1933 teria início o primeiro curso de Sociologia do país, bem como a direção de Berlinck à frente da Escola Livre de Sociologia e Política e, posteriormente, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, onde permaneceu como diretor geral até o ano de 1966.

Sob a gestão de Cyro Berlinck, a escola tomou corpo, pois, atento ao que havia na produção internacional na Sociologia de matriz mais empírica e aplicada, vai convidar e buscar financiamento para que intelectuais estadunidenses, destacadamente Samuel Lowrie (1894-1975) e Horace Davis (1898-1999), viessem compor o quadro docente da instituição. Do mesmo modo, em 1939, buscando desenvolver mais a produção teórica, assim como o escorço metodológico do curso, será responsável pela contratação do sociólogo estadunidense Donald Pierson (1900-1995). Não resta dúvida que o caráter cosmopolita e inovador dos primeiros anos do curso de Sociologia e Política da Escola de Sociologia e Política de São Paulo deveu-se muito à atuação política e administrativa de Berlinck.

Ainda, entre o exercício do cargo de presidente da Companhia Têxtil Santa Basilissa e a direção geral da Escola de Sociologia e Política, Berlinck esforçou-se cotidianamente na busca de parcerias, projetos e estudos que a ESP pudesse realizar junto a órgãos governamentais de modo que a instituição conseguisse, simultaneamente, recursos financeiros e campo objetivo para aplicação de seus conhecimentos. Não era raro, pois, que os estudantes realizassem atividades de campo muitas vezes relacionadas a projetos e pesquisas focados em alguma política em implantação pelo setor público.

Além de sua contribuição direta na condução da Escola de Sociologia e Política, Berlinck também criou espaço para que a instituição passasse a abrigar e financiar, a partir de 1939, a Revista Sociologia e Política – um dos principais veículos da produção científica de ciências sociais no país até a década de 1960 – bem como foi responsável pelo acolhimento do curso de Biblioteconomia na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, quando esse foi retirado, na gestão de Prestes Maia, do Departamento Municipal de Cultura de São Paulo. Ainda, em 1954 – durante o quarto centenário da cidade de São Paulo – conseguiu ensejar e realizar a compra pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – do casarão da Rua General Jardim onde até os dias atuais situa-se a sede da Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Sinal claro de seu destaque na formação e consolidação do campo da sociologia brasileira, Berlinck ocupou, entre 1937 e 1950, sob a presidência de Fernando Azevedo (1894-1974), o cargo de segundo secretário no corpo diretivo da Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS.

Como homem de administração e política, Cyro Berlinck (1900-1974) destacou-se muito, mas nenhuma de suas atuações legou mais do que os resultados de seu esforço incansável à frente da Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Entrementes, ainda produziu bons artigos sobre o lugar e os rumos da sociologia e dos sociólogos no Brasil, em escritos tais como Liderança e liberdade de 1934 e; Rumos da pesquisa social no Brasil de 1961.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

BERLINCK, C. A Escola de Sociologia e Política no XXV aniversário (1933- 1958). Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais, v. 20, n. 2, p. 127-135, 1958. Disponível em: http://biblioteca.fespsp.org.br:8080/pergamumweb/vinculos/000011/000011d3.pdf. Acesso em: 11 nov. 2021.

BERLINCK, C. A Fundação como instituição social no Brasil. Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais, v. 22, n. 3, p. 298- 301, 1960. Disponível em: http://biblioteca.fespsp.org.br:8080/pergamumweb/vinculos/000011/ 000011d4.pdf. Acesso em: 11 nov. 2021.

BERLINCK, C. Rumos da pesquisa social no Brasil. Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais, v. 23, n. 4, p. 371-374, 1961. Disponívelem: http://biblioteca.fespsp.org.br:8080/pergamumweb/vinculos/000011/ 000011d5.pdf. Acesso em: 11 nov. 2021

BERLINCK, C. Liderança e liberdade. Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais, v. 26, n. 3, p. 281-305, 1964. Disponívelem: http://biblioteca.fespsp.org.br:8080/pergamumweb/vinculos/000011/ 00001102.pdf. Acesso em: 11 nov. 2021.

SOBRE O AUTOR

KANTOR, I.; MACIEL, D.; SIMÕES, J. A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação – 1933-1953 / depoimentos. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2009.

* Agradeço à sra. Maria Helena Berlinck, filha de Cyro, pelo depoimento sobre seu pai, concedido em novembro de 2021.

DELGADO DE CARVALHO

Por **Cristiano das Neves Bodart** (UFAL)

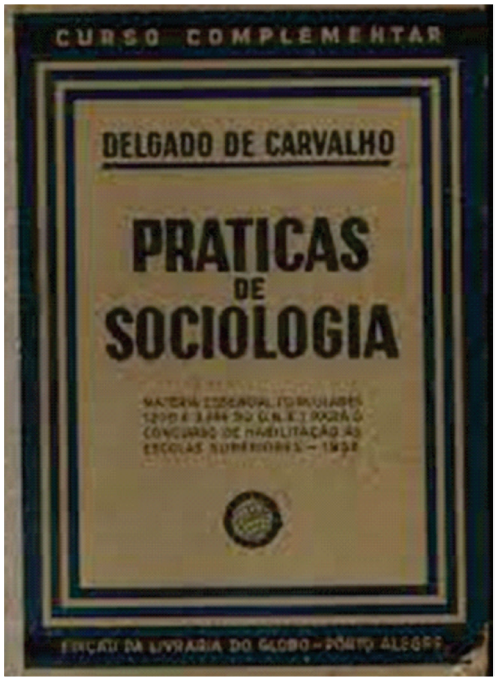
Carlos Miguel Delgado de Carvalho (1884, Paris – 1980, Rio de Janeiro) é figura incontornável quando o assunto é a história do ensino das Ciências Sociais no Brasil, especialmente de Sociologia e de Sociologia da Educação para o ensino secundário. Delgado de Carvalho ganhou notoriedade também na Geografia, tendo publicado a obra "Metodologia do ensino geográfico" (1925), considerado, pelo seu caráter inovador, um dos trabalhos de Geografia mais importantes da primeira metade do século XX.

Carlos Delgado era filho de Carlos Dias Delgado de Carvalho, diplomata brasileiro de ideais monarquistas, e de Lydia Tourinho Delgado de Carvalho. Quando nasceu, seu pai exercia a função de Secretário da Legação do Império do Brasil em Paris, por isso, sua nacionalidade era brasileira. Delgado de Carvalho ficou órfão de mãe dias após seu nascimento, em 08 de maio de 1884.

Descendente dos viscondes de Tourinho e de Itaboraí, famílias vinculadas à nobreza, teve uma formação erudita, tendo estudado em instituições educacionais europeias famosas. Seus estudos tiveram início na In-

VOLTA AO SUMÁRIO

glaterra, quando morou com seus tios maternos. Após seu pai se casar pela segunda vez, Delgado de Carvalho, com 11 anos, voltou para a França, onde concluiu a educação básica no Colégio São Tomás de Aquino, um internato dominicano localizado em Lyon. Não desejando retornar para a casa de seu pai, ingressou no exército. Tendo que deixar o exército, ingressou na Universidade de Lyon, graduando-se em Letras. Depois cursou Direito, pela Universidade de Lausanne, na Suíça e Ciência Política, na École Libre des Sciences Politiques. Essa trajetória o pôs em contato com ideias liberais e democráticas, já que sua socialização primária esteve sob concepções monarquistas.



Com o propósito de pesquisar o Brasil, em 1905, aos 21 anos, veio para o Rio de Janeiro para elaborar sua tese de doutoramento, "Le Brésil Méridional: Étude Économique Sur Les États Du Sud, S. Paulo, Paraná, Santa-Catharina Et Rio-Grande-Do-Sul". No ano seguinte mudou-se em definitivo para o Rio de Janeiro. O pai – que odiava o Brasil por perder seu cargo com o advento da República – decepcionado com suas posições ideológicas e por seu interesse pelo Brasil, o deserdou. Sua tese, intitulada "Un Centre Économique Au Brésil – L' État de Minas en 1908", foi defendida em 1910.

Assim que chegou ao Rio de Janeiro trabalhou para o Jornal do Comércio. Depois passou a editar a Revista Americana, o que lhe proporcionou contato com os fundadores da Escola de Recife. Apesar de ter cidadania brasileira, não dominava a língua portuguesa (falava inglês, francês e alemão), por isso, os seus artigos eram inicialmente escritos em francês e traduzidos por companheiros de trabalho. Em razão desta mesma dificuldade, em 1910 escreveu seu famoso livro: "Le Brésil Méridional: Étude Économique Sur Les États Du Sud, S. Paulo, Paraná, Santa-Catharina Et Rio-Grande-Do-Sul", na língua de Molière.

No Brasil destacou-se em diversas áreas, tais como na Educação, na Sociologia e na Geografia. Sua trajetória como educador teve início na Suíça, dando aulas de História no Collège Champittet. No Brasil, Delgado foi aprovado no concurso para lecionar Inglês no Colégio Pedro II. Em 1927 passou a dar aulas de Sociologia nessa instituição e em 1933, foi designado ao cargo de diretor daquele colégio. Delgado de Carvalho também atuou em outras instituições de ensino, como a Universidade do Brasil. Ao longo de sua carreira como professor, lecionou as

disciplinas de Inglês, Geografia, História Moderna e Sociologia. Esteve presente nos debates educacionais dos anos de 1920, integrando o movimento Escola Nova. Em 1924, participou da fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE), contribuindo para a institucionalização do debate em torno dos problemas da escolarização no Brasil. Por seu prestígio de autor de manuais escolares, no ano de 1938, foi convidado para integrar a primeira Comissão Nacional do Livro Didático. Em 1953, foi convidado para escrever o manual de História Geral para a Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (Caldeme), instituída por Anísio Teixeira, no âmbito do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep).

No campo da Sociologia, Delgado de Carvalho exerceu, nos anos de 1930, um papel importante na consolidação da Sociologia como disciplina escolar na escola secundária. Sendo o primeiro catedrático de Sociologia no Colégio Pedro II, foi responsável, em 1929, por reformular o programa de Sociologia. Suas notas de aula deram origem ao fascículo "Sociologia: Summarios do Curso do Sexto Anno" (1930), que foi ampliado e publicado no ano seguinte como manual escolar. Esse tornou-se rapidamente referência para outros manuais e apoio didático para muitos professores de Sociologia. Ao estabelecer diálogo entre o conhecimento científico e a metodologia de ensino, trouxe contribuições para pensarmos o ensino de Sociologia escolar, sobretudo que seja prático e voltado à realidade dos estudantes. Em "Princípios de Sociologia" (1935), Fernando de Azevedo destacou o papel pioneiro de Delgado de Carvalho no ensino de Sociologia no Brasil.

Delgado de Carvalho se aposentou no ano de 1955. Ao longo de sua vida, Delgado de Carvalho publicou 49 obras, englobando as áreas da Geografia, Sociologia, Estatística, História e Educação. Entre suas produções no âmbito do ensino de Sociologia estão "Sociologia: Summarios do Curso do Sexto Anno (1930; 1931)", "Sociologia Educacional" (1933), "Sociologia Experimental" (1934), "Sociologia Aplicada" (1935) e "Práticas de Sociologia" (1937). Além dessas obras, também publicou "Sociologia e Educação" (1934), esta, diferentemente das demais, não era um manual escolar. Por meio de suas obras deixou claro que não visava o pensamento original, mas a divulgação da Ciência no Brasil.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

CARVALHO, Delgado de. *Sociologia educacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

CARVALHO, Delgado de. *Sociologia experimental*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

CARVALHO, Delgado de. *Práticas de Sociologia*. Porto Alegre: Ed. da Livraria do Globo, 1938.

SOBRE O AUTOR

COSTA, Patrícia Coelho. *A voz do mestre:* trajetória intelectual de Carlos Delgado de Carvalho. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2007.

SOARES, Jefferson da Costa. Ensino de Sociologia no Brasil: o pioneirismo do Colégio Pedro II (1925-1942). *Revista Café com Sociologia*, v. 4, n. 3, dez., 2015.

JOSÉ ARTHUR RIOS

Por **Thiago da Costa Lopes** (FIOCRUZ)

José Arthur Alves da Cruz Rios nasceu no Rio de Janeiro, a 24 de maio de 1921, em uma família de classe média, de origem baiana, pelo lado paterno, e portuguesa, pelo lado materno. Seu pai, funcionário público municipal, era o último de sete filhos de Arthur César Rios, senador da Primeira República pela Bahia, e foi o responsável por lhe transmitir o gosto pela leitura. Rios realizou o ensino secundário no Ginásio Bittencourt Silva e o curso complementar, à época obrigatório para o ingresso na universidade, no antigo Instituto de Educação do Estado do Rio de Janeiro, ambos em Niterói. Em fins dos anos 1930, foi admitido na Faculdade de Direito de Niterói, onde se formou em 1943. Além da advocacia, passou a ministrar disciplinas em letras e humanidades em ginásios e História Moderna no Instituto Santa Úrsula. Em seus primeiros trabalhos, como a Novela Representativa na América Espanhola, é visível a ascendência intelectual de seu antigo professor do curso complementar, o escritor e historiador pernambucano Silvio Júlio de Albuquerque e Lima.

Ainda neste período, Rios ingressou no curso de ciências sociais da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) da Universidade do Brasil (atual UFRJ), insti-

VOLTA AO SUMÁRIO

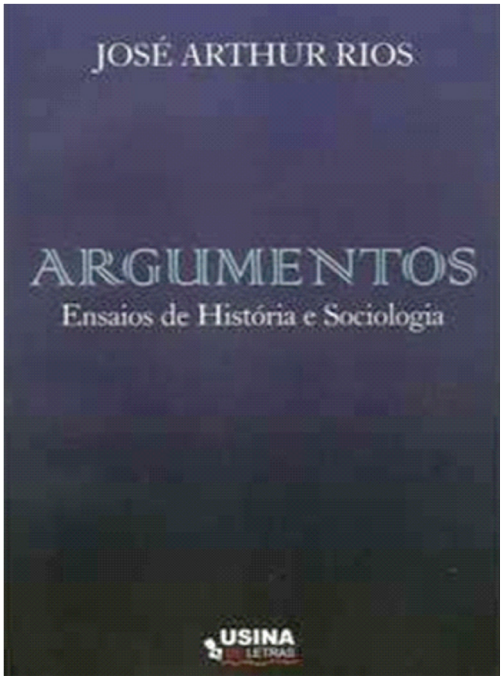
tuição que recebeu os cursos da Universidade do Distrito Federal (UDF), criada em 1935 e fechada em 1939 em pleno Estado Novo, sob a gestão do ministro da Educação e da Saúde de Vargas, Gustavo Capanema.. Embora Rios não o tenha concluído, o curso foi decisivo para a identificação progressiva de sua trajetória à sociologia e a círculos intelectuais reformadores de orientação católica. Foi aluno dos professores da missão francesa, como René Poiré, Maurice Byé e Jacques Lambert. Na turma de ciências sociais, conheceu sua futura esposa, Regina Alves de Figueiredo, que era filha do falecido Jackson de Figueiredo, representante da intelectualidade católica nos anos 1920 e fundador do Centro Dom Vital.

Convertendo-se ao catolicismo, Rios passou a frequentar, nos anos 1940, o Mosteiro de São Bento e o Centro Dom Vital. Este último era dirigido por Alceu Amoroso Limo e frequentado por nomes como Hamilton Nogueira, Alfredo Lage, Américo Piquet Carneiro e o médico cearense José Fernando Carneiro, com quem Rios desenvolveu vínculos estreitos. A instituição, considerada pelo sociólogo importante espaço de socialização intelectual, foi sua porta de entrada para o engajamento político. Em 1945, ao lado de Fernando Carneiro, Rios cerrou fileiras nas hostes da chamada Resistência Democrática. Grupo politicamente heterogêneo, formado em parte por segmentos dos estratos médios urbanos em ascensão, a Resistência fez oposição ao queremismo nos jornais e, nos estertores do Estado Novo, publicou manifesto exigindo a imediata deposição de Vargas. Com a redemocratização, Rios ingressou no Partido Libertador, de Raul Pila, que, ao lado da União Democrática Nacional, constituiu a oposição política a Vargas, Juscelino e Goulart nos anos seguintes.

Por meio de contatos nos círculos católicos, como Alberto Guerreiro Ramos, contemporâneo da turma de ciências sociais, e Hilgard Sternberg, do curso de História e Geografia da FNFi, Rios se aproximou da sociologia americana, cuja veiculação no país se beneficiava sobretudo da atuação de Donald Pierson na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP). No pós- guerra, ele realizou o mestrado em Sociologia Rural na Universidade Estadual da Louisiana sob a orientação de T. Lynn Smith, nome ligado à institucionalização daquela disciplina nos EUA que, desde fins dos anos 1930, vinha realizando viagens ao Brasil, especialmente às suas porções rurais, na esteira da Política de Boa Vizinhança encampada pelo governo Roosevelt.

Rios manteve duradouros laços de cooperação intelectual com Smith, convergindo, em muitos pontos, com os ideais reformadores característicos dos sociólogos rurais americanos vinculados ao New Deal. A convite de Smith, lecionou em universidades como Vanderbilt e Flórida. Ao retornar ao Brasil, ele se empenhou na institucionalização da Sociologia Rural no país e na implementação de programas de reforma agrária e educação de base capazes de alterar as condições de vida do homem do campo. Tratava-se, em última análise, de substituir a rudimentar e polarizada estrutura de classes da sociedade rural brasileira, cindida entre uma elite latifundiária absenteísta e uma massa de despossuídos, por um mundo de pequenas famílias de agricultores de classe média, vistas como fonte de uma cultura cívica e democrática.

No centro das preocupações de Rios estava aquilo que identificava, na esteira de tradições do pensamento social brasileiro, como o problema do insolidarismo, que demandaria, a seu ver, o estímulo a formas pujantes de associativismo local, capazes de contrabalançar o peso tradicionalmente exercido, na história do país, pelos particularismos familistas, por um lado, e pela ação centralizadora do Estado, por outro. Não à toa, a noção de comunidade se tornou cardinal em sua sociologia.



Não logrando inserção nos principais centros universitários do país ao concluir sua formação, Rios se dedicou a atividades de ensino e pesquisa nas ciências sociais em agências do Estado e organismos privados dedicados ao planejamento de políticas públicas. Nestes espaços, buscou levar adiante sua agenda científica e reformadora. No início do Segundo Governo Vargas, integrou a Comissão Nacional de Política Agrária presidida pelo ministro da Agricultura João Cleofas. Foi um dos idealizadores e primeiro coordenador, entre 1950 e 1952, da Campanha Nacional de Educação Rural do Ministério da Educação e da Saúde, iniciativa inspirada nos programas de educação fundamental propugnados no pós-guerra por organismos multilaterais como a Unesco em meio às crescentes preocupações, características dos primórdios da Guerra Fria, com o auxílio ao desenvolvimento das áreas pobres do mundo pelas potências ocidentais. Entre 1953 e 1957, Rios trabalhou no Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), tornando-se chefe de sua Seção de Pesquisas Sociais. Data deste período a publicação de Educação dos Grupos (1954), livro que sintetiza sua experiência de ensino para profissionais de educação e saúde envolvidos em políticas públicas para as zonas rurais do país. Em 1957, ele se tornou assessor técnico do Senado Federal, passando a atuar principalmente em temas ligados à educação e à reforma agrária. No governo João Goulart, contribuiu com a elaboração, encabeçada pelo engenheiro Paulo de Assis Ribeiro, de projetos de reforma agrária que servissem ao programa das oposições no parlamento.

A produção intelectual de Rios se desenvolveu, em grande medida, a partir de entrecruzamentos da sociologia rural americana com correntes do pensamento social da Igreja de inclinação reformadora que buscavam se manter equidistantes tanto do antigo liberalismo individualista quanto das soluções de corte socialista para os problemas da ordem moderna.

Este foi o caso, principalmente, do movimento Economia e Humanismo, liderado pelo frei dominicano Louis-Joseph Lebret.

Rios se tornou um importante interlocutor brasileiro das redes transnacionais de Lebret, assumindo, em fins dos anos 1950, a direção do escritório carioca da Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS), agência de estudos dedicada ao planejamento social e urbano fundada no Brasil pelo grupo de Lebret nos moldes de sua congênere francesa, a SAGMA. Neste período, por encomenda do jornal O Estado de São Paulo, Rios dirigiu uma das primeiras pesquisas sociológicas sistemáticas e de fôlego sobre as favelas, Aspectos Humanos da Favela Carioca (1960). A pesquisa tornou o escritório de Rios passagem obrigatória de pesquisadores nacionais e estrangeiros interessados no fenômeno urbano das favelas, como o norte-americano Anthony Leeds. Entre 1960 e 1961, Rios atuou como secretário de Assuntos Sociais do Estado da Guanabara no governo recém-instituído de Carlos Lacerda, buscando, sem sucesso, implementar programa de recuperação das favelas do Rio de Janeiro nos moldes comunitaristas de sua sociologia.

Desligando-se do grupo paulista da SAGMACS, Rios se manteve à frente de seu escritório, rebatizado de Sociedade de Pesquisa e Planejamento (SPLAN) e, posteriormente, de Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Social e Econômico (INED). Através dele, realizou diferentes pesquisas ao longo dos anos, como o estudo sobre desenvolvimento e artesanato no Ceará, por encomenda SESI, e, em fins dos anos 1960, levantamento visando à melhoria das condições de vida na favela de Alagados, em Salvador, a pedido do governo baiano.

Em 1969, Rios se tornou professor do Departamento de Sociologia da PUC- RJ. Seu ingresso relativamente tardio na vida docente universitária não foi isento de tensões na atmosfera ideologicamente carregada da ditadura militar. Suas posições anticomunistas o indispuseram, por vezes, com alunos e professores identificados às esquerdas. De 1979 a 1991, foi professor de Sociologia da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de

Janeiro. Novos temas passaram a ocupar suas reflexões sociológicas a partir de então, como a violência, o crime e a reforma do sistema prisional. Data deste período seu envolvimento com diferentes comitês e conselhos das Nações Unidas ligados a pesquisa criminológica. Entre 1986 e 1989, fez parte do Conselho de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça.

De meados dos anos 1960 até o final de sua vida, Rios integrou igualmente diferentes conselhos no terreno da educação, como os da Capes (1964-1970), da Comissão Fulbright no Brasil (1966-1968), da Fundação Movimento de Desenvolvimento Econômico e Social (MUDES) (1973-1978), e da Fundação Brasileira de Educação (FUBRAE), que chegou a presidir (1973-1976). Em 1993, passou a integrar a União dos Juristas Católicos a convite do arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Salles. Foi ainda membro do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, contribuindo com ensaios para sua Carta Mensal, e membro titular do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, onde exerceu o cargo de vice-presidente.

A orientação humanista católica de Rios, centrada no esforço de reformar as estruturas sociais e econômicas da modernidade, colocando-as "ao alcance do ser humano", conforme expressão empregada por Lebret, transparece não apenas em sua obra sociológica, mas também em sua produção literária, como se depreende dos livros de poesia Guarda Noturno (1955) e Objetos não são coisas (2013).

Após o falecimento do sociólogo, a 16 de setembro de 2017, no Rio de

Janeiro, seu arquivo pessoal foi doado à Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

RIOS, J. A. *Educação dos Grupos*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária LTDA, 1987 [1954], 5ª edição.

SAGMACS. *Aspectos humanos da favela carioca*. O Estado de São Paulo, São Paulo, 13 abr. & 15 abr., 1960.

SOBRE O AUTOR

LIMA, N. T.; MAIO, M. C. Ciências sociais e educação sanitária: a perspectiva da Seção de Pesquisa Social do Serviço Especial de Saúde Pública na década de 1950. *Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos*, v. 17, n. 2., 2010.

LOPES, T. D. C; MAIO, M. C. Comunidade e democracia na sociologia de T. Lynn Smith e José Arthur Rios. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 95, 2017.

LOPES, T. D. C. *Em busca da comunidade:* ciências sociais, desenvolvimento rural e diplomacia cultural nas relações Brasil – EUA. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2020.

LUCILA HERRMANN

Por **Odil Matheus Fontella** (GEEO/PUCRS)

A socióloga Lucila Herrmann nasceu em São Carlos (SP), em 1902, e morreu, na mesma cidade, em 1955. Lucila é nome fundamental a ser resgatado por três áreas da Sociologia no Brasil: Urbana, Histórica e, especialmente, Econômica.

Alguns dados sobre a formação acadêmica dessa pioneira da Sociologia Econômica no país: em 1938 – Bacharel em Ciências Sociais e Políticas pela FFCL-USP; em 1940 – Licenciada em Didática pela FFCL-USP; em 1946 – Mestre em Ciências em 1946 (com uma dissertação sobre Organização Social dos Índios Vapidiana); em 1945 – Doutora (tese: Evolução da Estrutura Social de Guaratinguetá num Período de Trezentos Anos). Lucila é assistente do sociólogo e antropólogo francês Roger Bastide na FFCL, chefe de pesquisas envolvendo alunos de graduação na mesma instituição e professora de Sociologia na Escola Normal de Guaratinguetá (SP). Ela assume, em 1947, a chefia do setor de pesquisas sociais do Instituto de Administração da Universidade de São Paulo.

Entre 1938 e 1954, Lucila aborda diversas temáticas, sejam diacrônicas (históricas), sejam sincrônicas (contemporâneas), do Estado de São Paulo, privilegiando igualmente a análise do espaço (aspectos geográ-

VOLTA AO SUMÁRIO

ficos): a árdua e tocante realidade do trabalho infantil em Guaratinguetá, município sobre o qual examina também seus ciclos econômicos e a influência desses sobre a formação e a mudança de classes sociais; a industrialização, urbanização e infraestrutura viária da cidade de São Paulo; o desenvolvimento desigual do Estado de São Paulo em atividades agrícolas e industriais, com atenção a distintos aspectos, tais como capitais investidos, produção e rendimentos obtidos, questões fiscais e administrativas e diferenças socioeconômicas intra e intermunicipais; a rotatividade (turnover) de mão-de-obra, ora na indústria têxtil, ora em uma companhia de aviação comercial (a Panair), sendo nessa área de estudo uma autora igualmente desbravadora na

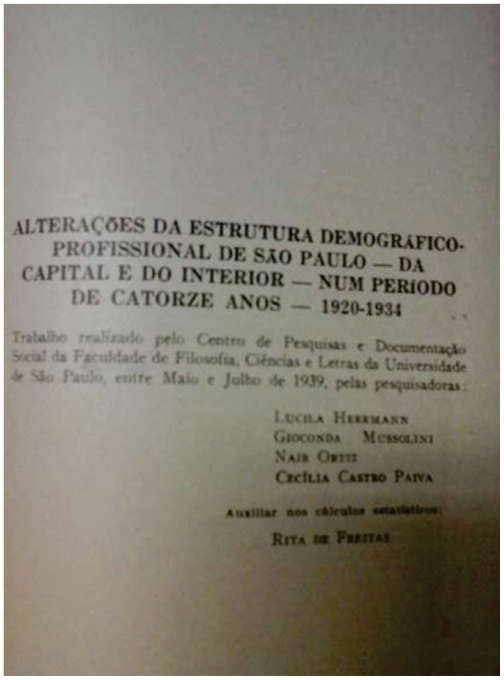
Sociologia Econômica produzida no Brasil, ao lado de Fernando de Azevedo e de Szmul Jakob Goldberg, ou Kuba Goldberg; outra área de atuação pioneira de Lucila trata de organização do trabalho e administração, aqui com acompanhamento muito próximo do sociólogo Mario Wagner Vieira da Cunha.

Lucila Herrmann é autora de intensa orientação empírica, com emprego de diversos métodos (histórico-documental, estatístico, etnográfico) e técnicas de pesquisa (entrevistas, questionários, observação, dados censitários, cartografia, fotografia). Lucila também embasa suas pesquisas em amplas fontes teóricas e epistemológicas, com conhecimento explícito de diversas correntes sociológicas, entre as quais a Escola Durkheimiana (Émile Durkheim, Maurice Halbwachs, Marcel Mauss e, notadamente, François Simiand) e a Escola de Chicago e a abordagem da Ecologia Humana e Social (Robert Ezra Park). Observa-se que em 2017 foi republicado em revista estudo de Lucila Herrmann sobre o denominado método ecológico, aqui com influência não apenas de Park, mas também de outro sociólogo norte- americano, Donald Pierson, que trabalhou por diversos anos no Brasil.

Entre os diversos artigos, estudos, palestras e comunicações que Lucila Herrmann publica, individualmente ou em colaboração, estão: O Trabalho Infantil em Guaratinguetá (1940); Alterações da Estrutura Demográfico-Profissional de São Paulo – da Capital e do Interior – num Período de Catorze Anos – 1920-1934 (1943, com introdução de Roger Bastide); Evolução da Estrutura Social de Guaratinguetá num Período de Trezentos Anos (1948, tese editada na íntegra na Revista de Administração, publicação da USP, e que teve reedição fac-símile em 1986). Nesse último estudo citado, Lucila discorre sobre três séculos de economia em Guaratinguetá e indica quatro ciclos: Ciclo da Economia de Subsistência (1630-1775); Ciclo dos Engenhos (1775-1836); Ciclo do Café (1805-1920) e Ciclo Atual (1900-1944). Para cada ciclo, a autora analisa a evolução ecológica de Guaratinguetá (movimentos da população, desenvolvimento urbano e desenvolvimento rural), estrutura econômica, estrutura das famílias, estrutura política, composição da população e aspectos culturais da localidade paulista. A obra inclui vasta documentação histórica e variada bibliografia. Outros estudos de Lucila Herrmann aqui considerados são: Desenvolvimento Industrial dos Municípios Paulistas (1949); O "turnover" nos serviços de navegação aérea" (1951); Alguns Aspectos da Composição do Par-

que Industrial Têxtil de São Paulo (Capital) de 1944-45 a 1949 (1952, juntamente com Luiz Cunha Castro).

Além de destaque em atividades de pesquisa e de docência, Lucila Herrmann está entre os fundadores da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Ela participa ativamente dos debates acadêmicos do I Congresso Brasileiro de Sociologia, em São Paulo, em 1954, e destacam-se dois temas abordados pela socióloga nesse evento histórico: o papel fundamental da pesquisa no ensino de Sociologia para jovens (entre esses iniciados que treinou em pesquisa em Ciências Sociais estão Fernando Henrique Cardoso, Ruth Cardoso e Maria Sylvia de Carvalho Franco) e, no caso particular da Sociologia Econômica, Lucila volta a tratar da questão da mobilidade de mão-de-obra.


ALTERAÇÕES DA ESTRUTURA DEMOGRÁFICO-PROFISSIONAL DE SÃO PAULO — DA CAPITAL E DO INTERIOR — NUM PERÍODO DE CATORZE ANOS — 1920-1934

Trabalho realizado pelo Centro de Pesquisas e Documentação Social da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, entre Maio e Julho de 1939, pelas pesquisadoras:

LUCILA HERRMANN
GIOCONDA MUSSOLINI
NAIR ORTIZ
CECÍLIA CASTRO PAIVA

Auxiliar nos cálculos estatísticos:

RITA DE FREITAS

Neste resgate, recorda-se que Lucila Herrmann obtém reconhecimento acadêmico, em vida e postumamente, por figuras igualmente fundamentais da Sociologia Econômica no Brasil: os já citados Roger Bastide e Mario Wagner Vieira da Cunha, além de Emilio Willems, Antonio Candido, Oracy Nogueira e Florestan Fernandes. A essa lista, integram-se o antropólogo e médico Thales de Azevedo e o historiador norte- americano Warren Dean. Em março de 1955, mês de sua morte, o noticiário da revista Sociologia, fundada em 1939 por Romano Barreto e Emilio Willems, e que é a mais importante publicação dessa área no país até 1966, é de homenagem a Lucila Herrmann, lamentando sua perda para a Sociologia, em geral, e para a Sociologia Econômica, em particular. Já Antonio Candido (1958[1954]) a considera como autora pioneira de estudos sociológicos, de base estatística ou econômica ou ambas, sobre urbanização. Conforme diversas reportagens do jornal Correio Paulistano, Lucila Herrmann também participa ativamente, nos anos 1940, da União Universitária Feminina de São Paulo e do Movimento Feminino Brasileiro.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

HERRMANN, L.; MUSSOLINI, G.; ORTIZ, N.; PAIVA, C. C; FREITAS, R. D.. Alterações da Estrutura Demográfico-Profissional de São Paulo – da Capital e do Interior – Num Período de Catorze Anos – 1920-1934. *Revista do Arquivo Municipal*, 89, 1943, p.7-104.

HERRMANN,L.. Estudo do Desenvolvimento de S. Paulo através da Análise de uma Radial: – A Estrada do Café (1935). *Revista do Arquivo Municipal*, Ano X, Volume XCIX, Novembro-Dezembro 1944, p.7-44.

HERRMANN, L. Evolução da Estrutura Social de Guaratinguetá num Período de Trezentos Anos. *Revista de Administração*, Ano II, Números 5-6, Março-Junho de 1948, p.3-326.

HERRMANN, L. Características da Evolução Agrícola dos Municípios Paulistas. *Revista de Administração*, Ano II, N.8, Dezembro de 1948, p.3-45.

HERRMANN, L.; CASTRO, L. C. Alguns Aspectos da Composição do Parque Industrial Téxtil de São Paulo (Capital) de 1944-45 a 1949. *Revista de Administração*, Ano VI, NÚMEROS 21-22-23-24, Janeiro-Dezembro 1952, p.59- 82.

HERRMANN, L. O método ecológico em Sociologia. RBSE *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 16, n. 48, p. 149-165, dezembro de 2017 (Publicado originalmente em Sociologia. Revista didática e científica, v. 1, n. 3, p. 106-133, agosto de 1939).

Foto: cultura.al.gov.br

MANUEL DIÉGUES JÚNIOR

Por **Elder Patrick Maia Alves** (UFAL)

O cientista social Manuel Baltazar Pereira Diégues Júnior nasceu em Maceió no dia 21 de setembro de 1912, e faleceu na cidade do Rio de Janeiro, em 28 de novembro de 1991. Filho da classe média urbana em formação, Diégues pertence a última geração de cientistas sociais urdida nos antigos cursos de ciências jurídicas e sociais. No seu caso, completou os estudos universitários em 1935, concluído na Faculdade de Direito de Recife. Durante os dois últimos anos de sua graduação, frequentou rotineiramente os cursos livres de sociologia regional e rural oferecidos por Gilberto Freyre.

Foi pelas mãos do mestre de Apipucos que Diégues Júnior fez a sua imersão nas ciências sociais. A trajetória de Diégues foi pontilhada pela construção paulatina de três competências recorrentes e comuns entre as elites técnicas e intelectuais brasileiras, mas que muito raramente se combinam e se acomodam em um único indivíduo. Primeiro, Diégues construiu uma sólida carreira de pesquisador e professor universitário, exercitando a pesquisa e o magistério no âmbito da antropologia e da sociologia por cerca de trinta anos, integrando o corpo

VOLTA AO SUMÁRIO

docente do Departamento de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Nessa frente, amealhou reconhecimento intelectual e contribuiu diretamente para sofisticação teórica e o enriquecimento da fortuna crítica dos estudos que compõem a vertente do culturalismo brasileiro, que tem como nomes seminais Gilberto Freyre e Sérgio Buarque.

Essa primeira frente, que podemos chamar de intelectual-científica, foi definida e consolidada pela publicação de três obras que projetaram o nome de Diégues no âmbito das ciências sociais brasileiras: "O banguê nas Alagoas – traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional" (1949); "População e açúcar no Nordeste" (1954) e "Regiões culturais do Brasil" (1960). No Interior da copiosa obra de Diégues, essas três publicações se destacam. Nelas é possível constatar a influência da antropologia cultural de Franz Boas, o rigor no manuseio das fontes documentais e o paulatino conhecimento dos dados estatísticos oficiais, que contribuiu, ele mesmo, para coletar, tabular e consolidar. Antes de se transferir definitivamente para o Rio de Janeiro, em 1950, Diégues trabalhou por onze anos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), instituição que contribuiu diretamente para criar e consolidar, desde os tempos em que ainda se chamava Instituto Nacional de Estatística. Durante o período que permaneceu no IBGE, ainda atuou como Diretor Geral do Departamento Estadual de Estatística de Alagoas, entre 1942 e 1945. Essa frente da trajetória de Diégues evidencia a pujança de um intelectual que, aos poucos, aprendeu a manusear distintos dados qualitativos (extraídos de entrevistas, jornais, documentos oficiais, imagens, etc.) e dados quantitativos (colhidos a partir de questionários e censos realizados no fim do século XIX e primeiras décadas do século XX).

Em segundo plano, se destaca a frente da atuação político-científica. Simultaneamente ao trabalho de pesquisador e professor, Manuel Diegues foi, ao longo das décadas de 1950 e 1960, um dos artífices de construção das instituições científicas das ciências sociais brasileiras e latino-americanas. Durante as referidas décadas promoveu e organizou diversos encontros científicos locais, regionais e estaduais. Foi um membro ativo da Campanha Nacional do Folclore, órgão criado em 1957, e que passou a integrar a estrutura jurídico-administrativa do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Antes, ainda na década de 1940, havia contribuído para consolidar a representação da Comissão de Folclore de Alagoas, e, como destacou Vilhena (1997), foi um membro vibrante do chamado movimento folclorista brasileiro, que alcançou seu apogeu entre 1947 e 1964.

Ainda no âmbito dessa segunda frente, entre 1960 e 1962, Diégues exerceu o cargo de Diretor do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil, mais tarde Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ao longo da década de 1960 também exerceu o cargo de Diretor do Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais (CLAPCS), diretamente vinculado a UNESCO. Entre 1953 e 1955, e 1967-1969 exerceu a presidência da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS), e, ainda, entre 1957-1958 e entre 1966 e 1974, inte-

grou a diretoria da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), da qual também foi um dos fundadores.

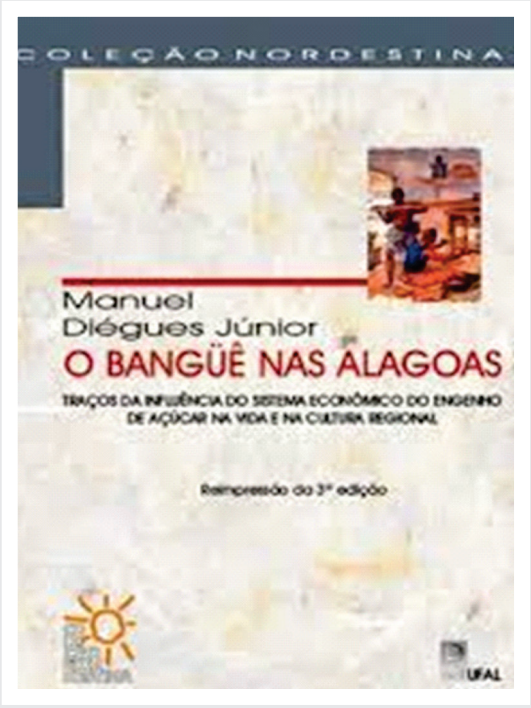
Por fim, a terceira frente de atuação inscrita na trajetória de Manoel Diegues, que se pode nomear de técnico-administrativa, revela o quão impactante foi o saber técnico desse cientista social para a elaboração de determinadas políticas, notadamente as políticas culturais. Em 1966, em decorrência do alcance de sua obra e das boas relações que teceu junto aos circuitos políticos e intelectuais, Diegues foi convidado para atuar como membro do recém-criado Conselho Federal de Cultura (CFC), que tinha como membros nomes como Ariano Suassuna, Roberto Burle Max e Rodrigo Melo Franco de Andrade. O CFC dispunha de quatro câmaras técnicas (artes, letras, ciências humanas e patrimônio histórico) e integrava a estrutura jurídica e administrativa do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

O CFC era composto por 24 membros, cujos nomes, como muito apropriadamente nomeou Tânia Maia (2007), eram verdadeiras eminências – espécies de cardeais – da cultura. O CFC tinha a missão de assessorar o Ministério da Educação e Cultura (MEC) na elaboração de pareceres, reflexões, publicações e ideias envolvendo as quatro câmaras técnicas. Com o recrudescimento da censura federal e a politização cada vez maior dos conteúdos culturais nos circuitos de circulação urbana, combinado a diferenciação e crescimento das linguagens artísticas (cinema, teatro, música, literatura, entre outras), o governo militar passou priorizar a dimensão das políticas culturais, até então subsumida no complexo técnico, normativo e instrumental da educação.

Hábil politicamente, inteiramente traquejado nas laboriosas rotinas técnico-operacionais e conhecedor da dinâmica territorial e sociocultural brasileira, Diegues se destacou no âmbito do CFC, figurando como o seu vice-presidente por um bom tempo. Tal destaque, culminou, em 1974, com o convite para assumir a direção do Departamento de Assuntos Culturais (DAC), nova unidade organizacional criada em 1970 no seio do Ministério da Educação e Cultura (MEC). O espaço organizacional e institucional dedicado às artes e à cultura havia se expandido no âmbito do MEC, muito em decorrência da pressão de novos grupos de interesse que, mesmo sob censura, exigiam mais espaço, recursos e incentivos para o cinema, a música, o teatro, as artes plásticas, o patrimônio, etc. Como salientou Renato Ortiz (1993), no Brasil da ditadura militar censurou determinados filmes, não o cinema; censurou determinadas peças, não o teatro; censurou determinadas canções, não a música popular, e assim por diante.

Diegues assumiu o DAC em um momento de distensão política, e recebeu a missão de executar, na forma de políticas nacionais estruturadas, os alentados recursos do Programa de Ações Culturais (PAC). O DAC começou a atuar como o braço executivo da cultura e das artes no MEC, se tornando, de direito e de fato, o embrião do Ministério da Cultura, criado em 1985. Sob a responsabilidade do DAC estavam, por exemplo, instituições como o Instituto Nacional do Livro (INL), o Instituto Nacional de Cinema (INC), o Serviço Nacional de Teatro (SNT) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A esse acervo,

acrescenta-se a Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), criada em 1975, durante a gestão de Manoel Diegues.



Manuel Diegues esteve à frente do DAC de 1974 a 1979, e, além da criação da Funarte, reforçou e consolidou a Embrafilme (Empresa Brasileira de Filmes S.A) e, sobretudo, expandiu e definiu a moldura institucional das artes e da cultura no âmbito do MEC. A sua atuação como técnico e gestor público se traduziu, em Alagoas, por exemplo, na reforma do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IGAL), no financiamento de diversos festivais de cinema e música, como o 1º Festival de Cinema de Penedo, e na aquisição do belo casarão localizado na aprazível Praia da Avenida, onde, ainda em 1975, passou a funcionar o Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore, equipamento cultural pertencente a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), e que hoje é um signo central da paisagem urbana, arquitetônica e cultural da cidade de Maceió. À frente do DAC, Diégues atuou, de fato, como Ministro da Cultura. As três competências arroladas aqui, traduzidas em diferentes frentes de atuação profissional, demonstram a grande capacidade intelectual, científica e política desse versátil cientista social, que deve, por tudo que foi assinalado, ser revisitado, redescoberto e valorizado.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

JÚNIOR, M. D. *O Banguê nas Alagoas*: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. Instituto do Açúcar e do Álcool. Rio de Janeiro, 1949.

JÚNIOR, M. D. *População e açúcar no Nordeste*. 2ª edição Maceió, Edufal, 2012.

JÚNIOR, M. D. *Regiões culturais do Brasil*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação, 1960.

JÚNIOR, M. D. *Etnias e culturas no Brasil*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação, 1976.

SOBRE O AUTOR

ALVES, E. P. M. Manoel Diégues Júnior: de culturalista sofisticado a artífice da modernização cultural brasileira. In: *História e memória das ciências sociais em Alagoas*. SANTANA, Luciana, CAVALCANTI, Bruno e VASCONCELOS, Ruth (Org.). Maceió, Edufal, 2017.

FILHO, V. M. *Manoel Diégues Júnior:* o regional e o cultural. São Paulo, Intermeios, 2012.

QUEIROZ, M. I. P. *Problemas do estudo da cultura no Brasil:* a abordagem de Manoel Diégues Júnior. Rio de Janeiro, Editora PUC-RJ, 1983.

MÁRIO WAGNER VIEIRA DA CUNHA

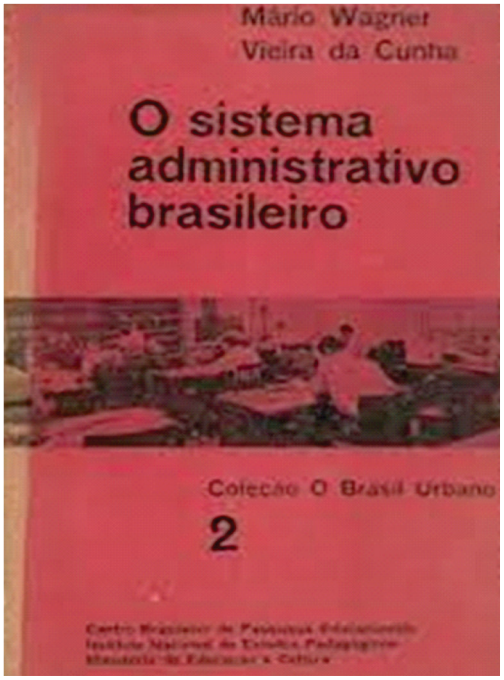
Por **Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti** (UFRJ)

Uma trajetória marcante, verdadeiramente precursora entre os anos 1930-1950. A imbricação da antropologia com a sociologia, característica do início da institucionalização universitária das ciências sociais, marcou sua formação e atuação. Inicialmente interessado no estudo antropológico das festas e dos festivais populares, nos anos 1950 Vieira da Cunha inauguraria o que se pode caracterizar como a sociologia da administração. Nos anos 1960, seguiu para trabalhos junto à Organização das Nações Unidas (ONU) na área da administração pública em países da América Latina. Ao retornar ao país nos anos 1970, participou do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP).

Mário Wagner Vieira da Cunha, filho de professores primários, estudou no ginásio estadual em Campinas/SP, entre 1924-1929. Na capital estadual, cursou engenharia na Escola politécnica, rumo interrompido pelo engajamento no movimento revolucionário de 1930. Ingressou então no curso de Direito na Universidade de São Paulo, concluído em 1936. No ano anterior, ingressara na segunda turma de ciências sociais e políticas

VOLTA AO SUMÁRIO

da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL, criada em 1934) na mesma universidade, tendo se formado em 1938.



Nesse período, Vieira da Cunha trabalhou como professor em diferentes escolas e integrou o grupo de estudantes e professores oriundos da Escola Livre de Sociologia e Política (criada em 1933) e da FFCL/USP que participaram da fundação da Sociedade Paulista de Sociologia (1937) e das iniciativas do Departamento Municipal de Cultura (DMC), dirigido por Mário de Andrade entre 1935 e 1938. Foi tesoureiro da Sociedade de Etnografia e Folclore (1937), e aluno do Curso de Etnografia e Folclore, ministrado por Dina Dreyfus Lévi-Strauss (1936-1937) e realizado sob os auspícios do DMC. A publicação conjunta de "Descrição da Festa de Bom Jesus de Pirapora", de Vieira da Cunha, e "Samba rural paulista", de Andrade, na Revista do Arquivo Municipal (n. 41, novembro de 1937) registra a estreita colaboração entre os dois Mários.

Interessado no tema das mudanças socioculturais, Vieira da Cunha inaugurou as pesquisas sobre Cunha (SP), município que se tornaria referência para o estudo da mudança em sociedades tradicionais. "O Povoamento do município de Cunha", publicado posteriormente nos Anais do Congresso Brasileiro de Geografia, vol.3, 1944 é considerado um dos melhores estudos históricos sobre o município, incluindo dados dos arquivos municipais destruídos nos anos 1960 por incêndio.

Em 1941, segue para o mestrado no Departamento de Antropologia da Universidade de Chicago, graças a uma bolsa de estudos da Fundação Rockfeller obtida por intermediação de Donald Pierson. Tornou-se Master of Arts em 1944, com a dissertação "Festivals and the social rhythm considered in the light of functionalistic theories", uma densa discussão teórica de fundo etnográfico, defendida sob orientação de Robert Redfield e Lloyd Warner. No retorno, lecionou por três anos na ELSP. Juarez Brandão Lopes e Darcy Ribeiro, então seus alunos, tornaram-se amigos próximos. Nos anos 1950, a ELSP sofreu com o progressivo afastamento de Donald Pierson da direção acadêmica, e a vida profissional de Vieira da Cunha tomou outro rumo.

Com a criação do Instituto de Administração (simultânea à da Faculdade de Ciências Econômicas) na USP em 1947, do qual tornou-se diretor, Vieira da Cunha atuou como técnico e professor interino até efetivar-se em 1951 na cátedra ciência da administração e estrutura

das organizações econômicas, com a monografia "Burocratização das empresas industriais" – um estudo de caso da Votorantim, que ilumina todo um período de desenvolvimento da administração industrial brasileira. Suas pesquisas dedicam-se a partir de então a esse assunto com destaque para O sistema administrativo brasileiro, 1930-1950, publicado em 1963 pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Colaborou também como docente na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

Nesse período, participou ainda ativamente da criação tanto da Sociedade Brasileira de Sociologia em 1950, da qual foi vice-diretor, quanto da Associação Brasileira de Antropologia em 1953.

Deixando a USP, a serviço da Organização das Nações Unidas, Vieira da Cunha instaurou a Escuela Superior de Administración Publica (ESAP) em Bogotá entre 1961-1963, para onde retornaria em 1969-1970. Em 1964, também pela ONU, seguiu para a Venezuela, onde participou da reestruturação da Escuela Nacional de Administración y Hacienda Publica (ENAHP) em Caracas. Na volta ao Brasil, participou do CEBRAP, em São Paulo.

Vieira da Cunha conheceu sua esposa Raquel (Kussel Kestemberg, em solteira) na Universidade de Chicago. Com 24 anos, Raquel ingressara em 1942 no mestrado em psicologia, profissão na qual atuou ativamente até seu falecimento em 1996. Alemã de origem judaica, natural de Berlim, Raquel refugiara-se em Praga em 1933, e seguira para os Estados Unidos em 1939 com uma bolsa de estudos para o Radcliff College/Universidade de Harvard, em Boston. Tiveram dois filhos, Maurício (1946, engenheiro) e Paulo (1948, economista).

Sempre abrindo novos campos de interesse e de atuação para as ciências sociais, a carreira de Vieira da Cunha pede futuras pesquisas que possam expandir e aprofundar o que dela sabemos.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

VIEIRA DA CUNHA, M. W. Descrição da Festa de Bom Jesus de Pirapora. Revista do Arquivo Municipal, n. 41, novembro de 1937.

VIEIRA DA CUNHA, M. W. O Povoamento do município de Cunha. Anais do Congresso Brasileiro de Geografia, vol.3, 1944.

VIEIRA DA CUNHA, M. W. O sistema administrativo brasileiro, 1930-1950. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1963.

SOBRE O AUTOR

Entrevista com Mário Wagner Vieira da Cunha. Edição e notas por Fernando Pinheiro Filho e Sérgio Miceli. Tempo Social, 20 (2). Novembro de 2008.

MOEMA TOSCANO

Por **Verônica Toste Daflon** (UFF)

Moema Eulália de Oliveira Toscano nasceu em 3 de janeiro 1927 em Garibaldi, Rio Grande do Sul. Seus pais, Adília de Oliveira Toscano e José Toscano Netto, eram funcionários públicos e a incentivaram a estudar e se profissionalizar, encorajando-a a seguir um caminho de independência distinto daquele trilhado pela maior parte das mulheres de sua época. Moema formou-se na Escola Normal, dando início à carreira de professora em cidades do interior gaúcho.

Conquistou o 1º lugar em um curso de especialização e, como prêmio, recebeu uma bolsa de estudos para estudar Educação Física na Universidade Federal do Rio de Janeiro, diplomando-se em 1952. Em sequência, ingressou na Faculdade Nacional de Filosofia da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde cursou Ciências Sociais. Frequentou também o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISER), onde atuou como auxiliar de ensino. Na ocasião de sua formatura, em 1959, redigiu um discurso que chamava atenção para a baixa presença de mulheres docentes em sua faculdade. Moema manifestou pioneiramente o interesse em pesquisar, de um ponto de vista sociológico,

VOLTA AO SUMÁRIO

a situação da mulher, tema que só seria discutido de forma sistemática na sociologia a partir da década de 1970.

Após a formatura, Moema passou a lecionar no Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1964, foi submetida a um Inquérito Policial Militar e aposentada compulsoriamente da universidade. A respeito do episódio, comentou: "Eu abri o jornal em um sábado de manhã e lá estava o meu nome, primeiro na lista dos aposentados à força pelo chamado Ato Institucional n.1".

Como consequência, foi lecionar em escolas na Baixada Fluminense e Duque de Caxias e foi acolhida pelo Departamento de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Publicou, em 1969, o livro "Introdução à sociologia educacional" e, em 1974, "Teoria da Educação Física Brasileira". Em depoimento, afirmou que "a sociologia era como um pulmão por onde a gente podia respirar alguma coisa naquele clima [de Ditadura Militar]".

O ano de 1975 foi um marco para o feminismo global. A Organização das Nações Unidas o intitulou Ano Internacional da Mulher e promoveu a I Conferência Mundial da Mulher, cujo tema central foi a eliminação da discriminação e o avanço social feminino. No Brasil, o escritório regional da ONU patrocinou a Semana de Pesquisas sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira, da qual Moema Toscano foi uma das principais idealizadoras.

A iniciativa foi fundamental para a criação do Centro da Mulher Brasileira, sediado no Rio de Janeiro. Moema foi fundadora da entidade e fez parte do seu quadro durante 25 anos, até a dissolução no ano 2000. As atividades do CMB envolviam grupos de reflexão e trabalho, desenvolvimento de pesquisas e monitoramento de políticas públicas. Ela se envolveu particularmente com a agenda das creches, produzindo levantamentos da sua distribuição e vagas, monitorando o cumprimento da legislação trabalhista nessas instituições, entre outras ações. A socióloga foi ainda membro do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Estado do Rio do Janeiro e participou das inúmeras lutas da sociedade civil nos anos 1970 e 1980.

Suas escolhas refletem sobretudo sua visão de feminismo. Dentro do CMB, assim como no campo do feminismo dos anos 1970 e 1980 em geral, coexistiam diversas vertentes de feminismo, como o liberal, o radical e o socialista. Embora fosse influenciada por outras correntes, Moema tinha afinidades sobretudo com o feminismo socialista e sua ênfase na situação das trabalhadoras urbanas e rurais.

Em 1976, defendeu tese de livre docência na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, intitulada "Caminhos cruzados do feminismo". A tese se debruçava sobre a presença feminina na política nacional, tomando como eixos de análise os sindicatos e o poder Legislativo. Com a anistia política, foi reintegrada à UFRJ em 1979, onde lecionou até se aposentar aos 75 anos.

Nesses e nos anos seguintes, Moema publicou diversos livros dedicados à questão da mulher: "Mulher e política", em coautoria com Fanny Tabak (1982), "Mulher rural: contribuição ao estudo da situação da mulher no campo", com Léa Anastassakis e Vera Lins (1983) e "A revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil", com Miriam Goldenberg (1992).

Na sua produção mais tardia, voltou seu olhar para o sistema escolar, levando os insights da teoria da reprodução de Bourdieu e Passeron para o campo de pesquisa das desigualdades de gênero. Os resultados foram publicados nos livros "Igualdade na escola: preconceitos sexuais na educação" (1995) e "Estereótipos sexuais na educação: um manual para o educador" (2000).

Em abril de 2012, foi agraciada com a Medalha Chico mendes de Resistência, concedida pelo grupo Tortura Nunca Mais em reconhecimento à sua resiliência diante das injustiças e perseguições que sofreu da Ditatura Militar. Moema Toscano faleceu em 2017, aos 90 anos.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

TOSCANO, M. *Introdução à sociologia educacional*. 2010. Petrópolis: Vozes.

TOSCANO, M. GOLDENBERG, Miriam. *A revolução das mulheres:* um balanço do feminismo no Brasil. 1992. Rio de Janeiro: Revan.

TOSCANO, M. *Estereótipos sexuais na educação:* um manual para o educador. 2000. Petrópolis: Vozes.

VIRGÍNIA LEONE BICUDO

Por **Marcos Chor Maio** (FIOCRUZ)

A socióloga e psicanalista negra Virgínia Leone Bicudo foi uma pioneira nos estudos sobre o racismo na sociedade brasileira nos primórdios da institucionalização universitária das ciências sociais no país. Realizou pesquisas sobre as relações raciais na cidade de São Paulo, a partir das interfaces entre sociologia, antropologia, psicologia social e psicanálise, sendo ainda uma das protagonistas na produção intelectual, atuação profissional e difusão da psicanálise.

Virgínia Bicudo nasceu na cidade de São Paulo em 1910. Filha de Giovanna Leone, imigrante italiana pobre da região da Sicilia e de Teófilo Julio Bicudo, descendente de escravizado e afilhado de Bento Augusto de Almeida Bicudo, fazendeiro de café em Campinas, senador do Partido Republicano Paulista (PRP) e fundador do jornal O Estado de São Paulo. Teófilo estudou no tradicional Ginásio do Estado e tentou ingressar no curso de medicina, sendo impedido por ser negro. Por influência política do Coronel Bicudo, tornou-se funcionário dos Correios e Telégrafos.

VOLTA AO SUMÁRIO

Virginia Bicudo estudou na Escola do Brás, no Ginásio do Estado e concluiu o curso secundário na tradicional Escola Normal Caetano de Campos em 1930. No ano de 1932, ingressou no Curso de Educadores Sanitários do Instituto de Higiene de São Paulo. Sua trajetória indica a inserção gradativa de mulheres oriundas da classe média baixa no campo profissional (professoras, enfermeiras, educadoras sanitárias) em meio ao processo de urbanização e industrialização da cidade de São Paulo.

No ano de 1936, Bicudo ingressou na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), ampliando sua visão sociológica inicialmente desenvolvida no âmbito da educação sanitária, na estreita relação entre saúde, higiene infantil e condições socioeconômicas. Dois anos depois, bacharelou-se em Ciências Sociais e Políticas, sendo a única mulher formada numa turma de oito alunos. Nesse intervalo, ela se aproximou da psicanálise através do médico Durval Marcondes, fundador do Serviço de Higiene Mental Escolar (SHME). Marcondes intermediou o contato da socióloga com a sua primeira analista, a judia-alemã Adelheid Koch, refugiada do nazismo. Virginia tornou-se visitadora psiquiátrica do SHME e, ao lado de Marcondes, ministrou as disciplinas Higiene Mental e Psicanálise na ELSP.

Em 1942, Bicudo ingressou ao lado de Oracy Nogueira e Gioconda Mussolini, na primeira turma da recém-criada Divisão de Estudos Pós-graduados da ELSP, coordenada por Donald Pierson (1900-1995). Sob a orientação do sociólogo estadunidense, autor de Brancos e Pretos na Bahia (1945), a dissertação de Virginia versou sobre as atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo, inspirada na tradição da chamada Escola Sociológica de Chicago que valoriza a observação direta, os depoimentos, o contato efetivo com o grupo analisado, a sociabilidade urbana e a perspectiva interdisciplinar. Seu estudo combina a análise sociológica da estrutura de classes e os aspectos psicossoais (atitudes) e psicanalíticos (conceito de transferência/rapport, introjeção, complexo de inferioridade). Da literatura abordada em matéria de relações raciais, Virginia se inspira em Robert Park, Donald Pierson, Ewerett Stonequist, Ellsworth Faris, Oracy Nogueira e Gilberto Freyre.

A dissertação intitulada Estudo de Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo, desenvolvida entre 1941 e 1944, envolveu entrevistas com 30 pessoas, sendo 11 de famílias contactadas através da Clínica de Orientação Infantil da Seção de Higiene Escolar sob sua coordenação. Elegeu relatos de pais de alunos de escolas públicas de bairros populares e de classe média que frequentavam a instituição. Entrevistou também ex-militantes da Frente Negra Brasileira (FNB), organização política fundada em 1931 e colocada na ilegalidade pelo governo estadonovista e pesquisou o jornal Voz da Raça da FNB, a fim de coligir informações sobre o seu programa, objetivos e as opiniões de seus membros em face de suas condições de vida e do racismo.

Virginia afirma que, na realização das entrevistas, esteve atenta à interação entre entrevistador e entrevistado. Era importante tanto controlar o viés na condução da entrevista e na análise dos dados quanto estabelecer, na chave psicanalítica, um rapport, uma "transferência

positiva", em suas palavras como visitadora psiquiátrica, uma relação de confiança, de valorização das "condições psicoafetivas" nas quais o entrevistado pudesse comunicar suas atitudes raciais, mesmo aquelas em geral "intimamente ocultas por censuras sociais, medos ou outros motivos". É muito evidente nas entrevistas realizadas por Virgínia a confiança, intensidade, empatia, a capacidade da pesquisadora deixar seus entrevistados à vontade mesmo em situações muito sensíveis, delicadas. Ela revela ainda com base em suas entrevistas a sua condição de negra.

Em seu estudo, cor e classe foram as variáveis utilizadas para definir os grupos sociorraciais. Dentre os principais achados, Virgínia identificou entre os negros de menor poder aquisitivo, atitudes de maior rejeição na interação com os próprios negros e mulatos quando comparados aos brancos. Tais atitudes seriam provocadas pelo sentimento de inferioridade dos negros, suscitado pelo grupo dominante. Entre os negros das camadas médias, observou que, a despeito da ascensão profissional e conquista do diploma de nível superior, eles continuavam a sofrer com as barreiras e os constrangimentos no meio social branco, provocando assim a consciência de cor e a descrença numa possível solidariedade entre brancos e negros. O grupo composto por mulatos das camadas populares, por sua vez, revelou consciência de cor mais acentuada que os pretos do mesmo estrato social, pois manifestavam atitudes de evitação do conflito com os brancos, receosos de serem considerados negros. Já os mulatos das classes médias demonstravam sentimento de inferioridade e ansiavam pelo reconhecimento como brancos por perceberem que a cor era uma barreira à ascensão social. A análise de Virgínia sobre as atitudes raciais de pretos e mulatos revela a importância da variável cor na produção das desigualdades sociais em contexto intelectual no qual prevalecia a máxima de que o preconceito de classe seria reinante na sociedade brasileira.

O estudo pioneiro de Virgínia Bicudo sobre a Frente Negra Brasileira (FNB), diz respeito à mobilização dos estratos sociais médios que creditavam à "barreira de cor" as condições adversas vividas pelos negros. Por meio da educação, do trabalho, da valorização profissional e da ação política, os negros poderiam ser reconhecidos em seus direitos pelo grupo branco dominante. Contudo, Bicudo concluiu que quanto mais o negro ascende social e economicamente, maior é a possibilidade de ocorrer consciência racial e tensão racial.

Desse modo, Virgínia assume visão distinta de Pierson quanto à prevalência do preconceito de classe. Argumenta que os esforços de pretos e mulatos pela conquista de novo status social, mediante investimentos em educação e formação profissional, não levam à eliminação, segundo as suas palavras, "das distâncias sociais na linha de cor", devido à persistência do preconceito de cor. O enfoque de Bicudo, centrado em mecanismos de defesa subjacentes ao ajustamento psicossocial de negros e mulatos à situação racial, como defesa, introjeção, identificação, sugere a presença de uma perspectiva psicanalítica em seu trabalho ao lado de uma abordagem de cunho sociológico.

Em 1945, Virginia conheceu o psicólogo social Otto Klineberg, da Columbia University, que chegara dos EUA em 1945 com a missão a um só tempo de trazer a experiência norte-americana no campo da psicologia social para o Brasil, e de criar o Departamento de Psicologia da USP. Bicudo assistiu ao "Seminário de Psicologia Social" oferecido por Klineberg na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, em 1946. Foi ainda convidada a participar do livro Psicologia Moderna, organizado pelo psicólogo canadense, durante a estada de Klineberg no Brasil entre 1945 e 1947.

No final dos anos 1940, a partir de uma parceria entre ELSP e o SESI, Bicudo envereda pelo mundo do trabalho participando de uma pesquisa sobre as relações entre as atividades dos mestres de indústrias e seus subordinados, e as relações psicossociais em duas fábricas. Pôde assim evidenciar que as más condições de trabalho acarretavam danos à saúde física e psíquica dos mestres (fadiga, irritação e descontentamento); sentimentos como agressividade, ansiedade e hostilidade, tinham sua origem em frustrações infantis associadas à pobreza, agressividade e alcoolismo.

No início dos anos 1950, Virgínia foi convidada a integrar a equipe de pesquisadores do "Projeto Unesco de Relações Raciais" por indicação de Otto Klineberg, reunindo Oracy Nogueira, Florestan Fernandes, Roger Bastide, Aniela Ginsberg, Luiz de Aguiar Costa Pinto, Rene Ribeiro, entre outros, no contexto da definição de uma agenda antirracista, sob o impacto do nazismo, da persistência do racismo e do processo de descolonização africano e asiático. O Brasil era considerado um contra-exemplo em matéria de racismo, em perspectiva comparada com a experiência internacional, notadamente os EUA e a África do Sul do pós-2ª Guerra.

No projeto Unesco, Virgínia Bicudo expandiu o argumento da sua dissertação ao eleger as atitudes raciais na vida escolar com base em amplo estudo com alunos do curso primário de escolas públicas no município de São Paulo. O estudo intitulado Atitudes dos Alunos dos Grupos Escolares em relação com a Cor dos seus Colegas teve como objetivo a observação dos sentimentos e dos mecanismos psíquicos de defesa expressos nas atitudes associadas a cor dos estudantes, além de evidenciar o papel da família no desenvolvimento daquelas atitudes. Incluiu entrevistas com familiares de crianças e adolescentes das camadas populares e médias, compostas por uma maioria de brancos e uma minoria de negros, mulatos e japoneses. Um questionário foi utilizado para aferir as atitudes de rejeição ou de intimidade entre os alunos associando-as à cor da pele.

Quanto às atitudes de rejeição, o critério racial só apareceu nitidamente num número reduzido de respostas que mencionavam explicitamente atributos negativos em relação ao colega negro como "mau aluno" e "mau caráter". A maioria do alunado branco se manifestou de forma velada em relação aos negros, a saber: "há bons e maus entre brancos e pretos", "o que faz as pessoas diferentes é a educação e a instrução". O uso dos estereótipos raciais indica, segundo Bicudo, a necessidade de "justificar-se e de aliviar-se dos sentimentos de culpa, que acompanham os sentimentos hostis ligados à discriminação".

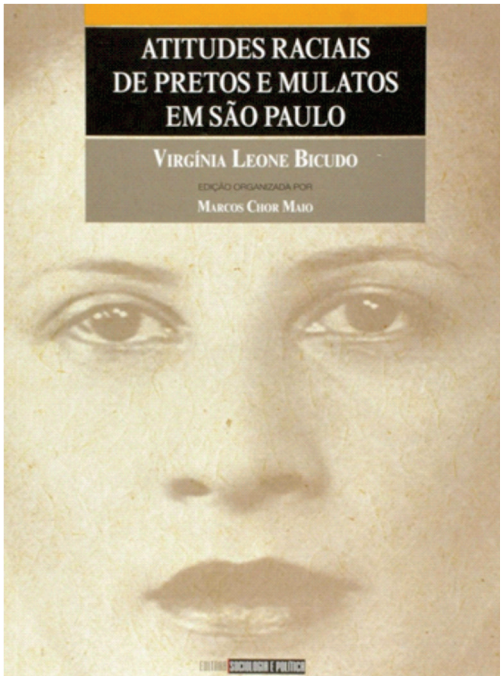
Em relação aos estudos de caso, Bicudo concebe que a autoestima do negro tornava-se baixa em função do comportamento dos outros, que lhe transmitia uma imagem negativa de si próprio. Ao mesmo tempo, o negro frequentemente era obrigado a recalcar as hostilidades provenientes do meio social. Como num círculo vicioso, o comportamento agressivo ou negligente de alguns indivíduos de cor era tomado como confirmação das qualidades negativas intrínsecas dos estereótipos que os outros lhes atribuíam, o que reforçava os sentimentos hostis. O desprezo e o ódio contra si mesmos influíam na desorganização do grupo familiar de negros e mulatos.

Bicudo aproxima o estudo sócio-psicológico das atitudes raciais do projeto Unesco de uma visada psicanalítica, atenta aos mecanismos psíquicos em jogo na interação social entre brancos, negros e mulatos, como o recalcamento, a introjeção e a racionalização. O recurso à psicanálise lhe permite captar tensões subjacentes às relações raciais que não vêm necessariamente à tona nas opiniões expressas pelos indivíduos pesquisados, pais e alunos. Neste sentido, observa que o estabelecimento de uma suposta relação de harmonia entre brancos, mulatos e negros dependeria em grande medida do recalcamento dos sentimentos dos brancos em relação aos grupos de minoria, o que torna os brancos auto-referentes em suas escolhas de preferência e rejeição. Por seu turno, a postura ambivalente do negro em relação ao branco, objeto a um só tempo de seu amor e ressentimento, contribui para a "inibição da consciência grupal" e para a "idealização do branco".

A participação de Bicudo no "projeto Unesco" contribuiu para a produção de um conjunto de dados e análises sistematizadas sobre o preconceito e a discriminação racial no Brasil. Seus achados sociológicos interpelaram visões tradicionais que concebiam a existência de harmonia racial e interpretavam o preconceito de cor como subsumido ao de classe. Com esta pesquisa, ela encerrava seu ciclo de estudos sobre o racismo no Brasil.

O envolvimento de Bicudo com o ciclo de pesquisas da UNESCO ocorreu simultaneamente às suas atividades na Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, na ELSP e no Serviço de Higiene Mental; sobretudo na ampliação de suas iniciativas na profissionalização da psicanálise no Brasil. Foi professora-assistente da cadeira de Higiene Mental da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo e do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da USP. Em 1955, Bicudo viajou a Londres para aprofundar seus conhecimentos psicanalíticos. Freqüentou cursos no Instituto de Psicanálise da Sociedade Britânica e se especializou em psicanálise da criança na Tavistock Clinic, sob a supervisão de Esther Bick e estabeleceu diversos contatos com proeminentes psicanalistas como Melanie Klein, Wilfred Bion e Frank Philips, entre outros. Em 1956, foi lançado em São Paulo o livro Nosso Mundo Mental, organizado a partir do programa da rádio Excelsior, apresentado por Virginia e de sua coluna no jornal Folha da Manhã. Trata-se de uma obra de difusão científica utilizando meios de comunicação de massa.

Na década de 1960, de volta ao Brasil, após cinco anos de estudos na Inglaterra, Virgínia Bicudo tornou-se uma institution-builder no campo da psicanálise, professora e diretora do Instituto de Psicanálise da Sociedade Brasileira de São Paulo, criando ainda o Jornal de Psicanálise. Nos anos 1970, dando continuidade a seus esforços em prol da institucionalização da psicanálise no país, fundou a Sociedade de Psicanálise de Brasilia (SPB) e fundou a Revista de Estudos Psicodinâmicos ALTER. Em 1976, iniciou o curso de Formação de Analistas de Crianças da SPB. No decorrer das décadas de 1980 e 1990, continuou a participar de conferências, jornadas, encontros e elaborando artigos científicos. Faleceu no ano de 2003.



Educadora sanitária, visitadora psiquiátrica, cientista social, professora universitária, psicanalista, divulgadora científica, protagonista de diversas iniciativas no plano da institucionalização da psicanálise no Brasil, eis o mundo diverso em que Virgínia transitou.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

BICUDO, V. L. *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo* (Edição organizada por Marcos Chor Maio). São Paulo, Editora Sociologia e Política, 2010 [1945].

BICUDO, BICUDO, V. L. *Nosso mundo mental.* São Paulo, Instituição Brasileira de Difusão Cultural, 1956.

BICUDO, BICUDO, V. L. Atitudes dos Alunos dos Grupos Escolares em relação com a Cor dos seus Colegas. In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Anhembi, 1955. p. 227–310.

BICUDO, BICUDO, V. L. Contribuição ao estudo das condições de trabalho e da personalidade de mestres de indústria em São Paulo. *Sociologia*, v. XI, n. 2 e 3, vol. XI, nº. 2 e 3, 1949, p. 223-252 e 381-399

BICUDO, BICUDO, V. L. “Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo”. *Sociologia*, vol. IX, nº 3, pp. 196-219, 1947.

SOBRE A AUTORA

ABRÃO, J. L. F. *Virgínia Leone Bicudo*: a trajetória de uma psicanalista brasileira. São Paulo: Arte & Ciência, 2010.

GOMES, J. D. *Os Segredos de Virgínia:* estudos de atitudes raciais em São Paulo (1945-1955). 166 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Maio, M. C. Educação sanitária, estudos de atitudes raciais e psicanálise na trajetória de Virgínia Leone Bicudo. *Cadernos Pagu* (35), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2010, pp. 309-355.

2° PERÍODO

RESISTÊNCIAS E ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO

1965 -1980

ALDA BRITTO DA MOTTA

Por **Clarice E. Peixoto** (UERJ)

Nasceu sergipana, em 1931, e logo se tornou soteropolitana quando seus pais se mudaram para a Bahia, terra materna. Ingressou na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, em 1971, quatro anos após sua diplomação na Graduação em Ciências Sociais da mesma Universidade. É vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (NEIM), ambos da Universidade Federal da Bahia. Ao longo desses cinquenta anos ela tem contribuído para constituir e sedimentar áreas até então pouco abordadas como gênero, gerações e envelhecimento. Já em 1977 sua pesquisa para o mestrado em Ciências Sociais (UFBA) analisou o emprego doméstico como uma questão de gênero e de relação de poder – 'Visão de mundo da empregada doméstica', orientada por Zahide Maria Machado Neto.

Os anos 1980 foram tempos voltados para a sedimentação destes campos temáticos nos quais se debatiam questões teóricas e políticas sobre mulher & trabalho, mulher & política, mulher & família. As primeiras

VOLTA AO SUMÁRIO

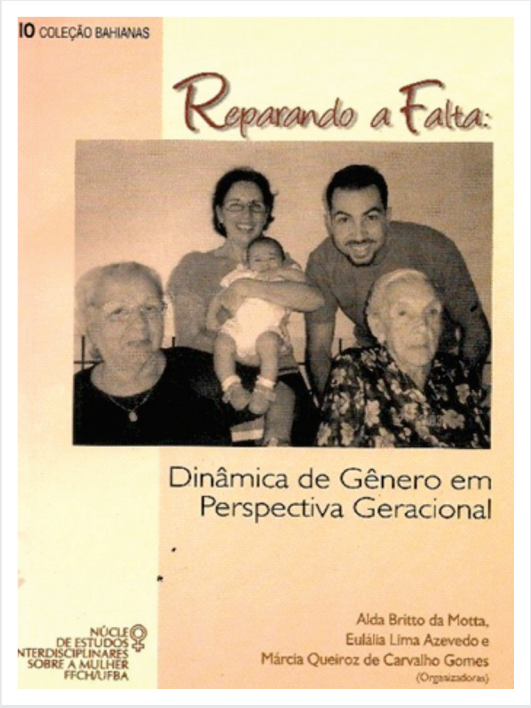
inspirações teóricas foram influenciadas por Simone de Beauvoir e seu estudo sobre a condição diferenciada da mulher em relação ao homem (Le Deuxième Sexe, 1976, 2ªed.), e por autores como Georges Balandier que analisou as dimensões de gênero e gerações como elementos fundantes da vida social (Anthropologiques, 1974), e Maurice Godelier que, na pesquisa sobre a dominação masculina e a condição da mulher nos Baruya, ponderou que a idade e o sexo eram a base da organização social desta sociedade (La Production des Grands Hommes: Pouvoir et domination masculine chez les Baruyas de Nouvelle-Guinée, 1982). Sexo, idade, desigualdades foram as palavras-chave que a levaram à produção de pesquisas para melhor formular as categorias emergentes de gênero e gerações, e aprofundar teoricamente a articulação entre elas e envelhecimento.

Seu engajamento apaixonado por estas questões a impulsionou. Em maio de 1983, foi uma das fundadoras do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), vinculado às Ciências Sociais da UFBA e voltado para os estudos das relações de gênero na sociedade brasileira. Um centro de pesquisa e de formação que é reconhecido nacional e internacionalmente. Neste mesmo ano, ela ministrou o primeiro curso sobre gênero na Pós-Graduação de Ciências Sociais (UFBA), no qual propôs uma discussão sobre o lugar da mulher na produção teórica das Ciências Sociais, percorrendo autores clássicos como Friedrich Engels, Karl Marx, Émile Durkheim, Claude Lévi-Strauss e finalizando com autoras feministas como Simone de Beauvoir, Betty Friedan e Shulamith Firestone. Com enfoque na dimensão de gênero & classe publicou seus dois primeiros artigos sobre relações de gênero e classe entre patrões e empregadas no trabalho doméstico: 'Tempo de mulher. Tempo do trabalho de mulheres proletárias em Salvador' (1985) e 'A Relação Impossível' (1986). Segundo ela, "um dos meus primeiros insights analíticos sobre a diversidade social e suas ambiguidades".

Os anos 1990 foram consagrados a uma outra dimensão do seu interesse, as relações intergeracionais, pois a dinâmica social se realiza, sobremodo, por meio das relações entre as gerações e, certamente, sem perder a conexão com a condição de gênero e a situação de classe dos indivíduos. Em 1997, Alda foi uma das criadoras da Coleção Bahianas, publicação do NEIM voltada para divulgação de reflexões críticas sobre feminismo, mulher e as relações de gênero. Dois anos depois, em 1999, ela defendeu sua tese de doutorado em Educação, na Universidade Federal da Bahia, intitulada 'Não tá morto quem peleia (a pedagogia inesperada nos grupos de idosos)', orientada por Rogério Cunha de Campos. Nesta pesquisa, ela analisou as relações entre mulheres e homens envelhecidos que frequentavam os chamados 'grupos de convivência' e 'programas para a terceira idade'. Estes espaços de sociabilidade espelhavam, na época, a condição de gênero e de classe no envelhecimento.

Este foi também um período voltado para a criação de intercâmbios internacionais. Logo no início da década, em 1990, Alda foi recebida como professora visitante na Brown University, Estados Unidos e, em 1995, também como professora visitante no Centre of Latin American Studies, University of Cambridge, Inglaterra. Foi professora colaboradora da Universidad

Nacional de La Patagonia San Juan Bosco, Argentina, de 2012 a 2015. Engajou-se, igualmente, nos debates acadêmicos promovidos em congressos internacionais, pois a sua obra chama atenção pela capacidade de transitar entre as abordagens sociológicas e antropológicas, e de mobilizar conceitos clássicos destas duas disciplinas.



Nestes anos de 1990, os fóruns brasileiros abriram espaço para os debates sobre o envelhecimento populacional e teve início uma rica interlocução sobre processos de envelhecimento e relações intergeracionais entre a socióloga Alda Britto da Motta e as antropólogas Myriam Lins de Barros, Guita Debert e Clarice Peixoto. Karl Mannheim e Claudine Attias-Donfut tornaram-se referências teóricas importantes neste diálogo.

Na sua trajetória de formação acadêmica e profissional, a Universidade Federal da Bahia foi o espaço de ancoragem de Alda Britto da Motta, lugar de onde tece suas amarras teóricas e de reflexão sobre as questões sociais emergentes nos seus campos preferidos de pesquisa. Em 2006 foi uma das fundadoras do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo; o primeiro no Brasil e na América Latina com essa especificidade. Posteriormente, ela participou da criação do curso de Graduação nesta temática, ambos vinculados ao NEIM. Como membro fundadora do NEIM, Alda se integrou à Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero logo após sua criação.

Sabemos que de envelhecer ninguém escapa, contudo, as mulheres são mais longevas já que sobrevivem mais do que os homens, ainda que na velhice estejam mais sujeitas a deficiências físicas e mentais do que os homens. Nos anos 2000, suas pesquisas focalizaram, principalmente, as questões de gênero no envelhecimento, com destaque para temas relacionados aos velhos e velhas centenárias brasileiras e à violência contra a mulher de mais idade. Neste ponto específico, Alda apresentou um trabalho no VII Simpósio Baiano de Pesquisadores sobre Mulher e Relações de Gênero, realizado em 2007, em que fez uma crítica contumaz à persistente dificuldade de cientistas sociais, inclusive as feministas, em trabalhar concomitantemente com as categorias gênero e geração, principalmente, na referência ao envelhecimento (publicado em 2010).

O refinamento de suas reflexões favoreceu diálogos profícuos com os seus e as suas interlocutoras no âmbito destes campos temáticos, e inspiraram inúmeras orientações na graduação e na pós-graduação. O modo delicado e respeitoso, a fala lenta no forte sotaque baiano expressam seu modo particular para lidar com as pessoas.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

Britto da Motta, A.; Zaíde Machado Neto. Tempo de mulher – tempo de trabalho entre mulheres proletárias em Salvador. *Ciência e Cultura*, v. 37, n. 9, 1985.

Britto da Motta, A. A Relação Impossível. In Seminário Relações de Trabalho e Relações de Poder (Anais). Fortaleza: UFCE/Mestrado de Sociologia, 1986.

Britto da Motta, A. La dimension du genre dans l' analyse du vieillissement: le cas du Brésil. Temporalités du social et sexuation. *Cahiers du Genre*, v. 1, n. 24, p. 115-134, 1999.
Britto da Motta, A. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. *Cadernos Pagu*, v. 13, n.13, p. 191-221, 2000.

Britto da Motta, A.; Sardenberg, C.; Gomes, M. *Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas. Salvador*: NEIM/EDUFBA, Coleção Bahianas, 2000.

Britto da Motta, A.; Azevedo, E.; Gomes, M. (Orgs.). *Reparando a falta:* Dinâmica de Gênero em Perspectiva Geracional. Salvador: NEIM/EDUFBA, Coleção Bahianas, 2005.

Britto da Motta, A. e Weller, W. A atualidade do conceito de gerações. *Sociedade e Estado*, v. 25, n. 2, p.175-184, 2010.

Britto da Motta, A. Violências específicas aos idosos. *Sinais Sociais*, v. 8, p. 63-85, 2013.

Britto da Motta, A. Families of Centenarians. *Vibrant*, v. 13, p. 55-70, 2016.

ALICE RANGEL DE PAIVA ABREU

Por **Jéssica Melo** (GPSECC/USP)

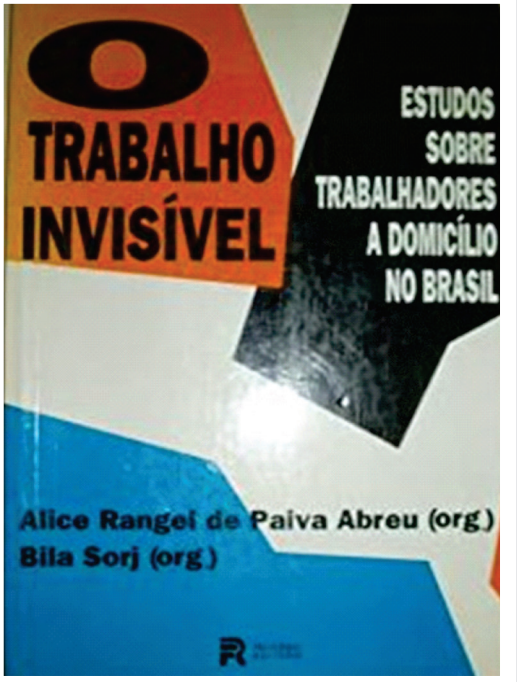
Nascida em outubro de 1944 no Rio de Janeiro, Alice Rangel de Paiva Abreu é uma socióloga que merece reconhecimento por sua ampla contribuição na sociologia brasileira e sobretudo, em relação às temáticas de gênero, ciência e trabalho. Possui uma vasta produção bibliográfica e destacada participação em organismos internacionais que promovem a participação das mulheres no campo científico e dos saberes.

Formou-se em 1967 no curso de Ciências Políticas e Sociais na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Cujo departamento havia sido fundado em 1954 pelo Padre Fernando de Bastos D'Ávila e levava o nome de Instituto de Estudos Políticos e Sociais, passando a oferecer cursos no ano seguinte, em 1955. Na época, ainda eram poucas as que tinham oportunidade de acessar o campo acadêmico no Brasil. No entanto, Alice e sua irmã ingressaram na graduação.

Ainda recém formada, candidatou-se ao mestrado em Antropologia do Museu Nacional (UFRJ), onde foi aprovada e, logo após o primeiro ano, interrompeu o curso para se mudar com o marido à Inglaterra. Com a

VOLTA AO SUMÁRIO

chegada da maternidade no longínquo país, em 1971 Abreu conseguiu concluir o mestrado em Sociologia pela London School of Economics (LSE).



Sua formação na década de 1960 não havia aprofundado na problemática de gênero, pois havia pouca receptividade das produções nas universidades brasileiras. No entanto, de acordo com entrevistas concedidas pela professora, já havia certo interesse pessoal pelo tema. Assim, sua familiarização com a área de investigação se deu em Cambridge, quando teve contato com um uma grupo de pesquisa sobre trabalho em domicílio.

Ao retornar ao Brasil, em 1974, já com uma densa bagagem teórica dos feminismos ingleses, ingressou no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) onde desenvolveu a pesquisa de doutorado sobre mulheres trabalhadoras. O trabalho foi orientado pelo professor Leôncio Martins Rodrigues, especialista em sociologia do trabalho. Posteriormente, a tese foi publicada em formato de livro pela Editora Hucitec sob o título de O Avesso da Moda: trabalho a domicílio na indústria de confecção (1986).

Um mês após a defesa foi aprovada no concurso para professora do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde atuou ao longo de sua trajetória e ainda encontra-se vinculada como professora credenciada no PPGSA. Atualmente, Alice Abreu é Professora Emérita de Sociologia da mesma Universidade.

Ainda nos anos de 1987 e 1988, realizou pesquisa de pós-doutoramento na École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS) com bolsa CNPq. Dez anos após, em 1998, realizou outra pesquisa com bolsa CAPES no Institute of Latin American Studies da University Of London (ILAS). Tem uma intensa participação em diversas bancas de doutorado e mestrado, além de comissões julgadoras de concurso docente. Orientando pesquisas sobre representação política de mulheres, sociologia do trabalho, trabalhadoras e militância sindical. Ministrou disciplinas na graduação e pós-graduação sobre: [i] Divisão Sexual do Trabalho; [ii] Sociologia Industrial e do Trabalho; [iii] Ensino, Sociologia e Antropologia; [iv] Estudo de Segmentos Urbanos; [v] Estrutura de Classe e Estratificação Social; [vi] Mercado de Trabalho Urbano e

Segmentação da Classe Trabalhadora; [vii] Teoria Sociológica; [viii] Introdução à Sociologia além de outras.

Vale ressaltar outra faceta que ilumina ainda mais as contribuições da pesquisadora, e que foi a sua intensa imersão na comunidade científica brasileira através da participação em órgãos de apoio e financiamento à pesquisa. Entre os anos de 1999 à 2002, tornou-se vice-presidenta do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), dedicando-se, sobretudo, à área de cooperação internacional. Em janeiro de 2003, mudou-se para Washington para atuar como Diretora do Escritório de Educação e Ciência e Tecnologia da Organização dos Estados Americanos (OEA), trabalhando diretamente com os sistemas de ciência e tecnologia até o ano de 2006.

Nesse mesmo ano, tornou-se Diretora do Escritório Regional para América Latina e Caribe do ICSU – International Council for Science (2006-2010), organização não-governamental com o objetivo de promover e incentivar diálogos entre comunidades científicas, governos e a sociedade civil. Posteriormente atuou como Coordenadora Regional da Iniciativa ICSU Rio+20 (2011-2012) e, também, como membro do Comitê Executivo da ISA (International Sociological Association) (2002-2010). Sua trajetória nacional e internacional tem aberto portas para jovens pesquisadoras/es que têm como objetivo contribuir, ainda que minimamente, para o fortalecimento de debates que têm sido travados nas ciências sociais.

Entre 2015 e 2017, foi diretora da plataforma GenderInSITE (Gender in Science, Innovation, Technology and Engineering) que vislumbra a promoção de estratégias e políticas de impacto em paridade de gênero para as mulheres na ciência e áreas correlatas da tecnologia. Permanece colaborando ativamente com essa iniciativa internacional, o que demarca a transição de perspectiva de Alice Abreu, antes sobre a atuação das mulheres no campo de trabalho, e hoje, uma dedicação especial para a relação das mulheres na produção de conhecimento científico.

Por fim, vale destacar os prêmios recebidos e que trazem merecido reconhecimento à sua carreira: a. Ordem Nacional do Mérito Científico do Brasil em 2001; b. Palmes Académiques (Officier), du Ministère de la Jeunesse, de l'Éducation Nationale et de la Recherche da França em 2003; c. Prêmio Florestan Fernandes de Sociologia em 2009; d. Prêmio de Excelência Acadêmica Antônio Flávio Pierucci de Sociologia em 2013; e. Menção honrosa no Prêmio "Carolina Bori Ciência & Mulher" promovido pelo 2º Seminário "SBPC e as Mulheres e Meninas na Ciência" em 2020.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. (Org.). 2016. *Gênero e trabalho no Brasil e na França:* Perspectivas interseccionais. Boitempo: São Paulo.

ABREU, A. R. P. et al. 2014. "Equidade de Gênero na Sociedade do Conhecimento no Brasil: presença feminina na ciência e tecnologia" in *Document de travail du Mage*, v. 18, p. 93-120.

ABREU, A. R. P. 2003. "A (strong?) voice from the South: Latin American sociology today" in *Current Sociology*, v. 51, n. 1, p. 51-72.

ABREU, A. R. P. 2001. "Estratégias de desenvolvimento científico e tecnológico e a difusão da ciência no Brasil" in *Educação para a ciência:* Curso para treinamento em centros e museus de ciência, p. 23-28.

ABREU, A. R. P. 2000. Produção Flexível e Novas Institucionalidades na América Latina. Ed. UFRJ: Rio de Janeiro.

ABREU, A. R. P. 1994. "Especialização flexível e gênero: debates atuais" in *São Paulo em Perspectiva*, v. 8, n. 1, p. 55-57.

ABREU, A. R. P. 1986. *O avesso da moda:* trabalho a domicílio na indústria de confecção. Editora Hucitec: São Paulo.

ALZIRA ALVES DE ABREU

Por **Christiane Jalles de Paula** (UFJF)

Alzira Alves de Abreu nasceu em 4 de julho de 1936, na cidade do Rio de Janeiro, então capital da República. Bacharel e licenciada em História e Geografia na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) em 1958. Na graduação, cursou várias disciplinas de Ciências Sociais, especialmente as de antropologia tendo sido aluna e estagiária de Darcy Ribeiro, que foi quem a conduziu em seus primeiros passos na pesquisa empírica.

Depois de formada, foi convidada por Darcy Ribeiro para trabalhar como sua auxiliar de pesquisa no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE). Nessa instituição Alzira aprofundou sua formação em Ciências Sociais e teve contato com importantes nomes das Ciências Sociais do período como Luiz de Aguiar Costa Pinto, Bertram Hutchinson, Oracy Nogueira, Manuel Diégues Júnior, Roberto Cardoso de Oliveira, Josildeth Gomes Consorte, entre outros. Com o golpe militar de 1964, instalou-se no país um clima de insegurança, de perseguição e de repressão a pessoas e a instituições identificadas como sendo de esquerda, como era o caso do CBPE. Em razão disso, Alzira transferiu-se para o Instituto de Ciências Sociais (ICS), centro de pesquisa da

VOLTA AO SUMÁRIO

então Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e passou a integrar o seu corpo de pesquisadores.

No ICS Alzira fez parte da equipe, liderada por Luciano Martins, que produziu uma radiografia do empresariado brasileiro e buscou compreender o envolvimento desses atores com as políticas de desenvolvimento industrial das décadas de 1930 e 1940. Foi ainda onde Alzira reforçou a opção pela pesquisa empírica, pois atuou em várias frentes, entre as quais a da pesquisa em arquivos privados, em especial com o de Getúlio Vargas. Por fim, no ICS, Alzira esteve inserida em um espaço intelectual que debateu intensamente as teses sobre o nacional-desenvolvimentismo. Enquanto os meios nacionalistas de esquerda – Partido Comunista Brasileiro e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) – defendiam que a burguesia nacional tinha um papel de protagonista, no ICS se problematizou esse papel da burguesia nacional, ressaltando a sua dependência com o capital estrangeiro, com o Estado e com os grandes proprietários rurais, bem como a sua passividade e descompromisso em atuar como agente das mudanças. Em 1967, em função da Reforma Universitária, o ICS foi incorporado ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), da UFRJ, ao qual Alzira passou a integrar. O caráter interdisciplinar, a experiência com a pesquisa empírica, a troca intelectual dos membros do ICS com os cientistas sociais uspianos como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, José de Souza Martins e o convívio com nomes que viriam a contribuir para o fortalecimento das Ciências Sociais no Brasil como Alba Zaluar, Gilberto Velho, Maurício Vinhas de Queiroz e outros, imprimiram os rumos da trajetória de Alzira.

A decretação do Ato Institucional n° 5, em 1968, recrudesceu o autoritarismo no país ampliando o clima de insegurança e levando Alzira a deixar o Brasil. Em 1969 ingressou no doutorado na Université Paris-Descartes (Paris V – Sorbonne) e aprofundou sua formação em sociologia, tendo frequentado seminários de teoria sociológica de Raymond Aron, algumas aulas ministradas por Pierre Bourdieu, entre outros. Em 1975, sob a orientação de François Bourricaud, defendeu a tese de doutorado intitulada Nationalisme et action politique au Brésil: une étude sur l'Iseb. Pioneiro, o trabalho examina a experiência do Iseb à luz dos estudos sobre os "grupos de interesse". Ao retornar ao Brasil, Alzira reassumiu o cargo no IFCS, tendo sido lotada no Departamento de Ciências Sociais e cumprindo com as funções de docente de sociologia uma vez que as atividades de pesquisa do ICS haviam sido descontinuadas. Mas ela não demorou a engajar-se novamente em ambiente acadêmico voltado para a pesquisa e neste ano passou, também, a integrar os quadros do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getulio Vargas. Nessa instituição Alzira exerceu inúmeras funções executivas, tendo sido coordenadora geral, de 1985 a 1989, e diretora, de 1990 a 1994, e coordenou o projeto Brasil em Transição: um balanço do final do século XX, aprovado pelo Pronex. Ali também desenvolveu suas agendas de pesquisa que, num plano mais amplo, buscou produzir dados e informações sobre a política brasileira, seus atores e ins-

tituições, e, de outro, específico, deu relevo à mídia em suas articulações com a política, a cidadania e a democracia no Brasil.

Alzira ingressou no CPDOC em 1975 e foi coordenar o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB), que dividiu com Israel Beloch. Obra de referência pioneira no país, o DHBB foi publicado pela primeira vez em 1984, e é composto por biografias de membros da elite política brasileira atuantes a partir de 1930, e por verbetes temáticos sobre instituições, partidos, movimentos, imprensa, entre outros. Nessa linha de atuação, Alzira coordenou a segunda edição do DHBB, o Dicionário Histórico-Biográfico da Propaganda no Brasil, o Dicionário da Política Republicana do Rio de Janeiro, o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro da Primeira República (1889-1930) e Caminhos da Cidadania.

Em 1983, Alzira voltou a viver na França. Lá participou de um grupo de estudo sobre intelectuais com Luciano Martins, Silvia Sigali e Daniel Pécaut, conheceu o Institut d'Histoire du Temps Présent, aproximou-se de Michael Pollack, que trabalhava com memória, e tomou conhecimento dos trabalhos de René Remond sobre história política. Quando retornou ao Brasil, em 1985, essas experiências a fizeram querer trabalhar as mesmas questões no CPDOC. Foi aí que começou a estudar a luta armada, o que resultou no livro Intelectuais e guerreiros: o Colégio de Aplicação da UFRJ de 1948 a 1968.

A partir da década de 1990, a relação entre mídia e democracia no Brasil levou-a a conduzir diversas pesquisas sobre a história e a atuação da imprensa no país, com ênfase no papel que teve a imprensa nas crises políticas que puseram em xeque a democracia brasileira, como em 1954, 1964 e 1992, bem como buscou entender a contribuição dos jornalistas como atores na construção e/ou ampliação da cidadania. Alzira também estudou as mudanças na própria imprensa, assinalando o protagonismo dos jornalistas nesses processos.

Ao longo de sua vida, Alzira participou de vários conselhos de sociedade cientifica, como o da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência, da Faperj, da Anpocs e da Finep. Publicou sozinha ou em coautoria mais de 20 artigos acadêmicos, mais de uma dezena de livros, cerca de 30 capítulos de livros e mais uma centena de artigos e entrevistas em jornais e revistas de circulação nacional.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

ABREU, A. A.; BELOCH, I. (Org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro 1930-1983*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984. v. 4.

ABREU, A. A.. *Intelectuais e Guerreiros*: o Colégio de Aplicação da UFRJ de 1948 a 1968. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992. v. 1. 170p.

ABREU, A. A.. *A imprensa em transição*: o jornalismo nos anos 50. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. v. 1. 199p.

ABREU, A.A; LATTMAN-WELTMAN, F.; ROCHA, D. *Eles mudaram a imprensa* – depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ABREU, A.A.; ROCHA, D. *Elas ocuparam as redações* – depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ANDRÉ HAGUETTE

Por **Valmir Lopes** (UFC)

UM INTELECTUAL PÚBLICO

Nos primeiros anos da década de 1960, um jovem padre se preparava para uma decisão que mudaria definitivamente sua vida. O superior da ordem dos jesuítas apresentou para ele três países como destino missionário: China, Haiti e Brasil. Descartou de imediato a China, pela barreira da língua e pelo mesmo critério o Haiti por se tratar de um país francofônico. Do Brasil, sabia tão pouco; quase nada. Lembrava de um filme franco brasileiro italiano com uma bela trilha sonora chamado Orfeu Negro. Em poucas palavras podemos descrever o jovem canadense, membro da ordem dos jesuítas, que se tornaria o intelectual público, filósofo e sociólogo, professor por mais de cinco décadas do curso de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará.

André Haguette nasceu em 20 de fevereiro de 1942 em Montreal, capital da província francesa canadense

VOLTA AO SUMÁRIO

do Quebec. Formou-se em Filosofia pela Université de Montreal (1964) e fez seu mestrado em Filosofia pela mesma universidade com a dissertação Ômega em Pierre Teilhard de Chardin, em 1966.

Ainda que tenha refletido bem sobre sua decisão, não estava completamente preparado para a realidade brasileira. O preparatório informativo veio do seminário de acolhimento realizado em Petrópolis onde aprendeu por cinco meses aspectos da formação histórica, socioeconômica e política do Brasil e o domínio da língua portuguesa. Tudo isso não foi suficiente para o contato real com o povo, a pobreza e a miséria ainda mais gritantes no Brasil da década de 1960. Em Recife, natal de 1966, convidado por um colega para a celebração de uma missa numa usina de cana de açúcar teve sua primeira visão da realidade nacional. Os rostos, o vestuário da gente pobre na celebração não saíra de sua mente por longos anos. Naquela noite, vagando pela propriedade, ouve a canção les marionnettes, muito popular na época. A canção francesa o fez refletir sobre as razões de estar naquele lugar, sentindo-se meio perdido no mundo.

Seu desembarque definitivo em Fortaleza ocorreu em fevereiro de 1967 para ser professor do colégio Santo Inácio. Contudo, como era sabido seu domínio do pensamento de Teilhard de Chardin, foi convidado para ministrar um curso na Faculdade de Filosofia de Fortaleza. Relutante por considerar pouco seu domínio da língua, finalmente ministrou o curso com muito sucesso. Desse encontro, promovido pelo pensamento do místico jesuíta, seria convidado pela direção da Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia para integrar os quadros do recém-criado Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Ceará, onde fora criado em 1967 o curso de Ciências Sociais. Naquele momento, fruto do seu engajamento na luta contra a ditadura militar brasileira, sentiu modificada sua concepção teológica e não mais se sentia membro da Igreja. Sua contratação como professor pela Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais foi realizada dentro de um projeto mais amplo de promover a transição entre a filosofia e as ciências sociais. Refletindo, anos mais tarde, sobre essa época e a decisão tomada, afirma que chegou a perder a fé e não via mais sentido em permanecer na ordem religiosa. Se a vida humana é vivida em ciclos, podemos dizer que um deles havia sido encerrado na vida de André Haguette. Segundo ciclo: Professor de Filosofia na primeira turma formada pelo recém-criado curso de Ciências Sociais da UFC.

O ano de 1974 foi emblemático na sua vida. Sofrendo perseguições políticas por parte da direção da universidade, André e a a esposa, a socióloga Tereza Haguette, decidiram sair do país com bolsa do governo norte-americano. Instalou-se, em Syracuse, na Syracuse University onde concluiu em 1975 seu mestrado em Sociologia e em seguida, 1977, o doutorado em Sociologia com a tese A filosofia, as políticas e a mensuração das ideias de desenvolvimento.

O doutorado realizado nos EUA permitiu finalmente sua conversão ao campo da sociologia. A concepção da ciência social como necessária à transformação da sociedade. É preciso ter no horizonte o projeto permanente de transformar a sociedade de maneira que as pessoas possam finalmente encontrar “um lugar para viver bem”. Essa aspiração e ideal nunca lhe saiu

do espírito. Lamenta o abandono pelos atuais estudos sociológicos de duas ideias que crê ser importantes e que não deveriam jamais sair da mente dos sociólogos: planejamento e desenvolvimento. Sempre teve forte impulso de engajamentos em ações realizadas pela sociedade civil. Nunca teve vinculação partidária porque acredita que o intelectual deve sempre, acima de tudo, guardar sua liberdade de reflexão crítica.

A paixão pela obra viva que encarna ao mesmo tempo uma maneira de sentir e fazer algo para transformar a realidade nunca o abandonou. A teoria nunca lhe foi estranha, pelo contrário sempre se dedicou com afinco à compreensão de dois grandes teóricos da sociologia: Max Weber e Karl Marx, mas em momento algum, a teoria teve valor teórico nem muito menos mero adereço de exposição de vaidade. A teoria que do seu interesse foi sempre aquela com alcance transformador.

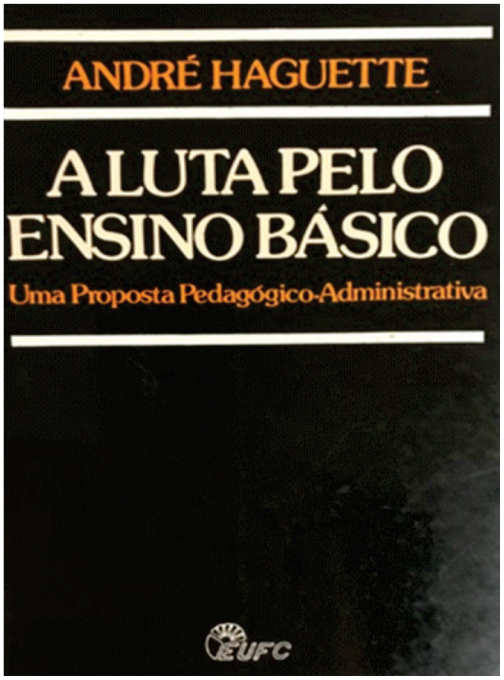
Os anos de 1979/1984 foram marcados no Nordeste pela ocorrência de uma grande seca atingindo todo o semiárido. Na época ainda dominada pelos governos militares, a Rede Globo de televisão idealiza o projeto Nordestinos: O Brasil em busca de soluções. Realizado em parceria com onze universidades federais da região, percorreu 7.700km, contatou 6.320 pessoas em seis cidades: Oeiras, PI; Quixeramobim, CE; Lages, RN; Itaporanga, PB; Afogados da Ingazeira, PE e Jeremoabo na Bahia. André Haguette foi o membro indicado pela UFC para participar do projeto. O saldo existencial do mergulho no sertão permanecerá ao longo dos anos, reforçando seu entendimento sobre a necessidade de uma sociologia com dimensões intervencionistas, que possa ser usada para a transformação da realidade. Ainda na década de 1980, participou do Movimento Pró-Mudança, parte importante da mobilização da sociedade civil que culminará com a eleição de Tasso Jereissati no Ceará, iniciando uma ampla transformação do gerenciamento do governo estadual.

A educação tornou-se um tema dominante a partir de um determinado instante da sua trajetória. Isso ocorrerá, como quase tudo que lhe ocorreu, com o convite para uma ação institucional. As escolhas são apenas parte daquilo que fazemos, o mais importante é o resultado delas. Uma trama complexa estabelecida entre o instante da escolha e sua realização. A reflexão constante ajuda a monitorar o desejo e os impulsos vindos do meio.

Atuou de maneira institucional como Coordenador de Projetos da Secretaria de Educação do Ceará, na gestão Paulo Elpídio de Meneses Neto. Essa experiência, mesmo de pouco mais de um ano, modificou definitivamente seu entendimento da urgência do tema da educação. Como gestor empregava a maior parte do tempo em visita às escolas, o que lhe permitiu o conhecimento mais profundo dessa realidade.

Conjugando, ao longo de anos, as atividades acadêmicas de professor, pesquisador e sempre engajado em atividades públicas, André Haguette tornou-se membro como conselheiro de diversas instituições nacionais e internacionais.

Como consultor atuou na Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, FAP-DF; Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, CRUB; no Ministério da Educação, MEC, como membro do Comitê Técnico-educacional; no Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial), BIRD; no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP/MEC; no Fundo das Nações Unidas para a Infância, UNICEF; no Ministério das Relações Exteriores; no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq e foi membro da Diretoria da ANPOCS (1980/1982) – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.



Desde 1995, Haguette mantém uma coluna no jornal O Povo onde exerce sua função de intelectual público, analisando de modo crítico os principais problemas nacionais e locais de maneira a contribuir com reflexões críticas e soluções para os graves problemas sociais. Enfatiza sempre seu entendimento de sociologia como uma forma de intervenção na sociedade de modo que possa alcançar um estado de bem-estar social para todos. Sua pregação quase missionária em favor de uma sociedade que reduza a desigualdade social e promova a escola para todos, chega ao limite de propor a eliminação de todo o ensino privado de modo que todos os membros da sociedade possam ser educados numa única escola republicana. Num ambiente desse tipo, os talentos poderiam ser revelados em competição entre si, mas contando com instrumentos para que se possa verificar o grau de acerto. Social-democrata convicto, acredita que o principal problema da sociedade continua sendo a ordem capitalista que precisa encontrar um ajuste entre a poderosa máquina de gerar inovação e riqueza e suas consequências. as desigualdades na distribuição de renda e de riqueza. Se olharmos para o ponto inicial de sua trajetória no Brasil, aquele jovem idealista missionário jesuíta, continua com o mesmo coração e movido com a mesma paixão pela mudança social. Alcançar uma "boa vida" para a maioria do povo brasileiro permanece como um objetivo, mesmo que inalcançável, persiste como uma miragem que dá força para sua indignação intelectual.

De maneira discreta, André Haguette criou e mantém há mais de vinte dois anos a Fundação Tapuia. Situada na cidade de Aquiraz, a instituição sem fins lucrativos é voltada para atividades de reforço escolar, esportes, cultura e arte na comunidade do Tapuio. Essa ação expressa

de modo vivo seu entendimento de uma sociologia intervencionista, longe do partidarismo. A instituição foi criada como parte de sua preocupação com a educação nos últimos anos.

No belo Introdução ao método de Leonardo da Vinci, Paul Valéry escreve: "O legado que um homem deixa cifra-se no nome e nas obras que transformaram esse nome num sinal de admiração, de ódio ou de indiferença". A admiração, no caso do André Haguette, cai bem como sinal de legado. Chegando ao Brasil com vontade tão intensa de agir e transformar a realidade, vai aos poucos também sendo transformado pela realidade que deseja transformar. Como dialético que continua a ser, diz que a práxis sempre foi sua categoria da experiência reflexiva central. Joaquim Nabuco, o primeiro sociólogo sistemático do Brasil, distingue no O Abolicionismo sociedades baseadas na escravidão de sociedades constituídas pela escravidão. A segunda – exemplo da brasileira – constituirá a escravidão um espírito dominante sobre todas outras instituições. Atrofiadora da sociabilidade, constituída uma obra na sociedade brasileira, dependeria de várias gerações o trabalho de desfazê-la. O engajamento público em defesa da educação, da transformação social e o desejo de um país solidário marcam a atividade do André Haguette. Nesse sentido, ele prova cotidianamente a necessidade de contribuir para a eliminação daquela realidade criada e tematizada por Nabuco.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

HAGUETTE, A.; DUSSAULT, G.; GENDRON, L.. *Panteismo, Acción, Omega según Teilhard de Chardin*. Madri: Marfil, 1969.

HAGUETTE, A. *A Luta Pelo Ensino Básico* – Uma Proposta Pedagógico-Administrativa. Fortaleza: UFC, 1990.

HAGUETTE, A.; VIDAL, E. M. *Os Caminhos da Municipalização No Ceará:* Uma Avaliação. 1. ed. Fortaleza: UFC, 1998.

HAGUETTE, A.; AMORA, Kleber. C. *Filosofia?* É só Filosofar. Fortaleza: Geo Estúdio, 1996.

HAGUETTE, A. *A Sociologia e Você.* Fortaleza: Book Editora, 2004.

HAGUETTE, A.; PESSOA, M. K. M. *Dez Escolas, Dois Padrões de Qualidade.* Uma pesquisa em dez escolas públicas de Ensino Médio do Estado do Ceará. 1. ed. Fortaleza: UFC, 2015.

HAGUETTE, A.. *Racionalismo e Empirismo na Sociologia*. Revista de Ciências Sociais (UFC), v. 44, p. 194-218, 2013.

ANETE BRITO LEAL IVO

Por **Graça Druck** (UFBA)

A trajetória acadêmica e intelectual de Anete Brito Leal Ivo é representativa de uma geração que contribuiu para manter a sociologia brasileira viva e conectada nacional e internacionalmente. Desde a graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal da Bahia (1964-1967), sua trajetória foi marcada por encontros com grandes mestres, como o antropólogo Thales de Azevedo, com quem iniciou sua formação em pesquisa e o historiador István Jancsó, com quem realizou estudos sobre classe operária e industrialização na Bahia. Anete Ivo se beneficiou de um ambiente intelectual constituído por jovens professores baianos que se tornaram grandes referências como Maria Brandão, em Sociologia, João Ubaldo Ribeiro, em Ciência Política e Milton Santos em estudos urbanos e regionais, além de professores recém chegados à Bahia como Klaas Woortman e Perseu Abramo.

Tributária de uma herança interdisciplinar entre sociologia, antropologia e história, iniciou sua carreira docente em 1968 na Universidade Católica do Salvador e, em 1971, entrou no Departamento de Sociologia da UFBA. Ingressou no ano seguinte no Mestrado em Ciências Sociais da UFBA (1972-1975), defendendo a disser-

VOLTA AO SUMÁRIO

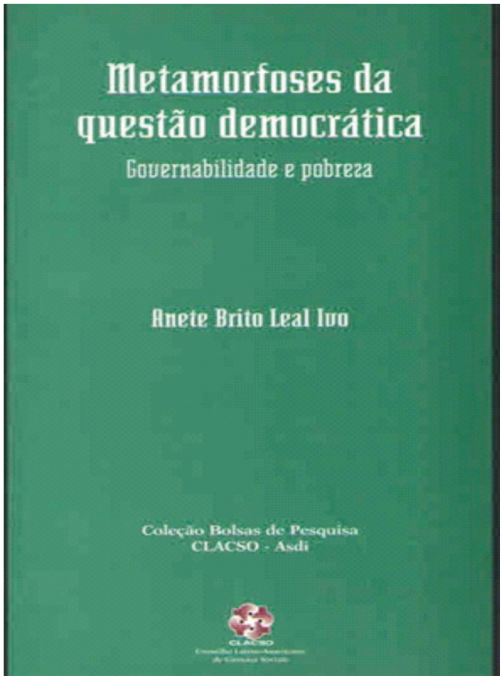
tação Pesca: tradição e dependência, um estudo sobre a sobrevivência da atividade pesqueira (tradicional) no contexto da modernização urbano-industrial de Salvador.

Após um período de assessoria na área de ensino superior, foi convidada a integrar o então CRH – Centro de Recursos Humanos (atualmente Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades) em 1978, instituição de pesquisa cuja história institucional teve em Anete Ivo uma personagem central. Esteve na direção desse Centro em vários mandatos, participou ativamente na formulação de suas linhas de pesquisa e elaborou um novo projeto editorial para o Caderno CRH, abrindo a revista à comunidade acadêmica pela submissão pública de artigos, consolidando-a como um periódico de referência da Sociologia brasileira. Integrou a Comissão de Assessoramento à Publicações do CNPq (2013-2016) e participa de conselhos editoriais de periódicos de referência, no Brasil e no exterior. Organizou várias obras coletivas, com destaque para o Dicionário Desenvolvimento e Questão Social (Annablume: 2013 em 2ª ed, 2020), em colaboração com E. Kraychete, A. Borges, D. Vitale, C. Mercuri e S. Sennes, uma obra de referência que reúne 114 pesquisadores de 40 universidades brasileiras e estrangeiras, explorando as interfaces do desenvolvimento econômico com as dimensões sociais, políticas e culturais contemporâneas, finalista do 56º Prêmio Jabuti (2014).

Liderou iniciativas pioneiras de intercâmbios acadêmicos internacionais desde 1979, quando ingressou no Institut des Hautes Études de l´Amérique Latine da Université de Paris III para realizar seu doutorado, e construiu um programa de intercâmbio científico apoiado em acordos CNPq/CNRS e CAPES /COFECUB. Desde então Anete Ivo tem circulação constante em instituições acadêmicas estrangeiras: ocupou a Cátedra Simon Bolívar da Université de Paris III (2000); atuou como professora convidada em várias universidades francesas e foi pesquisadora associada ao CREDAL/CNRS (1995-2010). Nos anos 1990 ingressou na rede de estudos regionais da América latina do CLACSO e em outras redes de pesquisa internacionais, contribuindo para a internacionalização da pesquisa em ciências sociais da UFBa. Sua produção em estudos sobre desigualdades e pobreza referendaram sua escolha como Fellow do Comparative Research Programme on Poverty do International Social Science Council da UNESCO (mandato 2014-2018) na University of Bergen (Noruega).

Com uma produção acadêmica que articula a sociologia política, a sociologia histórica e a sociologia do desenvolvimento, Anete Ivo dedicou-se ao estudo de regimes de transição e mudança social na crítica ao capitalismo periférico. Na década de 70 fez uma critica à modernização brasileira da perspectiva das populações tradicionais (pescadores), seguindo a discussão do papel das classes agrárias na transição democrática. Nesse campo, explora a dimensão política e ideológica da luta "sobre" as classes, mostrando as relações entre conflitos sociais e disputas cognitivas no âmbito das ciências sociais e da política. Essas reflexões alimentaram sua participação em redes internacionais e nacionais, como a rede de pesquisadores do Norte e Nordeste, e que repercutiram na institucionalização das linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação

em Ciências Sociais/UFBa (Questões Agrário-Camponesas, 1989) e no CRH/UFBA (A territorialidade das classes agrárias, 1991).



Desde 1996, Anete Ivo iniciou um novo ciclo de pesquisas, que explorou as assimetrias entre globalização e democracia, mostrando a reversão da pauta da democratização brasileira no contexto de hegemonia do mercado, processo que ela designa como "reconversão perversa". Realizou estudos críticos sobre novos paradigmas da ação coletiva no contexto neoliberal – a local governance, com base em estudo empírico e comparativo sobre sistemas de governance, no espaço público em diversos programas municipais.

É autora de inúmeros artigos em revistas arbitradas, de dois livros integrais e de quase 50 capítulos de livros em editoras nacionais e estrangeiras. Dessa produção destaca-se a obra Metamorfoses da Questão democrática: (Buenos Aires: CLACSO, 2001) ganhadora do II Concurso de Pesquisadores Seniores do CLACSO, no qual ela apresenta os paradoxos da transição em curso e os dilemas das sociedades latino-americanas, no encaminhamento da nova questão social no contexto do capitalismo globalizado. Beneficiando-se de diálogos com autores franceses sobre a "crise da questão social" e do Estado Providência, seus estudos se reorientaram nos anos 2000 para a temática da Questão Social, políticas sociais e desigualdades sociais, examinando um movimento de "reconversão da questão social" pelas rupturas entre trabalho, proteção e solidariedade nacional, num contexto marcado pela dessocialização do trabalho e desorganização/reorganização do Estado social.

O livro Viver por um fio: pobreza e políticas sociais (Annablume, 2008), fruto da sua tese de doutorado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, faz um esforço de construção de uma "sociologia da pobreza" desde os autores clássicos, discutindo o enigma da questão social brasileira e os limites de um liberalismo social focalizado sobre os mais pobres. Sem desconhecer a importância desses programas no alívio das condições de pobreza, a análise revela um processo de "objetivação social" dos beneficiários dos programas de renda, que a autora chama de "coletivos de destino" ou uma "classe para o outro" (Bourdieu, 1987) pela tecnificação e despolitização da questão social.

Em 2012 realizou um balanço da produção brasileira sobre a Sociologia do Desenvolvimento buscando entender o neodesenvolvimentismo brasileiro dos anos 2000 sob a he-

gemonia neoliberal. Examinou a circulação do conhecimento entre as agências multilaterais internacionais e a agenda da Sociologia do Desenvolvimento brasileira no livro que organizou – A reinvenção do desenvolvimento (EDUFBA/CNPQ, 2016)-, desnaturalizando a agenda do desenvolvimento social e sustentável, como resultado das lutas e práticas dos agentes e classes sociais, que interpelam as assimetrias entre sociedade, mercado e política; territórios, trabalho e capital.

Sua trajetória esteve articulada ao ensino da Sociologia na UFBA, nas disciplinas teóricas sobre estado e classes sociais, além da sociologia agrária e à realização de sua pesquisa no Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades/UFBA. Foi professora convidada na Université de Paris III e Paris XII, pesquisadora visitante e docente em cursos oferecidos pela rede de estudos regionais da América Latina (Clacso/Crop-ISSC), tendo atuado, na pós-graduação da UCSal (2009-2019).

É membro titular da Academia de Ciências da Bahia e membro do RC 09 – Social Transformations and the Sociology of Development e do RC 21- Sociology of Urban and Regional Development da International Sociology Association (ISA).

Anete Ivo, baiana de Salvador, nasceu em janeiro de 1945 e é casada há mais de cinco décadas com Rubem Ivo, engenheiro e escritor, com quem teve duas filhas: Any Ivo, Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA e professora nessa faculdade, e Cláudia Low, tributarista e Master pela University of Miami Law School e tem dois netos. Uma família que sempre lhe deu todo apoio para desenvolver a sua brilhante trajetória intelectual.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

IVO, A. La Violence Muette: Notes sur l'Etat et la citoyenneté des travailleurs ruraux. *Cahiers de Recherches du Brésil Contemporain*, CRBC, Paris, v. 04, p. 45-57, 1988. [Publicado originalmente in: Caderno CRH, n. 3, 1987].

IVO, A. La Cuestión Agraria y la crises en el Aparato del Estado. *Estudios Sociológicos*, DF – México, v. IX, n.25, p. 61-74, 1991.[Publicado originalmente in: Caderno CRH, n. 13, 1990]

IVO, A. *Metamorfoses da Questão democrática*: governabilidade e pobreza. (Buenos Aires: CLACSO, 2001).

IVO, A. *Viver por um fio:* pobreza e políticas sociais (S. Paulo: Annablume, 2008).

CIMADAMORE, A.; IVO, A.; MIDAGLIA, C.; BARRANTES, A. *Estados de bien estar, derechos e ingresos básicos en América Latina* (Ciudad de México: Editora Siglo XXI, 2019).

IVO, A. (Coord.); KRAYCHETE, E.; BORGES, Â.; MERCURI, C.; SENNES, S. *Dicionário Temático sobre Desenvolvimento e Questão social* (S. Paulo: Annablume, 2013, 2020)

IVO, A. A circulação das ideias (França-Brasil) entrevista com Hélène Rivière d´Arc. *Caderno CRH (Online)*, v. 33, p. 020036-19, 2020.

SOBRE A AUTORA

IVO, A. *Memória das Ciências Sociais no Brasil.* FGV/CPDOC, entrevista em 20.05.2016. Disponível em https://cpdoc.fgv.br/cientistassociais/AneteIvo1-63.

ANITA BRUMER

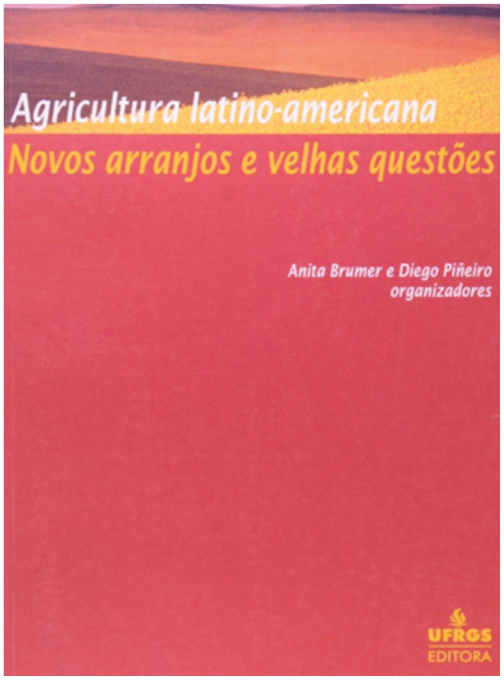
Por **Gabriele dos Anjos** (Observatório Estadual da Segurança Pública – SSP/RS)

Terceira de cinco filhos, Anita Brumer nasceu em Ijuí, Rio Grande do Sul, em 1943, filha de judeus oriundos da Galícia, na Polônia. O pai de Anita, filho mais jovem de pequenos agricultores, emigra para o Brasil em 1928, com 17 anos, onde, ajudado por uma tia e primos comerciantes em Porto Alegre, trabalha como caixeiro-viajante. Em 1938 visita sua família na Polônia e reencontra a mãe de Anita, que consegue trazer ao Brasil em 1939, a partir de um casamento por procuração, em pleno fechamento das fronteiras brasileiras aos judeus antes da Segunda Guerra. Para este casal é uma emigração sem possibilidades de retorno, marcada pelo extermínio físico dos familiares que não emigraram. A família logo muda-se para Ijuí, município formado por pequenos e médios agricultores.

Em Ijuí os pais de Anita estabilizam-se como comerciantes e investem fortemente na escolarização dos filhos. Anita estuda em uma escola católica em Ijuí e posteriormente a família muda-se para Porto Alegre para o prosseguimento dos estudos dos filhos. Em Porto Alegre, frequenta a escola normal e torna-se professora primária do Estado e diretora de escola durante a

VOLTA AO SUMÁRIO

graduação em Ciências Sociais, a partir de uma orientação para "o social". A entrada no mestrado em Sociologia Rural apresenta-se como uma forma de dar seguimento à formação em pleno período da ditadura militar.



O caráter aplicado da sociologia rural que se desenvolve no Rio Grande do Sul no período (voltada aos problemas dos atores sociais atuantes no meio rural em um contexto de modernização econômica e exclusão social) marca a formação como pesquisadora de Anita, que obtém seu mestrado entre 1969 e 1971 no Mestrado em Sociologia Rural da UFRGS, com o trabalho "Sindicalismo e participação dos agricultores em sindicatos, em Candelária, Rio Grande do Sul, Brasil", e o doutorado em Sociologia na Hebrew University of Jerusalem, Israel, entre 1973 e 1980, com a tese "Resource Mobilization and Rural Development – Patterns of Social Organization in Different Village Settings in South Brazil". Ainda que estes trabalhos estejam situados na problemática desta sociologia rural, para Anita esta sociologia tem como limitação uma busca de indução da modernização que não levaria em conta outras dimensões sociais. Nestes trabalhos ela situa o papel dos agentes sociais do espaço rural (sindicatos, igrejas e outras formas "comunitárias") nos processos de modernização e inserção no mercado.

A partir dos anos 1980, e mesmo após sua aposentadoria como Professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Anita tem intensa participação na vida institucional das Ciências Sociais no Brasil, como membro de comissões, como assessora e consultora de instituições de fomento à pesquisa e membro de comitês editoriais de revistas científicas. Tem, principalmente, uma produção intelectual imensa, cujas linhas-mestras se mantiveram ao longo do tempo em três áreas temáticas: agricultura familiar, gênero e identidade judaica.

Anita busca fazer uma sociologia de como a reprodução da agricultura familiar enquanto identidade social e profissional é transmitida entre as gerações e afetada pelas transformações sociais, culturais e econômicas do espaço rural. Seus trabalhos têm forte caráter diagnóstico, resultantes de pesquisas de campo que são verdadeiros "mergulhos" nos universos empíricos, fundados em uma cuidadosa construção metodológica.

Esses trabalhos apontam perspectivas aos atores emergentes do meio rural – mulheres e jovens – que lhes permitam manter ou reinventar sua identidade social. São estudos dos

"processos sociais agrários", das correspondentes formas de mobilização do meio rural e das estratégias de manutenção na condição de agricultor familiar, entre elas o acesso a políticas públicas. O que ganha ênfase para Anita não é tanto a crise da condição de agricultor, mas a identificação das possibilidades econômicas e identitárias em uma agricultura capitalista, em uma abordagem que se reenlaça criticamente com a sociologia do desenvolvimento em voga no período de sua formação.

A condição feminina no meio rural é abordada pelas possibilidades abertas às mulheres com a intensificação da inserção da agricultura familiar na economia capitalista. Anita identifica como a modernização implica uma ruptura simbólica com posição subalterna das mulheres no trabalho e lhes permite constituir uma identidade como "agricultoras" e a participação na manutenção das famílias na agricultura, em contextos para os quais políticas públicas podem ser decisivas.

É de alguma forma surpreendente a coragem de Anita em abordar sua própria pertença identitária a partir de uma problematização da situação dos judeus no Rio Grande do Sul, o que tem semelhanças com sua abordagem da agricultura familiar. Anita estuda como a identidade judaica se reproduz entre as diferentes gerações de imigrantes judeus e se manifesta em uma intensa vida comunitária da qual fazem parte cisões políticas e culturais. Ela considera essa vida como ligada a condições socioeconômicas resultantes de alianças, de mobilização de redes sociais, de investimentos educacionais e profissionais, em estudos preciosos para o entendimento mais amplo das estratégias de reprodução social. Ela mesma participa da vertente mais reflexiva dessa vida comunitária como principal editora da revista de estudos judaicos WebMosaica, publicada pelo Instituto Cultural Judaico Marc Chagall e pela UFRGS entre 2009 e 2017 e na direção deste Instituto entre 2004 e 2018.

Anita Brumer propôs às Ciências Sociais brasileiras uma sociologia da herança social, ao mesmo tempo que transmitiu aos pesquisadores que formou um rigoroso olhar sociológico e um infatigável amor ao ofício.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

BRUMER, A. As escolhas (im)possíveis, valores e a luta pela sobrevivência no contexto do genocídio nazista durante a II Guerra Mundial. WebMosaica. *Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall*, v.8 n.1 (jan-jun), p. 57-82, 2016. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/webmosaica/article/view/71158/40390. Acesso em 25 agosto 2021.

BRUMER, A. Gender relations in family-farm agriculture and rural-urban migration in Brazil. *Latin American Perspectives*, v. 35, p. 11-28, 2008.

BRUMER, A. Os jovens e a reprodução geracional na agricultura familiar. In: Marilda Aparecida de Menezes; Valmir Luiz Stropasolas; Sergio Botton Barcellos. (Org.). *Juventude rural e políticas públicas no Brasil*. 1ed.Brasilia::Presidência da República-Ministério do Desenvolvimento Agrário-IICA, 2014, v. 1, p. 215-233.

BRUMER, A. Os rumos do mundo rural na América Latina no início do século XXI, num cenário de grandes transformações sociais, econômicas e políticas. *Sociologias* (UFRGS), Porto Alegre, v. 10, p. 14-25, 2003.

BRUMER, A.; SILVA, M. L. O papel das redes de relacionamento na primeira geração de imigrantes judeus no Rio Grande do Sul. In: Helena Lewin. (Org.). *Judaísmo e globalização:* espaços e temporalidades. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010, p. 51-63.

BARBARA FREITAG-ROUANET

Por **Maria Francisca Pinheiro Coelho** (UnB)

Barbara Freitag nasceu na Alemanha em 1941, no auge da Segunda Guerra, em um pequeno vilarejo da Bavária chamado Obernzell, à beira do rio Danúbio, na Alemanha Oriental. O pai, Karl Freitag, era engenheiro químico com doutorado em Berlim, na Technische Hochschule. O pai faleceu de câncer em um hospital de Berlim, em 1943, deixando cinco filhos, quatro mulheres e um homem.

Barbara, era a mais nova. A mãe, Margot Freitag, passou a dirigir um orfanado por três anos e como não tinha tempo especial para a filha mais nova, Barbara estreitou os laços afetivos com a avó materna.

Ainda durante a Guerra, a mãe fez a travessia da família para o lado ocidental, a zona de ocupação dos americanos, ingleses e franceses.

Em 1947, Margot Freitag contraiu na Suíça um novo casamento com um professor romeno, doutor em física, de nome Eugen Bodea, que recebeu um convite para trabalhar em uma universidade brasileira. A família Bodea obteve o visto de entrada no Brasil e em janeiro de 1948 desembarcou no Porto de Santos. A mãe viajou

VOLTA AO SUMÁRIO

grávida do sexto filho, um menino, que nasceu brasileiro, Mihail Bodea, que depois trocou o nome para Miguel Bodea. Barbara chegou no Brasil com seis anos. Por três anos, a família morou em Itajubá, Minas Gerais, onde Dido, como era chamado o padrasto, trabalhava, quando então foi convidado para trabalhar em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, na Companhia Elétrica do Estado.

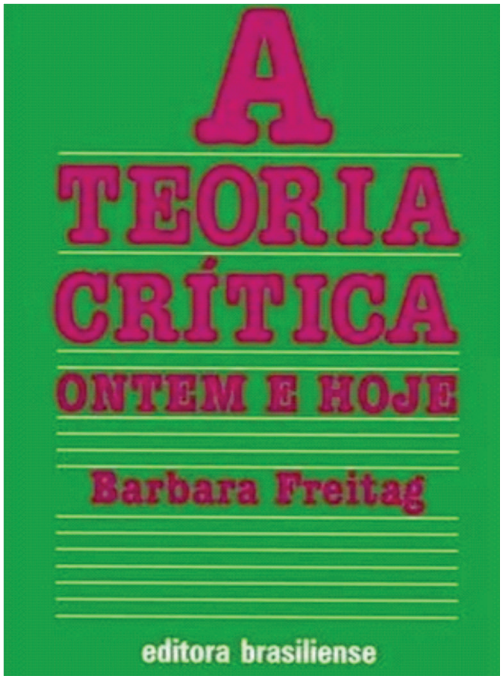
Em Porto Alegre, Barbara foi matriculada no Colégio Farroupilha, onde se destacou como boa aluna, ganhando uma bolsa de estudo. Passou a dar aulas de recuperação aos alunos com dificuldades de acompanhar as matérias de matemática, física e ciências naturais. Foi nessa atividade que reconheceu sua vocação como professora, pois "dava-lhe prazer e reconhecimento". Foi a avó materna, Ana Johanna, que ao perceber o talento de Barbara para o ensino a incentivou a continuar os estudos acadêmicos na Alemanha, onde fez sua graduação, mestrado e doutorado em Sociologia.

Em 1961, com o apoio financeiro da avó, Barbara retornou à Alemanha. Primeiro foi para Frankfurt cursar Filosofia e Ciências Sociais, onde assistiu aulas de Max Horkheimer e Theodor Adorno em cursos de Introdução à Sociologia e Teorias da Modernidade. Eles discutiam temas contemporâneos da sociedade de massas, como os mecanismos de comunicação. Barbara estudou na biblioteca especializada da Universidade, que tinha um excelente acervo de Filosofia, e na biblioteca do Instituto de Pesquisa Social, que passou a ser conhecido como a Escola de Frankfurt. O Instituto reuniu nomes como Herbert Marcuse, Ernst Bloch, Friedrich Pollock, entre outros. Boa parte do projeto de pesquisa do Instituto de Pesquisa Social era em torno do tema da "Autoridade e Família", embasado em reflexões teóricas sobre o freudo-marxismo. Na época, a Alemanha já estava dividida em Leste (DDR) e Oeste (BRD), a Alemanha Ocidental. O muro de Berlim tinha sido construído em 1961, ano que Barbara retornou à Alemanha. Em 1963, ela se transferiu de Frankfurt, onde tinha estudado por três semestres, para Berlim.

Barbara formou-se em Sociologia em 1972 em Berlim, depois de cumprida uma longa carga horária de Filosofia e Estatística, como pré-requisitos. Em um de seus estágios como estudante universitária passou três meses na Argentina e participou do Congresso Internacional de Sociologia, em Córdoba, como tradutora entre pares alemães e latino-americanos. Nesse Congresso conheceu o sociólogo Octávio Ianni, que a incentivou a incluir em seus estudos em Berlim a contribuição de autores como Gilberto Freyre, Florestan Fernandes e Celso Furtado, sugestão que ela levou à risca. O programa que a levou à Argentina fazia parte de um intercâmbio alemão com países em desenvolvimento no exterior. Nesse programa, ela também visitou outros países da América do Sul e da América Central.

Morou em Berlim de 1963 a 1972. Na Universidade Livre de Berlim estudou no Departamento de Filosofia, um pré-requisito para concluir sua formação em Sociologia, com um diploma reconhecido na Alemanha e nos Estados Unidos. Sua dissertação de mestrado (1967) foi sobre o desenvolvimento socioeconômico do Brasil a partir do olhar de cientistas sociais

brasileiros. Sua tese de doutorado (1976) foi sobre a política educacional brasileira, agente ou resultante de processos de mudanças sociais. Fez seu mestrado na Universidade Livre e seu doutorado na Universidade Técnica. No período, foi professora de Sociologia e Psicologia na Universidade Técnica de Berlim e posteriormente nas Universidades de Zurique, Freiburg e Frankfurt (1979-1982), como professora visitante.



Durante sua pós-graduação em Berlim, Barbara Freitag tornou-se leitora e correspondente do professor Florestan Fernandes. Foi Florestan que fez a carta de recomendação para ela ser contratada pelo Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, que tinha como Diretor do Instituto de Ciências Sociais o professor Roque de Barros Laraia e chefe do Departamento de Sociologia o professor Maurício Vinhas de Queiroz. Em 1972, foi contratada pela Universidade de Brasília.

Na época, a UnB passava por problemas políticos decorrentes das pressões do regime militar e Barbara enfrentou muita resistência devido às suas aulas. Seu primeiro livro, Escola, Estado e Sociedade (1978), possuía conteúdos críticos sobre a educação, como um processo de reprodução social. No entanto, Barbara não se intimidava com os comentários críticos que sofria do regime, chegando mesmo a fazer seminários em sua residência, quando o clima na UnB era de muita vigilância, como nos contou o professor Roque de Barros Laraia.

Barbara Freitag casou-se com o diplomata Sergio Paulo Rouanet em 1976, mudando seu nome para Barbara Freitag-Rouanet, e acompanhou-o até o ano 2000 em seus postos diplomáticos (Zurique, Copenhague, Berlim e Praga), intercalando com suas atividades como professora Titular da Universidade de Brasília. Sua carreira como professora da UnB só foi concluída com sua aposentadora, em 2003. Em 2005, recebeu o título de professora Emérita da UnB. A cerimônia foi retratada pelos seus discípulos, alguns chamados carinhosamente de 'barbaretes', e resultou no livro Itinerários de Barbara Freitag (2005). Depois de sua aposentadoria, Freitag também aceitou convites para dar aulas em Universidades como a Universidade Federal da Bahia, Universidade de São Paulo, Universidade do Paraná, entre outras.

Barbara Freitag tem uma expressiva produção bibliográfica. Publicou ao todo 30 livros e foi organizadora de vários outros e coletâneas de estudos. O foco de suas pesquisas e livros

concentra-se nos temas de política educacional, filosofia e política, Escola de Frankfurt, teoria crítica, teoria sociológica e teorias das cidades. Entre alguns de seus principais livros destacam-se: Escola, Estado e Sociedade (1978); Sociedade e Consciência – um estudo piagetiano na favela e escola (1984), defendido como tese de livre-docência em Berlim (1983). Teoria Crítica: ontem e hoje (1986), de leitura indispensável para conhecimento da história da Escola de Frankfurt, onde estudou e se tornou discípula de Jürgen Habermas e uma das mais competentes intérpretes de seu pensamento no Brasil.

Itinerários de Antígona (1992) é um estudo sociológico da abordagem filosófico entre a esfera pública e a esfera privada. A área de pesquisa sobre as cidades fez parte de um projeto do CNPq, como bolsista (Nível 1A), de 2000-2008, coordenando uma equipe de professores, que resultou em três livros: Itinerâncas Urbanas (2004); Teorias da Cidade (2006); e Capitais migrantes e poderes peregrinos: O caso do Rio de Janeiro (2009). Neste último, talvez o mais importante desse ciclo de estudo sobre as cidades, analisa a construção das capitais no Brasil, relacionando-as à história do país e a política. Em 2019 publica Peregrinação e aprendizado: minhas cidades formadoras, uma obra autobiográfica projetada também com o tema das cidades. Embora uma cidadã do mundo, Freitag não abriu mão de sua cidadania alemã. Articula seu saber sociológico com uma profunda compreensão humanista e universalista.

Podemos concluir com um retrato do perfil da Barbara Freitag como uma intelectual de face pública, conceito caro a Jürgen Habermas. Como socióloga, sempre esteve atenta aos resultados de suas pesquisas empíricas. Como cidadã, nunca se negou a dar sua opinião diante dos fatos, procurando sempre estabelecer distinções entre os dois papeis: como cientista e como cidadã. Barbara Freitag trouxe relevantes contribuições para a sociologia brasileira no campo da docência e da pesquisa. Destacou-se em dois momentos da construção do campo da Sociologia no Brasil: na sua expansão e consolidação.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

FREITAG-ROUANET, B. *Peregrinação e aprendizado*: minhas cidades formadoras. Porto Alegre: Class, 2019. 152 p.

FREITAG, B. *Capitais migrantes e poderes peregrinos*: O caso do Rio de Janeiro. Campinas, SP: Papirus, 2009. 400 p.

FREITAG, B. *Teorias da cidade*. Campinas, SP: Papirus, 2006. 190 p.

FREITAG, B. *Itinerâncias Urbanas*. Brasília, DF: Casa das Musas, 2004. 150 p.

FREITAG, B. *Itinerários de Antígona*: A questão da moralidade. Campinas, SP: Papirus, 1992. 308 p.

FREITAG, B. *A teoria crítica:* ontem e hoje. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. 185 p.

FREITAG, B. *Piaget:* Encontros e desencontros. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985. 160 p.

FREITAG, B. *Sociedade e consciência:* um estudo piagetiano na favela e na escola. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984. 239 p.

FREITAG, B. *Escola, Estado e sociedade*. São Paulo: Edart, 1978.

SOBRE A AUTORA

ROUANET, S. P.; SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de, COELHO, Maria Francisca Pinheiro (Organizadores). *Itinerários de Barbara Freitag*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Finatec, 2005. 174 p.

BENÍCIO VIERO SCHMIDT

Por **Henrique Carlos de O. de Castro**
(UFRGS)

Resumir a vida de pessoas como Benício Viero Schmidt em algumas linhas é empresa difícil. Este gaúcho nascido em Porto Alegre em 27 de janeiro de 1944 tem, desde a tenra juventude, uma postura crítica em relação ao mundo, o que o levou precocemente para a área de Humanidades. De origem teuto-italiana, filho de pais intelectualizados de classe média, soube aproveitar as oportunidades que a vida propiciou. Leitor voraz desde jovem e atento observador do Brasil em um momento de singular movimentação política – os antecedentes do golpe civil-miliar de 1964 –, Benício conclui o então curso clássico no tradicional Colégio Rosário de Porto Alegre em 1962 e inicia a sua vida acadêmica no curso de Direito da PUCRS em 1963 (iniciou também o curso de Ciências Sociais na UFRGS no mesmo período, mas não o concluiu). Militante político da AP – Ação Popular, movimento político ligado a setores progressistas da Igreja Católica, logo começa a estudar a sociedade e a política em um grupo acadêmico criado pelo professor Leônidas Xausa, fundador da Ciência Política no RS, o que em muita medida delineou a sua vida.

VOLTA AO SUMÁRIO

Como tantos de sua geração, teve a vida marcada pelo golpe de 1964. Se a sua vocação para atuar de forma ativa para influenciar a sociedade continuava, as limitações políticas de então o levaram definitivamente para a Academia. Começa com os olhos voltados para a Ciência Política, mas encontra na Sociologia o locus para tentar saciar a inquietação intelectual que carrega até hoje.

Se os títulos dos cursos de pós-graduação realizados foram em Ciência Política – Mestrado na UFMG de 1968 a 1970 e doutorado na Stanford University concluído em 1979 –, a sua inclinação para a Sociologia já se fazia presente nas aulas e orientações durante o tempo de docência no Departamento de Ciência Política da UFMG (1973 a 1976) ou no PROPUR – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS (1976 a 1982). Pode-se dizer, no entanto, que a consolidação da sua carreira de sociólogo se dá quando é convidado para ser professor da Universidade de Brasília (UnB) em 1982, sendo um dos fundadores do seu Departamento de Sociologia, universidade na qual foi o primeiro professor a se tornar titular por concurso público. A partir de então a sua atuação científica, política e institucional (e, arrisco dizer, pessoal) é definitivamente construída a partir da sua identidade de sociólogo. Foi professor visitante na Bolívia (FLACSO/La Paz 1990) e no Chile (PUC, 2002). Fez estágio pós-doutoral na Université de Paris I, acolhido por Ignacy Sachs na École des Hautes Études (1993-94).

Benício se destaca, porém, mais além de ser um sociólogo arguto e vivaz: é um construtor de instituições. Além de ter sido parte do grupo que criou o importante Departamento de Sociologia da UnB, na mesma universidade criou o CEPPAC – Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre a América Latina e Caribe em 1986 e consolidou o DATAUnB – Centro de Pesquisa sobre Opinião Pública, sendo o seu diretor de 1997 a 2004. Permito-me mencionar que tive a felicidade de conhecer o Benício primeiro como estudante de mestrado na UFRGS e posteriormente como amigo e colega, por ele convidado, no CEPPAC e no DATAUnB. A sua atuação institucional nunca o limitou às atividades intra muros. Com efeito, foi Presidente da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP/DF) entre 1995 e 1996, foi membro da diretoria da ANDES/Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior na gestão Renato de Oliveira (2001 a 2002), Coordenador da Cooperação Internacional da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) de 2004 a 2006, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Educação (CNE) entre 2006 e 2007, idealizador e primeiro Diretor do Departamento Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2008. Além disso, foi diretor da SBS de 2002 a 2003, membro do Comitê da Área de Sociologia do CNPq de 1983 a 1985 e assessor da diretoria da Anpocs (Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais) durante a Presidência de Vilmar Faria. Em 1979 recebeu o "Charles Borden, Geoffrey Bushnell And Juan Comas Prize", no XLIII International Congress of Americanists, no Canadá. A sua paixão por livros e leitura também o levou a empreitadas editoriais, com destaque para a criação das editoras Paralelo 15 e Verbena, editando, traduzindo e publicando dezenas de livros especialmente de Ciências Sociais e Humanidades. No cam-

po político, participou ativamente de todos os momentos importantes do país desde jovem, muitas vezes como um lutador de causas (quase) impossíveis, como a tentativa de recriar um movimento político e social com base na antiga AP nos anos 2000, sem as ligações políticas de antes, junto com alguns de seus contemporâneos.

O cientista e pesquisador reconhecido internacionalmente trouxe contribuições de fundamental importância para as áreas de políticas públicas (o seu livro sobre Estado e política urbana foi por muito tempo o mais lido por profissionais da área), de avaliação de políticas públicas, do Estado, de sociedade, de política comparada, particularmente, mas não limitada, à América Latina. Foi, por exemplo, um dos precursores em nível internacional do que se convencionou chamar especialmente a partir dos anos 2010 de Políticas Públicas baseadas em evidências (evidence-based policymaking – EBP) em pesquisas com colegas do DATAUnB desde o final da década de 1990. Também merece destaque, pelo caráter inovador, a realização do primeiro (e único) Censo da Reforma Agrária no Brasil em 1997 e pela criação da pesquisa A Justiça em Números (CNJ) em 2005, que continua sendo editada anualmente. Além disso, foi pesquisador Produtividade em Pesquisa 1A do CNPq na área de Sociologia. Formou – como orientador, professor ou colega – algumas gerações de cientistas sociais. Posso dizer, até por experiência própria, que as suas aulas, conferências, participação em debates e mesmo conversas informais marcaram e marcam a vida das pessoas. O professor transmite o entusiasmo com que vê o mundo, sempre trazendo conhecimentos de Sociologia, mas com aportes de outras disciplinas das Ciências Sociais, de Literatura, de História, da conjuntura e de outras áreas do conhecimento, sempre indicando leituras clássicas ou atuais, muitas delas erroneamente esquecidas. Já o cientista e analista indica pelo exemplo e pelas precisas, muitas vezes sarcásticas, interpretações da realidade caminhos a percorrer. As suas mais de 100 publicações são marcadas por uma provocativa originalidade, sendo inspiração e fonte para muitos.

Muito mais haveria a escrever sobre Benício Viero Schmidt, mas deve-se salientar por fim o ser humano. Esposo de Lia Zanotta Machado, importante antropóloga, pai de duas filhas (do seu primeiro casamento com Isaura Belloni, também cientista social, já falecida) e de um enteado/filho, avô de três meninas e um menino, amigo leal e fraterno, humanista e democra-

ta convicto, inconformado com as injustiças sociais e com as mazelas da política institucional, sempre costuma dizer que "o ser humano falhou como espécie". Este aparente pessimismo não encontra, no entanto, guarida na vida deste importante sociólogo e cientista social, uma vez que sempre agiu – dentro e fora da Academia – para mudar este mundo. Neste sentido, este construtor de instituições, de pessoas e de conhecimentos encarna o que um cientista deve ser: pessimista com o que observa, compreende e explica e otimista na construção da sua vida e daqueles que têm ou tiveram a felicidade de compartilhá-la.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

SCHMIDT, B. V.; OLIVEIRA, R. (Org.); ARAGON, V. A. (Org.). *Entre Escombros e Alternativas, Ensino Superior na América Latina*. 1. ed. Brasília: Editora da UnB, 2000. v. 3000. 310p.

SCHMIDT, B. V.; MARINHO, D. N. (Org.); ROSA, S. C. (Org.). *Os Assentamentos de Reforma Agraria No Brasil*. 1. ed. BRASILIA: Editora da Universidade de Brasília, 1998. v. 3000. 306p.

SCHMIDT, B. V.; FARRET, R.. *A Questão Urbana*. 1. ed. RIO DE JANEIRO: JORGE ZAHAR EDITOR, 1986. v. 3000. 110p.

SCHMIDT, B. V.. *O Estado e A Política Urbana no Brasil*. 1. ed. PORTO ALEGRE: LPM / EDITORA DA UFRGS, 1983. v. 3000. 215p.

SCHMIDT, B. V. Modernization and Urban Planning In The 19th Century Brazil. *URBAN HISTORY REVIEW,* v. XV, n.1, p. 132-156, Canada, 1980.

BRASILIO SALLUM JR.

Por **Edison Ricardo Emiliano Bertoncelo**
(USP)

Além de sociólogo e intelectual competente, Brasilio é, antes de tudo, uma pessoa íntegra e generosa. É um dos raros cientistas sociais que possui uma obra, fruto do entendimento de que a boa prática sociológica exige a construção do objeto em bases empíricas sólidas a partir do enfrentamento dos problemas de natureza teórico-interpretativa próprios a um domínio de investigação, prática essa que diligentemente busca ensinar a seus alunos(as) e orientandos(as). Desde o doutorado, em que examinou a penetração das relações capitalistas na cafeicultura do Oeste Paulista, passando pela análise dos processos de transição política e de democratização e chegando à investigação do impeachment de Fernando Collor, Brasilio jamais se furtou ao desafio de construir uma abordagem teórica original para dar conta de aspectos pertinentes da vida social.

Nasceu na cidade de Porto Alegre em 1946. Após ter estudado Economia por um breve período na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e na Universidade de Concepción no Chile, ficou desiludido com o curso, no qual ingressara em 1965. A América Latina passava, então, por um período de "enorme agitação política" e

VOLTA AO SUMÁRIO

ele entendia que a Economia "era insuficiente para entender o processo de transformação em curso" (BASTOS et al. 2006, p. 270). Mudou-se, então, para São Paulo para cursar o curso de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo, que concluiu em 1970. Doutorou-se em Sociologia também pela Universidade de São Paulo em 1980 com a tese Capitalismo e Cafeicultura no Oeste Paulista (1888-1930), sob orientação de Luiz Pereira. Tornou-se livre-docente em 1995. Desenvolveu pesquisas de pós-doutoramento na Universidade de Stanford (1997-1998) e na Universidade Nacional Autônoma do México (1999).

Atuou como Professor de Sociologia da Universidade de São Paulo por mais de 40 anos, entre 1974 e 2016. Tornou-se Professor Titular em 2004. Teve papel importante na construção e na consolidação institucional do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, tendo ocupado cargos de chefia, coordenação e de representação docente junto à Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Por vários anos, foi diretor do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), relevante centro de pesquisa em questões de política nacional e internacional.

Depois de Capitalismo e Cafeicultura, Brasilio dedicou-se mais intensamente à análise de conjunturas de crise política. Ele se viu absorvido pela política por duas vias distintas. Em primeiro lugar, chegou a ela pela via teórica, a partir de um questionamento ao modo de tratamento das questões políticas pelo marxismo. Em segundo lugar, através do engajamento no debate da política nacional. Tendo começado a trabalhar como editorialista na Folha de São Paulo no começo de 1983, ficou "empolgado pela análise de conjuntura" e foi "tragado pelo movimento pela democratização" (idem, p. 279).

Tal "guinada" resultou na publicação do livro Labirintos: dos Generais à Nova República, que condensou um conjunto de análises desenvolvidas e publicadas ao longo das décadas de 1980 e 1990, em que o autor desenvolve uma perspectiva teórico-analítica instigante para dar conta dos processos de transição política e de democratização, analisados pela ótica das conjunturas. Labirintos é uma tentativa, bastante sofisticada, de demonstrar como o impasse estrutural, produto da crise do "padrão anterior de articulação entre capitais locais... e o capital internacional; [da] forma de agregação e representação de interesses econômico-sociais gerados em uma sociedade cada vez mais complexa; e [da] relação entre setor público e privado no processo de desenvolvimento capitalista" (SALLUM, 1996, p. 8), se transformou em uma crise política que afetava não apenas o regime político, mas, sobretudo, a própria forma de Estado. Em análises posteriores, o autor viria a denominá-lo de Estado Varguista (SALLUM, 2003), para acentuar a peculiaridade da manifestação da forma desenvolvimentista e autocrática dessa forma de Estado no Brasil.

Nesse sentido, Labirintos viria a sistematizar um tipo de Sociologia Política preocupada em trazer o Estado "de volta" ao centro da análise política, pensado em suas interfaces com os interesses econômicos, com os atores coletivos socialmente enraizados e com o mundo exterior, sem descurar, ao mesmo tempo, da análise das estruturas institucionais e das normas que

moldam diferentes regimes políticos. Propõe, assim, diferentes níveis de observação da vida política (Estado, regime e governo) em suas relações com o mercado e com a sociedade.

Das pesquisas sobre conjunturas políticas, resultou também uma enorme base de dados sobre eventos de política nacional, construída por Brasílio e Eduardo Graeff, a partir da coleta de informações em quatro jornais de circulação nacional (Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, Jornal do Brasil e Gazeta Mercantil). A base está atualmente disponível para consulta e utilização no site do Consórcio de Informações Sociais, um sistema de compartilhamento de dados criado em 2003 por iniciativa de Brasílio, com apoio do Departamento de Sociologia da USP (http://cis.prp.usp.br/cis).

Depois de Labirintos, Brasílio dedicou-se ao estudo do processo de liberalização econômica no Brasil a partir de um prisma político e de um enfoque comparativo, que resultou na publicação de vários artigos e a coletânea Brasil e Argentina hoje: política e economia (2004). Escreveu também extensamente sobre as mudanças do Estado brasileiro nos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, argumentando que essas transformações na relação do Estado com a sociedade e o mercado não obedeceram a diretrizes neoliberais, como argumenta uma parte da literatura especializada, mas, ao invés, a "um ideário liberal moderado e pouco ortodoxo... que valoriza a sociedade mercantil, o capitalismo, mas não exclui, e até admite, a intervenção do Estado" tanto para reduzir desigualdades de vários tipos quanto para promover o desenvolvimento econômico (SALLUM; GOULART, 2016, p. 131).

Dando continuidade à preocupação com a investigação do processo de transformação da sociedade brasileira sob o prisma das conjunturas de crise política, Brasílio estudou o processo político que resultou no impedimento do ex-presidente Fernando Collor de Mello. Resultado de uma extensa pesquisa empírica em diálogo profícuo com a literatura sobre o tema, o livro O Impeachment de Fernando Collor: Sociologia de uma crise (2015) transpõe um argumento já construído em Labirintos para o exame da conjuntura política dos anos 1990, sendo, nesse sentido, fiel à abordagem da Sociologia Política que buscava mobilizar: o impeachment é visto como um evento de uma conjuntura crítica mais ampla, ocasionada pelo esgotamento do Es-

tado varguista e acentuada pelo fracasso dos atores políticos em construir e impor um projeto político visando à reconstrução do Estado em novas bases.

A qualidade da obra de Brasilio atesta a seriedade com que conduz sua vida acadêmica. Sua generosidade e competência na docência e na orientação de pesquisas levaram à formação de novos(as) pesquisadores(as) que, assim como eu, tentam levar adiante seus ensinamentos quanto ao fazer sociológico.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

SALLUM Jr., B. *O Impeachment de Fernando Collor:* Sociologia de uma Crise. São Paulo, Editora 34, 2015.

SALLUM Jr., B. *Brasil e Argentina hoje:* política e economia. Bauru, EDUSC, 2004.

SALLUM Jr., B. "Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*,18 (52), 2003, p. 35-55.

SALLUM Jr., B. "O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo". *Tempo Social*, 11 (2), 1999, p. 23-47.

SALLUM Jr., B. *Labirintos:* dos generais à Nova República. São Paulo, Hucitec, 1996.

SALLUM Jr., B. *Capitalismo e cafeicultura:* Oeste paulista, 1888-1930. São Paulo, Duas Cidades, 1982.

SOBRE O AUTOR

Entrevista com Brasílio Sallum Jr. in: BASTOS, Elide Rugai; ABRUCIO, Fernando; LOUREIRO, Maria Rita; REGO, José Márcio. *Conversas com Sociólogos Brasileiros*. São Paulo, Editora 34, 2006, p. 269-289.

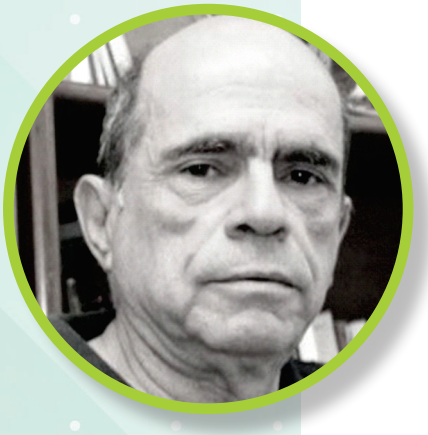


Foto: Camila Martins/Secom UnB

BRASILMAR FERREIRA NUNES

Por **Maria Salete Kern Machado** (UnB)

Titular do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, Brasilmar Ferreira Nunes nasceu em 4/3/1947 (Campina Verde-MG) e faleceu em 18/4/2016 (Brasília-DF).

Do seu itinerário acadêmico constam efetivas contribuições em todos os locais onde trabalhou, desde sempre colaborando para a visão crítica e multidisciplinar da sociedade, sobretudo com estudos e pesquisas sobre as cidades, o que fez desse pesquisador referência para a sociologia urbana.

Em 1974, graduou-se em Economia na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP) e de pronto mudou-se para o Rio de Janeiro, onde logo em 1976 fez-se Mestre pelo Programa de Planejamento Urbano e Regional – PUR da COPPE – Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da UFRJ, com a dissertação "O emprego industrial nas cidades de porte médio no Brasil". Questões pertinentes às urbis, reflexões sobre impactos de seu crescimento desordenado e desigual, exclusão, movimentos sociais, planejamento urbano e papel do Estado

VOLTA AO SUMÁRIO

foram relevantes e recorrentes em sua história profissional, o que o fez optar pela abordagem sociológica. "A análise sociológica, além de opção, foi postura imposta pela abrangência da compreensão de que os objetos com os quais me envolvi impunham." (Memorial 1995).

Iniciou atividades universitárias como professor visitante no Departamento de Economia da UFRJ (1976) e como pesquisador do escritório da Comissão Econômica da América Latina – Cepal, no Rio de Janeiro. Uma vez fechado o escritório da Cepal no Rio, aceitou convite para trabalhar no Mestrado em Desenvolvimento Urbano – MDU da Universidade Federal de Pernambuco (Recife), com o interesse de avançar estudos sobre a questão regional e a questão urbana no Brasil: "O convite atendia às minhas expectativas profissionais. A questão regional avançava teoricamente, e o engajamento na realidade nordestina nos parecia caminho quase natural dadas as tentativas que vínhamos elegendo de aprofundar estudos sobre a exclusão social/territorial no país" (Memorial,1995).

O trabalho na UFPE fortaleceu a sua concepção de unir teoria e prática nas atividades acadêmicas, levando-o a atuar como docente, orientador, pesquisador, e assessor de demandas populares por infraestruturas urbanas. A experiência junto à SUDENE como integrante do Conselho de Planejamento aprimorou-lhe a visão sobre os limites do Estado planejador. Políticas públicas, planejamento urbano e alternativas governamentais para suprir desigualdades sociais foram temas que Brasilmar incorporou a seus estudos no doutoramento pela Université de Picardie (France), defendendo a tese "Les rapportes entre la politique industrielle et la politique urbaine au Brésil – le cas de la zone metropolitaine de Recife" (1983).

Ao retornar foi eleito Coordenador do Mestrado em Desenvolvimento Urbano – MDU (UFPE), cargo interrompido pelo convite para participar da estruturação de um Núcleo de Estudos em Política Científica e Tecnológica – NPCT junto ao CNPq, em Brasília. A temática Ciência e Tecnologia incorporava-se a seus estudos acadêmicos. No CNPq coordenou Projetos Regionais (1984/1986), Programa Fipec do Banco do Brasil e do Gabinete da Presidência do CNPq (1988).

Ingressou no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília em 1989, vinculando-se às linhas de pesquisa Ciência e Tecnologia e Sociologia Urbana. À UnB se manteve ligado por toda a vida, exercendo atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão e cargos administrativos, como Vice-Diretor do Instituto de Ciências Sociais – ICS, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia- PPGSOL e Chefe do Departamento de Sociologia em duas gestões, a última de 2014/2016.

Coordenou o Acordo Capes/Cofecub (2002/2005), composto por UnB/UFBA/UFPE e CNRS/Geode-Nanterre (France), de 2002/2005 e fez pós doutorado no Centre de Sociologie Européene d' École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris/França-2010/2011).

Em 2012/2013 participou da criação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Fluminense – UFF, no Rio de Janeiro, coordenando-o por dois anos. Em seguida retornou ao Departamento de Sociologia da UnB.

Bolsista Produtividade Sênior do CNPq e Professor Titular da Universidade de Brasília – título que data de 1995 – assumiu a responsabilidade de consolidar e fortalecer a linha de pesquisa Sociologia Urbana, imprimindo mais visibilidade a estudos sobre cidades, por meio de cursos, seminários, pesquisas e publicações.

Seu trabalho de excelência abrangeu em todos os níveis a Sociologia/a Sociologia Urbana. Ministrou cursos na graduação e na pós-graduação, orientou TCCs, dissertações e teses, agregando alunos e pesquisadores da Sociologia e de outros departamentos e unidades da UnB. Orientou as Teses de Doutorado "O Rebelde Esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bonfim" de Ronaldo Conde Aguiar (2000) e "O que faz os ricos ricos" de Marcelo Medeiros (2004), ambas reconhecidas pelo Prêmio Melhor Tese de Doutorado da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, ANPOCS.

Contribuiu de forma fundamental para os estudos na área urbana com livros, artigos como "A permanente atualidade da sociologia urbana" (1998), "Infância e cidade: um campo de estudo em desenvolvimento" (2014) e enfatizou, sobretudo, as peculiaridades da cidade de Brasília em suas pesquisas. A escolha de Brasília como tema se deu "não apenas por sua condição de cidade planejada e de suas funções como capital política como em decorrência da capacidade de atração de fluxos migratórios de diferentes regiões do Brasil permitindo-nos tratá-la como microscópio da cultura brasileira" (2004). "Brasília, a fantasia corporificada" (2004), "Brasília na rede das cidades globais: apontando uma tendência" (2014), "Brasília: a construção do cotidiano"(1997) – coletânea que reúne artigos de docentes e pesquisadores da UnB – são exemplos de publicações do autor.

Referenciado nacionalmente por estudos e pesquisas sociológicas, manteve-se ativo na Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), e na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano (Anpur), sendo nesta última, membro da diretoria em três ocasiões.

Homem de seu tempo, ou metafisicamente homem além de seu tempo, Brasilmar Ferreira Nunes – vida e obra marcam a Sociologia/a Sociologia Urbana com sua contribuição para as gerações presentes e futuras.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

NUNES, B. F. *Planejamento urbano, arquitetura e urbanismo:* a serviços de uma outra geografia? Brasília, 2016.

NUNES, B. F. *Brasília, a fantasia corporificada*, Paralelo 15, Brasília, 2004.

NUNES, B. F. *Brasília, a construção do cotidiano* (org), Paralelo 15, Brasilia, 1997.

NUNES, B. F. Brasília na rede das cidades globais: apontando uma tendência, *Revista Sociedade e Estado*, v. 29, 941-961, Departamento de Sociologia, Brasilia, 2014.

NUNES, B. F. Consumo e identidade no meio infantil: considerações a partir de uma área popular do Distrito Federal, *Revista Sociedade e Estado*, v.22, pg. 647-678, Depto. Sociologia, UnB, Brasília, 2007.

NUNES, B. F. A permanente atualidade da Sociologia Urbana, *Revista Sociedade e Estado*, v. XII, pg.9-18, Departamento de Sociologia da UnB, Brasilia, 1998.

NUNES, B. F. Memorial, Concurso de Professor Titular para o Departamento de Sociologia da UnB, 1995.

NUNES, B. F. e MULLER, F. Infância e cidade: um campo de estudo em desenvolvimento, Revista *Educação e Sociedade*, v. 35, pg. 659- 674, Departamento de Sociologia, UnB, 2014.

CARLOS BENEDITO MARTINS

Por **Amurabi de Oliveira** (UFSC)

Carlos Benedito Martins nasceu em 27 de abril de 1948 em Itaberaí, Goiás, tendo se mudando ainda criança para Goiânia onde realizou sua formação escolar. O golpe militar de 1964 ocorreu quando ainda estava cursando o "clássico", tendo participado ativamente das atividades do movimento estudantil. Matriculou-se em Ciências Sociais ainda em Goiânia, mudando-se posteriormente para São Paulo onde ingressou na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) para dar continuidade ao curso, concluído em 1971.

Iniciou sua atuação como professor ainda em 1972, ingressando no ano seguinte no mestrado em Ciências Sociais, que recém havia sido criado pela PUC, e defendeu a dissertação "A empresa cultural no Brasil" (1979), orientada por Maria Andrea Loyola, que acabara de regressar da França, orientanda de Alain Touraine em seu doutorado. Sua dissertação de mestrado, na qual pesquisou as Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), foi um dos estudos pioneiros no Brasil sobre o ensino superior privado, segundo ele por influência de Maurício Tragtenberg (1929-1998). Nesse período em que esteve vinculado à PUC-SP teve também um intenso contato com Florestan Fernandes (1920-1995), resultando em

VOLTA AO SUMÁRIO

importantes trocas intelectuais, tanto que Florestan Fernandes prefaciou a segunda edição de seu livro "Ensino Pago: Um Retrato Sem Retoques" (1988). Foi ainda através de Maria Andrea Loyola que Carlos Benedito entrou em contato com o grupo de trabalho de Pierre Bourdieu (1930-2002) para a realização de seus estudos doutorais. Naquele momento Bourdieu já se encontrava vinculado ao Collège de France, de modo que a orientação de sua tese ficou sob a responsabilidade de Viviane Isambert Jamati (1924-2019), que orientou inúmeros brasileiros no campo da Sociologia da Educação. Participou dos chamados "séminaires fermé" organizados por Bourdieu, tendo ainda um intenso contato com Monique de Saint-Martin, uma das principais colaboradoras de Bourdieu no campo da Sociologia da Educação e outros pesquisadores daquele centro.

Na Universidade de Paris Descartes, Paris V, defendeu a tese Le Nouvel Enseigmnent Superieur Privé au Brésil (1986), um marco significativo para o debate da sociologia da educação no Brasil e para a sociologia do ensino superior em particular, campo no qual desempenhou um papel fundamental em seu processo de institucionalização. Isto se evidencia em sua atuação no Grupo de Trabalho (GT) Educação e Sociedade da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), posteriormente no GT Configurações do Ensino Superior Contemporâneo, também junto à ANPOCS, e no GT Educação Superior na Sociedade Contemporânea, atual Comitê de Pesquisa 21 Sociedade e Universidade junto à Sociedade Brasileira de Sociologia.

Em período mais recente passou a se dedicar ao debate sobre a Sociologia da Sociologia, articulando a questão nacional com os desafios globais, na ANPOCS, na SBS, e na International Sociological Association (ISA), sendo integrante do comitê editorial da Current Sociology. Sua inserção internacional pode ainda ser atestada pela sua intensa atuação em universidades estrangeiras, tendo realizado pós-doutorado na Universidade de Colúmbia, e atuado como Visiting Scholar na Universidade de Oxford, na Universidade de Columbia, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, na Universidade Livre de Berlim, na Universidade de Hong Kong, na Universidade Nacional de Singapura e, por diversas vezes, na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais em Paris.

No Brasil atuou como membro da diretoria da ANPOCS, tendo coordenado a publicação dos três volumes da coletânea Horizontes das Ciências Sociais (2010). Foi membro da diretoria, Vice-presidente e Presidente da SBS (2015-2019), membro do Grupo de Trabalho

encarregado de elaborar o Plano Nacional de Pós-Graduação da CAPES (2005-2010), membro do Comitê de Avaliação na Área de Sociologia, e do comitê de Avaliação dos Projetos CAPES/COFECUB (1995-2005). Recebeu em 2020 o prêmio Antônio Flávio Pierucci de excelência acadêmica em Sociologia da ANPOCS. Professor titular da Universidade de Brasília orientou diversas teses, dissertações e estágios pós-doutorais no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, onde atua como professor permanente, coordenando ainda o projeto Capes-Cofecub (2020/2023), denominado Globalização das sociologias francesa e brasileira: agentes, instituições, temáticas, em parceria com a École Normale Supérieure Paris-Saclay, além de pesquisador produtividade e pesquisa junto ao CNPq

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

MARTINS, C. B. *Ensino Pago:* Um Retrato Sem Retoques. 2. ed. SÃO PAULO: Autores Associados, 1988.

MARTINS, C. B. . *Para onde vai a Pós-Graduação em Ciências Sociais no Brasil*. 1. ed. Bauru: Edusc, 2005.

MICELI, S.; MARTINS, C. B. (Org.). *Sociologia Brasileira Hoje*. 1. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2017.

MICELI, S.; MARTINS, C. B. (Org.). *Sociologia Brasileira Hoje* – Vol. 2. 1. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2018.

MARTINS, C. B. A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado do Brasil. *Educação & Sociedade*, v. 30, p. 15-35, 2009.

MARTINS, C. B. A sociologia e suas Interfaces com contextos local, nacional e global. *Sociedade e Estado*, v. 33, p. 337-347, 2018.

SOBRE O AUTOR

OLIVEIRA, A. A Sociologia Brasileira e seus Desafios: entrevista com Carlos Benedito Martins, *Política & Sociedade*, v. 18, n. 41, p. 13-26, 2019.

EDUARDO DIATAHY BEZERRA DE MENEZES

Por **Mariana Barreto** (UFC)

Eduardo Diatahy nasceu em 1935 em Fortaleza, no Ceará. Graduou-se em Letras Neolatinas (1960) e em pedagogia (1965) pela Universidade Federal do Ceará. Especializou-se em Psicologia e Epistemologia Genética (1960) pela Université Paris – Sorbonne, Paris IV, e em Pesquisa Educacional (1962) pela Universidade de São Paulo. É doutor em Sociologia do Conhecimento (1976) pela Université François Rabelais, Tours, na França, sob a orientação de Jean Duvignaud onde defendeu a tese intitulada "Une épistemologie des sciences de l'homme – Aspects de la contribuition de Jean Piaget". Realizou estágios de pós-doutorado em Antropologia Histórica (1987) pela École des Hautes Études en Sciences Sociales e em Sociologia da Religião (1990) pela Université Paris – Descartes – Sorbonne, Paris V, sob a supervisão de Jacques Le Goff e Jean Delumeau. Em 1980 tornou-se professor titular da Universidade Federal do Ceará, defendendo a tese intitulada, "O Enigma de Jano Caboclo – para uma leitura sociológica da literatura de cordel", revelando a marca indelével da cultura popular em seus interesses de pesquisa. E professor titular e emérito, aposentado, das Universidades, Federal e Estadual, do Ceará.

VOLTA AO SUMÁRIO

Eduardo Diatahy iniciou sua carreira como professor em 1961 na Faculdade Católica de Filosofia do Ceará, posteriormente vinculada à recém criada Universidade do Ceará (1954). Em seguida, aproximou-se dos intelectuais associados ao Instituto de Antropologia, fundado em 1958, e dirigido por Thomaz Pompeu Sobrinho, engenheiro e antropólogo, entusiasta incansável para o desenvolvimento das ciências sociais no seio da Universidade do Ceará. A partir de 1963, Eduardo Diatahy juntou-se ao eclético quadro de professores da nova Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1961), onde se abrigavam os Departamentos de Educação, Geografia, Letras, Ciências Sociais e Filosofia. Em 1966, com a criação do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, e do curso de licenciatura em Ciências Sociais (1968), Eduardo Diatahy será um dos oito professores a integrar o precursor Departamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da agora Universidade Federal do Ceará. Ainda na segunda metade da década de 1960, no esteio da autonomia há pouco conquistada, o novo Departamento experimentou a ampliação de seu quadro docente, a criação do curso de bacharelado em Ciências Sociais; avançou no desenvolvimento de cursos de especialização e aperfeiçoamento, abrindo caminhos para a criação do Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento (1975), delimitando as fronteiras do que viria a ser o programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC (1994). Eduardo Diathay foi um notável artífice nos processos de articulação e consolidação destes avanços experimentados.

O retorno ao Brasil, após a defesa de sua tese de doutoramento, marcou as estruturações e celebrações de fecundos acordos para circulação internacional de professores/as e estudantes via programas de intercâmbio e cooperações científicas que haviam fomentado, tanto sua própria formação, como a de seus/suas colegas. É certo que tais ações se deram como desdobramentos da incontornável missão empreendida em 1968 por Jean Duvignaud, no âmbito do projeto inaugural de cooperação e assistência técnica empreendido pela Unesco para o desenvolvimento das ciências sociais na UFC. Todavia, ainda entre 1959 e 1960, Eduardo Diatahy, com uma bolsa de estudos concedida pela Aliança Francesa do Brasil, acompanhou os seminários de professores consagrados como Raymond Aron e Georges Gurvitch e conheceu os jovens Jean Duvignaud e Georges Balandier. Os dois últimos realizaram missões de trabalho em diferentes períodos nas ciências sociais da UFC, graças à celebração dos acordos

interuniversitários, dentre eles um pioneiro projeto Capes-Cofecub (1978) que contou com a atuação eficaz de Eduardo Diatahy ao longo de sua profícua duração. Os intensos movimentos de circulação e trocas entre o Brasil, a França e outros países, a urgência para divulgação das pesquisas e eventos realizados no âmbito das colaborações dispostas, ganharam, em 1970, uma nova forma de difusão. Nascida na desfavorável conjuntura interna da ditadura militar, mas na benfazeja condição de periódico franqueador do trânsito de ideias e de autores/as, intelectuais, nacionais e estrangeiros/as, a Revista de Ciências Sociais constituiu mais um dos projetos levados a efeito por Eduardo Diathay, tanto como membro de seu conselho de redação, quanto, em seguida, como seu diretor e editor, por mais de uma década.

Na continuidade de seu trabalho como sociólogo, notadamente de sua atuação pública, política, compôs o conselho fiscal da primeira diretoria da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), no biênio 1977-1978 e foi secretário regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), por vários mandatos, onde contribuiu para a organização, em Fortaleza, da 31ª Reunião Anual da SBPC, no simbólico ano de 1979.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

HAGUETTE, T. M. F. (Org.). *Memória das Ciências Sociais na UFC* – Um exercício de análise institucional. Fortaleza: Edições UFC, 1991. 261p.

CASTRO, José Liberal de. Posse do sócio efetivo Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes. *Discursos e Conferências*. *Revista do Instituto do Ceará* – 1995. 187-195. Disponível em: https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1995/1995DiscursoPosseEduardoDiatahyBezerraMenezes.pdf.

VIEIRA, S. *Caminhos das Ciências Sociais na UFC*. 2ª Edição (Revista e ampliada). Fortaleza: Edições UFC, Memorial UFC e Imprensa Universitária UFC, 2018. 412p.

ELIDE RUGAI BASTOS

Por **Mario Medeiros** (Unicamp)

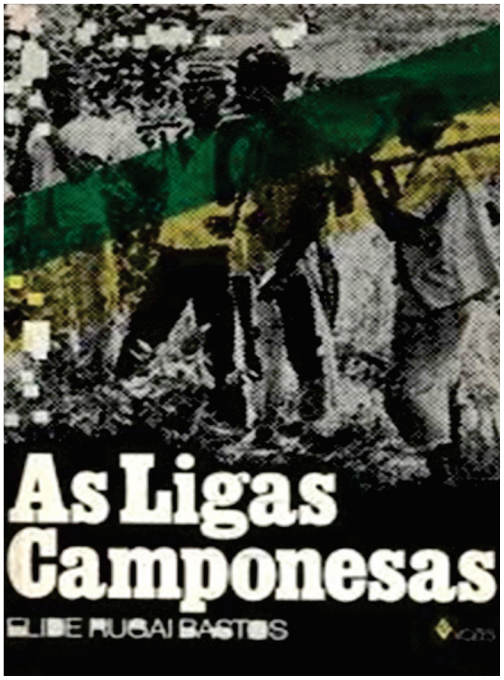
Socióloga Elide Rugai Bastos nasceu em São Manuel, interior de São Paulo, em 09 de março de 1937, em uma família de origem migrante italiana, sendo seus pais e outros parentes ligados à agronomia. No começo dos anos 1950, realiza seus estudos em colégio interno para moças, primeiramente em Botucatu e posteriormente na capital paulistana, cidade onde também se formou no Conservatório Musical, dedicando-se ao piano.

Nos estudos superiores, formou-se em Filosofia, na Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), graduando-se entre 1956 e 1960. Foi docente da mesma instituição entre 1961 e 1989, no curso de Ciências Sociais e programa de pós-graduação.

A dedicação à pesquisa na área de Ciências Sociais se concretizou por meio da realização de seu mestrado em Ciência Política na Universidade de São Paulo (USP), sob a orientação de José Augusto Guilhon de Albuquerque, estudando o processo de formação e impacto político da Ligas Camponesas em Pernambuco, com foco nas pesquisas de sociologia rural e questão agrária, que originou seu primeiro livro, em 1984, intitulado As Ligas Camponesas.

VOLTA AO SUMÁRIO

Ainda como docente na PUC-SP, na mesma instituição, ela realizou o doutorado em Ciências Sociais, dedicando-se aos estudos do pensamento social de matriz conservadora e sua influência no país, tomando por objeto a obra de Gilberto Freyre, num momento em que esse sociólogo era pouco analisado em razão de suas tomadas de posições políticas. A orientação do doutorado ficou a cargo de Octavio Ianni e o trabalho desenvolvido entre 1982 e 1985 foi defendido com o título de "Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira", tornando-se anos mais tarde o livro premiado As criaturas de Prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira.



Importa destacar que, na PUC-SP, Bastos lecionou sociologia ao lado de Carmem Junqueira, Beatriz Muniz, Cândido Procópio Camargo, Renato Ortiz, bem como de Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Maurício Tragtenberg e outros cientistas sociais atingidos, cassados e retornados do exílio pelas medidas do golpe de estado civil-militar e seus atos institucionais, num momento em que a PUC-SP e a Arquidiocese de São Paulo tiveram papel importante no abrigo institucional aos intelectuais. Neste sentido, o contexto social, político e institucional das mudanças do ensino superior e, em particular, na área de Ciências Humanas e Sociais impactam a geração da qual Elide Rugai Bastos faz parte ou com que conviveu, tendo sido aquela geração desafiada pelos arbítrios da ditadura civil-militar na universidade e a luta pela redemocratização do país. Vigilância em sala de aula, sobre temas de pesquisa, cerceamento de carreiras acadêmicas e projetos intelectuais, de um lado; bem como a organização da sociedade civil em setores variados e dos movimentos sociais insurgentes contra o contexto ditatorial (mulheres, operários, negros, homossexuais, movimentos de periferia contra a carestia, Anistia, camponeses etc.) compõem o horizonte de ideias e forças sociais no qual Bastos e seus colegas estavam inseridos.

Elide Rugai Bastos também lecionou na UNESP de Araraquara, entre os anos 1987 e 1989, dedicando-se aos estudos de sociologia rural, questão agrária, movimentos sociais e pensamento social brasileiro. Em 1989 ingressou na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde se tornaria professora livre-docente (1998) e professora titular (2006) do Departamento e Programa de Pós-Graduação de Sociologia. Neste período realizou pós-doutorado na Universidade de Madrid, entre 1992 e 1993.

Na Unicamp, junto de Octavio Ianni, Rubem M. Leão Rego e Walquíria D. Leão Rego foi responsável por consolidar a área de estudos do Pensamento Social no Brasil e Pensamento Social na América Latina, sendo co-fundadora do Centro de Estudos Brasileiros (CEB) e da revista Trapézio, formando estudantes e pesquisadores em cursos de graduação e pós-graduação no amplo espectro que o Pensamento Social permite. Tornou-se umas das principais especialistas da área, em particular nos estudos sobre Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, pensamento social brasileiro, iberismo e estudos sobre o pensamento conservador.

Após sua aposentadoria, em 2007, mantém constante atividade como professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Unicamp, em projetos com Universidade Federal do Amazonas (UFAM), da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp); centros de pesquisas, tais

como o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) e o Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP). Sua atuação institucional também se evidencia por ter participado como membro do Comitê de Área da Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), entre os anos 2013- 2019 ter sido editora da Revista Brasileira de Ciências Sociais da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (RBCS-Anpocs), entre 2001 e 2005 e da revista Lua Nova (CEDEC) entre 2009 a 2014.

Entre as principais premiações recebidas pela obra e carreira estão o Prêmio do Concurso Nacional de Ensaios Gilberto Freyre, da Fundação Gilberto Freyre (2005); o Prêmio de Reconhecimento Acadêmico Zeferino Vaz, da Unicamp (2007); e o Prêmio de Excelência Acadêmica Flávio Pierucci, da Anpocs (2017).

É de destacar, sobretudo, sua capacidade de formação de estudantes e incentivo a jovens investigadores nos temas de pesquisa a que se dedicou. Vários deles se tornaram professoras, professores, pesquisadoras e pesquisadores em instituições no Brasil e no exterior, como IFRN, UFAM, UNESP, UFPR, UFRJ, UFSCar, UNICAMP, UNIFESP, UFSC, Unimep, PUC-

Campinas, Princeton University, École des Hautes Études en Science Sociales.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

RUGAI, E. As Ligas Camponesas, Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

RUGAI, E. O pensamento de Oliveira Vianna. Campinas: Ed.Unicamp, 1993 (com João Quartim de Moraes).

RUGAI, E. Intelectuais e política: a moralidade do compromisso. São Paulo: Olho d' água, 2001 (com Walquíria D. Leão Rêgo).

RUGAI, E. Gilberto Freyre e o pensamento hispânico. Bauru, SP: Edusc, 2003.

RUGAI, E. Intellectuels et politique: Brésil-Europe. Paris: L'Harmattan, 2003 (com Dennis Rolland e Marcelo Ridenti).

RUGAI, E. Conversa com sociólogos brasileiros. São Paulo: 34, 2006 (com Fernando Abrúcio, Maria Rita Loureiro e José Márcio Rego).

RUGAI, E. Intelectuais e Estado. Belo Horizonte: UFMG, 2006 (com Denis Rolland e Marcelo Ridenti).

RUGAI, E. As Criaturas de Prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira. São Paulo: Global, 2006.

RUGAI, E. O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008 (com André Botelho e Gláucia Villas-Bôas).

RUGAI, E. Vozes da Amazônia, vols. I, II e III. Manaus: EDUFAM, 2007, 2014, 2016 (com Renan Freitas Pinto).

FERNANDA SOBRAL

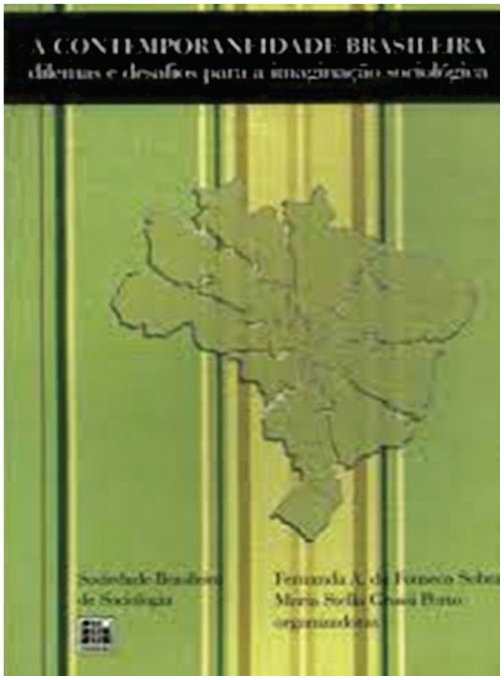
Por **Fabrício Neves** (UnB)

Fernanda Antônia da Fonseca Sobral é professora emérita da Universidade de Brasília, título concedido em 2021, e vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Fernanda em toda a sua trajetória assumiu posições acadêmicas de prestígio e destaque, além de desenvolver abordagens inovadoras para diversas áreas das ciências sociais, em especifico, sociologia da educação e da ciência, sociologia do conhecimento e política científica e tecnológica. Essa trajetória no Brasil é digna de mais destaque porque, como se sabe, não é fácil carreira de pesquisa para mulheres cientistas.

Fernanda cursou sua graduação em ciências sociais na Universidade Federal da Bahia e, ao obter o título em 1971, rumou para Brasília, onde terminou sua formação em sociologia, tendo ainda um estágio pós-doutoral realizado na École des Hautes Études en Sciences Sociales (1990 – 1991), na França. Sua dissertação, foi publicada em livro "Educação e mudança social: uma tentativa de crítica" (1981), é uma crítica pioneira dos estudos sobre educação de matriz funcionalista ideologicamente orientados para a normatização das desigualdades. O estudo constata que as abordagens sobre a educação desde

VOLTA AO SUMÁRIO

a década de 50 são "legitimadoras do sistema educacional que, por sua vez, é um aparelho ideológico do estado, isto é, funciona como um mecanismo de reprodução das relações sociais de produção (a estrutura de classes) e das relações técnicas de produção (na esfera do trabalho)" (Sobral, 1981, p. 11). Nesse estudo, vislumbramos a articulação de alguns temas que serão caros à sua trajetória, como dependência técnico-científica, educação e ideologia e políticas educacionais.



Conclui seu mestrado em 1976 e em 1978 ingressa como professora da Universidade de Brasília. É nessa universidade que inicia em 1984 seu doutorado, concluído em 1988 com o título "Ciência, Tecnologia e Poder: os interesses sociais na pesquisa". Nesse trabalho, seu foco estava na ideia de "interesses sociais" que participavam da pesquisa biomédica e agronômica no Brasil. Diga-se de passagem, a pesquisa sobre "interesses" na sociologia da ciência era ainda inicial no Brasil. Nesse trabalho, ciência e tecnologia são tratadas como forças produtivas, como dominação política e como ideologia, performando aí os interesses que atravessavam as pesquisas. Pode-se dizer que a autora mantém seu pé na teoria crítica que caracterizou seus primeiros trabalhos, e que agora destacava com mais nuances suas leituras de Marx, Marcuse e Habermas.

Uma inflexão temática pode ser observada na carreira da autora a partir de fins da década de 1980, como disse a própria autora, "com o tempo, fui evoluindo no sentido de analisar as condições cognitivas e socio institucionais da produção do conhecimento e não apenas os determinantes sociais" (SOBRAL, 2016). Lembremos que nesse período, transformações políticas impuseram à base tecnocientífica consolidada havia 4 décadas mudanças profundas que tinham a ver com o esgotamento dos recursos e com mudanças nas políticas de substituição de importações, cujos eixos eram, entre outros, o desenvolvimento científico e tecnológico. Uma obra organizada com Ana Maria Fernandes, "Colapso da Ciência & tecnologia no Brasil" (1994) sintetiza os novos caminhos intelectuais e políticos que Fernanda tomaria. Em seu artigo no mesmo livro, junto com Michelangelo Trigueiro, constata limitações da base técnico-científica em função das crises que década passada e propõem o que chamarão de "modelo misto de desenvolvimento científico e tecnológico" (SOBRAL, TRIGUEIRO, 1994, p. 95), articulando nas análises interesses científicos com demanda de mercado.

Em certo sentido, essa inflexão tinha a ver com o reconhecimento da complexificação do processo tecnocientífico do período, caracterizado pelas reformas liberais nas universidades e dos novos modos de fazer ciência, discutidos em suas obras da virada dos anos 2000. É nesse momento que se interessa pelos novos modos de produção do conhecimento e transformações educacionais em período de "revolução científica-tecnológica" (SOBRAL, 2002, p. 17). Seus estudos apontam para a negação dos radicalismos da sociologia da ciência, opondo-se àqueles que tecem análises internalistas ou externalistas exclusivamente, defendendo a pertinência integradora das abordagens (SOBRAL, 2001). Essa integração era o reconhecimento no plano teórico de suas observações empíricas que nos mostravam que a ciência se apresentava naquele momento como um empreendimento que envolvia "vários atores sociais (o governo, as ONG's, as empresas)" (SOBRAL, 2001, p. 208).

A ciência, tecnologia e educação no Brasil desse período são abordadas por Fernanda Sobral por meio das tendências de abertura a dinâmicas globalizantes, principalmente que relacionavam essas esferas aos interesses de mercado. No caso da educação, em específico às dimensões social e econômica, Sobral (2000) nega tanto a visão puramente utilitarista, que ganhava hegemonia naquele momento, quanto a visão humanista exclusiva. A ideia do modelo misto é usada para pensar o novo modo de produção do conhecimento também em termos mais integradores, contra as tendências de reformas de tipo mercadológicas no período, que avançavam no bojo das novas rodadas globalizantes da educação superior e da pesquisa (SOBRAL, 2000).

De certo modo, a trajetória de Fernanda é uma tentativa de resolver, de um lado, dilemas da sociologia da ciência e do conhecimento no que toca os temas do locus da produção e, de outro, fazer avançar de forma crítica e contemporânea as análises de políticas públicas para ciência, tecnologia e educação. Em ambos os intentos, tentou mais a articulação das tendências exclusivistas que tomar partido em prol de uma ou outra. Suas contribuições assumem uma postura, portanto, contra dualismos e paixões políticas exacerbadas. Essa postura encontra sua forma cognitiva na ideia de modelo misto de desenvolvimento científico e tecnológico que, embora seja um modelo analítico, não esconde a postura ética conciliadora que sua autora sempre expressou em sua atuação institucional e política.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

SOBRAL, F. *Educação e mudança social:* uma tentativa de crítica. São Paulo: Cortez editora. 1981.

SOBRAL, F. *Educação, ciência e tecnologia na Contemporaneidade*. Pelotas: EDUCAT, 2002.

SOBRAL, F. *Ciência, Tecnologia e Poder.* Universidade de Brasília. Tese de doutorado. Ano de obtenção: 1988.

SOBRAL, F.; Trigueiro, M. *Limites e potencialidades da base técnico-científica.*

FERNANDES, A.; SOBRAL, F.. *Colapso da ciência & tecnologia no Brasil.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

SOBRAL, F. *A economia e a física no Brasil: campos científicos ou transcientíficos?*.

SOBRAL, F. A. DA FONSECA. Educação para a competitividade ou para a cidadania social?. São Paulo em *Perspectiva* [online]. 2000, v. 14, n. 1 [Acessado 25 Outubro 2021], pp. 03-11. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392000000100002>. Epub 30 Maio 2003. ISSN 1806-9452. https://doi.org/10.1590/S0102-88392000000100002.

SOBRAL, F. Entre a educação e a ciência: um percurso acadêmico-institucional* Aula inaugural proferida em 27 de abril de 2016. *Sociedade e Estado* [online]. 2016, v. 31, n. spe [Acessado 25 Outubro 2021], pp. 969-980. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-69922016.0spe0006>. ISSN 1980-5462. https://doi.org/10.1590/s0102-69922016.0spe0006.

SOBRE A AUTORA

BAUMGARTEN, M. *A era do conhecimento:* Matrix ou ágora?. Brasília: Editora UNB, Porto Alegre: Editora UFRGS. 2001.

TORRES, T. *Fernanda Sobral recebe título de Professora Emérita*. UNB notícias, 25/08/2021. Acesso em: https://noticias.unb.br/39-homenagem/5166-fernanda-sobral-recebe-titulo-de-professora-emerita.

SOBRAL, F. *Entre a Educação e a Ciência:* Um Percurso Acadêmico-Institucional. Sociedade e Estado, v. 31, p. 969, 2016.

FRANCISCO HORÁCIO DA SILVA FROTA

Por **Maria Andréa Luz da Silva** (UECE)

Nasceu em 1948, na cidade de Sobral, importante município do Ceará. Filho de Carlos Mendes Frota e Iene da Silva Frota, o pai comerciante e a mãe professora normalista. Foi o primeiro filho de uma família formada por cinco homens e uma mulher. A estrutura desse grupo familiar era de classe média, no entanto, proporcionando uma boa formação escolar: o primário no Colégio Sete de Setembro, o ginasial no Colégio Lourenço Filho e o científico no Colégio Castello Branco, todos de Fortaleza-CE. Casou-se com a Assistente Social e doutora em sociologia Maria Helena de Paula Frota e é pai de três filhos: Odijas; Clarice e Ana Carolina.

O fato de a família ter vindo morar em Fortaleza, logo após o seu nascimento, contribuiu para um relativo afastamento da influência dos valores conservadores da cidade e da família. A juventude foi marcada pelo gosto da leitura – período em que leu toda a obra de Monteiro Lobato, Jorge Amado, Graciliano Ramos e outros autores que procuravam entender o "Brasil Profundo".

Morando muito próximo da Reitoria da Universidade Federal do Ceará (cerca de 200m de distância) pre-

VOLTA AO SUMÁRIO

senciou o surgimento da instituição, as mobilizações estudantis durante a Greve Nacional por 1/3 da participação estudantil nos órgãos gestores das Universidades e as investidas da polícia e do exército contra o Diretório Central dos Estudantes (DCE) durante o golpe militar. Tal aproximação também proporcionou o benefício de presenciar o surgimento do Museu de Arte da UFC e a oportunidade de dialogar e aprender com pintores como Antônio Bandeira, Aldemir Martins e Descartes Gadelha.

Em 1967 logrou aprovação no exame vestibular para o Curso de Física na Universidade Federal do Ceará – UFC. As aulas, no entanto, não foram iniciadas de conformidade com o calendário acadêmico porque a Universidade estava paralisada por uma Greve Geral dos estudantes. Era o batismo de fogo de um jovem estudante, depois de um profissional, que segundo as próprias palavras, escritas num memorial para a Universidade Estadual do Ceará – UECE, teve sua vida marcada por dois grandes interesses: a defesa da Universidade e a superação das desigualdades no país. Ao entrar no Instituto de Física da UFC, participou dos debates em defesa da Ciência Nacional, das manifestações em defesa da democracia, e foi eleito Vice-Presidente do Diretório Acadêmico João XIII.

Em 1968, no primeiro dia de aula após o Ato Institucional Nº 5, proferindo um discurso em defesa da UNE, foi interrompido e denunciado como um perigo para a segurança nacional. O resultado foi um processo no âmbito da Polícia Federal do Ceará e inclusão do nome na lista dos estudantes e professores que seriam retirados da Universidade pelo Artigo 477. A impossibilidade de lutar legalmente naquele momento resultou numa resposta imediata: participar da luta na clandestinidade, integrando-se à organização Ação Popular.

Impedido de voltar à Universidade Pública, somente retornou com a criação do Curso de Sociologia da Universidade de Fortaleza. Em 1978, foi graduado em Sociologia. Durante o período, que se estendeu do AI5 até a decretação da Anistia, esteve na luta pela redemocratização do País, atuando em dois níveis: legal e semilegal.

Na luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, esteve na organização de Secção Ceará do Comitê Brasileiro pela Anistia, desde a primeira reunião, e foi seu presidente do período de criação até a Declaração da Anistia em 1979.

Durante o período de 1975 a 1987, foi técnico educacional, sociólogo, coordenador estadual e regional da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE: instituição precursora das ONGs no Brasil. Exercendo tal atividade legal, foi possível atuar na organização de comunidades rurais e urbanas, na organização sindical e no assessoramento ao movimento popular.

Após a redemocratização, atuou como dirigente (diretor administrativo financeiro, diretor pedagógico e superintendente em exercício) da Fundação de Teleducação do Ceará – FUNTELC (TV Ceará – Canal 5) e buscou a retomada da vida acadêmica. No período de 1988 a-1992, cursou o Mestrado em Educação, na Universidade Federal do Ceará, momento em que

defendeu a dissertação intitulada Universidade e Alienação. Em 1998, conclui o doutorado em Sociologia Política pela Universidad de Salamanca – Espanha. Na oportunidade, orientado pelo Prof Mariano Fernandez Enguita, defendeu a tese Una Política de Empresários em la Enseñanza Pública: Análisis de uma poítica educativa em uma economia periférica.

Em 1996, após concurso público, ingressou na Universidade Estadual do Ceará e vem desenvolvendo sua vida acadêmica até a data atual. A sua atuação na UECE é destacada na docência, pesquisa e intervenção social.

A sua atuação docente está marcada pelas disciplinas ministradas em todos os níveis acadêmicos, pelas orientações de monografias, dissertações e teses; supervisão de pós-doutorado e busca pela internacionalização do Programa.

Atua como pesquisador no Núcleo de Pesquisas Sociais – NUPES (criado em 1998) e como líder do Grupo de Pesquisa do CNPq – Política Social, Trabalho e Cidadania. Como pesquisador, coordena investigações (locais e nacionais) financiadas pelo Banco Mundial, BID, UNESCO, FECOP e outras agências de fomento.

Na pós-graduação, foi um dos criadores e primeiro coordenador do Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas e Doutorado em Políticas Públicas.

No âmbito da inserção social, também criou e ainda coordena o Centro de Referência de Política sobre Droga no Ceará – CRR e a Escola de Conselhos de Direito e Tutelar do Ceará – ECONCE.

Sua produção bibliográfica caracteriza-se pelo debate em torno do aprofundamento democrático, participação e combate à desigualdade social.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

FROTA, F.H.S. *Una Política de Empresários em la Enseñanza Pública:* Análisis de uma política educativa em uma economia periférica. Francisco Horácio da Silva Frota.

FROTA, F.H.S. *Dos andes aos pampas* – (Orgs): Francisco Josênio Camelo Parente/ Hermano Machado Ferreira Lima/ Francisco Horácio da Silva Frota ISBN 978-85-78260-46-0.

FROTA, F.H.S.; FROTA, M.H.P.F (Orgs); *No meio do mundo, esquina com o rio Amazonas:* reflexões políticas sobre o Amapá / Org's: Francisco Horácio da Silva Frota/ Maria Helena de Paula Frota ISBN 978-85-78260-72-9.

FROTA, F.H.S.; FROTA, M.H.P.F; SILVA, A.L Orgs). Direito e Cidadania/ Fortaleza, CE: Edmeta, 2019. 517p ISBN 978-65-86311-01-3.

COSTA, L.F.A.; FROTA, H.S.F (orgs). *Nordeste(s), novos desafios:* políticas públicas e dinâmicas institucionais [livro eletrônico] — 2. ed. rev. e ampl. — Fortaleza: Edmeta, 2020. PDF.

FROTA, F.H.S.; SILVA, A.L Orgs) *Tópicos sobre segurança pública e cidadania* [livro eletrônico] Fortaleza, CE: Edmeta Editora, 2020. PDF.

FROTA, F.H.S.; FROTA, M.H.P.F; SILVA, A.L (Orgs) O impacto do COVID-19 nas políticas públicas [livro eletrônico] 1. ed. — Fortaleza, CE: Edmeta Editora, 2020.

SILVA, E.F; FROTA, F.H.S; SILVA, A.L(Orgs). *Atores políticos e dinâmicas Fortaleza,* Ce.: Edmeta, 2020. 425p.

HELENA HIRATA

Por **Thaís de Souza Lapa** (UFSC)

Helena Sumiko Hirata é uma socióloga do trabalho e do gênero de renome internacional. Nascida no Japão em 1946 e criada no Brasil, graduou-se em Filosofia na USP em 1969 e foi obrigada a deixar o país em exílio político em 1971, instalando-se na França, onde permaneceu até anistia, em 1979. Realizou o doutorado em Sociologia Política pela Université de Paris VIII (1979) e obteve a Habilitation à diriger des recherches (HDR) (1997), equivalente à livre-docência, pela Universidade de Versailles-Saint-Quentin-en-Yvelines. É Diretora de Pesquisa Emérita do Centre National de Recherche Scientifique (CNRS) da França, onde integra a equipe Genre, Travail et Mobilités (GTM) do Laboratório do CRESPPA.

No Brasil, foi Professora Visitante na UNICAMP e na USP. Nesta, construiu uma relação duradoura com o Departamento de Sociologia desde os anos 1980. Mais recentemente, tornou-se Pesquisadora Associada do departamento e Professora Permanente no Programa de Pós Graduação em Sociologia (PPGS/USP).

Seu percurso é marcado por parcerias intelectuais, sendo a de mais longa duração a construída com Danièle Kergoat, com quem Hirata produz desde 1980. Dessa

VOLTA AO SUMÁRIO

produção resultou uma frutífera reflexão sobre a "divisão sexual do trabalho", conceito em cuja construção as autoras tiveram especial protagonismo. Helena também participou do processo de repensar a categoria de "trabalho" a partir da teoria feminista, alargando-o com a incorporação do trabalho doméstico e de cuidados. Ao questionar a pretensa homogeneidade da classe trabalhadora, rompe teórica e epistemológicamente com a sociologia do trabalho francesa, centrada na figura arquetípica do operário qualificado da grande indústria, considerado universal.

No Brasil, entre 1967-1968, Helena fora militante de organizações de esquerda como o POC – Partido Operário Comunista e da entidade estudantil Universidade Crítica. Mas seu contato com o feminismo se deu somente na condição de refugiada na França, quando passou a integrar a Liga Comunista Revolucionária, bem como, pouco depois, no grupo feminista Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris.

Em 1977, passou a integrar o grupo de pesquisa sobre divisão social e sexual do trabalho criado por Kergoat, o GEDISST. Ganha, em 1980, o estatuto de pesquisadora do CNRS, associada a esse grupo. Também nos 1980, integra a rede internacional Atelier Production-Reproduction (APRE), cujas formulações que se tornaram clássicas no campo dos estudos sobre a divisão sexual do trabalho foram materializadas no livro O Sexo do Trabalho (França, 1984/ Brasil, 1986).

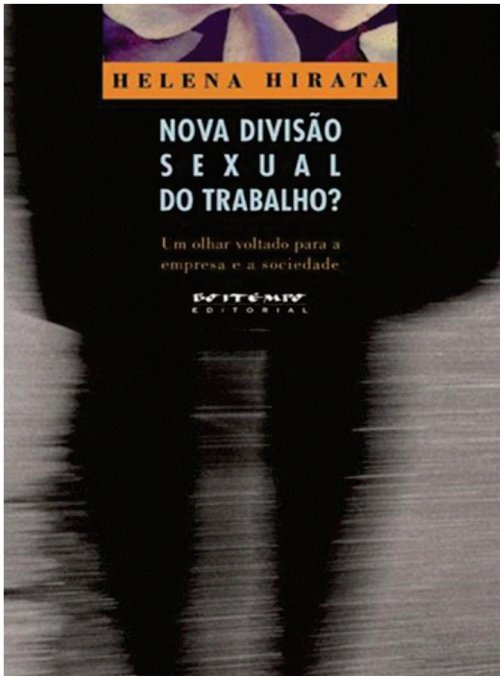
Com o retorno ao Brasil possibilitado pela anistia, em 1979, ganha impulso o seu investimento intelectual em pesquisas comparativas sobre a organização e a divisão sexual do trabalho operário entre filiais e matrizes de empresas multinacionais japonesas e francesas implantadas no Brasil.

Desde então, não parou mais de transitar entre os países. Junto à Kergoat, em eventos científicos como a ANPOCS, desde os anos 1980, participou da construção de uma agenda de pesquisas sobre divisão sexual do trabalho que contribuiu para consolidar o campo da sociologia do trabalho no debate brasileiro. Também com Kergoat, provocou frutíferos debates com o campo da psicodinâmica do trabalho francês, que estimularam a produção teórica sobre gênero e subjetividade no trabalho.

Com John Humphrey, efetuou pesquisas junto a famílias operárias paulistas que revelaram "o sexo do desemprego". Também sobre o tema, organizou com Nadya Guimarães e Kurumi Sugita a obra vencedora do Prêmio Jabuti 2010, "Trabalho flexível, empregos precários? Uma comparação Brasil, França, Japão" (2009).

Sua vasta produção intelectual na forma de artigos, capítulos de livros e obras organizadas foi frequentemente bilíngue, mais das vezes produzida em francês e vertida ao português. Deste modo difundiu seus próprios achados de pesquisa, mas também fez repercutir na academia e na militância feminista brasileiras uma importante variedade de estudos e teorias internacionais sobre os elos entre trabalho e gênero. Exercitava, assim, uma característica que

lhe é muito própria, a de ser uma intelectual generosa e agregadora.



Os principais resultados das investigações desenvolvidas por Helena durante duas décadas, conduzidas em mais de 100 empresas e em quase todos os ramos industriais, foram reunidos na sua tese HDR e posteriormente publicados no livro Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade (HIRATA, 2002). Nele, Helena retoma a teorização feminista para revisitar categorias analíticas centrais à Sociologia do Trabalho, como a qualificação, a organização e a gestão do trabalho e a subjetividade operária, afirmando a imbricação entre produção e reprodução, entre trabalho profissional e trabalho doméstico.

Nessa obra também documenta a conjugação entre divisão sexual e internacional do trabalho, ancorada na bem-sucedida aplicação de sua metodologia de pesquisa empírica comparada, construída, como relata, de modo "artesanal", sem equipes nacionais parceiras, entrevistando pessoalmente os trabalhadores dos três países – França, Brasil e Japão, em suas línguas de origem (HIRATA, 2002, p. 17). A partir dessa obra, o debate sobre divisão sexual do trabalho ganhou nova envergadura, também no nosso país. Não sem razão, as suas contribuições teóricas são "terreno consolidado" no Brasil: a problemática da divisão sexual do trabalho que a autora evoca "interpela (ou pelo menos deveria fazê-lo) tanto a homens como a mulheres", trazendo contribuições de relevância ampla que extrapola os limites disciplinares da sociologia do trabalho (MELLO e SILVA, 2004 p.243).

Além de divulgar a teoria feminista materialista por meio de obras como o Dicionário crítico do feminismo (França, 2000/Brasil, 2009), que coordenou com pesquisadoras francesas (traduzido para o japonês, espanhol, turco, búlgaro e persa), manteve um itinerário incansável e próprio de pesquisas orientado a fortalecer o campo da teoria social sobre "trabalho e gênero". Desde a década de 2000 passa a se dedicar aos estudos comparativos internacionais sobre o trabalho de cuidados, sempre explorando a trilogia Brasil-França-Japão, agora num tema sobre o qual se consolida como uma das principais especialistas internacionais. Dentre suas publicações sobre o tema, merecem destaque os livros Cuidado e cuidadoras (2012), que co-organizou com Nadya Araujo Guimarães, e O gênero do cuidado – Desigualdades, significações e identidades (2020), co-autorado por ambas reunindo sua produção intelectual em

parceria. Suas formulações tornaram-se fonte de reflexão e debate no contexto da pandemia da Covid 19, deixando evidente a relevância da chamada "crise dos cuidados", que vinha sendo sublinhada pela reflexão nesse campo de estudos.

Seu percurso permite afirmar com firmeza que a autora produziu um amplo legado. Um ponto alto do reconhecimento da importância de sua produção intelectual foi a homenagem que recebeu em 2020, em Paris, no evento intitulado "Sobre os trabalhos de Helena Hirata: Trabalho, gênero e subjetividades. Da fábrica ao trabalho do care". Durante dois dias, diversas gerações, de pesquisadores.as e militantes do Brasil e da França discutiram suas conexões, influências e aprendizados com Hirata. O legado de Helena não se restringe à sua produção intelectual ou militante. Ela também ensina novas gerações com sua conduta ética e generosa, com seu humanismo e afetos, que a dotam de coerência ao agir de fato "contra a corrente" das relações de opressão, exploração e competitividade tão naturalizadas pelo neoliberalismo, no ambiente acadêmico e na vida.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

HIRATA, H. "Entrevista com Helena Hirata". Entrevista concedida a Bárbara G. Castro e Mariana S. Roncato. *Revista Ideias*, Campinas, SP, v. 7, n. 1, p. 295–318, 2016.

HIRATA, H. "Helena Hirata. Da divisão sexual do trabalho aos estudos do trabalho de cuidado". Entrevista concedida a Yumi Garcia. *Larvas Incendiadas* (podcast). Episódio #44, 14 jul. 2020.

HIRATA, H et al. (Org.). *Dicionário Crítico do Feminismo.* São Paulo: Editora UNESP, 2009. 324 p.

HIRATA, H, HUMPHREY, J. Estruturas familiares e sistema produtivo: famílias operárias na crise. *Tempo Social. Rev. Sociol. USP*, 4(1-2), p. 111-131, 1992.

HIRATA, H, KERGOAT, D. Paradigmas sociológicos revistos à luz da categoria de gênero. Que renovação aporta a epistemologia do trabalho?", in *Revista Novos Cadernos NAEA* vol. 11, n. 1, 2008, p. 39-50.

HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. A. *O gênero do cuidado* – desigualdades, significações e identidades. Cotia-SP, Ateliê Editorial, 2020.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social,* [S. l.], v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84979. Acesso em: 5 jul. 2021.

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araújo (Orgs.). *Cuidado e Cuidadoras* – As Várias Faces do Trabalho do Care. São Paulo, Editora Atlas S.A., 2012.

GUIMARÃES, N. A, HIRATA, H. e SUGITA, K. (orgs). *Trabalho Flexível, empregos precários?* São Paulo: Edusp, 2009.

HIRATA, H. *Nova divisão sexual do trabalho?* um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

HIRATA, H; KERGOAT, D. A classe operária tem dois sexos. *Revista Estudos Feministas*. v. 2 n. 3, p. 93-100, 1994.

SOBRE A AUTORA

BRIGUGLIO, B.; GRECCO, F. S.; LINDÔSO, R. O.; LAPA, T. S. "Apresentação. As proposições teórico-metodológicas de Danièle Kergoat e Helena Hirata". *Revista de Ciências Sociais – Política & Trabalho*, v. 1, n. 53, p. 12-21, mar. 2021.

GUIMARÃES, N. A. A transversalidade do gênero: desafiando cânones nos estudos brasileiros do trabalho. *Revista de Ciências Sociais – Política & Trabalho*, v. 1, n. 53, p. 35–52, 2021.

MELLO E SILVA, L. Terreno Consolidado. Resenha de "Nova divisão sexual do trabalho?". São Paulo: *Novos Estudos CEBRAP*, 70, p. 243-246, 2004.

MOLINIER, P. *O trabalho e a psique:* Uma introdução à psicodinâmica do trabalho. Brasília, Paralelo15, 2013.

HELOISA HELENA TEIXEIRA DE SOUZA MARTINS

Por **Ileizi Fiorelli Silva** (UEL)

A CIÊNCIA SOCIAL COMO PROJETO DE VIDA

Heloisa Helena Teixeira de Souza Martins nasceu em Bariri, interior do estado de São Paulo, no dia 12 de janeiro de 1941. Aos seis anos de idade mudou-se para a cidade de São Paulo, onde estudou desde o Primário até a Escola Normal (terminologias da época) na rede pública. Na Escola Normal foi despertada pela sociologia, o que a influenciou escolher o curso de Ciências Sociais na USP (1960-1963). Sua mãe foi costureira e o pai trabalhou em Companhia de Luz e, em São Paulo, foi vendedor da indústria química.

Desde o início da graduação, interessou-se pelos estudos da Sociologia do Trabalho, da Sociologia Indus-

VOLTA AO SUMÁRIO

trial e da formação da classe operária. Assim, aproximou-se do Professor Aziz Simão, que a orientou na iniciação científica, no mestrado e no doutorado. Na iniciação cientifica trabalhou como bolsista na pesquisa do seu orientador sobre Sindicato e Estado e iniciou um estudo sobre lideranças sindicais em uma disciplina ministrada pelo Professor Octávio Ianni. Nascia, então, a socióloga do trabalho. Em 1964 foi trabalhar no Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) que, a despeito dos constrangimentos que se iniciavam com o Golpe militar, tinha sido reorganizado pelo Prof. José Albertino Rodrigues. Aceitou o convite de Azis Simão para trabalhar na USP no final de 1969, com o compromisso de continuar sua formação na pós-graduação, empreendendo as pesquisas que já desenvolvia sobre operários, sindicatos, liderança e suas relações com Estado e outras dimensões sociais. Aposentou-se em 2003, mas permaneceu como Professora Sênior no Programa de Pós-graduação de Sociologia da USP até 2015.

Podemos conhecer o resultado desse processo de profissionalização e formação da pesquisadora lendo: a) a dissertação intitulada "O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil", defendida em 1975 e publicada em livro em 1978; b) a tese de doutorado intitulada "Igreja e Movimento operário no ABC: 1954-1975", defendida em 1986 e publicada em livro em 1994.

Heloisa Martins faz parte de uma geração que ficou firme, quando seus mestres e líderes foram expulsos da universidade pela Ditadura Militar (1964-1985), pois junto com os que permaneceram na USP, nos anos de 1970 e 1980, lidou com essas perdas e algumas delas fatais, como a da Dra. Maria Alice Foracchi (1929-1972). Continuar o trabalho de pesquisa e de formação dos novos cientistas sociais foi a forma encontrada para honrar esses colegas e amigos. Heloisa tem, então, um traço importante dessa geração: a ciência como projeto de vida, como ética e critério de pensamento em todas as esferas da vida. Como Heloisa entende a sociologia e as ciências sociais e como entende as questões metodológicas na pesquisa nessas áreas? Para Heloisa todo sociólogo tem que pensar essas questões, não deixando somente para os especialistas-metodólogos. Assim se dedicou a escrever e ensinar a respeito das metodologias de pesquisa considerando como uma tarefa de todo pesquisador. A postura e o pressuposto é o de que todos os grandes cientistas sociais procuraram resolver as técnicas e meios de pesquisa de acordo com os problemas teóricos por eles elaborados. Isso aparece nas pesquisas de mestrado e doutorado de Heloisa, tanto as questões metodológicas como as questões éticas da pesquisa se delineiam nas suas duas investigações que marcaram a sociologia do trabalho e a sociologia das religiões. A ética para ela traduz-se na relação com os sujeitos e grupos investigados, que demanda assumir alguma responsabilidade junto a eles, ou um compromisso com suas causas e com seus problemas em termos sociais e políticos e não apenas sociológicos. A pesquisa buscará a objetividade possível e deverá ser reveladora dos fenômenos sociais, com o máximo de distanciamento e de cuidado com o risco da interferência ideológica. Contudo, a pesquisadora não se furtará em criar laços e envolvimentos que possam contribuir com os grupos estudados. Foi o que ocorreu com suas pesquisas para a tese.

Após o término continuou por um longo tempo assessorando o CEDI- Centro Ecumênico de Documentação e Informação, como expressão desse compromisso.

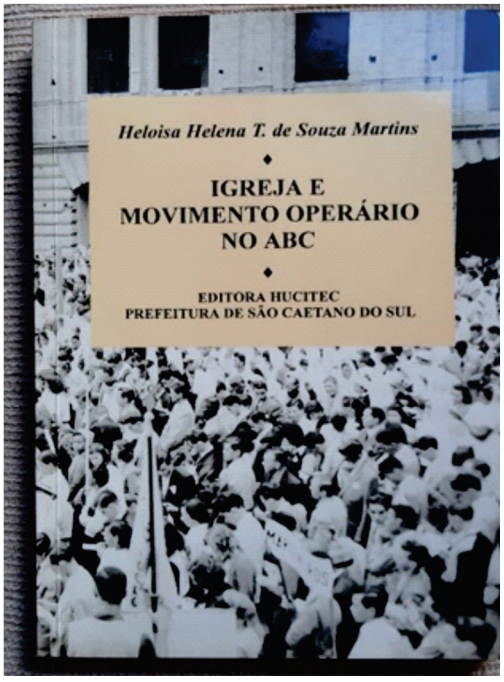
Nas pesquisas realizadas no DIEESE fez várias investigações desde as metodologias quantitativas, sendo que na época realizava os cálculos e construía as tabelas manualmente. Dessa experiência, Heloisa aperfeiçoou o artesanato da pesquisa independente de sua natureza, se qualitativa ou quantitativa, pois dependem de decisões, escolhas, criatividade e intuição do pesquisador bem formado nas teorias e métodos das ciências sociais. Na elaboração da dissertação, criou estratégias de pesquisa junto aos líderes sindicais do ABC para entender o que acontecia com a estrutura sindical, o que ela fazia com seus líderes, bem como o que eles faziam nessa estrutura. As experiências e desafios da pesquisa da tese em que buscou entender a relação do movimento operário com a Igreja Católica de 1954 a 1975, aliou vários recursos para coletar vários tipos de dados documentais e por meio de longas entrevistas. Posteriormente, as pesquisas com os jovens de fábricas em Osasco, elaborou todo um processo de negociação com a gerência para poder entrevistar os jovens trabalhadores, indicando as interferências possíveis nesse modo de acesso ao "objeto" (Martins, 2000). Com isso, ressaltamos que Heloisa Martins construiu passo a passo sua vida, sua trajetória e suas pesquisas, com esforço e com dedicação ao rigor científico.

Heloisa pôde compartilhar suas pesquisas, reflexões e experiências fora do Brasil, na condição de professora visitante junto ao Centre of Latin American Studies da University of Cambridge-Inglaterra, por duas vezes, em 1976 e em 1993-1994.

De volta ao Brasil, nos anos seguintes, dedica-se a pesquisar os processos de terceirização, os jovens no contexto de reestruturação produtiva e os dilemas para a organização sindical. Pesquisas sensíveis que aliam dados quantitativos e qualitativos, por meio da percepção dos trabalhadores e de suas lideranças sindicais.

A aproximação com as questões do ensino das Ciências Sociais e, especialmente, do ensino de Sociologia na Educação Básica, começou quando o Departamento de Sociologia da USP a indicou para a comissão de especialistas do MEC (2000 a 2002), que repensou as Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Sociais. Foi quando ela pensou no ensino não só na graduação, mas também no Ensino Médio. No processo de elaboração das referidas diretrizes a comissão de especialistas precisou dialogar com as diretrizes para as licenciaturas e enfrentar as demandas de formação de professores. Desde essa chave, Heloisa se envolveu intensamente com os problemas e os desafios em torno dos processos de inserção da sociologia nos currículos do Ensino Médio. O espaço escolhido de atuação para organizar as discussões e as posições dos cientistas sociais envolvidos foi a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Heloisa foi responsável pela proposta de criação da Comissão de Ensino no XII Congresso da SBS – 2005. Em 2007, foi eleita a Primeira vice-presidente dessa entidade e coordenadora da recém-criada comissão (2008-2009). Seria pertinente a pergunta: por que uma intelectual como Heloisa, já aposentada na USP (2003), embora atuante na pós-graduação, com uma carreira

reconhecida e estabelecida, viria a trabalhar tanto com um processo tão difícil como foi e é a constituição da sociologia como disciplina escolar na Educação Básica, especialmente no Ensino Médio?



Esse movimento firme de Heloisa Martins nessa frente deve-se à ética científica que desenvolveu em toda a sua trajetória. Ela estava a serviço de nossa ciência e serviu-se dela para escolher as estratégias nos diferentes campos para que as Ciências Sociais se expandissem para públicos mais amplos, mais variados, para além da academia e do campo científico stricto sensu.

Nesse envolvimento liderou a produção dos Cadernos de Sociologia do Estado de São Paulo (2008-2009), coordenou a equipe, corrigiu todos os cadernos elaborados para cada bimestre de cada série, eram três séries no Ensino Médio. Nesses Cadernos encontramos uma primeira tentativa no país de dividir os conteúdos das Ciências Sociais\Sociologia de forma didática, com conteúdo, exercícios, dinâmicas e referências teóricas para cada tema e assunto das aulas. Quando a sociologia se tornou obrigatória para todas as séries do Ensino Médio, entre muitos desafios, um certamente era e é esse: O que e como ensinar? Com quais recursos? O que devemos ensinar na primeira, na segunda e na terceira série do Ensino Médio?

O seu engajamento na organização do Mestrado Profissional de Sociologia em rede nacional (PROFSOCIO) também faz parte do compromisso com a formação de professores para a sociologia na Educação Básica. Entre 2013 e 2015, como Professora Visitante no Programa de Pós-graduação de Sociologia da UEL contribuiu com a SBS e a FUNDAJ para a formulação da proposta do PROFSOCIO, que foi aprovada pela CAPES e está em funcionamento desde 2018.

Essa trajetória de dedicação à sociologia como pesquisadora e professora foi reconhecida e homenageada com o Prêmio "Florestan Fernandes" da SBS, no 17º Congresso Brasileiro de Sociologia, em Porto Alegre, em 2015. Nada mais justo, diante de tantas contribuições decisivas para o avanço da Sociologia nos estudos sobre os trabalhadores, na formação de professores e na qualificação da sociologia como disciplina escolar.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

MARTINS, H. H. T. S. *O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil*. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1989, v. 1. 190p.

MARTINS, H. H. T. S. *Igreja e Movimento Operário no ABC*: 1954-1975. 1ª. ed. São Paulo: *Hucitec:* Prefeitura de São Caetano do Sul, 1994. v. 1. 256p.

MARTINS, H. H. T. S.; RAMALHO, J. R. (Org.). Terceirização – *Diversidade e Negociação no Mundo do Trabalho*. 1. ed. São Paulo: Hucitec: CEDI/NETS, 1994. v. 1. 236p.

MARTINS, H.H.T. O jovem no mercado de trabalho. In: *Revista Brasileira de Educação,* n. 5. n. 6, 1997, p. 96-109.

MARTINS, H. H. T. S. A juventude no contexto da reestruturação produtiva. In: ABRAMO, H. W; FREITAS, M.V de; SPOSITO, M. P. (orgs.). *Juventude em debate*. São Paulo: Cortez, 2000.

MARTINS, H. H. T. S.; DWYER, T.; LOURENCO, F.; SOUZA, A. N.; FREHSE, F.; MORAES, A. C.. Proposta Curricular para Sociologia no Ensino Médio. 2008. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional – Proposta Curricular para Sociologia).

MARTINS, H. H. T. S. (Org.); Martin, M. E. (Org.). *Trabalho e Sindicalismo no Brasil e Argentina*. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2012. v. 1. 368p.

MARTINS, H. H. T. S. Os Cursos de Ciências Sociais no Brasil. In: BOMENY, Helena. *Ensino de Sociologia na Graduação:* perspectivas e desafios. São Paulo: Annablume, 2017, pp. 59-75.

MARTINS, H. H. T. S. Os Cursos de Licenciatura e a formação de professores de sociologia para o ensino médio. In: SILVA, I.L.F; GONÇALVES, D. N. (orgs.). *A Sociologia na Educação Básica*. São Paulo: Annablume, 2017, pp. 205-232.

SOBRE A AUTORA

SPIRANDELLI, Claudinei Carlos. *Trajetórias intelectuais:* professoras do curso de Ciências Sociais da FFCL-USP (1934-1969). 1. ed. São Paulo-SP: Humanitas/Fapesp, 2011. v. 1.

INAIÁ CARVALHO

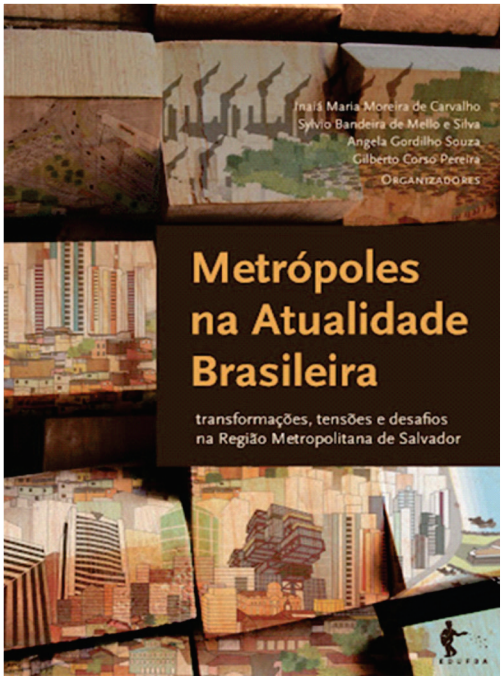
Por **Iracema Brandão Guimarães** (UFBA)

A partir da década de 1960, os primeiros momentos da renovação e desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil se revelaram com uma crescente participação de professores e pesquisadores cuja formação era predominante em sociologia. Introduzindo uma perspectiva de pesquisa empírica e um conhecimento mais comprometido com a nossa realidade, refletiam, provavelmente, uma estratégia da Unesco de promover as Ciências Sociais na América Latina e seus desafios presentes nos anos 1950 e 1960.

Neste contexto, Inaiá Maria Moreira de Carvalho, nascida em Salvador, Bahia, realizou sua graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia em 1966, onde também cursou o Mestrado em Sociologia, concluído em 1970. Realizou o curso de Doutorado em Sociologia na USP, finalizado em 1986, sob a orientação de Reginaldo Prandi, defendendo a tese "O Nordeste e o Regime Autoritário", (depois publicada em livro). A tese focaliza a proposta original de Celso Furtado, a construção de um projeto desenvolvimentista, o modo como foi abortado, e os acontecimentos posteriores, analisados a partir dos planos diretores, das atas do conselho do desenvolvimento da SUDENE, além de entrevistas

VOLTA AO SUMÁRIO

realizadas com Euler Bentes, Miguel Arraes, e outros, contando com a influência intelectual do sociólogo Francisco de Oliveira (1933-2019). Inaiá ingressou na UFBA como docente em 1969, num momento em que o curso de Ciências Sociais se expandia com grande aumento do número de vagas. Entre outras disciplinas, ensinava Sociologia do Desenvolvimento, voltada para questões do trabalho, marginalidade, setor informal e pobreza, o que representou a sua primeira contribuição para a formação de gerações e para a profissionalização da Sociologia na região.



Suas pesquisas voltaram-se para o estudo do desenvolvimento regional, particularmente do estado da Bahia, com foco na cidade de Salvador que passava por transformações econômicas ligadas à atuação de setores de planejamento. Foi influenciada pelo pensamento Cepalino, aprofundando-se em estudos sobre o desenvolvimento da urbanização e suas especificidades na América Latina, tendo como referência a teoria da dependência.

Participou, juntamente com outros colegas pesquisadores, das articulações que levaram à criação do Programa de Recursos Humanos, CRH, no ano de 1969, atualmente Centro de Pesquisas e Humanidades da UFBA. Desenvolveu diversos projetos individuais e institucionais focalizando a força de trabalho, e o desenvolvimento nacional e local, tendo contribuído com as primeiras publicações sobre o trabalho e a pobreza na região.

A partir do ano de 1986, teve atuação de destaque junto a associações científicas como a Anpocs, a Sociedade Brasileira de Sociologia, e a SBPC. Foi uma das coordenadoras do 15° Congresso Brasileiro de Sociologia no ano de 2013, na cidade de Salvador. Ao longo de toda a sua trajetória manteve-se na equipe do Centro de Recursos Humanos/CRH, atuando como docente no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA. Orientou 28 dissertações de mestrado e cinco teses de doutorado, sendo autora de 47 artigos publicados em periódicos, 43 capitulos de livros, e organizadora de sete livros, mantendo-se como Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Cnpq por todo esse período.

Inaiá participa da rede de pesquisadores do Observatório das Metrópoles, sediada no Rio de Janeiro e organizada em núcleos em 12 estados do Brasil, contribuindo com análises da estrutura urbana e das transformações da sociedade brasileira, marcada por um padrão de

desenvolvimento perverso, na medida em que reproduz as desigualdades, as vulnerabilidades e a pobreza da maioria da população.

Pela sua contribuição para o desenvolvimento da Sociologia no Brasil, em 2021 foi contemplada, pela Sociedade Brasileira de Sociologia com o Prêmio Florestan Fernandes.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

Carvalho, I M M. O TRABALHO INFANTIL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, p. 551-569, Set./Dez. 2008.

Carvalho, I M M; Gilbert C. Pereira. Dinamica de uma metropoli periférica em Brasil. *Estudios Demograficos y Urbanos*, p. 395, vol. 25, n. 2, 2010. Mexico.

Carvalho, Inaiá Maia Moreira de; Gilberto Corso Pereira. *Como anda Salvador e sua Região Metropolitana*/ organização – Salvador; Edufba, 2008. 228 p.

Carvalho, I. M. M.; Fernandes, Cláudia Monteiro. Vulnerabilidade ocupacional e social nas grandes metrópoles brasileiras. *Cadernos Metrópole*, (PUC-SP), v. 20, p. 797-822, 2018.

Carvalho, I. M. M; Borges, A. C.. Revisitando os Efeitos de Lugar: segregação e acesso ao mercado de trabalho em uma metrópole brasileira. *Cadernos CRH* (Online), v. 30, p. 121-136, 2017.

Carvalho, I.M.M; Guimarães, I.B; Bogus, L.M.M. Entre os estudos urbanos e a sociologia urbana. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 6, p. 200-221, 2018.

SOBRE A AUTORA

Inaia Maria Moreira de Carvalho –*"Memória das Ciências Sociais no Brasil"* , CPDOC, https://cpdoc.fgv.br/cientistassociais/inaiamoreira.

JOÃO CORREIA DEFREITAS

Por **Mónica D. Smythe e Vilma Aguiar**

João Correia Defreitas nasceu em Paranaguá, estado do Paraná, em 23 de novembro de 1937. Quarto filho de seis irmãos, cresceu em Paranaguá, litoral do estado. Seu pai trabalhava como fiscal na alfândega e sua mãe foi professora primária, uma das primeiras normalistas a se formar no Instituto de Educação de Curitiba, como ele gosta de ressaltar. A família era relativamente pobre e os pais lutaram muito para dar aos filhos toda a educação necessária, valorizando e destacando a importância dos estudos, de forma que todos fizeram curso superior.

Terminada a etapa inicial do ensino, foi para Curitiba e passou no concurso do Banco do Estado do Paraná (Banestado), seu primeiro emprego e, em 1963, iniciou, na PUC-PR, o curso de Bacharelado em Sociologia Política e Administração Política, na penúltima turma, já que algum tempo depois o curso foi encerrado pelo regime militar. Foi ainda sociólogo da Secretaria de Obras do Paraná (1966-1979) e em 1967 concorreu a uma bolsa de estudos para fazer a Licenciatura em Ciências Sociais, curso que o levou para Lisboa, Portugal. Em 1967, realizou a Especialização em Sociologia e Política na Univer-

VOLTA AO SUMÁRIO

sidade de Coimbra, Portugal. Em 1968 entrou no Mestrado em Ciências Sociais e Políticas, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, Portugal, realizando sua pesquisa com a temática "A comunidade lusíada".

Já no Brasil, fez uma Especialização em Planejamento Governamental, (MINIPLAN, CEPLAM, Brasília, 1971) e a partir disso participou de 25 missões internacionais representando o Brasil e o MEC no período de 1972 – 1978. Entre 1980 e 1983 foi assessor da Secretaria de Ensino Superior, a convite do ministro Ney Braga, para assuntos relacionados à educação no Ministério de Educação e Cultura. No período, foi membro de comissões oficiais em que participava de diálogos na área da educação, dentre as quais podemos salientar a Brasil e França; Brasil e Bélgica; Brasil e Inglaterra; Brasil e Portugal.

Em 1978, realizou o curso de Sociologia Política em nível de DEA (Diplôme d'Études Approfondies) na Universidade de Nanterre (França). No período, foi aluno de grandes nomes da sociologia e da antropologia europeias, como português Adriano Moreira, o espanhol Manuel Fraga Iribarne e os franceses Raymond Aron e Raymond Boudon, dentre outros.

Foi professor adjunto da Universidade do Rio Grande (1979 – 1985). Atuou também como consultor da coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior CAPES (1984 – 1987), e no ano de 1985 entrou na Universidade Federal do Paraná – UFPR, onde ficou até 1997.

De 1988 a 1991 realizou o Doutorado em Ciências Sociais no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, Portugal, pesquisando o tema "O espaço de expressão cultural portuguesa e a necessidade de sua preservação". A pesquisa aborda a herança portuguesa no Brasil em viés culturalista. Já com o doutorado concluído foi professor convidado no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, Portugal, representando a UFPR (1991 – 1992).

A partir de 1997, já aposentado na UFPR, associando-se a Wilson Picler, fundou a Faculdade Internacional de Curitiba – FACINTER, da qual se tornou diretor acadêmico. Em sua trajetória, essa iniciativa vinha ao encontro de seu interesse de prestar um serviço à sociedade, auxiliando no desenvolvimento do país, num contexto de acesso restrito e desigual ao ensino superior.

Dada sua larga experiência na área de relações internacionais, uma de suas principais colaborações para a educação no Brasil foi estudar os cenários de países europeus e buscar, com base nesse conhecimento, soluções para as questões educacionais brasileiras. Um exemplo disso foi, tendo participado juntamente com Rui Vieira, Edson Machado de Souza, Osvaldo Nascimento entre outros, das discussões iniciais que culminam na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96), buscar inspiração nas discussões realizadas no mesmo período na Comunidade Europeia e que culminaram na chamada Declaração de Bologna (1999). Aqui, um dos frutos dessas discussões e aproximações com o Processo de Bologna foi a criação dos

cursos tecnólogos, com ênfase na prática profissional, embasados em disciplinas aplicadas e priorizando a ida dos profissionais formados para o mercado de trabalho e, também, para a educação continuada com cursos de pós-graduação.

Foi ainda pioneiro da expansão da educação por todo o país, usando a tecnologia da educação a distância por satélite. Nesta iniciativa, a busca de educação de qualidade, plasmada na preocupação com a a formação dos professores, foi uma constante. Sempre ciente de que trabalhar com ensino e educação exige uma grande responsabilidade, já que envolve formação de pessoas e esta deve possibilitar o desenvolvimento máximo as suas potencialidades.

Por fim, sua colaboração ultrapassa o âmbito estritamente institucional, pois, detentor de uma personalidade agregadora, fez da educação uma missão de vida, e do convívio fraterno, uma constante, destacando a gentileza como item importante nas relações humanas. Seu olhar foi sempre para a esperança de melhorias vindas com as novas gerações, enxergando na educação o fator fundamental para isso.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

DEFREITAS, J. C. *O espaço de expressão cultural portuguesa e a necessidade de sua preservação*. Tese de doutorado. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Lisboa: 1990.

JOÃO GABRIEL LIMA CRUZ TEIXEIRA

Por **Almira Rodrigues** (Sociedade de Psicanálise de Brasília – SPBsb)

João Gabriel nasceu em junho de 1946 em Jaguaquara, interior da Bahia. Da infância, guardou com carinho as lembranças das apresentações do Circo Nerino na cidade. No final dos anos 50 seus pais se mudaram para Salvador visando proporcionar oportunidades educacionais para os filhos.

João Gabriel fez o curso de graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal da Bahia em tempos difíceis, de 1965 a 68, e lá iniciou-se no teatro infantil. Finda a graduação, realizou o mestrado em Sociologia do Desenvolvimento – Estudos Interamericanos pela University of Miami (1969-70). Em seu retorno, trabalhou no Consulado Americano, como assistente cultural. Depois, em 1977, iniciou o doutorado na Inglaterra pela University of Sussex.

Chegou em Brasília em 1980 e, no ano seguinte, vinculou-se ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília como professor. Concluiu seu douto-

VOLTA AO SUMÁRIO

ramento em 1984 defendendo a tese, posteriormente publicada, Os metalúrgicos de Salvador: um estudo de ideologia operária.

Realizou seu primeiro programa de pós-doutorado na New School for Social Research – NSSR, Nova Iorque (1993-1994), quando estreitou o contato com autores e com a produção no campo da sociologia da arte/performance, e trabalhou com Vera Zolberg, pioneira na Sociologia da Arte nos Estados Unidos. Conheceu o Departamento de Estudos da Performance na New York University – NYU, relatando em palestra para o Núcleo de Antropologia, Performance e Drama – Napedra, do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo – USP: "Naquele momento, percebi que estava desenvolvendo na UnB uma proposta muito séria, que já existia nos Estados Unidos, inclusive em escala globalizada, embora eu não a conhecesse ainda." (2014:25) Em seu retorno, criou o Laboratório Transdisciplinar de Estudos sobre a Performance – Transe na UnB, em 1995, tido como a 1ª experiência formal de estudos da performance no Brasil. Coordenou este trabalho mesmo após sua aposentadoria, em 2012. Na UnB, também se vinculou ao Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas (PPGACEN), como Professor Orientador. Posteriormente, realizou um segundo programa de pós-doutorado, desta feita, na Maison des Sciences de l´Homme- MSH, Paris Nord, em 2004 e 2005. A partir de então, começou a trabalhar com o conceito de artificação, criado pela socióloga francesa Roberta Shapiro, que alude ao processo de transformação da não-arte em arte.

Contribuiu para a institucionalização da Sociologia na UnB, assumindo diversas funções: foi o primeiro diretor do Instituto de Ciências Sociais da UnB, bem como chefe de departamento e coordenador da pós-graduação em Sociologia.

Brasília, como ele diz, foi "um amor assumido e à primeira vista". A cidade foi objeto de sua obra Brasília 50 Anos: Arte e Cultura, em que mostra uma cultura candanga consolidada e apresenta vários depoimentos de excelências artísticas da cidade. Neste trabalho, João Gabriel fez o seguinte testemunho: "Brasília, para alguns e para mim também, significou a real possibilidade de realizar esse espaço de solidão. Em decorrência, o ego de cada um, na busca de soluções prazerosas, transcendeu o aspecto mórbido desse isolamento, criando e recriando o inventar cotidiano do viver em espaço privilegiado com algum conforto. ...O Plano Piloto sempre me recordou o 'verde que te quero verde', de Lorca e de Gilberto Gil, que também falou dos 'gramados verdes campos de lá.' Na Inglaterra, ficava imaginando isso, comparando o saudoso verde do cerrado aos verdes tenros dos parques em que passeava." (2011:26).

De forma irreverente, pioneira e criativa realizou a docência de Sociologia associada a práticas de teatro e de performance. Os espetáculos teatrais e performances que realizou foram documentados em sua obra Teatro, Performance e Pedagogia Dionisíaca, que reuniu também suas palestras e conversas no Napedra e seus escritos a partir de reflexões e interlocução com autores relacionados ao campo de estudo. Foram 14 experimentações em 25 anos de trabalho docente no Departamento de Sociologia da UnB, período subdividido por João Gabriel, em três fases: de 1986 a 1994 – experiências com o teatro a partir de obras que

abriram para as temáticas sociológicas da educação, da família, do trabalho, da adolescência, da religião, dos afetos; de 1995 a 2005 – incorporação da arte da performance nas disciplinas e apresentações e criação do Transe como parte integrante do Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares – CEAM, da UnB; e de 2006 a 2010 – oferta sistemática da disciplina optativa Arte e Sociedade pelo Departamento de Sociologia da UnB, articulada com outros projetos e instâncias da Universidade, e incorporação do Transe como Laboratório de Pesquisa pelo Departamento de Sociologia. Em seus últimos anos, vinculou-se ao Programa Avançado em Cultura Contemporânea (PACC) da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como Pesquisador Associado (2014); e também ao Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas (PPGAC) da Universidade Federal da Bahia, como Pesquisador Visitante (2015).

Seu percurso sociológico se inicia com estudos de sociologia do trabalho, de movimentos sindicais e da pesquisa sobre cidadania e vai se encaminhando para o campo da Sociologia da Cultura/Sociologia da Arte, com ênfase em Artes Cênicas e Teoria e Prática da Performance. Esta pode ser estudada como linguagem, cultura e interação social na vida cotidiana, para além das artes performáticas. Neste percurso, ele contou com apoios e também com resistências em decorrência do campo conceitual recente e de suas experimentações inovadoras.

João Gabriel teve uma vida intelectual e acadêmica extremamente fértil com a publicação de vários livros autorais, de muitos artigos e capítulos de livros, de organização de diversas coletâneas, de apresentação de trabalhos em congressos nacionais e internacionais e participação em eventos, exposições e feiras. Orientou várias teses de doutorado e dissertações de mestrado – inclusive a minha, sobre relações amorosas; os alunos o procuravam como orientador e parceiro para seus estudos no campo da sociologia do cotidiano, dos afetos, das práticas corporais, das formas de sociabilidade presenciais e virtuais, da cultura e lazer.

Ele faleceu em abril de 2017, em Brasília. Deixou um legado no campo da Sociologia da Arte e uma experiência pedagógica que nomeou de dionisíaca – em referência ao termo criado pelo educador Denis Nicolay –, de ensino/aprendizagem da Sociologia a partir de novas formas de construção do conhecimento: lúdica, prazerosa, criativa, artística. João Gabriel

se identificava com o pensamento freudiano e utilizou recorrentemente textos de Sigmund Freud em seus trabalhos de docência; alertava para a importância de cada um cuidar de sua economia libidinal, que resumia como estar de bem com a vida.

Podemos sintetizar seu percurso como um intenso trabalho no sentido: de ligar ciência e arte, nas feições de sociologia e performance/teatro, pela criação de um campo transdisciplinar, fronteiriço e fértil; de conectar corpo e ideias, difundindo que somos um corpo e não que temos um corpo, e, nessa medida, já estamos performando em nossas interações sociais; de buscar um diálogo interdisciplinar, da sociologia com outras disciplinas como a história, antropologia, psicanálise, filosofia, política; e de promover uma prática experimental, no sentido de abrir para o novo, para a descoberta, inclusive incorporando as novas tecnologias comunicacionais.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

TEIXEIRA, J. G. L. C. *Teatro, Performance e Pedagogia dionisíaca*. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2014, 204p.

TEIXEIRA, J. G. L. C. *Brasília 50 Anos:* Arte e Cultura. 1a.. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2011. v. 1. 158p.

TEIXEIRA, J. G. L. C. (Org. e Apresentação). Dossiê: Sociologia da Arte Hoje. *Sociedade e Estado*. 20. ed. Brasília: Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, 2005. v. 1. 313p.

TEIXEIRA, J. G. L. C.; GUSMAO, R. (Org.). *Mulheres Brasílicas*. ed. Brasília: Transe/ Departamento de Sociologia, 2002. v. 1. 71p.

TEIXEIRA, J. G. L. C. .*A Teoria da Sociedade em Freud*. 1. ed. São Paulo: E.P.U., 1991. 55p.

TEIXEIRA, J. G. L. C. *Os Metalúrgicos de Salvador* – Um Estudo de Ideologia Operaria. Brasília: UNB, 1989. 191p.

JOÃO GABRIEL TEIXEIRA (JAPÃO)

Por **Claudio Roberto de Jesus** (UFRN)

João Gabriel Teixeira, ou simplesmente Japão, filho de uma potiguar e de um mineiro, nasceu em Itajubá, sul de Minas Gerais em 24 de março 1946. Ganhou o apelido na infância por causa de seus olhos "rasgados" e ainda hoje é conhecido por tal. Seu interesse pela filosofia o levou a Mariana em 1964, onde se graduou-se pela Pontifícia Universidade Católica. A militância na Ação Católica e a busca por instrumentos de intervenção na sociedade despertaram o interesse de Gabriel no curso de Ciência Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

A graduação na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH, ainda na Avenida Carangola, ocorreu de 1968 a 1971. Durante a graduação foi influenciado por professores como Otávio Cintra, Lincoln Prates, José Armando, José Murilo de Carvalho, dentre outros. Durante o curso participou do movimento que criou um curso paralelo de Ciências Sociais no subsolo da antiga FAFICH. O curso tinha participação de alunos e professores da casa e convidados. Contava com disciplinas que não existiam na grade curricular até então, como matemática, estatística e demografia. A ideia era se contrapor ao caráter conser-

VOLTA AO SUMÁRIO

vador da grade curricular existente. Foi um momento de intenso debate até que com o AI5 e a repressão mais dura o curso foi interrompido. Posteriormente as disciplinas foram incorporadas em uma nova grade curricular, o que demonstra a importância do movimento.

No ano de 1972 entrou no mestrado em Ciência Política, também na UFMG e completou os créditos em 1974, defendendo a dissertação intitulada "As Classes Sociais no Espaço Urbano de Belo Horizonte", orientada pela professora Maria Mercês Somarriba. Foi fortemente influenciado pela sociologia através de Jorge Balan e Elizabeth Jelin, ambos argentinos. Apesar do mestrado ser em Ciência Política, os professores sociólogos tinham forte influência na formação dos alunos. Ainda não havia um grupo suficiente de professores para formar uma pós-graduação em Sociologia, o que somente ocorreu com a criação do mestrado em 1981.

Assim que terminou o curso de Ciências Sociais começou a dar aula no ciclo básico da FAFICH em 1974. Nesse período participou da proposta de reformulação do ciclo básico. Ainda durante o mestrado, foi convidado por Miguel Arroyo para trabalhar na Fundação João Pinheiro – FJP no ano de 1973, em um projeto de desenvolvimento dos antigos territórios federais na Amazônia.

A geração do professor João Gabriel Teixeira é marcada por uma atuação política em movimentos sociais, mas também de atuação profissional no seio do Estado. No caso da pesquisa executada pela FJP, a primeira inserção foi no então futuro estado de Roraima, onde faziam diagnósticos e formulavam propostas de administração dos serviços de saúde. Depois coordenou a equipe no então futuro estado de Rondônia, onde vivenciou bem de perto as contradições do desenvolvimentismo, principalmente suas manifestações no urbano. Durante a execução de seu trabalho, pode se aproximar do cotidiano dos indivíduos desses novos centros urbanos através do levantamento dos deslocamentos individuais e caracterização socioeconômica. Ao mesmo tempo em que coletava e sistematizava dados, produzia relatórios e monitorava as atividades planejadas.

Sua carreira acadêmica e na gestão pública aconteceu simultaneamente e a experiência nos diversos órgãos governamentais fortaleceu sua atuação como pesquisador. Em 1975, mediante processo seletivo, efetivou seu vínculo como professor auxiliar na UFMG. Lecionou em diversos cursos as disciplinas da sociologia atuando também na pós-graduação, em cursos de especialização em sociologia, em ciência política e em urbanismo, além de participar de diversas pesquisas. Dois temas despertaram seu maior interesse: espaço e sociedade, especialmente a relação entre o espaço e a sociedade mediada pela vida urbana centrada no foco intra-urbano e a gestão, com destaque para a gestão metropolitana, governança, negociações, parcerias e poder local. Aposentou-se em 2007 como professor assistente.

Em 1978 foi convidado a trabalhar como Técnico de Nível Superior na Superintendência de Desenvolvimento da RMBH – Plambel, onde permaneceu até 1996. Participou do planejamento e coordenação da primeira Pesquisa domiciliar Origem-destino, que teve grande

impacto na gestão pública da RMBH. Planejou e coordenou pesquisas sobre economia urbana e estudos básicos sobre a organização socioespacial da RMBH. Sua atuação foi marcada por uma mudança substantiva na forma como o espaço passou a ser tratado na teoria e nas práticas do poder público. Até então, prevalecia a visão do espaço como derivado das relações econômicas, João Gabriel teve forte influência na construção de um olhar da produção do espaço a partir das questões sociais, levando-se em consideração, também, os problemas ambientais. Essa mudança na forma de compreender as relações no espaço levou também a uma outra compreensão da RMBH baseada em suas regiões homogêneas, na circulação das pessoas e apropriação dos espaços. As pesquisas produzidas forneceram as diretrizes para diversas políticas públicas que tiveram grande impacto nos sistemas de transporte, educação, saúde, dentre outros.

Em 1992 começou a formação do Centro de Estudos Urbanos -CEURB, na FAFICH/UFMG. Em 1993 o CEURB foi responsável por diversos estudos e pesquisas em parceria com órgãos públicos, como a FJP. O Centro passou a atuar não só com professores do Departamento de Sociologia e Antropologia, mas também em colaboração com outras unidades da UFMG, como o Departamento de Geografia, o Departamento de Demografia e o Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura. O professor João Teixeira Gabriel atuou ativamente no CEURB, junto com os professores Berenice Guimarães, Cristina Filgueiras, Flávio Saliba, José Moreira de Souza, Jupira Mendonça, Maria de Lourdes Dolabela, Mercês Somarriba, Sérgio de Azevedo, Stael Rocha, Virgínia Rennó, Vicente Rocha, dentre outros. Além dos vários bolsistas de iniciação científica e pós-graduandos.

O CEURB abriu outras possibilidades de atuação no setor governamental, especialmente em municípios da RMBH, como Contagem, Betim e Belo Horizonte. No final dos anos de 1990 e na primeira década dos anos 2000 Japão prestou consultoria para prefeituras. Planejou e coordenou vários diagnósticos nesses municípios, bem como produziu avaliação dos seus programas. Se a busca por ferramentas de intervenção na sociedade motivou Japão a procurar o curso de Ciências Sociais, a sua carreira mostra que não só as encontrou, como soube utilizá-las com maestria.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

TEIXEIRA, J. G.; GUIMARÃES, B. M.; AZEVEDO, S.; SANTANA, S. L. R.;

ROCHA, V. E.; FIGUEIRAS, C. A.. *Belo Horizonte em tese*. nsa. ed. Belo Horizonte: UFMG, 1995. v. 1. 324p.

TEIXEIRA, J. G SOUZA, J. M. D. Desigualdade sócio-espacial e migração intra-urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte 80-91. *Cadernos Metrópole* (PUCSP), São Paulo, v. 1, n.nsa, p. 99-136, 1999.

TEIXEIRA, J. G; SOUZA, J. M. de. Espaço e Sociedade na Grande BH. In: Jupira Gomes de Mendonça; Maria Helena de Lacerda Godinho. (Org.). *População, espaço e gestão na metrópole:* novas configurações, velhas desigualdades. 1ed.Belo Horizonte: PUC- MINAS – CNPq – PRONEX, 2003, v. 1, p. 1-308.

TEIXEIRA, J. G; VIEIRA, M. A. M.; ROCHA, V. E.; COSTA, D. M.; GUIA, V. R. M.; VELOSO, M. E. L.. *Estrutura Urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte*. PLAMBEL 1986.

JOSÉ MOREIRA DE SOUZA

Por **Ricardo Carneiro** (Fundação João Pinheiro)

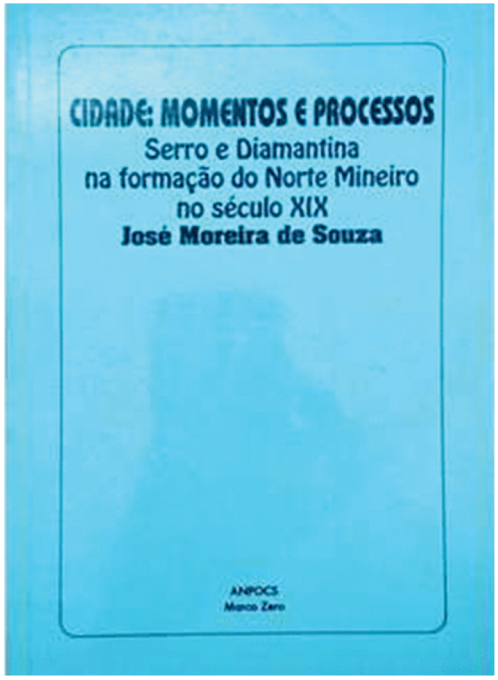
José Moreira de Souza nasceu em 21 de fevereiro de 1941, em Gouveia, Minas Gerais. Com oito meses de vida foi separado de sua mãe, falecida antes de seus dois anos. Órfão da mãe, foi entregue à avó materna e criado por duas tias, Flora e Francisca.

Moreira deixou Gouveia aos 11 anos para estudar no Seminário Menor Metropolitano da Arquidiocese de São Paulo, onde cursou filosofia e conviveu com líderes operários e o bispo de Santo André, apoiador das primeiras greves do ABC. Nessa época, interessou-se pelo curso de Ciências Sociais da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no qual ingressou em 1964.

Por sua atuação política na graduação, foi convidado, por outros alunos, para lecionar, mas não assumiu, em curso paralelo de Ciências Sociais, que estava sendo articulado para se contrapor ao conservadorismo do currículo do curso regular. Em 1967, foi escolhido orador dos 12 cursos concluintes na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, atual Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH/UFMG).

VOLTA AO SUMÁRIO

Em 1986 ingressou no Mestrado em Sociologia, também da UFMG, concluído em 1991. Em sua dissertação, "Cidade, momentos e processos: Serro e Diamantina na formação do Norte Mineiro no século XIX", orientada por Celina Albano, homenageou Ely Bonine Garcia, preso político em 1964. Por sugestão de Fernando Correia Dias, membro de sua banca, inscreveu a dissertação no concurso de trabalhos de pós graduação da Associação Nacional de Pós Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) sendo agraciado, em 1992, com o prêmio José Albertino Rodrigues, de melhor dissertação.



Sua trajetória profissional combina, em simultâneo, docência e pesquisa. A primeira iniciou-se ainda como aluno de graduação em Ciências Sociais, lecionando em colégios particulares. A segunda remete à sua participação, como entrevistador, na pesquisa "Projeto Difusão", da Michigan State University. Em 1969 iniciou sua carreira como docente no ensino superior, contratado pelo Centro Universitário de Belo Horizonte, do qual se desligou em 1973. Em 1972, foi um dos professores fundadores do Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira (ICNPF). No INCPF, atual Unicentro Newton Paiva, além de professor de metodologia de pesquisa, foi diretor da Divisão de Pesquisa e Extensão, entre 1976 e 1979, e, de 1991 a 1993, coordenador de Pesquisa e Pós-graduação, estruturando diversos projetos de cursos especialização. Também foi professor auxiliar concursado da FAFICH, entre 1973 e 1976.

Em 1968, a convite do diretor do Centro de Estudos Mineiros – órgão da Reitoria da UFMG, coordenou pesquisa sobre atividades musicais na região do Norte Mineiro. A qualidade do trabalho motivou Francisco Iglésias, em 1970, a contratá-lo como sociólogo da Reitoria. Nessa mesma época, foi convidado para coordenar a pesquisa de campo do Plano de Desenvolvimento Integrado de Contagem. Desse trabalho resultou sua contratação como coordenador da pesquisa socioeconômica do Plano Diretor de Montes Claros.

Em 1976, foi convidado para a função de coordenador de Pesquisa e Sistematização da Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Plambel), com sua cessão, por empréstimo, pela Reitoria. Face a problemas burocráticos na cessão, assumiu o cargo de sociólogo então criado no quadro do Plambel, desligando-se da UFMG.

Com a extinção do Plambel em 1995, tornou-se pesquisador da Fundação João Pinheiro (FJP), à qual o órgão foi incorporado, enfatizando a temática metropolitana. Na FJP, cuidou de recuperar a Série Histórica da RMBH – Pesquisa Sócio-econômica e Pesquisa Origem e Destino de 1972; a Pesquisa dos Processos de Morar de 1977, e a Pesquisa Origem e Destino de 1982 e 1992. Posteriormente, coordenou a Pesquisa Origem e Destino 2001-2002, em parceria da FJP com a Companhia Brasileira de Transporte Urbano (CBTU), a Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte (BHTRANS) e as prefeituras da RMBH, a qual ancora o Sistema de Informações Espaciais da RMBH.

Seguiram-se contribuições para a construção do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a realização de trabalhos como a Pesquisa de Atenção aos Portadores de Deficiências-Betim e a Pesquisa Cadastro de Famílias Moradoras em Conjuntos habitacionais do Orçamento Participativo da Habitação de Belo Horizonte. Dessas pesquisas resultaram inúmeros estudos apresentados em congressos e seminários, em que comparecem como autores Virgínia Renó dos Mares Guia, João Gabriel Teixeira, Elieth Amélia de Sousa, Berenice Martins, Nícia Raies Moreira de Souza, Renato Carvalho Coelho e Flávia Brasil, entre outros, além de alunos da Escola de Governo da FJP. A experiência com o Sistema de Informações Espaciais da RMBH ensejou parcerias da FJP com instituições como o Centro de Estudos Urbanos (CEURB) da UFMG e o Observatório das Cidades da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Após sua aposentadoria na FJP, em 2008, Moreira mantém-se pesquisador ativo e engajado, dedicando-se principalmente ao tema do folclore, que lhe é caro desde os tempos de atuação na Comissão de Estudos Mineiros. Pela Comissão Mineira de Folclore, coordena e edita, desde 2015, a revista da entidade, cuja periodicidade havia sido interrompida em 2003.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

SOUZA, J. M D. *Cidade, momentos e processos:* Serro e Diamantina na formação do Norte Mineiro no século XIX. São Paulo: ANPOCS/Marco Zero, 1993. [Premiada pela ANPOCS em 1992]

TEIXEIRA, J. G; SOUZA, J. M D. *Espaço e sociedade na Grande BH*. In: MENDONÇA, Jupira Gomes; GODINHO, Maria Helena de Lacerda (Org.). População, espaço e gestão na metrópole: nova configurações, velhas desigualdades. 1ª ed. Belo Horizonte: PUC-MINAS – CNPq – PRONEX, 2003, v. 1, p. 1-308.

SOUZA, J. M D; CARNEIRO, R. *Universalismo e focalização na Política de Atenção à Pessoa com Deficiência*. Saúde Soc. São Paulo, v. 16, n. 3, p. 69-84, 2007.

SOUZA, J. M D. *A sombra do Andarilho*. O Folclore e suas charadas. Belo Horizonte: Comissão Mineira de Folclore, 2012 [Artigos apresentados em congressos de Folclore, Jornadas integradas e Curso de Pós-graduação em Folclore e Cultura Popular].

SOUZA, J. M D. *Comunicação e mudança, a decadência do lazer tradicional*. Belo Horizonte: Comissão Mineira de Folclore. 2019 [Relatório de Pesquisa que deveria ter sido publicado em 1972 pela Imprensa Universitária/Reitoria da UFMG, concluído em 1969, com prefácio de Fernando Correia Dias e posfácio crítico de Saul Martins.

JOSÉ DE RIBAMAR CHAVES CALDEIRA

Por Juarez Lopes de Carvalho Filho (UFMA)

Nascido em 21 de julho de 1940, na cidade de Pedreiras, Maranhão, na região do Médio Mearim, José de Ribamar Chaves Caldeira era filho de José dos Reis Caldeira (dono de usina de beneficiamento de arroz, coco babaçu e algodão), também nascido em Pedreiras, e de Maria Chaves Caldeira, nascida em Barra do Corda-MA. Tinha dois irmãos, sendo Maria da Paz Caldeira Cavalcanti (Assistente social) e Pedro Chaves Caldeira (Engenheiro civil, falecido em julho de 2021). Ribamar Caldeira foi casado com Marlene de Castro Caldeira (formada em filosofia), de cujo casamento nasceram: Mário Henrique de Castro Caldeira (doutor em Arquitetura e Urbanismo, pela Universidade de São Paulo-USP), João Ricardo de Castro Caldeira (doutor em História Social, pela USP), Luis Antônio de Castro Caldeira (bacharel em Comunicação social pela Fundação Armando Alves Penteado-FAAP) e Maria Eugênia de Castro Caldeira (formada em Pedagogia, professora na rede pública de ensino em São Paulo). Ribamar Chaves Caldeira faleceu em São Luís, onde foi sepultado, no dia 23 de julho de 2003, quando apenas completara 63 anos[1].

VOLTA AO SUMÁRIO

José de Ribamar Chaves Caldeira fez seus estudos primários em Pedreiras, na escola Municipal Oscar Galvão. Em São Luís do Maranhão (capital do Estado) estudou no antigo ginásio e o científico, no tradicional Colégio São Luís (colégio particular, hoje extinto), fundado pelo prof. Luiz de Moraes Rêgo. Graduou-se em Ciências Sociais (Bacharelado) na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, no ano de 1966. Fez mestrado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, com dissertação defendida em 1982, tendo como título: *As interventorias estaduais no Maranhão: um estudo sobre as transformações políticas regionais no pós-30*, orientada por Caio Navarro de Toledo; e doutorou-se em Sociologia pela USP, com a tese *"Origens das indústrias no sistema agroexportador maranhense (1875-1895)"*, em 1989, sob a orientação de Maria Isaura Pereira de Queiroz.

A estadia em São Paulo durante seus longos estudos de graduação e pós-graduação, em prestigiosas instituições de ensino superior do país, permitiu o sociólogo maranhense em formação, tecer fortes laços amistosos e intelectuais com Maria Hermínia Tavares de Almeida, Carlos Estevam Martins, Luiz Werneck Vianna, Sônia Draibe, Carlos Navarro, Evelina Dagnino, Décio Saes e Maria Isaura Pereira de Queiroz, por exemplo, importantes para sua sólida formação acadêmica e científica.

Ribamar Caldeira ingressou no Magistério superior em 1971, através de concurso público, na Universidade Federal do Maranhão. Pertencia ao Departamento de Sociologia e Antropologia, fundado entre 1970/1972 num contexto da implantação no estado da indústria minero-metalúrgica, mas cujo curso de Ciências Sociais só foi criado em 1986, devido ao regime militar. Desse modo, foi um dos professores responsáveis pela fundação e consolidação desta unidade. Foi sociólogo no Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES), predecessor do hoje Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), órgão do governo maranhense. Foi também membro da Academia Maranhense de Letras, ocupando a cadeira nº 8, cujo patrono é Joaquim Gomes de Souza, também ocupada por Jerônimo de Viveiros (referência na história econômica e do comércio do Maranhão), tendo posteriormente o economista Lino Antônio Raposo Moreira como titular. Publicou vários artigos e livros, entre os quais se destacam: "A ANL no Maranhão" (1990); "O Maranhão na literatura dos viajantes do século XIX" (1991); "A criança e a mulher Tupinambá" (2000); "Dois estudos: os discursos de Japi-açu e Momboré-uauçu e Vadiagem no Maranhão, 1800-1850" (2004). Como se vê, sua obra transitou nas áreas de História, Economia Regional, Sociologia, Antropologia e Ciência Política.

Na dissertação de mestrado sobre as Interventorias no Maranhão no pós-1930, a análise do processo desse período, ensejou averiguar como ocorreu a tentativa de supressão da dominação política oligárquica (pré-burguesa) num Estado onde não existia uma classe burguesa econômica e politicamente poderosa, com condições materiais e políticas para enfrentar as oligarquias e dar sustentação política ao pequeno grupo que, imediatamente passou a controlar o aparelho de estado. Assim, segundo Caldeira, quando o grupo (formado por agentes da extração social média) passou a controlar o aparelho de estado optou por reformas ad-

ministrativas e políticas pelas seguintes razões: a deficiência econômica do estado, que impedia a introdução de mecanismos capaz de superar as formas pré-capitalistas de produção predominantes no Maranhão; e a inexistência de uma burguesia economicamente capacitada para participar do processo de transformação econômica do estado.

Como desdobramento e aprofundamento dessa pesquisa, Caldeira produziu um *opúsculo* no qual analisa o movimento Aliança Nacional Libertadora (ANL), formado por uma frente liderada pelos comunistas da qual participaram setores da burguesia, pequena burguesia, classes médias, proletários urbanos, militares, partidos de esquerda, ocorrido no Brasil em 1935, num contexto de grande instabilidade política. No Maranhão, a ANL constituiu o prosseguimento dos movimentos coordenados pelo PCB na região, arregimentando razoável número de adeptos extraídos das classes médias de São Luís, maior centro urbano, onde se concentrou a atuação do movimento, significando apoio às propostas da ANL, que continha indicações com as quais se identificaram ideologicamente.

Na tese de doutorado fez um estudo microssociológico da instalação de um parque fabril em região do nordeste brasileiro no final do séc. XIX. Nesse trabalho ele analisa a gênese social da indústria têxtil brasileira articulada à industrialização europeia e às condições da formação do capitalismo brasileiro atrelado ao mercado internacional agroexportador. Caldeira enfatiza que a instalação de fábricas em regiões distantes umas das outras, e com pouca ligação entre elas, conduziu à formação de parques fabris regionais tornando o parque fabril nacional um arquipélago de indústrias concentrados em pontos isolados. Contudo, o crescimento fabril do final do séc. XIX seria apreendido como um processo de industrialização descentralizado. De todo modo, as indústrias do têxtil aparecem no Estado, como uma estratégia a fim de evitar o declínio completo da economia, como foi o caso da instalação de "engenhos centrais".

É importante destacar ainda seu estudo "O Maranhão na literatura dos viajantes no sec. XIX", no qual buscou "averiguar o modo como se acham descritos o meio social, a economia, as estruturas de poder e as relações políticas, movimentos revolucionários, a escravidão e as sociedades indígenas do Maranhão do séc. XIX, na denominada literatura dos viajantes". Apesar de as obras dos viajantes serem consideradas excelentes fontes de conhecimento do país

daquele período, Caldeira pondera, após uma leitura acurada dessa literatura, que as informações nelas contidas não devem ter uma confiabilidade irrestrita, devendo as mesmas ser comparadas entre si e cotejadas com as informações de outras fontes. No caso do Maranhão, segundo ele, a reputação é algo exagerado, em que pese o relativamente pequeno número dos que passaram pela região. O que não significa que essa literatura não deva ser consultada para a compreensão do mundo social maranhense.

José de Ribamar Chaves Caldeira é considerado um pioneiro da sociologia no Maranhão. Sua obra de grande erudição é considerada uma importante contribuição para a compreensão e análise dos processos da formação da história social, econômica, política e cultural do Maranhão. Como destacou Lino Antônio Raposo Moreira no discurso de posse na AML, "Caldeira foi um homem da ciência, professor universitário de muita dedicação ao ensino, pesquisador determinado, disciplinado e entusiasmado com seu trabalho, atitude indispensável para bem realizá-lo, seguro de seus conhecimentos e de suas convicções, das quais não abria mão por conveniências de qualquer natureza, mas aberto à discussão franca e honesta. Esteve sempre atualizado com os avanços no seu campo de estudo e tinha uma visão crítica do mundo moderno e de suas forças potencialmente alienantes e desumanizantes. Transitou entre duas tradições sociológicas, a weberiana e a marxista que, apesar de divergentes não são, de fato, antagônicas".

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

CALDEIRA, J. R. C. *A ANL no Maranhão*. São Luís: EDUFMA, 1990.

CALDEIRA, J. R. C. *O Maranhão na literatura dos viajantes do século XIX*. São Luís: AML/SIORGE, 1991.

CALDEIRA, J. R. C. *A criança e a mulher Tupinambá*. São Paulo: SCORTECCI EDITORA, 2000.

CALDEIRA, J. R. C. *Dois estudos: os discursos de Japi-açu e Momboré-uauçu e Vadiagem no Maranhão, 1800-1850*: São Luis: EDUFMA, 2004.

[1] Agradeço a Ana Cristina Cavalcanti da Costa, sobrinha do Prof. José de Ribamar Chaves Caldeira, pelas preciosas informações concedidas sobre as origens e os vínculos familiares do nosso biografado.

JOSEFA SALETE BARBOSA CAVALCANTI

Por **Dalva Maria da Mota**
(Embrapa Amazônia Oriental)

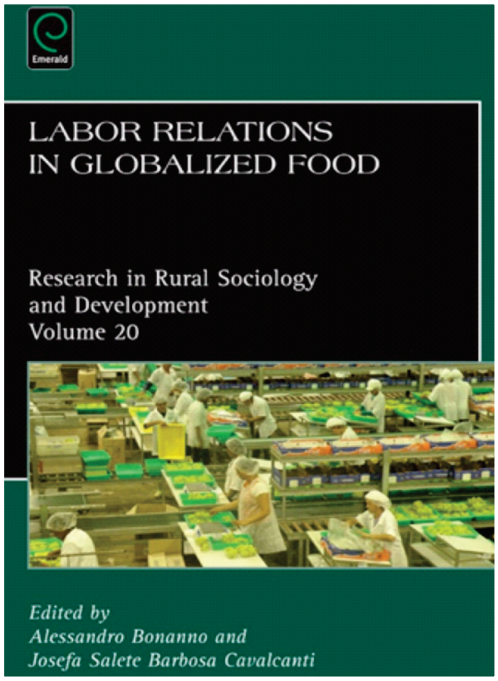
Tecelã da ciência e dos afetos, Salete Cavalcanti é paraibana, nascida em Riacho de Santo Antônio (hoje município de Boqueirão) em 6 de outubro de 1947. É filha de Hilda Barbosa Cavalcanti, professora oriunda de uma família de pequenos comerciantes de Pernambuco, e de Adolfo Cavalcanti da Cunha, pequeno proprietário de terras, pecuarista por tradição familiar, no Cariri na Paraíba. Segunda filha de um grupo de sete irmãos, teve uma infância com intensa vivência entre a Paraíba e Pernambuco. Em 1959 prestou o exame de admissão no Colégio Estadual de Campina Grande. A aprovação ocasionou a mudança da família para Campina Grande incentivada pela mãe, persistente defensora da educação universal, da liberdade e da celebração. De 1959 a 1965, Salete Cavalcanti cursou o ginásio e o secundário (na Escola Normal Estadual). Ainda estudante do Pedagógico, aos 17 anos, trabalhou como professora primária contratada pelo Serviço Social da Indústria (Sesi), ministrando aulas aos filhos dos operários de uma fábrica têxtil no bairro operário onde residia.

VOLTA AO SUMÁRIO

Em 1967, ingressou na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) no curso de Sociologia Política, que se transformou, em Ciências Sociais, em 1974. Fez parte do Diretório Acadêmico Estudantil (DCE) e sentiu fortemente a restrição das liberdades e a edição do AI-5 em 1968, que culminaram no impedimento da atuação de professores críticos e na cassação do presidente e do vice do DCE. Sob o incentivo da professora Ruth Almeida, abraçou a Antropologia, mas persistiu interessada na Sociologia do Desenvolvimento, opções que enriquecem a sua trajetória intelectual. Em 1969 recebeu um convite do antropólogo Roque Laraia para uma estadia de três meses de verão na Universidade de Brasília, onde se dedicou ao estudo das etnografias clássicas. No mesmo período, participou de um curso sobre estruturalismo com David Maybury-Lewis na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), o que rendeu a célebre frase do professor Heraldo Pessoa Souto Maior: "Vi Salete uma menina por estes corredores, ávida por aprender, vinda de Campina Grande". Na conclusão da graduação, em 1971, não quis colação de grau festiva em protesto contra a cassação dos colegas. O evento ocorreu na secretaria do curso com a presença de seus pais e alguns colegas cassados que estavam retornando. Em 1971 ingressou mestrado em Antropologia no Museu Nacional. Da Paraíba para o Sudeste, múltiplos sentimentos de estranhamento e destaque intelectual. Finalizadas as disciplinas, fez concurso para professora auxiliar na UFPB em Campina Grande, transformada na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) em 2002. Sempre inquieta e situada além do seu tempo, sob a orientação do Professor Roberto DAMATTA, Salete Cavalcanti mergulhou na organização social e política de uma comunidade – o Talhado – recentemente reconhecida como uma comunidade quilombola. Devidamente titulada como mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1975, foi chefe de Departamento na UFPB aos 28 anos de idade. Mais do que isso, notabilizou-se como a "engenhosa arquiteta" do primeiro curso de pós-graduação do Departamento, uma especialização em Sociologia Rural para Áreas Irrigadas em 1977.

Participou ativamente da fundação do Mestrado em Sociologia Rural em 1977. Foi professora da UFPB (de 1973 a 1991), chefe de Departamento, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e fundadora e tutora do Programa de Educação Tutorial (PET) de Antropologia da mesma universidade. Entre os anos de 1979 e 1982, Salete Cavalcanti cursou o PhD em Sociologia sob a orientação de Bryan Roberts na University of Manchester, Inglaterra. Em sintonia com o debate mundial, a sua tese trata da intervenção do Estado no modo de vida e nas estratégias de sobrevivência dos camponeses do Brejo Paraibano, no tenso equilíbrio entre persistência e ressignificações. Incansável na busca de diálogos transfronteiras, realizou pós-doutorado na University of Wisconsin-Madison em 1988, sob a coordenação do professor Archibald Haller, e em 1988 na Cardiff University no Reino Unido, sob a coordenação do professor Terry Marsden. Em 1992, após 18 anos de vida universitária e 25 de docência, aposentou-se da UFPB. A nova condição não a impediu de continuar com afinco as orientações na UFPB e os compromissos com sociedades científicas. Um ano depois, a sua ligação com Pernambuco foi reforçada pelo convite para ser professora visitante na UFPE, à qual se afiliou, em 1993, como professora por concurso para o Departamento de

Ciências Sociais. Posteriormente, após a divisão deste, permaneceu no Departamento de Sociologia e coordenou o PPGS da UFPE de 2002 a 2004.



É professora do PPGA e do PPGS da UFPE. Em 2010, tornou-se professora titular da UFPE, sendo uma das responsáveis pela consolidação e pela internacionalização da área das Ciências Sociais. Foi coordenadora do Doutorado Interinstitucional (Dinter) de Sociologia CAPES/PPGS/UNIVASF (Universidade Federal do Vale do São Francisco) de 2012 a 2016. Sob o amálgama da Antropologia e da Sociologia, ao longo da carreira, manteve diálogos com pesquisadores de universidades de diferentes continentes e, nos anos 90, foi uma das precursoras do debate sobre globalização, agricultura e meio ambiente no Brasil, chamando a atenção para o Vale do São Francisco como lugar de produção de "frutas para o mercado global", em perspectiva comparada. Salete Cavalcanti pôs na pauta o tema dos trabalhadores rurais e de bens e serviços que, nas chamadas regiões globais de fruticultura, vivenciavam processos migratórios e estavam sujeitos a relações de trabalho frágeis, flexíveis e precárias, desigualdades de gênero e de etnicidade. Os seus estudos versam sobre atores e dinâmicas das relações – tensas e necessárias – entre consumidores, produtores e distribuidores na gestão do mercado nas cadeias globais de alimentos. Ativa participante do Research Committee on Food and Agriculture (RC40) da International Sociological Association (ISA), Salete Cavalcanti amplia a reflexão sobre a globalização nas coordenações do Grupo de Pesquisa Globalização e Agricultura do CNPq e do Laboratório de Estudos Rurais (LAERURAL). O profícuo debate proposto por Salete Cavalcanti evidencia-se nas suas experiências como professora visitante em inúmeras instituições acadêmicas internacionais. A sua produção acadêmica é reflexo de um consistente trabalho de pesquisa, das parcerias em diferentes lugares e instituições, revelando-se essencial à compreensão do papel do Estado para a produção e o desenvolvimento agrícola nos chamados países do Sul em atendimento às demandas exigentes de consumidores do Norte, além das formas de resistência dos trabalhadores. Salete Cavalcanti ressalta e analisa a configuração do setor agroalimentar sob a globalização neoliberal nas últimas três décadas.

Igual vigor, Salete Cavalcanti dedicou à consolidação das instituições acadêmicas e profissionais, desde os primeiros anos de vida universitária, participando de comitês na Capes, CNPq, SBS, ANPOCS, ISA, IRSA, ALASRU e CLACSO. Das inúmeras orientações de iniciação científica, teses e dissertações, seis foram premiadas. Recebeu o Prêmio 2015 Outstanding

Author Contribution Award da Emerald Literati Network Awards for Excellence, por artigo publicado; igualmente, recebeu o Prêmio Florestan Fernandes da Sociedade Brasileira de Sociologia e o Prêmio Ricardo Ferreira pelo Mérito Científico da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco, ambos em 2017. Em plena atuação na UFPE, Salete aposentou-se oficialmente em 2020. Na ocasião, 17 profissionais que foram seus orientandos e que vivem em diferentes partes do mundo produziram um vídeo em sua homenagem com depoimentos de agradecimento, admiração e carinho, expressão do que Salete – na docência e na vida – semeou. Em 2021, foi indicada para a Academia Pernambucana de Ciências, da qual é agora uma das novas acadêmicas; e recebeu o Prêmio ANPOCS de Excelência Acadêmica Antônio Flávio Pierucci em Sociologia. Com espírito livre e comprometido, Salete é emérita pela competência, pela ética e pelo afeto.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

BENDINI, M. I.; CAVALCANTI, J. S. B.; LARA FLORES, S. M. Una mirada sobre el campo de la sociología rural en América Latina. In: DE LA GARZA TOLEDO, Enrique (coord.). *Tratado latinoamericano de Sociología*. Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial; México: Universidad Autónoma Metropolitana – Iztapalapa, 2006. p. 247-263.

BONANNO, A.; CAVALCANTI, J. S. B. *Labor relations in globalized food.* Bingley, UK: Emerald Group Publishing Limited, 2014. 295 p.

CAVALCANTI, J. S. B. Globalization of Food and Labor: Challenges for Sociology. *Revista da Sociedade Brasileira de Sociologia*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 64-78, jul./dez. 2015.

CAVALCANTI, J. S. B. (org.). *Globalização, trabalho, meio ambiente:* mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Recife: Editora da UFPE, 1999. Biblioteca virtual Clacso.

CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B.; NIEDERLE, P. A. (org.). *Participação, território e cidadania:* um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil. Recife: Editora da UFPE, 2014. 439 p.

BONANNO, A; CAVALCANTI, J. S.B. 2019. *State Capitalism under Neoliberalism:* The Case of Agriculture and Food in Brazil. 1ª. Ed. Lanham – New York – London: Lexington Books.

JULITA LEMGRUBER

Por **Renato Sérgio de Lima** (FBSP; FGV-EAESP)

Julita Lemgruber é uma socióloga de combate. Nascida na véspera da queda da Berlim nazista, em abril de 1945, no Rio de Janeiro, ela é uma das mais completas traduções de intelectual que coloca suas energias não só na compreensão refinada e embasada dos fenômenos sociais, mas sobretudo as transforma em indignação contra a múltiplas faces da indiferença provocadas pela ação desumanizadora, violenta e racista do Estado brasileiro. Sua trajetória é, ao mesmo tempo, sólida em termos de formação teórica, coerente nas opções de pesquisa e marcada pela inquietude que nunca a deixou acomodada com os percursos acadêmicos clássicos da profissão no país. Julita graduou-se m Ciências Sociais em 1972 pela UFRJ, fez seu mestrado em 1976 pelo antigo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), onde estabeleceu diálogo com Gilberto Velho, que teve forte influência em sua formação com os estudos sobre comportamento desviante, e Carlos Hasenbalg, que a fez pensar em focar a questão racial em sua dissertação. Mas, para além dos diálogos temáticos, outro fato que merece destaque é que Julita terminou os créditos do mestrado em Columbia, em Nova Iorque. E por que faço esse destaque?

VOLTA AO SUMÁRIO

Porque, se olharmos com as lentes do presente para a agenda de pesquisa que Julita tem se dedicado nestes mais de 45 anos de profissão, veremos que existe um poderoso amálgama que a une e que nasceu no período do seu mestrado. Ele é formado pela síntese da sua formação acadêmica sólida e dos debates temáticos que ela teve no IUPERJ da década de 1970 com a oportunidade de, desde cedo, ter um olhar sociológico internacionalizado; com a possibilidade de compreender padrões globais e especificidades nacionais acerca dos problemas suscitados por sua agenda de pesquisa. Se é verdade que, no início das nossas carreiras, as coincidências e redes de relacionamento são fundamentais para rumos que tomamos, também é verdade que é preciso coragem para lidar com temas de fronteira que sempre a seduziram e a atraíram intelectual e politicamente.

Julita soube agarrar as oportunidades que foram se apresentando, como aquela em que Augusto Thompson, amigo de um tio e que havia dirigido o sistema penitenciário fluminense em dois períodos (de 1965 a 1967 e de 1975 a 1978), sugeriu que ela fosse conhecer ou as cadeias da Frei Caneca, que incluíam o primeiro presídio do país, fundado em 1850 e demolido em 2010, ou o Instituto Penal Talavera Bruce, presídio feminino inaugurado em 1942 no bairro Gericinó, em Bangu, com o argumento de que à época havia pouca produção acadêmica sobre prisões no Brasil e que precisava ser estudado. Ela, que havia procurado Thompson para tentar abrir fonte para sua pesquisa sobre delinquência juvenil, animou-se e deu a partida para que as prisões fossem o tema a que dedicaria boa parte de seus esforços profissionais e que é, até hoje, o que ela é mais reconhecida.

Foi em torno da agenda de pesquisa sobre prisões que Julita Lemgruber estabeleceu uma importante rede de pesquisa e ação política, de modo a produzir evidências sobre as condições dos cárceres no Brasil e os mecanismos de sobrevivência que os presos precisam construir para fazer frente à violência. Ela integrou e integra diversas associações, consórcios e entidades dedicadas a explicitar as condições das prisões e lutar pela garantia de direitos de milhares de pessoas privadas de liberdade e submetidas a toda sorte de humilhações, violências e riscos. Neste espírito, Julita trabalhou, em períodos intercalados, no sistema prisional fluminense (DESIPE) entre 1983 e 1994, tendo sido a primeira mulher a assumir a direção do DESIPE,

em 1991, no início da gestão do ex-governador Leonel Brizola (1991-1994). E, ao estudar a reincidência criminal, explicitou a importância de censos penitenciários e de pesquisas sobre o tema. Mais do que isso, percebeu a importância de uma perspectiva mais global, ao sentir os efeitos que a declaração de Guerra às Drogas do Presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, de 1971, gerou nos sistemas prisionais da América Latina como um todo e do Brasil em particular, bem como no reforço da repressão e do proibicionismo com eixos de redefinição das políticas criminais e penitenciárias globais.

E, nesse processo, Julita foi membro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária entre 1994 e 1998 e teve papel ativo na construção da nova legislação sobre alternativas à pena de prisão, de 1998. A partir de então, ela faz a passagem de um olhar clássico da criminologia brasileira, muito focado nos direitos penal e processual penal, para uma perspectiva mais ampla que contempla os aparatos de Estado responsáveis pela implementação da política criminal, com ênfase nas polícias e nas suas formas de controle territorial e imposição da ordem pública. Ela hipotecará seu prestígio acumulado para, em 1999, aceitar o convite de Luiz Eduardo Soares para ser Ouvidora das Polícias do Rio de Janeiro e parceira no projeto de reforma do sistema de segurança pública do estado. Um traço aqui presente e que a marcará é a disposição de produzir conhecimento para dialogar com as instituições para transformar práticas e não apenas para as imprescindíveis denúncias sobre violações de direitos humanos. Infelizmente a experiência dura pouco tempo, em especial diante das reiteradas crises e boicotes que a equipe de Luiz Eduardo teve que conviver. E, em março de 2000, Julita é convidada por Cândido Mendes, para, juntamente com Silvia Ramos e Leonarda Musumeci, criar na UCAM o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – CESeC.

Durante mais de 21 anos, o CESeC foi se transformando em um dos principais centros acadêmicos de pesquisa e estudos sobre segurança pública e criminalidade do país, tendo realizado dezenas de encontros, seminários e conferências internacionais. Boa parte do que é debatido nacionalmente sobre segurança e política sobre drogas ou foi fruto das pesquisas do CESeC ou da presença constante de suas pesquisadoras na mídia, com Julita liderando iniciativas, minando certezas e abrindo novas fronteiras para a pesquisa aplicada. Nos últimos anos, o projeto que mais a tem mobilizado é aquele que busca mensurar os impactos e custos sociais e econômicos do proibicionismo em relação às drogas. Não à toa, lembrando da inquietude que move Julita, em setembro de 2021, ela e as demais coordenadoras optaram por emancipar o CESeC da Universidade Cândido Mendes, na ideia de radicalizar um processo institucional em curso na última década e que tem priorizado racializar o debate sobre segurança pública no Brasil. A proposta visa abrir espaços e envolver nos projetos e estudos produzidos pelo centro jovens negros de favelas, que, ao fim e cabo, são os protagonistas principais na relação entre Estado e sociedade no campo da segurança pública e guerra às drogas.

Em conclusão, ouso dizer que o interesse pela questão racial manifestada ainda quando Julita cursava a disciplina de Carlos Hasenbalg, no IUPERJ; a influência que Gilberto Velho

teve em sua formação; o olhar internacionalizado; a forte capacidade de adaptação, inovação e resiliência derivada de sua indignação ante a violência e as desigualdades são observações possíveis de uma variável latente maior que marca a personalidade de Julita Lemgruber, ou melhor, são evidências de que a liderança e o pioneirismo que ela conquistou ao longo dos anos é fruto, exatamente, da ideia de que as necessárias exigências da profissão de sociólogo não são excludentes ou conflitantes com a tomada de lado na história. Julita tem demonstrado um gigantesco compromisso ético e político tanto com a produção sociológica quanto com a construção de relações Estado e sociedade menos pautadas pela violência e pelas fraturas e vulnerabilidades sociais, raciais, de gênero, geracionais...

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

LEMGRUBER, J.; PAIVA, A. *A dona das chaves*: Uma mulher no comando das prisões do Rio de Janeiro: Uma mulher no comando das prisões do Rio de Janeiro. Editora Record. Rio de Janeiro, 2010. 266 páginas.

SOBRE A AUTORA

LIMA, R. S.; RATTON JUNIOR, J. L. A. (Org.). *As Ciências Sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil*. 1. ed. São Paulo: FBSP/ANPOCS/Urbania, 2011. 304p.

LAURA VEIGA

Por **Carla Bronzo** (Fundação João Pinheiro)

Laura da Veiga é uma socióloga nascida em Belo Horizonte, em uma família da classe operária. Sua mãe, embora tivesse apenas o ensino primário, esforçou-se para que sua filha tivesse acesso à educação, entendida como alternativa para a saída da condição de pobreza material. Laura sempre estudou em escolas públicas e em 1965 inicia sua graduação no curso de Sociologia e Política da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) da UFMG. Em 1967 o curso da FACE é fundido com o de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, como fruto da Reforma Universitária. Na FACE, a disputa ideológica e a participação na vida política eram intensas e grande parte das lideranças jovens dos movimentos de esquerda era oriunda dessa instituição. Laura pode participar da efervescente vida universitária como bolsista do Diretório Acadêmico e esteve vinculada à Ação Popular até 1967. Laura e demais colegas de sua geração têm sua formação universitária em uma sociedade fragmentada, marcada por autoritarismo e situações de injustiças e desigualdades e tal condição certamente impactou nas escolhas de temas aos quais Laura dedicou sua vida profissional.

Em 1969 Laura entrou para o mestrado em Ciência Política na mesma instituição, analisando a influência

VOLTA AO SUMÁRIO

dos fatores sócio econômicos no acesso às oportunidades educacionais. Logo após foi cursar o doutorado na Universidade de Stanford, tendo concluído o mesmo em 1981, com a tese sobre a reforma universitária brasileira. Pode-se dizer que a vivência militante e os trabalhos produzidos no mestrado e doutorado acabaram configurando o eixo de sua produção acadêmica: o tema das desigualdades sempre esteve presente na vida de Laura, norteando seu campo de reflexão e também de ação.

Em 1973 Laura entra na UFMG como professora auxiliar na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, e em 1975 torna-se professora assistente, até que em 1982 assume a posição de professora adjunta. Laura foi docente de graduação e pós-graduação nos cursos de Ciências Sociais e também no Mestrado em Educação, além de coordenadora dos cursos de graduação, mestrado e doutorado na FAFICH. Além disso, foi Diretora do Centro de Estudos Mineiros e integrante da Câmara de Pós-Graduação e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação da UFMG, contribuindo de forma direta para a institucionalização da Sociologia no âmbito da universidade. Aposenta-se da UFMG em 1995, deixando um legado de pesquisadora rigorosa e com intensa participação na vida acadêmica e na gestão universitária.

Nessa linha de construção institucional, cabe destacar a participação de Laura na Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, tendo atuado nessa instituição em diversos períodos, não de forma ininterrupta. Seja como docente nos cursos de graduação e pós-graduação, como pesquisadora ou como diretora geral ou adjunta da Escola de Governo, Laura participou de vários e importantes momentos da vida institucional, tendo sido uma das responsáveis pela formatação do mestrado e pela coordenação do processo de credenciamento do mesmo junto à CAPES. Laura, na FJP, assumiu tanto papéis e funções gerenciais quanto acadêmicas e de pesquisa, dando expressão a uma característica marcante de sua personalidade, que é a de atuar com competência seja no plano da produção de conhecimento quanto no plano da ação e da construção institucional.

Reconhecida por sua imensa capacidade de trabalho, Laura esteve envolvida em pesquisas nacionais e internacionais, sobre temas diversos. No âmbito nacional, coordenou e participou

de pesquisas sobre descentralização, eficiência e equidade na educação, violência nas escolas, proteção não contributiva, pobreza, desigualdade e políticas públicas, trabalho infantil, dentre outros temas afins. Foi bolsista do CNPq em vários momentos ao longo de sua trajetória como pesquisadora.

Outra vertente da trajetória de Laura relaciona-se com sua atuação enquanto consultora. Em 1997 atua como consultora da UNICEF sobre o tema do trabalho infantil e de 1996 a 2005 compõe o Comitê técnico do Programa Gestão Pública e Cidadania, da Fundação Getúlio Vargas. Em 2005 começa a atuar, via contratação do PNUD, como consultora do Ministério do Desenvolvimento Social/MDS e em 2007 assume a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) do MDS, tendo permanecido nesse cargo até 2009.

Outro eixo de atuação central da trajetória de Laura refere-se à sua atuação junto às organizações universitárias. Cabe destacar sua participação como membro de Câmara de Assessoramento da área de Ciências Sociais, Humanas, Letras e Artes, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, em distintos períodos, bem como sua participação como membro do Comitê de Avaliação da área de Sociologia, na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Entre 1985 e 1987 esteve na diretoria da Anpocs e desde 1989 até o ano de 1995 fez parte do comitê técnico dessa instituição.

Com uma personalidade forte, Laura não passa despercebida em nenhum contexto, sendo reconhecida por sua franqueza e pela busca de excelência em tudo o que faz. Marcou vidas e fez história, como um exemplo de socióloga que calçou sua trajetória na ação prática e institucional, contribuindo para trazer a sociologia para o campo da ação governamental e das políticas públicas. Com rigor e braveza, mas sem perder a ternura jamais.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

MAGALHÃES, E.; VEIGA, L. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: uma nova construção institucional. In. Madeira, Lígia Mori (organizadora). *Avaliação de Políticas Públicas*. Porto Alegre. UFRGS/CEGOV, 2014.

VEIGA, L.; BRONZO, C. Estratégias intersetoriais de gestão municipal de serviços de proteção social: a experiência de Belo Horizonte. *Revista de Administração Pública* (Impresso), v. 48, p. 595-620, 2014.

BRONZO, C.; VEIGA, L. . Vulnerabilidades e territórios: possibilidades e limites para a intervenção pública. In: Antonio Cattani; Laura Mota Diaz; Nestor Cohen. (Org.). *A*

construção da Justiça Social na América Latina. 1ed.Porto Alegre: Tomo Editorial, 2013, v. 1, p. 241-262.

BARBOSA, L. and VEIGA, L. Brazil' Two educational policies. RANDALL, Laura *Factors affecting learning and cost schooling in Latin America*. NY:The Edwin Mellen Press. 2003:51-69.

VEIGA, L.. Reforma Universitária na Década de 60: Origens e Implicações Politico-Institucionais. *CIENCIA E CULTURA*., São Paulo, v. 37, n.7, p. 86-97, 1985.

LEDA MARIA BENEVELLO DE CASTRO

Por **Cristina Filgueiras** (PUC-Minas)

Leda nasceu em novembro de 1944 em Juiz de Fora, Minas Gerais. O pai, funcionário de uma indústria gráfica, gostava de ler e influenciou a filha no hábito da leitura de livros e acompanhamento diário da imprensa nacional. A mãe, costureira e modista, foi grande incentivadora na sua escolaridade e nas dos seus dois irmãos: os três filhos completaram o ensino superior e a pós graduação.

Participou da Juventude Estudantil Católica em contato com setores progressistas, engajando-se nos grupos de reflexão e de trabalho social. A entrada na universidade ocorreu em 1964 em Juiz de Fora, no curso de Serviço Social, formando-se em 1968. Leda interessou-se sobretudo pelas disciplinas de história, filosofia, política e sociologia, ademais dos estágios em entidades sociais e órgãos públicos. Especialmente marcante foram os estágios, aprendizado prático para o Serviço Social: *"Tínhamos de conhecer essas organizações, elaborar relatórios..."*[1]. Após a graduação, nunca exerceu a profissão de assistente social, porém essas práticas deixaram-lhe importante referência.

VOLTA AO SUMÁRIO

Recém-formada, trabalhou em investigação sobre relações do trabalho na indústria têxtil em Juiz de Fora, coordenada pela antropóloga Andréa Loyola. Para isso lhe foi pedido ler textos de sociologia do trabalho e sobre procedimentos de pesquisa. Seu desempenho ao entrevistar os trabalhadores e elaborar relatórios foi muito elogiado. "*Foi assim que cheguei à sociologia!*".

O primeiro emprego foi como integrante da equipe de uma pesquisa para a Secretaria do Trabalho do governo da Bahia, sobre pequenos produtores e artesãos rurais no Vale do São Francisco: *"Percorremos de fusca todo o São Francisco baiano, durante o ano de 1968, realizando entrevistas com artesãos e camponeses. Ali foi que descobri o mundo rural!*".

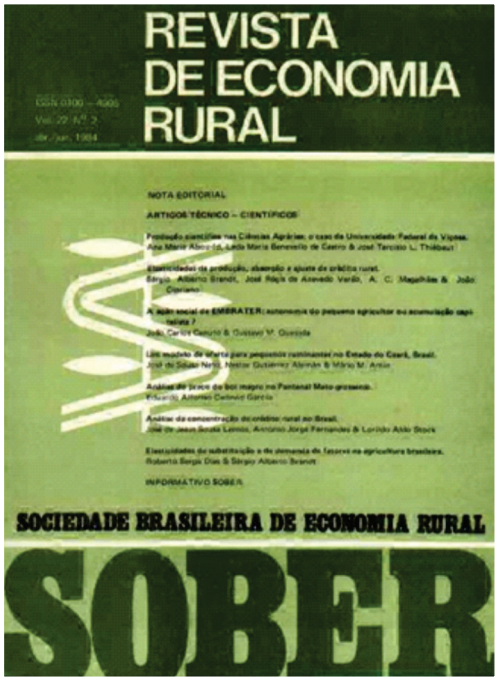
Essa experiência foi essencial para a sua seleção, em 1969, na segunda turma do mestrado, com bolsa do CNPq, em Extensão Rural da antiga UREMG-Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, federalizada em junho de 1969, como Universidade Federal de Viçosa (UFV) [2]: "*Era um ambiente majoritariamente de homens. Eu era uma das poucas alunas mulheres e a única que não vinha das ciências agrárias nem era extensionista rural*". Em agosto de 1972 defendeu a dissertação "Construção de uma escala de nível de vida para proprietários e trabalhadores rurais do município de Uruçuca, Bahia".

Em setembro de 1974 iniciou o doutorado em sociologia na Universidade de Purdue (estado de Indiana, Estados Unidos) com bolsa da USAID. Transferiu-se em 1975 para o departamento de *Agricultural Economics and Rural Sociology* da *The Ohio State University*, em Columbus, para o doutorado em Sociologia Rural, cursando boa parte das disciplinas no *Departament of Sociology*: *"Foi em Ohio que comecei a ter contatos majoritariamente com sociólogos, em um departamento enorme, com muitos cursos e onde era estimulada a conexão entre sociologia teórica, sociologia empírica* Ali estudou teorias sociológicas clássicas e contemporâneas e fez diversos cursos de metodologia, e sobre o mundo rural.

Nos anos 1970 Leda vivenciou um contexto de muitas oportunidades na educação superior no Brasil com a estruturação de departamentos e da pós-graduação. Tornou-se professora do Departamento de Economia Rural, em Viçosa. A tese em Sociologia *"Social organization and change in agricultural technology in Brazil: a sociological analysis of Minas Gerais municipios, 1950-1970"* foi defendida em 1978. Para o estudo da modernização tecnológica na agricultura em Minas Gerais, foram analisados dados dos censos agrícolas, utilizando o SPSS, programa ainda não empregado em pesquisas no Brasil. Foram construídos indicadores de mudança tecnológica que revelaram ter havido escassa mudança nesse período na agricultura mineira.

Nos anos 1985-1986 Leda realizou pós-doutoramento na Universidade de Campinas sob supervisão de Maria de Nazareth Baudel Wanderley. Entre 1986 e 1987, foi o membro acadêmico em Minas Gerais da Comissão de Reforma Agrária, no INCRA, criada pelo governo federal para analisar os projetos específicos de desapropriação de áreas no Estado, para fim de reforma agrária. Nessa Comissão, participou na elaboração de pareceres, relatoria de

processos e votações. Antes, durante e após esse período estabeleceu e manteve relacionamentos de assessoria ou interlocução com entidades relevantes no tema rural, tais como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a Federação do Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais, a Comissão Pastoral da Terra, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais e organizações não-governamentais.



Em 1988 Leda integrou-se ao Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde permaneceu até sua aposentadoria em 1998. Sua experiência em investigação com *survey* e análise de dados secundários foi decisiva em uma iniciativa que esteve na origem do que, anos depois, se transformaria em um programa de treinamento em metodologia quantitativa desse departamento. Quando se expandia o uso do SPSS em pesquisas nas universidades brasileiras, ela coordenou o primeiro projeto para ensino de metodologia em ciências sociais utilizando a informática.

Na UFMG Leda vinculou-se ao Centro de Estudos Rurais, colaborando em atividades de extensão e investigações realizadas para o governo mineiro. Seus conhecimentos práticos em pesquisa fortaleceram esse núcleo dedicado à sociologia rural. Nesse contexto, coordenou investigação sobre as lutas pela terra no Noroeste de Minas Gerais.

Sua prática como docente universitária se iniciou nos anos 1970 com aulas de metodologia de pesquisa e sociologia rural para estudantes de mestrado em Economia e em Extensão Rural, e estudantes de graduação em ciências agrarias, na UFV. Nessa universidade e depois, na UFMG, orientou 18 dissertações, que abordam temas como modernização tecnológica entre agricultores familiares, avaliação de políticas públicas para o campo, conflitos agrários e luta pela terra, entre outros. Na UFMG, ao lecionar em diversos cursos de graduação, demonstrou sua grande capacidade para motivação dos alunos para compreensão da contribuição da sociologia em sua formação profissional. No curso de Ciências Sociais, além do ensino no ciclo básico, sua experiência como professora de metodologia foi fundamental na disciplina preparatória para os trabalhos de conclusão de curso. teses sobre organização política de grandes produtores rurais e sobre populações atingidas pela construção de barragens.

No final dos anos 1990, Leda passou a atuar como voluntária no Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva-CEDEFES, organização não-governamental cujo nome homenageia um trabalhador rural e sindicalista assassinado em 1984 no Vale do São Francisco. Ela contribuiu na ampliação da ação da entidade que, além de ser um centro de documentação e memória da luta popular, passou a desenvolver projetos de formação e assessorias relacionadas à questão agrária, à questão indígena e às comunidades tradicionais quilombolas.

Em seu percurso até a sociologia e na sociologia, Leda transitou em diversos ambientes institucionais e espaços de formação como discente e docente, na articulação entre ensino, pesquisa e extensão universitária, além de manter interlocução com organizações e movimentos sociais. Participou da expansão da pesquisa e dos estudos pós-graduandos sobre o rural no Brasil, um campo pluridisciplinar, inicialmente com maior presença das ciências agrárias e da economia, onde a sociologia se inseriu. Ela sempre atuou na integração das ciências sociais com outros campos de conhecimento e de ação. Deu ampla contribuição na formação de cientistas sociais e no ensino de sociologia para graduandos e pós-graduandos de outras áreas.

Sem dúvida Leda, além de andarilha, é verdadeira espalhadora de Sociologia!

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

CASTRO, L. M. B. D. *Social organization and change in agricultural technology in Brazil:* a sociological analysis of Minas Gerais municipios, 1950-1970. Doctoral dissertation, Ohio State University, 1978. Disponível em https://etd.ohiolink.edu/apexprod/rws_etd/send_file/send?accession=osu148707946401852&disposition=inline

CASTRO, L. M. B. D. Cidadania no campo. *Revista do legislativo: indicador,* Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, v. 1, n. 0, 1992.

ABOU-ID, Ana Maria. CASTRO, Leda Maria Benevello de. THIEBAU, José Tarcício. Produção científica nas Ciências Agrárias: o caso da Universidade Federal de Viçosa. *Revista de Economia Rural*, 22(2):143-159, abr./jun. 1984.

[1] Todas as citações entre aspas são de entrevista de narrativa de vida de Leda Castro realizada por mim em 2021.

[2] Esta instituição foi criada em 1922 pelo governo de Minas Gerais para formação de engenheiros agrônomos e veterinários. Posteriormente surgiram novos cursos e departamentos, incorporando outras áreas importantes para o rural, como o estudo social sobre os agricultores e a extensão rural que buscava ligar a produção técnica da universidade e sua aplicação pelos produtores.

LILIANA SEGNINI

Por **Marcos Roberto Mariano Pina**
(UNICAMP)

Riliana Rolfsen Petrilli Segnini nasceu em Araraquara, do interior do estado de São Paulo, em 10 de dezembro de 1949. Iniciou os estudos superiores em 1969 em Administração na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Araraquara, formando-se em 1971. A continuidade da sua trajetória acadêmica ocorreu na cidade de São Paulo, primeiro no mestrado em Administração da Pontifícia Universidade Católica, defendido em 1978, e depois no doutorado em Ciências Sociais na mesma instituição, finalizado em 1987.

A dissertação de mestrado analisou as formas assumidas de controle sobre os trabalhadores ferroviários na passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, no final do século XIX e início do século XX. No doutorado analisou as relações de trabalho no setor financeiro. Vale ressaltar que ambos os projetos foram desenvolvidos sob orientação do professor Maurício Tragtenberg, um dos autores pioneiros no aporte da crítica marxista ao campo da administração, partindo do debate sobre questões clássicas das ciências sociais, como dominação e burocracia.

VOLTA AO SUMÁRIO

No periodo entre 1978 e 1988 ingressou na atividade docente como professora na Faculdade de Economia e Administração da PUC São Paulo. Em 1985, grávida do terceiro filho, foi aprovada no primeiro concurso público realizado para provimento de vagas no ensino superior na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, até então ocupadas mediante indicação. O seu contrato foi efetivado apenas em 1988. Desde então vêm coordenando diversos projetos de pesquisa e ministrando disciplinas na graduação e pós-graduação.

Já como professora na UNICAMP participou, junto de outros especialistas convidados, do esforço de atualização da Classificação Brasileira de Ocupações, que estava incorporando então mais de 500 novas atividades às suas bases de dados oficiais. Ficou responsável pela elaboração da descrição das ocupações do campo da cultura, tema que se tornaria eixo central das suas análises subsequentes. É depois dessa demanda que se debruçou com mais ênfase sobre questões vinculadas ao trabalho artístico e musical.

Na França, em 1982, cursou um periodo de estagio sanduíche com financiamento do CNPq, convidada pelo filósofo Claude Lefort. Nesse período, foi aluna de intelectuais conhecidos, como Michael Löwy, Pierre Villar e Michel Foucault, que contribuíram sobremaneira na sua formação sociológica. No Brasil, além de Tragtenberg, Liliana contou com o apoio de Octávio Ianni, que foi professor e colega na PUCSP. O livro "O que é mercadoria?" (Editora Brasiliense, 1983) resulta de um trabalho final elaborado para uma disciplina de Ianni.

Entre os objetos de estudo com os quais tem se ocupado desde então figuram as relações entre gênero, trabalho, migrações e cultura, tornando-se uma referência no assunto. Outro aspecto importante da sua trajetória está na interlocução internacional, sobretudo, com laboratórios e grupos de pesquisa na França. Foi nesse país onde desenvolveu dois estágios de pós-doutorado, primeiro na Université de Paris X, em Nanterre, de 1997 à 1998; e depois no Centre National de la Recherche Scientifique, de 2002 à 2003.

Um ano antes da realização do primeiro pós-doutorado na França, em 1996, se tornou professora livre-docente na Faculdade de Educação da UNICAMP, desenvolvendo uma pesquisa sobre os impactos das mudanças tecnológicas nas relações de trabalho e gênero, onde

atualizou dados dos estudos precedentes sobre os trabalhadores bancários em São Paulo. Os resultados serviram de base para um projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, focando no processo de terceirização no setor.

Entre 2000 e 2004 coordenou um projeto inscrito no Acordo CAPES/COFECUB junto ao Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil, considerado um dos mais antigos acordos de intercâmbio científico da CAPES. O estudo comparativo entre França e Brasil priorizou as dinâmicas de racionalização e flexibilização do mundo do trabalho, e as trajetórias de formação educacional, como campos de observações propícios para pensar as mudanças ocorridas nas últimas décadas nas relações de trabalho e emprego.

No âmbito da sua profícua relação de parcerias internacionais, ainda em 2003, foi convidada para atuar como pesquisadora associada no Centre de Recherches Sociologiques et Politiques de Paris, CRESSPA, inicialmente como membro da equipe Genre, Travail et Mobilités. Dois anos depois, em 2005, foi selecionada como Professora Visitante no Instituto Universitário de Lisboa, ocupando a Cátedra Brasil-Portugal em Ciências Sociais, ministrando em dezembro de 2005 uma aula magna intitulada "Aspectos Sociais do Brasil Contemporâneo".

A trajetória acadêmica de Liliana Segnini foi marcada pelo interesse aos temas do trabalho, gênero, cultura e ocupações artísticas, contribuindo para atualização dos debates contemporâneos da sociologia do trabalho. Foi agraciada pela Reitoria da UNICAMP em 2004 com o Prêmio de Reconhecimento Acadêmico Zeferino Vaz. Em 2011 se aposentou pela mesma instituição, porém mantendo vínculo de professora colaboradora, o que lhe permitiu seguir realizando orientações e ministrando disciplinas no IFCH e na Faculdade de Educação.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

SEGNINI, L. R. P. *Accords dissonants:* rapports salariaux et rapports sociaux de sexe dans des orchestres. In Cahiers du Genre, n. 40, p. 137, Paris, L'Harmattan, 2006.

SEGNINI, L. R. P. . Rapport de genre dans les professions artistiques au Brésil et en France. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Dir.). *Travail et genre: regards croisés France/Europe, Amérique Latine.* Paris: Editions La Découverte. p. 225-236, 2008.

SEGNINI, L. R. P. . Políticas públicas e mercado de trabalho no campo da cultura. IN: Leite, Márcia de Paula e Araújo, Angela Maria Carneiro. *O trabalho reconfigurado.* Ensaios sobre Brasil e México. Coleção Trabalho e Contemporaneidade. São Paulo; Annablume. p. 95 a 121, 2009.

SEGNINI, L. R. P. . Vivências heterogêneas do trabalho precário: homens e mulheres, profissionais da música e da dança, Paris e São Paulo. In: GUIMARÃES, Nadya; HIRATA, Helena; SUGITA, Kurumi (Coord.). *Trabalho flexível, empregos precários?* Uma comparação Brasil, França e Japão. São Paulo, EDUSP. p. 100 a 110, 2010. (Prêmio Jabuti – 2010 – Categoria: Melhor livro de Economia, Administração e Negócios.Câmara Brasileira do Livro).

SEGNINI, L. R. P. ."Au Brésil: penser et travailler la liberté". In: KERGOAT, Danièle; DUNEZAT, X.; HEINEN, J.; HIRATA, H.; PFEFFERKORN, R. (Coord). *Travail et rapports sociaux de sexe*. Paris: La Dispute. p.171-179, 2010.

SEGNINI, L. R. P. . Questions sur les carrières des femmes musiciennes. In: GUIMARAES, N; MARUANI, M; SORJ, B (orgs). *Genre, race, classe.* Travailler en France et au Brésil. "Logiques Sociales". Paris: L'Harmattan, 2016. p. 221-233.

LORENA HOLZMANN

Por **Vera Simone Schaefer Kalsing** (UFLA)
e **Soraya Vargas Côrtes** (UFRGS)

Lorena Holzmann nasceu em Porto Alegre em 24 de dezembro de 1942. Ingressou no curso de Ciências Sociais da então Universidade do Rio Grande do Sul (URGS) no emblemático ano de 1964 e formou-se em 1967. Em 1974, foi aprovada em concurso público para professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde iria permanecer até a aposentadoria com uma carreira sólida e duradoura. Concluiu o mestrado em Sociologia, em 1977, pela mesma universidade, com a dissertação intitulada Mulher e Trabalho – Estrutura ocupacional da mão de obra feminina no RS, 1920-1970.

No ano de 1987, deu início aos estudos de doutoramento pela Universidade de São Paulo (USP), tendo sido orientada por Elisabeth Souza-Lobo, uma das mais importantes sociólogas no campo dos estudos sobre mulher e trabalho no Brasil. Defendeu sua tese intitulada Operários sem patrões. Estudo da gestão das Cooperativas Industriais Wallig, em 1992, que embasou o livro Operários sem patrão. Gestão cooperativa e dilemas da democracia, publicado em 2001, pela EDUFSCAR.

VOLTA AO SUMÁRIO

Ao longo de sua carreira, dedicou-se principalmente a pesquisar na área da Sociologia do Trabalho, abordando temas como inovações técnicas e organizacionais, gestão do trabalho, trabalho e tecnologia, processo de trabalho, sindicalismo e economia solidária. Todavia, Lorena, de modo pioneiro, adotou um enfoque inspirado em teorias feministas em seus estudos, o que atraiu estudantes a buscarem com ela a orientação para seus trabalhos de conclusão, de mestrado e doutorado, que abordavam temas variados como saúde da mulher, trabalho feminino, questões de gênero, situação das mulheres no ambiente ocupacional, entre outros.

Como docente, participou na formação de gerações de cientistas sociais gaúchos. As disciplinas que ministrou, tanto na graduação como na pós-graduação, tratavam não apenas dos temas de suas investigações, mas também de teoria sociológica, métodos, sociologia do desenvolvimento e demografia.

Sua trajetória foi também marcada pelo engajamento político, tendo participado ativamente do debate político e na gestão universitária. Foi uma das fundadoras da Associação dos Docentes da UFRGS (ADUFRGS), em 1978, em meio à luta pela redemocratização do País e da Universidade. Dentre as inúmeras participações na gestão da UFRGS, destacam-se a Chefia do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, de janeiro de 1994 a agosto de 1998, e a função de Pró-reitora de Graduação na mesma Universidade, na gestão 1996-1999. Integrou a diretoria da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), de 1995 a 1997 e de 2005 a 2007.

Organizou e participou de vários eventos nas áreas de trabalho, gênero e trabalho, trabalho e tecnologia. Em parceria com o professor e amigo, Antônio Cattani, organizou a obra Dicionário de Trabalho e Tecnologia, publicado pela editora Zouk pela primeira vez em 2006 e objeto de sucessivas edições revisadas. Obra que lhes rendeu o Prêmio Açorianos de Literatura – categoria: ensaio humanidades. Foi uma das organizadoras do livro Universidade e Repressão. Os expurgos na UFRGS. Além de ter publicado mais de 30 capítulos em livros e coletâneas e a apresentação e prefácio de mais de uma dezena de obras.

Uma de suas paixões, o cinema, a conduziu a organizar eventos, a escrever livro (O trabalho no cinema (e uma socióloga na plateia), publicado pela editora Tomo Editorial, em 2012)

e a participar do debate público na internet, em que associa sua expertise na sociologia do trabalho, sobre gênero e temas políticos ao debate cultural. Lorena tem presença constante na internet, colaborando em blogs, websites e mantem redes sociais muito ativas.

Foi uma orientadora de excelência, primando pela qualidade dos trabalhos que orientou na graduação e na pós-graduação. Como professora, tinha fama de muito exigente e, de fato, o era. Essas características, no entanto, não ofuscaram seu lado profundamente humano no trato com orientandas e orientandos. A professora Lorena combina o rigor e a disciplina, tão necessários ao trabalho acadêmico, à sensibilidade e à ternura que a tornam uma verdadeira tutora de seus "pupilos", como ela costuma se referir a seus/suas orientandos e orientandas.

A trajetória de Lorena mostra o engajamento típico de uma geração de cientistas sociais criativos, competentes, corajosos e militantes que não se intimidaram frente ao autoritarismo e à repressão promovida pela ditadura cívico-militar instaurada em 1964. Perfil profissional que serve de modelo às novas gerações, especialmente nos dias de hoje, em que são constantes as ameaças à democracia e à autonomia universitária.

Lorena permaneceu como professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS por cinco anos após sua aposentadoria, continuando a atuar em sua área de pesquisa.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

HOLZMANN, L. *Controle e Disciplinamento da força de Trabalho*. Estratégias e resistências. 1. ed. Porto Alegre / RS: Escritos, 2015. v. 1. 132p.

AVERBUCK, L.; CAMPILONGO, Maria Assunta; HOLZMANN, Lorena; MIRANDA, Luiz Alberto O. R.; SANTOS, José Vicente Tavares dos; TAITELBAUM, Aron (Org.). *Universidade e repressão*. Os expurgos na UFRGS. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 2008. 99p.

KOVACS, I.; CASACA, S. F.; HOLZMANN, Lorena; PICCININI, V.; CERDEIRA, M. C.; GUIMARAES, S. M.; TOLFO, S. R.; ROSENFIELD, Cinara Lerrer (Org.). *O Mosaico do Trabalho na Sociedade Contemporânea*. Persistências e inovações. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

HOLZMANN, L.; PADRÓS, E. S. (Org.). *1968* – Contestação e Utopia. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. v. 1. 142 p.

LUCIANO MARTINS

Por **Antonio Brasil Jr.** (UFRJ)

Luciano Martins de Almeida (1934-2014) foi um sociólogo nascido e formado no Rio de Janeiro que nos deixou um vasto legado de livros e artigos sobre diferentes temas, todos (ou quase todos) relacionados, porém, ao escrutínio dos nexos entre mudança social, desenvolvimento econômico e estruturas de poder no Brasil (e na América Latina). Embora tenha feito carreira científica internacionalizada – realizou doutorado na França e foi pesquisador do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) – e mantido relações próximas com Fernando Henrique Cardoso e outros sociólogos de São Paulo – Luciano Martins não só era pessoalmente próximo de Cardoso e compartilhava com ele certos diagnósticos sobre o processo de desenvolvimento brasileiro, como também integrou o *staff* de seu governo –, não podemos dissociar a perspectiva sociológica desenvolvida em sua obra com as especificidades da formação em ciências sociais na antiga capital federal e da ambiência cultural mais geral oferecida naquela cidade (Almeida, 1987; Blois, 2021; Brasil Jr., 2017; Oliveira, 1995; Villas Bôas, 2006).

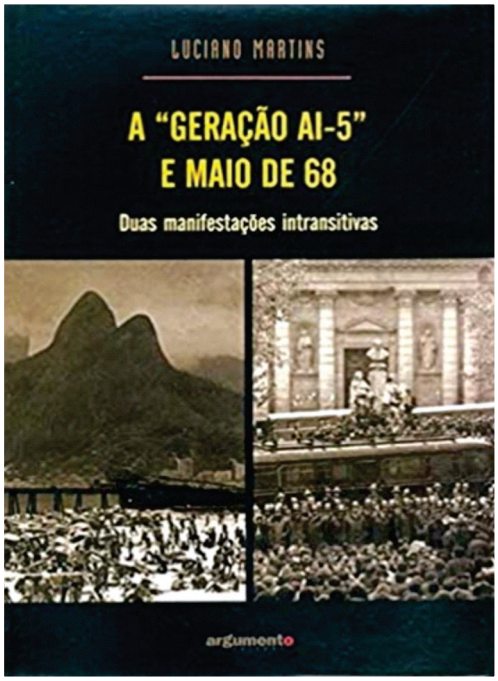
Ao mesmo tempo em que realiza sua graduação em ciências sociais (concluída em 1966) na Faculdade Na-

VOLTA AO SUMÁRIO

cional de Filosofia da antiga Universidade do Brasil (FNFi/UB), atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Luciano Martins já tinha atuação destacada como jornalista e repórter, assinando longas e importantes matérias no *Jornal do Brasil*. Dentre os assuntos tratados em suas reportagens, chamam a atenção a reforma universitária, a crise no Ministério da Saúde, as dificuldades da nova capital (Brasília) e, em particular, o processo político tumultuado quando da renúncia de Jânio Quadros (Martins não só reconstitui a crônica dos eventos, mas igualmente analisa à quente o seu sentido, em interlocução com importantes vozes políticas da época). É digno de nota, ainda, que Martins, ao casar-se com Vera Pedrosa, teve acesso aos círculos intelectuais e de artistas que gravitavam em torno de Mario Pedrosa, figura central na renovação da crítica de arte brasileira e militante engajado na revisão das interpretações dominantes sobre a sociedade brasileira no campo das esquerdas, sobretudo as interpretações (àquela altura hegemônicas) oferecidas pelo Partido Comunista e pelos nacionalistas alinhados direta ou indiretamente ao varguismo (Martins, 2001). Ou seja: ao mesmo em que ia recebendo formação especializada nas modernas técnicas de pesquisa em ciências sociais, Martins igualmente tinha à sua disposição um ponto de observação privilegiado do mundo da política tal como ela é – o jornalismo político o forçava a taquigrafar as contingências do sistema político na crise que iria desembocar no golpe de 1964 – e uma posição política em tensão com os esquemas assentados quanto ao sentido da chamada "revolução brasileira".

Em relação ao ambiente universitário propriamente dito, a despeito dos bloqueios à carreira na antiga Faculdade Nacional de Filosofia, é preciso recuperar a importância do Instituto de Ciências Sociais (ICS), iniciativa interdisciplinar de organização e fomento à pesquisa, que contou com a contribuição de diferentes áreas (direito, sociologia, antropologia, economia etc.). Constituído em 1958, o ICS patrocinou diversas pesquisas pioneiras, além de manter uma atividade editorial relevante ao publicar manuais, monografias e uma revista acadêmica especializada. O ICS, portanto, somava-se a outras instituições de pesquisa em ciências sociais sediadas no Rio de Janeiro, como o CBPE (Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais) e o Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), o último sob os auspícios da Unesco. Essa rede institucional possibilitava um intercâmbio de pesquisa e de ensino entre cientistas sociais de diferentes orientações disciplinares, metodológicas e oriundos de diversas regiões do país e mesmo de outros países, constituindo um processo de institucionalização cuja complexidade ainda está por se investigar (pelo menos em seu conjunto). Seja como for, Luciano Martins se beneficiou muitíssimo desse ambiente institucional diferenciado e, como já ressaltou Glaucia Villas Bôas (2019), foi fundamental para os seus interesses de pesquisa ao longo de sua trajetória sua vinculação ao projeto coletivo liderado no ICS por Maurício Vinhas de Queiroz sobre os grupos empresariais nacionais e estrangeiros que estavam conduzindo a industrialização no país. Como se sabe, os sociólogos de São Paulo – em especial, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, José de Souza Martins, dentre outros – acompanharam de perto os debates feitos no grupo do ICS e souberam incorporá-los em suas agendas de pesquisa sobre a industrialização do país (Lopes, 2020).

Em 1968, Luciano Martins publica *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento: introdução à crise brasileira*, livro que teve repercussão no grande debate que agitava a discussão política a respeito do papel que teria a chamada "burguesia nacional" no processo de industrialização e de autonomização da sociedade brasileira. Parte da esquerda (tanto nacionalista quanto comunista) acreditava que a "burguesia nacional" poderia atuar como um ator político voltado à transformação social, aliando-se estrategicamente aos demais setores modernos (trabalhadores urbanos, classes médias etc.) com vistas à superação do atraso (latifúndio) e da dependência externa. Aproveitando os dados da pesquisa coletiva feita no ICS, Martins desconfiava dos diagnósticos mais otimistas, ressaltando tanto a notável dispersão, heterogeneidade e associação (às vezes estreita) com os grupos estrangeiros dos principais grupos econômicos nacionais, situação que tornava improvável uma ação coletiva organizada da "burguesa nacional" no sentido de liderar um projeto democrático de sociedade. Portanto, qualquer visão "dualista" a respeito das relações entre o "arcaico" e o "moderno" não poderia ser tomada por seu valor de face, até mesmo porque, ao nível das estruturas de poder, indústria e latifúndio não se antagonizaram, mas se associaram na exclusão da participação popular do processo político e dos benefícios do processo de modernização[1].



Olhando o conjunto da obra de Luciano Martins, faremos agora uma rápida menção a alguns de seus trabalhos mais citados, de acordo com os dados reunidos por meio do *Google Scholar*, atualmente o principal agregador de dados bibliométricos disponível (Martín-Martín et al., 2020). Ao todo, essa plataforma atribui à autoria de Luciano Martins aproximadamente 2.400 citações, o que reforça sua importância no debate intelectual das ciências sociais brasileiras.

O livro de maior impacto de Luciano Martins, *Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64*, lançado em 1985, enfrenta outro assunto polêmico no debate intelectual e político desde fins da década de 1970: a natureza e os sentidos da expansão da chamada "tecnocracia" no regime militar. Por meio de uma análise rigorosa da conformação dos portadores sociais dessa camada profissional, vista como um tipo sociologicamente novo, a meio caminho do administrador público e do executivo de empresas, Martins traça o surgimento desse grupo, a

base material de seu poder e o significado político de suas ações e decisões, que quase sempre escapavam dos mecanismos de deliberação coletiva – num processo de "privatização do Estado" desde dentro de sua própria lógica de funcionamento. Em chave análoga, seu segundo trabalho mais citado, *Pouvoir et développement économique: formation et évolution des structures politiques au Brésil*, tese de doutoramento (doctorat d'État) de 1973 (e publicada em livro em 1976), dirigida por François Bourricaud, é um marco incontornável dessa agenda de pesquisa que conecta as dimensões política e econômica, em chave diacrônica, como decisivas para a análise dos processos de desenvolvimento.

Cumpre notar que obra de Luciano Martins jamais ignorou o papel e o lugar das dimensões simbólicas ao investigar as interações entre política e sociedade. Entre os seus trabalhos de maior impacto constam dois que são tomados como referência para os debates sobre cultura e política no Brasil. De um lado, "A 'Geração AI-5'", publicado originalmente em 1979 na revista *Ensaios de Opinião* (e depois republicado em 2004), discute como a ditadura militar, para além do autoritarismo político propriamente dito, também assentou as bases da naturalização de uma "cultura autoritária", que teria selecionado formas reativas (e individualizantes) de negação do existente – e logo, politicamente pouco eficazes – por parte da juventude em formação naquele contexto, em particular nas camadas médias urbanas. De outro, o artigo "A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil (1920 a 1940)", saído em 1987 na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, após longa discussão crítica sobre a pertinência analítica do próprio conceito de "intelligentsia", traz uma posição própria no debate sobre a "cooptação" dos intelectuais por parte do Estado, chamando a atenção para o momento da (difícil) constituição de um campo cultural, e das ambivalências daí decorrentes tanto em suas relações com o aparelho estatal quanto em sua (auto-)atribuída missão de reforma da sociedade.

Luciano Martins, além de ter atuado no âmbito do antigo Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil (atual UFRJ), foi igualmente professor nas Universidades de Paris, de Columbia, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

Martins, L. (1986). Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 26(2), 74-75.

Martins, L. (1976). *Pouvoir et développement économique: formation et évolution des structures politiques au Brésil*. Paris: Anthropos.

Martins, L. (1968). *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento: introdução à crise brasileira*). Rio de Janeiro: Ed. Saga.

Martins, L. (1987). A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil, 1920 a 1940. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2(4), 65-87.

Martins, L. (2004). *"A Geração AI-5'": e, Maio de 68: duas manifestações intransitivas*. Rio de Janeiro: Argumento Editora.

SOBRE O AUTOR

Bôas, G. V. (2019). 80 anos de ciências sociais na UFRJ: relembrando o pioneirismo dos projetos Grupos econômicos (1962) e Trabalhadores cariocas (1987). *Sociologia & Antropologia*, *9*(1), 297–312. https://doi.org/10.1590/2238-38752019v9115

Faletto, E. (1969). Review of Industrializaçao, burguesia nacional e desenvolvimento [Review of *Review of Industrializaçao, burguesia nacional e desenvolvimento*, por L. Martins]. *Estudios Internacionales*, *3*(1 (9)), 94–97.

Lopes, T. da C. (2020). O Instituto de Ciências Sociais e a sociologia no Rio de Janeiro: Entrevista com Alzira Alves de Abreu. *Sociologia & Antropologia*, *10*, 299–324. https://doi.org/10.1590/2238-38752019v10112.

[1] Abrindo um parêntese, cumpre dizer que essa visão mais cética a respeito do desenvolvimento e seu sentido democratizante já estava sendo articulada na agenda de pesquisa liderada por Luiz de Aguiar Costa Pinto – assistente da cadeira de Sociologia na FNFi e, em fins da década de 1950, catedrático de Sociologia na Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil; além de primeiro diretor do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS). Parece-nos fora de dúvida que Luciano Martins também se beneficiou deste acúmulo intelectual realizado nas ciências sociais do Rio de Janeiro, rejeitando o etapismo algo otimista que informava os principais diagnósticos sobre a modernização brasileira. Para uma boa leitura deste livro de 1968, cf. a resenha de Enzo Faletto (1969).

LUIZ ANTÔNIO CUNHA

Por **Camila Ferreira da Silva** (UFAM)

Luiz Antônio Constant Rodrigues da Cunha, doravante chamado de Luiz Antônio Cunha, nasceu na cidade de Araguari (MG), em 6 de julho de 1943. As influências de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro foram decisivas para as decisões familiares que levaram seu pai a migrar do interior de Minas Gerais para a capital paulista, rompendo com a tradição pecuarista e oligárquica das gerações anteriores – elemento decisivo para a formação cultural de sua prole –, bem como para a entrada de Luiz Antônio Cunha no campo acadêmico.

Sua formação acadêmica perpassa e foi influenciada por movimentos importantes na cena pública nacional, tais como, a efervescência das ciências sociais na região sudeste, a ditadura militar e o maio de 1968. Seu ingresso no curso de graduação em Sociologia se deu duas semanas antes do golpe militar de 1964, curso iniciado na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, e concluído na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), em 1967. Sua migração para o Rio de Janeiro, nesse momento, relaciona-se exatamente ao esvaziamento da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, que, em meio à ditadura, perdeu docentes e pes-

VOLTA AO SUMÁRIO

quisadores importantes frente ao controle e perseguições que passavam a se agudizar. Luiz Antônio Cunha foi monitor do Professor José Luiz Werneck da Silva e participou ativamente no movimento estudantil, tendo acompanhado a prisão de Florestan Fernandes pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPES) de São Paulo; participado da tentativa de reestabelecer a União Nacional dos Estudantes (UNE); organizado o Congresso Nacional da UNE de 1965; e concorrido à presidência do Centro Acadêmico de Sociologia e Política da PUC-Rio.

Entre 1969 e o início dos anos 1980, Luiz Antônio insere-se profissionalmente na PUC-Rio como professor agregado de Métodos e Técnicas de Pesquisa, lugar onde realizou também sua formação a nível de pós-graduação. Seu mestrado e doutorado foram realizados na área da Educação na PUC-Rio, o primeiro realizado entre 1970 e 1972 e o segundo, entre 1977 e 1980. Claudio de Moura Castro foi seu orientador de mestrado, e nesse momento vemos Luiz Antônio Cunha desenvolver uma investigação sobre a política educacional do ensino técnico-profissional articulado ao ensino médio – em 1973, fruto desta dissertação assistimos à publicação da obra Política educacional no Brasil: a profissionalização no Ensino Médio, livro que se tornou uma referência no país para o debate em torno da lei nº 5.692/1971 e da universalização da compulsoriedade da profissionalização do ensino médio.

Entre o mestrado e o início do doutorado, a continuidade de seus estudos e pesquisas deu origem ao livro Educação e desenvolvimento social no Brasil, publicado em 1975, que agrega um conjunto de ensaios que, juntos, trazem aos leitores uma análise sociológica bastante profunda do nosso sistema educacional – nas palavras de Zaia Brandão (2013, p. 259), trata-se de "[...] uma das principais referências da pesquisa sobre a educação brasileira, e marca, na minha experiência, um grande avanço: um verdadeiro rompimento com a visão ingênua da educação (escolar), lamentavelmente ainda muito presente entre nós".

Anos mais tarde (1977-1980), sob orientação de Dermeval Saviani, Luiz Antônio levou a cabo sua pesquisa de doutorado em torno da gênese e do desenvolvimento do ensino superior no Brasil, e aqui temos a consolidação de um conjunto de estudos, pesquisas e publicações sobre a universidade brasileira, do qual derivam as obras amplamente conhecidas na sociologia

da educação brasileira: A universidade temporã: o ensino superior da colônia a era de Vargas (1980), A universidade crítica: o ensino superior na República Populista (1983) e A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior (1988).

Seu olhar sociológico lançado sobre a educação nacional perpassa diferentes frentes de pesquisa, entre pesquisa social, consultorias, pesquisa científica e acadêmica e orientações de graduação e pós-graduação. Vemos em sua trajetória a consolidação de uma sociologia da educação preocupada com temas como a gênese e formação dos sistemas educacionais, as políticas educacionais para o ensino técnico e ensino superior, dualidade educacional e, mais recentemente, as relações entre Estado, educação e laicidade.

A envergadura de seu trabalho pode ainda ser vislumbrada pela sua atuação até os nossos dias no ensino superior, seu percurso profissional engloba as seguintes instituições: PUC-Rio, Fundação Getúlio Vargas, Unicamp, Universidade Federal Fluminense, Titular da Chaire des Sciences Sociales Brésiliennes "Sérgio Buarque de Holanda", junto à Maison des Sciences de l'Homme (Paris) e Universidade Federal do Rio de Janeiro – nesta última recebeu o título de Professor Emérito em 2014. Além disso, sua atuação como Membro da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE), em 2010, demonstra como as relações entre ciência e política se materializam em sua trajetória.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

CUNHA, L. A. *Educação e desenvolvimento social no brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

CUNHA, L. A. . *A Universidade Temporã:* o Ensino Superior da Colônia a Era de Vargas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

CUNHA, L. A. *A Universidade Crítica:* o Ensino Superior na República Populista. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

CUNHA, L. A. *A Universidade Reformanda:* o Golpe de 1964 e a Modernização do Ensino Superior. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CUNHA, L. A. Três décadas de conflitos em torno do ensino público: laico ou religioso? *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 39, p. 890-907, 2018.

SOBRE O AUTOR

BRANDÃO, Z. Notas sobre educação e desenvolvimento social no Brasil (um clássico da sociologia da educação entre nós). *Revista Contemporânea de Educação*, v. 8, n. 16, p. 259-263, ago./dez. 2013.

FGV CPDOC. *Entrevista com Luiz Antônio Cunha*. Rio de Janeiro: FGV, 2012. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/cientistassociais/luiz-antonio-cunha. Acesso em: 27 set. 2021.

SAVIANI, D. Sociologia e história da educação: aspectos da trajetória de um cientista militante. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 8, n. 16, p. 264-281, ago./dez. 2013.

LUIZ ANTONIO MACHADO DA SILVA

Por **Marcella Araujo** (DS/IFCS/UFRJ)

Luiz Antonio Machado da Silva nasceu em 19 de agosto de 1941.

Em 1961, ingressou no curso de graduação em Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Como dizia, soube do vestibular por Otávio Velho, em um dia que se encontraram na saída da praia de Copacabana. Contava, assim, como mero acaso, que tivesse entrado para o mundo das Ciências Sociais. Entre 1962-1963, Machado fez um curso de especialização na Universidade Federal da Bahia, sob orientação de Maria de Azevedo Brandão. Lá conheceu Thales de Azevedo e aprendeu a fazer trabalho de campo.

Formou-se em 1964, ano do golpe militar. Trabalhando em programas de "melhoramento de favelas" do Estado da Guanabara, começou a circular pelas favelas do Rio de Janeiro, onde, em 1966, conheceu Anthony Leeds, antropólogo americano que veio a ser seu grande mentor intelectual. A partir do trabalho de campo e dos diálogos com Tony, como chamava o amigo, escreveu um dos primeiros e ainda hoje mais importantes artigos sobre favelas, A política na favela, originalmente publi-

VOLTA AO SUMÁRIO

cado nos Cadernos Brasileiros, em 1967, e republicado na Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, em 2011. Em 1968, no governo Negrão de Lima, em uma das mais importantes experiências de "melhoramento de favelas" da época, conheceu o arquiteto, e posteriormente antropólogo, Carlos Nelson Ferreira dos Santos, na realização das obras da Companhia de Desenvolvimento de Comunidades, a Codesco, em Brás de Pina.

Em 1969, Machado ingressou na segunda turma de mestrado em Antropologia Social do Museu Nacional. Cursou a primeira disciplina de Antropologia Urbana do programa, ministrada por Anthony Leeds, ao lado da colega de PUC Licia Valladares, de Gilberto Velho e de Alba Zaluar. Seus já mais de cinco anos percorrendo favelas no Rio de Janeiro haviam-no feito atentar para a questão da "marginalidade urbana", em intensa discussão à época e, como diria mais tarde, "desde sempre e para sempre seu principal interesse". Discutir as formas de trabalho a partir da perspectiva dos próprios trabalhadores não significava um deslocamento na sua trajetória. Como Machado escreveu no artigo "A continuidade do problema da favela" (2002), a "raiz estrutural do problema da favela" é exatamente a dissociação entre as discussões sobre moradia e trabalho. Na dissertação, escrita sob a orientação de Roger Walker, Machado modelizou as experiências de dezenas de trabalhadores que conheceu ao longo dos anos em dois mercados, um formalizado e outro não formalizado. Acentuando o vínculo com os patrões, fossem eles reconhecidos juridicamente como tais, fossem clientes contratantes da mão de obra dos trabalhadores, Machado partiu das relações de trabalho empíricas para a análise das dinâmicas de obtenção e permanência no mercado de trabalho. Sem incorrer em armadilhas conceituais, legais ou estatísticas, identificou um "continuum de empregos" formalizados e não formalizados. Ao contrário dos debates da época sobre "setores" formais e informais, ele demonstrou trânsitos e articulações entre formas de trabalho assalariado e por conta própria. Sua dissertação, intitulada Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade, foi defendida em 1971, mas só saiu publicada no livro O mundo popular: trabalho e condições de vida (Machado da Silva, 2018).

Em 1972, com a mediação de Roberto Cardoso de Oliveira, Machado conseguiu uma bolsa de estudos na Rutgers – The State University of New Jersey, para estudar com Irving Horowitz. Após cumprir os créditos das disciplinas, voltou ao Brasil, em 1974, quando foi convidado a integrar o corpo de professores do nascente Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, o Iuperj. Naqueles meados dos anos 1970, participou do Projeto Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste, coordenado por seu colega de Museu Nacional e amigo pessoal, Moacir Palmeira. Da equipe, faziam parte também José Sergio Leite Lopes, Maria Rosilene Alvim, Afrânio Garcia, Marie-France Garcia Parpet, Lygia Sigaud e Beatriz Heredia, entre outros importantes antropólogos e sociólogos brasileiros. Em seu arquivo pessoal, Machado conservou cópias dos relatórios do grupo, documentos cujos originais foram perdidos no lamentável incêndio do Museu Nacional, em 02 de setembro de 2018. Em meio às atividades de pesquisa sobre trabalho no Nordeste, Machado coordenou ainda uma pesquisa, "Es-

tratos Ocupacionais de Baixa Renda", entre outras ("A Ecologia do Crime", de Edmundo Campos Coelho, por exemplo) que receberam financiamento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e da Comissão Nacional de Justiça e Paz, em 1978. Achados dessas pesquisas e das muitas e longas circulações de Machado entre as camadas populares urbanas do Nordeste resultaram em sua tese de doutorado, Lower Class Life Strategies: A Case Study of Working Families in Recife's (Brazil) Metropolitan Area, defendida em 1979 e que, curiosamente, Machado não deixava ninguém ler.

Em 1986, Machado ingressou como professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Entre 1988 e 2011, ano da sua aposentadoria, foi professor do Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia – a incorporação da segunda disciplina feita em 1998. Ao lado de colegas como Elina Pessanha, Bila Sorj, Alice Abreu, José Ricardo Ramalho e Regina Novaes, participou da pesquisa O trabalhador carioca, publicado em livro em 1994. No Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, foi pesquisador associado do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (Necvu), coordenado pelo ex-orientando, colega de departamento e amigo Michel Misse, e do Laboratório de Estudos Metropolitanos (LeMetro), coordenado por Marco Antonio da Silva Mello (Departamento de Antropologia Cultural).

Nos anos 1980, Machado realizou contribuições valiosas aos estudos urbanos, como a coordenação do Grupo de Trabalho sobre Movimentos Sociais Urbanos, nos encontros anuais da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Ciências Sociais. Insatisfeito com a importação acrítica das discussões que Manuel Castells então fazia sobre as "lutas urbanas", ao lado de Ana Clara Torres Ribeiro e Alicia Ziccardi, Machado problematizou até que ponto as organizações de bairros e favelas, efervescentes naqueles anos de transição democrática, reivindicavam equipamentos de consumo coletivo. Findas décadas de remoções, os moradores das periferias brasileiras conseguiam nada mais do que o direito de permanência em suas casas autoconstruídas. Pessimista, como sempre disse ter sido, com o potencial político da organização popular, Machado via no fim da política de remoções e no início das políticas de

urbanização a reprodução de um "controle negociado", em que moradores de favelas eram integrados de modo subalternizado (Machado da Silva, 2002).

Na virada dos anos 1990, Machado atentou para um fenômeno social que ocupava, cada vez mais, a atenção da opinião pública: a violência urbana (Machado, 1993). Ao contrário das expectativas emancipatórias de muitos cientistas sociais e lideranças políticas, nas favelas dos anos 1980 se organizou um novo ator do mundo do crime: a criminalidade violenta. A grande diferença desse fenômeno era a representação da violência urbana como um mapa de orientação para atores ordinários e especialistas. As inflexões cotidianas promovidas pela aglutinação de atores criminais em torno do tráfico de drogas e a assunção da violência como representação orientadora da ação geraram importantes pesquisas, como as reunidas no livro Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro (Machado da Silva, 2008), coletânea que conta com artigos de pesquisadores do Coletivo de Estudos sobre Violência e Sociabilidade, o Cevis, que Machado coordenava no Instituto de Estudos Sociais e Políticos, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Após uma década de pesquisa empírica e reflexão teórica, Machado propôs pensar a formação de uma "sociabilidade violenta" como uma forma de vida própria (Machado, 2004). O conceito foi amplamente criticado e, recentemente, em uma de suas últimas publicações em vida, "(Des)Continuidades na experiência da "vida sob cerco" e da "sociabilidade violenta", escrito em coautoria com sua querida ex-orientanda e hoje professora do Iesp/Uerj, Palloma Menezes, Machado reelaborou o conceito, reconhecendo a racionalização do uso da força entre os portadores da sociabilidade violenta (Machado da Silva & Menezes, 2019).

Machado faleceu em 21 de setembro de 2020, em decorrência de complicações que a Covid-19 causaram em seu corpo já muito debilitado. Partiu deixando um legado intelectual incomensurável para os mais de 300 pesquisadores de cujas bancas participou e para os milhares de alunos que tiveram o prazer de conhecê-lo em sala de aula, ao longo de mais de 50 anos de docência. Suas contribuições, reconhecidas e celebradas em vida, lhe renderam, em 2016, o Prêmio de Excelência Acadêmica Antonio Flavio Pierucci, da Anpocs, e, em 2018, um emocionante seminário de homenagem no Iesp/Uerj.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

ABREU, A. (org.). *O trabalhador carioca:* estudos sobre trabalhadores urbanos do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: JC Editora, 1994.

MACHADO DA SILVA, L. A. (1967), "A política na favela". *Cadernos Brasileiros*, ano IX, no 41, pp. 35-47.

MACHADO DA SILVA, L. A. (1971), *Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade*. Dissertação (mestrado), PPGAS, MN, UFRJ.

MACHADO DA SILVA, L. A. (1993), "Violência urbana: representação de uma ordem social". *Cadernos de Sociologia*, Vol. 1, pp. 145-155.

MACHADO DA SILVA, L. A. (2002), A continuidade do problema da favela. Em: OLIVEIRA, Lucia Lippi (org). *Cidade:* história e desafios. Rio de Janeiro, Editora FGV/CNPq, pp. 220-237.

MACHADO DA SILVA, L. A. (2004), "Sociabilidade violenta: Por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano". RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz (org). *Metrópoles:* Entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, pp. 291-351.

MACHADO DA SILVA, L. A. (org. 2008) *Vida sob cerco:* Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

MACHADO DA SILVA, L. A. (2018). *O Mundo popular:* trabalho e condições de vida. Organização Mariana Cavalcanti, Eugênia Motta e Marcella Araujo. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens.

MACHADO DA SILVA, LUIZ ANTONIO; MENEZES, PALLOMA VALLE (2019). (Des) Continuidades na experiência de 'vida sob cerco' e na 'sociabilidade violenta'. *Novos estud. CEBRAP*, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 529-551, Dezembro.

MAGDA NEVES

Por **Juliana Gonzaga Jayme** (PUC-Minas)

A carreira de Magda Neves corre paralelamente à sua atuação política, como a de muitas/os sociólogas/os. Desde o início, ela vem contribuindo com o campo de conhecimento em gênero, especialmente em sua relação com o trabalho e com o urbano. Mas sua trajetória é marcada também pela militância nos movimentos feminista, sindical e pela anistia. Este texto, então, vai se tecendo entre a pesquisa, a docência e a ação política.

Magda nasceu no Rio de Janeiro, mas é como se mineira fosse tendo se mudado para São João D'El Rei aos seis meses. Fez a graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora entre 1964 e 1968. Participou da criação do Diretório Acadêmico do Serviço Social, do qual foi presidenta, integrou a diretoria do DCE daquela Universidade e mais tarde se filiou à Ação Popular.

Em 1969 se mudou para Belo Horizonte, onde começou a trabalhar como assistente social. Em 1970 iniciou o mestrado em ciência política da UFMG. Entre leituras para o mestrado e reuniões com companheiros/as da Ação Popular, Magda atravessou os anos 1970 e 1971, quando foi presa, no mês de dezembro, sendo enquadrada, em 1972 pelo decreto 477 e, portanto, expulsa do mestrado [1].

VOLTA AO SUMÁRIO

Em 1972 começou a trabalhar como docente na PUC Minas. Sob constante perseguição, em 1973 foi com a família para a França, onde ficou até 1975, voltando para reassumir as aulas na PUC. Em 1976 se demitiu dessa Universidade, iniciando sua carreira como professora da UFMG. Também em 1976 foi uma das fundadoras do Movimento feminino pela Anistia em Minas Gerais.

Além da docência, Magda realizava pesquisas com colegas do Departamento de Ciência Política. Em 1979, com Michel Le Ven e Carlos Roberto Horta, criou o Laboratório de Movimentos Populares Urbanos, inaugurando um novo tema de pesquisa no Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFMG. Naquele contexto de ditadura, a cena urbana era ocupada por diferentes movimentos sociais, além das primeiras greves do ABC que questionavam não só a ditadura, mas propunham um novo sindicalismo.

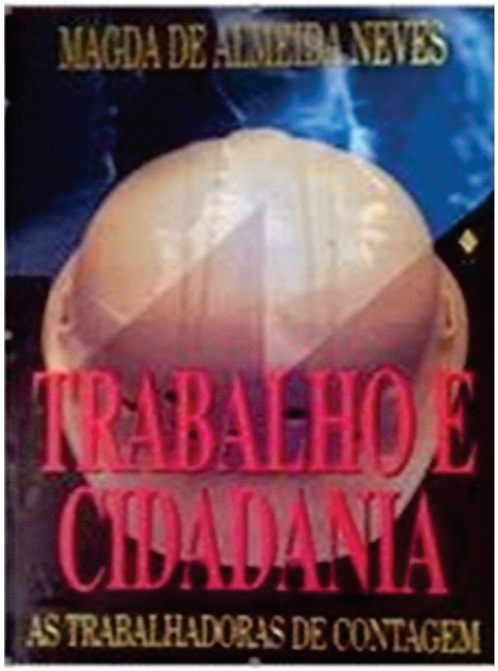
Foi nessa época que ela retomou o mestrado, abortado pelo processo 477. Orientada pelo próprio Michel Le Ven, a pesquisa tinha como tema as relações de trabalho de mulheres operárias da indústria têxtil. A dissertação, intitulada *Condição feminina, condição operária – um estudo de caso sobre operárias têxteis* foi defendida em 1983. Ela começou, então, ainda no mestrado, uma agenda de pesquisa ligada ao mundo do trabalho, temática que, em seu vínculo com as relações de gênero e com o urbano, se mantém.

Entre o fim do mestrado e o início do doutorado participou de pesquisas sobre trabalho e classe trabalhadora, com foco na indústria automotiva. Integrou grupo de pesquisa com participantes de várias universidades brasileiras e latino-americanas sobre Reestruturação produtiva e resposta sindical. Michel Le Ven foi um parceiro importante de pesquisa, com quem Magda também movimentou o Departamento de Ciência Política da UFMG com intensos debates sobre o tema do sindicalismo. Nessa época, ambos passaram a integrar a GERPISA – "Groupe d'Etudes et Recherche Permanent sur la l'industrie et les salaries d`automobile" –, rede que reunia pesquisadores da indústria automobilística do mundo inteiro.

Ainda nos anos 1980, participou da criação de dois importantes núcleos de pesquisa na UFMG: o NEPEM – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher – e o NESTH – Núcleo de Estudos sobre o Trabalho Humano, aos quais esteve ligada, a partir de suas pesquisas acadêmicas, além de projetos de extensão. Quando da comemoração dos 30 anos do NEPEM foi homenageada pela sua contribuição na consolidação do Núcleo. Por meio dos núcleos organizou diferentes seminários e cursos com a temática do gênero, do trabalho, e do sindicalismo. Entre 1994 e 1998 foi diretora da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas- FAFICH/UFMG, tendo se aposentado da UFMG em 1998.

O doutorado foi realizado no Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP entre 1986 e 1991, com um período sanduíche em Paris, no núcleo de pesquisadoras sobre mulher e trabalho, o GEDISST/ CNRS. Na USP conheceu Helena Hirata, que muito contribuiu para seus estudos sobre divisão sexual do trabalho e, posteriormente, sob orientação de Danièle Kergoat, consolidou sua formação nesta temática. Em Paris também teve início uma interlocução profícua com Michele Perrot, o que foi fundamental para a compreensão da presença da mulher na história. A tese *Uma história outra. Uma outra história. As trabalhadoras de Contagem*, orientada por Elisabeth de Souza Lobo[2], foi defendida em 1991 e publicada pela Vozes em

1995 com o título *Trabalho e Cidadania: as trabalhadoras de Contagem*.



No mesmo ano em que se aposentou, foi para a PUC Minas, integrando a equipe do IRT- Instituto de Relações do Trabalho daquela Universidade, onde deu continuidade aos seus estudos sobre o mundo do trabalho, além de participar da comissão de criação do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, fundado em 1999 e do qual foi coordenadora por dois mandatos, entre 1999 e 2005. Na PUC Magda manteve sua agenda de pesquisa nas relações de gênero e de trabalho em sua interface com a cidade, tendo publicado em livros e periódicos os resultados dessas pesquisas. O trabalho informal, a precarização e a economia solidária foram objetos recorrentes dos seus estudos, estabelecendo parcerias com outras instituições, principalmente, a UNICAMP. Nas duas Universidades, UFMG E PUC Minas, além das pesquisas e das aulas na graduação e na pós, orientou dezenas de teses, dissertações e trabalhos de iniciação científica.

Integrou a direção de diferentes associações científicas, como a ANPOCS, a ALAST e a SBS, tendo participado da organização do XII Congresso da SBS, *Sociologia e Realidade: pesquisa social no século XXI* realizado na UFMG. Foi conselheira da SBPC e membro do comitê de avaliação da CAPES na área de sociologia. Na ANPOCS foi coordenadora, em parceria com Albertina Costa, do GT "Relações de Gênero".

Como se vê, Magda é uma socióloga que atuou e atua nesses diferentes espaços com uma inteligência e vivacidade que a escrita de uma "bionota", infelizmente, não deixa transparecer. O fato é que por onde passa, ela deixa sua marca. Sua alegria e força nos contagiam e lhe conferem uma eterna juventude. Privilegiados/as são as pessoas que, como eu, tiveram a chance de a encontrar pelo caminho.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

NEVES, M. Anotações sobre Trabalho e gênero. IN: *Cadernos de Pesquisa, 149*. São Paulo. Fundação Carlos Chagas. 2013.

NEVES, M. Os sindicatos dos metalúrgicos em Minas Gerais: desafio dos anos recentes. IN: Souza, Davisson G. e Trópia, Patricia V. (org). *Sindicatos Metalúrgicos no Brasil Contemporâneo.* Belo Horizonte, Fino Traço Ed. Ltda. 2012.

NEVES, M.. Dilema dos empreendimentos solidários: entre a precarização e a inserção social. IN: Georges, Isabel e Leite, Marcia de Paula. (org*). Novas configurações do Trabalho e Economia Solidária*. São Paulo, Ed. Annablume. 2012.

NEVES, M.. Dinâmicas de Trabalho na cidade: informalidade e autogestão. IN: Leite, Marcia de Paula e Araújo, Angela Maria Carneiro. (org) *O trabalho reconfigurado. Ensaios sobre Brasil e México*. São Paulo, Annablume. 2009.

NEVES, M., Jayme, Juliana Gonzaga e Zambelli, Paulina. Trabalho e cidade: os camelôs e a construção dos shoppings populares. IN: Cunha, Daisy M. e Laudares, João Bosco. (org) IN: *Trabalho- Diálogos multidisciplinares*. Belo Horizonte. Ed. UFMG. 2009.

NEVES, M.. Impactos da reestruturação produtiva sobre as relações capital-trabalho: o caso da Fiat MG. IN: Oliveira, Francisco e Comin, Alvaro (org). *Os cavaleiros do antiapocalipse Trabalho e Política na indústria automobilística*. São Paulo. CEBRAP/ Ed. Entrelinhas.1999.

NEVES, M. e FREITAS, M. A agenda sindical mineira nas últimas décadas: permanência e desafios. IN: Rodrigues, Iram Jácome. (org) *O novo sindicalismo-vinte anos depois*. Petrópolis. Ed.Vozes, 1999.

NABUCO, M. R, NEVES, M. e CARVALHO NETO, A. (org*) Indústria automotiva: a nova geografia do setor produtivo.* Rio de Janeiro. Editora DP&A. Coleção espaços do desenvolvimento.2002.

DULCI, O. S e NEVES, M. (org) *Belo Horizonte: Poder, Política e Movimentos Sociais*. Belo Horizonte. Ed. C/Arte. 1996.

[1] Decreto-lei criado por Costa e Silva em 1969 e que previa punição para alunas/os e professoras/es universitárias/os acusadas/os de subversão. Professoras/es eram demitidas/os e proibidas/os de trabalhar em instituições de ensino pelo menos por cinco anos, alunas/os expulsas/os não poderiam frequentar qualquer curso superior pelos próximos três anos.

[2] Pouco antes da defesa da tese, Elisabeth Lobo faleceu em um acidente de carro. Antonio Flávio Pierucci, então coordenador do Programa de Sociologia da USP, assumiu a orientação para que Magda pudesse defender a tese.

MARIA ALICE NOGUEIRA

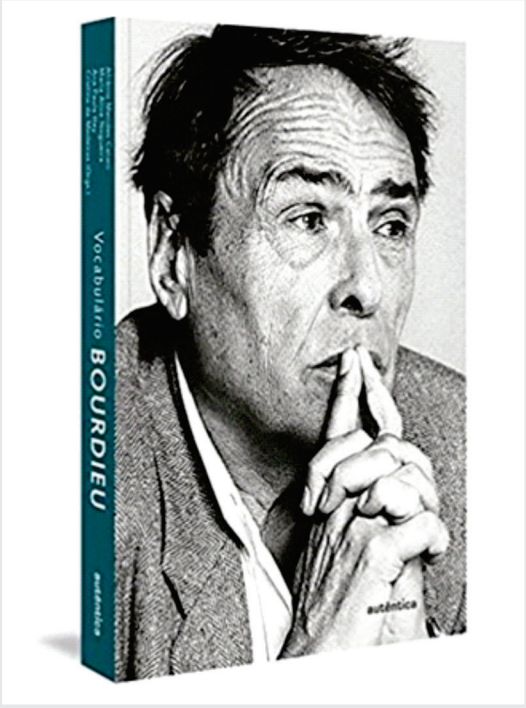
Por
Maria Amália de Almeida Cunha (UFMG)
e **Priscila de Oliveira Coutinho** (UFMG)

UMA TRAJETÓRIA SEM FRONTEIRAS

Esta pequena nota biográfica tem por objetivo sublinhar a originalidade e a fecundidade do legado de Maria Alice de Lima Gomes Nogueira, professora titular no Departamento de Ciências Aplicadas à Educação na Faculdade de Educação da UFMG, que se aposentou no ano de 2020, após décadas de intensa atividade acadêmica. Não deixa de ser também uma homenagem oportuna a uma das maiores estudiosas da obra de Pierre Bourdieu no Brasil, uma vez que ela foi a responsável pela tradução e divulgação de muitos textos daquele que é considerado um dos sociólogos contemporâneos mais expressivos. Para o campo da sociologia da

VOLTA AO SUMÁRIO

educação, o papel da Maria Alice, tradutora, difusora e estudiosa da sociologia bourdieusiana, é imensurável. A relação com a sociologia francófona explica-se, em parte, pela presença da França em sua história familiar.



Maria Alice Nogueira nasceu na cidade de Santo André/SP. Seu pai era químico industrial da Rhodia Química, cargo que, à época, garantia certa eminência em sua categoria profissional. Trabalhando numa empresa francesa e convivendo com franceses em cargos de chefia, seu pai conhecia relativamente bem a cultura do país. Do pai, herdou não somente o incentivo para o estudo daquela língua estrangeira, mas um conjunto de valores ligados ao que ele entendia como aspectos positivos da cultura francesa, assim como encorajamentos, diretos ou tácitos, para estabelecer uma relação mais estreita com aquele país. O tema da herança e transmissão culturais, então, estudado de maneira intensa e profícua por Maria Alice, fornece elementos centrais para a compreensão de sua própria trajetória. Isso porque antes mesmo de finalizar a graduação em Pedagogia, ela obteve uma bolsa de estudos, financiada pelo Rotary Clube, para concluir a graduação na Universidade de Paris V. O ano era 1971 e o contato com o meio universitário em uma efervescente Paris pós maio de 1968 marca de maneira determinante sua carreira. Antes de concluir a graduação em Ciências da Educação em Paris, seus estudos em sociologia da educação, mediados pelo professor Teófilo de Queiroz Junior, restringiam-se a textos clássicos de Émile Durkheim e à sociologia da educação de Fernando de Azevedo, de modo que uma compreensão mais abrangente e contemporânea da área foi apresentada por aquela que foi sua orientadora em diversos momentos da carreira, a professora Viviane Isambert-Jamati, considerada a grande dama da sociologia da educação francesa da segunda metade do século XX e século XXI. Pode-se dizer que Isambert- Jamati foi uma das responsáveis pelo renascimento e desenvolvimento da sociologia da educação na França, nas décadas de 1960 e 1970. O legado da socióloga está presente na formação de mais de uma dezena de brasileiros e brasileiras orientados por ela. Na primeira temporada na Universidade Paris V, em 1970, cursando Science de l'Éducation, Maria Alice estudou os textos de Karl Marx e teve acesso a diversos autores de teoria marxista, como Lênin e Rosa Luxemburgo, proscritos das universidades brasileiras durante a ditadura militar. O aprofundamento nessa literatura aconteceu nos anos em que preparava sua tese de doutorado, uma análise dos próprios

textos de Marx e Engels sobre educação. O trabalho foi publicado em livro pela editora Cortez, em 1990, com o título "Educação, saber, produção em Marx e Engels".

Sua relação com a França marca o desenvolvimento de toda a sua trajetória acadêmica, perfazendo um trajeto virtuoso que se inicia com o término da sua graduação em Paris V, passando pelo maîtrise, DEA, doutorado e dois pós-doutoramentos. No Doutorado, paralelamente ao desenvolvimento e finalização de sua tese, vivencia a profusão de debates sobre os textos que marcariam definitivamente a sociologia da educação do pós Segunda Guerra Mundial, quais sejam, Os Herdeiros (1964) e A Reprodução (1970), de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, o artigo Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado (1970), de L. Althusser, e A escola capitalista na França (1971), de C. Baudelot e R. Establet. Em seguida, já munida do conhecimento dessas obras e vivenciando um período de intensa discussão a respeito das desigualdades educacionais e suas causas, Maria Alice mergulha no universo das pesquisas em educação com enfoque microssociológico, e inicia um longo e profícuo trabalho de tradução e divulgação de obras com essas novas perspectivas de análise.

De volta ao Brasil, sua produção é também marcada por parcerias inter institucionais, como os trabalhos realizados em conjunto com o professor Tomaz Tadeu da Silva (UFRGS), na tradução e publicação dos livros de André Petitat (Produção da escola/produção da Sociedade), de Régine Sirota (A escola primária no cotidiano), de Jean-Claude Forquin (Escola e cultura), e de diversos artigos publicados nos seis números da revista Teoria e Educação, cuja produção é considerada hoje leitura obrigatória no campo da sociologia da educação. A produção em colaboração com pesquisadores de outras instituições se estende até a atualidade, como demonstram as publicações das coletâneas como Família & Escola (2000), Escolarização das Elites (2002); Família, Escola & Juventude (2012), Família & Escola: novas perspectivas de análise (2013) e, mais recentemente, o livro Família, Escola e Desempenho Escolar (previsão de publicação em 2022, pela Editora da UFMG). Estas produções refletem sobre um tema de análise caro à Maria Alice, qual seja, a reflexão sobre os novos modos de socialização familiar e sua relação com o capital cultural, assim como os efeitos desta relação na transmissão de crenças e disposições.

Desde 1988, é bolsista de produtividade do CNPq, tendo atuado como membro do Comitê da área de Educação de 2009 a 2013. Ao longo da sua carreira, orientou cerca de trinta dissertações de mestrado e vinte teses de doutorado. Entre 2003 e 2004 criou o Grupo de Pesquisa Observatório Sociológico Família e Escola, importante espaço de reflexão, investigação e divulgação sobre essa que se tornou a temática nuclear da obra de Maria Alice.

A professora, autora e pesquisadora também sempre conferiu importância às representações em diferentes espaços institucionais, participando ativamente, seja na coordenação, seja como membro associado, do GT Sociologia da Educação na ANPED e do GT Educação e Sociedade, da SBS, atuando na Coordenação deste GT desde 2005 junto com o Professor Marcio Costa da UFRJ e, desde 2019, com a Professora Mariana Koslinski, também da UFRJ.

Em todos os papéis exercidos na Universidade, da sala de aula a representações na gestão universitária, Maria Alice é conhecida pela simplicidade e gentileza, além do seu compromisso inarredável com todas as questões atinentes à esfera pública, ciosa do seu papel de professora e pesquisadora de uma Universidade Pública.

De maneira sempre discreta e elegante, ajudou a erigir um campo fértil de estudos no âmbito da sociologia da educação no Brasil. Sempre generosa, continua a trabalhar para fortalecer ainda mais este campo, ciente da sua importância e do seu papel na formação de novas gerações.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. Pierre Bourdieu- Escritos de Educação.. Petrópolis: Editora Vozes, 2020, 16ª edição.

NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M.M Bourdieu & a Educação.. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (organizadores). Família e Escola: trajetória de escolarização em camadas médias e populares. Petrópolis: Editora Vozes, 2011, 6ª edição.

DAYRELL, J.; NOGUEIRA, M. A.; RESENDE, J. M; VIEIRA, M. M. (organizadores)Família, Escola e Juventude: Olhares cruzados Brasil- Portugal.. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

ROMANELLI, G.; NOGUEIRA, M. A.; ZAGO, N. (organizadores)Família & Escola- Novas Perspectivas de Análise.. Petrópolis: Editora Vozes, 2013, 1ª edição.

CATANI, A.; NOGUEIRA, M. A.; HEY, A. P (organizadores). Vocabulário Bourdieu.. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017, 1ª edição.

MARIA APARECIDA MORAES SILVA

Por **Lúcio Vasconcellos de Verçoza** (UFAL)

A SOCIÓLOGA E O TRANSVER O MUNDO

Quando ainda era uma jovem estudante de graduação em Ciências Sociais, Maria Aparecida de Moraes Silva costumava ler livros em cima de uma árvore. A imagem incomum revela muito da socióloga e de sua obra: os pés apontados para as raízes fincadas na terra (no real) e a imaginação tocando além do alto da copa frondosa (na utopia, no real recriado em outros termos). Foi assim na sua iniciação à Sociologia, nos sombrios anos de 1964 a 1968. E é assim ainda hoje. Para ela Sociologia é uma artesania. Um ofício que exige rigor, imaginação e sensibilidade. Algo que, como bem frisou Wrigtht Mills, pressupõe imersão total no processo de trabalho. E é por isso que ela é uma socióloga em tempo integral: faz Sociologia enquanto dorme, acorda e sonha.

VOLTA AO SUMÁRIO

A trajetória de Maria Moraes começou em primeiro de junho de 1944. Filha de pequenos sitiantes do interior de São Paulo, nasceu no município de Altinópolis e viveu a primeira infância no mundo rural – seu tempo era marcado pelo ritmo cíclico da natureza, pela textura das bonecas feitas de sabugo de milho e pelo cheiro da lavoura de café e da ordenha de leite. Aos sete anos de idade, ocorreu uma grande inflexão em sua trajetória: foi estudar na cidade. Longe do modo de vida camponês se sentia desenraizada. O choque de universos simbólicos e o ambiente hostil para quem saía do campo fizeram com que ela estabelecesse inicialmente uma relação de estranhamento com a escola. O estranhamento foi sendo desfeito à medida que a pequena Maria Moraes teve contato com professores inspiradores e com o fascinante mundo da leitura. De tanto ler, seu pai logo a presenteou com um dicionário. Ela lia as páginas do dicionário e, a cada nova palavra descoberta, um mundo novo se abria.

Sua paixão pela literatura a fez pensar em cursar Letras. Para a sorte da Sociologia brasileira, de última hora ela optou pelo vestibular de Ciências Sociais. Ingressou no curso de Araraquara em 1964 (hoje UNESP), ano do golpe militar. Sua graduação se deu em meio ao contexto de perseguição aos professores, estudantes e opositores ao regime. Uma parte do quadro de docentes do curso foi exilada ou teve que deixar a universidade para não ser presa. Dentre os que permaneceram lecionando, cabe destacar a professora Heleieth Saffioti, que teve grande influência na formação de Maria Moraes. Anos depois elas se tornariam amigas e colegas de trabalho.

Após concluir o curso, trabalhou como docente no ensino médio. Durante oito anos foi professora da Escola Álvaro Guião, em São Carlos. Nesse tempo, falava sobre o passado para se referir ao presente. A metáfora e a alusão ao passado eram formas perspicazes de desvelar os horrores do real. Discutia com os alunos romances de Graciliano Ramos e José Lins do Rego. Ainda hoje, quando chega o dia dos professores, recebe cartas de ex-alunos que relembram suas aulas brilhantes e dizem que com elas aprendiam a pensar.

Em 1976 sua trajetória teve uma nova guinada. Viajou à França e cursou mestrado e doutorado em Sociologia pela Universidade de Paris 1, da Sorbonne. Retornou ao Brasil em 1981 e não tardou a ser efetivada como professora da Unesp de Araraquara. Após se aposentar como livre-docente dessa mesma universidade (em 1997), trabalhou como professora e pesquisadora em

cursos de pós-graduação de diversas instituições: UFCG, PUC, USP, Unesp (Presidente Prudente e Botucatu) e Universidade de Comahue (Argentina). Desde 2007 é professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, onde atua ainda hoje.

Há mais de 40 anos, dedica-se ininterruptamente aos estudos das condições de vida e labor dos trabalhadores e trabalhadoras rurais dos canaviais, cafezais e laranjais. Em sua vasta obra as temáticas de classe, gênero, raça-etnia, migração, memória e resistência são analisadas de modo entrelaçado, como parte da mesma totalidade. Seu pensamento é agudamente dialético e antilinear, buscando sempre as contradições dos processos e os sujeitos ocultados pelas estruturas. O clássico livro Errantes do fim do século, fruto de sua tese de livre docência, é o exemplo mais bem acabado dessa perspectiva.

Outro traço marcante de sua obra é a criatividade teórica e metodológica. Maria Moraes não se conforma apenas com dados quantitativos, entrevistas, questionários, diários de campo, exaustivo levantamento bibliográfico, pesquisa nos cartórios e em outras fontes documentais; na sua Sociologia o desenho feito por crianças ou uma oficina de artesanato com senhoras são também possíveis caminhos para decifrar problemas sociológicos. O mesmo é válido para o método de exposição do resultado de suas pesquisas: ele caminha por textos em linguagem poética aliado a extremo rigor analítico, pela criação de documentários, por registros fotográficos exibidos em antigos projetores – numa época na qual a informática ainda engatinhava.

Na trajetória de Maria Moraes, a vida intelectual e pessoal se fundem. O seu ofício é concebido a partir dos fios que ligam a pesquisa, a docência e a busca por justiça social. Assim ela continua lecionando: sempre lendo e relendo incansavelmente montanhas de textos para dar aulas magistrais – aulas inesquecíveis para quem as presencia. Desse modo, ela também prossegue construindo novos projetos de pesquisa e inspirando jovens pesquisadores. Teimosamente persiste em participar de audiências públicas e em colaborar com movimentos e entidades de defesa de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais (como a Pastoral do Migrante e Grupos de Trabalho do Ministério Público).

Nos anos 2020, tem se dedicado à construção de um repositório digital contendo a memória de trabalhadores rurais. Esse repositório será constituído pelo acervo de inúmeras fotografias e de mais de mil horas de entrevistas que realizou ao longo das últimas quatro décadas. São o registro das vozes de homens e mulheres que migraram do Vale do Jequitinhonha e do Nordeste do país para as lavouras de São Paulo, além de entrevistas com sitiantes e assentados rurais. Mais do que um valioso banco de dados para pesquisas futuras, trata-se de um exercício de práxis política em torno da luta pela memória, uma forma de escovar a história a contrapelo.

Certa vez o poeta Manoel de Barros escreveu que O olho vê, a lembrança revê, e a imaginação transvê. A Sociologia de Maria Moraes é imprescindível porque nos permite transver o mundo. É preciso transver o mundo. Tanto ontem, no tempo em que ela lia no alto das árvores, quanto agora.

Maria Moraes participou do livro organizado por Mary Del Priori que ganhou o Prêmio Jabuti – História das Mulheres no Brasil, (Ed.Contexto, 1997). Em 2005 foi laureada com o Prêmio Érico Vannucci Mendes, concedido pelo CNPq. Teses sob a sua orientação foram premiadas em concursos nacionais promovidos pela Sober (2013) e pela Rede de Estudos Rurais (2016).

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

SILVA, M. A. M. *Errantes do Fim do Século.* 1a. ed. São Paulo: EDUNESP- Editora da UNESP, 1999.

SILVA, M. A. M. *A luta pela terra. Experiência e memória.* 1. ed. São Paulo: Edunesp, 2004.

SILVA, M. A. M. ; ANTUNES, R. (Org.). *O avesso do trabalho.* 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2004.

SILVA, M. A. M. ; VERÇOZA, L. V. D (Org.). *Vidas tejidas al reverso de la historia.* Estudios sobre el trabajo en los cañaverales y los campos de flores en Brasil. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2020. v. 1. 263p.

SILVA, M. A. M. . *As andorinhas:* nem cá, nem lá. Documentário. UNESP/Araraquara, 1990. Acesso: https://www.youtube.com/watch?v=TGYAr8M37Zs.

SOBRE A AUTORA

OCADA, F. K; MELO, B. M. Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva. *Revista NERA* (UNESP), v. 11, p. 117-136, 2009.

SILVA, M. A. M. . Lições do Vale: narrativa de uma pesquisadora. In: NOGUEIRA, MARIA DAS DORES PIMENTEL. (Org.). *Vale do Jequitinhonha.* Educação e trabalho. 1 ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013, v. 1, p. 17-36.

MARIA AUXILIADORA LEMENHE

Por **Sulamita Vieira** (UFC)

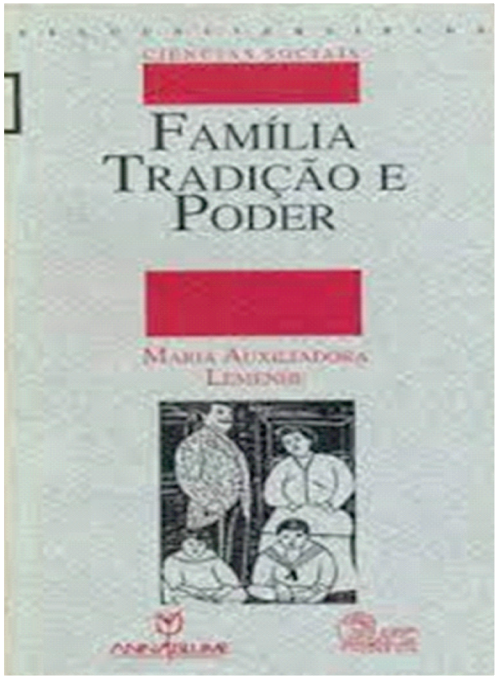
MINEIRA, "QUASE CEARENSE" ...

Maria Auxiliadora de Abreu Lima Lemenhe é uma mineira nascida em 1944 em Belo Horizonte, graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista em Rio Claro. Casada com o arquiteto paulista, José Antônio Perbelini Lemenhe, residiu por 01 ano em Lima, no Peru, onde cursou uma Especialização em Planejamento Urbano e Regional. Em seguida, invertendo a trajetória dos retirantes nordestinos, o casal deixou São Paulo rumando para Fortaleza. Aqui, submetendo-se a concurso público, nas suas respectivas áreas, ambos se tornaram docentes da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Assim, em 1973, Dôra ingressou como professora Auxiliar de Ensino, no então Departamento de Ciências

VOLTA AO SUMÁRIO

Sociais e Filosofia. Desde o primeiro momento abraçando a cidade e a UFC, ela "se fez adotar", ou "se deixou adotar" por Fortaleza (ou por segmentos dela).



Uma vez integrante do nosso quadro docente, na busca de qualificação profissional, cursou na UFC o mestrado de Sociologia; depois, o doutorado na mesma área, na Universidade de Brasília (UnB) e, mais tarde, um pós-doutorado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

A escolha do tema de estudo no mestrado – resultando na dissertação "As razões de uma cidade: Fortaleza em questão" – diz, também, da ligação de Dôra com Fortaleza. No doutorado, embrenhando-se pelos sertões do Ceará, sua escolha de pesquisa recaiu sobre a trajetória de uma família de políticos tradicionais enraizada no sul do estado, região do Cariri. Como resultado, elaborou a tese intitulada "Família, tradição e poder: o caso dos coronéis".

No exercício do magistério, integrando o mesmo Departamento, por inúmeras vezes dividi com Dôra preocupações e trabalho: em bancas de concurso para admissão de professores ao Departamento; em seleção de monitores; em bancas examinadoras de monografias, teses e dissertações; em comissões de seleção de candidatos ao Mestrado e ao Doutorado em Sociologia. E, enveredando pelo mundo rural, em certa ocasião nos responsabilizamos pela realização de uma pesquisa, sobre políticas públicas e organização dos camponeses; desta feita, uma riquíssima experiência no sertão central do estado. Além disso, em outras ocasiões nos associamos na sala de aula, ministrando as disciplinas Prática de Pesquisa I e Prática de Pesquisa II.

Na Graduação em Ciências Sociais e na Pós-Graduação em Sociologia/UFC, ao longo do tempo, Dôra orientou dezenas de trabalhos (além de Iniciação Científica, monografias, dissertações e teses); sem contar a participação em bancas de defesa de inúmeros outros.

No "mundo acadêmico", Dôra se inseriu também em outros espaços: foi coordenadora do curso de Graduação em Ciências Sociais; chefe do Departamento; coordenou, no plano local, um Mestrado Interinstitucional UFC-URCA (Universidade Regional do Cariri), o que implicou morar por dois anos na cidade do Crato, sul do Ceará. Posteriormente, foi eleita coordenadora

do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFC, além de haver participado da equipe de coordenação da Pós, em outras ocasiões.

Competente, fiel aos seus princípios ideológicos e às suas crenças políticas, e mantendo no horizonte o ideário de uma sociedade democrática, Dôra sempre esteve presente nos movimentos, no âmbito da UFC, por mudanças no processo de escolha de docentes para a ocupação de cargos ou funções administrativas, como: coordenador de curso, chefe de departamento e diretor de Centro [1].

Ultrapassando os umbrais do Departamento – embora, muitas vezes, ocupássemos espaços físicos da própria UFC –, Dôra também esteve numa espécie de "linha de frente", quando da criação e organização da Associação dos Sociólogos do Estado do Ceará (década de 1970). Reuniões / discussões intermináveis, varando noites, ela estava entre alguns dos que não mediam esforços para dar corpo à ideia de criação da Associação. Naquele momento, essa entidade representaria mais um espaço de organização, na batalha por afirmação de um lugar para o "sociólogo"; e, de algum modo, essa luta associava-se às tentativas de regulamentação da profissão.

Além da sua participação em outros movimentos da cidade, em tempos de ditadura, enfatizo ainda a disposição de Dôra para o trabalho, demonstrada ao longo de onze meses em que nos envolvemos nos preparativos para sediarmos, na UFC, a 41ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC, 1979). Não é demais repetir: a SBPC se constituía, então, num importante fórum de discussão política no País.

Mais tarde, quando, seguindo o caminho da SBPC nacional, a SBPC-CE se empenhou na criação da Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa (FUNCAP), mais uma vez contamos com a participação ativa de Dôra nas discussões e nos encaminhamentos.

No Movimento Docente, Dôra se inseriu desde a primeira hora nas reuniões e debates que resultaram na criação da nossa ADUFC (Associação dos Docentes da UFC, posteriormente sindicato), ocupando, algum tempo depois, o cargo de Presidente.

Enfim, em diferentes ocasiões e situações diversas, Dôra se manteve como a mesma pessoa coerente no plano político, demonstrou inarredável compromisso com a Universidade e, particularmente, com o nosso Departamento e com o curso de Ciências Sociais, empenhando-se em atividades que visassem a melhoria da qualidade do ensino e a liberdade de pesquisa, mesmo que isso implicasse algum sacrifício de ordem pessoal.

Para concluir, lembro a sua generosidade, nos recebendo festivamente no maravilhoso sítio da família, no Eusébio, para a Festa de Santo Antônio, com direito a dança até o amanhecer.

No seu jeito meio moleque de ser, Dôra sempre encarou, simultaneamente, com muita seriedade e leveza, o trabalho como professora. Assim, entregava-se a discussões intermináveis, no âmbito do Departamento (sobre: currículo; avaliação da aprendizagem; critérios de seleção

para ingresso na pós-graduação, etc., etc.) e, com o mesmo vigor, se engajava no "prolongamento do dia", num barzinho, num café, na sua casa ou na casa de um colega. Este seu jeito de ser faz dela uma pessoa muito especial e uma companhia muito agradável, seja qual for o rumo da conversa.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

CARVALHO, R. M. V. A. (Org.); LEMENHE, M. A. A. L. (Org.). *Teoria e Pesquisa em Ciências Sociais:* Percursos Possíveis. 1ª. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2008. v. 1. 256p.

LEMENHE, M. A. A. L. Cultura política e processos de legitimação. In: Beatriz Maria Alasia de Heredia. (org.). *Continuidades e rupturas na política cearense*. Campinas: Pontes Editores, 2008, p. 15-37.

LEMENHE, M. A. A. L. Uma carreira política e vários modos de legitimação. In: Moacir Gracindo Palmeira; César Barreira. (org.). *Política no Brasil:* visão de antropólogos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006, p. 235-254.

LEMENHE, M. A. A. L.; CARVALHO, Rejane Maria Accioly Vasconcelos (Org.). Política, cultura e processos eleitorais. Fortaleza: Konrad Adenauer, 2006. 277p.

BARREIRA, Irlys Alencar Firmo (Org.); LEMENHE, M. A. A. L. (Org.). *Além das fronteiras: r*egião, políticas públicas e dinâmicas institucionais. São Paulo: Terceira Margem, 2001. v. 01.

LEMENHE, M. A. A. L. Família Tradição e Poder: o(caso) dos coronéis. 1ª. ed. São Paulo: AnnaBlume, 1996. v. 01. 250p.

[1] Na UFC, as discussões iniciadas no então Departamento de Ciências Sociais e Filosofia se difundiram por outras unidades da instituição, levando, anos mais tarde, à escolha para o cargo de reitor, com base em consulta à comunidade universitária, com a participação de docentes, discentes e técnicos administrativos.

MARIA DE LOURDES DOLABELA PEREIRA

Por **Flávia Duque Brasil** (Fundação João Pinheiro)

Lourdinha Dolabela nasceu em 1949, em Belo Horizonte, e faleceu em 2010. Em 35 anos de atuação profissional, deixou contribuições para o campo da sociologia, especialmente nas interfaces com a ciência política e nas áreas de sociologia urbana e dos estudos urbanos, que constituíram um fio condutor de sua trajetória.

Graduada em Ciências Sociais em 1974, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), inicia sua carreira docente no ano seguinte no Departamento de Sociologia e Antropologia (DSOA), da mesma instituição. Aposenta-se em 2008, mas permanece como professora voluntária, reafirmando sua apreciação da vida acadêmica.

Nos anos 1970, Lourdinha cursa a Especialização em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG, que pavimenta sua trilha no terreno da sociologia urbana e adjacências. No período, nascem seus filhos Paulo e Helena, e no ambiente da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) são tecidos e cultivados laços de amizade que

VOLTA AO SUMÁRIO

perduraram, especialmente com mulheres docentes, que se reuniam periodicamente. O Mestrado em Ciência Política (UFMG) é concluído em 1987, com dissertação sobre a Política Estadual de Saneamento. A docência em disciplinas na área de Sociologia Urbana, como Espaço e Sociedade, Urbanização Brasileira, Movimentos Sociais e Política Urbana tem lugar não apenas na graduação em ciências sociais, mas também nos cursos de graduação e especialização da Escola de Arquitetura (EA/UFMG). Em paralelo, intensificam-se atividades de pesquisa e extensão, em especial no Centro de Estudos Urbanos (CEURB) criado nos anos 1990, que aglutinava professores de diversos departamentos, constituindo um espaço de formação discente. Lourdinha coordenou pesquisas e convênios com órgãos públicos, bem como esteve à frente do Centro por um período. Nessa linha, destaca-se sua contribuição para a consolidação da área de sociologia urbana no DSOA, por meio da docência, pesquisa e extensão – atividade privilegiada a partir de sua disposição de atuação propositiva, visando a intervir na realidade.

Diversos trabalhos foram realizados junto à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, dentre os quais o emblemático Projeto Lagoinha, cunhado no ambiente do governo da Frente BH-Popular no início nos anos 1990, que contou com sua participação como coordenadora de área. Na área patrimônio cultural e voltado para a reabilitação integrada, o projeto teve um amplo reconhecimento por suas inovações teóricas e metodológicas. Nesse contexto, consolida-se a parceria com o Prof. Leonardo Castriota da EA-UFMG em diversos trabalhos – estudos, publicações e planos diretores. Tais experiências resultaram intercâmbios em eventos científicos, evidenciando sua capacidade de interlocução multidisciplinar. Em 1999 conclui seu doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) com orientação do Prof. Lúcio Kowarick, com a tese "Negociações e Parcerias – A Gestão Urbana Democrático Participativa". Nesse contexto, ampliam-se intercâmbios internacionais, desembocando no pós–doutorado em 2003 na Sorbonne XII (Laboratoires, Territoires,Techniques e Sociétés), e adensam-se os lastros de sociologia urbana, sociologia política e ciência política. A experiência é impulsionada pela busca de novos desenvolvimentos teóricos e pelo seu engajamento em temas relacionados à democracia e participação social. No período, a partir da interlocução com o Prof. Jean Pierre Gaudin, decorre o convênio Capes/Co-

fecub (2003-2006), entre o Doutorado em Sociologia e Política da UFMG (adiante desmembrado) e a Universidade de Montpellier I / Centre National for Scientific Research (CNRS). Dentre os trabalhos produzidos nesse contexto, destaca-se o artigo "Democracia, Participação e Instituições Híbridas" com o Prof. Leonardo Avritzer, do Departamento de Ciência Política/ UFMG, em uma parceria que se estende a outros trabalhos conjuntos, especialmente junto ao Projeto Democracia Participativa (PRODEP/UFMG) – por ele coordenado.

Sempre muito aberta ao diálogo, Lourdinha foi uma professora querida pelos alunos e orientandos. Nos anos 2000, ministra novas disciplinas no Doutorado em Sociologia, no Mestrado Interdisciplinar Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da EA-UFMG, além da Especialização em Projetos Sociais, do Centro de Capacitação e Pesquisas em Políticas Sociais (CECAPS/UFMG). Em 2009, assumiu a coordenação do Observatório de Políticas Metropolitanas da Agência de Desenvolvimento Metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Uma marca de sua vida acadêmica é a sua motivação e capacidade não apenas de transitar em diferentes campos de conhecimento, mas de alinhavar conexões interdisciplinares que demarcam a singularidade de contribuições. Já uma marca que perpassa a sua vida é o olhar sociológico que extravasa o ambiente acadêmico e se apresenta enfaticamente nas conversas cotidianas, pontuadas por análises densas e refinadas, notadamente sobre temas políticos. Finalmente, destaca-se a sua assertividade tanto quanto sua gentileza, sua imensa energia e luminosidade, que deixou registros, legados e saudades.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

CASTRIOTA, L. B. PEREIRA, M. L. D. Preservation and Development: The Lagoinha Project. *Traditional Dwellings and Settlements Review*, Berkeley, v 81, p. 01-17, 1996.

AVRITZER, L.; PEREIRA, M. L. D, Democracia, Participação e Instituições Híbridas. *Teoria & Sociedade*, n.

PEREIRA, M. L. D. As Políticas Públicas e os Processos de Hibridação na América Latina: estudos de casos. In: DAGNINO, E.; TATAGIBA, L.. (Org.). *Democracia, sociedade civil e participação*. Chapecó: Argos, 2007, p. 331-350.

PEREIRA, M. L. D.; TEIXEIRA, J. G; MOTTA, F.. Mobilidade Espacial e Percepção Acerca da Qualidade de Vida Local na RMBH. In: AGUIAR, N. (Org.). *Desigualdade Social, Redes de Sociabilidades e Participação Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p. 183-196.

PEREIRA, M. L. D.; Luciano. Movimentos sociais e participação ampliada: os espaços híbridos de participação nas políticas locais no Brasil. In: COSTA, Sérgio et al. (Org.). *O Brasil na América Latina: Interações, Percepções e Perspectivas*. São Paulo: Annablume, 2007, p. 271-298.

PEREIRA M. L. D.; BRASIL, F. D. B. A Gestão Metropolitana e seus Desafios: uma análise do novo sistema de governança na RMBH. *Revista do Observatório do Milênio de Belo Horizonte*, v. 3, p. 84-107, 2012.

MARIA LUCIA WERNECK VIANNA

Por **Marcelo Burgos** (PUC/RJ)

Maria Lucia Teixeira Werneck Vianna nasceu em março de 1943, no Rio de Janeiro. Filha de Iracema, professora de ensino fundamental de escola pública, e do Brigadeiro Francisco Teixeira, desde muito cedo toma contato com a política, em especial pela causa nacionalista de seu pai que, então à frente da estratégica 3ª Zona Aérea, teve uma destacada participação no esforço de resistência ao golpe de 1964.

Pouco antes desses acontecimentos, em 1962, Maria Lucia ingressa no curso de Ciências Sociais, na antiga Faculdade Nacional de Filosofia e Ciências Sociais (atual IFCS/UFRJ), no mesmo ano em que se filia ao PCB. Até ali, seguindo os passos da mãe, realizara formação secundária no tradicional Instituto de Educação, localizado na Tijuca, e desde 1961 já lecionava em uma escola pública de ensino fundamental.

Ao longo de sua formação universitária, Maria Lucia se envolve com o movimento estudantil e participa do Centro Popular de Cultura da UNE (Teatro Popular), onde convive com diversos jovens intelectuais e artistas, entre os quais Antonio Carlos da Fontoura,

VOLTA AO SUMÁRIO

Cacá Diegues, Ferreira Gullar e Oduvaldo Vianna Filho. É no CPC que conhece Luiz Werneck Vianna, com quem se casaria e teria seus quatro filhos. Entre a conclusão de sua graduação, em 1965, e seu ingresso no mestrado no Instituto Universitário de Pesquisas (IUPERJ), da Universidade Cândido Mendes, em 1973, Maria Lucia divide seu tempo entre a maternidade (em 1974 nasce o seu 4º filho), a docência no ensino básico e a militância política. Suas atividades no PCB a levam à prisão por um curto período em 1970. Em 1974, ela vai à União Soviética fazer um curso teórico na "Escola de Quadros" com o professor Anastacio Mansilla. A partir de 1975, adere ao MDB, na luta pela redemocratização do país. No final dos anos de 1970, ainda encontra tempo para presidir a associação de moradores do bairro em que vive até hoje.

Sob muitos aspectos, Maria Lucia é uma representante típica de uma geração que vivencia a dupla transição nas ciências sociais brasileiras precipitada pelo regime militar. A primeira, tem a ver com o deslocamento da centralidade das controvérsias então existentes entre uma ciência social comprometida com o desenvolvimentismo (que tinha no ISEB seu principal centro de irradiação, com evidente influência sobre as ciências sociais carioca), e uma sociologia comprometida com a modernização da economia e da sociedade (sob a liderança do Departamento de Sociologia da USP). Essa mudança se materializará na eleição de novos temas e métodos de trabalho, demarcando uma nova safra de pesquisas, realizadas por meio de dissertações e teses, muitas delas no exterior. Agora, estudar a dinâmica de funcionamento do Estado autoritário tornava-se tarefa urgente e prioritária.

A segunda transição tem a ver com a maior institucionalização das ciências sociais, que ocorre ao longo dos nos anos de 1960 e 70. É desse contexto a criação dos mestrados em ciência política e em sociologia do IUPERJ. Quanto mais o regime autoritário se aprofunda, intensificando a perseguição a intelectuais e lideranças democráticas e de esquerda, e mais ataca frontalmente a área das ciências sociais, mais ela tende a valorizar o ethos acadêmico como marca distintiva de sua atividade profissional. Nesse quadro, para muitos jovens a militância política, que ainda transitava pela clandestinidade, passa a conviver com o investimento nos estudos em nível de pós-graduação, reclamando deles grande dose de perseverança.

Essas duas transições no campo das ciências sociais, e as agruras desse contexto tão difícil, em especial para mulheres e mães com ambições intelectuais, estão claramente presentes na trajetória e nas escolhas acadêmicas feitas por Maria Lucia. Sua dissertação de mestrado, orientada por Cesar Guimarães, reflete de modo muito nítido esse pano de fundo. Intitulada "A Administração do "Milagre": o Conselho Monetário Nacional – 1964/74", e convertida em livro pela Editora Vozes, em 1987, explora a forma pela qual a modernização econômica realizada pelo governo militar combinava mecanismos de repressão política e controle sobre a vida sindical, com uma nova organização administrativa, que permitia uma articulação seletiva do Estado com a elite empresarial. O CMN é estudado por ser uma agência estratégica para a compreensão do novo tipo de controle estatal sobre o sistema financeiro, em um momento de forte expansão econômica. No entanto, mais do que um estudo monográfico de uma agência, a exemplo de outros de sua geração, o trabalho ambiciona identificar elementos fundamentais da lógica do funcionamento do Estado autoritário. Nas palavras da própria autora "é o momento da intermediação dos interesses" que mais importava compreender.

Maria Lucia mobiliza o repertório conceitual formulado pelo cientista político argentino, Guilhermo O´Donnel, para dar conta da lógica de funcionamento de regimes autoritários da América Latina. E o estudo do CMN permitia demonstrar o caráter "bifronte e segmentário do corporativismo burocrático autoritário" do Estado brasileiro. Bifronte porque combinava um lado estatizante com outro privatista, em uma duplicidade que contribuiria para "solidificar as clivagens de classe existentes". Assim é que a "face estatizante do corporativismo burocrático autoritário", conclui a autora, "funciona principalmente para as classes subalternas, ao passo que a face privatista abre canais de acesso das elites aos centros de decisão" (p.79).

Cabe lembrar que a pesquisa sobre o CMN é empiricamente construída em um ambiente ainda muito hostil ao trabalho dos cientistas sociais. A autora não tem acesso a atas formais das reuniões do Conselho e/ou a qualquer documentação a respeito, pois tudo era considerado sigiloso. Por isso, seu trabalho tem que se basear em material da imprensa, ela mesma submetida à frequente censura, e em entrevistas com membros do CMN e da classe empresarial. Mas como os nomes e posições dos entrevistados não podiam ser revelados, a exposição dos dados levantados pela pesquisa exige cautela redobrada.

A exemplo do que fizera em sua dissertação, Maria Lucia leva para seu trabalho de doutorado o mesmo interesse pela decodificação da lógica de articulação de interesses entre Estado e sociedade. Seu objeto, agora, é o sistema de seguridade social, base fundamental dos direitos sociais previstos pela Constituição de 1988, e mola mestra de sua arquitetura redistributiva e do combate às desigualdades sociais. Realizada sob orientação de Eli Diniz, a tese é concluída em 1995, e convertida em livro pela Editora Revan três anos depois, sob o título "Americanização (perversa) da seguridade social no Brasil. Estratégias de bem-estar e políticas públicas".

No livro, Maria Lucia sustenta que o sistema de seguridade social desenhado em 1988 estava sendo ameaçado por um processo que tendia a levar o país na direção de uma ame-

ricanização (perversa), que tinha como principal lógica de ação o lobbismo, cuja presença e importância ainda não tinham sido plenamente reconhecidas na literatura especializada brasileira. Se, no contexto da ditadura, as formas de representação de interesses contavam com os "anéis burocráticos", organizados na estufa do Estado, e apoiados sobre um forte controle da vida sindical e popular; agora, a dinâmica se mostrava mais complexa, uma vez que o próprio ambiente democrático exigia formas muito mais estruturadas de canalização de interesses. "O lobismo brasileiro, afirma a autora, constitui prática em ascensão que se aperfeiçoa na medida em que a sociedade se diversifica e a democracia se consolida" (p.174). A lógica dos lobbies é multifacetada e fragmentária, impedindo a construção de pactos assentados em um sistema de solidariedade entre gerações e classes. Por isso, a autora critica a insistência na mobilização de uma abordagem europeia para pensar o projeto de welfare state brasileiro, e entende ser necessário demarcar bem a nossa diferença, mesmo sob o risco do uso de um conceito tão largo como o de "americanização". A expansão dos lobbies como forma própria de articulação de interesses vai de mãos dadas com a crescente mercantilização de bens de seguridade social (como os planos de saúde e as previdências privadas). Nesse passo, o serviço público, originalmente concebido para ser universal, torna-se cada vez mais precário e voltado exclusivamente para os pobres. Não menos importante para a plena compreensão da proposta crítica do livro, é o adjetivo "perverso", com o qual a autora qualifica o processo de americanização. Pois ao contrário dos EUA, no Brasil, "o aparente não-planejamento da evolução do sistema resultou em total desregulação das relações público/privado" (p.130).

Por seu caráter inovador, tanto na forma como delimita os contornos do estudo, concebendo a noção de "seguridade social" de forma sistêmica e não setorializada como se costumava fazer até então; bem como por sua abordagem teórica, que permite que se identifique tendências ainda pouco percebidas na literatura, o livro se tornaria uma obra de referência sobre o assunto. E mais que isso, um guia, capaz de orientar a resistência, na qual, como ela ensina, fosse possível "convivência e compatibilidade entre público e privado, com maior eficácia do primeiro e menos selvageria do último, com regras claras e democraticamente estabelecidas acerca dos respectivos espaços e das relações entre ambos" (p.186).

Quando da conclusão de sua tese, Maria Lucia já ocupa posição institucional consolidada na UFRJ, como professora do Instituto de Economia, do qual viria a ser diretora de graduação, entre 1996 e 2002. Na UFRJ, passa a desempenhar importante papel na construção de um diálogo entre economia, sociologia e a área de políticas públicas, do que é exemplo a sua atuação na organização do precursor programa de mestrado em Planejamento Econômico e Políticas Públicas, no início dos anos de 1990. Tal vocação também a leva a se tornar Decana do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, entre 2010 e 2014. Mais tarde, em 2017, torna-se Presidente da Associação de Docentes da UFRJ, posição que coroa a forma militante com que sempre encarou sua atividade intelectual.

Ao mesmo tempo em que ganha protagonismo na vida institucional da UFRJ, Maria Lucia afirma a sua voz no debate público sobre a seguridade social, realizando percursos acadêmicos voltados para a valorização da abordagem interdisciplinar da matéria. Disso resulta seu vínculo de pesquisadora convidada da Escola Nacional de Saúde Pública, e a criação, em 2003, com pesquisadoras da área médica como Lígia Bahia, do Laboratório de Estudos de Política de Saúde e Seguridade.

Diante de um contexto no qual o debate sobre esses temas tem sido amplamente dominado por grupos de interesse que, frequentemente, contam com forte apoio da mídia hegemônica, Maria Lucia tem sido uma voz lúcida e corajosa contra a corrente de um reformismo cujo viés não para de validar as tendências perversas identificadas por ela há mais de 20 anos. A contundente caracterização da noção de público no país, extraída de um artigo de 2015, e transcrita abaixo, exprime bem a forma cáustica e irônica que distingue a assinatura de suas intervenções:

"Público, no Brasil, consiste numa categoria amorfa: uma noção de baixa intensidade. A esfera pública é entendida como terra de ninguém e portanto passível de ser capturada por cada um. O individualismo predatório, entretanto, não é distribuído igualitariamente por toda a população. O poder de impor interesses não é simétrico".

Mas essa caracterização não seria completa, se a ela não se juntasse uma outra marca registrada de sua sociologia militante, que é a sua permanente preocupação em pensar caminhos para a mudança, e a sua defesa do bem comum. No referido artigo de 2015, ela mesma se pergunta: "Perspectivas?" E responde: "Certamente é possível e plausível imaginar um cenário de mudanças. Mudanças no sentido de ampliação dos recursos destinados à saúde pública, mudanças que reduzam a segmentação da oferta de atendimento, mediante regulação mais rígida do privado e expansão do público, mudanças que revertam a fragmentação territorial, através de arranjos cooperativos de gestão regionalizada".

Mas, para isso, conclui:

"seria necessária uma drástica reversão do quadro de desigualdade social (...) em um cenário em que os brasileiros substituam o uso constante da primeira pessoa do singular pelo uso, ao menos frequente, da primeira pessoa do plural".

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

VIANNA, M. L. T. W. (1987). *A Administração do "Milagre"* – O Conselho Monetário Nacional – 1964-1974. Editora Vozes, Petrópolis.

VIANNA, M. L. T. W. (1998). *A Americanização (perversa) da seguridade social no Brasil*. Estratégias de bem-estar e políticas públicas. Editora Revan, Rio de Janeiro.

VIANNA, M. L. T. W. (2015). *A viabilidade de um sistema universal de saúde no Brasil*. Plataforma de Política Social. Capturado em 05 de janeiro de 2022. Disponível em: https://plataformapoliticasocial.com.br/a-viabilidade-de-um-sistema-universal-de-saude-no-brasil/.

VIANNA, M. L. T. W. (2017) – "Reforma da Previdência: contexto atual, pós-verdade e catástrofe" (íntegra). Conferência realizada na FIOCRUZ – YouTube. Conferência "*Reforma da Previdência: contexto atual, pós-verdade e catástrofe"* (íntegra) – YouTube.

MARY GARCIA CASTRO

Por **Márcia Esteves de Calazans** (UCSal)

A trajetória intelectual de Mary Garcia Castro constrói-se na interseccionalidade acadêmica e vida orgânica partidária e com movimentos feministas. Colocando-se na margem do rio, aquela que apostou, e segue apostando em "pour un savoir engajé".

Graduou-se em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 1968. Entre 1964 e 1966, cursou sociologia na Universidade do Chile, em Santiago, para onde foi com seu então marido, Pedro Castro, em função da ditadura militar no Brasil. Em 1970, concluiu o mestrado em Ciências Humanas da UFBA na área de Sociologia da Cultura, e, em 1979, o mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. De 1981 a 1982 foi pesquisadora visitante na New York University, NYU, Estados Unidos, no Center For Latin American And Caribbean Studies, pesquisando e trabalhando com mulheres latino-americanas em Nova Iorque, quando publicou pela NYU, 1982, "Marys and Eves in the Big Apple, Colombian voices in New York".

VOLTA AO SUMÁRIO

De 1972 a 1981 foi servidora pública no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como Coordenadora de área de estudos sobre população e mobilidade, com pesquisas publicadas sobre família e migrações internas pelo IBGE.

Cursou doutorado em Sociologia, entre 1985 e 1989, na University of Florida, com tese sobre mulheres chefes de família no Brasil. Seus dois pós-doutorados foram com bolsas da Rockfeller Foundation, o primeiro em 1992 na University of New York, e o segundo na Unicamp em 1997.

Desde muito cedo, sua trajetória foi ganhando contornos na internacionalização de sua carreira, pois ainda jovem, aos 18 anos, saiu do Brasil com uma bolsa para estudar inglês na Columbia University, em Nova Iorque.

Mary Garcia Castro foi aprovada em primeiro lugar no concurso para professora na UFBA em 1978, não sendo empossada por intervenção do regime militar. Sua reintegração, por anistia, deu-se em 1987. Aposentou-se em 1995, dando continuidade, desde então, a intensa vida acadêmica e de produções. Mary Garcia Castro viveu a intelectualidade, a militância e o ativismo partidário, apostando na resistência e reorganização, na busca de um outro sistema econômico e social.

Foi pesquisadora visitante no Centro de Estudos Porto-riquenhos do Hunter College, New York (2003-2006); professora visitante no departamento de Espanhol e Português em cursos sobre Movimentos Sociais no Brasil; e Pensamento Crítico Contemporâneo na América Latina, com especial referência a Brasil e Cuba, na Georgetown University (Center for Latin American Studies), entre 2009/2010.

Mary Garcia Castro tem publicado sobre trabalho doméstico organizado desde o período que, a convite da Organização Internacional de Migrações, desenvolveu estudos na Colômbia onde também lecionou na Universidad Nacional da Colômbia e na Universidad Javeriana. Teve forte participação junto com a antropóloga Elsa Chaney e várias lideranças latino-americanas do serviço doméstico, na criação, em 1988, da Confederação Latino-americana de Trabalhadores Domésticos (CONLACTRAHO), que hoje reúne sindicatos de todos os países da América Latina e do Caribe; colaborou com o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas na Bahia, e colabora com a Federação Nacional de Trabalhadores Domésticos (FENATRADE), tendo

várias publicações sobre o trabalho doméstico organizado. Foi membro do Conselho Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Direitos da Mulher de 2003 até 2007.

Mary Garcia Castro é o que o Sociólogo Colombiano Orlando Fals Borda (1925-2008) se refere a uma "sociologia sentipensante" para a América Latina, demonstrando seu comprometimento afetivo e intelectual em como investigar a realidade para transformá-la. E na constituição de uma sociologia feminista decolonial para a América Latina. Desenvolve estudos sobre perspectivas feministas decoloniais, tendo a produção latino-americana e africana como referências. Em 20017/2018, após um período como professora de cursos de pós-graduação na Universidade Católica do Salvador, foi professora no curso de Pós-graduação sobre Etnicidades na Contemporaneidade, na Universidade Estadual do Sul da Bahia – UESB-Jequié, o que muito contribuiu para o seu atual interesse em 'legados africanos' e étnicos (expressões da professora Marize Santana.)

Portanto além de engajada na produção intelectual em temas da sociologia, estudos culturais, estudos de gênero, juventudes, e migrações, Mary Garcia Castro sempre esteve junto aos movimentos sociais destas agendas tanto na América do Norte como na América Latina, em países como Estados Unidos, Chile e Colômbia. Desenvolveu com Miriam Abramovay na UNESCO-Brasil vários estudos sobre juventudes, questões sobre sexualidade, racismo e violências na escola. Representando o Brasil, por indicação da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD) participou da Global Comission of Migration, junto a ONU, (2008-2009).

Escreveu, em 1991, artigo em que usa o conceito de "alquimia das categorias sociais, raça, gênero e classe na produção de sujeitos políticos", sendo assim uma das percursoras no Brasil do debate sobre intersecções, discutindo os Estudos Culturais e Feminismo, seus deslocamentos teóricos e conceituais, bem como o feminismo decolonial.

Desde 2011 é Pesquisadora Sênior, no campo de estudos sobre juventude, gênero e etnicidade, junto a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais -FLACSO.

Em 2015 recebeu o Prêmio Bertha Lutz comenda entregue a personalidades que se destacaram na luta pelos direitos das mulheres, entregue a cidadãs que tenham oferecido relevante contribuição na defesa dos direitos da mulher e questões do gênero no Brasil.

O nome do prêmio é uma homenagem à bióloga Bertha Maria Julia Lutz (1894-1976). Ela foi uma das pioneiras do movimento feminista no Brasil, responsável por ações políticas que resultaram em leis que deram direito de voto às mulheres e igualdade de direitos políticos no início do século 20.

Foi professora visitante do Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, entre 2019-3/2021 e Pesquisadora Visitante Emérita na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais e no Núcleo de Estudos sobre Desigualdades Contemporâneas e Relações de Gênero

(UERJ/PPICS/NUDERG) com bolsa da FAPERJ-Fundação de Amparo a Pesquisas no Rio de Janeiro. Desenvolve pesquisa e leciona sobre trabalho doméstico remunerado, epistemologias feministas, e reprodução social, com ênfase em estudos comparativos entre literatura e ensaios assinados por autoras africanas e afrodiasporicas e aqueles de autoras norte americanas, europeias e brasileiras. Dedicando-se, assim, as epistemologias críticas mundiais. É membra da União Brasileira de Mulheres e do Partido Comunista do Brasil.

Mary Garcia Castro nasceu no Rio de Janeiro em 1941, viveu mais de 10 anos em Salvador, e cerca de 12 no exterior. Uma intelectual que se fez no mundo entre diversos saberes. Tem dois filhos e quatro netos.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

CASTRO, M. G; SERRAVALLE, R. *Dividindo para somar*. Gênero e Liderança sindical Bancária em Salvador nos anos 90. Salvador: EDUFBA, Salvador, 2002.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M.. *Juventudes e Sexualidades*; Brasília: UNESCO, 2004.

CASTRO, M. G.; MESSEDER, S.. *Enlaçando Sexualidades:* uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero. Salvador, EDUFBA, 2016.

CASTRO, M. G. "Mulheres sindicalizadas: classe, gênero, raça e geração na produção de novos sujeitos políticos, um estudo de caso" In BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa(org.) *Pensamento Feminista Brasileiro*. Formação e Contexto, Ed Bazar do Tempo, Rio de Janeiro, 2019, p. 213-236.

CASTRO, M. G. Desafio ao marxismo e ao feminismo emancipacionista em tempos de barbárie neoliberal. *Revista Marxismo 21*, São Paulo, 2020, p. 139-154.

CASTRO, M. G. Pós-colonialísmo e decolonialidades: etnicidade, reprodução, gênero e sexualidade-vozes da África – notas a partir de um conhecimento em curso. *Revista Sociologia e Antropologia*, UFRJ, Rio de Janeiro, 2021, p. 1051-1075.

CHANEY, E. M.; CASTRO, M. G. (ed.) *Muchachas no more:* household workers in Latin America and the Caribbean. Filadelfia: Temple University Press, 1963.

SOBRE A AUTORA

Entrevista com Mary Garcia Castro: “Revista Praia Vermelha, vol. 30, n1, jan/jun. 2020, p 212-220 por Andrea Moraes Alves. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjn6fD854L2AhWND7kGHS-fBdUQFnoECAYQAQ&url=https%3A%2F%2Frevistas.ufrj.br%2Findex.php%2Fpraiavermelha%2Farticle%2Fdownload%2F30621%2F19519&usg=AOvVaw1hagLFmA0ZWIu5IvHrBpRp.

MAURÍCIO VINHAS DE QUEIROZ

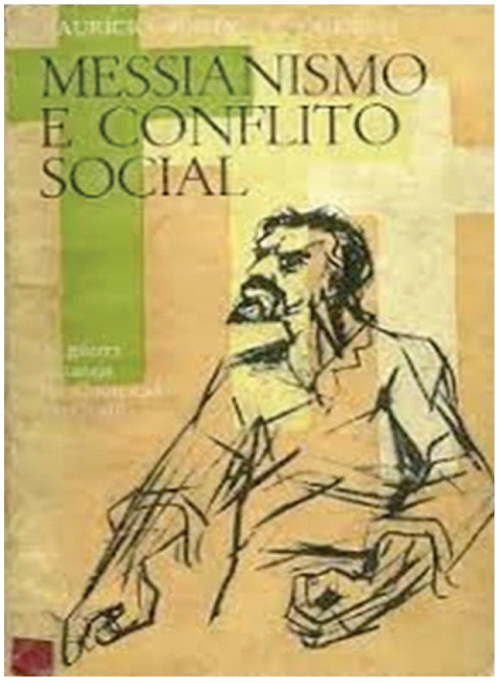
Por **Glaucia Villas Bôas** (UFRJ)

Mauricio Vinhas de Queiroz deixou um legado ímpar para a sociologia. Uma de suas contribuições foi fomentar um diálogo profícuo da disciplina com a história, a antropologia e a economia. Essa prática, inconfundível em suas pesquisas, ao contrário do que se pensa, muitas vezes, fortaleceu a institucionalização e o reconhecimento da identidade da sociologia no contexto das décadas de 1960 e 1970. Em visão retrospectiva de sua obra, percebe-se, ainda, que a abordagem interdisciplinar, adotada pelo sociólogo, colocou em foco temas aparentemente tão díspares, como os movimentos messiânicos e as práticas corporativistas de grupos econômicos multibilionários, cujo eixo comum encontra-se, entretanto, no interesse do pesquisador em evidenciar os contrastes e as desigualdades profundas da vida social brasileira.

Em sua trajetória intelectual, Maurício Vinhas de Queiroz exerceu atividades como jornalista e se formou em Ciências Sociais pela Faculdade Nacional de Filosofia da antiga Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nessa universidade, foi professor de sociologia da antiga Faculdade Nacional de

VOLTA AO SUMÁRIO

Ciências Econômicas e pesquisador do Instituto de Ciências Sociais. Mudou-se do Rio de Janeiro para Brasília, em 1969, quando se tornou professor de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Brasília. Ele doutorou-se na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1973.



No antigo Instituto de Ciências Sociais, criado na Faculdade Nacional de Filosofia, em 1958, Mauricio Vinhas de Queiroz se distinguiu pela sua atuação como pesquisador. Nas palavras de Gilberto Velho[1], sob a coordenação do sociólogo, o ICS "abrigou um dos projetos mais ambiciosos sobre grupos econômicos e condições institucionais da industrialização brasileira". A pesquisa identificou, pela primeira vez, os grupos econômicos multibilionários brasileiros e estrangeiros instalados no país, desvendando a história de sua acumulação originária. Na época, nada se conhecia desses grupos, que incrementavam o desenvolvimento capitalista no país, estimando-se, equivocadamente, que seu número era irrelevante para a economia brasileira.

O ICS foi o primeiro instituto de pesquisa em Ciências Sociais a integrar uma universidade na cidade do Rio de Janeiro e dela receber recursos para as suas atividades. Durante os anos em que lá trabalhou, Mauricio Vinhas de Queiroz conviveu com Evaristo de Moraes Filho, Luiz de Aguiar Costa Pinto, Luiz de Castro Faria, Victor Nunes Leal, Roberto Cardoso de Oliveira e Marina São Paulo de Vasconcellos, que compunham o Conselho Diretor do Instituto. Além desses professores, ele manteve contato próximo com os colegas de sua equipe da pesquisa: Luciano Martins de Almeida, Alzira Abreu, Maria Luiza Proença, Rosélia Perissé, Maria Stella Amorim e José Antônio Pessoa de Queiroz. José de Souza Martins veio de São Paulo por sugestão de Fernando Henrique Cardoso para participar da pesquisa, enquanto Gilberto Velho e Alba Zaluar nela se integraram como bolsistas[2].

O convívio em ambiente intelectual fértil e promissor, voltado para a discussão e a pesquisa marcou não só a trajetória de Maurício Vinhas de Queiroz como repercutiu na formação e na escolha de carreira dos jovens participantes. Os resultados do trabalho causaram impacto nos meios acadêmicos carioca e paulista, uma vez que contrariavam a tese, defendida por políticos e intelectuais à época, de que a burguesia nacional era capaz de conduzir o processo de

reformas do país. O golpe e a instauração da ditadura militar, em 1964, logo comprovaram o acerto do projeto. Em 1967, o ICS teve suas atividades encerradas. Maurício Vinhas de Queiroz foi para a Universidade de São Paulo fazer o doutorado com Luís Pereira, defendendo, em 1973, a tese intitulada *Grupos econômicos e modelo brasileiro*.

Bem antes de concluir seu doutorado, durantes os anos em que esteve envolvido com a pesquisa dos grupos multibilionários, Maurício Vinhas de Queiroz publicou diversos artigos e dois livros: *Messianismo e Conflito Social: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916*), em 1966, e *Paixão e Morte de Silva Jardim*, em 1967. Os artigos divulgavam, na sua maioria, os resultados parciais do estudo sobre os grupos econômicos no país. No entanto, temas como a arquitetura, o milenarismo e a metodologia das ciências sociais também mereceram sua atenção. Vale ressaltar que a biografia de Antônio Silva Jardim, um dos mais importantes abolicionistas e republicanos brasileiros, foi editada pela primeira vez, em 1947, com o título, *Uma garganta e alguns níqueis*. Vinte anos depois, reeditado com novo título pela *Civilização Brasileira*, o livro se tornou referência obrigatória nas interpretações da obra e da atuação do escritor e jornalista.

Não resta dúvida, porém, que a obra de maior repercussão do sociólogo é *Messianismo e conflito social,* considerado um clássico sobre a Guerra do Contestado. Com base em levantamento exaustivo de documentos e matérias jornalísticas, além da coleta de depoimentos, Maurício Vinhas de Queiroz analisou os vínculos entre as condições sociais precárias e conflituosas nas quais surgiu o movimento messiânico que deu origem à Guerra do Contestado, no interior de Santa Catarina e do Paraná. A pesquisa minuciosa entremeia ações e relações de natureza econômica, social, política e religiosa, desnudando questões fundiárias e a luta pela terra contra a exclusão e o desemprego. A escrita clara e elegante do autor contribui para o entendimento de um dos maiores conflitos sociais brasileiros, que, entretanto, é relegado ao esquecimento.

Em 1969, Mauricio Vinhas de Queiroz ingressou no quadro dos professores de sociologia da recém-criada Universidade de Brasília. Oferecia disciplinas sobre o tema das desigualdades sociais e do desenvolvimento econômico, destacando-se pelo conhecimento da obra de Marx e dos movimentos sociais, rurais e urbanos. Em Brasília, passou a conviver com novo círculo de cientistas sociais por onde transitavam Roberto Cardoso de Oliveira, David Fleischer, Vilma Figueiredo, Barbara Freitag, Roque Laraia de Barros, Júlio César Melatti que integravam, ao lado de outros colegas, o conjunto de docentes e pesquisadores da Universidade de Brasília.[3]

Em depoimento de dois de novembro de 2021[4], a professora Regina Bruno da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e antiga orientanda de Maurício Vinhas de Queiroz, afirmou que o professor ministrava com maestria os cursos sob sua responsabilidade. Graças a sua concepção interdisciplinar, ele não somente relacionava a sociologia com disciplinas afins, mas ressaltava os aspectos políticos dos fenômenos observados, realçando as conexões finas entre diversos processos sociais. Quanto às leituras de textos para as aulas, o professor

insistia sempre com os alunos que era preciso "ouvir a voz dos autores" antes de interpretá-los precipitadamente.

Regina Bruno lembrou, ainda, de um artigo sobre as especificidades do desenvolvimento brasileiro e japonês, publicado em 1973, que considera um bom exemplo da ousadia temática peculiar ao seu antigo orientador. Naquela época eram raros os estudos comparados, ainda mais se tratando de um país tão distante geográfica, histórica e culturalmente. Vivendo sob a ditadura militar, Mauricio Vinhas de Queiroz se opôs ao regime autoritário, expressando seu descontentamento em diversas ocasiões. Uma vez, impedido de comemorar o dia dos trabalhadores no primeiro de maio, ele convidou alguns de seus alunos para sua sala no "minhocão" para lhes falar sobre o significado da data e não deixar que passasse despercebida.

Mauricio Vinhas de Queiroz nasceu no Rio de Janeiro e faleceu em novembro de 1996, aos 75 anos. Sua atuação na docência e formação de pesquisadores, bem como suas ideias e pesquisas ressoam até hoje na sociologia brasileira, inscrevendo-se na história da disciplina.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

QUEIROZ, V. V. D. *Uma garganta e alguns níqueis*. Rio de Janeiro, Editora Aurora, 1947. (2ª edição, *Paixão e Morte de Silva Jardim*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira,1967).

QUEIROZ, V. V. D. . Arquitetura e desenvolvimento. *Revista do Instituto de Ciências Sociais,* ano I, n° 1, jan- jun. (Reproduzido em *Arquitetura: Revista do Instituto de Arquitetos do Brasil,* n° 8. fev, 1963; e em *Módulo,* ano 9, n° 37, agosto de 1964.

QUEIROZ, V. V. D. . Os grupos econômicos no Brasil. *Revista do Instituto de Ciências Sociais,* ano I, n° 2, jul- dez, 1962.

QUEIROZ, V. V. D. ; COSTA PINTO, L. A. Textos *de Sociologia: problemas de abordagem interdisciplinar.* Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Sociais, 1963.

QUEIROZ, V. V. D. . *Cargo cult* na Amazônia: observação sobre o milenarismo Tukuna. *América Latina,* ano 6, n° 4, out-dez, 1963.

QUEIROZ, V. V. D. . Os grupos multibilionários. *Revista do Instituto de Ciências Sociais,* vol. 2, n° 1, jan-dez., 1965.

QUEIROZ, V. V. D. *Messianismo e Conflito Social: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. (2ª edição: São Paulo: Ática, 1977; 3ª edição: 1981).

QUEIROZ, V. V. D. *Grupos econômicos e modelo brasileiro*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 1963.

QUEIROZ, V. V. D. . Brasil e Japão: analogia e contrastes históricos. *Debate e Crítica,* ano I, jul-dez., 1973.

QUEIROZ, V. V. D. ; EVANS, P. "Um delicado equilíbrio: o capital local e o multina cional na industrialização brasileira". In *Multinacionais, Internacionalização e Crise* (Vários). *Caderno Cebrap,* n° 28. São Paulo: Brasiliense, 1977.

QUEIROZ, V. V. D. ; EVANS, P.. A Estrutura Agrária Brasileira: a CFP e a sua divulgação. *Série Sociologia* 31. Fundação Universidade de Brasília, 1981.

[1] Gilberto Velho, "Maurício Vinhas de Queiroz (1921-1996)", Anuário Antropológico, 1996, p. 283.

[2] Para mais informações sobre o projeto, ver Glaucia Villas Bôas, "80 anos de Ciências Sociais na UFRJ. Relembrando o pioneirismo dos projetos Grupos Econômicos (1962) e Trabalhadores Cariocas (1987)", *Sociologia & Antropologia* V 09.0I, jan./fev. 2019, 297-312.

[3] A respeito da área de sociologia na UNB, ver de Maria Francisca Pinheiro Coelho, Lourdes M. Bandeira e Mariza Veloso, "Três olhares, um só foco: a sociologia na Universidade de Brasília," *Sociedade e Estado*, Brasília, i. 31, n. especial, 2016, 921-938.

[4] Agradeço muito a gentileza de Regina Bruno, professora do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da UFRRJ, em conversar comigo sobre seu convívio com Mauricio Vinhas de Queiroz na Universidade de Brasília. Sua dissertação de mestrado, orientada por ele, intitula-se "As condições sociais da agricultura no Distrito Federal" e foi defendida em 1976.

MICHEL MARIE LE VEN

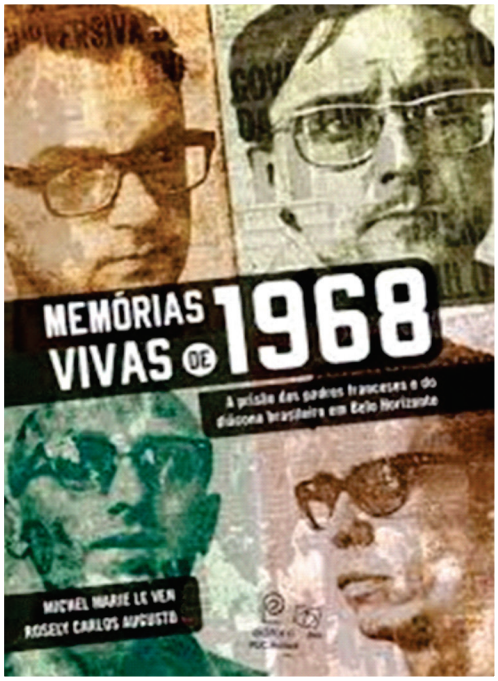
Magda de Almeida Neves
(UFMG/PUCMINAS)

Michel Marie Le Ven nasceu em 23 de outubro de 1931 na Bretanha, França, e sua família vivia da pesca. Tinha um grande amor e uma saudade profunda da sua terra natal, vindo a falecer em 2020. Estudou Letras em Bordeaux, Filosofia e Teologia em Roma e em Lyon. De 1959 a 1965 foi professor em Lyon de Teologia Moral para jovens que voltavam da guerra na Argélia. Em 1965, veio para Belo Horizonte, como fundador da comunidade da Congregação dos Agostinianos, posteriormente conhecida como os padres do Horto. Foi professor de Teologia na PUC Minas e assistente da JOC – Juventude Operária Católica. Pela sua atuação política junto a trabalhadores – operários, ferroviários, e moradores do bairro Horto em Belo Horizonte – foi preso em novembro de 1968, junto com os outros padres da mesma congregação. Na época, a casa dos padres do Horto ofereceu abrigo para muitos operários e dirigentes sindicais perseguidos pela ditadura.

Em 1971 pediu dispensa dos votos para se casar, e teve 3 filhos, Monica, Jean Louis e Pedro. Em 1977, concluiu o Mestrado de Ciência Política, na UFMG e em 1988 o Doutorado em Ciência Política na USP, e sua tese foi so-

VOLTA AO SUMÁRIO

bre o movimento sindical mineiro “Trabalho e Democracia – a experiência dos metalúrgicos mineiros (1978-1984)” que infelizmente nunca foi publicada. Realizou extensa pesquisa sobre os metalúrgicos e o sindicato de João Monlevade, bem como sobre os metalúrgicos e o sindicato de Betim. É preciso dizer que o sindicato de João Monlevade foi o berço do novo sindicalismo em Minas.



Sempre manteve um forte diálogo com a Sociologia e sua dissertação sobre Belo Horizonte, trouxe elementos sociais e políticos inéditos, sobre a história da cidade. Em 1975 entrou para o Departamento de Ciência Política da UFMG. Desde então suas pesquisas tiveram como foco os movimentos sociais e o mundo do trabalho. Trabalhadores, sindicatos e o chão da fábrica foram para ele, a motivação maior dos seus estudos. Com forte dialogo com intelectuais franceses e através de convênio com a CAPES, trouxe como convidados para seus cursos, Benjamin Coriat, Claude Durand, Michel Freyssenet, Robert Linhart e Robert Cabannes. Foi um dos fundadores do NESTH (Núcleo de Estudos sobre Trabalho Humano) em conjunto com Magda de Almeida Neves e Carlos Roberto Horta, estabelecendo uma parceria profícua entre a Escola Sindical 7 de outubro e a UFMG. Michel, como um dos coordenadores da Escola Sindical deu uma contribuição importante aos estudos do sindicalismo e trabalhadores.

Posteriormente se filiou ao Núcleo de História Oral da UFMG, participando como pesquisador do CNPQ no projeto integrado “Visões de Minas, Memória e História”. Deste trabalho e das inúmeras entrevistas realizadas com lideranças sindicais, resultou o livro “Dazinho- um cristão das Minas”. José Gomes Pimenta, o Dazinho, foi a liderança dos mineiros de Nova Lima, e foi eleito deputado estadual de Minas Gerais pelo PTB, com outras duas lideranças operárias, Sinval Bambirra e Clodsmidt Riani. Os deputados foram cassados, presos e torturados na época de golpe de 1964. Resgatar a história de Dazinho, foi uma contribuição fundamental para o movimento sindical mineiro.

Também estabeleceu interlocução com Eugène Enriquez, na área da Psicologia Social e convidado a participar de bancas de doutorado em Paris. Nesta oportunidade conheceu Vincent de Gaulejac, professor da Université Paris Diderot que o convidou a integrar a Rede “ Reséau International de Sociologie Clinique” participando de vários encontros, tanto no Bra-

sil como na França. Posteriormente foi publicado, "Dicionnaire de Sociologie Clinique" onde contribuiu com 2 verbetes: "Intervention clinique et champ politique" e "Historie orale" em parceria com Rosely Augusto.

A trajetória de Michel, por todos os seus estudos e pesquisas, demonstra o quanto acreditava num conhecimento interdisciplinar e numa universidade pública profundamente interligada com setores menos privilegiados da sociedade. Formou e orientou numerosos alunos deixando um legado importante para as Ciências Sociais, para a Sociologia do Trabalho, assim como para os movimentos sociais.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

LE VEN, M. e NEVES, M. D. A. A crise na indústria automobilística: automação e classe trabalhadora na Fiat. IN: *Ciências Sociais Hoje*,1985. Cortez Editora, São Paulo. 1985.

LE VEN, M. Movimento operário e Sindical- 1972-1985. IN: Pompermayer, Malori. *Movimentos Sociais em Minas Gerais*– emergências e perspectivas. Ed.UFMG, Belo Horizonte. 1987.

LE VEN, Michel e NEVES, M. D. A. Belo Horizonte, trabalho e sindicato (1897- 1990). IN: Dulci, Otávio e Neves, Magda de Almeida (org.) *Belo Horizonte, poder, política e movimentos sociais*. Ed,.C/ARTE. Belo Horizonte. 1996.

LE VEN, M. *Dazinho:* Um cristão nas Minas. Ed. Centro de Documentação e Informação LTDA. Belo Horizonte. 1998.

LE VEN, M. e AUGUSTO, R.. *Memórias Vivas de 1968*. Ed. PUCMINAS. Belo Horizonte. 2017.

NADYA ARAÚJO GUIMARÃES

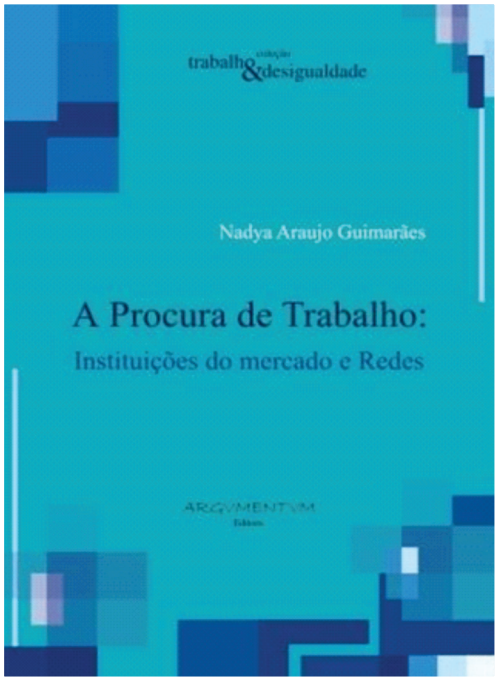
Por **Gustavo Takeschi Taniguti** (USP)
e **Murilo Marschner** (USP)

A socióloga Nadya Araújo Guimarães nasceu em Salvador, Bahia, no dia 11 de dezembro de 1949. Ao iniciar o ginásio, ingressou no Colégio de Aplicação, ligado à Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia. Seu interesse pela área de Humanidades a levou a frequentar simultaneamente os cursos de História e Ciências Sociais na Universidade de Brasília, entre 1968 e 1971, onde concluiu sua graduação, com habilitação em Sociologia. No ambiente universitário, teve contato com importantes nomes das Ciências Sociais brasileiras, como Barbara Freitag, Roque de Barros Laraia, Roberto Cardoso de Oliveira e Glaucio Ary Dillon Soares.

Em 1971, Nadya tornou-se docente do Departamento de Ciências Sociais da UnB, atividade que exercia junto ao curso de Mestrado em Sociologia, concluído em 1974 sob orientação de Barbara Freitag. Um ano antes, em 1973, retornou à Bahia e ingressou no Departamento de Sociologia da Universidade Federal da Bahia, onde foi docente até 1996.

VOLTA AO SUMÁRIO

Nadya defendeu sua tese de doutoramento em 1983, pela Facultad de Ciencias Politicas e Sociales da Universidad Nacional Autónoma de México, sob orientação de Ruy Mauro Marini. Sua tese evidenciou a existência de formas de ação política organizada e contestatória de frações da chamada "reserva da força de trabalho". O trabalho de campo foi realizado no Brasil, em Pernambuco, com apoio obtido junto ao PISPAL (Programa de Investigaciones Sociales sobre Población em América Latina). À época, o México abrigava importantes pensadores latino-americanos, exilados de seus países em decorrência da repressão política.



Entre fins dos anos 1970 e início dos anos 1990, Nadya integrou o Centro de Recursos Humanos (CRH), órgão de pesquisa ligado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. Assumiu a direção do CRH em 1985 onde idealizou a série Cadernos CRH, que tempos depois se tornou renomado periódico do qual foi sua primeira editora, até 1991. Seu trabalho de pesquisa junto à indústria petroquímica baiana evidenciava a transformação das feições e dos sentidos do trabalho nos anos 1970 e 1980, período marcado por mudanças significativas na estruturação do mercado de trabalho e nas relações profissionais. Seus estudos trouxeram grandes avanços teóricos, analíticos e empíricos para o conhecimento sociológico brasileiro, em particular no campo dos estudos sobre o trabalho.

Em 1993, interessada nos temas da reestruturação produtiva, seletividade e qualificação, realizou seu pós-doutoramento, o que incluiu atividades de pesquisa no Massachusetts Institute of Technology e no CEBRAP, onde foi convidada a estabelecer uma linha de pesquisa em "Estudos do Trabalho". Desde 1999, Nadya é docente do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, onde ocupa a posição de Professora Titular. Também é Pesquisadora I-A do CNPq e pesquisadora associada ao CEBRAP, onde atuou em conjunto diverso de projetos nacionais e internacionais desde 1996.

A contribuição de Nadya Araújo Guimarães à sociologia brasileira se evidencia por múltiplas formas, sempre acompanhadas pela ímpar dedicação à docência e à pesquisa. Seu profissionalismo e rigor científico, amplamente reconhecidos, foram decisivos para a formação de gerações de pesquisadores e pesquisadoras atuantes no Brasil e no exterior. Também ganha-

ram expressão em sólidas e inovadoras interpretações a respeito das dinâmicas sociais decorrentes da troca entre capital e trabalho, posicionadas em favor de análises mais vigorosas das situações dos indivíduos em sua relação com o mercado. Entre os principais temas de pesquisa desenvolvidos por Nadya ao longo de sua carreira acadêmica, destacam-se: reestruturação produtiva, seletividade e qualificação, desigualdades raciais e de gênero no mercado de trabalho, desemprego, procura de trabalho, trânsito e trajetórias no mercado de trabalho.

Suas atividades acadêmicas também incluem períodos como professora visitante na universidade de Princeton, pelo programa em Latin American Studies (2007-2008), como professora visitante na Universidade de Illinois at Urbana-Champaign, como Distinguished Lemann Professor (2018) e como professora visitante na École des Hautes Études en Sciences Sociales (2019); e como pesquisadora associada ao Institute for Employment Research da University of Warwick, ao Institut de Recherche pour le Développement (1989-1991) e ao Centre of Latin American Studies da Universidade de Cambridge, Inglaterra (2016/2017). Tal circulação reafirma a importância do caráter internacionalizado de sua produção, também reconhecido nacionalmente com sua indicação a membro titular da Academia Brasileira de Ciências, em 2016.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

ARAUJO GUIMARÃES, N.; HIRATA, H. (Org.). *Care and Care Workers.* A Latin American Perspective. 1. ed. Cham, Swuitzerland: Springer Nature Switzerland, 2021. v. 1. 246p.

DEMAZIERE, D.; GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H.; SUGITA, K.. *Être Chômeur à Paris, São Paulo, Tokyo.* Une méthode de comparaison internationale. 1a. ed. Paris: Presses de Sciences Po, 2013. v. 1. 320p.

GUIMARÃES, N. A. *Desemprego, uma construção social.* São Paulo, Paris, Tóquio. 1a. ed. Belo Horizonte: Editora Argvmentvn, 2009.

GUIMARÃES, N. A.. *À Procura de Trabalho.* Instituições do Mercado e Redes. Belo Horizonte: Argvmentvn, 2009. 221p.

GUIMARÃES, N. A. *Caminhos Cruzados:* Estratégias de Empresas e Trajetórias de Trabalhadores. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2004. v. 1000. 405p.

CASTRO, N. A.. *A Máquina e O Equilibrista – I*novações na Indústria Automobilística Brasileira. São Paulo: Paz e Terra, 1995. 430p.

AGIER, M.; GUIMARÃES, A. S.; CASTRO, N. A.. *Imagens e Identidades do Trabalho.* 1. ed. São Paulo: Hucitec/Orstom, 1995. 186p.

NEIDE ALMEIDA FIORI

Por **Ione Ribeiro Valle** (UFSC)

Neide Almeida Fiori (24 de julho de 1934, Wenceslau Braz/PR– 04 de maio de 2012, Florianópolis/SC) é uma das pioneiras da pesquisa sociológica voltada à educação catarinense, graças aos seus estudos desenvolvidos, inicialmente, no Mestrado em Ciências Sociais, junto à Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, e aprofundados no Doutorado/Livre-Docência em Sociologia, junto à Universidade Federal de Santa Catarina. Graduada em Direito pela Universidade Federal do Paraná, Fiori teceu sua carreira profissional e sua trajetória acadêmica por meio da aproximação com o campo educacional e com a abordagem sociológica, e isso desde muito cedo, anos 1960, quando realizou cursos de especialização com foco em questões educacionais na Pontifícia Universidade Católica do Paraná e na Universidade de Lisboa/Portugal.

A trajetória de Fiori, no que concerne à inserção profissional, é caracterizada por um grande dinamismo e demonstra que sua atuação no ensino universitário, que teve início ainda no período de formação stricto sensu, sempre primou pela articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Fiori atuou como docente (chegando à professora titular) da Universidade Federal de Santa

VOLTA AO SUMÁRIO

Catarina durante 23 anos (1976-1999), tendo durante esse tempo passado pela Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina e pelo Ministério da Educação, onde exerceu atividades técnico-científicas junto ao INEP. Na UFSC, Fiori se envolveu intensamente nos programas de formação (graduação e pós-graduação lato e stricto sensu), inclusive de outros centros de ensino, sem deixar de participar da vida administrativa e acadêmica da instituição. Após sua aposentadoria (1999), passa a atuar como professora na Universidade do Sul de Santa Catarina, onde permanece até 2012.

Ao transitar por áreas distintas das ciências humanas e sociais, sua formação possibilitou o rompimento de barreiras disciplinares e de fronteiras epistemológicas que tão fortemente têm definido o campo científico brasileiro. As obras publicadas por Fiori (livros, capítulos de livros, artigos científicos, notadamente), assim como os estudos de diferentes níveis que desenvolveu e orientou, revelam a elasticidade teórico-metodológica do seu pensamento ou, em termos bourdieusianos, o seu "ecletismo racional".

Mas é na interface entre sociologia e história que a contribuição epistemológica de Fiori me parece mais original e mostra uma maior envergadura. Suas pesquisas de mestrado e doutorado centraram-se no ensino público do Estado de Santa Catarina, associando as representações dos coordenadores de educação e/ou inspetores, a partir de aspectos relacionados ao controle político-administrativo (e ideológico), aos aspectos gerais da sua "evolução" ou, mais propriamente, às múltiplas dimensões da política de ensino público em vigência no Estado. A importância da temática pesquisada por Fiori se torna ainda mais evidente quando se observa o contexto de expansão das oportunidades de escolarização em todos os níveis do ensino, mobilizada desde os anos 1960. Seu trabalho investigativo permitiu abordar limites – e atrasos – do sistema catarinense de ensino público e desvelar necessidades dissimuladas por práticas educativas oligárquicas.

A construção de uma sociologia histórica, ensaiada nos seus primeiros estudos, teve continuidade nas pesquisas desenvolvidas posteriormente, sob sua coordenação ou em parceria com outros pesquisadores, pelas quais foi contemplada com a Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq, e na qual Fiori alcançou o nível de pesquisadora 1A. Essa mesma perspectiva

analítica fundamentou os trabalhos de orientação de Fiori, distribuídos entre 16 dissertações de Mestrado e 15 trabalhos de Iniciação Científica, levados a efeito junto a programas de graduação e pós-graduação stricto sensu de distintas instituições universitárias brasileiras.

O leque de temas abordados refere-se especialmente aos fundamentos históricos e sociológicos (mas também antropológicos) dos processos educacionais na memória, nos contextos e nas representações sociais, aos grupos étnicos e à sua relação com a questão educacional, assim como aos estudos concernentes ao cotidiano escolar. De dimensão nacional e mesmo internacional, o interesse sociológico de Fiori se mostra bastante diversificado, envolvendo sobretudo a perspectiva analítica de longa duração, a pesquisa iconográfica; ou seja, trata-se de estudos que atravessam conjunturas políticas, administrativas e educacionais distintas, realizados com base em memórias e imagens fotográficas (difundidas por meio de exposições), e que permitem perceber distanciamentos e continuidades.

Os estudos desenvolvidos e orientados por Fiori, assim como sua atuação no ensino e na extensão, confirmam, portanto, não apenas sua habilidade em dialogar com diferentes áreas do conhecimento, mas também sua sintonia (e sensibilidade) com as questões (e demandas) sociológicas e educacionais do seu tempo. Seu legado teórico-metodológico é fundamental à formação das novas gerações, particularmente no que diz respeito à essa necessária triangulação entre educação, sociologia e história.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

FIORI, N. A. *Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural em Santa Catarina nos períodos Imperial e Republicano*. Florianópolis: Editora da UFSC/Secretaria da Educação do Estado de SC, 1991.

FIORI, N. A. Deslocamento do sonho: imigração e emigração no Brasil. In: José Maria Carvalho Ferreira; Ilse Scherer-Warren (Orgs.). *Transformações sociais e dilemas da globalização:* um diálogo Brasil/Portugal. Oeiras: Celta Editora, 2002, p. 61-79.

FIORI, N. A. *Etnia e educação:* a escola "alemã" do Brasil e estudos congêneres. Florianópolis/Tubarão-SC: Editora da UFSC/Editora da UNISUL, 2003.

FIORI, N. A. *Movimento católico e Escola Nova:* fontes de contradição na Constituição de 34. Florianópolis: Editora da UFSC, 1988.

FIORI, N. A. *Poder, idioma e educação no Brasil dos anos 1930/1940:* reflexões envolvendo Alemanha e Estados Unidos. Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana, Madri/ Frankfurt, v. 2, n.1, 2004, p. 71-81.

FIORI, N. A.; LUNARDON, Ivone Regina. *Santa Catarina de todas as gentes:* história e cultura. Curitiba: Base Editora, 2005.

NELSON DÁCIO TOMAZI

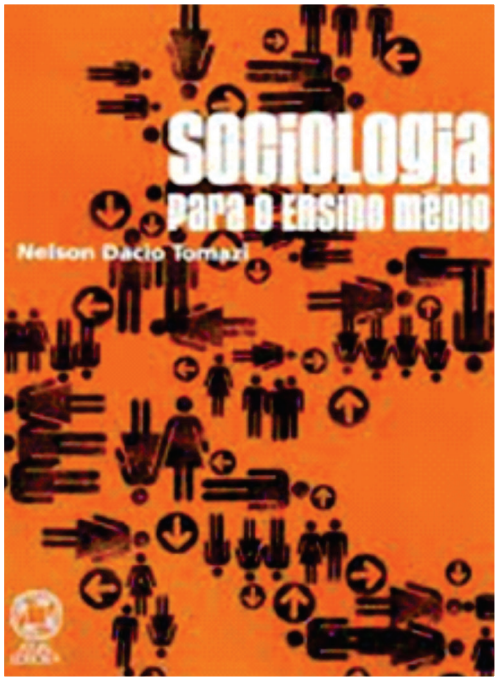
Por **Diego Greinert** (UFSC)

Nelson Dácio Tomazi nasceu em Rio Caçador (SC), em 1945, e se gradou em Ciências Sociais na Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 1972. Posteriormente realizou seu mestrado em História com uma pesquisa intitulada "Certeza de lucro e direito de propriedade: o mito da Companhia de Terras do Norte do Paraná", na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP-Assis), finalizado em 1989. Por fim, doutorou-se em História na UFPR com uma tese intitulada "Norte do Paraná", em 1997.

Tomazi, como é conhecido comumente entre os pares, iniciou sua carreira na Universidade Católica do Paraná em 1973, tendo consolidado sua carreira acadêmica no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina (UEL), onde lecionou em boa parte de sua vida acadêmica. Ele chegou em Londrina para trabalhar na implantação de 22 novos cursos da UEL durante a gestão de Oscar Alves, segundo reitor da história da UEL. Entre 1975 e 1982, trabalhou como assessor de planejamento e controle na UEL, passando por um período no qual conciliava essa atividade com a docência, e, posteriormente, dedicando-se apenas ao ensino.

VOLTA AO SUMÁRIO

Atuou também em outras universidades enquanto docente seja da graduação e/ou pós-graduação, dentre elas a UFPR, a Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Universidade da Amazônia (UEA). Dentre as áreas de atuação, estão a Sociologia do Trabalho e do Ócio, a Sociologia da Educação e a sua interface com a História e Sociedade no Paraná, que resultou na sua dissertação de mestrado e tese de doutorado sobre o Norte do Paraná.



Além da Sociologia, Tomazi se dedicou a estudar a história regional do norte do Paraná com a sua dissertação de mestrado e tese de doutorado. Desse interesse pela história, ele publicou um livro intitulado "Norte do Paraná: histórias e fantasmagorias", no ano de 2000. Porém, mesmo que a sua área de formação na pós-graduação seja na História, a maior parte de sua produção versa sobre o ensino da Sociologia.

Com a conclusão da graduação em 1972, já no início de 1973 começou a ministrar aulas para a Faculdade de Administração e Economia, em Curitiba, no Paraná. No entanto, durante o período da ditadura civil-militar no Brasil, conseguiu uma bolsa de estudos para realizar o mestrado na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), sediada até então no Chile. Mas, nos preparatórios para a mudança, em setembro de 1973 ocorreu o golpe militar naquele país, incorrendo na impossibilidade de realização do mestrado.

Tal impossibilidade aconteceu porque a FLACSO mudou sua sede para Buenos Aires, na Argentina. Assim, em vez de estudar no Chile, em janeiro de 1974 Tomazi foi para a capital portenha. Todavia, a situação política argentina também ficou conturbada com a morte do então presidente Juan Domingo Perón (1895-1974). Por conta disto, em dezembro de 1974 ele retornou ao Brasil, já que a própria FLACSO mudou-se novamente, dessa vez para o México. Em 1975, Nelson Tomazi foi contratado para trabalhar na área de planejamento da universidade Estadual de Londrina, e já em 1977 tornou-se professor.

Um dos pontos de destaque de sua trajetória ocorre em 1992, quando a Editora Atual queria lançar um livro sobre Sociologia da Educação, pensando especificamente no público do Ensino Médio e convidou Tomazi para fazê-lo. O livro é, portanto, organizado por ele em conjunto com outros docentes. Intitulado "Iniciação à Sociologia", o livro foi publicado em 1993, em colaboração com o professor Pedro Roberto Ferreira, Maria José de Rezende, Regina Crespo e Marco César Alvarez. É a partir desse momento que a Sociologia da Educação se torna um

ponto importante em sua carreira. Durante sua tese de doutorado, também escreveu outro livro a pedido da editora, sobre Sociologia da Educação para as escolas normais e de formação de professores, intitulado "Sociologia da Educação", de 1997.

Paralelamente ao lançamento do livro e as diversas caminhadas para a divulgação do livro no Brasil, ocorria também a discussão para a implementação da Sociologia no Ensino Médio no final dos anos 1990 e início dos anos 2000. É neste momento que o professor Lejeune Mato Grosso convida Tomazi para participar da Federação Nacional dos Sociólogos (FNS) e discutir a inserção da Sociologia nessa etapa de ensino.

No ano de 2005, novamente a editora Atual, que depois se tornaria parte do grupo Saraiva, o procurou para a escrita de mais um livro solo. Esse tinha como objetivo se adiantar ao PNLD (Programa Nacional para o Livro Didático), que já existia, mas ainda não incluía a disciplina de Sociologia para o Ensino Médio. O livro foi publicado em 2007, cinco anos antes da inserção da Sociologia como disciplina no PNLD, em 2012.[1] O livro teve, nesse edital, uma aquisição no total de 2.687.033 exemplares, correspondendo à 70,08% do total de adquiridos, o que fez com que o livro "Sociologia para o Ensino Médio" fosse distribuído para as escolas de todo o Brasil.[2]

O livro "Sociologia para o Ensino Médio" foi aprovado mais uma vez no edital do PNLD de 2015. O livro ganhou uma nova edição, com atualizações e acréscimos em relação à versão anterior. Nesse edital, foram aprovados o total de seis livros, na qual o do Tomazi teve 1.250.718 de cópias adquiridas, correspondendo à 16,56% do total.[3]

Como estava inserido nas discussões acerca do ensino de Sociologia para o Ensino Médio, Tomazi também foi convidado para escrever as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM) em conjunto com o professor Amaury César Moraes e a professora Elisabeth da Fonseca Guimarães, publicadas em 2006, documento que se tornou uma referência fundamental para os cursos de licenciatura em ciências sociais de todo o país. Tomazi também participou da formulação inicial das Diretrizes Curriculares para a Educação Básica, na disciplina de Sociologia, do Estado do Paraná (DCEB/PR) que tiveram uma primeira versão publicada em 2006 e uma segunda em 2008, mas não da redação final. Tomazi também participou da fundação da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS) em 2012.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

TOMAZI, N. D. (org.). *Iniciação à Sociologia*. São Paulo, SP: Editora Atual, 1993. 264 p.

TOMAZI. N. D. *Sociologia da Educação*. São Paulo, SP: Editora Atual, 1997. 194 p.

TOMAZI, N. D.; BALTAR, R.; COLOGNESE. S. A. *Elementos para orientar a leitura e a escrita*. Cascavel, PR: Editora Coluna do Saber, 2005, 182 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Orientações curriculares para o Ensino Médio. (Sociologia). Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf. Acesso em 03 dez 2021.

TOMAZI, N. D. *Sociologia para o Ensino Médio*. 2ª edição. São Paulo, SP: Saraiva, 2010. 256 p.

SOBRE O AUTOR

SILVA, R. S. Entrevista com Nelson Dácio Tomazi. *Revista Café com Sociologia*, v. 1, n. 1, p. 62-71, 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Dados estatísticos de anos anteriores**: PNLD 2012 – Valores de aquisição por título – Ensino Médio (inclui EJA). Brasília, DF, s/d. Acesso em: 03 dez 2021. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos-anos-anteriores.

_____. **Dados estatísticos de anos anteriores**: PNLD 2015 – Valores de aquisição por editora e título – Ensino Médio. Brasília, DF, s/d. Acesso em: 03 dez 2021. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos-anos-anteriores.

[1] Salientamos que o livro "Sociologia para o Ensino Médio" foi publicado um ano após o Parecer CNE/CEB nº 38/2006, aprovado em 7 de julho de 2006, que institui a inclusão obrigatória das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo do Ensino Médio. Outra informação importante é destacar que esse livro foi publicado um ano antes da Lei 11.684/2008 que instituía, portanto, a obrigatoriedade do ensino dessas duas disciplinas em todas as séries do Ensino Médio.

[2] Vale ressaltar que além do livro "Sociologia para o Ensino Médio", mais um livro foi aprovado no edital do PNLD de 2012: Tempos modernos, tempos de Sociologia, configurando o total de 1.147.457 exemplares. Ao contarmos o total dos dois exemplares, chegamos à marca de 3.834.487 exemplares para a disciplina de Sociologia (BRASIL, s/da, p. 11).

[3] Acrescentamos que no edital de 2015, entre os seis exemplares aprovados, foram adquiridos 7.554.074. Os títulos são: Sociologia Hoje; Tempos modernos, tempos de Sociologia; Sociologia para jovens do século XXI; Sociologia em movimento; Sociologia para o Ensino Médio; Sociologia – volume único (BRASIL, s/db).

REGINA MOREL

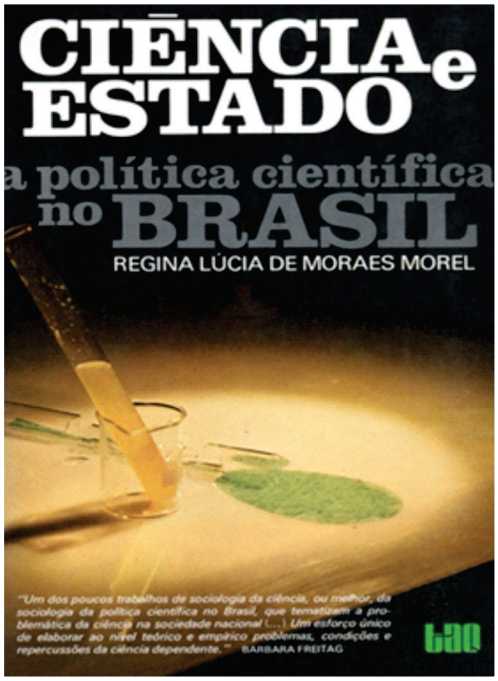
Por **Amélia Cohn** (USP/Unisanta)

Regina Morel (Regina Lúcia de Moraes Morel) nasceu no Rio de Janeiro em 17 de outubro de 1944, filha de Evaristo de Moraes Filho e Hilleda Flores de Moraes. Ainda no início do ensino médio (naquele tempo Clássico, voltado para as ciências humanas), pensava em estudar Filosofia ou Letras, mas as aulas estimulantes da professora de sociologia fizeram-na mudar de ideia. Prestou então vestibular para a Escola de Sociologia e Política, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, graduando-se em 1967. Antes de se formar, em 1966 passou um semestre letivo na qualidade de bolsista frequentando a "Università Internazionale degli Studi Sociali 'Pro Deo'", onde cursou diversas disciplinas de sociologia. Durante a graduação trabalhou como tradutora e revisora técnica para a Editora Zahar, traduzindo entre outros autores Ralph Dahrendorf e Harold Laski.

Sua primeira experiência docente em universidade pública, onde sempre militou, foi na Universidade de Brasília, contratada em 1969 junto ao Departamento de Ciências Sociais. Como ocorrerá posteriormente no Rio de Janeiro, enfrenta aí uma realidade a ser reconstruída após a destruição institucional ocorrida com o golpe

VOLTA AO SUMÁRIO

civil-militar de 1964, quando foram aposentados e afastados compulsoriamente renomados professores e pesquisadores. Nessa conjuntura de efervescência de resistência à ditadura, em 1972 ingressa no programa de mestrado em Sociologia da UnB, recém-criado, como orientanda de Bárbara Freitag Rouanet. Em 1975 defende a tese "Considerações sobre a Política Científica no Brasil", publicada como livro em 1979 com o título "Ciência e Estado – a política científica no Brasil", pela TA Queiroz. Considerado até hoje trabalho pioneiro no campo de estudos de ciência e tecnologia, tendo sido "obra de mesa" de Luiz Pinguelli Rosa, referência de ponta na área, e escrita durante a ditadura militar, a autora analisa a intensificação de medidas de política científica e de modernização institucional do período, contrapondo-a às práticas autoritárias e repressivas em relação às universidades e instituições de pesquisa, no contexto do denominado "milagre brasileiro". Aponta como a eficácia da política científica é limitada pelas condições históricas de expansão do capitalismo e de concentração do desenvolvimento científico-tecnológico nos países hegemônicos, fato agravado pela ausência da participação da comunidade científica em sua formulação. Esses anos de docência e pesquisa na UnB correspondem a grande crescimento profissional, mas também de intensa participação no movimento dos docentes em defesa da universidade pública e da autonomia do pensamento. Em 1977 participou ativamente da criação da ADUnB, quando as forças de repressão se voltavam contra a universidade.



Em 1979, de volta ao Rio de Janeiro, ingressa como docente no Departamento de Ciências Sociais no IFCS/UFRJ, ao qual se dedicará integralmente até sua aposentadoria, em 2007. Mergulha ativamente num movimento de reconstrução institucional depois do expurgo ditatorial, aqui também como em todas as universidades públicas, de professores e pesquisadores da Faculdade de Filosofia e do então Instituto de Ciências Sociais. Suas atividades, nos anos 1980, concentraram-se em três frentes: na luta pela reconstrução e renovação da vida acadêmica no Departamento de Ciências Sociais, incluindo a criação da pós-graduação; no movimento docente e científico de resistência à ditadura e restauração da vida científica no país; e na pesquisa e formação de pesquisadores. Na universidade sua participação na reconstrução/construção institucional abarca desde chefia de Departamento, coordenação do programa de pós-graduação, participação em vários órgãos e colegiados, e na fundação, em 1987, junta-

mente com sua colega de trajetória Elina Pessanha, do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ)/IFCS.

Essa foi uma década de intensa mobilização do movimento docente; participou ativamente da criação da ADUFRJ bem como das atividades da SBPC, naquele momento voz fundamental contra os arbítrios da ditadura, colaborou na criação da regional Rio da SBPC, e foi conselheira da SBPC nacional. Participou ainda do processo de revitalização das sociedades e associações científicas: na SBS desde 1987, ano de sua reconstrução, tendo sido membro da diretoria por duas gestões, e na ANPOCS, onde participou de diversos comitês científicos e foi coordenadora do GT Sindicalismo e Política. NA ISA foi do Executive Board do grupo Labour Movements.

Em 1984 iniciou seu doutorado no Departamento de Sociologia da USP, sob orientação do Prof. Gabriel Cohn. E Nela analisa a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e suas relações com a cidade de Volta Redonda (RJ) e os trabalhadores.

Utilizando fontes documentais e depoimentos de trabalhadores aposentados, investiga a CSN enquanto empresa estatal, a construção e crise da gestão "paternalista", bem como formas de resistência e mobilização dos trabalhadores. Essa nova vertente de pesquisa da socióloga – a organização dos trabalhadores e suas memórias – consolida-se na década de 2000 com pesquisas sobre o modelo de regulação do mercado de trabalho no Brasil, o que a encaminha para o estudo sobre a Justiça do Trabalho, núcleo fundamental da mediação de conflitos entre capital e trabalho, e que desde os anos 90 vinha sendo combatida e ameaçada de extinção. Com Elina Pessanha e Angela de Castro Gomes, com financiamento da FAPERJ e do CNPq (do qual teve bolsa de pesquisa de 1989 a 2010), coordena pesquisa sobre a recuperação da história da Justiça do Trabalho, a partir de depoimentos de seus fundadores – Arnaldo Sussekind e Evaristo Moraes Filho, e realiza um extenso survey sobre o perfil dos juízes do trabalho. Tais estudos resultaram em várias publicações e na organização da Biblioteca Virtual Evaristo de Moraes Filho, que tem a organização de seu extenso acervo em continuidade até os dias de hoje.

A finura e sutileza de sua percepção do mundo, que caracterizam também sua produção científica, estão expressas em dois de seus textos: O ´Lápis Bicolor´, para o livro Evaristo de Moraes Filho – um intelectual humanista (TopBooks, 2005) e "O improvável encontro entre um pernambucano e uma carioca na Áustria", para o livro "Carlos Morel 70 anos, trajetória de um cientista brasileiro" (Azougue, 2013).

Sua trajetória expressa fielmente o perfil de uma geração de mulheres corajosas que se profissionalizaram durante a ditadura militar, resistiram a ela, ao mesmo tempo que criaram filhos, tendo que compatibilizar a construção de uma carreira acadêmica com a militância na luta pela recuperação da ordem democrática no Brasil, sempre ameaçada.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

MOREL, R. L. M. *Ciência e Estado* – A Política Cientifica No Brasil. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979. 162p.

MOREL, R. L. M. (Org.); PESSANHA, E. G. F. (Org.); GOMES, A. C. (Org.). *Sem medo da utopia* – Evaristo de Moraes Filho, arquiteto da Sociologia e do Direito no Brasil. 01. ed. São Paulo: LTR, 2006. v. 01.

MOREL, R. L. M. (Org.); PESSANHA, E. G. F. (Org.); VILLAS BOAS, G. (Org.). *Evaristo de Moraes Filho* – Um Intelectual Humanista. 01. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005. v. 01. 429p.

PESSANHA, E. G. F.; MOREL, R. L. M.. Gerações Operárias: Rupturas e Continuidade Na Experiência de Metalúrgicos No Rio de Janeiro. *REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS*, RIO DE JANEIRO, v. 6, n.17, p. 68-83, 1991.

REJANE MARIA VASCONCELOS ACCIOLY DE CARVALHO

Por **Monalisa Soares** (UFC)

Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho nasceu no ano de 1944, em Fortaleza, Ceará. Realizou sua graduação (1971) no curso de Pedagogia na Universidade Estadual do Ceará. Dois anos depois, em 1973, ingressou como docente na Universidade Federal do Ceará, no Departamento de Ciências Sociais, onde permaneceu até a aposentadoria, atuando também como docente do Programa de Pós-graduação em Sociologia. Sua trajetória formativa inclui o mestrado em Sociologia realizado na Universidade de Brasília (1979) e o doutorado em Sociologia na Universidade Federal do Ceará (1998). Ao longo de décadas de carreira, Rejane Carvalho se dedicou aos temas da sociologia política, com destaque para a dinâmica política cearense e os processos eleitorais em sua relação com a mídia.

Entre as décadas de 1970 e 1980, as problemáticas atinentes ao desenvolvimento regional, como a seca e as políticas agrárias, foram objetos centrais de suas inves-

VOLTA AO SUMÁRIO

tigações. Sua pesquisa de mestrado intitulada "Justiça Social e Acumulação Capitalista: O PROTERRA", publicada em 1982 e referência das produções deste período, analisa a ação modernizadora do Estado no universo rural a partir da emergência e retomada de ações e programas de apoio a pequenos produtores no contexto de crise do autoritarismo brasileiro.

Ao analisar o PROTERRA, a autora identificou que os programas tinham uma dupla função, de um lado, produzir a superação dos entraves enfrentados pelas pequenas propriedades no que se refere ao financiamento e à comercialização dos produtos (por isso as facilidades de acesso ao crédito e incentivos à introdução de tecnologia para aprimoramento da produção) e, de outro, apresentar ações que materializassem um discurso de justiça social considerando que eram publicamente apresentados como uma resposta à histórica condição de pobreza das populações campesinas. Em continuidade a estas reflexões, Rejane Carvalho produziu diversas pesquisas com foco analítico nos movimentos sociais no campo e a mobilização dos trabalhadores rurais.

O processo de redemocratização trouxe novos contornos à produção sociológica de Rejane Carvalho. Na década de 1980, ainda observando o universo rural, suas inquietações se voltaram para as dinâmicas e os processos eleitorais, objeto que se tornaria seu campo de especialidade e ao qual dedicaria seus esforços de investigação por décadas de carreira. A primeira pesquisa sob a perspectiva dos estudos eleitorais, datada deste período, analisou as alterações na dinâmica tradicional de dominação política no Ceará.

Tensionando análises clássicas que tendiam a reificar o (neo)coronelismo como marca da política nordestina, Rejane investigou como ocorreram mudanças significativas, tanto com a entrada de novos atores em cena, quanto como resultados de políticas públicas, na relação entre políticos e eleitores na zona rural. Em termos de contribuições teóricas, através desta pesquisa, a autora constituiu uma interpretação para superar o que chamou de "eternização de um quadro de análise sobre o Nordeste".

Com sua tese de doutorado "Transição democrática brasileira e padrão midiático publicitário da política" (1999), Rejane Carvalho se notabilizou nos estudos sobre Mídia e Eleições,

tornando-se referência ao analisar a emergência de um padrão midiático publicitário na redemocratização brasileira. Na obra, a socióloga afirma que este novo padrão se caracteriza pelo processo de incorporação de estratégias do campo do marketing publicitário para o campo político. Dentre as técnicas introduzidas, a autora destaca o uso da imagem como estratégia central do trabalho político nas disputas eleitorais. A escolha pela análise das campanhas eleitorais de Maria Luiza Fontenele (1985) à prefeitura de Fortaleza e de Tasso Jereissati (1986) ao Governo do Estado do Ceará trouxeram contribuições relevantes e originais, entre elas: a) a análise de campanhas eleitorais anteriores ao fenômeno Collor; b) a investigação sobre o processo de produção do discurso político-midiático por candidaturas de esquerda e as tensões que se desdobram entre publicitários e militantes; e c) contribuições sobre como o uso político da publicidade na caracterização de projetos coletivos pode contribuir para a longevidade de grupos políticos.

Na coletânea "Campanhas eleitorais e comunicação midiática: ciclos de mudança e continuidade" (Edições UFC, 2013), Rejane Carvalho retomou a questão posta nas conclusões da tese: quais as condições de produção da continuidade política em regimes democráticos em ambiências midiatizadas? Para respondê-la, reuniu a sua produção ao longo de mais de uma década, fruto de debates construídos também em suas participações em fóruns e encontros da área. A composição do livro revela a profícua contribuição da autora para o campo de investigação Mídia e Eleições. Os artigos reunidos tratam de contribuições teóricas, análises de processos eleitorais para Presidência da República no Brasil, o Governo do Estado do Ceará e a Prefeitura de Fortaleza.

Ao longo dos anos 2000, Rejane aprofundou a perspectiva interdisciplinar em suas análises aproximando, especialmente, os campos das Ciências Sociais e da Comunicação para interpretação dos fenômenos eleitorais. Com a publicação de diversos artigos em periódicos, organização e/ou contribuições em coletâneas, Rejane buscou relativizar tanto as interpretações apocalípticas, quanto as que absolutizavam os efeitos dos media nos processos eleitorais. Em suas análises, compreendemos a transformação que a midiatização operou na dinâmica das instituições políticas já conhecidas ao incorporar novas formas de produção da política.

Em virtude de sua produção, Rejane participou recorrentemente do debate público com entrevistas aos jornais e artigos de opinião pública. Em períodos eleitorais, suas disciplinas ligadas à temática se tornavam um laboratório de pesquisa onde a docente-pesquisadora e discentes acompanhavam atentamente os desdobramentos da disputa política, subsidiando, assim, discussões teóricas em sala de aula.

Do ponto de vista institucional, durante sua trajetória na Universidade Federal do Ceará (UFC), Rejane Carvalho também ofereceu uma contribuição que merece ser mencionada. Nos anos 1980, esteve entre os docentes que compuseram a coordenação do recém-criado Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais (NEPS). Foi Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS (2006-2008). E em 2004, fundou o Laboratório de Estudos sobre Política,

Eleições e Mídia (LEPEM) no intuito de congregar pesquisadoras/es docentes e discentes de graduação e pós-graduação cujos estudos e pesquisas envolvessem a dinâmica dos processos políticos e eleitorais no Brasil e, em especial, no Ceará. O LEPEM desenvolve suas atividades mantendo a UFC como instituição sede e articulando em rede pesquisadores/as de outras instituições do Ceará e outros estados, ex-orientandos/as e ex-alunos/as de Rejane.

Um importante reconhecimento da contribuição intelectual de Rejane Carvalho, especialmente no tocante às suas análises sobre a dinâmica política cearense, ocorreu em 2002 através da sua eleição como sócia efetiva do Instituto do Ceará. Ao ingressar na mais antiga instituição cultural do estado (1887), a socióloga destacou no discurso de posse seu compromisso com a renovação dos princípios e crenças da instituição e sendo a sexta mulher eleita rendeu um tributo às suas antecessoras, destacando os relevantes esforços que as mulheres vinham conduzindo para superar os preconceitos e barreiras no âmbito da ciência e das letras.

Como docente, Rejane se destacou pelas excelentes aulas. Com a mente aguçada e inventiva, sempre ofereceu bons exemplos que contribuíam para uma tradução dos conceitos mais complexos. Como orientadora, de graduação, mestrado e doutorado, dois traços são recorrentes nos relatos de seus/suas orientandos/as: o brilhantismo e a generosidade. Na condição de alguém que teve o prazer desse convívio, posso testemunhar: Rejane é uma mestra respeitosa, dedicada, que, além dos muitos ensinamentos teórico-metodológicos, oferece incontáveis palavras de estímulo que nos fazem acreditar nos versos de Pessoa: "sou do tamanho que vejo e não do tamanho da minha altura".

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

CARVALHO, R. M. V. A. *Justiça Social e Acumulação Capitalista* (O Proterra). Fortaleza: Edições UFC/PROED, 1982. 169p.

CARVALHO, R. M. V. A. *Transição Democrática Brasileira e Padrão Midiático Publicitário da Política*. 1. ed. Campinas – SP: Pontes; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1999. 268p.

CARVALHO, R. M. V. A. *A Produção da Política em Campanhas Eleitorais* – eleições municipais 2002. 1a. ed. Campinas SP: Pontes Editores, 2003. 318p.

CARVALHO, R. M. V. A. *O Ceará na década de 1980* – atores políticos e processos sociais. Campinas: Pontes, 2009.

CARVALHO, R. M. V. A. *Campanhas eleitorais e comunicação midiática: ciclos de mudança e continuidade*. 1. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2013. 376p.

CARVALHO, R. M. V. A. *Eleições 2010:* enredos e personagens. Curitiba: Appris, 2018. v. 1. 260p.

CARVALHO, R. M. V. A.; AQUINO, J. A. A derrota de Tasso Jereissati na disputa para o Senado em 2010: Como entender a dissolução de suas bases eleitorais?. *Revista Debates* (UFRGS), v. 5, p. 145-180, 2011.

CARVALHO, R. M. V. A.; LOPES, M. S. Duelo entre candidatos poste: a campanha eleitoral pela prefeitura de Fortaleza em 2012. *Revista de Ciências Sociais* (UFC), v. 48, p. 91-123, 2016.

RONALDO DE NORONHA

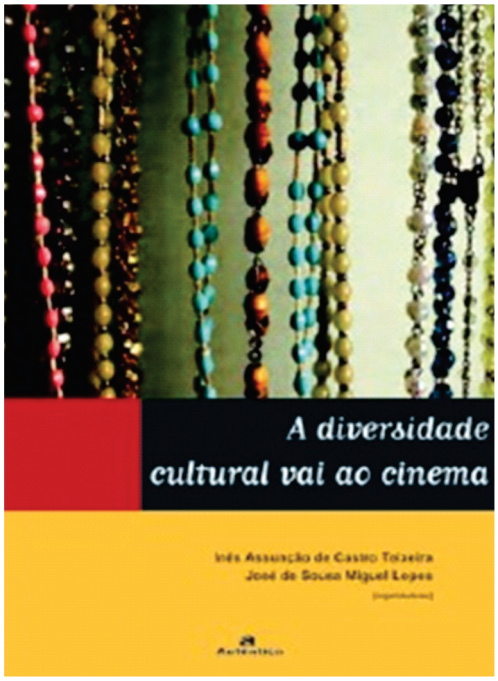
Por **Alexandre A. Cardoso** (UFMG)

Ronaldo de Noronha nasceu em Belo Horizonte, MG, em 1945. Cursou os antigos 'ginásios' e 'científico' no Colégio Estadual, que então gozava de excelente reputação e por onde haviam passado várias gerações de intelectuais mineiros. Em 1966, concluiu o Curso de Sociologia e Política da FACE/UFMG e, em seguida, foi selecionado para o recém-criado Mestrado em Ciência Política, onde, com bolsa da Fundação Ford, sob orientação de José Murilo de Carvalho, titulou-se em 1971 com a dissertação Orientações Políticas dos Setores Médios, estudo baseado em pesquisa por questionário aplicado a uma amostra da população belo-horizontina e desenvolvido conforme a orientação funcionalista que caracterizaria de forma persistente o mainstream da sociologia e da ciência política praticadas na Belo Horizonte de então.

Durante o Mestrado, lecionou no famoso "curso paralelo", iniciativa dos alunos do Curso de Ciências Sociais, que reputavam o currículo do Curso, bem como o preparo e desempenho dos professores, insatisfatórios e implementaram autonomamente um conjunto de novas disciplinas independentes da estrutura acadêmica

VOLTA AO SUMÁRIO

formal da Universidade. Ainda durante o Mestrado, em 1969, passou a integrar o corpo docente do Departamento de Sociologia e Antropologia, onde permaneceu até 2015, quando se aposentou contra a vontade, ao completar 70 anos.



Nos anos de juventude, por volta dos 16, 17 anos, militou no Partido Comunista Brasileiro, do qual se desligou por perda da crença no marxismo-leninismo-maoismo e pela decepção com a direção do partido. Desde então e duradoura foi, porém, sua paixão pelo cinema, que, além da frequência assídua às salas de exibição, o levou a se relacionar pessoalmente com cineastas, técnicos, artistas e críticos em Belo Horizonte e a se engajar na crítica de cinema, escrevendo-as quase diariamente no jornal Estado de Minas entre 1965-69, além de militar no cine-clubismo e de trabalhar na realização de filmes experimentais, abundantes naquele tempo. Seu projeto de doutoramento, na École de Hautes Etudes en Sciences Sociales, em Paris, sob orientação do historiador Marc Ferro, no início dos anos 1980, foi também sobre cinema. Infelizmente, retornou ao Brasil sem concluir a tese.

Sua abordagem do cinema foi inovadora e procurou articular as dimensões 'internas' do fazer cinematográfico, como as limitações técnicas e as escolhas estéticas envolvidas na produção de um filme, com aquelas 'externas', relativas às condições estruturais, econômicas, políticas e culturais que sempre conformam a produção e recepção das obras de arte.

Nos anos iniciais de sua carreira como professor, Ronaldo ensinou metodologia e, diferentemente de sua abordagem do cinema, na sala de aula se mantinha nos marcos do mainstream de então. As questões de investigação social que tratava eram a produção e tratamento de dados, amostragem, a construção de variáveis, seus indicadores, sua operacionalização, formulação de hipóteses, análise de dados, etc. Também ofereceu cursos sobre os principais paradigmas da teoria e da filosofia da ciência, os de Karl Popper, Gaston Bachelard e Thomas S. Khun.

A partir dos anos 80, com a criação do Mestrado em Sociologia da FAFICH/UFMG, passou a ensinar teoria sociológica e sociologia da cultura. Ministrou várias disciplinas na área teórica, cobrindo as contribuições 'clássicas', dentre as quais manifestava especial apreço pelas de Georg Simmel e de Max Weber. Dentre as perspectivas mais contemporâneas, revelava certa preferência pelas contribuições de Walter Benjamin, de Alfred Schutz, de Michel Foucault, de Norbert

Elias, de Pierre Bourdieu, de Bernard Lahire e dos norte-americanos Howard Becker e Erving Goffman. Lecionou também disciplinas temáticas em sociologia da cultura, da arte, do cinema e da literatura, geralmente apoiadas em projetos de pesquisa específicos, realizados por grupos de pesquisa, envolvendo alunos. Suas aulas na graduação e na pós-graduação sempre foram muito concorridas e gozaram de alta consideração pelos alunos, preparadas que eram com esmero, recheadas de grande erudição e apresentadas com a elegância de um fino humor.

Com ênfase na literatura e nas artes visuais integrou, nos anos 2000, o grupo de pesquisa formado pelos professores Paulo Henrique Osório Coelho, Leonardo Figoli, Maria Beatriz Coelho e alunos. A equipe realizou ampla pesquisa financiada pela FAPEMIG, intitulada Campo artístico em Minas Gerais. O grupo também participou do projeto BH Área Survey, de pesquisa de survey longitudinal na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com parcerias internacionais. O grupo foi responsável pela elaboração e análise das questões sobre 'capital cultural' no survey. Relacionadas a essas pesquisas, orientou 11 dissertações de mestrado, duas monografias de especialização, 16 trabalhos de conclusão de curso de graduação e apresentou trabalhos em congressos da ANPOCS, SBS e ABA. Também exerceu funções administrativas na Universidade, como a coordenação do Curso de Ciências Sociais, a chefia do Departamento de Sociologia e Antropologia e representação no Conselho Universitário, entre outras.

Os interesses de Ronaldo também abarcaram os esportes e a música. Torcedor 'de pijama', "desde criança", do América, de fato, sempre foi pouco indulgente com o futebol brasileiro e preferia acompanhar pela tv os campeonatos europeus de clubes, os torneios da NBA, da PGA e da WTA. Sua grande paixão esportiva, no entanto, foi o xadrez. Além de haver disputado duas vezes o campeonato mineiro, recebeu durante décadas grupos de amigos em casa nos fins de semana, para rodadas de xadrez, regadas com boa música e outros estimulantes da imaginação e do bom humor.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

NORONHA, R. A formação dos gostos: sociologia dos juízos estéticos in *Teoria & Sociedade*, n. 3, julho 1999.

NORONHA, R. A produção coletiva da arte: artistas, mundos sociais e convenções in *Teoria & Sociedade*, n.13.2, jul.dez. 2005.

NORONHA, R. O invasor': luta de classes à brasileira? in Inês A.C.Teixeira e José S.M. Lopes, orgs. *A diversidade cultural vai ao cinema*, ed. UFMG, 2006.

NORONHA, R. “Desigualdades sociais e capital cultural” in Neuma Aguiar, org., *Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política*, Ed. UFMG, 2007.

NORONHA, R. A era do rádio, de Woody Allen in *Rádio em Revista*, FAFICH/UFMG, junho 2010.

NORONHA, R. Godard, nosso educador in Mário A. Coutinho e Ana L. S. Maior orgs. *Godard e a Educação*, 2013.

NORONHA, R. Luzes e sombras in Mário A. Coutinho e Paulo A. Gomes, orgs. *Presença do CEC: 50 anos de cinema em BH*.

ROSELI ROCHA DOS SANTOS

Por **Rodrigo Rossi Horochovski** (UFPR)

SEMEANDO SOCIOLOGIA NAS ARAUCÁRIAS

Início dos anos 1990. O piá[1], no segundo ano do curso de Ciências Sociais da UFPR e ainda meio perdido no mundo acadêmico, ouviu falar de uma bolsa de Iniciação Científica, ofertada pela Professora Roseli Rocha dos Santos, a quem ainda não conhecera. Não tinha ele a mais pálida ideia de como este contato mudaria sua vida de maneira dramática e decisiva. E para o bem.

Para citar uma das numerosas experiências que frutificaram daquela orientação e que ficaram gravadas na memória daquele piá, ele, naquela ingênua pretensão juvenil, queria estudar o gosto. A professora emprestou-

VOLTA AO SUMÁRIO

-lhe um livro, de um tal Pierre Bourdieu, chamado La Distinction, assim mesmo, em francês – a tradução da EdUSP ainda não havia saído.

Ela não perguntou se o orientando conseguiria ler. Se ele até então não sabia muito da língua, teve de aprender na marra. E foi assim com um sem-número de outros livros, artigos, manuais etc, tanto na graduação, quanto no mestrado, no qual ela continuou a orientá-lo. O principal aprendizado, a maior lição da orientadora foi, no entanto, a de que, diferentemente de outros ativos que circulam por aí, a autonomia intelectual e o conhecimento sempre se acumulam, dificilmente se perdendo, transformando pessoas, grupos, sociedades inteiras. E isso ela ensinou não com discursos, se não por suas ações.

Esta experiência singular e pessoal é, contudo, um pedacinho, ínfimo, do que Roseli Rocha dos Santos representa para as Ciências Sociais do Paraná, especialmente na UFPR. Para se ter uma dimensão mais exata, é preciso voltar um pouco mais no tempo.

Roseli nasceu e cresceu em Curitiba. Estudou no Colégio Estadual do Paraná, alma matter de ilustres cidadãs e cidadãos do estado. Formou-se em Ciências Sociais pela UFPR, onde se tornou professora, da área de Sociologia, ainda na primeira metade dos anos 1970. Até o fim da década, atuaria também no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), órgão do governo estadual que abrigou e abriga grandes destaques da produção e análise de dados sociais no Paraná. Também naquela época se casaria com Carlos Antunes dos Santos, professor do Departamento de História da UFPR e que se tornaria uma das grandes referências brasileiras na História da Alimentação, além de reitor da universidade e Secretário de Ensino Superior do MEC, em 2003.

Voltando aos anos 1970, eram tempos difíceis, de autoritarismo, especialmente em uma universidade sobejamente prejudicada pelos expurgos do Regime Militar. Roseli bateu-se pela transformação daquele quadro, destacando-se na luta tanto pela democratização da instituição, quanto pela transformação do Departamento de Ciências Sociais (Deciso) em um centro orientado pelos padrões mais elevados de ensino, pesquisa e extensão. Em outras palavras, na sedimentação de um ethos acadêmico que seria responsável, desde então, pela crescente incorporação de excelentes pesquisadores às fileiras das Ciências Sociais na UFPR. Vale dizer que, à época, tratava-se de um departamento em transição, que vinha de uma tradição mais conservadora, menos voltada a pesquisas empíricas, mercê de sua herança intelectual da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da então Universidade do Paraná, onde o curso de Ciências Sociais foi fundado em 1938, sob forte influência clerical.

Foi um árduo desafio, inicialmente minoritário, mas que paulatinamente ganhou adesão de colegas que chegavam ao Deciso imbuídos de visão semelhante. Vale, aliás, sublinhar o protagonismo das mulheres professoras nesse processo de transição que se prolongaria por toda a década de 1980. Diversos nomes podem ser mencionados, como Zélia Passos, Sílvia Araújo, Ângela Damasceno Ferreira, Benilde Montim e Maria do Carmo Rolim.

Em 1987, concluiu seu doutorado, na Universidade de Paris X (Nanterre), com a tese *Les origines industrielles de la modernisation agricole au Brésil*, sob a orientação de Nicole Eizner, célebre pesquisadora francesa na área de Sociologia Rural. As conexões com a França se mostraram vitais no início do processo de internacionalização da área de Ciências Sociais na UFPR, destacando-se os projetos em colaboração do Raúl Green, no marco do acordo Capes-Cofecub.

Entre os diversos frutos da referida colaboração, destacam-se influentes produtos intelectuais, como o artigo *Economía de Red y Reestructuración Del Sector Agroalimentario* – publicado pela revista Desarrollo Económico, revista argentina de alto impacto, editada pelo Instituto de Desarrollo Económico Y Social daquele país (GREEN & ROCHA DOS SANTOS, 1992) – e o livro *Brésil, un Systeme Agro-Alimentaire en Transition*, lançado na França pelo Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine (GREEN & ROCHA DOS SANTOS, 1993). Além disso, a parceria rendeu diversos outros frutos, como pesquisas em conjunto, missões e a formação de quadros do Deciso em programas de doutorado e estágios de pós-doutorado no país europeu.

Roseli desempenhou papel fundamental, precursor mesmo na Sociologia paranaense, especialmente de formação de grupos de pesquisa interdisciplinares – com destaque para o Grupo de Estudos Agricultura e Sociedade (Geas), voltado à análise de todos os aspectos que envolvem o rural, espaço tão central no Paraná e no Brasil até hoje. É uma das sociólogas brasileiras pioneiras no emprego da teoria das redes, no caso dela aplicada à análise de sistemas agroalimentares.

Já era Bolsista Produtividade do CNPq quando a UFPR ainda engatinhava como centro de pesquisa sociológica e ainda estava por abrir seu programa de pós-graduação stricto sensu na área, o primeiro do Paraná. A propósito deste, compôs a liderança do grupo que o construiu e fundou, em 1995, à época com área de concentração em Sociologia das Organizações.

Hoje, as Ciências Sociais na UFPR – com suas três subáreas: Antropologia, Ciência Política e Sociologia – estão mais do que consolidadas, todas com programas de pós-graduação de qualidade reconhecida nacional e internacionalmente. Isso só foi possível graças ao trabalho incansável de pioneiras como Roseli.

O piá nunca conseguiu expressar diretamente, à orientadora, todo o significado que ela tem em sua vida. Ele é assim, quando se trata de figuras com tamanha dimensão, numa espécie de temor reverencial misturado à timidez. A palavra escrita, porém, também muito melhorada pela contribuição da professora que lhe corrigia pacientemente os textos, permite-lhe que renda, a ela, sua homenagem mais sincera. O professor, pesquisador e orientador de hoje, que inclusive acabou pesquisando redes sociais, humilde e orgulhosamente espelha o imenso legado de Roseli Rocha dos Santos.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

GREEN, Raúl H.; ROCHA DOS SANTOS, Roseli. Economia de Red y Reestructuración Del Sector Agroalimentario. *Desarrollo Económico*, vol. 32, no. 126, Instituto de Desarrollo Económico Y Social, 1992, pp. 199–225, https://doi.org/10.2307/3467328.

MYSZCZUK, Ana Paula; Wandscheer, C.B.; ROCHA DOS SANTOS, Roseli. Organismos geneticamente modificados e reparação de danos ao meio ambiente. *Revista de Politicas Publicas* (UFMA), v. 15, p. 43-52, 2011.

ROCHA DOS SANTOS, Roseli; MYSZCZUK, Ana Paula; GLITZ, Frederico. Contrato de compra e venda na cadeia agroindustrial da soja. *Revista de Política Agrícola*, v. 2, p. 48-59, 2010.

ROCHA DOS SANTOS, Roseli; MYSZCZUK, Ana Paula; GLITZ, Frederico. Meio Ambiente, Segurança Alimentar e Consumo: Rastreabilidade e Certificação de Grãos GM e NGM. *Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais da UniBrasil*, v. 10, p. 1-26, 2009.

GREEN, Raúl H.; ROCHA DOS SANTOS, Roseli. *Brésil:* un système agro-alimentaire en transition. Éditions de l'IHEAL, 2016.

[1] Gíria utilizada no sul do país para "menino", "guri", "garoto" ou "moleque".

SERGIO MICELI

Por **Fernando Antonio Pinheiro** (USP)
e **Luiz Carlos Jackson** (USP)

Sociólogo em tempo integral, Sergio Miceli Pessôa de Barros (Rio de Janeiro, 1945) refere-se em entrevista à sua origem social como a de um descendente (filho único) pelo lado paterno de "família brasileira decadente" e à relação conturbada com o pai como fonte possível do incômodo subjetivo que teria como contrapartida a identificação com o lado materno da família, de origem imigrante, o que explicaria a escolha de "Miceli" e não "Pessôa de Barros" como sobrenome de autor. Esse arranjo familiar afetou possivelmente a escolha do curso de ciências políticas e sociais e a dedicação plena ao trabalho intelectual desde a graduação na PUC do Rio de Janeiro (1964-1967), ponto de partida de uma carreira impulsionada, como a de muitos e muitas colegas de geração, pelas oportunidades geradas pela expansão do sistema universitário brasileiro e das ciências sociais em particular durante a ditadura militar, face inusitada do regime que perseguiu intelectuais destacados de universidades e institutos de pesquisa do país.

Em 1968, Sergio migrou para São Paulo e ingressou na pós-graduação em sociologia na Universidade de São Paulo. Seria sempre ousado na escolha dos objetos e re-

VOLTA AO SUMÁRIO

ferências teóricas, a começar por seu trabalho de mestrado (1968-1971) sobre tema improvável naquele contexto: o dos programas de auditórios televisivos, concretizado na Noite da Madrinha (1972), sobre Hebe Camargo. Esse livro formou parte de um movimento não coordenado de recuperação da sociologia da cultura na USP. Àquela altura, a área encontrava-se polarizada entre as lideranças exercidas pelos professores Ruy Coelho e Gabriel Cohn e apoiada indiretamente na crítica literária de orientação sociológica praticada por Antonio Candido e grupo na Letras. A impressão causada pela leitura de Pierre Bourdieu durante o mestrado motivou Miceli a contatar o sociólogo francês e organizar uma das primeiras coletâneas de textos de Bourdieu no mundo, A economia das trocas simbólicas. O livro teve grande ressonância, tanto pelos trabalhos coligidos, como pelo prefácio de Miceli, que deu o tom à recepção de Bourdieu no período. Essa iniciativa demarca o ingresso na atividade editorial, na qual se destacaria mais tarde, como editor na Edusp durante a década de 1990.

Em 1971, tornou-se professor na Faculdade Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP), onde permaneceu até 1986. Tal inserção profissional algo marginal, se comparada à dos(as) que ingressaram jovens na USP como docentes no início da década de 1970, lhe garantiu uma margem de manobra mais ampla. No doutorado (1973-1978), obteve dupla titulação, no Brasil e na França, orientado na USP, por Leôncio Martins Rodrigues, e na École des Hautes Études em Sciences Sociales, por Pierre Bourdieu, tornando-se membro de seu grupo. Essa experiência favoreceu sua afirmação, no Brasil, como formulador de uma perspectiva analítica inovadora na tese Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945), publicada em 1979 como livro. Tendo o método prosopográfico (biografia coletiva) como lastro, três eixos estruturam seu argumento que afirma no atacado a relação de dependência dos intelectuais em relação ao Estado no período. O primeiro delineia o perfil social típico dos escritores modernistas e seus contemporâneos – via de regra oriundos de oligarquias em declínio econômico – para quem restaria a alternativa de mobilizar o capital de relações sociais ao alcance da família e prestar serviços aos grupos dirigentes. O segundo descreve o mercado de postos públicos por meio do qual a cooptação política se realizava, sobretudo no âmbito federal sob o arranjo político varguista. Finalmente, o terceiro avalia o alcance da constituição de um mercado editorial incipiente que teria possibilitado o surgimento de um grupo de romancistas profissionais, recrutados em estados do Nordeste, principalmente. No balanço desses movimentos vislumbra-se a configuração específica da vida intelectual no país no contexto examinado. O veio desencantado do argumento e das provas que o sustentam, reforçado pelo estilo seco de sua redação, até hoje provoca resistência, mas teve como efeito estabelecer a sociologia dos intelectuais como uma vertente analítica reconhecida no Brasil e no exterior. Vale notar que ele teve foi professor visitante nas universidades estado-unidenses de Stanford, Chicago, Florida, na UNAM (México) e na EHESS (França).

Realizou a livre-docência na Unicamp (1986) com A elite eclesiástica brasileira (1988). O ingresso como professor na USP ocorreu em 1989, mesmo ano em que se deu a publicação

da História das Ciências Sociais no Brasil (vol.1, 1989; vol.2, 1995), obra coletiva que coordenou no Instituto de Estudos Econômicos Sociais e Políticos de São Paulo (IDESP) e que reuniu pesquisadoras e pesquisadores como Lilia Schwarcz, Mariza Corrêa, Fernanda Peixoto, Heloisa Pontes, Maria Arminda do Nascimento Arruda, Fernando Limongi, Lucia Lippi Oliveira e Maria Hermínia Tavares de Almeida, entre outros. Apesar das críticas recebidas, sobretudo por privilegiar o caso paulista e incorporar uma visão supostamente institucionalista sobre esse processo, a equipe produziu uma interpretação abrangente que se tornou referência obrigatória, graças ao apuro no deslindamento das origens sociais de professores e alunos, dos perfis institucionais, das missões estrangeiras, dos padrões de profissionalização vigentes no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, dos embates geracionais e das lógicas internas de sociabilidade dos grupos. Nesse período iniciou-se a frutífera parceria afetiva e intelectual entre Sergio Miceli e Heloisa Pontes, professora de antropologia na Unicamp e autora de Destinos mistos (1998) e Intérpretes da metrópole (2010).

Na década de 1990, já professor titular, Sergio arriscou o exame sociológico da atividade artística. Imagens negociadas (1996), sobre os retratos de Candido Portinari, explora, como expressa seu título, a negociação das soluções pictóricas entre retratista e retratado, condicionada pelas posições relativas desses agentes no espaço social. Nacional estrangeiro (2003) tomou como objeto o modernismo artístico paulista analisando as atividades dos mecenas e colecionadores, os circuitos de comercialização das obras de arte, os padrões de gosto vigentes e os anseios de renovação reforçados pelos contatos com as vanguardas europeias.

A valorização do trabalho institucional – entre outros encargos assumidos, foi secretário executivo da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências sociais (Anpocs), entre 1983 e 1988 – e coletivo, sempre atrelado ao afeto, materializou-se nos anos 2000 com sua aproximação (e de seu grupo) aos intelectuais argentinos nucleados no Programa de História Intelectual da Universidade Nacional de Quilmes, especialmente Carlos Altamirano, Jorge Myers, Alejandro Blanco e Adrian Gorelik, que resultou nos dois volumes da História social de los intelectuales en América Latina (Katz; 2008, 2010). Outra empreitada coletiva coordenada por Sergio foi o projeto temático financiado pela Fapesp (2001-2013) "Formação do Campo Intelectual e da Indústria Cultural no Brasil Contemporâneo", do qual resultou o livro Cultura e Sociedade: Brasil e Argentina (2014), organizado em parceria com Heloisa Pontes. A comparação entre as experiências brasileira e argentina constitui o pano de fundo dos livros Vanguardas em retrocesso (2012) e Sonhos da periferia (2018), que desafiaram esquemas interpretativos reiterados, com uma análise provocativa sobre as elites literárias e artísticas argentinas, centrada em Borges e na revista Sur, obtendo recepção muito favorável em toda América Latina. Em 2021 escreve livro sobre Carlos Drummond de Andrade e permanece ligado à USP como professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e membro do Núcleo de Sociologia da Cultura.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

MICELI, S. (ORG.) BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1974. Coleção Estudos, n. 20.

MICELI, S. A noite da madrinha. São Paulo: Perspectiva, 1972. Coleção Debates, n. 66.

MICELI, S. Intelectuais à brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MICELI, S. (Org.). História das ciências sociais no Brasil. São Paulo: Sumaré/FAPESP, 1995, vol 2.

MICELI, S. (Org.). História das ciências sociais no Brasil. São Paulo: Sumaré/FAPESP, 2001, vol 1.

MICELI, S. A elite eclesiástica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MICELI, S. Imagens negociadas. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MICELI, S. Nacional estrangeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

MICELI, S. Vanguardas em retrocesso. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MICELI, S. Sonhos da periferia. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MICELI, S. História social de los intelectuales en América Latina. Buenos Aires: Katz 2008.

MICELI, S. PONTES, H. (orgs.). Cultura e Sociedade: Brasil e Argentina. São Paulo: Edusp, 2014.

SOBRE O AUTOR

BASTOS, E. R (org.) Conversas com Sociólogos Brasileiros [Élide Rugai Bastos (org.), Editora 34, 2006.

PONTES, Heloisa. Destinos mistos: os críticos do grupo Clima em São Paulo (1940-1968). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PONTES, Heloisa. Intérpretes da metrópole. São Paulo: Edusp, 2010.

SILVIA MARIA PEREIRA DE ARAÚJO

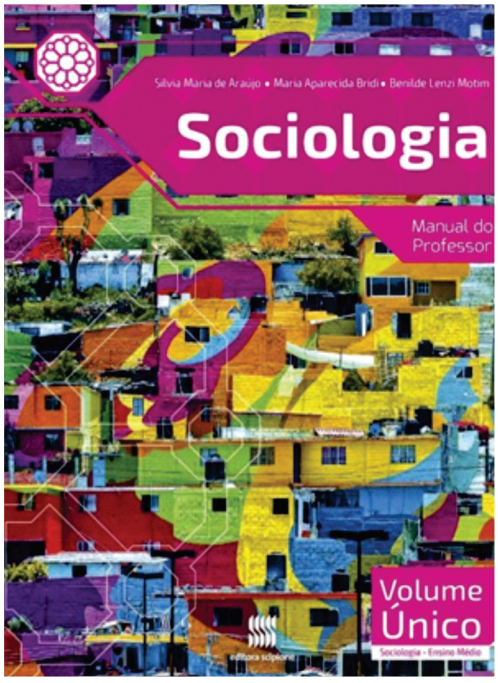
Por **Maria Aparecida Bridi** (UFPR)

Silvia Maria Pereira de Araújo nasceu em 03 de setembro de 1948 em Curitiba. Filha de pai pequeno comerciante, cedo sentia-se atraída para as questões sociais discutidas em família e, mais intensamente, as de natureza democrática ao cursar Ciências Sociais em plena vigência do AI-5, no Brasil, com perseguições aos estudantes e professores universitários. Socióloga, graduou-se em Ciências Sociais em 1971, fez mestrado em História Social (UFPR) em 1980 e doutorado em Ciências da Comunicação (USP) em 1991. A experiência com o pós-doutoramento junto à Università degli Studi di Milano no Istituto di Studi del Lavoro, (1996-1997) na área de Sociologia do Trabalho, deu sequência à sua trajetória de pesquisa e envolvimento com as questões do trabalho e das organizações dos trabalhadores, tornando-se uma referência da Sociologia do Paraná.

Sua entrada como docente na UFPR, em 1976, ocorreu no período do regime ditatorial no Brasil, tendo sido uma das jovens mulheres do Curso de Ciências Sociais que estavam na luta pela democratização da universidade e da sociedade, pelo que empreendeu muitas

VOLTA AO SUMÁRIO

ações nessa direção, o que contribuiu também para a renovação do curso, com destaque para o trabalho pedagógico da diretoria do Sindicato dos Sociólogos no Paraná, a qual integrou.



Silvia Maria de Araújo vivenciou a universidade em todas as suas dimensões: o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão. Participou como fundadora dos Cursos de Mestrado e de Doutorado em Sociologia, momentos de grande resistência institucional interna, mas que contou com a massa crítica de professores pesquisadores de consolidada produção intelectual. Como gestora, exerceu diversas funções administrativas, desde a coordenação do curso de Ciências Sociais. até a direção do então Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR, hoje Setor de Ciências Humanas por escolha através do voto da comunidade acadêmica.

Pelos relatos de seus alunos, sabemos que às 7:30 horas da manhã ela já estava na sala de aula, impecavelmente vestida, destacando-se pelo trato e atenção com todos à sua volta e pelas aulas sempre cuidadosamente preparadas. Elegância, generosidade, humanidade e coerência são adjetivos que cabem à sua figura. Ministrou aulas para várias gerações, formando muitos que hoje são professores universitários, passando assim a trilhar os caminhos do ensinar, aprender e pesquisar marcados pelo seu jeito de dar aula, de abordar um objeto, de pesquisar. A vida e a teoria estavam em perfeita sintonia, o que também inspirava seus alunos rumo a uma ciência social engajada, crítica e criativa.

Sua excelência como professora da graduação é lembrada e reconhecida até hoje pelos alunos e pelas alunas, que relatam que suas aulas de teoria sociológica e sociologia clássica e contemporânea os levavam a conhecer, além dos fundamentos daquela ciência "misteriosa" para os então iniciantes, também os métodos de análises de cada autor, o poder explicativo de suas teorias e suas questões para o presente. Da mesma forma, na pós-graduação. Suas aulas, além de provocar inquietações teóricas tanto pela literatura acionada quanto pelas reflexões, sinalizavam os caminhos da pesquisa e de uma ciência comprometida com a transformação do real. A professora Silvia Araújo levava a cabo um dos ensinamentos da sociologia, o de que não bastava conhecer o real, era preciso transformá-lo. Isso explica a sua inserção e vinculação com as organizações dos trabalhadores do Paraná, seus projetos de extensão e sua relação com

a comunidade. Foi com ela que aprendemos que o Paraná é um grande greenfield para os estudos do trabalho e do movimento sindical.

Junto com as professoras Benilde Lenzi Motim e Liana Carleial, Silvia Araújo fundou o Grupo de Estudo Trabalho e Sociedade (GETS/CNPq), em 1993; um dos primeiros do curso que, junto com o Grupo de Estudo Agricultura e Sociedade (GEAS), foi crucial para a própria criação do PGSOCIO-UFPR, em 1995. Com efetiva participação nos GTs da ANPOCS ela atuou nas linhas de pesquisa centradas na organização dos trabalhadores (Imprensa Operária e Sindical, Atores, Poder e estratégias nas organizações sociais) e nas linhas relacionadas ao trabalho (Trabalho, Tecnologia e inovações organizacionais, Reestruturação produtiva e trabalho, Relações de Trabalho, Trabalho, Tempo e subjetividade). Suas pesquisas de campo e estudos teóricos, desde seu início nas décadas de 1970 e 1980, estavam voltados para as formas de organização coletiva, resultando na obra "Eles: a cooperativa; um estudo sobre a ideologia da participação" de 1982, fruto da dissertação de mestrado. Em 1986 o destaque ocorre para a produção em coautoria com Alcina Maria de Lara Cardoso, do livro "1º de Maio; cem anos de solidariedade e luta". Em fins da década de 1990, quando o governo brasileiro abraçava a abertura dos mercados, o projeto de privatização e uma inserção na globalização neoliberal, os estudos sobre a indústria automobilística no Paraná em um projeto interinstitucional e multidisciplinar foram fundamentais para compreender a reconfiguração da dinâmica econômica do estado, e também os desafios do sindicalismo diante do novo contexto. O revigoramento dos estudos sobre o sindicalismo no Paraná que contou com a participação de Marcos Ferraz e estudantes da pós-graduação, resultou na publicação do livro "O sindicalismo equilibrista: entre o continuísmo e as novas práticas", em 2006.

Sua vinculação com a educação e a educação básica está expressa em suas ações de assessoria junto à Secretaria de Educação do Paraná, quando o estado se encontrava voltado para uma formação cidadã e favorecia o ensino das humanidades, inclusive a Sociologia e a Filosofia. Nesse campo, na década de 2000, participou do livro "Para Filosofar", obra coletiva organizada por Avelino Correa que recebeu o prêmio Jabuti em 2001, e pela Scipione o livro "Sociologia" editados em 2015 e reeditado e ampliado em 2018, aprovados no Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) nos respectivos anos. Essa produção voltada ao ensino de Sociologia ocorreu concomitante aos estudos sobre o trabalho, com destaque para temas trabalho, sindicalismo contemporâneo e ações coletiva e sindical, editados no "Dicionário de Trabalho e Tecnologia", em colaboração com Antonio Cattani (2006 e 2011) e os estudos sobre trabalho e tempo de trabalho do século XXI, publicado no livro "Trabalho: horizonte 2021" (Escritos, 2014).

Além de suas ações internas na universidade, colaborou para a promoção da sociologia produzida no Paraná a partir de suas ações, conexões e parcerias no âmbito nacional. Contou para isso a sua inserção em projetos e redes interinstitucionais, nacionais, a exemplo da UNITRABALHO, nos primeiros anos da década de 2000, seja como integrante, pesquisadora, e/ou representante da regional Sul. Outro marco nessa trajetória foi ser a primeira socióloga a

ter assumido a presidência da ABET – Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (biênio 2011-2013), junto a uma comissão interna composta pelos membros do GETS e estudantes da pós-graduação e graduação da Sociologia da UFPR.

Pelo diálogo interdisciplinar, mas ancorada no conhecimento disciplinar rigoroso da Sociologia do Trabalho, construiu uma visão do trabalho, dos trabalhadores e de seus movimentos associativos a partir de um presente vivo e em constante transição. Suas aulas de ciência e epistemologia na pós-graduação eram um grande convite para a autorreflexão da ciência e a abertura do pensamento necessária para a pesquisa que se propõe uma sociologia crítica. Estimulava os estudantes à imaginação sociológica, à análise da realidade social e à descoberta de vieses novos, defendendo que, com rigor e com base, poderíamos "batizar a interpretação", ou seja, ousar criar conceitos. Com base nos autores clássicos tradicionais e contemporâneos da Sociologia, assim nasceu o conceito de trabalho pulsante e o esforço em trabalhar uma Sociologia das adversidades.

Publicou dezenas de capítulos de livros, artigos em periódicos com resultados de suas pesquisas e muitos livros em coautoria e coletâneas, que revelam um traço peculiar: a sua disposição em trabalhar coletivamente e uma visão de que a produção da ciência é sempre coletiva, seja com seus pares, seja com seus "aprendizes de feiticeiros", seus orientandos e orientandas. Muitos de seus ex-alunos adentraram no admirável mundo acadêmico nacional de forma generosa pelas suas mãos.

Aposentada em 2003, e tendo permanecido como professora sênior da pós-graduação até 2010, Silvia Araújo mantém projetos na área de trabalho. Após esse período adentrou por outra seara, inaugurando agora uma nova etapa em sua vida, ainda que não tão nova, visto sua inserção como membro da Academia Feminina de Letras do Paraná desde 1998, mas agora incursionando com mais tempo pelo sentido da vida e suas múltiplas dimensões, dando asas à sua imaginação com a publicação de diversas obras no campo da literatura. Nesse contexto, além de diversos cursos ministrados, publicou pela Editora Paulinas o livro "Projeto de vida – uma visão ampliada" (2016), valendo-se do conhecimento sociológico na análise da vida em termos globalizados. Nossa surpresa, contudo, se deu com a descoberta de que a intelectual que protagonizou a Sociologia do Paraná, e que contribuiu para a formação de toda uma geração de professores e pesquisadores de Sociologia, também é uma artesã de mão cheia dedicada ao patchwork, à produção de lindas peças a partir de retalhos de tecidos emendados de várias cores para encantar os olhos e a alma, contando com exposições em painéis em Quiltarte nos Estados Unidos.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

ARAÚJO, S. M. P. *Coleção Surpresas Crônicas, trilogia de livros*. Rio de Janeiro: Quártica, 2019.

ARAÚJO, S. M. P.; BRIDI, M. A.; MOTIM, B. M. L. *Sociologia*. 2ª. ed., São Paulo: Scipione, 2018. v. 1. 394p.

ARAUJO, S. M. P. de; GIRARDI, A. *Projeto de vida* – uma visão ampliada. São Paulo: Editora Paulinas, 2016.

ARAÚJO, S. M. P.; BRIDI, M. A.; MOTIM, B. M. L. *Sociologia*: um olhar crítico. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2009. v. 1. 255p.

ARAÚJO, S. M. P. (Org,) *Trabalho e capital em trânsito:* a indústria automobilística no Brasil. 1. ed., Curitiba: Editora da UFPR, 2007. v. 1.338p.

ARAÚJO, S. M. P; FERRAZ, Marcos (Orgs.). *Trabalho e sindicalismo:* tempo de incertezas. 1. ed., São Paulo: LTr, 2006. v. 1. 287p.

ARAÚJO, S. M. P (Org.); BRIDI, M. A. (Org.); FERRAZ, Marcos (Org.). *O sindicalismo equilibrista:* entre o continuísmo e as novas práticas. 1ª. ed., Curitiba: UFPR/SCHLA, 2006. v. 1. 349p.

ARAÚJO, S. M. P. de; CARDOSO, A. *Jornalismo e militância operária*. Ed. UFPR, 1992.

ARAÚJO, S. M. P. de. *Eles:* a cooperativa. Curitiba: Beija-flor, 1982.

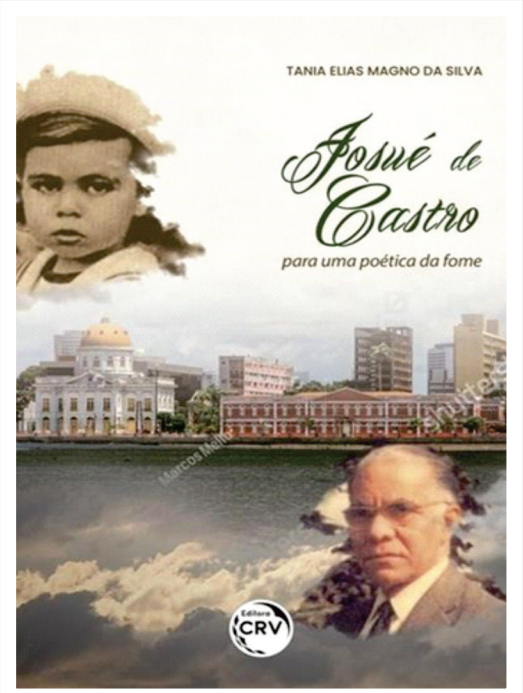
TANIA ELIAS MAGNO DA SILVA

Por **Ivan Fontes Barbosa** (DCS/UFS)

A professora e pesquisadora Tania Elias Magno da Silva (1946) é uma importante referência da sociologia brasileira. Sua trajetória é um bom indicador da *expansão e consolidação* do campo desta ciência no Brasil e remete a um tipo de ciência social que orbitava, preponderantemente, em torno do explicito reconhecimento das implicações políticas desta modalidade de conhecimento. Militante dos movimentos sociais, filiou-se ao do Partido dos Trabalhadores em Sergipe em 1981, teve destacada atividade no cenário político deste estado chegando a se candidatar ao cargo de govenadora em 1992. Admitindo que a escolha do curso Ciências Sociais foi uma *decisão política* o seu testemunho atesta esta essa relação entre sociologia e lutas sociais:

Em São Paulo, quando fazia meu estágio no hospital, presenciei vários atos políticos e a imediata repressão e isso me animava a ir de encontro ao status quo, mas eu precisava entender mais a sociedade. Estava em São Paulo quando houve a invasão da faculdade de Filosofia da Rua Maria Antônia, de onde morava ouvia os tiros e tudo mais, era um cenário de guerra (PEREIRA, 2018).

VOLTA AO SUMÁRIO



Nascida na cidade de São Paulo–SP, sua formação inicial foi de normalista (1965). Em 1968, depois de ter cursado dois anos de pedagogia, se torna Educadora Sanitária. Em 1970, após ter ido morar na capital paulista, inicia o Bacharelado em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) concluindo o curso em 1973. Em 1976 termina a Licenciatura nesta mesma área pela Faculdade de Educação (USP) e dois anos após fixa residência em Aracaju, indo trabalhar no Conselho de Desenvolvimento de Sergipe (CONDESE) construindo indicadores sociais utilizados nas pesquisas e ações operadas pela referida instituição.

Seu itinerário no terreno do ensino e da pesquisa acadêmica tem início em 1979 quando foi aprovada em concurso público promovido pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) para o preenchimento de vaga de Professora Colaboradora Especial. Foi importante seu aporte para ao fortalecimento do campo da sociologia no Nordeste brasileiro ao atuar diretamente na abertura, nesta instituição, do bacharelado em Ciências Sociais (1991) e da criação do NPPCS (Núcleo de Pós-Graduação de Pesquisa em Ciências Sociais), que depois se tornaria o mestrado e doutorado em sociologia. Obteve o título de mestre em Ciências Sociais em 1988 pela Pontifica Universidade Católica (PUC-SP) com a defesa da dissertação "Nas Beiradas de Maré. Um Estudo do Professor Leigo em Comunidades Camponesas Pobres", sob orientação de Octavio Ianni. Em 1998 obtém o doutorado em Ciências Sociais (PUC-SP) com a defesa da tese "Josué de Castro: para uma poética da fome" orientada por Edgar Assis Carvalho.

Do ponto de vista temático e teórico metodológico a sua trajetória é caracterizada pela recepção de questões abordadas a partir de perspectivas marcadas por diálogos interdisciplinares. É a partir desta moldura que podemos entender o alcance de suas contribuições.

Sua obra, com forte presença no campo dos estudos sobre desenvolvimento e meio ambiente, a sociologia brasileira, os impactos sociais decorrentes do desenvolvimento das nanotecnologias e o ensino de sociologia é marcada pelo compromisso transdisciplinar na abordagem dos fenômenos sociais. O início de sua trajetória é caracterizado pelo interesse pelas comunidades rurais pobres. Seus estudos sobre o desenvolvimento rural, realizados em torno do rio São Francisco ao longo da década de 1990, investigaram a alterações no modus vivendi dos pescadores artesanais da região, as relações

entre as comunidades humanas e os recursos naturais e contribuiu para a construção de indicadores e diagnósticos acerca dos impactos das mudanças e políticas públicas relacionadas aos usos do rio para as populações ribeirinhas. Foi neste contexto que ela contribuiu para a fundação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) e do Núcleo de Estudos do Semiárido (NESA) na UFS (BARBOSA, 2021)

A sua contribuição também tem encontrado reconhecimento em torno do debate sobre o desenvolvimento de dimensões profissionais e institucionais que configuram estas ciências. Neste sentido ela atuou diretamente na luta pelo reconhecimento da profissão de sociólogo e ampliação do seu mercado de trabalho através da participação na gestão da Federação Nacional de Sociólogos (FNS) e atuação junto a SBS (comissão de ensino de sociologia) no processo de reinserção do ensino de sociologia na escola brasileira. Ajudou, também, a fundar a Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS), instituição que capitaneou no biênio 2013-2014.

Desde a regulamentação da lei que reconhece a nossa profissão de sociólogo, em plena ditadura em 1981, ao decreto que regulamenta a profissão em 1984, e a batalha para a volta do ensino de sociologia no Ensino Médio em 2008, essa luta tem sido uma constante, dentro e fora da universidade. Luta que eu acompanhei, acompanho e tenho muito carinho por ela (ELIAS, 2008).

Os aportes fornecidos pelo seu trabalho extrapolam a seara da ampliação das dimensões institucionais destas ciências em solo nordestino. No domínio da sociologia brasileira, como corolários de suas pesquisas sobre as comunidades rurais pobres, a retomada e o resgate da obra de Josué de Castro como marco para pensar as questões contemporâneas merecem destaque.

Não havia nenhum trabalho. Havia trabalhos sim, tanto de mestrado quanto de doutorado cujas temáticas passavam por ele. Então, você tem um capítulo, uma parte que trata de Josué de Castro, onde ele é, digamos, o objeto de estudo em si; para o doutorado o meu é o primeiro (ELIAS, 2008).

Outro importante contributo ao debate que marca a agenda da sociologia nos tempos atuais são suas incursões sobre as dimensões e implicações da nanotecnologia na experiência social contemporânea, indicando um *pioneirismo no conjunto de estudos e debates operados pela pesquisadora acerca dos impactos, no cenário contemporâneo, nas várias dimensões da vida social, ocasionados pelo desenvolvimento das nanotecnologias. Suas pesquisas desenvolvidas ao longo dos anos de 2009 e 2016 ("Nanotecnologias aplicadas aos alimentos e aos biocombustíveis" e, "Nanotecnologia e a atuação da RENANOSOMA na divulgação científica e popularização do conhecimento") buscam refletir sobre os novos valores sociais decorrentes deste avanço tecnológico (nova revolução científica) e das possibilidades que são apresentadas à sociedade. Sobre esta temática, há vários artigos e capítulos de livros publicados, bem como participações em vários Congressos Nacionais e Internacionais, coordenando grupos de pesquisas e participando de Mesas Redondas (BARBOSA, 2021).*

Em 2018 foi laureada com o título de professora Emérita da UFS. Continua como professora e pesquisadora colaboradora voluntária do PPGS-UFS (Programa de Pós-graduação e Pes-

quisa em Sociologia), com dezenas de teses e dissertações orientadas, coordenando o GEPIS (Grupo de Estudos e Pesquisa Itinerários Intelectuais, Imagem e Sociedade), rede que agrega diversos pesquisadores da Bahia, Alagoas e Sergipe, no âmbito do mestrado e do doutorado.

Otávio Ianni, em reflexão intitulada "A vocação política das ciências sociais", afirmou que o *produto do trabalho científico, nas ciências sociais, muitas vezes tende a incorporar-se ao objeto do conhecimento. Isto significa que o conhecimento produzido passa a ser parte da realidade social, como pensamento e prática*. É este sentido que devamos utilizar para a traduzir o alcance do contributo que a socióloga Tania Elias Magno da Silva oferece ao campo da sociologia e sociedade brasileiras. As críticas e a publicização dos resultados de suas pesquisas têm sido incorporadas pela realidade social. Elas têm contribuído, aliadas a propagação da imaginação sociológica embutidas nas inúmeras certificações de pesquisas, pesquisadoras e pesquisadores, para compor e espraiar um diagnóstico sociológico de relevantes questões que temos enfrentado.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

SILVA, T. E. M. da; TAKAHASHI, L. T.; VERAS, F. A. V. *As Várzeas Ameaçadas*. Um estudo preliminar das relações entre as comunidades humanas e os recursos naturais da Várzea da Marituba em Alagoas. São Paulo: EDUSP, 1990.

SILVA, T. E. M. da S.; LOPES, E. S. A.; MOTA, D. M. *Ensaios*: Desenvolvimento Rural e transformações na Agricultura. Aracaju: J. Andrade Editora, 2002.

SILVA, T. E. M. *Josué de Castro*. 1a. ed. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2012. v. 01. 839p.

SILVA, T. E. M. *Josué de Castro*– Para uma poética da Fome. 1. ed. Curitiba: CRV, 2020. v. 01. 488p.

SILVA, T. E. M.; LOPES, E. S. A. *Múltiplos Olhares sobre o semiárido nordestino*. Sociedade, Desenvolvimento, Políticas Públicas. Aracaju: J. Andrade Editora, 2003.

SILVA, T. E. M.; WAISSMANN, W. (Org.) *Nanotecnologias, Alimentação e Biocombustíveis* – Um olhar Transdisciplinar. 1a. ed. Aracaju: Editora Criação, 2014. v. 01. 235p.

SILVA, T. E. M.; CARVALHO, E. de A. *Et. al*. *Polifônicas Ideias*: Antropologia e Universalidade. 1. ed. São Paulo: Imaginário, 1997. v. 1.

SOBRE A AUTORA

BARBOSA, I. *Tânia Elias Magno Silva e a Sociologia em Sergipe*. Aracaju, Jornal da Cidade. 29 de Setembro de 2021.

ELIAS, T. Entrevista: professora Tânia Elias. *Revista Inter-Legere*, n. 3, 19 dez. 2013.

PEREIRA, T. I. "Sou Professora e Amo Demais a Minha Profissão": Entrevista Com Tânia Elias Magno da Silva." *Cadernos Da Associação Brasileira De Ensino De Ciências Sociais 2*, n. 1 (2018).

VERA LÚCIA SILVEIRA BOTTA FERRANTE

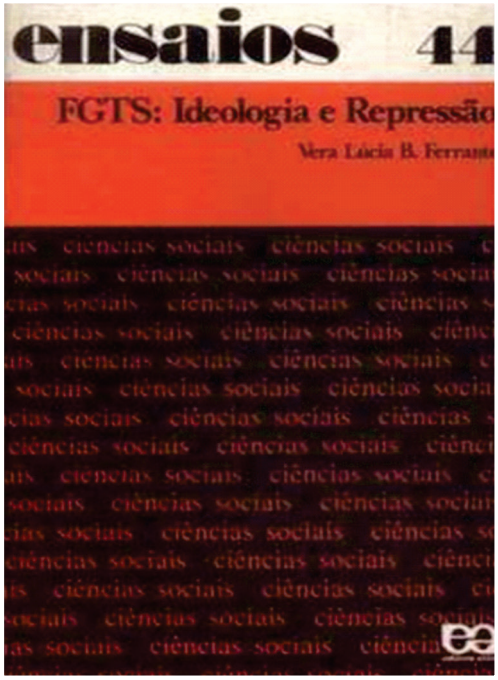
Por **Luiz Antonio Barone** (Unesp Pres. Prudente) e **Marcelo Alario Ennes** (UFS)

Na introdução do livro "The Women Founders: Sociology and Social Theory: 1830 – 1930", Patricia Madoo Lengermann e Gillian Niebrugge ajudam a entender como um grupo de mulheres sociólogas participaram ativamente do movimento de formação e consolidação da Sociologia como ciência e por que não apareciam nos manuais e conteúdos programáticos de suas disciplinas introdutórias. As autoras reconstroem as circunstâncias nas quais a "política de gênero" e a "política de conhecimento" atuaram no apagamento destas fundadoras dos registros acadêmicos e históricos da Sociologia, o que impediu que elas legassem suas importantes contribuições temáticas, teóricas e metodológicas para as gerações que lhes seguiram tal como o fez a tríade formada por Karl Marx, Èmile Durkheim e Max Weber que lhes foi contemporânea.

Felizmente, este não é o caso de Vera Lúcia Botta Ferrante. Em um contexto brasileiro que compreende as últimas décadas do século XX e as décadas iniciais do século XXI, Vera é parte do que poderia ser chamada de uma "Escola de Sociologia" com predominância absoluta

VOLTA AO SUMÁRIO

de mulheres que, durante décadas, formou e deu lastro acadêmico e intelectual ao departamento de Sociologia da atual Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Araraquara. Como uma de suas expoentes, Vera formou e ainda forma inúmeros discípulos. Suas ex-orientandas e seus ex-orientandos (quase uma centena) puderam e podem aprender sociologia a partir da indissociável dedicação ao trabalho de campo, à pesquisa empírica e à reflexão teórica e ao cuidado metodológico.



A carreira acadêmica de Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante teve início quando ingressou em 1963 na primeira turma do curso de Ciências Sociais pela então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara. Poderia ter se formado em Matemática, pois sua primeira iniciação científica (à época, já com bolsa da FAPESP) estava vinculada ao Departamento de Matemática daquela faculdade; mas, sua vocação para as humanidades, aliada à conjuntura política, especialmente crítica da época, foram decisivas para o prosseguimento de seus estudos em Sociologia. Formou-se em 1966 e, ainda muito jovem, no ano seguinte, ingressou como docente na mesma instituição.

Em 1969, Vera Lúcia Botta Ferrante deu início à formação pós-graduada. Pela qualidade de seu trabalho – uma extensa pesquisa sobre o recém-criado Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) -, seu Mestrado foi convertido em Doutorado, concluído em 1974. Em 1978, publicou sua tese de Doutorado intitulada "FGTS: ideologia repressão – o primeiro livro de sua autoria". Dois anos antes, em 1976, passou a integrar a recém-criada Universidade Estadual Paulista (Unesp). Dando continuidade à sua formação acadêmica, em 1984, realizou seu Pós-Doutorado, com bolsa da CAPES, no Instituto de Investigaciones Sociales da Universidade Autônoma do México (UNAM), sob supervisão de Hubert de Grammont, referência nos estudos de Sociologia Rural.

Sobretudo a partir de seu retorno do México, Vera investiu sua carreira na área de Sociologia Rural, tendo desenvolvido sucessivos projetos de pesquisa tematizando as condições de vida e organização política dos trabalhadores rurais do interior paulista. Em 1987, em colaboração com Maria Aparecida Moraes Silva (ILCSE/UNESP/Araraquara), coordenou o projeto "Bóia-Fria: vida, trabalho e luta", iniciativa de investigação que começou a reunir um grande grupo de colaboradores discentes de graduação (no qual os autores desta bionota se inseri-

ram) e pós-graduação. No ano seguinte (1988), liderou, ao lado de Sonia Maria Pessoa Bergamasco (UNESP/Botucatu), o maior esforço de pesquisa em termos de estudos rurais da Unesp até então: o projeto "Análise e Avaliação dos Projetos de Reforma Agrária e Assentamentos no Estado de São Paulo". Esse ousado empreendimento de investigação teve, como um de seus resultados, o primeiro recenseamento realizado nos assentamentos de reforma agrária – Censo dos Assentamentos do Estado de São Paulo cujos resultados foram publicados em 1995.

Fruto desse intenso trabalho de investigação e reflexão, em 1992, Vera Lúcia Botta Ferrante defendeu sua Tese de Livre-Docência na Unesp, intitulada "A chama verde dos canaviais: uma história de lutas dos boias-frias no interior paulista". Esta é uma obra de referência que ainda não publicada. Nessa mesma década, Vera se torna pesquisadora em produtividade nível I-A do CNPq, condição que se manteve ao longo dos anos.

O mergulho no campo da Sociologia Rural, mais especificamente em torno do tema dos assentamentos, envolveu a criação do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) sob a liderança de Vera. Este evento marcou não apenas a institucionalização de suas atividades de pesquisa e de orientações no âmbito da graduação e pós-graduação, mas, também, refletia toda vivacidade intelectual e política que a destacava no ambiente acadêmico no limiar da chamada Nova República. Por sua vez, o Nupedor passou a ter um papel fundamental na principal linha de pesquisa da Pós-Graduação de Sociologia da FCL/Unesp nos anos 1980 e 1990 – a linha de pesquisa "Estado e Agricultura". Programa do qual Vera Botta Ferrante foi, por várias vezes (e de forma sucessiva), coordenadora até sua aposentadoria na instituição, na virada para o Século XXI.

Como pesquisadora, sua paixão pelo trabalho e sua natural liderança fizeram com que Vera aliasse sua trajetória de pesquisa e docência na Unesp com uma importante presença no campo da sociologia rural nacional, através de um intenso e permanente trabalho de articulação de redes de pesquisadores sobre o rural brasileiro contemporâneo – com destaques para a Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural (SOBER), o Programa de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura-PIPSA (e sua sucedânea, a APIPSA) e para a Rede de Estudos Rurais, entidades das quais compôs seguidamente as diretorias, inclusive ocupando a presidência de algumas delas. Possivelmente, o ápice desse seu trabalho de articulação tenha sido a primeira vice-presidência da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural/ALASRU, no quadriênio 2011-2014. Vera, inclusive, presidiu o IX Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, realizado na cidade do México em 2014.

Além dessa inequívoca liderança acadêmica, Vera Lúcia Botta Ferrante tem sido uma incansável militante em favor das pautas progressistas, com destaque para a luta política das mulheres, tendo sua terra natal, Araraquara, como foco de sua atuação pública. "Vera Botta" foi eleita vereadora no município por duas vezes (nos pleitos de 1992 e 2000), colaborando diretamente para que a cidade de Araraquara se tornasse um polo politicamente progressista no interior paulista no início do Século XXI. Após o fim de seu segundo mandato, Vera foi a

titular da Coordenadoria Municipal do Meio Ambiente na gestão 2005-2008. Durante as sucessivas gestões federais encabeçadas pelo Partido dos Trabalhadores, entre os anos 2003 e 2016, Vera Lúcia Botta Ferrante também desenvolveu vários projetos de assessoria junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA, sempre tematizando políticas públicas voltadas à inclusão socioprodutiva de segmentos específicos da agricultura familiar – notadamente os assentados e assentadas em projetos de reforma agrária.

Em 2003, Vera deu início a um novo capítulo de sua trajetória profissional, criando e coordenando o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente na Universidade de Araraquara (Uniara), instituição para a qual transferiu o Nupedor e, também, a publicação dos "Retratos de Assentamentos" – periódico que contou com seu trabalho de editora desde o ano de 1994. A partir de um projeto de publicação internacional (França/Brasil), desde 2005, o Nupedor tem realizado bianualmente o "Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais". Em 2020, chegou à sua nona edição.

Em 2015, o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente deu início ao seu Doutorado, garantindo maior alcance acadêmico a esta iniciativa coletiva capitaneada por Vera. Em 2016, Vera Lúcia Botta Ferrante assumiu a Pró-Reitoria de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade de Araraquara, dando continuidade à sua trajetória profissional e acadêmica. Tal realização pode ser considerada a coroação de sua carreira. Vera, no entanto, manteve-se em sala de aula, pesquisando, liderando o Nupedor e formando novos pesquisadores – em suas palavras, sua "boa sementeira".

Vera é um exemplo de uma sociologia que cumpre seu papel acadêmico e científico, mas também com uma sociologia pública comprometida com o pensamento crítico e com a justiça social e, sobretudo, com a vida cuja herança está materializada tanto em sua extensa produção acadêmica, quanto na condição de formadora de muitas gerações de sociólogas e sociólogos que certamente manterão vivo o seu legado como pesquisadora, professora e como uma pessoa capaz de manter viva a esperança em uma sociedade mais justa.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

FERRANTE, V. L. S. B. *FGTS*: ideologia e repressão. São Paulo, Ed. Ática, 1978.

FERRANTE, V. L. S. B.; SANTOS, I. P. (orgs.) *Da terra nua ao prato cheio*. São Paulo/Araraquara, Fundação ITESP/Uniara, 2004.

FERRANTE, V. L. S. B.; ALY JÚNIOR, O. (orgs.) *Assentamentos Rurais:* Impasses e Dilemas (uma trajetória de 20 anos). São Paulo: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2005.

FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. (orgs.) *Reforma Agrária e desenvolvimento:* desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília/Araraquara: MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário/UNIARA, 2008.

FERRANTE, V. L. S. B.; SILVA, M. A. M. *A política de assentamentos:* o jogo das forças sociais no campo. Revista Perspectivas. EdUnesp, São Paulo, n.11, p. 33-51, 1988.

FERRANTE, V. L. S. B. Caminhos e Descompassos do Sindicalismo Rural Paulista. *Revista Perspectivas*, Edunesp, n.12/13, p. 73-102, 1990.

FERRANTE, V. L. S. B. A Proletarização Não Tem Cartas Marcadas: A Terra No Horizonte dos Boias-Frias. *Revista REFORMA AGRÁRIA.* Campinas, ABRA, v. 22, n. 3, p. 16-23, 1992.

FERRANTE, V. L. S. B. Os herdeiros da modernização (grilhões e lutas dos bóias-frias). *Revista Políticas Agrícolas,* Ciudad do México, v. III, n.2, p. 85-112, 1998.

BARONE, L. A.; FERRANTE, V. L. S. B. Assentamentos Rurais em São Paulo: estratégias e mediações para o desenvolvimento. *Revista Dados*. Rio de Janeiro, v. 55, p. 755-785, 2012.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A. "Parcerias" com a cana-de-açúcar: tensões e contradições no desenvolvimento das experiências de assentamentos rurais em São Paulo. *Revista Sociologias*. Porto Alegre, UFRGS, v. 13, p. 262-305, 2011.

VILMAR FARIA

Por **Sonia Miriam Draibe** (Unicamp)

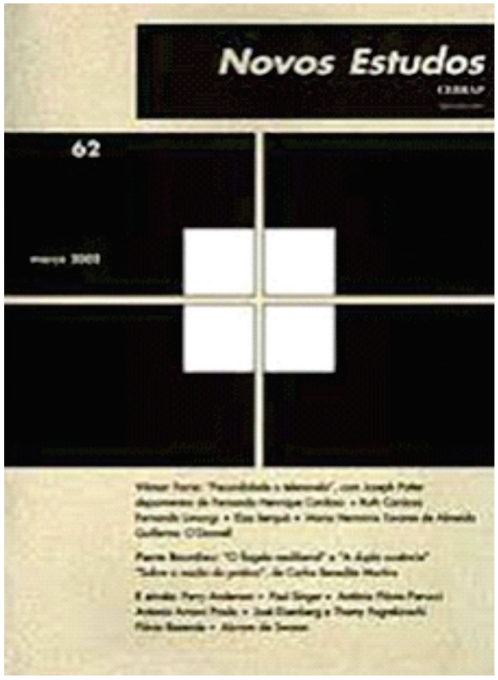
Vilmar Faria nasceu em Belo Horizonte em 12 de maio de 1941 e morreu em Brasília em 28 de novembro de 2001.

Graduou-se na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG como Bacharel em Sociologia e Política e Administração Pública, em 1964. Em 1965 iniciou sua vida profissional no Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, de onde se demitiu com 223 docentes, em protesto solidário pela demissão do professor Ernani Maria de Fiori. Em 1966-1967 cursou a Vª Promoção da Escuela Latinoamericana de Sociologia/ELAS-FLACSO, em Santiago do Chile obtendo título de Mestre em Sociologia (menção "cumlaudae"). Entre 1968-69 foi Pesquisador do ILPES/Comisión Económica para América Latina y el Caribe CEPAL e Professor da Escuela Latinoamericana de Sociologia. Em 1969-71 fez Doutorado, Ph.D em Sociologia, na Harvard University, Cambridge, Massachusetts, defendendo a Tese:"Occupational Marginality, Employment and Poverty in Urban Brazil".

Vilmar Faria teve uma formação acadêmica sólida que lhe permitiu aliar rigor teórico e metodológico, transitando com desenvoltura pelos campos disciplinares da Sociologia, Ciência Política, Demografia e pelas suas interrelações. Desenvolvimento social e políticas

VOLTA AO SUMÁRIO

públicas; urbanização e pobreza; estratificação social e estudos de população foram áreas sobre as quais pesquisou, ensinou e escreveu. Participou do grupo que concebeu os Núcleos de Políticas Públicas implementados com pioneirismo na UNICAMP e demonstrou a importância de incluir o estudo sistemático das políticas sociais na agenda da pesquisa e dos cursos acadêmicos do país. Relacionou políticas públicas com demografia, buscando explicações teóricas, tópicas e gerais, para a transição demográfica brasileira, iniciada na década de 1960. Resultado emblemático e criativo é descrito no artigo "Políticas de governo e regulação da fecundidade: consequências não antecipadas e efeitos perversos" publicado na Revista Ciências Sociais Hoje, 1989. Ao identificar o acesso da população mais pobre aos bens de consumo duráveis, à subcultura médica, aos benefícios da seguridade social e aos recursos modernos de telecomunicações como variáveis explicativas do declínio acentuado e sistemáico da fecundidade no país, traçou caminho para inúmeras linhas de pesquisa desenvolvidas aqui e no exterior.



Vilmar tinha grande capacidade de diálogo e articulação. Foi um profissional de equipe com pensamento e ação institucionais. Teve o recato dos sábios. Sobre esta característica sua filha disse: "No meu pai a discrição era apenas uma consequência acessória de outra qualidade – o esforço constante para atribuir um sentido profundo, tanto às escolhas quanto às fatalidades da vida. Ele não se permitia ser leviano ou superficial e, frequentemente, me dizia 'até ter alguma coisa a dizer, fico calado'." Aqueles que o conheceram e conviveram com ele sabem que, pluralista, Vilmar conhecia todos os matizes conceituais da disciplina e com a expressão "alguma coisa a dizer" referia-se a ideias, osbservações e análises capazes de promover o debate, divergindo ou agregando, desde que tivessem fundamento e qualidade.

Ocupou cargos e funções no Brasil e no exterior, mas foi em São Paulo que fixou sua residência e exercitou sua vida profissional como Pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento/Cebrap, de cuja instituição também foi presidente; Professor Titular do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP; Professor Colaborador da FFLCH/ Universidade de São Paulo; Presidente da ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, biênio 1989-1990; Presidiu, como Diretor Executivo, a Fundação do Desenvolvimento Administrativo de SP/FUNDAP (1983-1986); Secretário de Coordenação da Câmara de Política

Social, do Conselho de Governo, da Presidência da República – Brasília, DF (1996-1999); Assessor Chefe da Assessoria Especial da Presidência da República – Brasília, DF (1999 – 2001).

No exterior foi professor, conferencista e pesquisador visitante em várias Instituições. Citamos algumas: School of Public Health/Harvard University, Cambridge, Mass.; Helen Kellogg Institute/University of Notre Dame, South Bend, Ill.; LBJ School of Public Affairs/ University of Texas, Austin, TX.; Professor Titular da Cátedra Rio Branco, na Universidade da Califórnia em Berkeley, Cal.; Conferência Inaugural, "Brasil: tema "The Social Question", Universidade de Oxford, Oxford (dezembro 2000).

Em vida e após a morte recebeu distinções acadêmicas, homenagens e láureas dentre as quais: Harvard Graduate Prize Fellowship e Harvard Teaching Fellow; "Commandeur de l´Ordre National du Merite"/França; Orden "Al Mérito"/ República do Chile; Ordem de Rio Branco/ MRE condecorado com os graus de Comendador, Grande Oficial, Grã-Cruz; Grande Medalha da Inconfidência/Minas Gerais; Ordem Nacional do Mérito Científico/Grã Cruz; Diploma de "Ex-Aluno da UFMG"/Destaque 2000; Ordem Nacional do Mérito Educativo/Grande Oficial. "Homenagem a Vilmar Faria" em NOVOS ESTUDOS CEBRAP 62 Março 2002.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

Faria, V. E.. *Reformas institucionales y coordinación gubernamental en la política de protección social de Brasil. Série Politicas Sociales*. Naciones Unidas, CEPAL/ECLAC – División de Desarrollo Social, Santiago de Chile, 2003 (publicacão póstuma)

FARIA, V. E.. .; ´POTTER, J. E. Television, telenovelas, and fertility change in north-east Brazil. In: LEETE, Richard(Ed.). *Dynamics of values in fertility change*. Oxford: International Union for the Scientific Study of Populations Problems – IUSSP – Oxford University, 1999.

FARIA, V. E.. The current social situation in Brazil: dilemmas and perspectives. University of Notre Dame/Kellogg Institute, Spring, 1994. (*Democracy and Social Policy Series*, n. 1).

FARIA, Vilmar E.. "A Conjuntura Social Brasileira: Dilemas e Perspectivas". *Novos Estudos Cebrap*, n. 33, 1992.

FARIA, V. E.. Políticas de governo e regulação da fecundidade: consequências não antecipadas e efeitos perversos. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo: ANPOCS, p. 62-103, 1989.

FARIA, V. E.. Mudanças na composição do emprego e na estrutura de ocupações. In: BACHA & KLEIN (Org.). *A transição incompleta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FARIA, V. E.. .; Pobreza urbana, sistema urbano e marginalidade: críticas, sugestões e um projeto de pesquisa. *Estudos CEBRAP* 9, 1974.

VINÍCIUS CALDEIRA BRANT

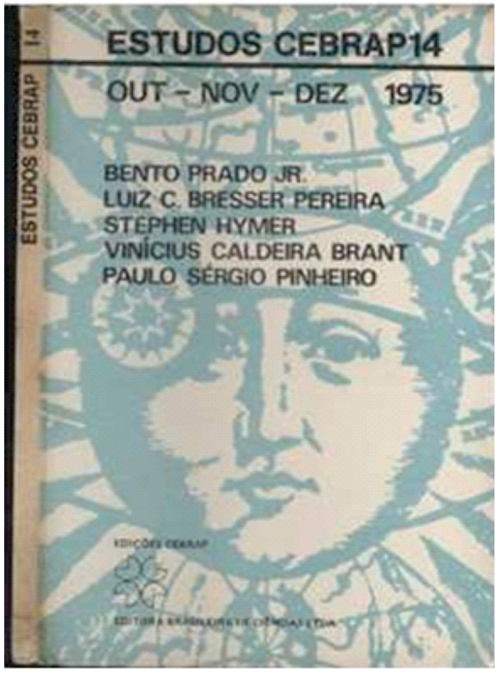
Por **Danilo Lucena Mendes** (UFSCar)

Vinícius Caldeira Brant nasceu na cidade de Belo Horizonte (MG) em 23 de março de 1941. Na segunda metade da década de 1950, ingressou na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais. Nessa instituição formou-se em Sociologia e Política. Sua formação também foi atravessada pelas mudanças sociais e pelas movimentações políticas que marcaram o Regime Democrático iniciado em 1945.

Em 1961, Vinícius Caldeira Brant integrou o Movimento Revolucionário Tiradentes vinculado às Ligas Camponesas, a principal associação dos/as trabalhadores/as rurais nessa época. Também foi membro da Juventude Universitária Católica (JUC) por meio da qual integrou o grupo que, em junho de 1962, fundou a Ação Popular (AP), organização vinculada à ala progressista da Igreja Católica no Brasil. Ainda em 1962, tornou-se presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). Durante sua presidência, a UNE movimentou-se a favor da Reforma Universitária, das Reformas de Base e, a partir de 1963, integrou a Frente de Mobilização Popular que atuou em defesa do governo do Presidente João Goulart.

VOLTA AO SUMÁRIO

Por força do golpe de Estado de 1964, Vinícius Caldeira Brant exilou-se na França. Entre 1964 e 1967, esteve na École Pratique des Hautes Études sob a orientação do sociólogo francês Alain Touraine. No segundo semestre de 1967, Vinícius Caldeira Brant contribuiu com o texto "Bibliographie commentée: Ouvriers et syndicats au Brésil" para a publicação "Classes sociales et pouvoir politique en Amérique latine" da revista Sociologie du Travail. Nesse mesmo ano, retornou para o Brasil e voltou a contribuir com organizações políticas vinculadas à AP. Em 1970, foi preso e torturado por agentes da ditadura. Três anos depois, saiu da prisão e, no ano seguinte, passou a compor a equipe de pesquisadores/as do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).



Com a equipe de pesquisadores/as do Cebrap, Vinícius Caldeira Brant coordenou estudos encomendados pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo liderada pelo arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns (1921-2016). Entre 1976 e 1989, foram publicados os seguintes livros: "São Paulo 1975, crescimento e pobreza", que abordou o tema da desigualdade social como efeito do processo de acumulação capitalista; no segundo estudo, "São Paulo, o povo em movimento", o objeto de análise são os movimentos sociais pensados em relação ao clássico problema sociológico da mudança social; a derradeira pesquisa da parceira com a Arquidiocese, "São Paulo, trabalhar e viver", analisou as condições de vida e o cotidiano dos/as trabalhadores/as da metrópole com destaque para a precariedade das relações sociais de produção e reprodução social.

O desenvolvimento do capitalismo agrário foi também um tema dileto de Vinícius Caldeira Brant na sua primeira fase como pesquisador do Cebrap. Nos cadernos e revistas desse centro, publicou um estudo sobre a força de trabalho na agricultura, "Desenvolvimento agrícola e excedentes populacionais na América Latina: notas teóricas" (1975); refletiu sobre a relação entre o exército industrial de reserva e o desenvolvimento capitalista na agricultura, "Do colono ao bóia-fria: transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis." (1976); e, em parceria com seu colega de profissão, o sociólogo Juarez Rubens Brandão Lopes, produziu "Extrativismo e Decadência: Cidade e Campo em Parnaíba." (1978). Ainda pelo Cebrap, publicou o trabalho "Estrutura agrária e democracia na

América Latina" (1978); e o ensaio "Notas sobre as interpretações burocráticas da burocracia ou as artes da tesoura" (1976).

Vinícius Caldeira Brant também integrou o grupo de cientistas sociais reunidos no Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), criado em 1976. No ano de 1980, participou dos esforços que culminaram com a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT). Três anos depois, contribuiu para a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Ainda em 1983, tornou-se presidente da Associação Profissional dos Sociólogos do Estado de São Paulo. Além disso, coordenou uma pesquisa sobre os/as trabalhadores/as da indústria de petróleo da cidade de Paulínia (SP). Esse estudo resultou no livro "Paulínia: petróleo e política." (1990).

Em 1991, foi aprovado no concurso para professor titular do departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com uma pesquisa que, mais tarde, foi publicada como livro: "O trabalho encarcerado" (1994). Na UFMG, orientou pesquisas na área de sociologia do trabalho. Vinícius Caldeira Brant faleceu no dia 25 de maio de 1999.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

BRANT, V. C. A questão agrária e o momento atual: diferenças de concepção ou de estratégia, *Reforma Agrária*, jul./ago., Campinas, 1980.

BRANT, V. C. Desenvolvimento agrícola e excedentes populacionais na América Latina: notas teóricas, *Estudos CEBRAP*, n. 14, São Paulo, 1975.

BRANT, V. C. Do colono ao bóia-fria: transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis. *Estudos CEBRAP*, n. 19, São Paulo, 1976.

BRANT, V. C. Estrutura agrária e democracia na América Latina. *Estudos CEBRAP*, n. 27, São Paulo, 1978.

BRANT, V. C. Notas sobre as interpretações burocráticas da burocracia ou as artes da tesoura *Estudos CEBRAP*, n. 17, São Paulo, 1976.

BRANT, V. C. et. al. *Paulínia, petróleo e política*. Campinas: Sindicato dos Petroleiros de Paulínia e Campinas, Cebrap, 1990.

BRANT, V. C.; LOPES, J. R. B. *Extrativismo e Decadência*: Cidade e Campo em Parnaíba. CEBRAP: São Paulo, 1978, 176 p.

SOBRE O AUTOR

OLIVEIRA, F. D. Inovação, rigor e ascese: entre a vida e a obra de Vinícius Caldeira Brant. *Tempo Social*, v. 13, n. 1, p. 1-8. https://doi.org/10.1590/S0103-20702001000100001.

VIOLETA REFKALEFSKY LOUREIRO

Por **Edila Moura** (UFPA)

Acompanho a trajetória profissional da Professora Violeta Refkalefsky Loureiro, inicialmente, como sua aluna no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (UFPA) e como bolsista de pesquisa no Instituto de Desenvolvimento Social e Econômico do Estado do Pará-IDESP, onde ela foi pesquisadora. Posteriormente, como sua colega no departamento de Metodologia das Ciências Sociais, hoje extinto, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – o IFCH, da UFPA; e, ultimamente, como docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia-PPGSA também desta universidade. Esse convívio, de mais de cinquenta anos, me possibilita desenvolver esse texto, em um misto de admiração e agradecimento.

Violeta é graduada em Ciências Sociais pela UFPA (1969), fez mestrado em Sociologia na Unicamp (1985), doutorado no Institut des Hautes Études de l`Amérique Latine, (IHEAL), em Paris, França (1994), pós-doutorado na Universidade de Coimbra, Portugal (2006). No conjunto de suas atividades profissionais destaca-se sua contribuição para o desenvolvimento da sociologia no estado do Pará e na Amazônia. Feitos que foram reco-

VOLTA AO SUMÁRIO

nhecidos com o título de Professora Emérita, concedido pela UFPA, em 2015 e, em 2021, o Prêmio Florestan Fernandes, pela Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), homenagens que se agregaram a outros prêmios que lhe foram concedidos ao longo dos anos, em grande parte, por sua atuação em defesa da educação pública e de qualidade.

A defesa da educação, pública e de qualidade pode-se dizer que é um dos dispositivos sociais desenvolvidos em seu convívio familiar, em especial, pela determinação de sua mãe, uma intelectual autodidata apaixonada por literatura, que investiu na educação dos filhos como sua mais obsessiva missão. Na casa, a biblioteca farta em obras literárias, era o lugar compartilhado pelos pais e seus cinco filhos. Aos 10 anos, Violeta declamava versos de Castro Alves e era conhecedora de detalhes da Revolução Francesa.

Seus pais, judeus austríacos, fugindo da Europa com a ascensão do nazismo, ainda antes da Segunda Guerra Mundial, migraram para a Amazônia, optando por uma região de pouca acessibilidade, temerosos da perseguição. O local escolhido foi o então Território Federal do Rio Branco, hoje Estado de Roraima, à época com menos de 10 mil habitantes. Fizeram seu lar na cidade de Boa Vista, onde Violeta nasceu em 1944, que, apesar do status de capital, era uma remota cidadezinha, com ruas em chão batido, estendida à margem de um rio de águas claras, salpicado de praias de areias alvas – o Rio Branco. Assentada num platô, pelo alto a cidade é cercada de colinas e, abaixo do platô, pela floresta amazônica. Uma cidadezinha pacífica e encantadora, àquela época, com a mobilidade de seus moradores limitada aos trânsitos fluviais e aéreos, com muitas restrições. Pelo rio, o percurso era restrito pois as três cachoeiras na descida do platô interceptavam a navegação dos barcos no trecho até Manaus, capital do estado do Amazonas, centro urbano com maior oferta de serviços nas "proximidades". Pela via área, apenas os aviões da Força Aérea Brasileira – FAB e, uma única companhia de aviação, a extinta Cruzeiro do Sul, faziam viagens semanais ligando Boa Vista à Manaus e, de lá, conectando-se com o resto do Brasil. Poucas pessoas da cidade saíam dela até o final de suas vidas.

O acesso à escolarização formal era reduzido a quatro anos do curso primário e quatro do curso ginasial, como denominados àquela época. Mediante essa limitação, quando seu irmão mais velho concluiu o ginasial aos 14 anos, sua mãe decidiu que ele e Violeta, com 10 anos,

iriam dar continuidade aos estudos na cidade do Rio de Janeiro. Ele residindo em um pensionato, ela com tios até os 13 anos quando passou também a morar em um pensionato de freiras. A primeira viagem, assim como as que se seguiram anualmente nos períodos de férias na cidade natal, foram feitas sob responsabilidade da FAB em percursos que chegavam a durar uma semana, em cada trecho. Sobrevoando a floresta amazônica a baixas alturas, parando nas pequenas cidades e povoados, Violeta foi se assenhorando da grandiosidade da floresta amazônica e da diversidade cultural de seus habitantes. Esse despertar consolida-se futuramente como seu principal objeto de estudo acadêmico como também em seus posicionamentos políticos em defesa da socio diversidade amazônica.

Violeta, assim como seu irmão, correspondeu aos investimentos e expectativas familiares, dando sequência à sua formação universitária, agora já na cidade de Belém, Pará, para onde veio em busca de trabalho para manter seus estudos universitários. Torna-se economicamente ativa como professora de escola primária e a docência passa a ser sua mais contínua atividade. Ingressa na UFPA por concurso público pela Faculdade de Filosofia, na disciplina Economia, e aqui vivenciou a inusitada situação de ter que se submeter três vezes a concursos públicos, exigências das diversas reformas administrativas do ensino superior no país. Além de professora, teve experiências como funcionária do Banco da Amazônia, exerceu cargos públicos na área da política educacional, foi diretora de instituto de pesquisa. Destaco a seguir, as contribuições que julgo mais relevantes no conjunto de sua obra.

Violeta tem sido uma permanente defensora do ensino público e de qualidade da Sociologia no ensino médio, como o alicerce para a formação crítica do pensamento social a partir da população jovem. Devemos a ela a introdução da Sociologia e da Filosofia como disciplinas obrigatórias do ensino médio, no Pará, em 1997. Quando, em 2008, foi criada a lei 11.684, com essa obrigatoriedade em nível nacional, o estado do Pará já a havia implantado há 11 anos. Antes, em 1989, ela conseguiu a inclusão da disciplina Estudos Amazônicos no ensino fundamental da rede pública do estado do Pará. Conquistas que estão permanentemente ameaçadas pelas mudanças nas políticas educacionais, mas que contaram sempre com a voz ativa e continuada por parte da pesquisadora.

Em sua atuação como pesquisadora e, principalmente, quando ocupou o cargo de presidente do já citado IDESP, criou possibilidades para o reconhecimento da importância das pesquisas sociais para as ações do planejamento, abrindo oportunidades de trabalho para muitos cientistas sociais, mas, sobretudo, inserindo as ciências sociais como ferramenta para o planejamento e desenho das políticas públicas no Estado. O IDESP se destacou de forma pioneira na realização de pesquisas sobre os 143 municípios do Pará, construindo o 1º zoneamento econômico-ecológico do Estado, quando não existiam imagens de satélite disponíveis; ainda, com a produção de indicadores econômicos e sociais de qualidade, incluindo pesquisas mensais sobre custo de vida, emprego e desemprego, dentre outras. Esse Instituto perdeu seu vigor dada a prevalência de políticas de Estado de cunho neoliberal.

Sua dedicação ao ensino e à pesquisa sobre a Amazônia resultou na produção de livros de referência sobre as condições de vida e de trabalho e suas relações com a natureza nessa região. Quatro desses livros são direcionados aos estudantes de ensino médio, fato inédito. Seus estudos evidenciam os desastres dos modelos desenvolvimentistas impostos à região em diversos momentos da história. Dentre esses, destaca-se Amazônia no século XXI, novas formas de desenvolvimento, publicado em 2009, resultado de seu estágio pós-doutoral na Universidade de Coimbra, e prefaciado por seu orientador, Boaventura dos Santos.

Tantos feitos em sua trajetória de vida profissional, tantas contribuições para a ciência e para o ensino. Violeta é também uma amiga generosa, com compromissos verdadeiros, com muitos exemplos de louvor à vida e ao amor familiar.

As sementes de mogno, andiroba, copaíba, que distribuía lançando do avião Douglas C-47 da FAB, sobrevoando a Amazônia em direção ao Rio de Janeiro, podem ter contribuído para o reflorestamento da Amazônia, tão fortemente devastada. De certo, as sementes do seu trabalho intelectual e político já frutificaram abundantemente.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

LOUREIRO, V. R. *Amazônia* – colônia do Brasil, Manaus, Ed. Valer-Manaus, 2022.

LOUREIRO, V. R. *Amazônia* – Estado, homem, natureza. 4ª ed. Belém: Cultural Brasil, 2019.

LOUREIRO, V. R. *A pesquisa nas ciências sociais e no direito*. Belém: UFPA/NAEA/Cultural Brasil, 2018.

LOUREIRO, V. R. *A Amazônia no Século XXI:* novas formas de desenvolvimento. São Paulo: Empório do Livro, 2009.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Os parceiros do mar*. Belém: CNPq/MPEG,1985.

3° PERÍODO

EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CAMPO,

1980-2000

ALBA MARIA PINHO DE CARVALHO

Por **Leila M. Passos de S. Bezerra**
(MARGENS-UECE)

Alba Maria Pinho de Carvalho nasceu em São Luís do Maranhão, em 1950. Todavia, considera-se uma "maranhense-cearense". Afinal, elegeu Fortaleza a sua "terra para viver" faz trinta e oito anos. Autodeclara-se mulher negra, nordestina, professora e pesquisadora contemporânea e engajada na tessitura crítica, plural, transdisciplinar e decolonial do "fazer científico" entrelaçado ao "fazer político". Graduou-se em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em 1973, lócus de início de sua trajetória docente, em 1974. Cursou mestrado em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio (1979-82), a vivenciar o contexto de ocidentalização da sociedade civil brasileira (COUTINHO, 1989), em tensões e lutas pela redemocratização do país. Em agosto de 1984 intensificou seu deslocamento para o campo sociológico, ao ingressar como professora efetiva do Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Ceará (UFC). Nessa instituição, fez o doutorado em Sociologia (1995-99) e seu pós-doutoramento no Centro de Estudos Sociais da Universida-

VOLTA AO SUMÁRIO

de de Coimbra (CES/UC), em Portugal (2008-09). Ao longo desses quarenta e oito anos de docência universitária, em suas interlocuções no âmbito das Ciências Sociais, tem atuado nos seguintes temas: Mundialização do Capital em Tempos de Ajuste; Transformações na América Latina; Emancipação Social no Século XXI; Brasil Contemporâneo; Democracia, Estado e Políticas Públicas; Política de Assistência Social; Avaliação de Políticas Públicas; Epistemologia e Metodologia das Ciências Sociais; Estudos pós-coloniais, decoloniais e afrodiaspóricos.

Alba Carvalho iniciou sua trajetória docente aos vinte e quatro anos, quando, em 1974, foi indicada, pela professora Maria Ozanira da Silva e Silva, para assumir sua cátedra de Teoria do Serviço Social, no curso de Serviço Social da UFMA, no momento em que iria se afastar para a pós-graduação nos EUA. Reconhecida por sua dedicação e competência acadêmicas, Alba Carvalho passou dez anos na docência em Serviço Social (UFMA). No decurso da graduação e do mestrado aprofundou-se no pensamento marxiano e marxista, em especial do filósofo Antônio Gramsci. Protagonizou, junto com outras destacáveis profissionais da época, o Movimento de Renovação do Serviço Social brasileiro e sua versão latino-americana (o Movimento de Reconceituação), a atuar na Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS).

Inquieta, crítica e instigante, essa intelectual negra buscou sempre dialogar com outros campos do saber – sociologia, filosofia, economia política – e no mestrado foi orientada pela socióloga marxista Miriam Limoeiro Cardoso. Tal orientação constituiu um marco na sua trajetória no campo dos estudos sociológicos. Escreveu, à luz do pensamento gramsciano, sua dissertação, publicada em livro intitulado "A questão da transformação e o trabalho social: uma análise gramsciana" (1983), referência emblemática na afirmação da perspectiva histórico-crítica do Serviço Social Brasileiro. As escolhas teórico-metodológicas e políticas da jovem Professora Alba Carvalho – encarnadas em suas práticas de ensino, pesquisa e extensão – lhes trouxeram implicações perversas durante a fase de repressão vivenciadas na UFMA, em especial, pelo "Serviço Social Crítico", por parte da reitoria da época. As perseguições políticas sofridas e extensivas a seus familiares, então servidores da UFMA, e sua aproximação com a Sociologia durante o mestrado (PUC-RJ) somaram-se a motivos pessoais que conduziram-na a prestar concurso público para a UFC. Assim, inicia um outro caminho acadêmico, no âmbito das Ciências Sociais. Desde então, há precisamente 38 anos, vive seu oficio de ser professora, sua grande paixão de vida, fazendo-a permanecer na ativa. Ao longo dessas quase quatro décadas, contribuiu para a formação de muitas gerações de cientistas sociais.

Mergulhou na Sociologia Política e, na condição de professora permanente, integra o quadro docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFC) e continua a contribuir com os campos do Serviço Social e das Políticas Públicas. Sua "reconversão do olhar" lhe oportunizou produzir instigantes reflexões sociológicas acerca da questão social, das configurações do Estado e das políticas públicas. Alba Carvalho atuou/atua na formação profissional, na realização de pesquisas sociais e na produção científica no campo das políticas públicas e de

sua avaliação, em uma perspectiva contra hegemônica. Merece destaque seu protagonismo na construção do Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP-UFC), onde atua como professora permanente, exercendo, hoje, sua coordenação, colaborando com formação profissional qualificada de gestores, planejadores, avaliadores e/ou executores de políticas públicas.

Ao longo de sua vida acadêmica, tem realizado relevantes estudos e produções teóricas sobre a Política de Assistência Social, encarnando militância ímpar na defesa dos direitos sociais e socioassistenciais. Nos anos de 2015 a 2019, participou da equipe coordenada pela Professora Maria Ozanira da Silva e Silva, responsável pela pesquisa avaliativa acerca da implementação do SUAS em âmbitos nacional, regional (Norte e Nordeste) e estadual (Ceará).

No atravessar de fronteiras epistemológicas, tem contribuído com a Sociologia brasileira, em especial, com a Sociologia Política, ao provocar e antecipar debates críticos sobre a mundialização do capital, o Brasil contemporâneo e as reconfigurações do Estado em tempos de ajuste estrutural, desde meados dos anos 1990. Em sua tese de doutoramento, intitulada "Brasil Real em questão: um resgate do olhar crítico de cientistas sociais" (2000), Alba Carvalho empreendeu uma densa tessitura teórico-empírica, a trazer para o diálogo crítico renomados intelectuais brasileiros (sociólogos e cientistas políticos), interlocutores (as) de sua pesquisa sociológica. Especificamente nos anos 2000, aprofundou seus estudos sobre o capitalismo na contemporaneidade, com enfoque nas particularidades do modelo brasileiro de inserção no sistema do capital, a circunscrever o modelo rentista neo-extrativista. Ao ampliar sua abrangência analítica, vem potencializando estudos e pesquisas sobre relações, tensões e conflitos entre Estado e Sociedade Civil na América Latina, em parceria com o prof. Dr. Lúcio Oliver Costilla, da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), e uma rede de pesquisadores (as) latino-americanos (as). No esteio de suas interlocuções pluriversais, gestou e fortaleceu a Rede Universitária de Pesquisadores sobre América Latina (RUPAL), bem como integra o Grupo de Pesquisas Margens, Culturas e Epistemologias Dissidentes (GEPE MARGENS, 2020), a coordenar a linha de pesquisa Capitalismo, Estado Integral e Cultura Democrática.

Seu percurso no pós-doutoramento (2009), sob a supervisão do prof. Dr. Boaventura de Souza Santos, no CES/UC, em Portugal, significou um encontro antecipado e continuado com os estudos pós-coloniais, de(s)coloniais e com as Epistemologias do Sul, a adensar suas construções epistemológicas e metodológicas críticas, pluriversais, transdisciplinares e dissidentes no ofício do fazer e do ensinar/aprender ciências sociais. Alba Carvalho enfrentou o desafio da crítica contundente ao paradigma da racionalidade ocidental moderna/colonial, capitalista, patriarcal e racista, a avançar nos estudos das epistemologias dissidentes e nas interseccionalidades das estruturas de dominação que pautam os debates sociológicos do século XXI.

Adotou uma racionalidade aberta e crítica às interpelações do real e às interlocuções entre racionalismos críticos, a expressar seu modo peculiar de artesania intelectual na Sociologia Política. Seu pluralismo teórico-metodológico em compromisso ético-político com as lutas por

emancipações sociais e em consonância com a racionalidade crítica/autocrítica têm inspirado gerações de estudantes, de graduação e de pós-graduação, nesses quarenta e três anos de sua trajetória enquanto educadora e pesquisadora incansável, densa, solidária, sensível, sempre em sintonia com seu tempo histórico.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

CARVALHO, A. M. P. D.; GUERRA,E. C.; AMÉRICO, C.. Hegemonía y Crisis de Hegemonía en la relación Estado/Sociedad Civil: modos analíticos de pensar el poder. In: OLIVER COSTILA, Lúcio (Org.). *"Problemas Teóricos del Estado Integral en América Latina*. Fuerzas en tensión y crisis". México: Facultad de Ciencias Politicas y Sociales (FCPyS), Ed. Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), 2021. ISBN: 978-607-30-5281-8.

CARVALHO, A. M. P. D.; SILVEIRA, I. M. M.; BEZERRA, L. M. P. D. S.; SILVA, L. A.; SALES, P. R. S. A implementação do SUAS no estado do Ceará: tendências e perspectivas nas dinâmicas da História. In: Maria Ozanira Silva e Silva. (Org.). *O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Norte e Nordeste*. São Paulo: Cortez, 2019, p. 211-294.

CARVALHO, A. M. P. D.; SILVA, M. O. D. S. e; CARNEIRO, A.. M. F.; ARAUJO, Cleonice. C.; VIEIRA, M.. C.; NASCIMENTO, M. A. C.; PEREIRA, M. E. F. D.; ARAÚJO, M. S. S.; SOUSA, S. M. P. S.; LIMA, V. F. S. A. A política de assistência social na conjuntura brasileira de desconstrução de direitos e de desmonte da seguridade social 2016-2018 e de desmonte. In: Maria Ozanira Silva e Silva. (Org.). *O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Norte e Nordeste*. São Paulo: Cortez, 2019, p. 295-342.

CARVALHO, A. M. P. D; NASCIMENTO, M. A. C.; PEREIRA, M. E. F. D.; CARNEIRO, A. M. F.; ARAUJO, M. S. S.; SALES, P. R. S.; ARAUJO, Cleonice Correia; BEZERRA, Leila Maria Passos de S.; SOUSA, M. do S. S. de; CRUZ, S. H. R.; PONTES, R. N.; LIMA, V. F. S. A. IMPLEMENTAÇÃO DO SUAS NOS ESTADOS DO MARANHÃO, PARÁ E CEARÁ: representação e confronto da realidade nas regiões. In: RAICHELIS, Raquel; SILVA, Maria Ozanira da Silva; COUTO, Berenice Rojas; YASBEK, Maria Carmelita (Org.). *O Sistema Único de Assistência Social do Brasil: disputas e resistências em movimento*. São Paulo: Cortez, 2019, p. 43-156.

CARVALHO, A. M. P. D.; GUERRA, E. C.; MILANEZ, B. Rentismo-neoextrativismo: a inserção dependente do Brasil nos percursos do capitalismo mundializado (1990-2017). In: Raquel Rigotto; Ada Cristina P. Aguiar; Lívia Ribeiro. (Org.). *Tramas Emancipatórias:* uma experiência contra-hegemônica no contexto universitário. Fortaleza: Edições UFC, 2018, p. 19-57.

CARVALHO, A. M. P. D; RODRIGUES JR, N. D. S. Brasil no século XXI: Governo Temer, ofensiva neoliberal e superexploração do trabalho. In: Antônia Rozimar Machado e Rocha; Aurilene Alves de França; Clarice Zientarski; Liliane maria Pimenta Rodrigues; Janio Nunes Vidal. (Org.). *Capitalismo Contemporâneo e Educação Brasileira*. *Aspectos controversos e atuais*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2018, p. 167-182.

CARVALHO, A. M. P. D.; GUERRA, E. C. Brasil Contemporáneo: la ecuación Estado/ Sociedad en distintos momentos históricos de la vida brasileña (1980-2015). In: Lucio Oliver. (Org.). *Transformaciones recientes del Estado Integral en América Latina.* Críticas y aproximaciones desde la sociología política de Antonio Gramsci. Ciudad de Mexico: UNAM-Ed. La biblioteca, 2016, p. 153-184.

ALFIO BRANDENBURG

Por **Kauê Pessoa** (UFPR)

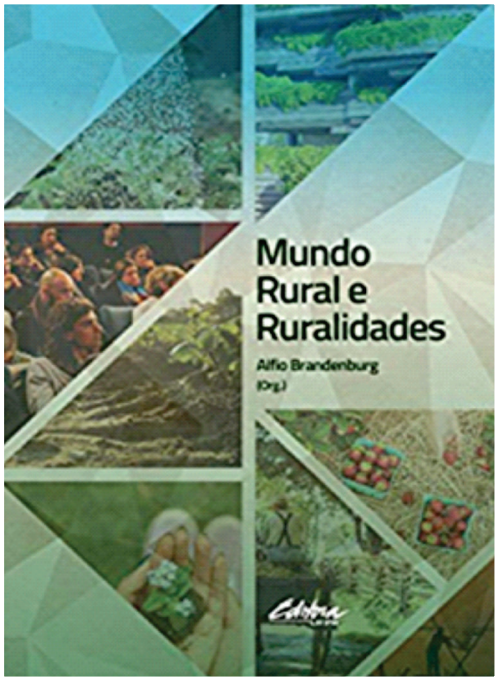
Alfio Brandenburg nasceu em 1949 na cidade de Joinville, em Santa Catarina. Com o término dos estudos secundários, mudou-se para a capital do estado do Paraná, em 1970, para estudar agronomia na Universidade Federal do Paraná – UFPR. Embora esta não tenha sido a sua primeira escolha, era uma maneira de poder seguir estudando naquele momento, já que havia recebido uma bolsa para estudar agronomia. Foi durante aquele período, como estudante uni-versitário, que se deparou com novas perspectivas e seu interesse pela sociologia começou a ganhar protagonismo.

Formado em agronomia em 1973, passou a trabalhar como extensionista rural e pôde estar mais próximo dos camponeses e camponesas, bem como a notar os impactos sociais, econômi-cos e ambientais do processo da chamada modernização da agricultura, que o levava a colocar cada vez mais em questionamento o modelo de agricultura adotado no país e o papel que esta-va desempenhando.

Interessado em compreender as bases teóricas desse processo, passou a estudar os textos da sociologia rural publicados naquela época, que o incentivou a se candida-tar ao mestrado em sociologia rural, com o objetivo de

VOLTA AO SUMÁRIO

entender melhor a dinâmica dos proces-sos sociais rurais. Em 1976 iniciou seus estudos de mestrado em sociologia rural na Esco-la Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ-USP, em que pôde se conduzir por novos caminhos de conhecimentos e apren-dizados. Durante aquele período direcionou suas pesquisas ao progresso tecnológico na agricultura. No entanto, ao invés de seguir a perspectiva clássica de inovação tecnológica na agricultura, se interessou por analisar as alternativas tecnológicas para os agricultores e agricultoras denominados "tradicionais".



Após o término do mestrado em 1980, voltou a trabalhar como extensionista rural, na Secreta-ria da Agricultura do Estado do Paraná. Porém, cada vez mais inquieto com a proposta hege-mônica dessa disciplina, com Elizabeth Henderick, elaborou uma proposta de atuação com uma perspectiva questiona-dora, que estava baseada na obra de Paulo Freire. Um momento determinante em sua vida que o direcionou por novos caminhos, uma vez que esta proposta não teve a aceitação que se esperava.

Procurando evitar aquele ambiente de trabalho, pediu licença não remunerada e começou a lecionar em duas faculdades de Curitiba, até que em 1990 foi admitido como professor na Universidade Federal do Paraná – UFPR. A década de 1990 estabelece uma nova etapa na sua vida, dedicada plenamente para o ensino e pesquisa na área da sociologia.

Em 1993, deu início ao doutorado na Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, orien-tado por Maria de Nazareth Baudel Wanderley. Durante o doutorado realizou um giro ambi-ental em seus estudos, associando temas rurais e ambientais, e que passou a orientar a sua vida acadêmica e pessoal. Em 1994 e 1995, esteve na Universidade de Paris X – Nanter-re, como discente, onde pôde realizar seu doutorado sanduíche, orientado por Nicole Eizner. Quanto ao tema ambiental, foi motivado naquele período pelos trabalhos de Marcel Jovillet. Também naquela época teve contato com Alain Touraine durante as suas disciplinas e com a teoria de novos atores, que começou a caracterizar os seus estudos. Em 1997, terminou o doutorado e publicou a sua tese, na qual analisou o papel de uma reconhecida ONG, localizada no Centro-Oeste do Paraná, na promoção de um projeto de vida e ecológico para a agricultura junto aos agricultores e agricultoras familiares. Em 2001 retornou à Universidade de Paris X

– Nanterre, onde realizou o estágio pós-doutoral com Hugues Lamarche, tendo como tema de pesquisa o movimento ecológico na agricultura.

É docente titular da Universidade Federal do Paraná, onde leciona na pós-graduação em soci-ologia e em meio ambiente e desenvolvimento, assim como, orienta discentes dos cursos de mestrado e doutorado desses respectivos programas. Cabe ressaltar que foi um dos fundadores do programa de pós-graduação em meio ambiente, que possui uma perspectiva interdisciplinar. Foi um dos idealizadores e coordenador do Centro de Estudos Rurais e Ambientais do Paraná – CERU, que é composto por estudantes, pesquisadoras e pesquisadores, um espaço de debate e pesquisa sobre temas rurais e ambientais, que cumpre um papel essencial na formação discen-te. Como pesquisador é comprometido acadêmica e socialmente, dialogando durante a sua trajetória com pesquisadores e pesquisadoras das demais áreas do conhecimento e com atores sociais para além da academia. Manteve durante esses anos o seu interesse pelos temas rurais e ambientais, com uma atenção especial em analisar e compreender as mudanças que ocorrem nesses espaços; as ruralidades e resistências de camponeses e camponesas e suas relações com a natureza. a promoção de agriculturas de base ecológica por esses atores sociais e a emergên-cia dos chamados "novos atores". No decorrer desses anos, publicou inúmeros textos como resultado de seus estudos e pesquisas, realizadas no estado do Paraná. Uma trajetória que traz uma enorme contribuição para a sociologia e para sociedade paranaense e brasileira.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

BRANDENBURG, A. *Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Editora da UFPR, 1999.

BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 6, p. 11-28, 2003.

BRANDENBURG, A. Ciências sociais e ambiente rural: principais temas e perspectivas analíticas. *Ambiente e Sociedade*, v.3, n.1, p. 51-63, 2005.

BRANDENBURG, A. A colonização do mundo rural e a emergência de novos atores. *Ruris*, v. 4, p. 167-194, 2012.

BRANDENBURG, A. *Mundo rural e ruralidades*. Curitiba, Editora da UFPR, 2018.

ANGELA DUARTE DAMASCENO FERREIRA

Por **Cimone Rozendo** (UFRN)

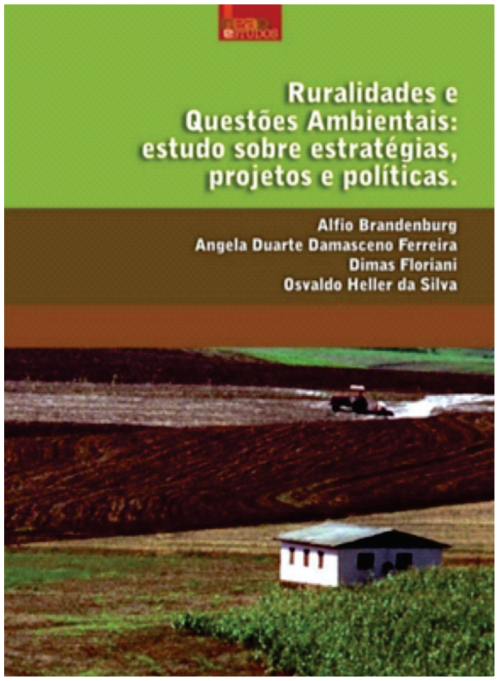
Em 10/08/1954, nascia em Curitiba a filha do casal Glower Duarte e Dorothéa Monassa Duarte. Apaixonada por História, ingressou no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná em 1972, por influência de seu pai, bancário e fervoroso leitor das obras de Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior. Já no primeiro ano de graduação, suas expectativas em relação às Ciências Sociais seriam frustradas. Em plena ditadura militar, o curso possuía um quadro docente pouco qualificado na área e um perfil extremamente conservador com professores ligados à Seita Moon e alinhados politicamente ao regime. Era um misto de Estudos Sociais e Comunicação e a pesquisa era praticamente inexistente.

Em 1973, seu pai foi transferido para Belo Horizonte, o que a obrigou a transferir sua formação para a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Esse episódio foi fundamental, pois encontrou docentes qualificados na área específica e com uma produção intelectual relevante e reconhecida. Embora esta época marque seu encontro com as Ciências Sociais, foi também

VOLTA AO SUMÁRIO

o período em que conheceu os horrores da repressão do regime militar às universidades com a perseguição de seus professores e o desaparecimento de colegas.

Formou-se em 1975 e, em 1976, retornou à Curitiba, ocasião em que iniciou seu primeiro trabalho como socióloga no âmbito do Inocoop – Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais, na área de planejamento urbano, onde permaneceu até o ano de 1980. Em 1977 é selecionada para o mestrado em História na UFPR, desenvolvendo a dissertação com o tema: Agricultura Capitalista e Campesinato no Norte do Paraná, sob a orientação de Brasil Pinheiro Machado e, posteriormente, com a aposentadoria deste, de Carlos Antunes. Ainda em 1977, casou-se com o advogado Paulo Alfredo Damasceno Ferreira com quem teve dois filhos, Carolina e Rodrigo, nascidos em 1978 e 1980 respectivamente.



No ano de 1981, é contratada como socióloga pela Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná. As tensões geradas no espaço rural pela construção da hidrelétrica de Itaipu, com a expulsão de centenas de camponeses e a organização dos movimentos de resistência desafiavam a administração governamental. Sua função era compreender a complexidade desse contexto, apontando caminhos possíveis para a gestão. Apesar de um ambiente majoritariamente masculino e marcado pelo autoritarismo, a jovem socióloga com seu perfil sempre conciliador, mas obstinadamente contundente e perseverante não se rendeu à ideia de uma sociologia à serviço da "engenharia social", realizando pesquisas que lançavam luz sobre as reais condições dos trabalhadores rurais e desvelavam as fragilidades dos empreendimentos governamentais. Os grupos que acompanhou constituíram o berço da organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil. Parte desse trabalho foi ilustrado na obra "Movimentos sociais no campo" realizada em parceria com colegas da antropologia e sociologia, publicada em 1987, pela editora da UFPR, com prefácio de Octavio Ianni.

Em 1982 ingressou como docente permanente do curso de Ciências Sociais da UFPR e em 1985 defendeu sua dissertação. A chegada à universidade é marcada por tensões constantes entre o grupo ligado à extrema direita que havia ingressado sem concurso público e o grupo de docentes recém-concursados. Em 1986, foi eleita coordenadora do curso de graduação em Ciências Sociais e continuou um processo recém iniciado de estruturação de um novo perfil para o curso, com ampla participação de docentes e discentes.

Em 1987 assumiu a presidência da Sociedade Paranaense de Sociologia cuja principal pauta era o reconhecimento da profissão do sociólogo, como mostra a matéria do Jornal

O Estado do Paraná de 1º de setembro de 1987. De 1991 a 1994 realizou seu doutorado na Universidade de Paris III (Sorbonne Nouvelle) sobre agricultura contratualizada à agroindústria. Neste período, participou, com professores franceses e brasileiros, de discussões para formação de um doutorado interdisciplinar no Brasil que seria implantado em 1993: o Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE) ao qual esteve vinculada até 2010, mesmo depois de sua aposentadoria, em 2005. Paralelamente, integrou o corpo docente do primeiro curso de mestrado em Sociologia da UFPR, criado em 1995.

A essa época assumiu os estudos rurais na graduação e na pós-graduação, contribuindo para fortalecer a área, por meio da orientação de inúmeros trabalhos de dissertação, teses, da elaboração de livros e artigos. Em 1996, foi responsável, na UFPR, pelo I Censo da Reforma Agrária, capacitando uma legião de estudantes de diversos cursos para a pesquisa, um marcador importante na trajetória daqueles que se formaram sob sua orientação. Até o ano de 2021 foi editora-chefe da revista Desenvolvimento e Meio Ambiente (DMA).

De uma personalidade profundamente humana, gentil e de grande rigor acadêmico foi responsável pela formação de profissionais de diversas áreas. Sua trajetória é uma mostra contundente de um trabalho dedicado, engajado, pioneiro e competente na consolidação do campo das Ciências Sociais no Paraná, com repercussão nacional e internacional.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (Org.); CORONA, Hieda M. P.. (Org.) *Do rural invisível ao rural que se reconhece:* dilemas socioambientais na agricultura familiar. 1. ed. Curitiba: Editora Kairós e Editora da UFPR, 2012. v. 1. 367p.

FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (Org.). *Para pensar outra agricultura* 2 edição. 2. ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2008. v. 1. 311p.

ZANONI, M.; MENDONÇA, Francisco; Floriani, Dimas; FERREIRA, Angela Duarte D. Une expérience pionnière> La création du doctorat en Environnement et Développement de l'Université Fédéral du Paraná, Brésil. In: Bourdier, Frédéric; Grenier-Torres, Chrystelle. (Org.). *L'interdisciplinarité: un enjeu pour le développement.* 1ed.Paris: Éditions Karthala, 2017, v., p. 281-293.

FERREIRA, A. D. D.. *Movimentos Sociais Rurais No Paraná.* Movimentos sociais no campo. Curitiba: Criar/Scientia et Labor, 1987.

ÂNGELA MARIA CARVALHO BORGES

Por **Elsa Sousa Kraychete** (UFBA)

Entre os anos 1960 e 1970, a sociedade brasileira passou por grandes transformações que exigiram esforços capazes de revelar com mais acuidade a realidade local e de busca de suportes teóricos capazes de apontar caminhos para a superação do subdesenvolvimento historicamente produzido. Nesse momento, foi mobilizado um conjunto de forças acadêmicas e técnicas voltadas para construir interpretações que dessem suporte a ações visando a transformação socioeconômica brasileira. Momento de efervescência política e intelectual ecoava na academia de forma a combinar o aprendizado teórico com a pesquisa empírica.

É nesse contexto que Ângela Maria Carvalho Borges iniciou seu percurso acadêmico. Com toda formação em escola pública, realizou o curso médio no Instituto Isaias Alves, escola voltada para formar professores no estado da Bahia. Em 1968, ingressou no curso de Ciências Sociais na Universidade Federal da Bahia. A escolha por este curso deveu-se às indagações sobre questões que estavam postas para a sociedade brasileira: a pobreza, a fome e a denominada questão Nordeste, enfeixadas nas controvérsias sobre o desenvolvimento. Na gra-

VOLTA AO SUMÁRIO

duação, como bolsista de iniciação científica, teve o primeiro contato com a pesquisa, na realização de projeto coordenado por Maria Brandão, que refletia sobre o processo de urbanização em Salvador e sua Região Metropolitana. Perguntava sobre como esta marcha levou à alta concentração de terras no meio urbano e sobre o papel desempenhado pelo Estado como indutor de projetos de desenvolvimento que favoreciam a posse da terra na mão de poucos. Ainda na graduação, participou do projeto realizado no Programa de Recurso Humanos (PRH), com consultoria do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), que investigou sobre a natureza do desenvolvimento do capitalismo em uma região periférica, sob as óticas sociológica, política, demográfica e econômica. Com a coordenação geral de Guaraci Adeodato e Vilmar Farias, participação de pesquisadores do centro paulista como Francisco de Oliveira e Paul Singer, os resultados desta pesquisa vieram a público no livro Bahia de Todos os Pobres, organizado por Guaraci Adeodato e Vilmar Farias, até hoje uma referência bibliográfica da Sociologia e dos estudos sobre o estado da Bahia. Entre os anos 1960 e 1970, a UFBa incorporou uma nova geração de cientistas sociais que ampliou a perspectiva acadêmica para além do ensino, incorporando a pesquisa empírica como parte do proceder universitário. São parte desta geração a própria Guaraci Adeodato, Inaiá Carvalho e Anete Ivo, com quem Ângela interagiu ao longo de sua trajetória acadêmica. Nesse ambiente, vivenciou as suas primeiras experiências multidisciplinares nas fronteiras entre a sociologia, a economia e a demografia, que marcaram todo o seu percurso. É desse tempo, a sua escolha por estudar questões urbanas como habitação e mercado de trabalho, temas centrais do seu itinerário.

Em 1971 concluiu a graduação e, em 1972, ingressou no serviço público, na então denominada Comissão de Planejamento Econômico (CPE), e, desde 1995, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), organização na qual permaneceu até 1999, ano da sua aposentadoria. A CPE, criada em 1955, dirigida inicialmente pelo economista Rômulo Almeida, foi idealizada no âmbito do Estado planejador, embora ao longo do tempo tenha passado por diversas denominações, manteve a missão de órgão responsável pela realização de estudos que subsidiaram o planejamento estatal na Bahia. Como órgão voltado para a realização de pesquisas e estudos sobre a realidade baiana e suas interações nacionais, sob diver-

sos aspectos, congregava profissionais de formações diversas como sociólogos, economistas, demógrafos, estatísticos, historiadores, o que permitiu aprofundar o diálogo entre os saberes, enraizando a sua vocação multidisciplinar. Ambiente propício para ir além do dado colhido nas pesquisas, mas realizar leituras múltiplas, transformando o dado em informação que melhor qualificava o entendimento da realidade socioeconômica baiana.

Na CPE, Ângela participou de diversas atividades de pesquisas que visavam subsidiar o planejamento governamental em momentos importantes da transformação econômica e social da Bahia, a exemplo da instalação do II Polo Petroquímico brasileiro e a modernização agrícola com a introdução do agronegócio na região oeste do estado e as dinâmicas sociais resultantes, entre os anos 1970 e 1980. Integrou, nesta organização, o grupo que propôs e concebeu a criação da revista Bahia Análise & Dados, inicialmente pensada como meio de tornar pública as análises dos dados de pesquisas, realizadas por técnicos do próprio órgão, mas que logo se abriu para acolher contribuições de analistas e pesquisadores pela submissão pública de artigos. Exerceu, em diversas oportunidades, a função de gerente de estudos e pesquisas sociais. Representativos dessa época são os artigos que analisam o atraso do processo de urbanização da Bahia; desigualdades, trabalho e rendas; e economia informal na Região Metropolitana de Salvador.

Em virtude da qualidade dos indicadores e análises produzidas no órgão, participou do debate público, interagindo com profissionais de outras áreas técnicas e acadêmica sobre a realidade socioeconômica da Bahia e do Brasil, especialmente sobre o mercado de trabalho. Simultaneamente, no Centro de Recursos Humanos (UFBA), integrou a equipe que realizou a pesquisa Terceirização: relações de trabalho e saúde, coordenada pela socióloga Graça Druck, e de dois outros projetos com a mesma equipe e coordenados por Tânia Franco:Trabalho Industrial, saúde e meio ambiente e Saúde; Flexibilidade do trabalho, precarização: o caso das doenças profissionais – abordagem franco-brasileira. Pesquisas pioneiras sobre terceirização das atividades produtivas e da força de trabalho redefinem a sua trajetória acadêmica, que passa a ter como núcleo central o mercado de trabalho em grandes metrópoles.

A contínua atividade no trabalho técnico, voltado para subsidiar o planejamento não afastou Ângela da academia, em trânsito em mão dupla, aportava informações estatísticas, indicadores e análises que retratavam realidades socioeconômicas em magnitude não facilmente disponível na Universidade, como encontrava no ambiente universitário a possibilidade de reflexão, a partir de aportes teóricos para além do trabalho técnico. A sua experiência profissional punha em questão a desconexão entre o uso da estatística e a reflexão teórica, inclusive manejando com ferramentas próprias da informática, ainda pouco utilizadas em pesquisas acadêmicas.

Em 1982, conclui o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) na Universidade Federal da Bahia, com orientação da professora Nadya Araújo Guimarães, com a dissertação Expansão capitalista e habitação popular em Salvador, onde apresentou e interpretou a dinâmica da urbanização da capital baiana e o surgimento dos loteamentos po-

pulares, com a realização de trabalho de campo em quatro loteamentos. Em 1987, ingressou na Universidade Católica do Salvador (UCSal), na Escola de Serviço Social, lecionando disciplinas na área da sociologia.

Em 1999, reingressa no PPGCS para cursar o doutorado, propondo realizar pesquisa sobre a desestruturação do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Salvador e das suas consequências sobre os níveis de vulnerabilidade social a que estavam expostos os trabalhadores desta região, na década de 1990, em contexto marcado pela reestruturação produtiva, pela globalização e pelo ajuste da economia brasileira a esses processos. As conclusões da pesquisa estão na tese Desestruturação do Mercado de Trabalho e Vulnerabilidade Social: a Região Metropolitana de Salvador na década de 90, defendida em 2003, com orientação de Maria da Graça Druck.

Aposentada do serviço público em 1999, dedicou-se integralmente à academia, como professora e como pesquisadora no grupo de pesquisa liderado por Graça Druck, no Centro de Recursos Humanos (pesquisador associado 1999-2006). Em 2005, integrou, na Escola de Serviço Social da UCSal, a equipe que propôs a criação do mestrado Políticas Sociais e Cidadania, ampliado, em 2016, com o doutorado. Foi coordenadora do Programa de 2006 até 2017, quando ambos os cursos já estavam consolidados. Com perfil multidisciplinar, Ângela integra a linha de pesquisa Estado, desenvolvimento e desigualdades sociais, em íntima sintonia com a sua trajetória intelectual, ministrando disciplinas como Trabalho e Questão Social; Manifestações da Questão Social; Mudanças tecnológicas e trabalho no século XXI; O trabalho nas políticas sociais. Entre 2010 e 2014, neste Programa, participou do projeto Metrópoles na atualidade brasileira: a Região Metropolitana de Salvador, coordenado por Sylvio Bandeira de Mello e Inaiá Carvalho. Na UCSal, criou o grupo de pesquisa Núcleo de Estudos do Trabalho (NET), que acolheu grande número de estudantes em iniciação científica, mestrandos e doutorandos. A partir de resultados de pesquisas neste Núcleo, três dezenas de dissertações e teses foram concluídas.

Autora de grande número de artigos e capítulos de livros, dentre os seus mais recentes trabalhos destaca-se a participação no Dicionário Desenvolvimento e Questão Social (Annablume, 2013, com segunda edição em 2020), no qual é autora do verbete Mercado de Trabalho. Originário de projeto coordenado por Anete Ivo, (coma colaboração de Ângela Borges, Elsa S. Kraychete, Denise Vitale, Cristiana Mercuri e Stella Sennes) é obra de referência que reúne 114 pesquisadores de 40 universidades brasileiras e estrangeiras, com verbetes explorando os entrelaçamentos entre desenvolvimento econômico e suas dimensões sociais, políticas e culturais como se apresentam contemporaneamente. A obra foi contemplada entre as finalistas do 56° Prêmio Jabuti (2014).

Procurou manter participação em entidades que congregam pesquisadores das ciências sociais brasileiras, tendo sido presidente da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET) e do Encontro Nacional da ABET, realizado em Salvador em 2019. Também integra a

Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), coordenando o GT População e Trabalho no período 2013-2015, participando também de congressos e encontros da SBS, ANPOCS, ALAS, ALAST, CLACSO, sendo uma das editoras dos Cadernos do CEAS, periódico editado conjuntamente pelo Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), Universidade Católica do Salvador e Universidade Católica de Pernambuco.

Ângela é baiana, nascida na cidade de Itaberaba, Chapada Diamantina em 1950, e migrou com a família para Salvador no decorrer dos anos 1960. Casada, tem dois filhos e dois netos.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

BORGES, Â.; CARVALHO, I. Revisitando os Efeitos de Lugar: segregação e acesso ao mercado de trabalho em uma metrópole brasileira. *Caderno CRH*, v. 30, p. 121-135, 2017.

BORGES, Â. Jovens em mercados de trabalho em mudança: Indicações a partir da trajetória de dois grupos geracionais. *Última década*, v. 24, p. 195-225, 2016.

BORGES, A.. Deficits juvenis ou deficits de lugares? O desemprego e a ocupação dos jovens nos mercados de trabalho do Nordeste e do Sudeste. *Revista da ABET*, v. VII, p. 167-188, 2008.

BORGES, A. Mercado de trabalho: mais de uma década de precarização. In: Druck, G; Franco, T. (org.). *A perda da razão social do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 81-93.

BORGES, A. Impactos do desemprego e da precarização sobre famílias metropolitanas. *Revista Brasileira de Estudos de População – ABEP*, v. 23, p. 205-222, 2006.

BORGES, A.; DRUCK, G.. Crise global, terceirização e a exclusão no mundo do trabalho. *Caderno CRH*, Salvador, v. 19, p. 22-45, 1993.

BORGES, A. Sobre o atraso do processo de urbanização na Bahia. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 3, n. 2, 1993.

ANTÔNIO DA SILVA CÂMARA

Por **Rodrigo Lessa** (IFBAIANO)
e **Filipe Baqueiro** (UFBA)

Nascido em 1952 e natural do bairro da Liberdade, em Salvador (BA), Antônio Câmara iniciou a graduação em Ciências Sociais em 1972 estimulado pelas ações que ocupavam as ruas da cidade contra a Ditadura Militar entre 1964 e 1968. O cerco da militarização aos espaços acadêmicos foi parcialmente contornado no movimento estudantil e em grupos de estudos clandestinos sobre Kant, Hegel e Marx, quando também começou a ter mais contato com o mundo artístico através das salas de cinema e do Teatro Vila Velha – algo até então distante do cotidiano dos secundaristas do Retiro, bairro popular onde viveu a maior parte da juventude.

O mestrado o leva a um período na UNB, ambiente paradoxalmente mais vigiado que o de Salvador, no entanto com menos autocensura (todos os livros e artigos não disponíveis em Salvador já circulavam livremente na capital federal, ao tempo em que o movimento estudantil apresentava extraordinária diversidade). Atuante pelo campo trotskista na política estudantil, avançou naquele momento para um melhor domínio de práticas de pesquisa, defendendo em setembro de 1978 a disser-

VOLTA AO SUMÁRIO

tação “Hegemonia e crise social no Brasil: a ideologia dominante em face às Ligas Camponesas (1950-1964)”, obra na qual o interesse pelos antagonismos entre emancipação e ideologia começa a mostrar resultados mais robustos. No retorno a Salvador, liga-se em definitivo com sua companheira de vida, interlocutora e parceira no trabalho, Rute Lima, e atua temporariamente no Centro de Recursos Humanos (CRH), coordenando uma pesquisa com o professor Solon Santana Fontes.

A docência universitária começa na UFBA, primeiro como professor colaborador e depois como professor auxiliar após concurso para a vaga de Sociologia, em 1980. Passa a lecionar ainda na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), onde permaneceu por dez anos. Seu vínculo com a universidade também está atrelado diretamente ao seu envolvimento no movimento docente, com dois mandatos na direção sindical da APUB (Associação dos Professores Universitários da Bahia) e participação na fundação do ANDES-SN.

Lecionou uma diversidade de componentes curriculares sobre teoria social, prática de pesquisa e epistemologia até a conclusão do Doutorado em Paris 7, no ano de 1994, com a defesa da tese “La question de la réforme agraire au Brésil: idéologie et réalité (1950-1980)”, orientada pelo Prof. Dr. Pierre Fougeyrollas. Publicaria nesse período também O pós-modernismo e o liberalismo tardio: novo projeto de uma velha ideologia (1996), texto que enfrenta a condescendência ideológica dos discursos filosóficos que sugerem a era da dissolução do sujeito, além do estudo A atualidade de Lukács na revista Interfaces da História, em 1998.

De volta ao Brasil, já como doutor, credencia-se junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da UFBA, mantendo a dedicação aos tópicos sobre teoria e epistemologia das ciências sociais e ampliando esse escopo. Destacam-se aqui os cursos optativos sobre temas como razão, cultura e modernidade, Teoria Crítica, Escola de Frankfurt e movimentos sociais. A preocupação com a cultura e a arte, também a partir da filiação temporária à Pós-Graduação em Artes Plásticas na Escola de Belas Artes da UFBA, aprofunda-se através de disciplinas como Cinema, Cultura e Sociedade, ou ainda Arte, Cinema e Sociedade.

A luta social dos movimentos sociais rurais e os obstáculos ideológicos às conquistas das suas pautas ocupam boa parte da atividade de pesquisa de Antônio Câmara. Do mestrado aos estudos sobre o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) no pós-doutorado (entre 2000 e 2001) a radicalidade do campesinato é analisada sob a ótica de projetos emancipatórios audaciosos que mantêm viva a utopia socialista diante da hipertrofia que as ditaduras burocráticas impunham aos partidos políticos, sindicatos e organizações proletárias ligadas ao Estado. O texto PCB, Marighella e a questão agrária, publicado em Carlos Marighella o homem por trás do mito (1999), organizado pelo colega e professor Jorge Nóvoa, expressa bem essa inquietação permanente.

O aparecimento do interesse acadêmico pelo campo da arte, nesse período, revela a busca por novas maneiras de abordar o antagonismo entre a práxis destes movimentos e as formas

ideológicas que se lhes contrapõem, dessa vez como contradições unificadas na representação artística. O que implicaria na revisão crítica do realismo socialista ortodoxo de Lukács rumo a uma estética dialética mais próxima de Adorno, Benjamin, Bloch e do enfrentamento da autonomia da obra de arte em seu caráter socialmente condicionado.

Essa inflexão é contemporânea à formação dos coletivos de trabalho aos quais Câmara é vinculado atualmente. Fundado em 1999, o Núcleo de Estudos Ambientais e Rurais (NUCLEAR) é resultado da convergência de diversos profissionais que trabalhavam com sociologia e antropologia rural, como Sérgio Elísio, João Saturnino, Guiomar Germani, Solon Fontes, Francisco Brito, Altino Bonfim e Sylvia Maia. Após encontrar problemas financeiros para a realização do projeto inicial de uma grande pesquisa sobre o meio rural baiano, o Núcleo cresceu e se consolidou sob a coordenação de Câmara, Lídia Cardel e Maria Salete Amorim. Em uma das ações mais relevantes do núcleo, o projeto interdisciplinar Interações bioculturais e desenvolvimento rural sustentável em região de Mata Atlântica: saberes e práticas naturais, mobilidades e dinâmicas territoriais foi desenvolvido no sistema de convênio internacional CAPES/COFECUB entre 2008 e 2015, numa parceria Brasil-França com profissionais de diversas áreas da UFBA e da Universidade de Estrasburgo, sob coordenação Lídia Cardel e Antônio Câmara, no Brasil, e Colette Méchin, na França. Trabalho que resultou na publicação em português e francês da obra Estudos socioambientais e saberes tradicionais do Litoral Norte da Bahia: diálogos interdisciplinares, organizada por Lídia, Câmara, Colette Mechin e Agnés Clerc-Renaud.

O ineditismo local das disciplinas e orientações em sociologia da arte e projetos na área do cinema e da vida rural também começam a se tornar cada vez mais recorrentes após o retorno de Toulouse, onde realizou pós-doutoramento. O fluxo crescente de orientações e voluntários de graduação e pós-graduação daria origem ao grupo de pesquisa Representações Sociais: arte, ciência e ideologia, hoje posteriormente nominado também como Núcleo de Estudos em Sociologia da Arte (Nucleart). Como parte desse projeto de conduzir a vida acadêmica de modo orgânico, em meio a coletivos de pesquisadores e estudantes que se apoiam mutuamente, as publicações passam a ser desenvolvidas em parceria com orientandos e têm como lastro o amplo leque de orientações e atividades de ensino, pesquisa e extensão que orbitam o grupo de pesquisa. Cinema Brasileiro em Perspectiva (2013), organizado em parceria com Rodrigo Oliveira Lessa, e Ensaios de Sociologia da Arte (2018), que incorpora ainda a mentoria de Bruno Evangelista da Silva, são títulos emblemáticos do amadurecimento dessas proposições, reunindo textos que sintetizam a maneira como esse coletivo percebe e valoriza o estudo da arte como um fenômeno social e cultural único. Mais recentemente, resultado do reconhecimento público e de anos de produção, o dossiê A Arte na Sociologia (2020) no Cadernos do CRH, organizado em conjunto com a Profa. Glaucia Villas Bôas (UFRJ) e o então doutorando e membro do Nucleart, Bruno Villas Bôas Bispo, demonstra não apenas a profundidade deste projeto, mas também a busca por novas redes de interlocução sobre o universo da relação entre a Estética e a vida social. Fruto de uma prática coletiva de pesquisa que passou a

envolver ainda a organização de eventos, como o I e o II Encontro Arte e Sociedade, em 2016 e 2018, e as mostras de cinema em formato de Cine Clube executadas por meio de projetos de extensão – tanto no Circuito Sala de Arte da UFBA como mais recentemente em colégios públicos de Salvador.

Antônio Câmara possui uma singular trajetória acadêmica, na qual as investigações científicas acerca dos seus objetos de pesquisa articulam reflexões dos postulados filosóficos das Ciências Sociais juntamente com um apurado debate acerca da teoria social. Essa particular característica rendeu-lhe, dentre outros méritos, dezenas de orientandos (as) ao longo da sua carreira docente, em que uma tratativa humanizada permeada por relações de afeto constrói pontes para além do processo de orientação. E nesse percurso intelectual, com projetos a concluir e novos projetos à vista, Câmara segue sendo essa importante referência intelectual e humana para todos (as) àqueles (as) que cruzam o seu caminho.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

CAMARA, A. S.; SILVA, B. E.; LESSA, Rodrigo Oliveira. *Ensaios de Sociologia da Arte.* Salvador: EDUFBA, 2018.

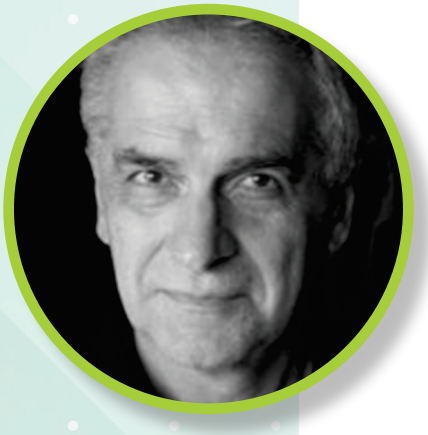
CAMARA, A. S. Marx e Hegel – A contribuição da dialética para o estudo da arte. In: *Incontornável Marx*. 1 ed. Salvador/São Paulo: EDUFBA/Editora UNESP, 2007, v. 1, p. 369-387.

CAMARA, A. S. A atualidade da reforma agrária: de Canudos aos sem-terra: a utopia pela terra. *O Olho da História*., v. 2, p. 29-45, 1996.

CAMARA, A. S. O pós-modernismo e o liberalismo tardio: novo projeto de uma velha ideologia. *TEXTOS APUB.* , v. 03, p. 01-29, 1996.

CARDEL, L. M. P. S.; CAMARA, A. S.; MECHIN, Collete; CLERC-RENAUD, A. *Estudos socioambientais e saberes tradicionais do Litoral Norte da Bahia:* diálogos interdisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2016.

CAMARA, A. S.; LESSA, Rodrigo Oliveira (Org.). *Cinema Documentário Brasileiro em Perspectiva.* 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2013.



ANTONIO DAVID CATTANI

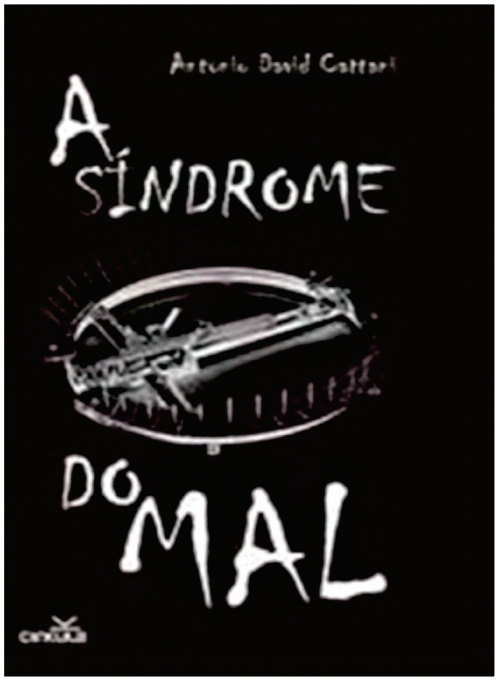
Por **Maurício Rombaldi** (UFPB)

Antonio David Cattani ou, simplesmente, Cattani, nascido na cidade de Garibaldi, RS, em 23 de janeiro de 1952, é professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Sua trajetória acadêmica foi marcada pela passagem por universidades de prestígio internacional. Concluiu o doutorado na Université de Paris I – Panthéon-Sorbonne, foi pesquisador visitante na University of Oxford e professor visitante na Università di Bologna, as três primeiras universidades do mundo.

Sua contribuição para o campo da sociologia foi concentrada nas análises sobre o mundo do trabalho, com especial ênfase nas questões sindicais. Sua produção intelectual está documentada em dezenas de livros publicados no Brasil, Argentina, Colômbia, México, França, Inglaterra, Itália e Portugal. Atuou não apenas no ambiente universitário. Enquanto defensor de uma sociologia pública, estabeleceu constante diálogo com organizações sociais, tendo proferido centenas de palestras, tanto no meio acadêmico, quanto em sindicatos e associações populares.

VOLTA AO SUMÁRIO

Dentre suas obras, destaca-se o Dicionário de Trabalho e Tecnologia, referência na sociologia do trabalho brasileira e que contribuiu para a formação de pesquisadores acadêmicos e ativistas socias. A publicação atingiu oito edições, sendo as três últimas realizadas em colaboração com Lorena Holzmann e agraciada, em 2007, com o Prêmio Açorianos de Literatura.



Durante anos, desenvolveu reflexões sobre a construção de alternativas utópicas. Entre diversas produções, destacam-se duas obras que obtiveram grande repercussão: Fórum Social Mundial: a construção de um mundo melhor e A Outra Economia. Esta última obteve extraordinário reconhecimento internacional. Em 2004, contando em parceria com os professores Jean-Luis Laville e José Luis Coraggio foi ampliada com verbetes de diversos autores latino-americanos e publicada sob o título Diccionário de la otra economia. De forma semelhante, uma versão francesa foi preparada com a contribuição de Jean-Luis Laville, do Conservatoire National des Arts e Métiers de Paris e difundida em duas edições. O sucesso da versão francesa ensejou, ainda, a publicação parcial da obra na Itália (2007) e com uma editoração mais completa, na Índia e no Reino Unido intitulada The Human Economy (2010).

O percurso internacional de Cattani também se deu em meio a organizações acadêmicas latino-americanas. Por mais de dez anos, o pesquisador participou da coordenação do Grupo de Trabalho Desigualdad, Exclusión y Vulnerabilidad Social, da Associação Latino Americana de Sociologia, um dos GTs mais concorridos da ALAS. Nessa oportunidade, estabeleceu parcerias e desenvolveu trabalhos relacionados ao estudo das desigualdades socioeconômicas na América Latina, em conjunto com Laura Mota, da Universidad de Toluca, México e Néstor Cohen, da Universidad de Buenos Aires, Argentina.

As reflexões sobre o mundo do trabalho e a utopia social indicaram para ele um impasse político: a luta coletiva, seja ela por meio das instituições (partidos ou sindicatos) seja ela pelo voluntarismo utópico, pareciam trazer resultados efêmeros. Apesar do retorno à democracia e apesar do esforço extraordinário dos movimentos populares, a desigualdade socioeconômica não diminuía de maneira substancial. O permanente fosso social levou-o a modificar o foco das suas análises. Desde meados dos anos 2000, Cattani passou a pesquisar "o outro lado".

Para ele, as Ciências Sociais, de modo geral, veem os pobres como os únicos desiguais e não enxergam as classes abastadas. Por isso, começou a direcionar sua produção para o entendimento dos agentes do processo de concentração de renda, sobre os Carí$$imos ricos e os Ricos, podres de ricos (títulos de alguns de seus trabalhos). O desdobramento "terrorista do grande capital" foi tratado no seu livro "A síndrome do mal" (2020).

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

CATTANI, A. D. *Riqueza desmistificada*. Demystifying wealth. Porto Alegre: Marca Visual, 2013 – Edição bilíngue português/inglês. 3ª edição 2018.

CATTANI, A. D. *Carí$$imos ricos*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2019.

CATTANI, A. D. *Ricos, podres de ricos*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2017, 2ª ed. 2018.

CATTANI, A. D. *A sociedade justa e seus inimigos*. (Com Marcelo Oliveira). Porto Alegre: Tomo Editorial, 3ª ed. 2018.

CATTANI, A. D. *A síndrome do mal*. Porto Alegre: Cirkula, 2020.

ANTÔNIO FLÁVIO DE OLIVEIRA PIERUCCI

Por **Ricardo Mariano** (USP)

Nasceu em 28 de agosto de 1944 em Altinópolis, São Paulo, e faleceu em 8 de junho de 2012. De família católica, aos 11 anos, ingressou no seminário menor da diocese de Ribeirão Preto. Em 1964, graduou-se em filosofia no Seminário Central da Arquidiocese de São Paulo e, quatro anos depois, em teologia na PUC-SP. Em 1970, abandonou o doutorado em teologia dogmática na Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma, após romper com a igreja e desistir da carreira eclesiástica.

Em 1971, iniciou sua trajetória acadêmica participando como auxiliar na pesquisa "Mudanças nas funções sociais do cristianismo no Brasil", realizada no Cebrap sob orientação de Candido Procópio Ferreira de Camargo, que orientou sua dissertação de mestrado Igreja Católica e reprodução humana no Brasil, defendida em 1977 na PUC-SP e publicada pela Brasiliense no ano seguinte com o título Igreja: contradições e acomodação. A ideologia do clero católico sobre a reprodução humana. Lecionou na Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP entre 1978 e 1985. Neste ano, sob orientação de Reginaldo Prandi, defendeu, no PPG de Sociologia da

VOLTA AO SUMÁRIO

USP, a tese de doutorado Democracia, igreja e voto: o envolvimento eleitoral do clero paroquial de São Paulo nas eleições de 1982. Em 1986, ingressou, como professor visitante de sociologia, no Departamento de Ciências Sociais da USP, para o qual foi contratado como professor assistente em janeiro de 1988. Em 2001, defendeu, na FFLCH-USP, a tese de livre-docência O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber, publicada em 2003 pela Editora 34. Em 2006, tornou-se professor titular de sociologia da USP.

Por duas décadas, Flávio exerceu cargos administrativos relevantes na universidade e noutras instituições acadêmicas e de fomento à pesquisa. Entre 1990 e 1992, coordenou o curso de Pós-Graduação em Sociologia da USP. Entre 1992 e 1996, foi secretário-executivo da ANPOCS. Em 1997, coordenou o Comitê Assessor de Ciências Sociais do CNPq. De 1998 a 2001, integrou o comitê de avaliação do Pronex do CNPq. De 1998 a 2000, participou da diretoria da Associación de Cientistas Sociais de la Religión del Mercosur (ACSRM). De 2001 a 2003, foi secretário-geral da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e, entre 2001 e 2004, editor da revista Novos Estudos Cebrap. Quando faleceu, chefiava o Departamento de Sociologia da USP.

Entre meados dos anos 80 e dos 90, pesquisou as bases populares conservadoras de partidos e plataformas políticas de direita em São Paulo, sobretudo as janistas e malufistas. Investigou a bancada evangélica na Constituinte, núcleo inicial da direita cristã no país, e a politização à direita do pentecostalismo. Em 1999, publicou Ciladas da diferença, pela Editora 34, na qual discorreu sobre as armadilhas teóricas em que movimentos de esquerda incorrem ao investir nos discursos diferencialistas, na defesa, no valor, no léxico e na estratégia da diferença e no direito à diferença, enfatizando que tais arsenais ideológicos têm sido acionados, tradicionalmente e de forma exitosa, pela direita para rejeitar e combater os Direitos Humanos e o igualitarismo.

A partir de meados da década de 90, dedica-se à sociologia da religião de recorte weberiano. E engajou-se em debates acadêmicos. Primeiro, inspirado pela conferência de Bourdieu sobre "Sociólogos da crença e crenças de sociólogos" e num tom provocador, questionou a cientificidade da sociologia da religião efetuada por pesquisadores religiosos e defende a necessidade de submeter a pertença religiosa a "um esforço de objetivação reflexiva sem complacência".

Embrenhou-se, em seguida, no debate da teoria da secularização, na posição de defensor dessa perspectiva teórica já então minoritária. No artigo "Reencantamento e dessecularização: a propósito do autoengano em sociologia da religião", de 1997, rejeitou a suposta crise de paradigma da teoria da secularização, sublinhando o declínio da religião e dos poderes eclesiásticos sobre a sociedade, as instituições, a alta produção cultural, a universidade, a filosofia, a ciência, os esportes, o lazer, a sexualidade, a família. Defendeu que a expansão dos novos movimentos religiosos e o processo de secularização não são necessariamente incompatíveis. Tal como Bryan Wilson, frisou que a teoria da secularização explicaria, em certa medida, "a emergência de expressões religiosas não-tradicionais" (os chamados Novos Movimentos Religiosos) e que o próprio pluralismo religioso seria um "fator de secularização crescente". Teria tal efeito por desenraizar os indivíduos da tradição e dessacralizar a cultura, possibilitando o trânsito religioso e a apostasia como condutas socialmente aceitáveis.

Em 1998, publicou o artigo "Secularização segundo Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar um velho sentido", no qual tratou de circunscrever o conceito de secularização como normatividade jurídico-política, tomando por referência o sentido teórico predominante do conceito na obra de Weber, principalmente em sua sociologia do direito. Destaca, estrategicamente, processos históricos de secularização, como a racionalização jurídica e da administração da justiça, a dessacralização da lei, a autonomização do direito dos poderes hierocráticos, a legitimação secular da dominação política, a formação do Estado como domínio da lei. A fim de superar os agudos desentendimentos teóricos sobre o tema, propôs partir da factibilidade histórica do processo de secularização jurídico-política do Estado para analisar objetivamente o "lugar ocupado pelas autoridades religiosas nas sociedades" atuais e compor base sólida para formar um consenso conceitual e teórico mínimo em torno do conceito de secularização.

Sua investigação conceitual da sociologia weberiana resultou na publicação, em 2003, de O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber, pela Editora 34, seu único livro dedicado à obra do sociólogo alemão, elaborado antes como tese de livre-docência, na qual pesquisou, contextualizou e analisou as 17 citações efetuadas por Weber do conceito de desencantamento do mundo (desmagificação). Na tese, realçou a conexão do conceito com a noção de racionalização e com o projeto weberiano de compreender a singularidade do racionalismo ocidental. E delimitou os dois sentidos do conceito: 1) desencantamento do mundo desencadeado pela racionalização religiosa e pelo abandono da magia como meio de salvação no judaísmo antigo e sobretudo no protestantismo ascético; 2) desencantamento do mundo deflagrado pela ciência, que transforma o mundo natural em mero mecanismo causal e lhe retira qualquer sentido intrínseco.

Sua batalha em defesa da teoria da secularização se fez acompanhar de um engajamento apaixonado em prol da "secularização que importa em primeiro lugar", como atesta o artigo "De olho na modernidade religiosa" (Tempo Social, n.20, v.2). Enquanto sociólogo e cidadão-

-sujeito-de-direito, defendeu a importância da laicidade do Estado, da preservação e ampliação das liberdades civis e políticas num "Estado democrático de direito". Defesas que nunca se fizeram tão relevantes em nossa recente experiência democrática.

Por tudo que fez e pela pessoa calorosa, cativante e generosa que foi, Flávio deixa muitas saudades e uma obra preciosa e inspiradora.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

PIERUCCI, A. F. (1987), As bases da nova direita. *Novos Estudos, Cebrap*, São Paulo, 19: 26-45.

PIERUCCI, A. F. (1997), Reencantamento e dessecularização: a propósito do autoengano em sociologia da religião. *Novos Estudos, Cebrap*, 49: 99-119.

PIERUCCI, A. F. (1998), Secularização em Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13 (37): 43-73.

PIERUCCI, A. F. (1999), *Ciladas da diferença*. 1ª edição. São Paulo, Editora 34.

PIERUCCI, A. F. (2003), *O desencantamento do mundo:* todos os passos do conceito em Max Weber. São Paulo, Editora 34.

SOBRE O AUTOR

BONATO, M. et. al. (2016), Secularização em Antônio Flávio Pierucci: da contemporânea serventia de continuarmos acessando aquele velho sentido. Século XXI: *Revista de Ciências Sociais*, Santa Maria, v. 6, ed.1, pp.11-43.

CITELI, M. T.; ROSADO, M. J. (2013). Conversa com Antônio Flávio Pierucci. *Rever*, ano 13, n. 2.

MARIANO, R. (2013). Antônio Flávio Pierucci: sociólogo materialista da religião. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, n° 81, pp. 7-16.

ARY CESAR MINELLA

Por **Jacques Mick** (UFSC)

Se conhecemos hoje um pouco melhor a ação política dos banqueiros no Brasil e na América Latina, isso certamente tem relação com o trabalho de Ary Cesar Minella. Professor da Universidade Federal de Santa Catarina desde 1986, Minella deu contribuições fundamentais tanto ao desenvolvimento de uma sociologia do sistema financeiro no Brasil, quanto à aplicação da metodologia de análise das redes sociais que conectam o empresariado entre si e a organizações nacionais e internacionais, demonstrando faces pouco conhecidas do poder da elite econômica brasileira.

O marco inicial dessa trajetória é um livro hoje clássico: "Banqueiros: organização e poder político no Brasil" foi publicado em 1988 pela Espaço e Tempo e pela Anpocs, depois de consagrado pela Associação com o prêmio de melhor tese em ciências sociais. Minella concluíra dois anos antes o Doutorado em Estudios Latinoamericanos pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), financiado pela Capes. O título consagrou uma trajetória de deslocamento entre áreas das humanidades. Natural de Vacaria (RS), onde nasceu em 1 de junho de 1951, Minella é filósofo de formação: concluiu a graduação em 1973 pela Faculdade de Filosofia Nossa Senhora da Imaculada Conceição, em Viamão (RS), hoje incorporada à PUC gaúcha, e obteve o mestrado em So-

VOLTA AO SUMÁRIO

ciologia na UFRGS em 1979. Entre 1976 e 1986 – ou seja, durante o período de estudos pós-graduados –, foi professor da Unisinos, em São Leopoldo (RS).

No Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFSC – onde ingressou como bolsista recém-doutor do CNPq, tornou-se professor adjunto em 1988 e progrediu a titular – Minella desenvolveu carreira notável por 30 anos, aposentou-se permanecendo como docente voluntário. Na graduação, especializou-se em disciplinas de sociologia clássica e sociologia econômica para o curso de Ciências Sociais e várias turmas o elegeram patrono ou paraninfo. No Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, contribuiu na formação das primeiras turmas de mestrado e doutorado, no desenvolvimento da linha de pesquisa "Estado, empresariado e sistema financeiro" e como co-editor da revista Política & Sociedade. Até o final de 2021, havia orientado 11 bolsistas de iniciação científica, 25 trabalhos de conclusão de cursos de graduação, 34 dissertações de mestrado e 16 teses de doutorado.

Na pesquisa, Minella formou uma geração de investigadores ligados ao Núcleo de Estudos Sociopolíticos do Sistema Financeiro (Nesfi), grupo de pesquisa credenciado no CNPq, do qual foi bolsista de produtividade. Marxista e estudioso de Gramsci, disseminou no Brasil o conceito de "hegemonia financeira", de Beth Mintz e Michael Schwartz, central para compreender relações sociopolíticas e econômicas no contexto da financeirização do capital.

Os objetos de pesquisa de Minella se deslocaram sutilmente ao longo das décadas. Os primeiros estudos focaram a caracterização da burguesia financeira no Brasil como fração de classe – e, dentro dela, a ação de players estratégicos, como os maiores bancos. Essas pesquisas deram visibilidade à rede de organizações de classe dos banqueiros, formada por federações e associações empresariais entrelaçadas. Em seguida, Minella dirigiu seu olhar para os interesses políticos, também mediados por entidades de classe, dos grupos financeiros – conglomerados de empresas lideradas por bancos. Posteriormente, alargou o olhar para compreender a atuação da elite financeira na América Latina detalhando as conexões de banqueiros brasileiros com outras empresas do setor no subcontinente e com as organizações que operam como fóruns estratégicos para as ações de classe, como as entidades representativas e os think tanks. Minella identificou a rede transassociativa das associações de bancos na América Latina, formada pela participação simultânea de uma mesma instituição ou grupo financeiro nas associações de classe em dois ou mais países.

A análise de redes sociais (ARS) sob perspectiva marxista é o método mais recorrente adotado por Minella e equipe. Permitiu mapear as conexões empresariais no Brasil e na América Latina em vários ramos da economia, corroborando a hegemonia financeira. Nos estudos mais recentes, a ARS foi aplicada para entender as conexões de think tanks norte-americanos de alcance transnacional, fundamentais para operacionalizar estratégias de dominação imperialista. Organizações como a National Endowment for Democracy, por exemplo, há décadas formam diretamente quadros liberais (de direita e extrema-direita) para atuar na política, nas empresas ou na mídia, e apoiam sua articulação em think tanks neoliberais locais (no Brasil, os institutos Mises e Millenium).

Esse trabalho pioneiro e relevante conectou Minella com redes de pesquisa nacionais e internacionais. Desde 1998, no Brasil, o workshop bienal "Empresa, empresários e sociedade" reúne um grupo multidisciplinar de investigadores das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas para compartilhar e disseminar pesquisas sobre o universo empresarial. Dois estágios de pós-doutorado, um na Unicamp (1998) e outro na USP (2007), fortaleceram esses vínculos. No plano internacional, Minella integra o grupo de trabalho "Estudios sobre Estados Unidos", criado em 2004 no âmbito do Clacso, e que conta com 35 pesquisadores de 12 países.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

MINELLA, A. C.. *Banqueiros:* Organização e Poder Político no Brasil. Rio de Janeiro: ANPOCS e Espaço e Tempo, 1988.

MINELLA, A. C.. Análise de redes sociais, classes sociais e marxismo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Impresso), v. 28, p. 184-195, 2013.

MINELLA, A. C.. Representação de classe do empresariado financeiro na América Latina: a rede transassociativa no ano 2006. *Revista de Sociologia e Política* (UFPR. Impresso), p. 31-56, 2007.

MINELLA, A. C.. Construindo a hegemonia na América Latina: Democracia e livre mercado, associações empresariais e sistema financeiro. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. (Org.). *Hegemonia às avessas:* Economia, política e cultura na era da servidão financeira. 1aed.São Paulo: Boitempo Editorial, 2010, v., p. 255-286.

MINELLA, A. C. Intervención en el exterior en la era Trump: acciones del Center for International Private Enterprise (CIPE) en América Latina. In: Leandro Morgenfeld; Mariana Aparicio Ramírez. (Org.). *El legado de Trump en un mundo en crisis*. 1ªed.Ciudad de México; Buenos Aires: Siglo.

BENILDE MARIA LENZI MOTIM

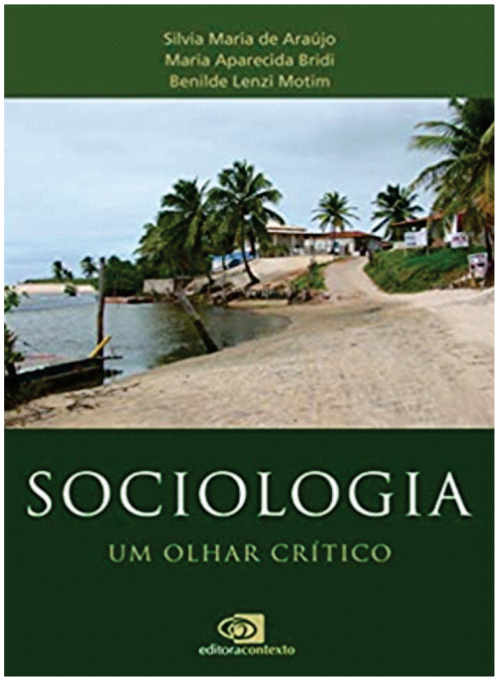
Por **Fernanda Landolfi Maia** (UFPR)

Nascida em 27 de maio de 1957, na cidade de Jaraguá do Sul – Santa Catarina, é neta de Italianos que vieram ainda crianças para o Brasil. Benilde Maria Lenzi Motim veio para Curitiba com apenas um ano e sete meses, com seus pais e a irmã mais velha. Moraram provisoriamente no centro da capital, nos fundos de uma madeireira, acolhidos por parentes. No atual Bairro Alto, onde construíram uma pequena casa de madeira, seus pais tiveram mais dois filhos. O pai, que foi agricultor e marceneiro em Santa Catarina, tornou-se vidraceiro no Paraná. Fez vitrais em igrejas em inúmeras cidades do Brasil, até aposentar-se. A mãe, que foi agricultora e do lar em Santa Catarina, tornou-se costureira, tricoteira e vendedora de roupas, para ajudar no sustento da família. Benilde trabalhou, dos 14 aos 18 anos, como auxiliar de escritório.

Socióloga, cursou o Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná, entre 1976 e 1979. Prestou concurso e conseguiu bolsa para cursar o Mestrado em História na mesma Universidade. Obteve o título de Mestre em 1987 e sua dissertação de mestrado, em História do Brasil, com ênfase em História

VOLTA AO SUMÁRIO

Social, teve por título "Estrutura Fundiária do Paraná Tradicional – Castro: 1850-1900", sendo orientada pelas professoras Odah Regina Guimarães Costa e Ana Maria de Oliveira Burmester. Enquanto cursava o Mestrado, em 1980, prestou concurso na Universidade Federal do Paraná, para uma vaga de Professora de Sociologia do Trabalho, no Departamento de Comunicação e Ciências Sociais. Na mesma instituição, cursou o Doutorado em História, concluído em 1999 cuja pesquisa resultou na tese intitulada "Famílias migrantes na Região Metropolitana de Curitiba: sociabilidade e estratégias de sobrevivência", tendo como orientador o professor Carlos Roberto Antunes dos Santos.



Durante a sua atuação profissional na Universidade Federal do Paraná, foi responsável pela disciplina de Sociologia do Trabalho e outras que compunham a grade do curso de Ciências Sociais, além de ministrar disciplinas da área da sociologia em outros diversos setores. Trabalhou também com disciplinas e programas específicos voltados à formação de docentes de Sociologia para o Ensino Médio.

No âmbito da pesquisa, além dos temas de história do mestrado e doutorado e de algumas breves inserções nas temáticas sobre movimentos sociais, em parceria com colegas da sociologia e da história, trabalhou especialmente na área de Sociologia do Trabalho, na UFPR, no período de 1982 a 2015, durante o qual publicou livros e artigos científicos. O desenvolvimento e ampliação das pesquisas sobre trabalho ocorrem de forma mais consistente a partir da criação do GETS – Grupo de Estudos Trabalho e Sociedade em 1993, do qual foi membro e, depois, coordenadora. Destaca-se que tal grupo agregou mais estudantes de graduação, bem como colegas e estudantes de pós-graduação de diversas áreas: sociólogos, historiadores, economistas, jornalistas, antropólogos, geógrafos, advogados, pedagogas, psicólogos, filósofos, entre outros.

Participou também das mobilizações e associações que reivindicaram o reconhecimento e regulamentação da profissão de Sociólogo, bem como o retorno da disciplina de Sociologia aos currículos do Ensino Médio. Na UFPR, participou dos esforços para o aprimoramento quanto à formação de docentes na área de Sociologia para o Ensino Médio, implantando o Grupo PET – Programa Especial de Treinamento (CAPES), no curso de Ciências Sociais, onde estabeleceu

uma programação de leituras, seminários, produção de textos e outros eventos, no sentido de melhor formar professores nessa área. Ainda, foi responsável pelo Programa Licenciar, no âmbito do curso de Ciências Sociais (UFPR). Essas experiências, somadas à participação nas discussões de reforma dos currículos da graduação e da pós-graduação e, em alguns momentos, também como coordenadora ou vice-coordenadora de cursos, despertaram atenção para a necessidade de melhorar a qualidade da formação dos licenciados. Publicou em coautoria, livros de Sociologia para professores e estudantes de Ensino Médio.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

ARAÚJO, S. M. de; BRIDI, M. A.; MOTIM, B. M. L.. *Sociologia: um olhar crítico*. 1ª. ed. São Paulo: Contexto, 2009. 256p.

ARAÚJO, Silvia Maria de; BRIDI, M. A.; MOTIM, B. M. L.. *Sociologia*. 2ed. ed. São Paulo: Scipione, 2016. v. 1. 376p.

BRIDI, M. A.; ARAÚJO, S. M. de; MOTIM, B. M. L.. *Ensinar e aprender Sociologia no ensino médio* (1ª reimpressão). 1ª. ed. São Paulo: Contexto, 2010. 204 p.

MOTIM, B. M. L.. Emprego na indústria automobilística: a participação do Paraná. In: Silvia Maria de Araújo. (Org.). *Trabalho e capital em trânsito:* a indústria automobilística no Brasil. 1ªed.Curitiba: Ed. UFPR, 2007, v. 1, p. 223-251.

RODRIGUES, M. E. MOTIM, B. M. L. Trabalho, autonomia e identidade entre os desenvolvedores de software: uma análise sobre a "natureza" e as condições de trabalho em TI. in *Flexíveis, virtuais e precários?* Os trabalhadores em tecnologia da informação. 1ed. Curitiba: Editora UFPR, 2018, v. 1, p. 143-172.

BRASÍLIA CARLOS FERREIRA

Por **Carmen Lúcia Evangelho Lopes**

Brasília nasceu em Serra de São Bento, município do Rio Grande do Norte, em 06 de abril de 1951. Graduou-se em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) em 1975. Três anos depois (1978), passou a integrar o quadro docente do Departamento de Ciências Sociais da mesma Universidade onde permaneceu até sua aposentadoria em 2013.

Realizou seu mestrado na PUC/SP, sob a orientação do Prof. Mauricio Tragtemberg, trabalhou na dissertação "O Sindicato do Garrancho", sobre os operários das salinas em Mossoró (RN). A dissertação defendida em 1986, marcou a linha de trabalho de Brasília durante toda sua vida acadêmica: os estudos sobre os movimentos dos trabalhadores no Brasil. Esta dissertação foi a base para o livro do mesmo nome publicado em 2000 pela Fundação Vingt-Un Rosado na Coleção Mossoroense.

Brasília, aliava seu trabalho intelectual com sua militância social. Logo depois de formada, atuou junto aos Sindicatos Rurais do Rio Grande do Norte, como assessora sindical, principalmente na área de formação. E,

VOLTA AO SUMÁRIO

participou ativamente do processo de construção do Partido dos Trabalhadores (PT) no seu Estado.

Durante o período que esteve em São Paulo, para o mestrado, atuou junto ao movimento sindical de oposição metalúrgica realizando formação para importantes lideranças sindicais e participando ativamente na organização da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Voltando para Natal, continuou com seu trabalho político enquanto se dedicava, na Universidade, ao desenvolvimento de pesquisas sobre o mundo do trabalho e a organização dos trabalhadores.

Seu retorno à São Paulo, em 1987, como bolsista do CNPq, teve como centro o doutoramento na Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Orlando Miranda, que resultou na tese "Trabalhadores no Nordeste: Práticas Consentidas? (1930-1935), onde abordou a organização dos trabalhadores sob a égide da então emergente legislação trabalhista implantada com a CLT.

Logo após seu retorno à UFRN, publicou em 1992, pela EDUFRN, o livro BANGU: Memórias de um militante, sobre Lauro Reginaldo da Rocha, professor e tipógrafo que exerceu o cargo de Secretário Geral do PCB de 1932 a 1934.

É necessário frisar que a carreira acadêmica de Brasília foi marcada por sua permanente militância social. Todas as pesquisas que desenvolveu, as bancas que participou, as orientações de TCC, mestrado e doutorado que conduziu estiveram sempre sob o enorme guarda-chuva do mundo do trabalho. Mesmo sua militância social foi sempre orientada pela preocupação com a construção dos direitos trabalhistas e melhores condições de vida e trabalho para os assalariados.

Em 1997, publicou pela EDUFRN, o livro "Trabalhadores, Sindicatos, Cidadania: O Nordeste em Tempo de Vargas", importante análise sobre a institucionalização da estrutura sindical e sua relação com as questões de cidadania no nordeste brasileiro.

Fez seu pós-doutoramento, em 1999, na Université Paris I, Pantheon Sorbonne, como bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), onde se debruçou sobre as mudanças na organização do mundo do trabalho.

Na retomada dos trabalhos na UFRN, assumiu a Coordenação do Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais e integrou o Conselho Editorial da Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS), ao mesmo tempo em que se dedicou ao estudo das políticas públicas de formação profissional e a assessoria parlamentar no Senado Federal apoiando tecnicamente representantes que compartilhavam sua proposta para o país.

Foi assessora parlamentar, em Brasília, por oito anos, entre 2003 a 2011. De volta a Natal, assumiu na chefia do Departamento de Ciências Sociais, tendo se aposentado e retirado da vida acadêmica em maio de 2014.

Brasília Carlos Ferreira, conduziu sua vida profissional e acadêmica em consonância com sua visão de mundo e seus compromissos sociais, mantendo sempre a coerência e o compromisso com a qualidade de seus trabalhos.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

FERREIRA, B. C.; CARVALHO, D. C.; BEAURGRAND, E. T.; LOPES, M. V. F.. Região Metropolitana de Natal: radiografia do mercado de trabalho. 1. ed. Natal: DIEESE, 2002. v. 3000. 226p.

FERREIRA, B. C. O Sindicato do Garrancho. MOSSORO: GUIMARAES DUQUE, 2000. 280p

FERREIRA, B. C. ZUENZER, A. Z.; HORTA, C. R.; MORAES, C. S. V.; FERRETI, C. J.; LIMA, J. C.; DELUIZ, N.. Diagnóstico da Formação Profissional: Ramo Metalúrgico. SAO PAULO: ARTCHIP EDITORA, 1999. 400p.

FERREIRA, B. C. Trabalhadores, Sindicatos, Cidadania: O Nordeste em Tempo de Vargas. 1ª. ed. SAO PAULO: AD Hominem, 1997. 294p.

FERREIRA, B. C. Bangu I: Memória de um Militante. NATAL: UFRN, 1992. 120p.

FERREIRA, B. C.. Trabalhadores e Cidadania: Metamorfoses Sindicais. Cronos (Natal), Natal/RN, v. 02, n.01, p. 11-32, 2001.

FERREIRA, B. C.. Quelques notes sur le marché du travail et nouvel agenda syndical.. Chronique Internationale de l'IRES, Paris – França, p. 41-49, 2000.

FERREIRA, B. C.. Antônio Cândido: Um homem simples. Cronos (Natal), Natal – RN, v. 01, n.02, p. 07-11, 2000.

FERREIRA, B. C.; LIMA, J. C.. Trabalhadores Urbanos No Nordeste. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, n.30, p. 83-89, 1996.

FERREIRA, B. C.. Memória, Tempo e Narrativas. Revista Política e Trabalho, Paraíba, p. 126-137, 1996.

FERREIRA, B. C.. A Modernidade Inconclusa: A Experiência Operária no Nordeste. Cadernos de Pesquisa do Mestrado em Ciências Sociais – UFPB, Paraíba, p. 01-75, 1995.
FERREIRA, B. C.. Prestes: O Homem e a Política. Memória Viva, Natal, p. 02-12, 1995.

FERREIRA, B. C.. A Classe como Sujeito. Revista do Mestrado Em Ciências Sociais UFRN, Natal, 1995.

FERREIRA, B. C.. Sociedade e Política no RN: Os Anos 20. 70 ANOS DE MODERNISMO, Natal-RN, 1994.

FERREIRA, B. C.. Narciso, Fausto, Fernando e Outros Mitos. REVISTA ODISSEIA, Natal-RN, v. 1, p. 63-72, 1994.

FERREIRA, B. C. Os Trabalhadores e A Revolução de 30. REVISTA DO ARQUIVO PUBLICO DE PERNAMBUCO, Recife-PE, v. 40, p. 43-93, 1993.

CECÍLIA LORETO MARIZ

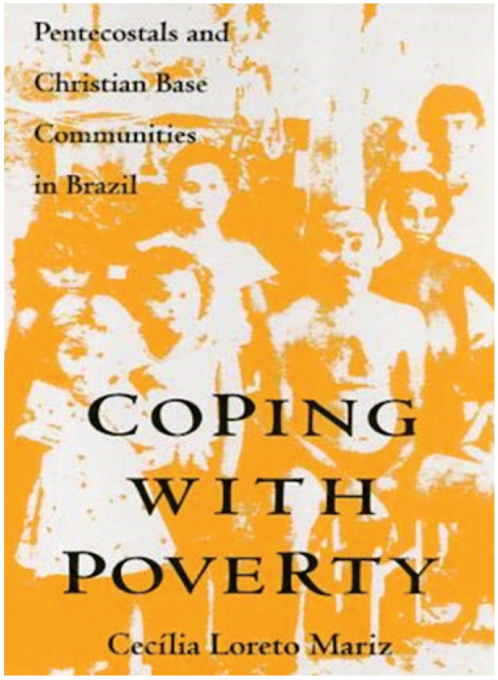
Por **Sílvia Fernandes** (UFRRJ)

Natural da cidade de Recife, Cecília Loreto Mariz, nasceu em 01 de julho de 1956, tornando-se uma das mais proeminentes sociólogas da religião no país. Sua produção científica descortinou um horizonte de possibilidades investigativas, além de influenciar novas gerações de pesquisadores da religião interessados em compreender as dinâmicas e as articulações entre religião e sociedade.

A afinidade com a pesquisa emergiu nos anos iniciais da formação enquanto cursava o bacharelado em Ciências Sociais, na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, entre 1974 e 1977. Sob a orientação de Heraldo Pessoa Souto-Maior, Cecília realizou o mestrado na mesma Universidade (1978-1982) produzindo a dissertação intitulada Texto didático e criança carente. Demonstrando habilidade e sofisticação teórica, Mariz analisa a questão escolar a partir de uma releitura de Pierre Bourdieu. O texto entrelaça a sociologia da educação com a questão da desigualdade social no Brasil, explorando dimensões da pobreza e do cotidiano de camadas populares no Recife, com foco nos valores que mobilizavam a ação dos sujeitos.

VOLTA AO SUMÁRIO

Sublinhe-se que, nos anos em que a pesquisadora cursava o mestrado, a Teoria da Dependência era conteúdo mandatório nos cursos de Ciências Sociais e colocava em relevo a estrutura de dependência entre países periféricos e países do centro. Talvez, não por acaso, a relação entre saúde, religião, educação, pobreza e estratificação social compôs os interesses de pesquisa de Cecília Mariz em momentos distintos de sua trajetória.



Em 1989, a socióloga obteve o título de doutorado em Sociologia da Cultura e Religião, na Universidade de Boston (BU), sob a orientação de Peter Berger e coorientação de Anthony Leeds. A experiência da formação internacional foi enriquecida pela interlocução com pesquisadores como David Martin, Paule Verdet, Madeleine Cousineau, dentre outros. O diálogo profícuo com seus pares favoreceu a consolidação da religião como o principal objeto de pesquisa de Cecília. Na tese – publicada em 1994 sob o título Coping with poverty: Pentecostals and Base Communities in Brazil – Mariz encampa uma análise que articula a complexa relação entre classes sociais e afiliação religiosa. Ancorada na teoria weberiana sobre racionalização, Cecília argumenta que a pertença religiosa para membros de igrejas pentecostais e participantes de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) – grupos católicos que emergem da teologia da libertação – funciona como estratégia para o enfrentamento da pobreza, e ambos os grupos podem produzir semelhantes consequências políticas não intencionais. O forte argumento da tese é o de que o pentecostalismo acentua as respostas individuais à pobreza, enquanto nas CEBs a dimensão comunitária se destaca. Entre os pobres, o pentecostalismo tenderia a crescer especialmente por sua oferta estratégica para o enfrentamento da pobreza nas camadas populares.

Dois anos antes de defender a tese, Cecília havia publicado a resenha do livro de Gustavo do Passo Castro, intitulado As comunidades do dom: um estudo das CEBs no Recife. O livro apresentava um enfoque sobre a dimensão pedagógica das CEBs, grupos cujo interesse da academia tem arrefecido, especialmente em razão das novas dinâmicas da religião no país, marcadas pelo crescimento acentuado dos evangélicos e pela emergência de movimentos de orientação carismática e ultratradicionalistas no campo católico.

Cecilia Mariz integrou o corpo docente da UFPE por treze anos (1978 – 1991) onde atuou em vários projetos de pesquisa que conjugavam etnografia e abordagens quantitativas. Em 1992, a socióloga passou a compor o corpo docente da Universidade Federal Fluminense – UFF onde permaneceu por quatro anos. Em seu memorial, defendido na UERJ em 2018, Cecília explica que sua mudança da UFF para a Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ teve como fator principal a ausência, à época, do curso de Pós- Graduação no Departamento de Sociologia da UFF. Certamente, a Pós-Graduação é um espaço importante para a validação da produção científica na medida em que favorece a elaboração da pesquisa e a formação de novos pesquisadores.

Em 1995, Cecília passa a integrar o corpo docente da UERJ como professora adjunta, permanecendo na instituição até o presente como professora titular.

Não é difícil entender a presença do rigor teórico e metodológico na produção de Cecília Mariz quando se observa as amplas redes pelas quais circulou no Brasil e internacionalmente, estabelecendo um diálogo produtivo com antropólogos, sociólogos e teóricos com distintas formações. Cabe destacar sua passagem pelo ISER e sua participação no Grupo de Catolicismo, que havia sido criado por Pierre Sanchis (UFMG) na década de 1980. Regina Novaes, Patrícia Birman, Rubem Cesar Fernandes, Otávio Velho, Maria das Dores Campos Machado, Samira Crespo e vários outros interlocutores, favoreceram a elaboração e o refinamento de hipóteses em vários de seus projetos de pesquisa cujos resultados abriram janelas inspiradoras para seus orientandos e colegas.

Merece destaque a parceria intelectual com Maria das Dores Campos Machado iniciada em meados da década de 1990. À temática do sincretismo e das transformações do campo religioso brasileiro somaram-se as questões de gênero, política, mídia e família. Avançando na ampliação de redes internacionais e na própria formação, Cecília realizou seu primeiro pós-doutoramento na École des Hautes Études em Sciences Sociales, EHESS (1999-2000), na França, estabelecendo interlocução com Daniele Hervieu-Léger, Marion Aubrèe, Françoise Champion, pesquisadoras de referência na sociologia da religião. O segundo pós-doutoramento foi feito nos Estados Unidos, na New York University (2015-2016).

No primeiro pós-doutoramento, sua produção acadêmica concentrou-se no catolicismo carismático e suas variações, como a emergência das chamadas comunidades de vida e do espírito. É também um período em que seu diálogo com Peter Berger é retomado ao publicar um artigo instigante sobre os conceitos de secularização e dessecularização em Berger. Na New York University, Cecília mantém os estudos de catolicismo e pentecostalismo, além de abrir espaço para a análise das relações entre religião e juventude.

Como é próprio ao ofício do sociólogo, Cecília Mariz esteve sempre atenta às mudanças sociais e às temáticas emergentes no campo. Por essa razão, sua vastíssima produção tem buscado compreender as relações entre religião e mídia, religião e saúde, religião e migração;

religião e política; religião e juventude, religião e globalização. De modo particular, a questão dos fluxos religiosos, transnacionalidade e globalização foi amadurecida com sua colega Clara Mafra (in memoriam), na UERJ, gerando o Grupo de Estudos de Cristianismo que reúne pesquisadores de várias instituições.

As inúmeras orientações de alunos na graduação e na pós-graduação revelam o quanto a produção acadêmica de Cecília Mariz é inspiradora. Mas revelam ainda sua generosidade como intelectual e ser humano para quem o conhecimento é processo que se consolida no diálogo profícuo, no olhar atento aos desafios do campo e nos bons encontros.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

MARIZ, C. O que precisamos saber sobre o censo para falar sobre os seus resultados? Um desafio para novos projetos de pesquisa. *Debates do NER* (UFRGS. Impresso), v. 14, p. 39, 2013.

MARIZ, C. Comunidades de vida no Espírito Santo: juventude e religião. *Tempo Social* (USP. Impresso), São Paulo, v. 17, n.2, p. 253-274, 2005.

MARIZ, C. Secularização e dessecularização; comentários a um texto de Peter Berger. *Religião e Sociedade*, vol. 21, no. 1, 2001, p. 25-39.

MARIZ, C. Coping With Poverty: Pentecostals And Base Communities In Brazil. Philadelphia, USA: Temple University Press, 1994. 224p.

SOBRE A AUTORA

Cecília Loreto Mariz, «*Memorial do Cecília Loreto Mariz*», Interseções [Online], 21-2 | 2019, posto online no dia 15 agosto 2019, consultado o 06 junho 2021. URL: http://journals.openedition.org/intersecoes/597.

EDILA ARNAUD FERREIRA MOURA

Por **Daniela Ribeiro de Oliveira** (UFPA)

Falar sobre a trajetória profissional de Edila Arnaud Ferreira Moura é, também, tratar um pouco sobre a história do curso de ciências sociais na Universidade Federal do Pará – UFPA – e da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

Nasceu em Rio Branco, Acre, em 17 de julho de 1952, para onde seu pai fora transferido como funcionário do Banco da Borracha (hoje, Banco da Amazônia BASA). A família retornou à Belém do Pará, após um ano, onde fixaram residência com os demais três filhos.

Seguir a carreira de socióloga, cujo curso existia apenas na opção de licenciatura, foi resultado de um enfrentamento familiar. Sua mãe – primeira mulher, no Brasil, a ocupar o cargo de juíza – presidente do Tribunal Regional do Trabalho –, projetava para a filha uma carreira como diplomata, dada a forte inclinação da adolescente para a área das humanidades e facilidade no aprendizado de línguas estrangeiras. O interesse pela sociologia foi se definindo pelas experiências vividas ao longo de sua formação escolar. Nos anos do ensino primário, constatou que as crianças, trazidas do interior para trabalhar

VOLTA AO SUMÁRIO

e estudar na cidade como "crias" das freiras, que frequentavam a sua escola, não recebiam a mesma atenção que as demais crianças durante as aulas e não tinham o direito de participar do recreio no mesmo pátio, entre outras situações denunciadoras da desigualdade social. Na sequência dos estudos, uma experiência de trabalho de campo em um bairro periférico de extrema pobreza na cidade de Belém, organizada por um professor de geografia humana, foi decisiva na escolha de sua profissão. Tais experiências associadas à sua curiosidade e apreço pela literatura, história e filosofia a levaram optar pela Licenciatura em Ciências Sociais.

No contexto dos anos de chumbo da Ditadura Militar, em 1970, Edila inicia a graduação em ciências sociais, na UFPA. O curso, criado em 1957, e que nos anos anteriores era o centro da efervescência do pensamento crítico nas áreas de economia, sociologia, política e antropologia a decepciona bastante pela ausência de debates e de profundidade no conteúdo das aulas. Os seus mais brilhantes professores haviam sido afastados das atividades acadêmicas pelo regime militar ou se exilaram. O curso estava desestruturado e decadente, sem atividades de pesquisa nem extensão e mesmo quase sem aulas. Nessas condições, Edila se dedicou com maior afinco ao aprendizado do inglês e do francês alcançando os mais elevados níveis de formação. Nos dois últimos anos de graduação, foi bolsista de pesquisa no Instituto de Desenvolvimento Social do Pará (IDESP) onde reconhece que teve sua principal base de conhecimento sobre a pesquisa social. Nessa instituição foi iniciada nas atividades de pesquisa documental e pesquisa de dados secundários sobre a produção socioeconômica dos municípios do estado, desenvolvendo habilidades na construção de estudos diagnósticos. Três meses após a conclusão do curso foi contratada como socióloga para trabalhar na Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM, passando a residir na cidade de Santarém, pelo período de dois anos, acompanhando famílias rurais que migravam para essa cidade em busca de trabalho.

Casou-se em 1977 e, logo em seguida, o casal seguiu para fazer mestrado na University of Toledo (Ohio, EUA) ele em Administração de Empresas, e ela, em Sociologia. Lá, Edila conseguiu uma bolsa que custeou todo o seu curso como também lhe possibilitou recursos para sua estadia por dois anos. Nessa condição trabalhou com dois pesquisadores em temas distintos,

mas correlacionados: Estatística Social e metodologias de pesquisas sobre gênero e trabalho feminino. Dessa experiência desenvolveu um estudo em que articulou as teorias sociológicas e as diversas composições demográficas, destacando as variações nas taxas de fecundidade ao longo de décadas e entre as diversas regiões brasileiras, defendendo a dissertação "Theorethical and metodological considerations on the studies of fertility in Brasil".

Essa experiência lhe rendeu um convite, em 1979, para atuar como professora colaboradora do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia – NAEA/UFPA – e abriu caminho para a construção de uma longa trajetória profissional na qual passou pelas mais importantes instituições de ensino e pesquisa do norte do Brasil. No NAEA, lecionou Demografia Regional e Pesquisa Social, coordenou o Setor de Pesquisas, foi vice coordenadora do programa de mestrado e desenvolveu pesquisas sobre trabalho feminino e sobre remoção de famílias rurais em decorrência da criação dos Grandes Projetos de desenvolvimento. Interrompeu as atividades no NAEA no período de 1983-1986 quando se mudou para Manaus, no Amazonas, para acompanhar o marido que fora transferido, um ano antes, para trabalhar como gerente em uma multinacional do Distrito Industrial.

Durante sua breve estadia em Manaus, foi contratada inicialmente como professora colaboradora, e posteriormente, como concursada, na Fundação Universidade do Amazonas (FUA), atual Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Lecionou Sociologia para os diversos cursos do Instituto de Ciências Humanas e Letras-ICHL. O curso de Ciências Sociais só viria a ser criado em 1987, com marcas de sua relevante contribuição. Em 1983, era a única docente com mestrado lecionando Sociologia e, nessa condição, assumiu a coordenação do Programa de Pós-graduação (lato sensu) de Demografia Amazônica.

Sua estadia na FUA possibilitou o estreitamento de laços profissionais e afetivos que perduram até hoje, em atividades conjuntas entre os docentes dos programas de pós-graduação PPGSA/UFPA e PPGSC/UFAM. Destaca-se nesse período a pesquisa sobre a "Mobilidade do Trabalho Feminino nas Indústrias de Belém e Manaus", financiada pela ABEP, CNPq e ANPOCS, pesquisa inédita que resultou em várias produções acadêmicas sobre as condições de trabalho feminino em diversos setores da economia nas duas cidades.

Ao regressar às suas atividades profissionais na UFPA, coordena em conjunto com a Profa. Maria Lúcia Sá Maia a pesquisa "Reorganização do espaço de trabalho e do espaço doméstico das famílias de Barcarena-Pará: os efeitos do Projeto Albrás – Alunorte", nos anos de 1984-1993, que resultou em um importante dossiê sobre as condições de vida das famílias removidas de seus territórios rurais para a instalação do empreendimento. Por meio da análise do discurso dos atores do processo decisório, agentes empresariais e governamentais, a pesquisa desvendou os sentidos da ideia de progresso e desenvolvimento impostos a essas populações.

A partir de 1993, suas atividades se direcionam às pesquisas sociais e ações de extensão relacionadas à conservação ambiental da primeira reserva de desenvolvimento sustentável

criada no Brasil, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá- RDSM, localizada na região do médio Solimões, estado do Amazonas. Integrando uma equipe multidisciplinar, Edila ficou responsável pelas pesquisas sociodemográficas e socioeconômicas e participou intensamente de todas as etapas que se seguem desde a fase do Projeto Mamirauá (1993) à criação do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (2000), na cidade de Tefé, hoje um dos institutos do Ministério da Ciência e Tecnologia na Amazônia. Teve destacada contribuição na formação de uma equipe de sociólogos responsáveis pela continuidade das pesquisas nesse instituto. Sua tese de doutorado, defendida em 2003 no PDTU/NAEA/UFPA, analisou "As práticas socioambientais na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá". Na sequência de suas produções acadêmicas, acompanha os comportamentos demográficos e socioambientais de cerca de 300 comunidades rurais e as formas de uso social da ciência, tecnologia e inovação na adoção de estratégias e políticas públicas de conservação da biodiversidade nessa parte da Amazônia.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

MOURA, E. A. F.; CASTRO, J. R.; SOUZA, M.; NASCIMENTO, A. C. S. do. Mulheres de Mamirauá: relatos orais sobre trabalho, maternidade e sobrevivência na várzea amazônica. In: Ernesto Renan de Freitas Pinto; Lúcia Puga; Tatiana Pedrosa. (Org.). *Amazônia:* apontamentos de história oral. Manaus: Editora Valer, 2020, v. 1, p. 29-68.

GOMES, M. C. R.L.; NASCIMENTO, A. C. S. do; MOURA, E. A. F.; CORREA, D. S. S.; Brito, O.S. Surrounded by sun and water: development of a water supply system for riverine peoples in Amazonia. *Revista Tecnologia e Sociedade* (Online), v.15, p. 92-112, 2019.

PENTEADO, I. M.; NASCIMENTO, A. C. S. do; CORREA, D.S.S; MOURA, E. A. F.; Zilles, R.; GOMES, Maria Cecilia R.L.; PIRES, F. J.; Brito, O.S; SILVA, J. F.; REIS, A. V.; SOUZA, A.; PACIFICO, A. C. N. Among people and artifacts: Actor-Network Theory and the adoption of solar ice machines in the Brazilian Amazon. *Energy Research & Social Science*, v. 53, p. 1-9, 2019.

GOMES, M. C. R.L.; MOURA, Edila; PEDRO, J. P. B.; Bezerra, M. M.; Brito, O.S. Sustainability of a sanitation program in flooded areas of the Brazilian Amazon. *Journal of Water Sanitation and Hygiene for Development*, v. 5, p. 261-270, 2015.

VALER, L. R.; MOCELIN, A.; ZILLES, R.; MOURA, E.; NASCIMENTO, A. CLAUDEISE S.. Assessment of socioeconomic impacts of access to electricity in Brazilian Amazon: case

study in two communities in Mamirauá Reserve. *Energy Sustainable Development*, v. 20, p. 58-65, 2014.

MOURA, E.; NASCIMENTO, A. C. S. DO; CORREA, D. S. S.; SOUSA, I. S.; ALENCAR, E.. *Sociodemografia da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá*. Belém: IDSM/NAEA/UFPA, 2016. v.1. 310 p.

MOURA, E.; CASTRO, Edna; MAIA, S. M. L. (Orgs.). *Industrialização e Grandes Projetos:* Desorganização e Reorganização do Espaço. Belém: Gráfica e Editora da UFPA, 1995. v.1. 410 p.

MOURA, E.; SA, M. M. L.; P., F. E.. *Zona Franca de Manaus:* os filhos da era eletroeletrônica. Belém: UNAMAZ, 1993. v. 2. 141 p.

EDUARDO FERNANDO MONTAGNARI

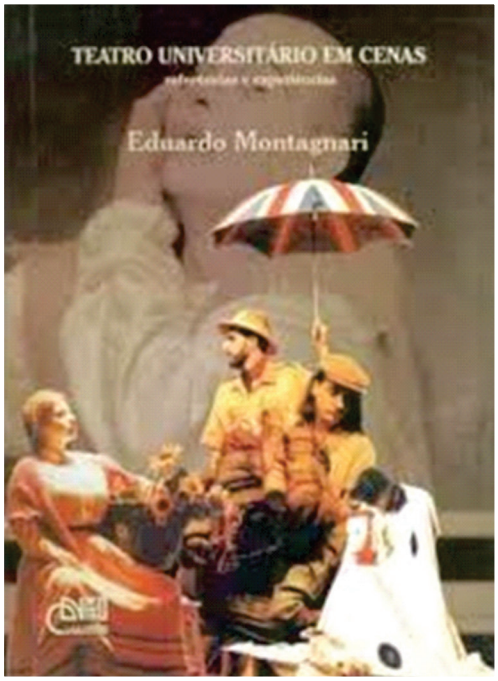
Por **Zuleika de Paula Bueno** (UEM)

Eduardo Fernando Montagnari nasceu em 1947, em Borborema, pequena cidade do interior de São Paulo. Mudou-se para Araraquara na adolescência para cursar o Clássico no Instituto de Educação Bento de Abreu. Aos 20 anos, ingressou no então recente curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, posteriormente integrada à Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, a Unesp.

Na graduação, foi aluno de Heleith Iara Bomgiovani Safiotti, professora que anos mais tarde orientaria sua tese de doutorado. Calouro, conheceu os amigos Luís Antônio Martinez Correa e Francisco Celso Martinez Rezende. Juntos, fundaram o grupo de teatro amador TECO – Teatro de Colégio, depois renomeado TUA – Teatro Universitário de Araraquara. Com o grupo, Eduardo entrou em cena pela primeira vez no ano de 1967 como ator da peça *Terror e Miséria do Terceiro Reich*, do dramaturgo alemão Bertolt Brecht. A experiência com a direção teatral se deu ainda com o grupo, no final daquela década. Teatro e sociologia, representação e vida social, distanciamento e consciência, estranhamento e apren-

VOLTA AO SUMÁRIO

dizagem foram os elementos que forjaram e foram forjados na formação inicial e na trajetória de Eduardo Montagnari.



Em 1970, concluiu o curso de Ciências Sociais, mudou-se para São Paulo e mergulhou no universo da contracultura. Tatu, apelido pelo qual ficou conhecido naqueles tempos, assumiu a posição de vocalista e compositor do grupo Vapor Barato, com o qual gravou, em 1982, o álbum *Um disco furado*, nos estúdios Eldorado. Foram tempos de cabelos compridos, "morbeza romântica" e pouca sociologia. Mas a ciência o chamaria de volta à universidade. Em 1983, Eduardo iniciou um projeto de pós-graduação em sociologia e voltou a lecionar. Por intermédio da professora Vera Botta, ficou sabendo da abertura de um concurso para o cargo de professor na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Aprovado, mudou-se para o interior paranaense em 1985, ano em que passou a integrar o Departamento de Ciências Sociais da UEM.

Ao chegar em Maringá, Eduardo imediatamente assumiu, além do cargo de professor, a coordenação do Projeto Memória, vinculado à Secretaria de Cultura do Município de Maringá. Seria o primeiro dos diversos trabalhos que realizou junto à Secretaria. No início dos anos 1990, foi assessor executivo deste órgão e, entre 2003 e 2004, assumiu o cargo de Secretário de Cultura do município. Na universidade, entre 1986 e 1988, exerceu a função de Diretor de Promoção e Difusão Cultural e logo em seguida, entre 1988 e 1990, a de Pró-Reitor de Extensão. À frente destes cargos, teve por objetivo traçar uma política cultural universitária articulada ao ensino e à pesquisa. Idealizou e organizou o Teatro Universitário de Maringá, o TUM, e criou a Oficina de Teatro da UEM. O TUM alterou de forma definitiva a cena já existente do teatro amador e experimental na cidade. Em 1987, a Oficina de Teatro da UEM foi inaugurada com a encenação de *A Exceção e a Regra*, de Bertolt Brecht, da qual foi diretor cênico e musical.

Em 1995, Montagnari defendeu a tese *Terceira Margem – extensão cultural universitária: um conceito da prática* no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Unesp de Araraquara. Conforme apontava o estudo, a extensão, terceiro pilar do mundo acadêmico e dimensão menos prestigiada na universidade, se definia em geral mais pela somatória de práticas diversas ou como forma alternativa de captação de recursos para as atividades universitárias do que por ser de fato um espaço de articulação e integração da universidade com a sociedade.

Contudo, Eduardo identifica, descreve e discute em seu texto três momentos históricos distintos de institucionalização da extensão cultural universitária e os modelos que regem o discurso político e cultural desse processo: o revolucionário, que caracteriza o modelo dos Centros Populares de Cultura (CPC) e se faz presente no início dos anos de 1960; o patriótico, que é construído com a Reforma Universitária pós-1964 e a criação do Projeto Rondon, em 1967; e o cidadão, que emerge da articulação do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Extensão Universitária, já no final dos anos 1980. Os três momentos, vale destacar, foram constitutivos da própria ação cultural e política do autor da tese. Como pesquisador, professor, extensionista, músico, diretor e dramaturgo, Eduardo mostrou-se sempre interessado na articulação entre arte, cultura e sociedade.

Já doutor, participou como orientador e coorientador do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEM e aprofundou as investigações e experimentações do teatro épico junto a crianças e adolescentes. Em 1997, dirigiu a apresentação pública da peça *Aquele que diz sim, aquele que diz não*, de Brecht, levada em cena pelas crianças da instituição beneficente católica Lar Escola da Criança de Maringá. Naquele mesmo ano, apresentou no Festival Nacional de Teatro Infantil de Blumenau a peça *O Encontro do Palhaço Tam-Tam com o Vaga-Lume Tem-Tem numa Noite de Lua Cheia,* de sua autoria. Em 1999, o trabalho como diretor teatral à frente do TUM gerou o livro *Teatro Universitário em Cenas: referências e experiências*, publicado pela Editora da UEM.

Durante os anos em que a UEM ainda não oferecia a graduação em Ciências Sociais, Eduardo ministrou aulas de sociologia nos cursos de História, Direito, Economia e Pedagogia. Após criado o curso de Ciências Sociais, no ano 2000, ele assumiu as disciplinas de Introdução à Sociologia e de Prática de Ensino para os estudantes da licenciatura. Para a sala de aula, levava a articulação entre o teatro épico e a sociologia. Não era raro Eduardo iniciar seus cursos declamando o Prólogo da peça *A exceção e a Regra*, de Brecht:

> "Estranhem o que não for estranho
> Tomem por inexplicável o habitual
> Sintam-se perplexos ante o cotidiano
> (...)
> Façam sempre perguntas
> Caso seja necessário
> Comecem por aquilo que é mais comum
> (...)
> Para que nada seja considerado imutável
> Nada, absolutamente nada.
> Nunca digam: isso é natural"[1]

Ainda nos anos 2000, investigou em pesquisa de pós-doutorado as relações entre rádio e teatro e produziu a partir dessa investigação dois experimentos de peças radiofônicas, sendo

um deles a gravação de *A Exceção e a Regra*. Aposentou-se como professor associado da Universidade Estadual de Maringá (UEM) em dezembro de 2009 com uma breve temporada de shows de lançamento do seu CD *Dajabuticaba*, composto por músicas autorais, algumas escritas na época do Vapor Barato. Voltou por um breve período à Araraquara e retornou à Maringá em 2012 como professor convidado do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) do curso de Licenciatura em Artes Cênicas. Em novembro de 2018, estreou *Do teatro brasileiro de protesto (1964-1968) um musical*, aprovado na Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Maringá – Prêmio Aniceto Matti, com dramaturgia sua construída a partir de excertos e fragmentos de peças e canções do momento histórico que dá nome ao espetáculo. Em 2022, prepara os ensaios de seu mais recente trabalho, *De repente me lembro*, no qual recupera as obras e a trajetória do compositor Joubert de Carvalho.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

MONTAGNARI, E**.** *Do teatro brasileiro de protesto (1964-1968) um musical*. Maringá, Paraná: iPerfil Editora, 2021.

MONTAGNARI, E. *Terceira Margem – extensão cultura universitária: um conceito da prática*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia para obtenção do título de Doutor. Araraquara, Unesp, 1995.

MONTAGNARI, E. *Rádio e teatro: memória e possibilidades*. Acta Scientiarum (UEM), Maringá, v. 1, n.1, p. 17-34, 2004.

MONTAGNARI, E. *O encontro do palhaço tam-tam com o vaga-lume tem-tem numa noite de lua cheia*. Banco de Textos (Dramaturgia) do Centro Brasileiro de Teatro para Infância e Juventude.

[1] BRECHT, Bertolt. A exceção e a regra. In: Teatro Completo, Vol IV. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 129-160.

EDUARDO PAES-MACHADO

Por **Michel Misse** (UFRJ)

Eduardo Paes-Machado nasceu no município de São João da Barra, no norte do Estado do Rio de Janeiro, em 1953, mas foi criado no interior da Bahia, nos municípios de Amargosa e Canavieiras. Filho de um juiz de direito que se graduou na tradicional Faculdade de Direito da USP e neto, pelo lado materno, de um grande fazendeiro de Campos dos Goytacazes (RJ), Eduardo foi alfabetizado em casa, aos cinco anos, e mergulhou cedo nas leituras dos clássicos adaptados para crianças. A paixão pela literatura infantil o acompanhou até a adolescência, quando se entregou à ficção científica e outros gêneros literários que prendiam a atenção do que ele mesmo chamou do "traço sonhador" de seu temperamento.

Ainda criança, acompanha as apreensões de seu pai, juiz eleitoral e responsável pela cadeia local, com os conflitos entre fazendeiros e trabalhadores rurais que começavam a se organizar em sindicatos, processo interrompido pelo golpe militar de 1964. Já em Salvador, na segunda metade dos anos 60, Eduardo está estudando em colégio católico da elite. O ambiente religioso e austero da escola contrasta com a atmosfera doméstica

VOLTA AO SUMÁRIO

de debates de temas diversos e de livre exame do papel da religião, contribuindo a produzir no menino, cuja experiência de cidade do interior agora sofria o impacto da cidade grande, uma certa aversão à orientação geral do colégio.

A aproximação à cultura pop, ao rock, à contracultura e ao zen-budismo levará Eduardo à introspecção e à leitura voraz de todos os livros que lhe caiam na mão. No pós-68 não pôde ter a experiência do movimento estudantil, que praticamente desaparecera sob a repressão do regime militar, mas ligou-se a colegas participantes de um círculo de estudantes intelectualizados e politizados que trocavam ideias e livros de interesse comum. Vivenciou, como vários de sua geração, a explosão tropicalista, o teatro de Brecht, as encenações de José Celso Martinez, a poesia de Maiakovski, o inconformismo social e político. A presença dominante do marxismo universitário o levará a se ligar a uma organização de esquerda, a Política Operária (POLOP) ainda no curso secundário. Aos 17 anos tem a sua casa invadida e vasculhada por policiais após ter sido denunciado junto com seus companheiros. Conduzido preso sob espancamentos e queimaduras com pontas de cigarro, foi libertado após três meses de cadeia graças à condição de menor de idade e à influência paterna. Ao sair decidiu auto-exilar-se e conhecer a experiência socialista que começava a ganhar corpo no Chile no início de 1971.

Mesmo não tendo concluído o curso secundário no Brasil, Eduardo conseguiu admissão na Universidade chilena com uma bolsa de estudos e, aos poucos, foi se tornando um "nativo", com bom domínio do espanhol e da cultura chilena. Esse processo foi interrompido pelo golpe de Estado que derrubou Allende em setembro de 1973. Eduardo retorna ao Brasil e retoma o curso de Ciências Sociais numa Universidade Federal da Bahia esvaziada de pensamento crítico pela ditadura. Aproxima-se da profa. Katia de Queiroz Mattoso, na Universidade Católica de Salvador e colabora com ela na coleta e sistematização de dados como parte de um projeto sobre a estrutura social de Salvador no século XIX. Eduardo considera essa experiência como o marco inicial de sua formação científica.

Antes de defender, sob a orientação da profa. Anete Ivo, sua monografia de graduação, sobre o padrão do trabalho docente na UFBA, casa-se com Ligia, arquiteta e companheira amorosa

de toda uma vida. Em seguida foi buscar na França a continuidade de sua formação acadêmica, defendendo em 1981 uma dissertação de mestrado sobre Agricultura e Sociedade no Nordeste do Brasil. Na França nasce-lhe a filha Laura e ganha, após o espanhol, o aprendizado da língua francesa. De volta ao Brasil em 1981, começa a trabalhar na Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia, onde permanecerá até 1990, mesmo após ingressar, como professor assistente, em 1982, na UFBA, para lecionar no Curso de Ciências Sociais. Em 1983, nasceu em Salvador o seu filho Estêvão. Em seguida parte para a UNICAMP para fazer o seu doutorado. O doutorado, em 1992, sob a orientação de Alba Zaluar, dá continuidade ao seu interesse pelo mundo agrário, investindo agora sobre as migrações rurais. Estudou também com Moacir Palmeira e Afrânio Garcia Jr., no Museu Nacional, no Rio, que muito contribuíram para a consolidação de sua bagagem intelectual e suas preferências teóricas.

Pode-se dizer que a trajetória acadêmica de Eduardo Paes-Machado divide-se, assim, em duas partes: a primeira, até o doutorado na UNICAMP, se caracterizará por uma antropologia social das migrações rurais; a segunda, que começa na segunda metade dos anos 1990,será marcada por um grande investimento em sociologia do crime e da polícia, uma área que em outros países é geralmente ocupada pela criminologia.

Eduardo, é preciso dizer, trilhou caminho próprio. Inicialmente marcado por parcerias longas e produtivas com docentes e pesquisadores do Instituto de Saúde Coletiva (ISC) da UFBA e, em seguida, com inserção na criminologia internacional, especialmente de língua inglesa. As parcerias com o ISC resultaram na criação da linha de pesquisa Violência Urbana e Saúde no PPG em Saúde Coletiva da UFBA (2002), cujas atividades levariam posteriormente à criação da linha Crime, Punição e Direitos Humanos no PPG em Ciências Sociais da UFBA (2010) e do LASSOS – Laboratório de Estudos sobre Crime e Sociedade (2009). A inserção na criminologia internacional é notável nas diversas passagens de Eduardo por universidades estrangeiras. Das 10 estadas em universidades do exterior, sete foram pós-doutorados, estágios de pesquisador visitante e também docência em departamentos de criminologia de universidades do Canadá (Toronto, York e Montreal), Estados Unidos (Michigan State e Temple) e Reino Unido (Sheffield e Salford).

Essa trajetória explica em grande medida as contribuições substantivas que Eduardo deu para a Sociologia do Crime e a Criminologia por meio de pesquisas rigorosas e criativas sobre processos sociais de vitimização, justificativas para o uso da força policial, interações coercitivas, promoção, governança e pluralização da segurança. A partir do ISC, Eduardo Paes-Machado se tornou vice-coordenador de um projeto internacional financiado pela OPAS que realizou a primeira pesquisa de vitimização na América Latina (1996). Depois, em 2004, coordenou o projeto internacional sobre o uso da força policial, apoiado pelo PNUD, que reuniu pesquisadores de várias partes do mundo. Professor Titular aposentado, Eduardo permaneceu atuando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA, nos conselhos editoriais de

importantes revistas internacionais produzindo novas contribuições publicadas nos melhores periódicos especializados de sua área temática.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

PAES-MACHADO, E. *Trajetórias da migração rural da Bahia*. Tese de Doutorado. Unicamp: Campinas. 1992.

PAES-MACHADO, E.; Noronha, C. V. A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas. *Sociologias* (UFRGS), Porto Alegre, v. 7, p. 188-221, 2002.

PAES-MACHADO, E.; LEVENSTEIN, C. ´I´m sorry everybody, but this is Brazil´: armed robbery on the buses in Brazilian cities. *British Journal of Criminology*, London, v. 44, n.1, p. 1-14, 2004.

PAES-MACHADO, E; NASCIMENTO, A. M. Bank money shields: work-related victimisation, moral dilemmas and crisis in the bank profession. I*nternational Review of Victimology*, London, v. 13, p. 1-25, 2006.

PAES-MACHADO, E. The deliveries cannot stop: ecological (dis)vantages and social-spatial safety tactics against predatory crimes among Brazilian couriers. *Crime, Law and Social Change*, v. 54, p. 241-261, 2010.

PAES-MACHADO, E.; VIODRES-INOUE, S. O lado sombrio da estrada: vitimização, gestão coercitiva e percepção de medo nos roubos a ônibus interurbanos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* v. 30, p. 09-30, 2015.

PAES-MACHADO, E.; BIRKBECK, C.; BACON, M.; BEAR, D.; HOUBORG, E.; KAMMERSGAARD, T.; PEDERSON, M. M.; MARKS, M.; HOWELL, S.; SHAW, M.; CANO, I.; RIBEIRO, E.; LEUPRECHT, C.; AULTHOUSE, A.; WALTHER, O.; MANSO, B. P.; ALMEIDA, O. L. (Eds). *Policing drug markets*. 17. ed. London: Routledge, 2016. 88p.

LOPES, C., PAES-MACHADO, E., A Segurança em Mutação: concepções, práticas e experiências no século XXI. Apresentação de dossiê organizado pelos autores. *Lua Nova*, São Paulo, 114, 13-28, 2021.

OLIVEIRA, P., PAES-MACHADO, E. Segurança híbrida, privatização e exclusão reativa dos espaços públicos do carnaval. *Espacio Abierto*, Maracaibo, v. 30, n.4, 81-105, 2021.

ELINA PESSANHA

Por **José Luiz Soares** (UFRJ)

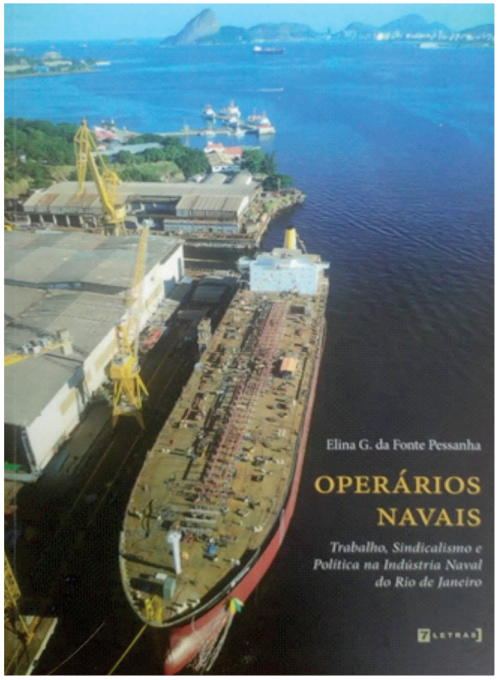
Elina Gonçalves da Fonte Pessanha (Niterói, 1945) é Professora Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Notabilizou-se por contribuições sociológicas e antropológicas em diferentes campos de estudos sobre o trabalho: processos de trabalho, modelos de relações de trabalho, memória dos trabalhadores, sindicalismo e resistência operária, direito do trabalho e instituições trabalhistas.

Graduou-se em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF), onde se formou em 1967. No início de sua formação acadêmica, obteve bolsa de iniciação científica no Museu Nacional, sob orientação de Luiz de Castro Faria. Foi também nesse período, em meio à atuação no movimento estudantil, que conheceu aquele com quem veio a se casar e ter três filhos, o então líder estudantil e, posteriormente, cientista político, Charles Pessanha.

Elina Pessanha ingressou no Mestrado em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ em 1970. Sua dissertação, defendida em 1977, mais uma vez sob orientação de Luiz de Castro Faria, já apresentava temas que lhe seriam caros por toda a vida acadêmica. Com o título “Os companheiros: trabalho na pesca de Itaipu”,

VOLTA AO SUMÁRIO

a dissertação consistia numa etnografia sobre as relações e os processos de trabalho, a sociabilidade e a racionalidade econômica comum aos pescadores de um distrito do município de Niterói/RJ. Também já se verificava naquela altura uma convivência "bem temperada" de conceitos herdados de uma formação marxista com conceitos oriundos de outros campos da Sociologia e da Antropologia, traço comum em diversos trabalhos posteriores de Elina Pessanha. Fato este que agradou a Francisca Keller, discípula de Florestan Fernandes, que participou da banca de avaliação da dissertação.



Fez doutorado em ciências sociais na Universidade de São Paulo (USP) entre 1980 e 1986, sob orientação de Eunice Ribeiro Durham. Sua tese de doutoramento, com o título "Vida operária e política: os trabalhadores da construção naval de Niterói", questionou os processos de trabalho, a autoimagem, as ações e as culturas políticas encontrados entre os metalúrgicos da indústria naval. Sua abordagem valorizava a possibilidade dos trabalhadores – organizados no Sindicato dos Metalúrgicos local ou atuando "por fora" da institucionalidade – desenvolverem um senso crítico e atuarem politicamente de forma autônoma e potente em favor de seus interesses. A abordagem valorizava igualmente o quanto as perspectivas e práticas encontradas em diferentes gerações de metalúrgicos navais possuíam aspectos de continuidade e de ruptura, recusando qualquer dicotomia entre um "novo" e um "velho" sindicalismo. Uma edição revista e atualizada da tese foi publicada em 2012, com o título "Operários Navais – Trabalho, Sindicalismo e Política na Indústria Naval do Rio de Janeiro".

Elina Pessanha nunca deixou de considerar o "trabalho" como uma variável fundamental para pensar as relações sociais, a despeito de ventos teóricos que sopraram em outras direções. Além dos estudos que discorreram em primeiro plano sobre processos de trabalho e sobre as ações políticas dos trabalhadores, desenvolveu análises com temas variados, como a história e a memória dos trabalhadores; o pensamento social no âmbito da Sociologia do Trabalho; a importância da Justiça do Trabalho para o modelo de relações de trabalho predominante no Brasil; o perfil dos magistrados da justiça trabalhista; a relação da OIT (Organização Internacional do Trabalho) com o funcionamento de sistemas nacionais de trabalho; e as mudanças promovidas pela reforma trabalhista de 2017.

Suas contribuições para os estudos do trabalho se inserem em uma linhagem do pensamento social e político brasileiro que, ao menos desde Evaristo de Moraes Filho, reflete sobre a capacidade da classe trabalhadora externar suas demandas autonomamente, formular projetos e influenciar as ações governamentais. A ênfase na autonomia e na capacidade de resistência dos "subalternos" desponta tanto em suas vertentes político-institucionais, como o sindicalismo, quanto em suas vertentes mais movimentistas. Nesse ínterim, a Justiça do Trabalho é apresentada como tendo, desde sempre, um papel estratégico enquanto espaço normativo, sendo apropriada pelos trabalhadores para reivindicar a aplicação da lei ou mesmo para a "criação" de novos direitos.

Sempre entusiasta do contato entre academia, sindicatos e movimentos sociais, Elina Pessanha investiu duradouramente na interlocução com esses atores sociais, o que se faz notar por diversos trabalhos de assessoria, interlocução e colaboração com trabalhadores, entidades sindicais e centros de documentação e memória, no Brasil, na América Latina e na Europa.

A trajetória acadêmica de Elina Pessanha se confunde com o processo de renovação do curso de ciências sociais na UFRJ, a partir de meados da década de 1970, após anos de reveses impostos pelo regime militar brasileiro. Suas atividades de docência e pesquisa no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ iniciaram-se em 1978. Nos anos que se seguiram, exerceu, ao lado de outros colegas de trabalho, um papel ativo na reconstrução de uma infraestrutura voltada para o desenvolvimento de pesquisas em ciências sociais no instituto, com destaque para a fundação do Laboratório de Pesquisas Sociais (LPS) que, desde o início, congregou o Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ/UFRJ), que ela ajudou a criar em 1987.

Participou igualmente das iniciativas para constituir um Mestrado em Ciências Sociais, que mais tarde veio a se consolidar como Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ (PPGSA/UFRJ), atuando em nível de mestrado e de doutorado. Vinculada ao Programa de Pós-Graduação, Elina Pessanha realizou pós-doutorado junto à Universidade de Londres (entre 2001 e 2002); desenvolveu missões científicas nas Universidades de Lisboa (entre 1993 e 1997), Manchester (em 1996) e Paris-Sorbonne (1999 e 2012); e foi uma das fundadoras e editora da Revista Sociologia & Antropologia, publicação periódica do PPGSA/UFRJ.

Além dos trabalhos de docência e pesquisa, Elina Pessanha também realizou diversas atividades de coordenação em instituições acadêmicas ou de representação em associações científicas, dentre as quais vale destacar: Coordenadora do AMORJ/UFRJ, desde sua fundação; membra do Comitê Coordenador da Asociación Iberoamericana para la Recuperación y Protección de los Archivos de los Trabajadores y sus Organizaciones (1992); Coordenadora do Laboratório de Pesquisas Sociais do IFCS/UFRJ (1993-1994); Secretária-geral (1994-1996) e membra do Conselho Científico (1996-1999) da Associação Brasileira de História Oral (ABHO); Vice-coordenadora do Mestrado em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ (1995-1997); membra do Conselho Cientifico da Associação Brasileira de Antropologia – ABA (2003); Coor-

denadora do PPGSA/UFRJ por duas vezes (1999-2000 e 2010-2011); membra da Comissão de Altos Estudos do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Projeto Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional / Ministério da Justiça (2009); e membra titular do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ / Ministério da Justiça, representando a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS (a partir de 2016).

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

PESSANHA, E. G. da F.; MOREL, R. L. de M. Gerações Operárias: rupturas e continuidades na experiência de metalúrgicos do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, out. 1991, nº 17, ano 6, p. 68-83.

PESSANHA, E. G. da F. *Operários Navais* – Trabalho, Sindicalismo e Política na Indústria Naval do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

MOREL, R. L. de M.; PESSANHA, E. G. da F. Magistrados do Trabalho no Brasil: entre a tradição e a mudança. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, jan.-jun. 2006, vol. 1, nº 37, p. 29-53.

MOREL, R. L. de M.; PESSANHA, E. G. da F. A justiça do trabalho. *Tempo Social*, São Paulo, nov. 2007, vol. 19, nº 2, p. 87-109.

PESSANHA, E. G. da F.; PEREIRA, L. B.; SOARES, J. L. Trajetos da Negociação Coletiva Trabalhista: Sindicatos dos Metalúrgicos e dos Bancários do Rio de Janeiro. *Política & Trabalho*, João Pessoa, out. 2014, nº 41, p. 61-88.

ARTUR, K.; PESSANHA, E. G. da F. Construção social dos direitos do trabalho no Brasil: resistências democráticas à reforma trabalhista de 2017. *Século XXI*, Santa Maria, jul.-dez. 2018, vol. 8, nº 2, p. 563-588.

FRANZ JOSEF BRÜSEKE

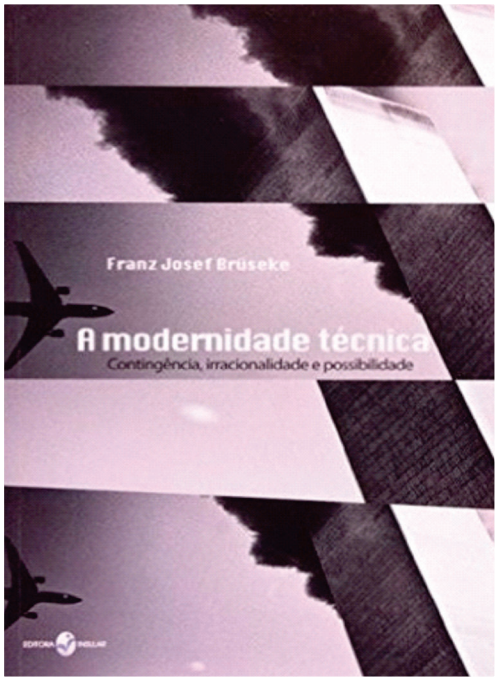
Por **Carlos Eduardo Sell** (UFSC)

Franz Josef Brüseke nasceu em 1954 na cidade de Hamm (Alemanha), na região industrial do Ruhr. Filho de uma família católica de operários, realizou seus estudos de nível primário (1960-1964) na Volksschule de Hamm e de 1965 a 1972 frequentou o ensino médio no Ginásio Freiherr-vom-Stein, da mesma cidade. Ingressou em 1972 na Universidade de Münster na qual estudou Sociologia, Letras (Alemão), Filosofia e Pedagogia, estudos que concluiu com mestrado em sociologia no ano de 1977, sob a orientação de Arno Klönne (1931-2015), com uma dissertação intitulada Contribuições para uma teoria marxista do Estado. Em 1979 iniciou, com o mesmo orientador, seu doutorado que concluiu em 1982 com a tese Sociologia do Estado: posições da oposição de esquerda no movimento operário alemão de 1905 a 1918. Durante seu período de estudos nos anos 1970 também participou no movimento estudantil e atuou especialmente na imprensa alternativa, tendo sido redator da revista Knipperdolling.

Após exercer a função de Diretor de departamento da Volkshochschule de Hamm (1982-1987), recebeu

VOLTA AO SUMÁRIO

uma bolsa da Deutschen Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ/CIM) para atuar na construção de um programa de pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), em Belém do Pará (1987-1991). Sua pesquisa volta-se, assim, para a ecologia política e, no final de 1987, ele passou a integrar o corpo docente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (UFPA). No NAEA, na mesma universidade, exerceu a função de primeiro coordenador do Programa de Pós-Gradução em Desenvolvimento Sustentável dos Trópicos. Em 1998 ingressou por concurso na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na qual fundou o SOCITEC – Núcleo de Estudos em Sociedade, Técnica e Ciência. Em 2006 obteve nova transferência, depois concurso, para a Universidade Federal de Sergipe (UFS), na qual aposentou-se em 2016.



Em sua primeira fase de pesquisa na Amazônia, a obra de Brüseke procurou refletir sobre o tema da industrialização e do desenvolvimento sustentável à luz de novas perspectivas teóricas, em particular a teoria do caos determinístico. Neste período trabalhou em parceria com Elmar Altvater (1938-2018), junto ao qual realizou, em 1991, um ano de pesquisas de pós-doutorado na Universidade Livre de Berlim. Também publicou o livro Riqueza Volátil (1997) que discute resultados de pesquisas realizadas, entre 1994 e 1997, com Mathis e Daniel Chaves de Brito, sobre as atividades do garimpo de ouro na Amazônia. Sua reflexão sobre a relação sociedade e natureza aprofunda-se em 1996 com o livro A lógica da decadência (1996) no qual reflete sobre a crise da modernidade a partir da relação entre caos e ordem.

Com o seu deslocamento para o Sul do Brasil, a pesquisa de Brüseke amplia-se na direção de uma ampla e original sociologia da modernidade. Tendo como pano de fundo a filosofia de Martin Heidegger, ele desenvolve a Teoria da Modernidade Técnica, tema que aprofunda especialmente no seu livro A técnica e os riscos da modernidade (2001). Indo além de uma sociologia da tecnologia concebida apenas como sociologia específica, sua teoria procura demonstrar que não é a modernidade cultural e sim a racionalidade da ciência e da técnica o elemento determinante para a compreensão de nossa era e do modo como ela dispõe a relação do ser humano com o mundo: a materialização, a homogeneização, a funcionalização, a

polarização entre sujeito e objeto, o cálculo, a vontade do poder, a imposição, a dominação, o fabricar e manusear, o consumo e a substituição. É neste sentido que podemos falar do dispositivo [Gestell] técnico.

A partir de sua análise crítica da racionalidade técnica sua pesquisa abre-se também para a análise do pensamento paradoxal que aborda através do estudo do pensamento místico (Mística e Sociedade, em parceria com Carlos Eduardo Sell, de 2004). No seu período no Nordeste do Brasil sua reflexão sobre a modernidade técnica se aprofunda com a noção de contingência, categoria que supera a oposição necessidade versus acaso e evidencia que a lógica da técnica não é tanto a racionalidade de fins, mas a racionalidade contingente. A contingência indica que a lógica imanente da técnica moderna inclui tanto as leis da necessidade ("algo é como é") quanto as possibilidades e alternativas não realizadas ("mas poderia ser diferente").

Franz Josef Brüseke reside em Florianópolis. Retomando sua rica experiência européia e brasileira, seus temas sociológicos, filosófico-existenciais e políticos, em particular a relação entre caos, técnica e contingência, continuam a ser aprofundados através da literatura, tendo ele já publicado, na Alemanha, quatro livros: Hans Noll na Amazônia (2019); Gringo: uma história global (2020); Wassermann (2020) e Zeus e Goldenberg (2021).

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

BRÜSEKE, F. J. *A modernidade técnica*: contingência, irracionalidade e possibilidade. Florianópolis: Editora Insular, 2010. v. 1. 287p.

BRÜSEKE, F. J. SELL, C. E.. *Mística e Sociedade*. São Paulo e Itajaí: Paulinas e Univali, 2006, 203p.

BRÜSEKE, F. J. *A Técnica e os Riscos da Modernidade*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001, 216p.

BRÜSEKE, F. J. .; MATHIS, A.; BRITO, D. C. D. *Riqueza volátil*: a mineração de ouro na Amazônia. Belém: CEJUP, 1997. 290p.

BRÜSEKE, F. J. *A Logica da Decadência*. Belém: CEJUP, 1996, 327p.

GRAÇA DRUCK

Por **Luiz Paulo de Oliveira** (UFRB)
e **Selma Cristina Silva** (UFBA)

Maria da Graça Druck de Faria nasceu em Porto Alegre/RS, em 1953. Em 1971, iniciou a graduação em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, graduando-se em 1975. Foi nesse período que a jovem gaúcha começou a militância política no movimento estudantil e atuou em uma organização clandestina no período da ditadura militar. Por meio da militância conheceu Marx e o marxismo, que se constituíram em suas principais referências na vida político-acadêmica, germe do seu engajamento intelectual com as lutas das classes trabalhadoras, que posteriormente se expressará no "fazer-se" de sua sociologia pública do trabalho.

Em 1976, migrou para o estado de São Paulo para trabalhar e dar continuidade às suas atividades de militância política durante 10 anos. Após este período, mais precisamente em 1986, ingressou no Mestrado em Ciência Política na Unicamp, fato que marcou seu retorno à vida universitária e a descoberta da docência, iniciando sua experiência como professora do Departamento de Ciências Sociais da PUC de Campinas. Em 1989, ingressou no doutorado em Ciência Sociais da Unicamp, dando continuidade aos seus estudos na área do trabalho.

VOLTA AO SUMÁRIO

Em 1991, Graça Druck mudou-se para Salvador/Bahia por razões pessoais e profissionais, passando a compor, logo em 1992, o quadro de pesquisadoras(es) do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades (CRH), órgão suplementar da UFBA e vinculado à FFCH. A experiência coletiva de pesquisa nesse centro de pesquisa foi fundamental para o desenvolvimento e a redefinição do objeto empírico de estudo de sua tese de doutoramento sobre a terceirização do trabalho. Por certo, o seu ingresso em 1992 na condição de professora concursada do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi um passo decisivo para o desenvolvimento da sua carreira acadêmica.

A tese de doutorado, intitulada Terceirização: (Des)Fordizando a Fábrica – um estudo do complexo petroquímico da Bahia, defendida em 1995 e publicada na Coleção Mundos do Trabalho da Editora Boitempo em 1999, é o seu trabalho intelectual de maior densidade teórico-analítica, referência no campo de estudos da Sociologia do Trabalho, cujas conclusões permanecem atuais para compreensão da epidemia da terceirização, principal estratégia de precarização social do trabalho no Brasil.

Nos anos posteriores, a sua atuação profissional será marcada pela dedicação à formação de novas gerações, desde a iniciação científica à pós-graduação e pelo seu "desempenho apaixonado" em sala de aula, contribuindo hoje para a existência de inúmeros (as) pesquisadoras(es) e professores universitários, inseridos em diferentes instituições públicas de ensino superior do país e pela participação ativa e colaborativa em diversas atividades formativas organizadas por instituições públicas, universidades, organizações da sociedade civil, sindicatos e centrais sindicais, com destaque para os cursos de formação de lideranças sindicais na Bahia e no Nordeste. No campo da pesquisa, tornou-se uma das principais referências na área da sociologia do trabalho do país, com vasta produção bibliográfica veiculada em periódicos nacionais e internacionais, em livros e capítulos de livros com elevada excelência acadêmica.

No final dos anos de 1990 dedicou-se a estudar o processo de reestruturação produtiva e suas implicações no trabalho e emprego em vários setores, a exemplo da indústria química e petroquímica, e do setor bancário. Nos anos de 2000, ocupou cargos de gestão da UFBA, assu-

mindo a coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (2020-2002) e a coordenação do CRH/UFBA (2003-2005). Contudo, dará continuidade às suas atividades de ensino e pesquisa, agregando novos objetos pesquisa, tais como: trabalho informal na cidade de Salvador, e estudos empíricos sobre flexibilização e precarização do trabalho no Brasil, com o apoio institucional do CNPq, através de bolsa de produtividade e apoio do programa PIBIC-UFBA.

Uma década após a realização da pesquisa pioneira sobre a terceirização no Complexo Petroquímico de Camaçari em 1994, coordenou juntamente com Tânia Franco uma nova pesquisa, intitulada "Terceirização: uma década de mudanças", entre 2004 e 2006, com o patrocínio da Petrobras e a colaboração técnica da Delegacia Regional do Trabalho/BA. Os resultados dessa pesquisa foram publicados no livro A perda da razão social do trabalho – terceirização e precarização, organizado por Graça Druck e Tânia Franco, editado pela Boitempo, em 2007.

Em 2006, como resultado de uma parceria de 20 anos com a pesquisadora Annie Thebaud-Mony (INSERM/ EHESS/Paris 13), realizou seu pós-doutorado na Universidade de Paris 13 (França), com apoio institucional da CAPES. Esse período de estudo em Paris possibilitou um reencontro com Helena Hirata (CNRS-França), que se constituiu em uma referência fundamental para o desenvolvimento da pesquisa de pós-doutorado, de uma perspectiva comparada intitulada Flexibilização e Precarização do Trabalho – um estudo comparativo França-Brasil.

A partir da segunda metade da década de 2000, a sua agenda de pesquisa e de produção intelectual concentrou esforços analíticos no debate conceitual e empírico sobre a precarização social do trabalho, resultando na construção de um sistema de indicadores empíricos sobre precarização social do trabalho e suas formas de resistências, considerando as especificidades históricas do mercado de trabalho no Brasil. Os resultados dessa agenda de pesquisa foram publicados, debatidos, e compartilhados com os seus pares nos principais eventos das associações científicas da área da sociologia do trabalho (SBS, ANPOCS, ABET, ALAS, ALAST etc.); com trabalhadoras(es) e lideranças sindicais; com parlamentares; e com operadores do direito do trabalho e membros de instituições públicas do trabalho (Justiça do Trabalho, Ministério Público do Trabalho).

Em 2019, em parceria com Jair Batista da Silva, publicou o livro Trabalho, Precarização e Resistências, pela Edufba, uma coletânea que reúne textos com resultados de pesquisas dos membros do grupo de pesquisa do CRH, que expressa uma marca fundamental em sua trajetória, a centralidade do trabalho coletivo.

Graça Druck participa de várias instituições e redes de pesquisa, a exemplo da REMIR (Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista); do GT CLACSO – Reformas Trabalhistas na América Latina; lidera o Grupo de Pesquisas do CNPq Trabalho, Trabalhadores e Reprodução Social; é membro do Conselho Científico do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades (CRH), faz parte do Conselho de Redação do Caderno CRH e é pesquisadora do CNPq. A trajetória acadêmica de Graça Druck é profundamente marcada

pelo seu engajamento intelectual e crítico frente às desigualdades e contradições intrínsecas à relação capital e trabalho na sociedade capitalista, em particular na sociedade brasileira. A sua atuação crítica contra os processos de terceirização, a precarização do trabalho, as reformas trabalhista, da previdência e administrativa no setor público são expressões do seu comprometimento com as classes trabalhadoras, demonstrando a sua coerência com a sociologia crítica e marxista.

Na condição de professora titular aposentada, desde 2016, mantém-se ativa, atuando nos Programas de Pós-Graduação de Ciências Sociais e de Serviço Social na UFBA, onde ministra aulas e realiza orientações. Tem se dedicado às atividades de pesquisa sobre a terceirização nos serviços públicos, no Brasil e na Argentina. E para não fugir à regra, permanece combativa na luta contra a epidemia da terceirização, a escalada do autoritarismo e do neofascismo, e em defesa da universidade pública.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

DRUCK, M. G. A tragédia neoliberal, a pandemia e o lugar do trabalho. *O SOCIAL EM QUESTÃO* (ONLINE), v. 49, p. 11-34, 2021.

DRUCK, M. G.; ANTUNES, R. A epidemia da terceirização. In: Ricardo Antunes. (Org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho* III. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2014, v. III, p. 13-24.

DRUCK, M. G. Trabalho, precarização e resistências. *Cadernos CRH*, v. 24, p. 35-54, 2011.

DRUCK, M. G.; FRANCO, T. *A perda da razão social do trabalho:* precarização e terceirização. 01. ed. São Paulo: Ed. Boitempo, 2007. v. 01. 235p.

DRUCK, M. G. *Terceirização:* (des)fordizando a fábrica – um estudo do complexo petroquímico. 02. ed. Salvador/São Paulo: Edufba/Boitempo, 1 ª ed. (1999), 1ª reimpressão (2001), 1999. 280p.

IRACEMA BRANDÃO GUIMARÃES

Por **Licia Maria Souza dos Santos** (UEFS)

Iracema Brandão Guimarães nasceu em Salvador no ano de 1950, e sua trajetória intelectual tem início com a sua entrada no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, no ano de 1969, período da ditadura militar no qual o contexto de resistência influenciou na escolha do curso, que também passava por um período de grande expansão de oferta de vagas. Ainda como estudante teve a oportunidade de conviver com grandes mestres como Vivaldo da Costa Lima, Pedro Agostinho da Silva, Zahidé M Neto, Maria Brandão e Inaiá Carvalho, e participou desde os anos 1970 de várias pesquisas no Programa de Recursos Humanos, hoje CRH, Centro de Pesquisa e Humanidades, órgão suplementar da UFBA sediado na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Nos anos setenta se tornou mãe, teve dois filhos, e em 1979 ingressou no Mestrado em Ciências Sociais da UFBA, defendendo a dissertação intitulada "Mulheres Assalariadas: os fatores ideológicos da emancipação feminina", sob a orientação de Zahidé Machado Neto. Ainda em 1979, através de concurso, ingressou como docente no departamento de Sociologia da UFBA no qual

VOLTA AO SUMÁRIO

permaneceu até o ano de 2019 construindo sua trajetória intelectual. Entre os anos de 1982 e 1984, através de licença sem vencimentos da UFBA, viveu nos EUA, na cidade de Wisconsin, quando frequentou cursos livres na área de estudos sobre classes sociais e estudos de gênero.

Ingressou no Programa de Doutorado na USP, Universidade de São Paulo, no ano de 1991, e teve aulas e contatos com professores como Elizabeth Souza Lobo, Helena Hirata, Francisco de Oliveira, Sergio Miceli, Maria Arminda Arruda, Maria Celia Paoli, Vera Telles, e Lilia Montali, entre outros. Seu doutoramento foi concluído em 1994 com a tese "Dimensões de um mundo próprio de trabalhadores: família, gênero e sociabilidade", com a realização de um estudo sobre a classe operária e o novo sindicalismo, sob orientação de Maria Celia Paoli.

Iracema Guimarães tem acumulado um aporte de pesquisa em áreas importantes das Ciências Sociais, com destaque para o modo de pensar o processo de reprodução social e abordagens sobre a família, relações de gênero e de trabalho, temas já presentes na citada dissertação de mestrado, e que tiveram continuidade no doutorado, bem como no desenvolvimento de projetos de pesquisa em bairros populares de Salvador, nos quais analisa as estratégias de sobrevivência e a sociabilidade de famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade. A partir das pesquisas nos bairros e trabalhos de extensão, e sua íntima relação com as teorias sobre o processo de produção e reprodução social, direciona seu interesse para questões ligadas ao processo de urbanização, mantendo os temas da transversalidade de gênero, além de classe e trabalho.

Ingressando como pesquisadora associada no CRH, Centro de Pesquisa e Humanidades da UFBA, desde 1975 tem participado de projetos geralmente apoiados por instituições e setores dos governos municipal e estadual, juntamente com toda a equipe, e em seguida, com seus projetos próprios aprovados no CNPQ desde os anos 1990. Assumiu a direção do Centro no período de 2009 a 2011, e tornou-se editora cientifica da Revista Caderno CRH desde 2016. Ao longo da sua trajetória assumiu também outros cargos administrativos como a Coordenação do Mestrado em Ciências Sociais/UFBA de 1994 a 1996 e uma segunda gestão como coordenadora da Pós-Graduação em Ciências Sociais no período 2003 a 2005. Tornou-se ainda professora do Programa de Estudos Interdisciplinares de Gênero /NEIM.

Sua contribuição para a pesquisa sociológica revela-se também a partir da atuação em grupos de pesquisa de associações científicas, como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, ANPOCS, a Associação Brasileira de Estudos Populacionais, ABEP, e a Sociedade Brasileira de Sociologia, SBS. Na ANPOCS e ABEP participou durante anos de grupos como o GT Família e Sociedade e de outros na área de trabalho. Na SBS integrou a coordenação do Grupo de Trabalho "Cidades" e permanece na co-coordenação do Comitê de Pesquisa em Sociologia Urbana, juntamente com Lucia Bógus. Ocupou cargos na Diretoria tendo sido segunda vice-presidente no período de 2019 a 2021.

Durante toda sua trajetória manteve-se atuante na graduação e pós-graduação, tendo vinte e duas orientações de mestrado concluídas e cinco de doutorado, além de quatro teses em andamento, participando de trinta e uma bancas de mestrado e treze de doutorado, o que indica a sua contribuição para a formação de futuros profissionais. Realizou concurso para professora titular em 2015 permanecendo como professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, além de pesquisadora no CRH e do CNPQ.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

BOGUS, L.; GUIMARÃES, I. B; PESSOA, Z. S. (Orgs.). *Cidades brasileiras: temas e questões para debate*. 1. ed. São Paulo: EDUC / SBS, 2020. v. 1. 367p.

BOGUS, L.; GUIMARÃES, I. B.; PESSOA, Z. S. (Orgs.). *Cidades no século XXI temas para debate*. 1. ed. São Paulo: EDUC, 2018. v. 1. 102p.

GUIMARÃES, I. B. Reprodução e trabalho. In: Anete Brito Leal Ivo. (Org.). *Dicionário Desenvolvimento e Questão Social:* 110 problemáticas contemporâneas. 2ed.São Paulo: Annablume, 2020, v. 1, p. 1-5.

GUIMARÃES, I. B. Dinâmica urbana e contextos de periferização: tendências e cenários sociais locais. In: GLEDHILL J.; HITA, M G; PERELMAN, M. (Orgs.). *Disputas em torno do espaço urbano:* processos de [re]produção/construção e apropriação da cidade. 2ed. Salvador: EDUFBA, 2020, v. 1, p. 155-165.

GUIMARÃES, I. B. CARVALHO. I. M. M. D.; BOGUS, L. Entre os Estudos Urbanos e a Sociologia Urbana. *REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA*, v. 6, p. 200-221, 2018.

GUIMARÃES, I. B. A Periferia, a casa e a rua: limites difusos na cidade. In: Alinne Bonetti; Ângela Freire. (Org.). *Gênero, Mulheres e Feminismo.* 14 ed. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 113-128.

GUIMARÃES, I. B. Gênero e Trabalho: Desafios da Intervenção nas Atividades Informais. In: ALVES; Ívia ET ALLI. (Org.). *Travessias de Gênero na Perspectiva Feminista*. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 15-32.

GUIMARÃES, I. B. Sociabilidade e sobrevivência em populações pobres. In: Elisete Passos; Ivia Alves; Marcia Macedo. (Org.). *Coleção Baiana 3* – Mulher e Gênero na Bahia. Salvador: EDUFBA, 1998, v. 03, p. 73-86.

IRAM JÁCOME RODRIGUES

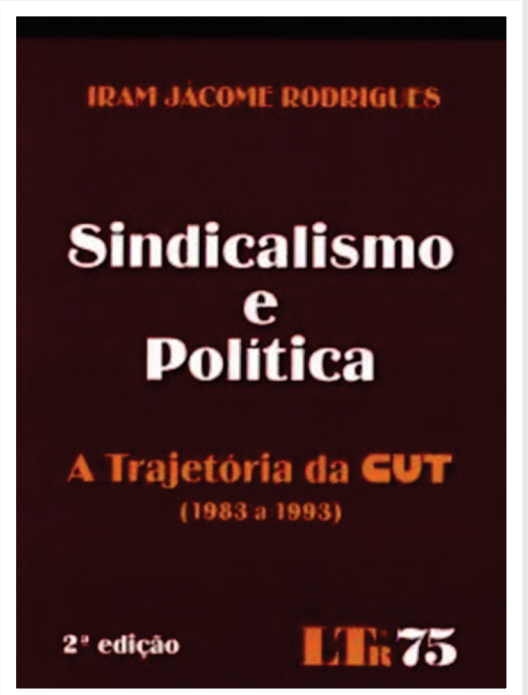
Por **Marco Aurélio Santana** (UFRJ)

UMA SOCIOLOGIA POLÍTICA DO TRABALHO

Nascido em 1949, na cidade de Rio Branco (AC), Iram Jácome Rodrigues, diferentemente de seus colegas que iam estudar no Rio de Janeiro, foi fazer escola secundária em Brasília. Lá iniciou sua militância política no Partido Operário Revolucionário Trostskista (POR-T), chegando a ser da direção dos secundaristas em Brasília (Diretório Central dos Estudantes Secundaristas de Brasília – DCESB). Em 1969, em plenos anos de chumbo do regime militar brasileiro, entra para o curso de economia da Universidade de Brasília (UNB). No entanto, em razão do seu engajamento político, precisou se afastar dos bancos universitários por quase dez anos. Ele só retornaria em 1978, mas, agora, para o curso de ciências sociais da Universidade de São

VOLTA AO SUMÁRIO

Paulo (USP). Ali, faria também sua formação em termos de mestrado e doutorado.



Em seu retorno ao ambiente universitário já trazia duas características que marcaram toda a sua trajetória acadêmica. De um lado, a mirada política na análise e entendimento do mundo. De outro, dado o contexto de efervescência operária e sindical que fazia balançar a vida política nacional, o interesse pelos estudos do trabalho e do sindicalismo. Em 1980, ainda na graduação, produziu material analítico sobre a greve dos metalúrgicos do ABC paulista daquele ano.

É com a junção de um olhar específico sobre um tema determinado, política e sindicalismo, que ele entra no mestrado em 1982, sob a orientação de Leôncio Martins Rodrigues, que havia sido seu professor na graduação e com quem já planejara estudar. O orientador, além de associar também os dois interesses, tinha tido o mesmo tipo de trajetória de engajamento político – havia sido personagem importante do Partido Operário Revolucionário (POR) – que também trouxera Iram Rodrigues ao mundo universitário um pouco mais maduro. Isso os aproximou muito e fez com a relação entre os dois, independentemente das posições políticas e analíticas, se desenvolvesse e aprofundasse, transcendendo a orientação de pós-graduação e a coautoria de trabalhos, para tornar-se forte e duradoura amizade. Nesse período de formação, Iram Rodrigues percorreu e foi influenciado pelas leituras das obras de E.P. Thompson, Cornelius Castoriadis, Adam Przeworski e André Gorz, entre outros.

Em meio ao seu conjunto amplo de produção acadêmica e importantes contribuições aos estudos do trabalho no Brasil, se destacam dois trabalhos seminais que condensam em si, em termos de análise e reflexões, os eixos seguidos por Iram Rodrigues ao longo de sua trajetória. Trata-se de dois livros originados de sua dissertação de mestrado e de sua tese de doutorado. Defendida em 1987, a dissertação foi publicada no livro Comissão de fábrica e trabalhadores na Indústria, em 1990 e se constituía em um estudo da classe trabalhadora da indústria automobilística e das comissões de fábrica em São Paulo e no ABC paulista. A questão que orientava a pesquisa, realizada em 1984, associava duas perspectivas presentes já na fundação do campo e marcadas pelo foco, seja nas dimensões sociológicas, seja nas dimensões políticas. Assim, Iram Rodrigues buscava analisar através de que processos um grupo específico da classe trabalhadora, oriundo em sua maioria de áreas rurais conseguiu, em tempo relativamen-

te curto, a década de 1970, criar as condições para protagonizar a abertura de um dos mais importantes ciclos de mobilização e confrontação grevista da história trabalhista brasileira, ocorrido entre os anos 1978-1980.

Diante de um novo momento de nossa industrialização, buscava entender mais a confrontação do que a acomodação em termos das atitudes operárias, a partir das relações de trabalho e das organizações no chão de fábrica, que guardavam a dupla dimensão para entender os desdobramentos da luta pela ampliação da cidadania contra o autoritarismo no trabalho e na sociedade. Esse estudo, seria o primeiro passo de um longevo investimento de pesquisa sobre a realidade de vida, trabalho e luta dos metalúrgicos do ABC paulista que se estende desde então.

A questão referente ao processo de luta pela ampliação de direitos pela classe trabalhadora brasileira e seus impactos na democracia social e política de nosso país seria o eixo também, agora não mais no nível micro, mas no nível macro, para a tese de doutoramento, efetivada entre 1988 e 1993, sobre a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Publicada no livro Sindicalismo e Política: a trajetória da CUT, de 1997, a tese teve como ponto de origem a pesquisa coordenada por Leôncio Martins Rodrigues no III Congresso Nacional da CUT, realizado em Belo Horizonte, em 1988, da qual Iram Rodrigues, entre outros/as pesquisadores/as, participou da equipe, e que abriu todo um campo de investigações deste corte nos estudos do trabalho no Brasil.

Acompanhando as trajetórias dos metalúrgicos do ABC e da CUT, a partir dos anos 1990 e 2000, Iram Rodrigues vai se dedicar também a pesquisar e refletir sobre as profundas transformações que atravessaram o universo do trabalho no Brasil e no mundo, bem como os seus impactos sobre a classe trabalhadora, sempre observando esses processos de um ângulo que lhe permitisse compreender a construção de respostas, escolhas e opções, enfim da agência de trabalhadores e trabalhadoras e de suas organizações.

No âmbito da sua carreira universitária, Iram Rodrigues deu aulas como professor de sociologia na Faculdade de Economia e Administração da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (de 1986 a 1993), onde começou sua experiência docente. Depois, de 1991 a 2017, deu aulas de sociologia no Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, onde se aposentou, permanecendo como professor sênior entre 2017 e 2019. Desde 2004, atua no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, e, desde 2021, é professor sênior do Departamento de Sociologia. Já em termos da sua participação nas atividades das sociedades científicas, pode se considerar as mais marcantes as suas participações na diretoria da Associação Latinoamericana de Estudos do Trabalho (AlAST) no período 2010-2013, bem como na coordenação dos Grupos de Trabalho sobre trabalho, sindicalismo e política na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) e na Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) nos quais atuou no sentido de que re-

fletissem sempre sobre as profundas mudanças pelas quais passavam o universo do trabalho e o sindicalismo no Brasil e no mundo.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

RODRIGUES, I. J. (Org.). *Trabalho e ação coletiva no Brasil:* contradições, impasses, perspectivas (1978-2018). São Paulo: Annablume, 2019, 428p.

RODRIGUES, I. J. *Sindicalismo e Política:* A Trajetória da CUT. São Paulo: Scritta/Fapesp, 1997, 281 p. 2ªedição, LTr, 2011.

RODRIGUES, I. J. e RAMALHO, J. R. (Orgs.). *Trabalho e sindicato em antigos e novos territórios produtivos:* comparações entre o ABC Paulista e o Sul Fluminense. São Paulo: Annablume, 2007, 364 p.

SILVA, J. P. D., RODRIGUES, I. J.. *André Gorz e seus críticos*. São Paulo: Annablume, 2006, 219 p.

RODRIGUES, I. J. (Org.). *O Novo Sindicalismo:* Vinte Anos Depois. Petrópolis: Editora Vozes/ EDUC/ Unitrabalho, 1999, 248 p.

RODRIGUES, I. J. *Comissão de Fábrica e Trabalhadores na Indústria*. São Paulo: Cortez/ FASE, 1991, 172 p.

JULIA SILVIA GUIVANT

Por **Marília Luz David** (UFRGS)

Julia Silvia Guivant, nasceu em Bahía Blanca na Argentina. De família judaica, seus avós imigraram da Rússia para a Argentina no final do século XIX e, posteriormente, se instalaram no sul da província de Buenos Aires, onde nasceram seus pais. Sua trajetória na infância e juventude foi marcada por um contexto familiar de vida intelectual muita ativa por conta, em particular, das constantes idas aos cinemas de Bahía Blanca e incentivo à leitura.

Formou-se em Filosofia pela Universidade Nacional del Sur (Argentina) em 1974. Nos anos seguintes, interessou-se principalmente pelo campo da Epistemologia, por obras de autores anarquistas e, no início dos anos de 1970, envolveu-se brevemente com o peronismo em meio ao clima político de euforia no país com esse movimento. Recém-formada, foi contratada brevemente pela Universidade Nacional del Comahue, ainda em 1974. No entanto, foi demitida poucos meses depois com o início das intervenções em universidades argentinas sob o governo de Maria Estela Perón, que assumiu a presidência após a morte de Juan Domingo Perón em julho de 1974.

Em 1976, candidatou-se à especialização em Filosofia Política pela Fundação Bariloche (Argentina) e foi

VOLTA AO SUMÁRIO

selecionada junto com outros nove candidatos entre 150, em um contexto institucional no qual a pós-graduação era ainda incipiente e que posteriormente seria desestruturada pela ditadura militar com o golpe militar em março daquele ano. Ao retornar a Bahía Blanca em agosto de 1976, durante as férias, descobre que diversos ex-colegas da Universidade Nacional del Sur foram perseguidos e presos, acusados de terrorismo. Depois de ter sua casa invadida e destruída por militares, Julia decide fugir da Argentina para o Brasil. Ao chegar em São Paulo, dirige-se ao CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), onde foi acolhida por pesquisadores/as que lhe ajudaram a se instalar em São Paulo.

Em 1977, ingressa no Mestrado em Sociologia pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), onde defende a dissertação intitulada "A visível Eva Perón e o invisível rol político feminino" em 1980. Em entrevista concedida ao CPDOC, Julia destaca a importância da amizade e parceria intelectual com Mariza Côrrea e o grupo feminista criado por ela e outras professoras na Unicamp que influenciou fortemente o tema de sua dissertação e a levou a rediscutir questões de gênero.

Logo após a defesa da dissertação, ingressa como professora na UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), onde já estava trabalhando seu então marido, Eduardo Viola. Em 1984, Julia e Eduardo vão por um ano como pesquisadores visitantes ao Kellog Institute of Latin American Studies, na Universidade de Notre Dame, em Indiana (EUA). Lá Julia tem contato com uma nova produção feminista, como a obra de Joan Scott, o que faz com que repense a sua dissertação e o papel de Eva Perón para a reprodução do peronismo na Argentina. Em 1986 ingressa no doutorado em Sociologia na Unicamp animada por outras ideias, desta vez relacionadas a questões ambientais. Defende a tese intitulada "A legitimação do uso de agrotóxicos. Um estudo de sociologia ambiental" em 1992, após um período de doutorado-sanduíche no Institute of Behavioral Science, na Universidade de Colorado, em Boulder (EUA).

A trajetória acadêmica de Julia S. Guivant contribuiu para a constituição e consolidação dos campos da Sociologia Ambiental e dos Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias no Brasil, com estudos pioneiros que interconectam os temas da percepção, construção e governança de riscos ambientais e de novas tecnologias, dos conflitos entre leigos e peritos, das

controvérsias científicas, da percepção pública da ciência e do consumo alimentar. Destaca-se que desde 1993 Julia permanece como bolsista de produtividade do CNPq. Na temática dos riscos, suas pesquisas questionaram visões tecnocráticas e simplistas sobre a construção e percepção de riscos (e.g. o modelo do déficit); abordaram a percepção de risco relacionada ao uso de agrotóxicos a partir da perspectiva dos agricultores e de estudos culturais de risco; investigaram as diferentes disputas públicas e formas de governança dos riscos relacionados a novas tecnologias (e.g. transgênicos, nanotecnologia) em perspectiva internacional comparada; além de estabelecer diálogos críticos com a literatura sociológica contemporânea, em especial, com as obras de Ulrich Beck e Anthony Giddens. Nessa temática, sua atuação também tem uma face pública, com destaque para a coordenação de uma experiência piloto de consulta pública sobre novas tecnologias em associação com a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e com o CGEE/MCT (Centro de Gestão de Estudos Estratégicos do Ministério da Ciência e Tecnologia), que tomou como modelo o feijão geneticamente modificado resistente ao "mosaico dourado".

Em seguida, Julia tem se dedicado ao estudo do papel da certificação da soja como parte de iniciativas multistakeholder que emergem no contexto das mudanças climáticas e que promovem inovações de baixo carbono. Essa pesquisa esteve originalmente situada no projeto internacional Cosmoclimate, coordenado por Ulrich Beck, com quem Julia teve uma breve oportunidade de trabalhar durante 2013 e 2014, antes do falecimento de Beck em janeiro de 2015.

Nas pesquisas sobre a relação entre produção e consumo alimentar, desde o início dos anos de 2000, Julia tem argumentado que o Brasil se insere na tendência internacional na qual os supermercados desempenham um papel central na oferta de alimentos orgânicos e, com isso, na conversão de novos consumidores, caracterizados com o perfil ego-trip, em oposição ao ecológico-trip. Entre 2016 e 2020, coordenou um projeto Capes/Nuffic com pesquisadores do Enviromental Policy Group, da Universidade de Wageningen (Holanda), que analisou novas colaborações em redes de fornecimento alimentar em perspectiva comparada entre Brasil e União Europeia. Também coordenou dois projetos de cooperação internacional da Capes, sendo um entre 2006-2010 com o mesmo grupo da Universidade de Wageningen, e outro entre 2010-2013 com o grupo Spiral, da Universidade de Liège (Bélgica). Assim, Julia se destaca por sua inserção internacional que, além da articulação de redes de cooperação científica, conta com a coordenação e participação em projetos com grupos de pesquisa de universidades de países como Inglaterra, Noruega, Alemanha, Estados Unidos e Bélgica. Tais redes e projetos permitiram o desenvolvimento de pesquisas internacionais comparativas, de publicações de referência em Sociologia Ambiental e nos Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias, a formação de novos pesquisadores no nível da pós-graduação e graduação a partir de bolsas para intercâmbio de estudantes, a vinda de professores visitantes à UFSC, além da criação de disciplinas na pós-graduação.

Sua atuação profissional compreende ainda a participação em associações profissionais nacionais e internacionais. Durante a década de 1990, Julia atuou no grupo de trabalho "Meio

Ambiente e Sociedade" na ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), que no início dos anos de 2000 deu origem à ANPPAS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade), da qual foi presidente entre 2008 e 2010. Foi vice-presidente do Comitê de Pesquisa 24 "Ambiente e Sociedade" da ISA (Associação Internacional de Sociologia) entre 2006 e 2010 e é parte da atual diretoria (2021-2023) da ESOCITE (Associação Nacional dos Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias), entre outras participações.

Em 2018 aposentou-se como professora titular da UFSC, continuando como membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Na UFSC, coordena o IRIS (Instituto de Pesquisa em Riscos e Sustentabilidade – https://iris.ufsc.br/), criado em 2002, que agrega discentes no nível de graduação e pós-graduação e pesquisadores colaboradores de outras instituições. Sua atuação como docente inclui a orientação de mais de 60 alunos, entre teses de doutorado, mestrado e graduação.

A trajetória de Julia Guivant é marcada por reflexões que ajudaram a traçar novos horizontes de pesquisa no Brasil e que contribuíram para qualificar o debate público e acadêmico a partir de abordagens inovadoras; pela dedicação ao preparo de novos profissionais ao ouvir suas ideias, instigá-los e proporcionar experiências de formação; e, fundamentalmente, pela motivação, otimismo e abertura ao diálogo, mesmo em contextos desafiadores.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

GUIVANT, J. S.. A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, v. 46, n.2, p. 3-38, 1998.

GUIVANT, J. S. (Org.); SPAARGAREN, Gert. (Org.); RIAL, Carmen. (Org.). Novas práticas alimentares no mercado global. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010. 332p.

GUIVANT, J. S.; MACNAGHTEN, Phil. O mito do consenso: uma perspectiva comparativa sobre governança tecnológica. Ambiente e Sociedade, v. 14, p. 89-104, 2011.

GUIVANT, J. S. Ulrich Beck's legacy. Ambiente e Sociedade, v. 19, p. 227-238, 2016.

GUIVANT, J. S. Da controvérsia à certificação: o caso da Round Table of Responsible Soy. In: NEVES, Fabrício; FONSECA, Paulo. (Org.). Tramas epistêmicas e ambientais: Contribuições dos estudos de ciência, tecnologia e sociedade. Rio de Janeiro: Editora 7letras, 2020, p. 15-40.

LINDA MARIA GONDIM

Por **Andréa Borges Leão** (UFC)

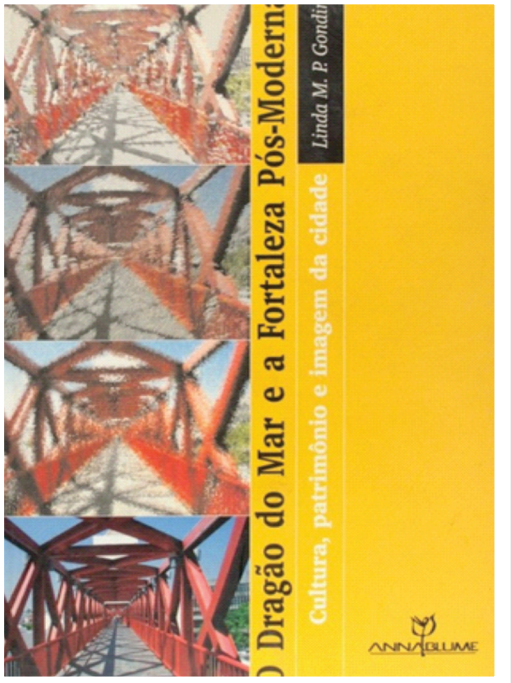
A socióloga Linda Maria de Pontes Gondim nasceu no dia 17 de julho de 1951, na cidade de Fortaleza. O trabalho entre imaginário, memória e cultura urbana dão os contornos da sua trajetória. Segue uma síntese da originalidade, com estratégias e resultados, de seu legado acadêmico.

Em 1969, Linda Gondim iniciou a formação acadêmica no curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará. A leitura dos clássicos e de modernos autores europeus e norte-americanos, Talcott Parsons e Robert Merton eram os preferidos, fincaram bases sólidas para a sua formação, assim como as práticas em pesquisa qualitativas e quantitativas e o estudo da Sociologia Brasileira. Foi em uma aula do Professor Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes que fez o primeiro contato com a obra de Wright Mills.

A entrada no curso de Ciências Sociais, em plena ditadura civil-militar, possibilitou o encontro com a militância estudantil. A independência crítica dos estudantes, naquelas circunstâncias, provocava a polícia política do regime e não tardavam as denúncias de subversão. Foi assim que o simples protesto contra a retirada de um jornal do mural com notícias sobre a Guerra do Vietnã

VOLTA AO SUMÁRIO

lhe rendeu uma denúncia de subversão. Dois anos após, foi chamada a depor, com uma colega, em inquérito conduzido por militares. Passou 10 dias detida e até hoje não sabe o porquê.



No final dos anos 1970, concluía o mestrado em Planejamento Urbano e Regional no Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com a dissertação "Integração social nos Conjuntos Habitacionais da Companhia de Desenvolvimento Habitacional da Guanabara (COHAB-GB)".

Em 1980, ingressava no doutorado da Universidade de Cornell, nos Estados Unidos, defendendo, em 1985, a tese "Planners in the face of power: the case of the Metropolitan Region of Rio de Janeiro, Brazil". Em Cornell, a leitura que o Professor John Forester, orientador da tese, fez da obra de Jügen Habermas deixou marcas na abordagem intelectual de Linda Gondim. A atualização com as teorias sociais – as lições da Sociologia da Escola de Chicago, por exemplo – foram se articulando, no correr do tempo, às construções de seus problemas de investigação.

Os anos de 1990 marcam o retorno de Linda a UFC, como professora do Departamento de Ciências Sociais, em 1992, e do Programa de Pós-graduação em Sociologia, que então mobilizava um grupo de intelectuais interessados e dispostos ao trabalho de criação do Doutorado. Antes, foi professora visitante do Mestrado de Economia, além de atuar como consultora técnica em órgãos estatais, como o Centro de Estudos e Pesquisas Urbanas e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal.

O diálogo com os pesquisadores dos movimentos sociais na perspectiva das práticas emancipatórias do planejamento urbano, em especial com os trabalhos de Elza Braga, Irlys Barreira, Glória Diógenes e Adelita Carleial, assim como a consultoria em órgãos públicos nacionais e internacionais, iniciou um elenco de publicações sobre planejamento participaitvo e gestão democrática. Em 1998, Linda colabora com o Diagnóstico do Plano Estratégico da Região Meropolitana de Fortaleza.

A docência e a pesquisa em Sociologia Urbana proporcionaram uma rica interlocução com a área de Arquitetura e Urbanismo. O Laboratório de Estudos da Cidade, grupo de pesquisa

liderado por Linda, desde 2002, foi concebido em perspectiva interdisciplinar, marcada também pela atuação da socióloga-planejadora no Mestrado em Arquitetura, Urbanismo e Design da UFC. O reconhecimento pela sua atuação veio com a indicação para representante da subárea de Planejamento Urbano e Regional do Comitê Assessor das Áreas de Arquitetura, Urbanismo, Demografia, Geografia Humana e Planejamento Urbano do CNPq. Alguns anos após, é convidada a compor a Câmara de Assessoramento Técnico e Científico na área de Ciências Sociais Aplicadas da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

O processo de amadurecimento acadêmico, em Linda Gondim, opera deslocamentos conceituais de mão-dupla entre o passado e o presente. Prova é o seu interesse, sempre renovado, pelo desenvolvimento da metodologia de pesquisa em Ciências Sociais. O trabalho sobre a produção de imagens da moderna cidade de Fortaleza, no Centro Dragão do Mar, faz uma incursão na construção social da memória. As fraturas urbanas, os conflitos socioambientais, as desigualdades das favelas e a habitação popular, a exemplo do bairro da Praia de Iracema, desde o século XIX, não escaparam à sua atenção.

Nos últimos anos, tem se dedicado ao estudo das relações entre memória e biografia. Como homenagem ao centenário de nascimento de sua avó, a pianista Maria de Loudes Gondim (1901-1987), publica o livro "Uma dama da Belle Époque de Fortaleza". O recurso ao passado e a escrita biográfica operaram outro deslocamento temporal. O interesse pelas lembranças enquanto testemunhos de processos, na verdade, remonta ao início da década de 1980, quando usou, na pesquisa da tese, a memória dos planejadores urbanos do Rio de Janeiro para acessar as conjunturas dos governos Almirante Faria Lima (1975-1979) e Chagas Freitas (1979-1983). Os documentos oficiais apresentavam os acontecimentos em estado fixo, como produtos acabados. Não poderiam satisfazer a Linda Gondim, que sabe muito bem conjugar memória afetiva e objetividade científica e, além de tudo, sempre buscou os devires em movimento.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

GONDIM, L. M. D. P. *Uma dama da Belle Époque de Fortaleza*. Imaginário, memória e cultura urbana. 1. ed. Fortaleza: Gráfica LCR, 2001. v. 1. 164p.

GONDIM, L. M. D. P. *O Dragão do Mar e a Fortaleza Pós-Moderna:* cultura, patrimônio e imagem da cidade. São Paulo: Annablume, 2007.

GONDIM, L. M. D. P. Meio ambiente urbano e questão social: habitação popular em áreas de preservação ambiental. *Cadernos do CRH. Salvador*, v. 5, p. 115-130, 2012.

GONDIM, L. M. D. P. Lições da Escola de Sociologia de Chicago para a pesquisa urbana contemporânea no Brasil. In: Bianca Camargo Martins. (Org.). *Arquitetura e Urbanismo:* Competência e Sintonia com os Novos Paradigmas do Mercado. 1ed.Ponta Grossa-PR: Atena Editora, 2019, v. 1, p. 1-12.

GONDIM, L. M. D. P. . *A prática da pesquisa artesanal:* instrumentos, estratégias e narrativas. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2021. v. 1. 296p.

LOURDES MARIA BANDEIRA

Por **Tânia Mara Campos de Almeida** (UnB)

Desde seu nascimento, o percurso realizado por Lourdes Bandeira mostrou-se transgressor àquele destinado às mulheres brasileiras nascidas em famílias tradicionais no ano de 1949. Do interior do Rio Grande do Sul, município de Ijuí, graduou-se em Ciências Sociais na UFRGS em 1973 e logo buscou novos horizontes acadêmicos e geográficos, ingressando no mestrado em Sociologia da UnB em 1975. Um ano antes de finalizar esse curso de pós-graduação, tornou-se professora da UFPB em 1977. De lá, seguiu para mais longe, tendo como paradeiro a Université de Paris V – René Descartes, onde desenvolveu o doutorado de 1978 a 1984, sob a orientação de uma das primeiras mulheres sociólogas da França, a expoente Viviane Isambert Jamati.

Em meio ao ambiente feminista francês e ao desenvolvimento da tese Force de Travail et Scolarité; le cas du Nord-Est Brésilien (1975-1979), Lourdes teve a oportunidade de adentrar em discussões que problematizavam a divisão sexual do trabalho e o nível de escolaridade, trazendo à tona reflexões sobre os constrangimentos sociais, educacionais, econômicos e ideológicos

VOLTA AO SUMÁRIO

que designam as mulheres ao status inferior no mundo laboral e as confinam às atividades domésticas. Conhecimentos estes que, com ela, desabrocharam no seu retorno ao Brasil em tempos de abertura democrática.

Na Paraíba, dedicou-se às lutas travadas pelos movimentos sociais e sindicatos, em especial, dos trabalhadores rurais e, dentre as Ligas Camponesas Nordestinas, voltou-se à participação das mulheres nesses espaços políticos. Foram várias as produções e orientações de pesquisa nessa temática, iniciada no fim dos anos 1980. Destaca-se a história da líder Elisabeth Teixeira, a qual resultou no livro Eu marcharei na tua luta! A vida de Elizabeth Teixeira, organizado por Lourdes, Neide Miele e Rosa Maria Godoy Silveira, em 1997. Décadas depois, o material de campo se desdobrou em entrevistas, em uma iniciativa inovadora do fazer sociológico, realizada por Lourdes nos anos 2000 e registrada em Maternidade e Cidadania: uma mulher marcada para (sobre)viver (2007).

Transferida para a UnB em 1991, atuou na Saúde Coletiva na chegada. Sua atenção às representações e relações sociais na área da saúde contribuíram para abrir-lhe outras portas e qualificar ainda mais sua expressiva bagagem intelectual. Desenvolveu importantes conhecimentos nos temas dos cuidados e cuidadoras, saúde pública, bioética e corpo como lócus de poder, particularmente os corpos femininos. Não foi difícil, portanto, sua rápida afinidade com o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPeM) da UnB, agregando a ele sua práxis pedagógica feminista de caráter interdisciplinar, em rede e articulada com a extensão. Era notável o fato do vigor teórico e metodológico de Lourdes ser mantido pelo seu engajamento na luta pelos direitos das mulheres à vida digna e sem violência, dentro e fora da universidade. Nutria-se de aprendizados e sabedoria que só a vinculação direta com as pessoas e suas experiências empíricas poderia lhe oferecer, estabelecendo interlocuções de parceria, afeto e colaboração de quem se aproximava.

No NEPeM, Lourdes mergulhou em investigações pioneiras sobre a violência contra as mulheres, justiça, direitos humanos e segurança pública, sempre com colegas, estudantes de diversos níveis de formação e saberes disciplinares, outras universidades, instituições multilaterais e organizações governamentais e não-governamentais. Foi nessa época que nos conhecemos e, pela primeira vez, assinamos juntas um texto, capítulo da coletânea do núcleo que se

tornou referência, Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal (1999), organizada por ela e Mireya Suárez. Na sequência, tive a grata satisfação de partilhamos publicações, cursos, bancas, eventos e períodos da editoria na prestigiosa revista Sociedade e Estado, onde ela esteve à frente por dez anos.

No exercício dos cargos de Secretária de Planejamento e Gestão (2008 – 2011) e Secretária Adjunta (2012 – 2015) da Secretaria de Políticas para Mulheres -SPM/Presidência da República, produziu crítica competente e rigorosa das desigualdades de gênero, interseccionadas ao racismo, à LGBTfobia e outras formas de discriminação, contribuindo para lançar o Brasil à vanguarda internacional na implantação da Lei Maria da Penha e políticas públicas para a equidade de gênero, na consolidação das Delegacias de Atendimento Especial às Mulheres e no fortalecimento das Casas Abrigo. Com o intuito de promover mudanças substantivas na responsabilização de agressores, Lourdes foi uma das idealizadoras da Lei do Feminicídio (2015), sendo este o tema do seu último pós-doutorado, na Universidade do Porto (2018) e que resultou no livro, agora póstumo, Crimes de feminicídio no enquadramento midiático: o que não é nominado não existe (Brasil 2015-2018).

Em setembro de 2021, Lourdes faleceu, quase um ano depois de se aposentar como professora titular do Departamento de Sociologia e pouco antes da outorga de seu reconhecimento como emérita da UnB. Seu compromisso com a universidade, a academia e a institucionalização das Ciências Sociais são marcas de sua trajetória, tanto que se tornou pesquisadora 1B do CNPq e estava, novamente desde 2020, envolvida com a ativação de Comitê de Pesquisa da SBS – Gênero e Sexualidade. Sua ausência fará muita falta à Sociologia brasileira, embora siga presente na imensidão do seu legado intelectual e ativista feminista pelas futuras gerações.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

BANDEIRA, L. M.; MIELE, N. e SILVEIRA, R. M. G. (orgs). *Eu marcharei na tua luta!* A vida de Elizabeth Teixeira. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1997.

BANDEIRA, L. M. e SUÁREZ, M.. *Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal.* Brasília: EDUnB, 1999.

BANDEIRA, L. M. Maternidade e Cidadania: uma mulher marcada para (sobre)viver. In STEVENS, Cristina (org.) *Maternidade e Feminismo Diálogos Interdisciplinares.* Florianópolis: Editora Mulheres/EDUNISC. 2007.

BANDEIRA, L. M. *Crimes de feminicídio no enquadramento midiático: o que não é nominado não existe* (Brasil 2015-2018). Brasília: EDUnB, no prelo.

SOBRE A AUTORA

PORTO, R.i e TEIXEIRA, A. B. “Lourdes Bandeira”. In GROSSI, Míriam Pilar et alii. *Depoimentos trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência*. Florianópolis: Editora Mulheres. 2006.

LUZINETE SIMÕES MINELLA

Por **Marlene Tamanini** (UFPR)

Luzinete Simões Minella nasceu em Aracajú, Sergipe, em 1950, e foi criada em Salvador, Bahia. É filha de mãe-dona-de-casa e seu pai foi proprietário de uma pequena empresa de caminhões de transporte de combustível. Seus pais tiveram dez filhos, seis mulheres e quatro homens. Estudou, assim como seus irmãos e irmãs, em escolas públicas, tendo ingressado nas atividades de ensino muito cedo. Aos 14 anos, já ministrava aulas particulares de português, história e geografia para estudantes do ensino primário que moravam no seu bairro e nas adjacências.

Formou-se no curso de graduação em Ciências Sociais e no mestrado em Ciências Sociais na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Em 1975, durante o mestrado, foi aprovada em concurso público para professora auxiliar do Departamento de Ciências Sociais da UFBA. Inicialmente ministrava aulas na graduação e como resultado da progressão na carreira, além dessa função, assumiu também a coordenação do curso de Ciências Sociais, entre 1980 e 1983, aulas no mestrado e diversas outras funções além de ter sido vice representante

VOLTA AO SUMÁRIO

do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, junto à Associação de Professores da UFBA.

Em 1984, iniciou o doutorado em Sociologia na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), onde desenvolveu sua tese a respeito das relações entre as "doenças mentais" e o contexto de pobreza na Bahia. Este interesse em saúde a acompanhou por muitos anos, e suas pesquisas nessa área, passaram a incluir, alguns anos depois, os direitos sexuais e reprodutivos e a saúde reprodutiva das mulheres. Posteriormente, passou a atuar no campo dos estudos de gênero e das teorias feministas, desenvolvendo, mais recentemente, pesquisas sobre cotistas raciais e sobre a participação das mulheres na ciência. A perspectiva de gênero como categoria analítica foi sendo incorporada de maneira pungente e gradativa em sua trajetória. Começou na UFBA, ao cursar em 1974, a disciplina "Sociologia da Família e das Relações entre os Sexos", ministrada pela professora Zahidé Machado Neto no Mestrado em Ciências Sociais. Esta disciplina marcou a sua inserção no pensamento feminista num período em que se construía uma área de conhecimento que se autodefinia como estudos de mulheres e da condição feminina. Seu interesse pelo campo dos estudos de gênero e feminismos foi sendo incorporado e desenvolvido, ao longo do tempo, nas aulas da graduação e da pós, nas orientações, nas linhas e eixos de pesquisas e na sua participação ativa, até o presente, mesmo após a aposentadoria, na *Revista Estudos Feministas* (REF), da Universidade Federal de SC (UFSC).

Luzinete se transferiu da UFBA para a UFSC porque constituiu família em Florianópolis. Conheceu, no México, DF, Ary Cesar Minella, com quem se casou, teve dois filhos e conviveu por vinte e quatro anos. Ele era então recém-doutor no Departamento de Ciências Sociais da UFSC, no qual ela também começou a atuar em 1988, como professora cedida pela UFBA, obtendo sua transferência definitiva em 1991.

Durante a década de 1990, ficam evidentes, em suas publicações e projetos de pesquisa apoiados pelo CNPq e pela CAPES, seus vínculos com a produção de saberes em saúde reprodutiva, através de estudos sobre as percepções das mulheres esterilizadas a respeito das consequências físicas e emocionais desse procedimento, além de análises sobre as diretrizes institucionais. Suas pesquisas nessa área, se fundamentaram na revisão da literatura e na rea-

lização de pesquisas empíricas que consideravam a voz das mulheres esterilizadas. Estas pesquisas articularam a literatura feminista e de gênero à leitura de Michel Foucault, bem como às contribuições de outros autores e autoras da teoria social contemporânea.

Durante os 11 anos de atuação no Departamento de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, criou e coordenou a linha de Pesquisa em Saúde e Sociedade no Brasil, participou da linha sobre Infância e Juventude no Brasil e manteve intensa participação na docência, na pesquisa e na extensão, além de exercer cargos administrativos, por exemplo, a coordenação do curso de Ciências Sociais.

Aposentou-se em 2002, ano em que assumiu a condição de professora voluntária do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), vinculando-se à área de concentração em Estudos de Gênero, que coordenou durante vários anos. Este Programa se articula com o Instituto de Estudos de Gênero, criado em 2005, integrado por pesquisadoras da UFSC e da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Dedicou-se, então, a novos projetos, com apoio do CNPq, nos quais analisou, entre 2012 e 2015, dados secundários sobre o perfil de estudantes dos cursos de graduação em medicina das redes pública e privada, na UFBA e na UFSC. Focou-se nas interseções entre gênero, gerações, classe e etnia. Também desenvolveu nova pesquisa, de 2015 a 2018, apenas na rede privada, e iniciou análises das vivências das e dos cotistas raciais, incluindo a realização de entrevistas semiestruturadas. Essas pesquisas analisaram as especificidades regionais, a partir de estudos sobre as interferências do gênero na escolha das carreiras acadêmicas e nas perspectivas sobre o futuro profissional das mulheres. Estes enfoques são muito relevantes para visibilizar as relações entre maternidade e ciência, os impactos do nascimento dos filhos nas carreiras acadêmicas, sobretudo em relação às exigências de produtividade e demonstram a necessidade de políticas que contemplem as cientistas mulheres. Luzinete já estava atenta a esses aspectos, também analisados por outras pesquisadoras, em um período em que sua visibilidade era menor. A realização da pesquisa sobre estudantes cotistas raciais, na UFBA e na UFSC, destaca suas percepções sobre preconceitos, os seus projetos acadêmicos futuros, os aspectos positivos das suas experiências e o seu olhar a respeito de suas trajetórias escolares, as quais, quando comparadas com as trajetórias dos seus familiares, trazem outros importantes aspectos.

É preciso destacar que paralelamente, Luzinete também se dedicou a outros temas, como o das trajetórias das doze cientistas que receberam o Nobel (premiação criada em 1901) na área de Fisiologia ou Medicina, entre 1947 e 2015. A análise dessas trajetórias se baseia na crítica feminista à ciência, nos estudos sobre gênero e ciências e nos avanços da história das ciências. Esta pesquisa reflete sobre a origem e a formação das laureadas com prêmio, as interferências de gênero na construção das suas carreiras, os desafios que enfrentaram, destacando as semelhanças e diferenças entre as pioneiras e suas sucessoras, dentre outros aspectos.

Como pesquisadora permanente do Instituto de Estudos de Gênero da UFSC, desde sua fundação, participou de muitas atividades. Estão em destaque a co-coordenação das três primeiras edições dos Cursos de Curta Duração em Gênero e Feminismo, ocorridas em 2008, 2009 e 2010 em parceria com a professora Joana Maria Pedro. A co-coordenação executiva da primeira edição da Formação em Gênero e Diversidade na Escola (GDE), realizada em 2009, sob a coordenação de Miriam Pillar Grossi e de Mara Coelho de Souza Lago, em parceria com Carla Giovana Cabral; com várias colegas, assumiu a cocoordenação editorial da Revista Estudos Feministas, entre 2001 e 2004 e de 2007 a 2008. Entre 2009 e 2015, atuou, especificamente, na editoria de artigos[1] e, a partir de dezembro de 2016 até o presente, voltou a fazer parte da co-coordenação da Revista.

Participou das Comissões Organizadoras da série de eventos Seminário Internacional Fazendo Gênero, promovidos pela UFSC e pela UDESC, tendo, inclusive, assumido a coordenação geral da décima edição em 2013, evento que reuniu cinco mil participantes. Organizou ou foi co-organizadora de coletâneas que reuniram textos apresentados durante alguns dos eventos do Fazendo Gênero. Colaborou com o intuito de expandir os diálogos sobre gênero e feminismos, através da sua atuação como coordenadora de GTs diversos, da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS, 2006 e 2007) e da Sociedade Brasileira de Sociologia, além da participação em eventos da Rede Brasileira de Ciência, Tecnologia e Gênero.

Coordenou vários GTS sobre Gênero em várias edições do Congresso Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanidades, contribuindo para consolidar as parcerias com o PPGNEIM/UFBA (CONINTER, 2012, 2013, 2014 e 2015). Tais eventos são promovidos pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais e Humanidades (ANINTER).

Como orientadora de TCCs, dissertações e teses, enfrentou muitos desafios para produzir conhecimento, com a honestidade intelectual e a corresponsabilidade, na formação de diferentes pesquisadores e pesquisadoras, que lhe são peculiares. Como mãe, professora e pesquisadora, precisou enfrentar a fragmentação do tempo, o cansaço e outros desafios implicados nas tarefas do cuidado, se esforçando – como milhares de mulheres – para dar conta das inúmeras exigências.

Recentemente, se desvinculou do PPGICH, pois, com o avanço da idade e os desafios impostos pelo contexto da pandemia, assumiu seus próprios limites e avaliou que era hora de diminuir o ritmo de trabalho, passando então a se dedicar apenas à co-coordenação da REF. Ela própria reflete a respeito deste aspecto, em entrevista para os Cadernos de Gênero e Tecnologia da UTFPR (vol. 13, n. 41, 2020), fonte onde é possível encontrar, com maiores detalhes, a maior parte das informações contidas nesta bionota.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

MINELLA, L. S.; ASSIS, G. O.; FUNCK, S. B. (Org.) *Políticas e Fronteiras.* Desafios Feministas, Volume 2. 1ª ed. Tubarão, Santa Catarina: Copiart, 2014. v. 2. 522p.

FUNCK, S. B.; MINELLA, L. S**.** ; ASSIS, G. O. (Org.). *Linguagens e Narrativas.* Desafios Feministas, Volume 1. 1ª ed. Tubarão, Santa Catarina: Copiart, 2014.v.1. 504p.

ASSIS, G. O. (Org.); MINELLA, L. S**.** (Org.); FUNCK, S. B. (Org.). *Entrelugares e Mobilidades.* Desafios Feministas. Volume 3. 1ª ed. Tubarão, Santa Catarina: Copiart, 2014. v. 3. 592p.

SARDENBERG, C.M.C.; MINELLA, L. S. (Org.). *Gênero e Ciências – mulheres em novos campos.* 1a. ed. Salvador, Bahia: EdUFBA/NEIM, 2016. v. 1. 220p.

Artigos e demais publicações, "inclusive os vários números da Revista Estudos Feministas, dos quais participou da co-coordenação", podem ser encontrados no currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/4516809098194288.

[1] Entre 2017 e 2021, atuou na cocoordenação editorial de quatorze números da Revista Estudos Feministas os quais se somam a vários outros anteriores. Todos os números estão disponíveis em vários Portais, incluindo www.scielo.br.

MARCIA DE PAULA LEITE

Por **Raquel Duaibs** (Fatec Itaquera-SP)

Nascida em 1948 na cidade de São Paulo, Marcia de Paula Leite vem colaborando há quase 50 anos para as Ciências Sociais, desenvolvendo pesquisas nacionais e internacionais, em áreas como trabalho, gênero e sindicatos e automação. Sempre comprometida com a pesquisa e o ensino, é uma profissional que faz jus ao reconhecimento acadêmico que possui, tanto por seus achados científicos, quanto por sua contribuição na formação de educadores, sociólogos e cientistas sociais.

Iniciou seu percurso acadêmico em 1968, quando ingressou no curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP). Passou a dedicar-se à Sociologia do Trabalho ainda no mestrado, com um olhar dirigido ao movimento grevista e sindical brasileiro. Defendeu sua dissertação em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) no ano de 1983, sob o título: "Sindicatos e trabalhadores na crise do populismo", e o doutorado em Sociologia na USP (1990), sob a orientação do Prof. Leôncio Martins Rodrigues, intitulado "A vivência operária da automação microeletrônica". Mas entre o mestrado e o doutorado, Marcia já tinha rea-

VOLTA AO SUMÁRIO

lizado uma série de experiências relevantes em sua recente carreira acadêmica: fora professora de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC) entre 1980 e 1988, pesquisadora sênior do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) entre 1983 e 1985, técnica de pesquisa plena da Fundação SEADE (1986 – 1987), bem como professora titular e vice-diretora da Escola de Sociologia e Política (FESPSP) entre 1978 e 1984. Em 1988, antes mesmo de defender o doutorado foi aprovada no concurso da Unicamp como professora de Sociologia na Faculdade de Educação.

Ainda nos anos 1980, Marcia começou a integrar redes de estudos latino-americanos, como o grupo de Movimientos Laborales, do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Clacso), a Red Latinoamericana de Educación y Trabajo e a Red Latinoamericana de Trabajo y Tecnología e, juntamente com os pesquisadores dessas redes, esteve na fundação da Asociación Latinoamericana de Sociología del Trabajo (ALAST), no I Congresso Latinoamericano de Sociología del Trabajo, realizado em 1993, na Cidade do México. Em 1996, como representante brasileira na ALAST esteve à frente da organização do II Congresso da Associação, realizado em Águas de Lindóia, e entre 1997 e 2000 foi co-editora da Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho. Em 2010 foi eleita presidenta da Associação, já então denominada de Associação Latino-americana de Estudos do Trabalho e, como tal, organizou o VII Congresso, realizado em 2013, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFLCH) da USP em São Paulo.

Em 1995, realizou pós-doutoramento no Reino Unido, no Institute of Development Studies (IDS) da University of Sussex, para o qual obteve financiamento do CNPQ. Já em 1998, realizou seu segundo pós-doc, desta vez nos Estados Unidos, no Institute of Latin American and Iberian Studies (ILAIS) da Columbia University, com financiamento pela Fapesp. Marcia Leite tem demonstrado, ao longo de sua carreira, uma relação íntima e confortável com a pesquisa, o que lhe gerou bons frutos. Seus dois primeiros livros, "O movimento grevista no Brasil" (1987) e "O que é greve?" (1988), foram publicados ainda no início da carreira. Entre o final da década de 80 e o início desta década de 2020 ela não parou de publicar, sendo seu último livro publicado em 2020, sob o título "O trabalho em Crise: Flexibilidade

e Precariedades", organizado em conjunto com outros colegas da Sociologia do Trabalho. Entre tantos feitos, também é importante destacar seus estudos sobre o processo de trabalho e a vivência dos trabalhadores sobre a automação ("O futuro do trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária", livro publicado em 1994), e o processo de reestruturação produtiva no Brasil (Trabalho e Sociedade em Transformação, livro publicado em 2003), no qual inovou na discussão dos processos de terceirização e a relação entre empresas da cadeia automobilística. Em adição, é preciso mencionar que Leite foi pesquisadora do Cebrap (2001 – 2005), onde coordenou um projeto sobre desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho, a partir de pedido da Prefeitura de Santo André, então governada pelo prefeito Celso Daniel; assim como foi professora visitante na Universidad Autónoma Metropolitana (Unidade Iztapalapa), no México, ministrando aulas de Sociologia na pós-graduação em 2002.

Em sua trajetória, Marcia Leite se tornou pesquisadora 1A do CNPq, participou da organização e coordenação de vários projetos de pesquisa, entre os quais se destacam: Qualificação e Produção (1995-2000) realizado no Centro de Estudos de Educação e Sociedade (Cedes); Projeto temático da Fapesp (2007-2011): Cooperativas, trabalho associado e Economia Solidária; Projeto temático da Fapesp (2012-2017): Contradições do trabalho no Brasil, sobre mercado de trabalho e regulação do trabalho; Projeto realizado para o Clacso (2019-2020): Implicações da reforma trabalhista sobre as mulheres. Participou ainda, desde 2002, de vários projetos pelo acordo Capes/Cofecub, entre a Faculdade de Educação da Unicamp e o Laboratoire Genre, Travail et Mobilité (GTM) do Centre National de Recherches Scientifiques (CNRS).

Após construir este legado para as Ciências Sociais e, em especial, para a Sociologia do Trabalho, Marcia Leite se aposentou da Unicamp em 2010. Continuou colaborando com os Programas de pós-graduação em Educação e de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade. Desde 2019 vive na Cidade do México, onde foi nomeada para a cátedra Friedrich Engels da Universidad Autónoma Metropolitana, Unidade Cuajimalpa (UAM-Cuajimalpa).

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

LEITE, M.P.; C. SALAS; M. BIAVASCHI; J. D. KRIEN. (Orgs.). *Trabalho e regulação em perspectiva comparada*. 1ed. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2017, v. 1.

LEITE, M. P. *Trabalho e sociedade em transformação*. Mudanças produtivas e atores sociais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

LEITE, M. P. *O Futuro do Trabalho*. Novas Tecnologias e Subjetividade Operária. 01. ed. São Paulo: Scritta, 1994. v. 01. 331p.

LEITE, M. P. *O que é greve*. 02. ed. São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos, 1988. v. 01. 85p.

LEITE, M. P. *O Movimento grevista no Brasil*. 02. ed. São Paulo: Brasiliense. Coleção Tudo é história, 1987. v. 01. 76p.

MARIA IGNEZ SILVEIRA PAULILO

Por **Amurabi de Oliveira** (UFSC)

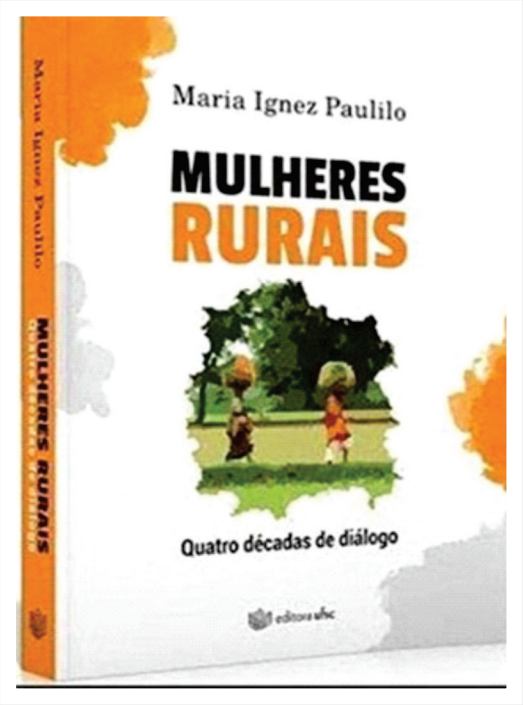
Maria Ignez Silveira Paulilo nasceu em setembro de 1950 em Getuliana, interior de São Paulo. Seus avós, paternos e maternos, eram de Piracicaba, porém seus pais viviam em Santa América, onde eram professores em uma colônia japonesa, onde ela viveu até seus quatro anos. Passou sua infância e adolescência em Ribeirão Bonito e Piracicaba. Nesta cidade ela finalizou o científico, e em meio à efervescência política vivenciada no período da ditadura militar – seus irmãos mais velhos participavam dos movimentos estudantis – decidiu seguir para as ciências sociais.

Ingressou em 1970 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, incorporada posteriormente à UNESP, Universidade Estadual Paulista. Continuou seus estudos em nível de pós-graduação no curso de mestrado oferecido pelo Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), que possuía duas áreas: Economia e Sociologia Rural[1], tendo ingressado em 1974 e defendido em 1976 a dissertação "O trabalho da mulher no meio rural", orientada por José Albertino Rosário Ro-

VOLTA AO SUMÁRIO

drigues (1928-1992), sendo um dos trabalhos pioneiros sobre a realidade da mulher no meio rural.

Próximo ao final de seu mestrado foi contatada por Josefa Salete Cavalcante, na época professora da Universidade Federal da Paraíba campus de Campina Grande[2], que estava buscando pesquisadores para montar o mestrado em sociologia. Através desse contato ela foi contratada para formar a equipe pioneira do mestrado em sociologia rural, fundado em 1977. Nesta instituição entrou em contato com pesquisadoras que eram egressas do Museu Nacional, como Regina Novaes e a Giselia Potengy. Em 1979 mudou-se para Santa Catarina, por razões pessoais, primeiramente com um contrato de professora visitante, depois concursada no então Departamento de Ciências Sociais.



Em 1981 ingressou no doutorado em Antropologiano Museu Nacional, em parte influenciada pelas colegas que tinha tido em Campina Grande. Foi orientada por Otávio Velho, e defendeu sua tese em 1987, intitulada “A integração no Sul do Estado de Santa Catarina”. Parte de sua tese foi publicada em 1990 com o título “Produtor e Agroindústria: Consensos e Dissensos”.

Nos anos de 1980 Maria Ignez Paulilo já havia acumulado uma vasta experiência de trabalho de campo no Sudeste, no Nordeste e no Sul do Brasil, conhecendo profundamente a realidade rural brasileira. Sempre enfatizou sua perspectiva feminista e a necessidade de visibilizar e vocalizar as mulheres no meio rural em seus estudos. Sua tese para professora titular, defendida em 1993 deu origem ao livro “Terra à vista... E ao longe”, publicado em 1996, também considerado um relevante marco nos estudos rurais

Na Universidade Federal de Santa Catarina atuou diretamente na fundação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política[3], e demarcou um importante espaço para a Sociologia Rural, seja através de seus cursos na graduação e na pós, seja através da formação de quadros, uma vez que orientou dezenas de dissertações e teses sobre o tema.

Em 1996 realizou estágio pós-doutoral na London School of Economics and Political Sciences, onde foi supervisionada por Anthony Hall (1947-2019), tendo sido um dos principais focos de sua investigação o acesso à terra por parte das mulheres no campo e o papel mediador do Estado. Em suas pesquisas ela chama a atenção para o fato de que as mulheres no

meio rural só herdam a terra quando a propriedade já não é mais relevante. E que são feitos arranjos diversos para que isso ocorra, mesmo que a lei diga o contrário.

Em período mais recente tem se dedicado à pesquisa ligada ao Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), investigando o feminismo que emerge dessa realidade. Em 2016 publicou "Mulheres Rurais. Quatro décadas de diálogo" que reúne os resultados de suas principais pesquisas envolvendo mulheres do campo, incluindo seus trabalhos mais recentes.

Maria Ignez Paulilo é pesquisadora do CNPq, coordena o Núcleo de Estudos de Agricultura Familiar (NAF), e atua como professora no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da UFSC. Sempre atuante na defesa da Sociologia Rural como um campo de pesquisas em Santa Catarina e no Brasil, assim como no campo dos estudos feministas.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

PAULILO, M. I. P. Produtor e Agroindústria: Consensos e Dissensos. Florianópolis/SC: Ed. da UFSC/ Secretaria de Estado da Cultura e do Desporto, 1990.

PAULILO, M. I. P. *Terra à vista... e ao longe*. 1. ed. Florianópolis/SC: UFSC, 1996.

PAULILO, M. I. P. *Mulheres Rurais*. Quatro décadas de diálogo. 1. ed. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

PAULILO, M. I. P. O peso do trabalho leve. *Ciência Hoje, Rio de Janeiro* – RJ, v. 5, n.28, p. 64-70, 1987.

PAULILO, M. I. P. El género y la clase en los movimientos de mujeres agricultoras de Brasil. *Agricultura, Sociedad y Desarrollo*, v. 3, p. 2, 175-196, 2006.

PAULILO, M. I. P. Que feminismo é esse que nasce na horta?. *Política & Sociedade*, v. 15, p. 296-316, 2016.

PAULILO, Maria Ignez Paulilo. Feminismo camponês e popular e pós-modernismo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 29, n. 2, p. 253, 2021.

SOBRE A AUTORA

MARTINS, P.; WELTER, T.; CUERVO-FERNÁNDEZ, I. N.; COSTA, S. M. V. M. Entrevista –*Do peso do trabalho leve à persistência da alma campesinista*: entrevista com Maria Ignez Silveira Paulilo-. Percursos, v. 20, n. 43, p. 215-264, 2019.

[1] Em 1966 foi criado o mestrado em Ciências Sociais Rurais, na então 7ª Cadeira denominada Economia Rural. Com a reforma universitária de 1968, foi criado o Departamento de Economia, em substituição à 7ª Cátedra, reunindo as disciplinas das áreas de Economia, Administração Rural, Sociologia Rural e Extensão Rural da ESALQ, juntamente com os respectivos docentes. Em 1970, com a reformulação do Estatuto da Universidade de São Paulo, o departamento passou a se chamar Departamento de Ciências Sociais Aplicadas. Em virtude da evolução do mestrado e das especificidades das áreas de conhecimento, em 1975 o curso foi desdobrado em dois: Economia Agrária e Sociologia Rural. Em 1981, o departamento, cuja denominação fora alterada para Departamento de Economia e Sociologia Rural em 1977, decidiu pela interrupção de seu programa de pós-graduação em Sociologia Rural, continuando apenas com o mestrado em Economia Agrária.

[2] Em 2002 os campi de Campina Grande, Patos, Sousa e Cajazeiras desmembraram-se da UFPB, dando origem à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

[3] Em 1978 foi fundado o mestrado em Ciências Sociais na UFSC, dando origem ao mestrado em Sociologia Política em 1985, que passou a contar com um doutorado em 1999. A partir de 2019 o programa passou a se denominar Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política.

MARIA INÊS RAUTER MANCUSO

Por **Aline Suelen Pires** (UFSCar)

Maria Inês Rauter Mancuso nasceu em 1948, em Pederneiras, interior do estado de São Paulo,, porém, logo após o nascimento, passou a viver em Itirapina, cidade onde moravam os pais.

Após a formação escolar básica, embora tivesse muita facilidade com os números e desejasse entrar para o curso científico, as circunstâncias e o desejo dos pais fizeram com que ingressasse no curso de formação de professores em Rio Claro-SP. Formada professora, lecionou, por um ano, em um curso de alfabetização para adultos em Itirapina.

Disposta a prosseguir nos estudos, ingressou, em 1967, no curso de Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em Rio Claro, a qual passou a integrar a UNESP algum tempo depois. Eram os primeiros anos da ditadura militar no Brasil. Embora os movimentos de resistência à ditadura não chegassem com tanta força a Rio Claro, cultivava ideias críticas que preocupavam o pai. Por um breve período, teve aulas com José Albertino Rodrigues, assim que ele retornou da França para onde havia ido depois da demissão, por questões

VOLTA AO SUMÁRIO

políticas, na Universidade de Brasília. Tais questões determinaram que ele fosse novamente afastado da Faculdade em Rio Claro. Pouco tempo depois, Maria Inês se reencontraria com Albertino, como seu orientador no mestrado em Sociologia Rural, cursado na Escola Superior de Agricultura Luís de Queiroz (1972-1975), em Piracicaba. No mestrado, pesquisou sobre a permanência de pessoas na zona rural, contraponto aos estudos sobre a migração rural-urbana que marcavam o momento.

A partir de 1975, já em São Paulo, passou a atuar em atividades de pesquisa no SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial –, onde permaneceu por dez anos, e depois no SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

Em 1992, ingressou como docente na UFSCar – Universidade Federal de São Carlos – no recém-criado curso de Ciências Sociais. Seu propósito maior era contribuir na implementação do curso. Nesse período inicial, auxiliou a Profa. Elza de Andrade Oliveira, na época chefe do Departamento de Ciências Sociais, em diversas atividades administrativas e na recuperação e organização de um grande volume de dados resultantes das pesquisas que José Albertino, recém falecido, havia coordenado no âmbito do NPD – Núcleo de Pesquisa e Documentação. O NPD havia sido criado antes mesmo do curso de Ciências Sociais. Realizaram também, em parceria, outros estudos e pesquisas.

Passou a cursar o doutorado na Universidade de São Paulo (USP) em 1995, sob orientação de Reginaldo Prandi, sem afastamento integral das atividades na UFSCar. Sua tese, defendida em 1998 e intitulada "A cidade na memória de seus velhos: estudo sobre São Carlos, Itirapina e arredores", tinha como tema as memórias de velhos moradores e velhas moradoras sobre mudanças ocorridas no interior de São Paulo, nos primeiros setenta anos do século XX, com o rápido processo de urbanização.

Durante toda a sua trajetória enquanto docente no Departamento de Ciências Sociais e, após a divisão deste, no Departamento de Sociologia da UFSCar, Maria Inês Mancuso sempre se mostrou disposta a assumir disciplinas as mais diversas, tanto no curso de Ciências Sociais (com destaque para as disciplinas metodológicas), quanto aquelas oferecidas para outros cursos do campus, tanto na graduação, quanto na pós-graduação. Sua atuação, desde praticamente o início do curso de Ciências Sociais da UFSCar, foi fundamental para a consolidação

e crescimento do curso, uma figura central com que todos – docentes, técnicos e discentes – sabiam poder contar.

Outro aspecto que se destaca em sua trajetória é o grande número de atividades de extensão que coordenou, assim como um percurso de pesquisa marcado pela relação próxima com a sociedade e pelo desenvolvimento de estudos que buscavam subsidiar ações de intervenção social. Foram diversas pesquisas que visavam o levantamento de dados sobre as condições de vida na cidade de São Carlos e em outras do interior paulista. Entre estas, se destacam: "Padrão de vida e pobreza em São Carlos", "O mapa da pobreza" e "Cadastramento Único para Programas Sociais de Famílias abaixo do limiar da pobreza absoluta" (em São Carlos), além de estudos em municípios como Assis e Catanduva. Outro projeto que coordenou e que merece destaque é intitulado "Co-gestão da pesca no Vale do Rio São Francisco", envolvendo uma parceria com uma instituição canadense, a participação de muitos pesquisadores de diversas áreas e uma ampla gama de atividades desenvolvidas junto à comunidade ribeirinha daquela região. A recuperação dessas experiências evidencia um compromisso, sempre presente, da necessidade de aproximar universidade e sociedade. Para Maria Inês Mancuso, nunca houve paredes entre esses dois mundos.

O diálogo constante com a sociedade também se expressou em sua longa e intensa atuação na promoção de atividades culturais no âmbito da Coordenadoria de Eventos Culturais da UFSCar e nas atividades e projetos sobre cidadania e Direitos Humanos no Núcleo de Cidadania. Tanto nas pesquisas, quanto nas atividades de extensão, Maria Inês sempre encarnou a missão – talvez a mais importante de sua trajetória – de promover a formação de pessoas. Dessa forma, nunca mediu esforços para obter financiamentos e bolsas para acolher, nos diversos projetos à frente dos quais esteve, um grande número de estudantes que participavam das várias fases da pesquisa, desde o planejamento até a análise de dados e redação de relatórios e estudos. Também orientou um grande número de pesquisas de graduação, mestrado e doutorado em temáticas as mais variadas, evidenciando capacidade e disposição para navegar pelas diversas sub-áreas da Sociologia.

Maria Inês Mancuso tornou-se Professora Titular da Universidade Federal de São Carlos em 2017, mesmo ano em que se aposentou no Departamento de Sociologia, seguindo como docente colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Seu rico e diversificado percurso evidencia uma trajetória marcada pela dedicação à formação dos estudantes, o comprometimento com a universidade pública e a consciência onipresente do compromisso junto à sociedade.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

MANCUSO, M. I. R; SILVA, Regiane Caldeira da. Típico das margens: História e cotidiano de uma produtora tradicional do bolo de arroz. In: Mariana Gonzales; Paulo Henrique Martins (org.). *Imaginarios Sociales y memorias*. Itinerarios da America Latina. Teseo. 2019, v. 2.

MANCUSO, M. I. R. Sabores migrantes na formação do Estado de São Paulo. In: MASCARO, Luciana Pelaes; CASTOR, Ricardo Silveira. (Org.). *Patrimônio como paisagem*. 1ed.Cuiabá: EDUFMT, 2019, v. 2, p. 382-402.

MANCUSO, M. I. R.; RAMIRO, Patrícia Alves. De volta ao campo: estratégias para se viver a pobreza. *REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, v. 2, p. 2-21, 2010.

MANCUSO, M. I. R.; VALENCIO, Norma Felicidade L. S. Memórias de um rio: caminhos para a educação ambiental. *Discursos: estudos de língua e cultura portuguesa*, Lisboa, Portugal, v. 00, p. 155-178, 2004.

MANCUSO, M.I.R.; VALENCIO, Norma Felicidade L.S. Marias e Januárias. Mulheres de pescadores do São Francisco. In Hugo Pereira Godinho e Alexandre Lima Godinho (org.) *Águas, peixe e pescadores do São Francisco de Minas Gerais*. Belo Horizonte, PUC-Minas, 2003.

MANCUSO, M. I. R. *Memória:* representação, identidade e felicidade. Cultura Vozes, Petrópolis, v. 94, n.4, p. 66-87, 2000.

MARIA LIGIA DE OLIVEIRA BARBOSA

Por **Amurabi de Oliveira** (UFSC)

Maria Ligia de Oliveira Barbosa nasceu em Uberaba em 28 de maio de 1956, em uma família que valorizava o processo educacional, de modo que cresceu ouvindo histórias sobre a importância de "fazer uma faculdade". Em 1974 ela ingressou no curso de ciências sociais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tendo se graduado em 1977. Este período foi marcado por uma intensa expansão das universidades federais no Brasil, como reflexo do contexto inaugurado pela Reforma Universitária de 1968, de modo que houve a abertura de novos postos de trabalho docente, especialmente no chamado ciclo básico. Desse modo, Maria Ligia ingressou ainda em 1978 como professora de sociologia na UFMG.

Apesar da forte influência do marxismo naquele período nas ciências sociais brasileiras, ela também teve um contato intenso com outros autores. Quando uma colega sua responsável pela disciplina que concentrava os estudos sobre Max Weber foi indicada como diretora da Faculdade, Maria Ligia tornou-se responsável por esta disciplina, aprofundando suas leituras sobre este autor, e aproximando-se ainda nos anos seguintes das

VOLTA AO SUMÁRIO

obras de Pierre Bourdieu, Alain Touraine e Émile Durkheim.

Seu interesse pelo objeto educacional, e especialmente pelo ensino superior, emergiu através de uma colega que a inseriu no trabalho acadêmico e na carreira de pesquisador do CNPq, bem como devido ao fato de realizar estudos sobre desigualdade social e do papel desempenhado pela educação na sua construção. Alguns anos depois, ela ingressou no mestrado em educação na UFMG, tendo sido orientada pelo cientista social Miguel Gonzalez Arroyo, defendendo em 1983 a dissertação "O assalariamento do trabalho intelectual e a crise da universidade".

Em 1986 ingressou no doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), tendo defendido em 1993 a tese "Reconstruindo as minas e planejando as gerais: os engenheiros e a construção dos grupos sociais", supervisionada neste trabalho por Vilma Evangelista Faria. Este trabalho demarca sua aproximação com outro tópico profundamente relevante em sua carreira: a sociologia das profissões.

Na década de 1990 publicou juntamente com Tânia Quintaneiro e Márcia Gardênia Monteiro Oliveira "Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber" (1995), livro que vem sendo reeditado ao longo dos anos e se tornou uma importante referência nos cursos de graduação em ciências sociais, e em cursos introdutórios de sociologia para outras formações.

Atuou na UFMG até 1999, ano no qual passou a integrar os quadros da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde fundou o Laboratório de Pesquisa em Ensino Superior (LAPES). Além de ter se consolidado como um dos principais nomes da sociologia da educação no Brasil, Maria Ligia também realizou uma intensa inserção internacional, realizando estágios pós-doutorais na Universidade de Bordeaux e no Instituto de Pesquisas em Economia e Sociologia da Educação na França, além do mais, foi Vice-Presidente para América Latina do Comitê de Pesquisa de Sociologia da Educação da ISA (International Sociological Association) nos períodos de 2010-2014 e de 2014-2018.

Suas pesquisas sobre desigualdade e educação ao mesmo tempo em que dão continuidade a uma agenda clássica na sociologia da educação, também trouxe novos elementos que possibilitaram o questionamento do que muitos denominam de "pessimismo sociológico", apontando para resultados que indicam que "boas escolas" e "bons professores" impactam de forma decisiva nos destinos escolares. Seguindo ainda na esteira de um dos debates centrais no

caso brasileiro, ela também tem chamado a atenção em suas pesquisas sobre como a questão racial incide sobre esta relação entre desigualdade e desempenho escolar.

Ela tem sido um dos principais agentes na consolidação no Brasil do campo da sociologia do ensino superior, voltando-se para a análise de seu processo de expansão, e mais recentemente para sua internacionalização. Neste sentido, ela tem ocupado um papel de agente ativo no fomento deste debate em diferentes fóruns, não apenas através da publicação de livros, capítulos de livros e artigos, como também na organização de atividades em eventos relevantes, como o Congresso Brasileiro de Sociologia e o encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS).

Além de sua destacada atuação como professora, especialmente junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ, ao qual continuou vinculada após sua aposentadoria, Maria Ligia também foi vice-presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) entre 2015 e 2017, além de ser atualmente pesquisadora nível 1A do CNPq.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

BARBOSA, M. L. D. O. As profissões no Brasil e sua sociologia. Dados, v. 46, p. 593-607, 2003.

BARBOSA, M. L. D. O. Desigualdade e desempenho: uma introdução à sociologia da escola brasileira. Argumentum, 2009.

BARBOSA, M. L. D. O. Destinos, escolhas e a democratização do ensino superior. Política & Sociedade, v. 14, n. 31, p. 256-282, 2015.

PRATES, A. A. P.; BARBOSA, M. L. D. O. A expansão e as possibilidades de democratização do ensino superior no Brasil. Caderno crh, v. 28, p. 327-340, 2015.

BARBOSA, M. L. D. O. (Org). A expansão desigual do ensino superior no Brasil. Editora Appris, 2020.

SOBRE O AUTOR

CANEDO, M; L; XAVIER, A. Entrevista com Maria Ligia Barbosa. Revista Luso-Brasileira de Sociologia da Educação, v. 3, n. 5, p. 90-96, 2012.

MAIA LUCIA MACIEL

Por **Christiana Soares de Freitas** (UnB)
e **Sarita Albagli** (IBICT)

Maria Lúcia Maciel, afetuosamente conhecida como Luca, marcou sua contribuição para o campo da sociologia no Brasil, particularmente nas questões de ciência, tecnologia, poder e sociedade. Foi também responsável por despertar a paixão pela carreira acadêmica em dezenas de alunas e alunos que tiveram a honra de conhecê-la e com ela aprender.

Sua formação acadêmica teve início na Universidade de Brasília, onde realizou a graduação em ciências sociais. Fez mestrado em Sociologia na Université Libre de Bruxelles (1981) e doutorado em Sociologia na Université de Paris VII (1986).

De volta ao Brasil, Luca foi fundamental para a consolidação institucional do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília e para a constituição da linha de pesquisa em Ciência e Tecnologia. Atuou principalmente nos temas de ciência e tecnologia para o desenvolvimento; conhecimento e inovação; produção e circulação da ciência. Luca foi peça-chave na constituição do Programa de Pós-graduação e, também, na formação dos alunos da graduação em atividades de pesquisa, tendo iniciado o Programa de Educação Tutorial (PET) no Departamento.

VOLTA AO SUMÁRIO

Ainda na UnB, Luca foi a primeira editora da Revista Sociedade & Estado, uma das revistas hoje reconhecidas internacionalmente como fonte de saber sociológico.

Seu foco em inovação e conhecimento para o desenvolvimento levou-a ao pós-doutorado, em 1991, no Istituto de Studi sulla Ricerca Scientifica (ISRDS, CNR, Itália). O resultado da pesquisa foi o livro O Milagre Italiano: caos, crise e criatividade, publicado em 1996 pela Editora Paralelo 15. A inovação é ali vista como uma síntese entre mudanças tecnológicas e sociais, tendo como referência histórica a experiência do sorpasso italiano da década de 1980, onde se projetam os arranjos entre empresas, universidades, centros técnicos, entidades da sociedade civil, sindicatos e administrações locais na busca de soluções adequadas para problemas particulares, em oposição aos grandes projetos estatais centralizadores.

De 2000 a 2003, atuou como pesquisadora visitante da Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais, no Instituto de Economia da UFRJ. A partir de 2003, atuou como professora do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e, a partir de 2010, como professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, desenvolvido pela UFRJ em associação com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Em 2003, foi cofundadora e coordenadora do Laboratório Interdisciplinar sobre Informação e Conhecimento (Liinc), junto com Sarita Albagli, tendo criado e atuado como editora do periódico científico Liinc em Revista. Seu foco de pesquisa, nesse período, centrava-se em questões como ciência e tecnologia para o desenvolvimento, divulgação científica, os movimentos acadêmicos por uma ciência aberta e as potencialidades da inovação aberta.

Entre as suas inúmeras contribuições ao processo de construção do campo da sociologia da ciência e tecnologia no Brasil, Luca atuou como diretora do Instituto Ciência Hoje. Foi membro da Diretoria da ANPOCS no biênio 1997-1998. Na SBS, coordenou, juntamente com Maira Baumgarten e Fernanda Sobral, o GT Ciência, Tecnologia e Inovação Social. Também foi membro da diretoria da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) por dois mandatos (1989-91 e 2011-2013) e secretária regional da SBPC-RJ de 2004 a 2006. Faleceu

em outubro de 2019. Seu desempenho foi lembrado em novembro de 2020, quando a SBPC realizou cerimônia virtual para reverenciar dez cientistas brasileiros que atuaram de forma seminal para a ciência brasileira e que tiveram grande importância para a vida institucional da entidade.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

MACIEL, M. L. *O Milagre Italiano.* Caos, Crise e Criatividade. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996.

ALBAGLI, S.; MACIEL, Maria Lucia; ABDO, Alexandre Hannud. *Ciência aberta, questões abertas.* 1. ed. Brasília. Rio de Janeiro: IBICT UNIRIO, 2015. v. 1. 312p.

MACIEL, M. L.; ALBAGLI, S.. *Sociedad del Conocimiento y Capital:* contradicciones contemporáneas. 1. ed. Buenos Aires: La Crujía, 2012. v. 1. 200p.

ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. Conocimiento, apropiación social y desarrollo. In: Maciel, M.L.; Albagli, S.. (Org.). *Sociedad del Conocimiento y Capital:* contradicciones contemporáneas. 1ed. Buenos Aires: La Crujía, 2012, v. 1.

ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L.. Informação, Conhecimento e Democracia no Capitalismo Cognitivo. In: Cocco, G; Albagli, S.. (Org.). *Revolução 2.0 e a Crise do Capitalismo Global*. 1ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, v. 1, p. 20-35.

APPEL, A. L.; MACIEL, Maria Lucia; Albagli, Sarita. A e-Science e as novas práticas de produção colaborativa de conhecimento científico. *Revista Internacional de Ciencia y Sociedad,* v. 3, p. 41-52, 2016.

SOBRE A AUTORA

Cerimônia virtual para reverenciar dez cientistas brasileiros que atuaram de forma seminal para a ciência brasileira e que tiveram grande importância para a vida institucional da entidade. *SBPC.* Disponível em: http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/sbpc-relembra-legado-de-10-cientistas-durante-sua-assembleia-ordinaria/.

MARIA LUCIA BUENO

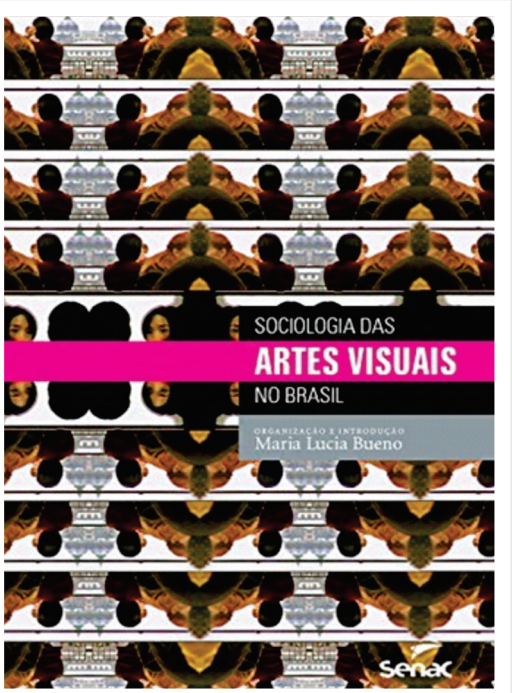
Por **Tálisson Melo de Souza** (PPGSA/UFRJ)

Traçando uma trajetória de cerca de quatro décadas como pesquisadora dedicada à sociologia da cultura, Maria Lucia Bueno (São Paulo, 1950) desenvolveu um conjunto substancial de contribuições para a construção da sociologia da arte no Brasil. Ao longo desse período vem tecendo uma ampla e diversificada rede de relações com pesquisadores/as consagradas/os e em formação, com uma produção contínua de livros que escreveu, organizou e concatenou para traduções, além de artigos e dossiês em revistas e organização de eventos nacionais e internacionais. Seus trabalhos de conclusão de mestrado (PUC-SP, 1984-91) e doutorado (UNICAMP, 1991-5), ambos em programas de Ciências Sociais, foram dedicados à pesquisa sociológica sobre o campo das artes visuais.

Soma-se a isso tantos outros resultados de pesquisas de estudantes que orientou, compondo uma bibliografia de forte cunho interdisciplinar que vem florescendo de seu trânsito institucional como socióloga atuante em departamentos de ciências sociais, história, artes e design. Destacam-se: sua atuação entusiasmada e criteriosa para a formação do Programa de Pós-graduação em Artes, Cultura e Linguagens, no Instituto de Artes e

VOLTA AO SUMÁRIO

Design da Universidade Federal de Juiz de Fora do qual também foi a primeira coordenadora em sua abertura oficial em 2013. Desde 2010, leciona disciplinas relacionadas à história da arte brasileira, da moda e do design, linguagens artísticas contemporâneas, teorias da arte e metodologia de pesquisa. É também ser docente-orientadora no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da mesma instituição. Atuou ainda como professora e pesquisadora no Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas (Bolsista FAPESP) e na Faculdade de Artes Plásticas da Fundação Armando Álvares Penteado (2001-2010). Organizou o Programa de Pós-graduação em Moda, Cultura e Arte em 2005 no Centro Universitário Senac, do qual foi coordenadora até 2008.



Sempre mantendo a perspectiva sociológica como eixo dessa produção, sua atuação, conjugando ensino e pesquisa, volta-se a um espectro amplo de objetos: desde a cultura audiovisual e televisiva, passando pelas condições de trabalho de artistas e demais agentes do campo artístico; suas instituições, das museais às de mercado, às dinâmicas de difusão, produção, mediação e consumo culturais, com ênfase nos mundos da moda, do design e da gastronomia. Dois conceitos-chave são recorrentes no corpo de sua produção e influência: "estilo de vida" e "globalização".

À guisa de trilhos de coerência para os vagões de uma "ilusão biográfica", vale mencionar que, antes de sua inserção no campo das ciências sociais desde a graduação (também na PUC-SP, 1980-3), Maria Lucia chegou a desempenhar importante papel como agente mediadora do campo artístico em momento efervescente do mercado de arte moderna e contemporânea na cidade de São Paulo, gerindo e organizando exposições da Galeria Projecta (1976-82) e da Galeria Traço (1983-4). Essa atuação tanto animou sua iniciativa de compreender sociologicamente o universo artístico, quanto lhe propiciou uma inserção a esse universo que informa sobremaneira as interpretações e refinamentos teórico-metodológicos que foi compondo ao longo de sua trajetória enquanto pesquisadora.

Quanto à noção de "estilos de vida", é através dela que a perspectiva elaborada por Maria Lucia identifica o potencial de se estudar a relações de afetação mútua entre estética, cultura, consumo e sociedade, conformando quadros de análise profícuos ao considerar de maneira

sistemática as implicações entre objetos aparentemente tão distintos como as artes visuais, a moda e o design e a gastronomia, os museus, a mídia, o mercado, os ateliês de artistas e estilistas, as coleções, as casas de leilões e guias de restaurantes.

A noção de "globalização" é central no modo como Bueno vem explorando as dinâmicas sociais do campo artístico e seus estudos constituem uma observação cuidadosa e cosmopolita que evidencia a complexidade dos fluxos de interações que vão (re)configurando os mundos da arte de modo transfronteiriço, articulando centros e periferias, até mesmo viabilizando questionamentos acerca de uma visão binária ou monolítica dos processos de globalização cultural. Isto se observa sobretudo no seu primeiro livro monográfico, um desdobramento da tese de doutorado, Artes Plásticas no século XX: Modernidade e globalização (pela Editora da UNICAMP, 1999, reeditado em 2001). Seu olhar sobre a globalização das artes plásticas não perde de vista as implicações do cenário local em que esteve mais diretamente inserida, o da capital paulista, ou nacional (brasileiro), sempre articulado a vetores de escalas mais amplas, trânsitos internacionais e globais.

Quanto a esse caminho investigativo, é notável a influência de sua participação no Núcleo de Estudos da Globalização, coordenado por Octavio Ianni e Renato Ortiz (vinculado ao Instituto de Estudos Avançados da USP, 1991-95), bem como nos projetos de pesquisas sobre i.) história social da arte no Brasil, coordenado por Sergio Miceli, no Instituto de Estudos Econômicos Sociais e Políticos de São Paulo (1991-4); e ii.) sobre história e produção das telenovelas no Brasil (1986-7), também coordenado por Ortiz – seu orientador do mestrado e doutorado à época. Também parece crucial para a elaboração de seu trabalho o contato mantido com instituições acadêmicas francesas, onde desenvolveu estágios de pesquisa em diversos momentos desde seu doutoramento em 1993, até 2020 – com mais frequência na École des Hautes Études en Sciences Sociales. Em suas experiências de pós-doutorado inclui-se ainda uma passagem pela New School for Social Research, de Nova York (2016). A mesma articulação de escalas de um olhar atento ao nacional e ao internacional se projeta em seus estudos sobre revistas de moda e da gastronomia – constantemente instigada a pensar sobre as relações local-global, desterritorializações e reterritorializações das práticas culturais de produção, consumo e mediação.

Esse movimento através de fronteiras também se concretizou na forma de edições e traduções de livros referência para uma bibliografia de sociologia da cultura (da arte e da moda mais especificamente) em língua portuguesa. Inserem-se nesse âmbito das contribuições de Maria Lucia Bueno: textos traduzidos da socióloga estadunidense Diana Crane, Ensaios em moda, arte e globalização cultural (Editora Senac, 2011); co-organização dos livros Corpo, território da cultura (com a socióloga Ana Lúcia de Castro, pela Annablume, 2005), e Cultura e consumo: estilos de vida na contemporaneidade (com o sociólogo Luiz Octávio de Lima Camargo, pela editora Senac, 2008).

Organizou o livro Sociologia das Artes Visuais no Brasil (editora do Senac, 2012), no qual apresenta um capítulo resumindo e atualizando dados de sua pesquisa sobre a fase de emergência do mercado de arte no Brasil, aprofundada desde sua dissertação de mestrado.

Maria Lucia também organizou dossiês em revistas do Brasil e do exterior com colegas da sociologia da cultura e da arte, colocando em convergência diversas perspectivas. Sobressaem aqueles voltados aos estudos sobre moda na revista Iara – um com Diana Crane ("Moda e Teoria Social", 2008), com a antropóloga Elisabeth Murilho da Silva ("Jovens pesquisadores: Arte, moda e design no Brasil", 2009) –, eum dossiê enfocando estudos sobre "Alimentation et gastronomie", com a historiadora Denise Bernuzzi de Sant'Anna, na revista francesa Brésil(s) – Sciences Humaines et Sociales (2020). Além disso, compõe o corpo editorial da revista NAVA do PPG-ACL/UFJF, organizando alguns de seus dossiês entre 2016 e 2020. Conta ainda com publicações regulares de difusão de perspectivas teóricas e metodológicas sobre moda e sociedade para a revista dObra[s] da Associação Brasileira de Estudos e Pesquisas em Moda (Abepem).

Entre inúmeros artigos de sua autoria, dois se propõem ao balanço de contribuições para estudos em sociologia da arte, evidenciando seu contínuo exercício de sistematização e atualização sobre a produção nesse campo específico da sociologia: "Do moderno ao contemporâneo: uma perspectiva sociológica da modernidade nas artes plásticas", publicado na Revista de Ciências Sociais UFC (2010); e "Sociologia da Arte: notas sobre a construção de uma disciplina", publicado na Revista Brasileira de Sociologia (2018), em coautoria com as sociólogas Lígia Dabul e Sabrina Sant'Anna.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

BUENO, M. L. 2001. *Artes Plásticas no século XX:* Modernidade e globalização. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP/Imprensa Oficial/FAPESP.

BUENO, M. L. 2002. "As transformações da condição de artista plástico na modernidade. Uma perspectiva de análise a partir do espaço do ateliê do artista. *Revista Projeto História*, p. 223-238.

BUENO, M. L. 2005. "O mercado de galerias e o comércio de arte moderna. São Paulo e Rio de Janeiro nos anos 1950-1960". *Revista Sociedade e Estado*, v. 20, n. 2, p. 377- 402.

BUENO, M. L., CAMARGO, Luiz Octavio L.(org.). 2008. *Cultura e consumo.* Estilos de vida na contemporaneidade. São Paulo: Editora do Senac.

BUENO, M. L. (org.). 2012. *Sociologia das Artes Visuais no Brasil.* São Paulo: Editora do Senac.

BUENO, M. L., 2013. "Gastronomia e Sociedade de Consumo. Tradições culturais brasileiras e estilos de vida na globalização cultural". In REINHEIMER, P.; SANT'ANNA, S. (orgs.). *Reflexões sobre cultura material.* Manifestações artísticas e ciências sociais. Rio de Janeiro: Folha Sêca.

BUENO, M. L.. 2014. "Une modernité brésilienne: Art moderne et marche de l'art à Sao Paulo et Rio de Janeiro au milieu du XXe siècle". *Sociologie de L'art. Revue Internationale*, v.22, p. 109-124.

BUENO, M. L.. *Arte e cultura na modernidade-mundo*.Sociologia da cultura e da arte(Ensaios) Prefácio de Paula Guerra. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2021.

MARIA TARCISA SILVA BEGA

Por **Valeria Floriano Machad**o (UFPR)

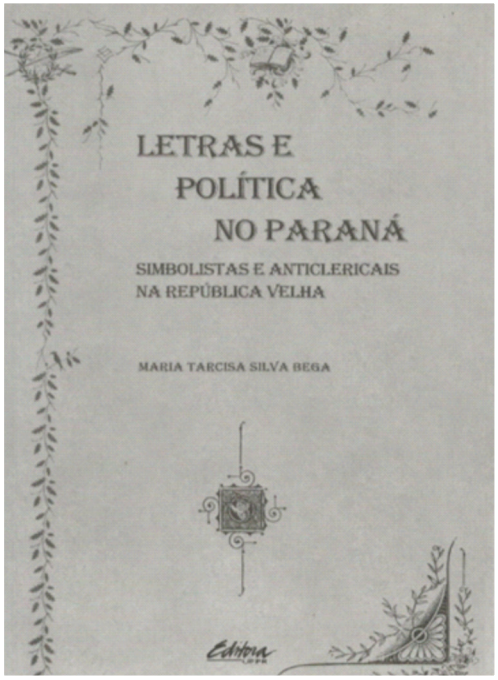
Maria Tarcisa Silva Bega, professora titular do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná (UFPR), integra o Programa de Pós Graduação em Sociologia e o Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional. Com vasta produção acadêmica, tem trajetória ativa na UFPR, orientada desde sempre no compromisso em relação à própria razão de ser da Universidade, pautada na articulação ensino, pesquisa e extensão.

O desafio aqui é pensar na trajetória da Maria Tarcisa não apenas como uma sucessão de escolhas racionais e afetivas ou como reflexo de um determinado contexto, mas, sim, como resultado da tessitura constituída de palavras-bordados-poesia no tempo vivido (ou sonhado) que foi amarrando a vida vivida (ou que se foi amarrando à vida cotidiana) nas miudezas, nas surpresas e nos desafios postos continuamente à sua trajetória profissional.

Nascida em Pitangueira, interior de São Paulo, em 16 de agosto de 1953 é a única filha da união de seus pais. Desde a infância observava a lavra dura do trabalho

VOLTA AO SUMÁRIO

agrícola dos pais e do difícil empreendimento familiar para garantir que seus meio-irmãos – filhos do primeiro casamento de seu pai – estudassem no seminário. Experienciando a migração familiar na primeira infância, aos 10 anos de idade tornou-se interna no Colégio de Freiras de Lupionópolis, no Paraná, recebendo formação escolar básica na escola estadual da cidade. Entre 1968-1970 foi aluna do Ensino Normal e aos 17 anos, diplomada, foi influenciada pelos irmãos a dar continuidade aos estudos, mudando-se para a capital do Estado, onde já estudava um dos seus irmãos.



Aprovada no vestibular, em 1971, iniciou o curso de Ciências Sociais na UFPR, passando a morar na Casa da Estudante Universitária (CEUC). Neste período, a referência ao irmão conhecido por "Baiano", estudante de engenharia elétrica e conhecido militante do movimento estudantil deram-lhe – além da alcunha de "Baiana" – o acolhimento pelas mulheres militantes da CEUC. O amadurecimento (pessoal e acadêmico) vivenciado no período duro da ditadura militar foi marcado pela participação como monitora no Curso, pelas conversas nas cantinas, pelas reuniões conflitantes do movimento estudantil, por leituras clandestinas da literatura marxista e pela angústia constante da perseguição ao irmão e aos amigos. Tudo isso fez com que, no enredamento das tramas do vivido, o encantamento pela política concorresse com o fazer sociológico.

Recém-formada, passou a lecionar como professora substituta na Faculdade de Administração e Economia (grupo Bom Jesus). Em 1976 foi convidada, pela professora Lia Zanotta Machado, a fazer parte da equipe de técnicos pesquisadores do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), compondo a equipe multidisciplinar que faria parte do projeto "Diagnóstico Habitacional da Região Metropolitana de Curitiba (RMC)", estudo sobre a condição habitacional da região. Ainda como técnica do IPARDES, ingressou em 1982 no mestrado em Sociologia da USP e, orientada pelo Professor Paulo Argimiro da Silveira Filho, defendeu a dissertação intitulada "Participação Comunitária: dimensões da institucionalização", trabalho que analisava a organização das Instituições do Estado no contexto da redemocratização do país e vinculava sua trajetória à área de políticas públicas.

Em 1991 foi aprovada em concurso para professora assistente na UFPR. No período (de 1990 a 2000), tanto o Departamento quanto o Curso de Ciências Sociais passaram por grandes transformações, como a reforma curricular e a extinção do curso de Estudos Sociais, além da criação do Programa de Mestrado com concentração na área de Sociologia das Organizações. Neste ínterim, seu vínculo com as atividades de extensão e a experiência acumulada como pesquisadora do IPARDES motivaram o convite – dos professores José Antônio Peres Gediel, do curso de Direito, e Milena da Costa Martinez, do DECISO, para que participasse do projeto de extensão intitulado XAPINHAL, que reunia professores de várias áreas, visando ações mais efetivas no campo da extensão voltadas às comunidades localizadas na região sul da cidade de Curitiba. Esse grande projeto contou com a experiência anterior da profa. Maria Tarcisa para o levantamento socioeconômico das famílias, o mapeamento das moradias e o levantamento dos equipamentos públicos a fim de definir os espaços de intervenção do projeto. A partir dos resultados positivos desta experiência, Tarcisa seria convidada, em 1994, a assumir a Coordenadoria de Extensão (COEX) da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

Em 1998, já em curso do seu doutoramento na USP, Maria Tarcisa participou da pesquisa "Juventude, Violência e Cidadania, o caso de Curitiba", projeto vinculado ao MEC/UNESCO/Secretaria de Estado da Educação do Paraná e liderada por Ana Luísa Fayet Sallas. Em 2001 defendeu a tese "Sonho e invenção do Paraná. Geração simbolista e a construção de identidade regional", orientada por Sérgio Miceli, na qual analisou a importância da corrente literária simbolista na formação do campo intelectual paranaense.

Logo após a defesa, assumiu, em 2002, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, atividade exercida até 2003 quando passou à função de vice-reitora (2003 a 2006). É importante destacar o papel fundamental que teve nesta função para a aprovação do Plano de Metas e Inclusão Social e Racial. Neste período também foi coordenadora das Cátedras UNESCO Cultura da Paz e Sérgio Vieira de Melo (ACNUR), contribuindo para criação do Centro de Cultura e Imagem da América Latina (CECIAL) em 2005, congregando pesquisas sobre cultura, imagem e imaginário sobre a América Latina.

Ainda nas lides administrativas, entre 2006 e 2014, foi Diretora do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes (SCHLA). Em 2013, já ao final de sua gestão criou, em parceria com a professora Eliza Maria Vasconcelos de Almeida, o Programa de Desenvolvimento Urbano e Regional (PDUR) que reúne um grande número de docentes e estudantes de graduação e pós-graduação. Concomitantemente, em 2014, assumiu a coordenação institucional do Projeto do Livro Didático de Sociologia, dentro do II Plano Nacional do Livro Didático (II PNLD). Estas atividades motivaram a reflexão acerca das experiências de ensino, pesquisa e extensão acumuladas nas últimas décadas e levaram-na à organização da linha de pesquisa sobre Políticas Públicas para as Juventudes e também à elaboração do projeto pós-doutorado "Normalização ou controle social? Análise comparativa das experiências de políticas públicas para a juventude: Brasil, México e Portugal", desenvolvido na Universidade de Lisboa em 2015.

É Coordenadora do Grupo de Pesquisa Sociologia e Políticas Sociais-CNPq e membro titular do Instituto Mercosul de Estudos Avançados (IMEA). Durante a pandemia coordenou a pesquisa "Direitos Humanos, entre o público e o privado: monitoramento do efeito-território na pandemia do Coronavírus da RMC", garantindo que o PDUR e o Grupo de pesquisa se mantivessem ativos e produtivos, organizando, através das plataformas disponíveis, sociabilidades virtuais e encontros acadêmicos, promovendo uma rede de afeto que traduz a dedicação, generosidade e sensibilidade e que, intercambiáveis, expressam tanto sua vida cotidiana quanto sua produção sociológica.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

BEGA, M. T. S. Lugares da pesquisa e ensino nas Humanidades no Século XXI. In: Gonçalves, M.C.S.;JESUS, B.G.. (Org.). *Educação Contemporânea* ¿ Volume 17 ¿ Reflexões. 1ªed. Belo Horizonte: Editora Poisson, 2021, v. 17, p. 7-20.

BEGA, M. T. S. *Letras e política na Paraná:* simbolistas e anticlericais na República Velha. 1ª. ed. Curitiba/PR: Editora da UFPR, 2013. v. 1. 540p.

SALLAS, A. L. F.; VILLA, R. A. D.; BEGA, M. T. S.. *Os jovens de Curitiba:* esperanças e desencantos. 2ª. ed. Curitiba-PR: Editora da UFPR, 2008. v. 1. 440p.

SOBRE A AUTORA

FREITAS, S. e MATTAR, K. Entrevista: 10 anos do Seminário Nacional de Sociologia Política: um balanço crítico por Maria Tarcisa Silva Bega. Novembro 2018. *Sociologias Plurais* – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFPR4. (3)

MARILDA APARECIDA DE MENEZES

Por **Marcelo Saturnino da Silva** (UEPB)

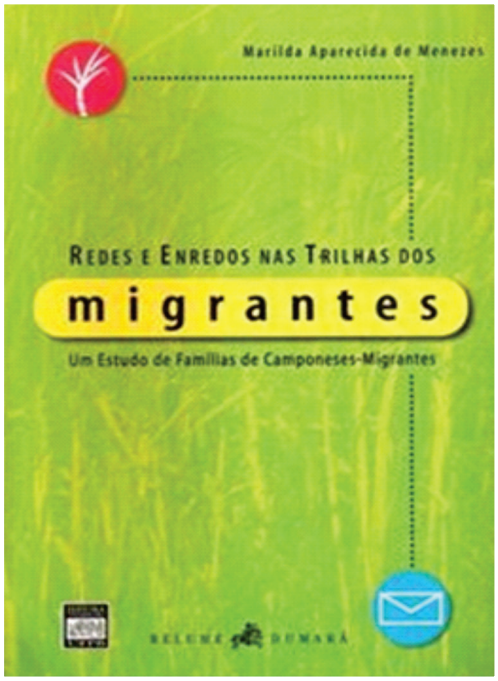
A ampla produção teórica de Marilda Aparecida de Menezes é hoje leitura obrigatória para qualquer pessoa que se interessa pelo mundo rural brasileiro, especificamente, pela relação entre campesinato, família, trabalho e migrações – temas que a motivam intelectual e afetivamente.

Seu pai, Manoel Messias de Menezes – artesão e mestre sapateiro – era natural de Sergipe. Ainda solteiro, migrou para o Rio de Janeiro e, posteriormente, para o interior de São Paulo, onde conheceu sua esposa, Isolina Ferreira de Menezes. Logo após o casamento, na década de 1950, o casal migrou para a região metropolitana do Estado de São Paulo, conhecida como ABC Paulista, por congregar três grandes cidades: Santo André; São Bernardo e São Caetano do Sul.

Marcada pela exacerbada concentração industrial, a Região do Grande ABC se constituiu também como "território" dos migrantes nordestinos que para lá se dirigiam, sobretudo nas décadas de 1970/1980. A região é conhecida como berço do movimento metalúrgico, que marcou a história do sindicalismo brasileiro.

VOLTA AO SUMÁRIO

Foi nessa região que Marilda Aparecida de Menezes nasceu, no dia 23 de dezembro de 1956. Foi, aí, no berço dessa família e no contexto da região do ABC, que ela viveu os vinte e quatro primeiros anos de sua vida. Aos 14 anos, começou a trabalhar "com carteira assinada", tendo inclusive assumido um cargo de secretária numa fábrica local, passando a conciliar trabalho e estudo.



Em 1975, auge do governo militar, ingressou no Curso de Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia e Letras da Fundação Santo André. Ao término do curso, em 1978, participou – como monitora – de uma experiência de alfabetização de adultos em uma favela do município de Santo André, cujos habitantes eram, em sua maioria, migrantes procedentes do Estado da Paraíba, precisamente da região do Sertão de Cajazeiras.

Mais tarde, já residindo em Campina Grande – PB e cursando o mestrado de Sociologia Rural na Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Marilda Aparecida de Menezes entrou em contato com as famílias de seus antigos alunos. Esses trabalhadores e seus grupos familiares constituíram os personagens de sua dissertação, escrita sob orientação da Profa. Ghislaine Duque, e intitulada "Da Paraíba prá São Paulo e de São Paulo, prá Paraíba": migração, família e reprodução da força de trabalho.

Neste trabalho, já é possível vislumbrar a delicadeza da pesquisadora, preocupada em compreender "os significados da migração para o grupo estudado" e, nesse sentido, sua filiação às correntes epistemológicas marcadas pela perspectiva Interpretativista, bem como seu compromisso ético-político expresso na tentativa de tomar os camponeses trabalhadores-migrantes como sujeitos sociais, evitando a armadilha do pensamento binário, que ora reifica o sujeito, dotando-o de um poder ilusório; ora o reduz à condição de pura passividade. Em suas análises, Marilda Aparecida de Menezes assume, ao contrário, uma posição dialética fundada na ideia de que o ser humano é ativo, produzindo e sendo reproduzido no âmbito das condições e relações sociais nas quais está inserido.

Após a conclusão do mestrado, em 1985, Marilda atuou no Centro de Estudos Migratórios (CEM), instituição ligada à Congregação Católica Scalabriniana, cuja ação pastoral é voltada para os migrantes nacionais e internacionais. No CEM, ela desenvolveu atividades de pesquisa e assessoria, organizando também as publicações. A partir de 1986, participou da fundação do

Serviço Pastoral de Migrantes (SPM), vinculado à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), quando então assumiu a primeira secretaria nacional desse organismo. Atuou, ainda, como editora da "Travessia – Revista do Migrante".

O trabalho junto à Pastoral dos Migrantes favoreceu o contato com camponeses paraibanos que, sazonalmente, trabalhavam no corte de cana da Zona da Mata de Pernambuco, grupo este que constituiria os personagens de sua tese de doutorado, defendida em 1997 na Universidade de Manchester, Inglaterra, sob a orientação do Prof. Ducan Scott, e coorientação de Collin Murray.

Na tese, posteriormente publicada pela editora da UFPB, em parceria com a Relume-Dumará, com o título "Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses migrantes", Marilda Aparecida de Menezes analisa as condições de exploração dos trabalhadores no corte de cana-de-açúcar e da vida desses sujeitos nos alojamentos. Utilizando a noção de "resistência cotidiana" – de James Scott (1985, 1990) –, ela analisa, igualmente, as formas de resistência, buscando apreender "se e como o migrante questiona, rejeita, resiste às condições de trabalho e de vida determinadas pelo capital" (MENEZES, 1990, p. 26), contrapondo-se à grande parte da literatura especializada segundo a qual os camponeses trabalhadores-migrantes eram tidos apenas como passivos e submissos às condições de exploração.

No período de 2004-2005, ela aprofundou a noção de resistência cotidiana, no âmbito de um Pós-Doutorado realizado no Agrarian Studies Program da Yale University, tendo trabalhado diretamente com o Prof. James Scott.

Leitora de Walter Benjamin, Marilda A. de Menezes é reconhecida também pelo uso profícuo que faz da história oral, assumida por ela como uma metodologia de pesquisa que permite o acesso à memória, sem perder de vista as diversidades de narrativas relacionadas às diferentes posições dos sujeitos sociais. Ao lado da memória, da narrativa, há, na produção desta pesquisadora, um intenso uso também das redes sociais como estratégia para a compreensão da migração dos camponeses-trabalhadores-migrantes bem como da organização de grupos e dos espaços sociais nos territórios de vida e de trabalho desses sujeitos. Em 2011, ela se aprofundou na perspectiva de "redes sociais" no âmbito de outro pós-doutorado realizado no Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), sob orientação da professora Emília Pietrafesa de Godoi.

A professora Marilda Aparecida de Menezes é considerada uma das grandes testemunhas das reconfigurações nos processos migratórios sentido Nordeste/Sudeste, das últimas décadas do século XX e das duas décadas iniciais do século XXI. Tendo iniciado seus estudos na primeira metade da década de 1980, abordou a migração de trabalhadores nordestinos para a cidade de São Paulo e também para a plantação de cana-de-açúcar no Sudeste e no próprio Nordeste (neste caso, uma migração local); ela acompanhou as reconfigurações nesses processos migratórios favorecidas pelo novo lugar que o agronegócio canavieiro passou a ocupar no

país pós-democratização, sobretudo a partir da última década do século XX e das primeiras décadas do século XXI, concomitantemente ao processo de reestruturação produtiva com o decréscimo das ocupações em outros setores produtivos. Atualmente, com a consolidação do processo de mecanização da colheita de cana-de-açúcar, os fluxos migratórios sentido Nordeste-Sudeste também se reconfiguram, fazendo emergir, para os camponeses, trabalhadores-migrantes, novas vulnerabilidades, as quais têm sido objeto dos seus trabalhos mais recentes.

Em 2012, após se aposentar do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) – onde atuou por 22 anos como professora e pesquisadora –, Marilda Aparecida de Menezes continuou produzindo conhecimento e formando novos pesquisadores no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da UFABC e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNICAMP. Além disso, continuou atuando no conselho editorial das revistas Agrarian South: Journal of Political Economy; Travessia, RURIS (UNICAMP), RAÍZES (UFCG), Estudos Sociedade e Agricultura e desenvolvendo pesquisa na qualidade de Pesquisadora do CNPQ nível 1C.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

MENEZES, M.A. (2020) Trabalhadores migrantes em usinas de cana de açúcar Condições de trabalho e práticas de resistência. In: Germán Quaranta; Paola Mascheroni. (Org.). Boletín del Grupo de Trabajo Trabajo agrario, desigualdades y ruralidades. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, v. 3, p. 93-111.

MENEZES, M. A. (2020) Economia moral em James Scott e as perspectivas de seus críticos. RAIZES (UFPB), v. 39, p. 225-240.

MENEZES, M. A. (2002) Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses – migrantes. Rio de Janeiro e João Pessoa: Relume Dumará e Ed. UFPB, 2002.

MENEZES, M. A. (2005) História oral: uma metodologia para o estudo da memória. Vivência (Natal), Natal – RN, n.28, p. 23-36, 2005.

SOBRE A AUTORA

JUNIOR, J. S. (2020) Veredas, Inquietações e Engajamentos: sobre o desafio de “ler” Marilda Menezes. Revista Latinoamericana de Antropología del Trabajo. V. 4, n. 7.

MACIEL, L. M. (2020) Entrevista com a Profa. Dra. Marilda Aparecida de Menezes. Idéias. Campinas, SP, v.11, 1-13, e020012.

MENEZES, M. A. (2020) Trabalho, família e migrações: uma relação afetiva e uma trajetória de pesquisa. Revista Latinoamericana de Antropologia del Trabajo. v. 4, p. 01-09.

MICHEL MISSE

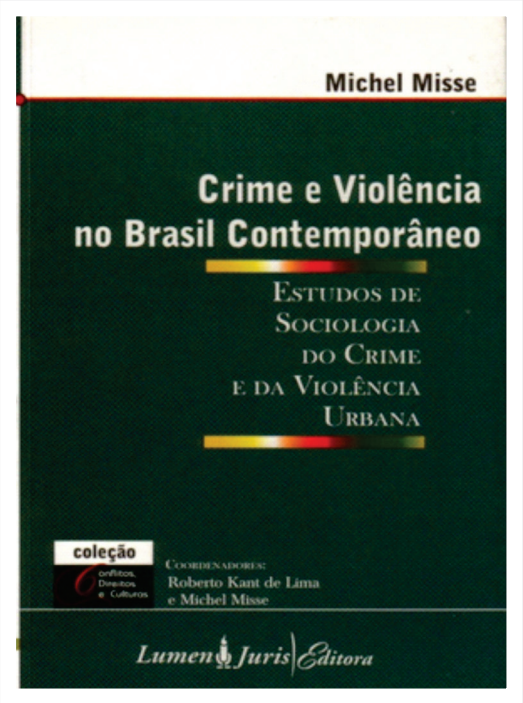
Por **Alexandre Werneck** (UFRJ)

Michel Misse, um dos mais importantes pesquisadores da área de crime e violência no Brasil, nasceu em 12 de abril de 1951, em Cachoeiro de Itapemirim, Sul do Espírito Santo, cidade então com 30 mil habitantes (atualmente tem cerca de 230 mil) e até hoje para seus filhos "a capital secreta do Brasil" (para alguns, do mundo), como muitas vezes proclamava o também cachoeirense Rubem Braga. Filho de imigrantes libaneses, de progenitor comerciante e cioso por sua educação escolar e mãe atenta a seu crescimento intelectual, foi enviado em 1967, aos 16 anos, para o Rio de Janeiro, a fim de estudar.

Na capital Fluminense, traçou uma carreira ao mesmo tempo profundamente ligada a suas mazelas (e às do Brasil) e altamente abrangente em sua amplitude descritiva: com seu trio conceitual central, "sujeição criminal", "acumulação social da violência" (Misse, 1999) e "mercadoria política" (Misse, 1997), descreve os mecanismos tanto histórico-estruturais quanto interacionais da violência urbana, oferecendo-lhe seu painel mais amplo, ao mesmo tempo ancorado em dados empíricos fortemente concretos – tanto quanto estatísticas de crimes, elementos de inquéritos e situações de operações policiais

VOLTA AO SUMÁRIO

conseguem ser – e densamente fincados em diálogos com grandes modelos teóricos – a teoria sociológica é uma de suas frentes mais fundamentais e determinantes.



Militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B) – entre 1968 e 1976 –, seria um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores no estado (PT) – em 1981. A militância comunista ao longo da ditadura faria com que fosse perseguido, tendo sido, em 1972, sequestrado com sua companheira por policiais à paisana na Tijuca, onde ele morava. Levados para o Batalhão do Exército na rua Barão de Mesquita, notório reduto do DOI-Codi, foram torturados e, após soltos, monitorados por um longo período. Mas, para além do marcante engajamento político crítico, o marxismo teórico de sua formação é a base de toda sua trajetória. Entretanto, vislumbrando passos além da ortodoxia marxiana, bebeu em Weber para produzir um seminal diálogo entre os dois pensadores – e que seria tema de seu trabalho de mestrado, defendido em 1987, sob orientação de Carlos Hasenblag, no antigo Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro (Iuperj), originando alguns de seus textos mais importantes, entre eles o antológico artigo "O senhor e o escravo como tipos limites de dominação e estratificação" (Misse, 1996). Mas se a alta teoria domina a dimensão mais abstrata de seu trabalho, foram as circunstâncias da vida que o foram conduzindo para uma empiria das mais gritantes. Embora possa se perceber em expressões como "acumulação social da violência" o espetro de Marx rondando sua obra e em "mercadoria política" uma gaiola de ferro tipicamente weberiana, o crime e a violência se consolidam aos poucos ao longo da primeira fase de sua carreira como sua área de concentração, tornando-se até hoje o ambiente empírico de base para seus voos teóricos.

Assim, ingressou em 1970 no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A escolha sofreu algumas influências, entre elas a do jovem professor de pré-vestibular Dilson Motta, aluno do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da universidade, que o alertou para a importância de nomes como Gilberto Freyre e Florestan Fernandes, tornou-se seu amigo, colega de curso e companheiro de investigação. Juntos, empreenderiam, entre outras, a pesquisa As Práticas Criminais numa Situação de Marginalidade Social, cujos argumentos teóricos seriam publicados em 1979 no seminal livro Crime: O social pela culatra.

No IFCS, foi aluno de pensadores como Jether Pereira Ramalho, Liana da Silva Cardoso, Gilberto Velho, Yvonne Maggie, Neide Esterci e Emmanuel Carneiro Leão e colega de turma de nomes como José Ricardo Ramalho, Afonso Carlos Marques dos Santos e José Reginaldo Gonçalves. A formatura seria em 1974 – quando nascia este biógrafo, um de seus muitos orientandos de doutorado. Mas ainda no final do primeiro ano de Misse no então carcomido (física e moralmente, considerando-se os efeitos do AI-5) prédio do Largo de São Francisco, que hospedara a Escola Militar (1810-1870), a Escola Politécnica (1870-1939) e a Escola Nacional de Engenharia (1939-1969), o juiz de menores da Guanabara, Alyrio Cavallieri, pai de um colega de curso de Misse, abriu a possibilidade de os alunos proporem um projeto de pesquisa sobre a "delinquência juvenil" no Rio de Janeiro. Ele e mais sete colegas de vários períodos empreenderam um levantamento das estatísticas de infrações juvenis no estado na década de 1960 e, em uma amostra, analisaram autos de investigação. Com isso, traçaram o perfil social dos "menores infratores" e perceberam mais a construção social deles pelos agentes da lei do que elementos propriamente associando características dos incriminados aos crimes. O trabalho, assim, esboçava elementos presentes na interpretação do pensador ao longo de sua carreira e seria publicado em livro no ano seguinte (Misse et al., 1973).

Igualmente circunstancial, mas definidor de carreira, seria a produção de um dos textos mais conhecidos da obra de Misse, O estigma do passivo sexual, livro também de 1979. Ele nasceu como trabalho de curso em uma disciplina da graduação ministrada em 1974 pela professora Maria Stela Faria de Amorim na qual teve contato com os interacionistas americanos Howard S. Becker e a Erving Goffman, então pouco conhecidos no Brasil. Na obra, o autor analisa como sinais de estigmatização se estabilizam em expressões de gíria e palavrões, interpelando estruturalmente a abordagem interacionista de Goffman.

Essa aliança mutuamente crítica entre interacionismo e abordagem estrutural (marxista, mas também posteriormente de inclinação foucaultiana), atravessada pelo tratamento compreensivo weberiano marcaria a partir daí toda a obra de Misse, notadamente em seu trabalho mais seminal, a tese Malandros, marginais e vagabundos: A acumulação social da violência no Rio de Janeiro, defendida, após muitos percalços, em dezembro de 1999 no Iuperj, perante uma banca constituída pelos professores Luiz Antônio Machado da Silva, seu orientador; Luiz Eduardo Soares; Sérgio Adorno; Roberto Kant de Lima; e Edmundo Campos Coelho. No trabalho, finalmente em vias de publicação em livro em 2022, ele parte do pressuposto, introduzido por Machado da Silva no começo dos anos 1990, de que "a violência urbana é uma representação social". Nesse quadro, em que se constrói "uma imagem compartilhada da ordem urbana centrada em uma forte reação social ao que é experimentado como aquilo que fere o sentimento de segurança e os valores da vida, da dignidade humana e da propriedade" (Misse, 1999), tem lugar cotidianamente a sujeição criminal, um processo de representação identitária sobre determinados indivíduos como intrinsecamente criminosos tão consolidado que chega a fazer alguns desses próprios indivíduos se representarem dessa forma. Mas ela não seria algo es-

tanque: teria uma história, formada segundo Misse por um processo de acumulação social de representações sobre a figura do bandido (que vai transitando do "malando" ao "marginal" e deste ao vagabundo" aos olhos das pessoas) e com isso os processos de criminação (a interpretação de uma ação como um tipo criminal definido) e a incriminação (a atribuição desse tipo a alguém), processos supostamente racionais e impessoais, mas na prática profundamente influenciados por uma sujeição acumulada (e pejada de preconceitos de classe, raça, gênero etc.).

Entre várias experiências no magistério (entre pré-vestibulares e faculdades, várias delas rompidas por demissões por perseguição política), torna-se professor da UFRJ em 1978, primeiramente como colaborador do Departamento de Ciências Sociais. Em 1981, foi convidado a se integrar com dedicação exclusiva ao departamento, sendo efetivado como professor assistente. E, em 1991, torna-se professor efetivo da UFRJ, carreira que trilhou chegando a professor titular, em 2014, e se aposentando em 2018. Desde então, permaneceu no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), de cuja fundação participou (tendo orientado desde o começo dos anos 2000 mais de 50 trabalhos, entre teses e dissertações), lecionando, orientando e coordenando projetos de pesquisa no Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (Necvu).

Agregador, Misse formou e integrou vários coletivos de trabalho e pesquisa. Em 1977, ele e vários colegas (Dilson Motta entre eles) criaram o Socii – Pesquisadores Associados em Ciências Sociais, que funcionou até 1988 e entre outras realizações, permitiu a ele promover um até hoje mítico curso de leitura de Marx de cinco anos e criar um "núcleo de estudos e pesquisas sobre crime", que realizou vários trabalhos relevantes e seria o embrião da ideia do que seria o Necvu, fundado em 1999, ano de defesa de sua tese.

O Necvu passaria a congregar pesquisadores das áreas de estudos de crime, violência, conflito e Justiça Criminal e moralidades, entre professores, pós-doutorandos, alunos de graduação e pós-graduação, desenvolvendo, ao longo de duas décadas, algumas das pesquisas mais relevantes desse cenário no país, todas atravessadas por uma das marcas do núcleo, a busca por contribuições consistentes ao mesmo tempo em termos de dados de interesse público e de desenvolvimento teórico em sentido amplo. Entre as grandes pesquisas realizados pelo Necvu, todas sob a coordenação de Misse, estão, aqui por meio das principais publicações geradas: O Inquérito Policial no Brasil: Uma Pesquisa Empírica (2010); Os Autos de Resistencia no Rio de Janeiro (2001-2011) (2013); Segurança Pública nas Fronteiras (2013-2016) (2016); Violência, Democracia e Segurança Cidadã (2008-2016, em um INCT-CNPq) (2017); e as atuais Os Sentidos do Cárcere: Incapacitação e Ressocialização na Realidade Prisional Brasileira Contemporânea e A Acumulação Social da Violência no Rio De Janeiro: Novos Desafios, que empreende uma atualização da descrição da violência urbana como Misse a pensou em Malandros, marginais e vagabundos.

Boa parte dessa produção teórica se consolida no precioso Crime e violência no Brasil contemporâneo (2006), livro no qual são coligidos vários textos do percurso de Misse, alguns

deles até então inéditos. Ele carrega a síntese de seu pensamento. Além disso, o sociólogo organizou três coletâneas com trabalhos de pesquisadores de seu núcleo, traçando um painel da vasta gama de pesquisadores por ele formados e influenciados: Acusados e acusadores: Estudos sobre ofensas, acusações e incriminações (2008); Conflitos de (grande) interesse: Estudos sobre crimes, violências e outras disputas conflituosas (com Alexandre Werneck, 2012) e Mercados ilegais, violência e criminalização (com Sérgio Adorno, 2018).

Em 2008, criou, juntamente com este biógrafo, Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, publicação vinculada ao Necvu e ao PPGSA, que se consolidou como a mais importante da área dos estudos de crime, violência e moralidades no país, tendo sido integrada a importantíssimos indexadores nacionais e internacionais e figurando entre os extratos avaliativos mais elevados do Qualis Capes.

Michel Misse tem recebido muitos reconhecimentos ao longo de sua carreira, tanto ao ocupar cargos, como a direção do IFCS (1990-1993) ou a direção geral da editora UFRJ (2012-2019), quanto ao se tornar professor titular – ocasião em apresentou a definitiva conferência "Violência e teoria social" (2016). Mas, no final dos anos 2000 viria um de seus reconhecimentos para ele mais preciosos: o filho de Cachoeiro de Itapemirim, que deixou sua terra para se estabelecer no Rio de Janeiro, foi agraciado com um dos galardões mais elevados do panteão da cidade, o orgulhoso título de Cachoeirense Ausente Número Um de 2009.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

MISSE, M. "O senhor e o escravo como tipos limites de dominação e estratificação". *Dados:* Revista de Ciências Sociais, v. 39, n. 1, 1996, pp. 61-100.

MISSE, M. "As ligações perigosas: Mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio". *Contemporaneidade e Educação*, ano II, n. 1, 1997, pp. 93-116.

MISSE, M. *Malandros, marginais e vagabundos:* A acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2022[1999].

MISSE, M. *Crime e violência no Brasil contemporâneo:* Estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

MISSE, M. "Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro". *Estudos Avançados,* v. 21, n. 61, 2007, pp. 139-157.

MISSE, M. (org). *Acusados e acusadores:* Estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

MISSE, M. "O inquérito policial no Brasil: Resultados gerais de uma pesquisa". *Dilemas:* Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v.3, n.7, 2010, pp. 35-50.

MISSE, M.; Werneck, Alexandre (orgs). *Conflitos de (grande) interesse:* Estudos sobre crimes, violências e outras disputas conflituosas. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

MISSE, M.; GRILLO, C. C.; TEIXEIRA, C. P.; NÉRI, N. E.. *Quando a polícia mata:* Homicídios por 'autos de resistência' no Rio de Janeiro (2001-2011). Rio de Janeiro: Booklink, 2013.

MISSE, M. "Violência e teoria social". *Dilemas:* Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 9, n. 1, 2016, pp. 183-204.

MISSE, M.; ADORNO, S. (orgs). *Mercados ilegais, violência e criminalização.* São Paulo: Alameda, 2018.

MISSE, Michel. "Violence, Criminal Subjection and Political Merchandise in Brazil: An Overview from Rio". *International Journal of Criminology and Sociology*", n. 7, 2018, pp. 135-148.

MIRIAM ADELMAN

Por **Milena Costa de Souza** (Unespar)

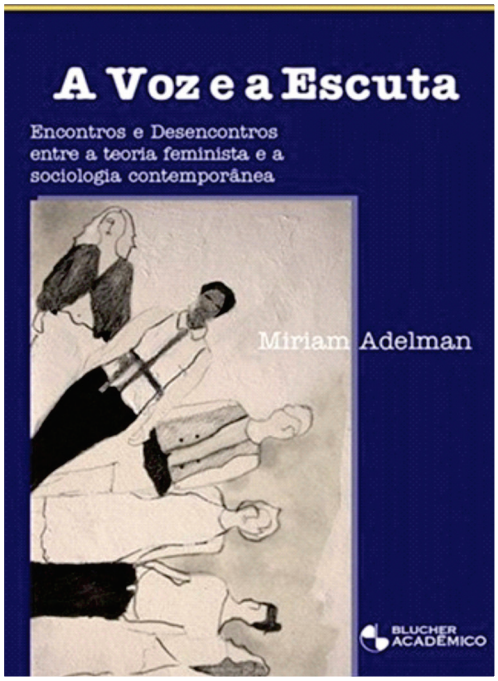
Miriam Adelman (1955. Milwaukee, Winsconsin, EUA) é pesquisadora, poeta, escritora, tradutora, professora associada do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PGSOCIO) e do Programa de Pós-graduação em Letras (PGLETRAS), ambos da Universidade Federal do Paraná (UFPR). De origem judaica e pais envolvidos no movimento comunista, questionou desde cedo seu lugar no mundo e, com isso, as possibilidades de se cruzar as fronteiras étnicas, nacionais e criar uma narrativa de si em meio a esses movimentos.

Aos 19 anos viajou para o México com uma de suas irmãs. A viagem que era para durar algumas semanas se estendeu por anos. Ao cruzar a fronteira, se deparou com um mundo novo e a Sociologia, que ainda não aparecia no seu horizonte de possibilidades profissionais, surgiu como um grato encontro ao procurar formação no campo das humanidades, que culminou no seu ingresso na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM).

Dentre os professores que mais marcaram sua trajetória na UNAM estavam Raquel Sosa, Maria Angeles Lizon Ramon e Julian Meza, que contribuíram para a

VOLTA AO SUMÁRIO

sua formação sociológica e sua jornada entre a teoria social clássica e contemporânea. O contato com a teoria feminista e as questões de gênero – que depois viriam a ser centrais em suas pesquisas sociológicas – começou fora da universidade, ao frequentar um grupo de discussão feminista conduzido pela reconhecida intelectual e ativista Martha Lamas. Eram os anos 1970 e os encontros entre mulheres para conversar sobre questões de gênero se espalhavam pelo mundo. No grupo de Lamas conheceu Mary Goldsmith que estava fazendo doutorado e viria a se tornar uma importante interlocutora.



A primeira experiência como docente também foi no México ao realizar seu estágio social obrigatório. Junto com Goldsmith e sob supervisão de Lamas, estruturou e lecionou a disciplina Sociologia da Mulher. Naquela época, ainda não estava consolidado no léxico o conceito de gênero na academia, de maneira que Sociologia da Mulher foi ministrada na perspectiva de dar visibilidade para as mulheres na história e nas relações sociais.

No final dos anos 80 retornou aos EUA para ingressar no programa de pós-graduação em Sociologia na New York University, que resultou no título de M.Phil em Sociologia obtido em 1991. Ali encontrou um ambiente vibrante que a permitiu participar de encontros com Pierre Bourdieu, Zygmunt Bauman, Agnes Heller e Cornelius Castoriadis. Foi na NYU que também teve contato com o Interacionismo Simbólico e a Escola de Chicago, sobretudo a partir das aulas do Professor Edwin Schur, e oportunidade de aprofundar o pensamento sobre mulheres, gênero e o sistema socioeconomico mundial com a professora visitante Valentine Moghadam.

Sua estada em NY não foi longa e a fronteira que Miriam Adelman começou a cruzar entre os Estados Unidos e a América Latina durante a sua graduação seria cruzada, nos anos seguintes em direção ao Brasil. Em 1992 ingressou como professora do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e o Brasil tornou-se sua nova casa.

Na UFPR foi uma das fundadoras do Núcleo de Estudos de Gênero. Junto com Ana Paula Vosne Martins e demais professoras da universidade, abriu as portas para uma nova geração, ampliando o debate acadêmico no Departamento de Ciências Sociais, no Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes (SCHLA) e na comunidade da UFPR em geral. O Núcleo da UFPR mirou, dentre outras referências nacionais, as iniciativas da Universidade Federal de Santa Catarina

(UFSC). A parceria institucional entre essas universidades fez com que Miriam Adelman escolhesse a UFSC para realizar seu doutorado sob orientação de Miriam Grossi no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Em 2009 publicou "A voz e a escuta. Encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea". O livro, fruto de sua pesquisa de doutorado, é leitura fundamental para todos que desejam se aprofundar nas discussões contemporâneas e refletir sobre como as questões de gênero contribuíram para o aprofundamento sobre nosso entendimento de Modernidade e Pós-Modernidade.

Ao longo dos anos Miriam realizou pesquisas dentro de várias áreas e temáticas da sociologia incluindo gênero, corpo, as mulheres nos esportes equestres, relações humano-animais, a feminilização dos circuitos migratórios, movimentos de contracultura, entre outros. A trajetória de Miriam Adelman é marcada por um processo contínuo de criação de redes entre geografias e pessoas. Em seu primeiro pós-doutorado, realizado na Universidade de Barcelona em 2009, pesquisou as mulheres do mundo equestre espanhol e suas subjetividades corporificadas. Seu segundo pós-doutorado foi realizado em 2016 na École des hautes études en sciences sociales (EHESS) sob a supervisão da Dra Mônica Raísa Schpun. Na ocasião, cruzou o tema de cultura equestre brasileira e migração internacional, com um estudo sobre trabalhadores do mundo do turfe brasileiro que fazem do Reino Unido seu local de trabalho e novo lar. Estudiosa das relações entre humanos e equinos inicialmente desde o prisma de gênero e esporte, a partir da segunda década do novo milênio sua participação em redes internacionais a conectou com novas interfaces, no cada vez mais dinâmico campo de relações humano-animais. Nesse contexto, coordenou o Grupo de Trabalho "Relações Humano-animais: passados, presentes e futuros possíveis" nas reuniões anuais da ANPOCS junto a Profa Dra Andréa Osório (UFF).

Os estudos literários também acompanham a trajetória de Adelman. Uma paixão antiga que ganhou maior espaço na sua atividade acadêmica ao longo dos anos 2000 a partir de traduções, pesquisas e sua filiação ao Programa de Pós-graduação em Letras (PPGLet) da UFPR.

Orientadora generosa inclui frequentemente seus orientandos em publicações acadêmicas, encorajando-os a escrever e estendendo a mão mais experiente para guiar estudantes em suas trajetórias. A trajetória de Adelman é sem dúvida alguma multidisciplinar, movida pela curiosidade e paixão pelo conhecimento, ela atravessa fronteiras físicas e disciplinares. Sua frase "Se você se mantém aberto olhando para o mundo, o mundo te leva" resume sua posição guiada pela imaginação sociológica, vontade de aprender e ensinar.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

ADELMAN, M.; PAULA, A. B. (Org.). *Lentes, pincéis e páginas:* discursos de mulheres. Curitiba: Editora da UFPR, 2020.

ADELMAN, M. *Found in Translation.* São Paulo: Nosotros Editorial, 2020.

ADELMAN, M.; THOMPSON, K.. (Org.). *Equestrian Cultures in Global and Local Arenas.* Heidelberg: Springer, 2017.

ADELMAN, M.; KNIJNIK, J. D. (Org.). *Gender and Equestrian Sport:* Riding around the World. Heidelberg: Springer, 2013.

ADELMAN, M.; CORREIA, A.; RUGGI, L.; TROVÃO, A. C. R. (Org.). *Mulheres, homens, olhares e cenas.* Curitiba: Editora da UFPR, 2011.

ADELMAN, M.. *A voz e a escuta:* encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea. São Paulo: Editora Blucher Acadêmico, 2009.

PAULO CÉSAR ALVES

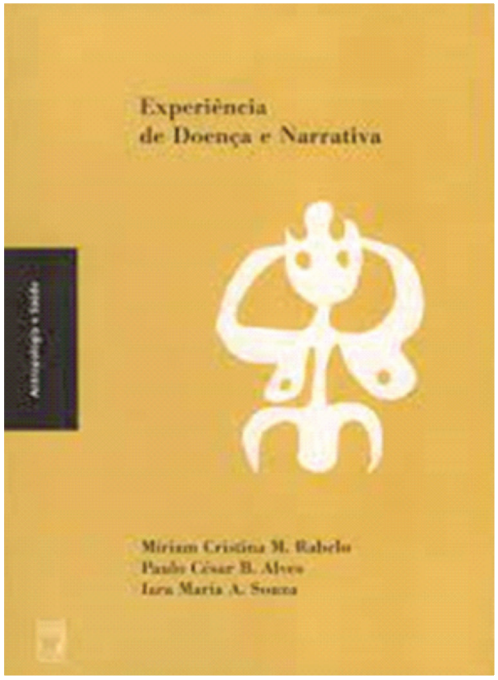
Por **Maycon Lopes** (UFBA)

Paulo César Alves (Salvador, 1951) é o atual decano do departamento de Sociologia da Universidade Federal da Bahia, onde é Professor Titular desde 1999. Figura entre suas realizações institucionais a coordenação do processo que culminou na instauração, nos finais dos anos 1990, daquela que durante alguns anos foi a única formação em nível doutoral na área de ciências sociais no estado da Bahia, o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA. Comprometido com a consolidação e o desenvolvimento da pós-graduação na instituição, engajou-se ativamente, já em 2007, na criação do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (UFBA), do qual foi o primeiro coordenador.

Destaca-se também sua participação, ao longo dos anos 1990, na Comissão de Ciências Sociais em Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO). Paulo César coordenou a comissão entre 1997 e 1999, fortalecendo e conferindo visibilidade ao trabalho dos cientistas sociais na construção do campo da saúde. Por sua vez, no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) e da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Paulo César esteve

VOLTA AO SUMÁRIO

ligado a um núcleo de cientistas sociais[1], cujo empenho foi decisivo para a abertura e estruturação de um novo eixo temático nessas associações científicas, focado no estudo de fenômenos relacionados à saúde.



Responsivo aos desafios colocados pelo campo científico, esboçar sua trajetória implica em recuperarmos um movimento mais amplo, ou melhor, um duplo movimento de ascendência das ciências sociais no Brasil, impulsionado por frentes de trabalho renovadas. Vemos, de um lado, a crescente legitimação das ciências sociais na saúde coletiva; de outro, assistimos à institucionalização, no seio das ciências sociais, dessa linha de investigação, em sociologia e antropologia da saúde. Os esforços de Paulo César na constituição desse campo no qual é um dos personagens precursores não se restringiram a tais iniciativas. Podemos verificar a seguir que seu lugar nessas histórias (inter)disciplinares não está dissociado da ambição de introduzir novos rumos e aportes analíticos no conhecimento sociológico.

Filósofo de formação, graduado em 1973 na Universidade Católica do Salvador, Paulo César transita no domínio da filosofia sem, entretanto, subordinar o conjunto de problemáticas propriamente sociológicas à leitura do texto filosófico. Em vez disso, sua obra explicita como encontrara na filosofia uma fonte de perspectivas capaz de fazer face à complexidade inerente a questões centrais na teoria social – dramatizadas, por exemplo, nas antinomias estrutura e agência. Diríamos que sua produção, tendo à partida objetos de pensamento que variaram ao longo da carreira acadêmica, endereça um comentário arguto a discussões clássicas do pensamento social. Esse traço é, sem dúvida, revelador do compromisso e investimento do autor na arena teórica.

A filosofia lhe parece uma entrada importante inclusive para a apreensão dos fundamentos da sociologia enquanto ciência. Isto é, os pressupostos epistêmicos em que suas correntes estão radicadas e o quadro de referências que a orientam. Preocupações de ordem metateórica atravessam o conjunto de sua obra, permitindo ao leitor um aprofundamento nos construtos teóricos e analíticos fornecidos pela teoria social. É sobre este solo que Paulo César formula suas contribuições às ciências sociais. Em seu processo formativo, há que destacarmos a interlocução com Antônio Luís Machado Neto, que orientou a dissertação defendida por Pau-

lo em 1980 no Mestrado em Ciências Humanas (concentração em Sociologia da Cultura) da Universidade Federal da Bahia. Machado Neto é uma figura chave não somente na trajetória de Paulo César, de quem foi amigo pessoal, como na divulgação da tradição fenomenológica e existencialista no campo das ciências sociais do Brasil – façanha que Paulo tem prolongado como um de seus herdeiros intelectuais. Foi através de Machado Neto que ele teve o primeiro contato com tais escolas de pensamento, principalmente no que se refere às obras de Husserl, Sartre, Ortega y Gasset e Schutz.

A formação nessas tradições tem larga consequência nas elaborações conceituais do nosso autor, como também em sua carreira docente, mestre de várias gerações. Alguns anos depois de retornar de seu doutorado em Sociologia na Inglaterra (Universidade de Liverpool, 1990), ainda sob a clareira aberta pela dedicação ao estudo dessas correntes filosóficas, Paulo foi um dos fundadores do ECSAS, então Núcleo de Estudos em Ciências Sociais, Ambiente e Saúde.

Vinculado à Universidade Federal da Bahia, o ECSAS foi criado após coordenar, em parceria com a Professora Miriam Rabelo, a realização do I Encontro Nacional de Antropologia Médica (Salvador, 1993). Desnecessário dizer que a criação do núcleo é parte desse complexo de iniciativas responsável pela expansão e vitalidade do campo que Paulo buscou edificar no Brasil.

Desde então, o hoje designado Núcleo de Estudos sobre Corpos, Sensibilidades e Ambientes (ECSAS), reúne-se em todas as tardes de sexta-feira na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. Como Machado Neto, a quem reportam ter reunido em torno de si uma escola, inclusive no sentido afetivo – onde pensamento e vida não se encontram divorciados – o perfil de Paulo faz eco a esse temperamento; generoso, aberto, gregário. O ECSAS nutre interesse, qual Paulo durante sua trajetória, por objetos diversos, constituindo-se antes enquanto grupo a partir de uma abordagem e de um estilo de pensamento afins do que de um objeto bem delimitado.

Dinamizado por pesquisadores em diversos níveis de formação, Paulo imprimiu no núcleo, com sua interlocução exigente, suas intervenções provocadoras e seu caráter amigo, uma atmosfera ricamente afetiva. Animado por trocas acadêmicas receptivas ao debate e ao cultivo do dissenso, o grupo é um celeiro em cuja produção se vê refletir uma linhagem de pesquisadores formados em diálogo com o professor Paulo César. Desse modo, sua atuação acadêmica de décadas colaborou para configurar um campo de trabalho que tem como horizonte de referências uma atenção à prática, em criativa interface com os postulados de inspiração fenomenológica e do pragmatismo clássico.

Nessa esteira, os projetos em saúde conduzidos por Paulo repousam na centralidade da noção de experiência. Frente à complexidade da sociedade brasileira, o autor identificou nas assim chamadas "ciências sociais em saúde"[2], onde sua obra assume maior repercussão, uma insuficiência no paradigma causal e explicativo, predominante nesses estudos no Brasil entre os anos 80 e 90 do século passado. Havia um impasse nessa seara, que ora acentuava a dimen-

são macrossociológica (estrutural) para dar conta dos processos de adoecimento e saúde, ora calcava-se sobremaneira no primado das "representações sociais", ou, se assim quisermos, sobre uma interpretação "subjetivista".

É nesse debate ladeado por pontos de vista de princípio concorrentes que seu trabalho se insere. Em linha com algumas das tendências mais recentes da teoria social contemporânea, protagoniza reformulações teórico-metodológicas que se contrapõem a tais posições. Suas pesquisas sobre itinerários terapêuticos – área de reflexão que Paulo contribuiu para estabelecer no Brasil – são um exemplo de como esse esforço em que consiste um movimento de reformulação pode beneficiar a sociologia. A sofisticação que acompanha sua produção, à lume de uma correspondência entre ordenamento empírico e síntese apurada, confere àquele corpo de trabalhos um lugar de referência até os dias presentes.

Paulo César, em articulação com outras pesquisadoras, nomeadamente Miriam Rabelo e Iara Souza, propôs um marco alternativo às posições expostas acima, inaugurando novas problemáticas e estabelecendo uma agenda de pesquisa e uma abordagem original no domínio das ciências sociais em saúde. Publicado em 1999, Experiência de Doença e Narrativa é o resultado mais substantivo dessa colaboração. A obra, que integra uma série de livros que estrearam a coleção Antropologia e Saúde da Editora Fiocruz, apresenta os avanços que uma mirada fenomenológica pode oferecer à compreensão das dinâmicas de adoecimento e busca de tratamento.

Em resumo, o programa ali definido tem por fio condutor a "experiência", que solicita que o cientista social "desça" ao nível da prática concreta, a esse plano que testemunha as muitas maneiras com que os atores se confrontam com os problemas que emergem na vida cotidiana. O conceito de experiência seguramente comporta um elemento de retomada, na medida em que o sujeito da ação é guiado por um senso de pertença e familiaridade com um mundo em que está envolvido. Mas esta noção faculta também hesitações e abertura para o novo, para um campo de possibilidades que, não sendo dado de antemão, nunca é inteiramente previsível.

O que segue à ação escapa de propensões deterministas a que uma análise estrutural pode incorrer. A dimensão de contingência e indeterminação que o conceito de experiência, quando incorporado no arcabouço de uma pesquisa socioantropológica, deixa antever, não é senão imanente à ação humana e à historicidade que lhe é própria.

A recepção interessada da obra de Paulo César não se limita ao Brasil. Sua trajetória como professor convidado em instituições nacionais e estrangeiras, com destaque para a Universidade de Buenos Aires, evidencia o alcance de seu trabalho. Sem abdicar de comparecer à revista de tópicos caros à história do pensamento sociológico, Paulo segue contribuindo com outras linhas de investigação, como a relação entre literatura e saúde. Isso é apenas outro modo de dizer que, intelectual por vocação, também ele experimenta o inacabamento do mundo, e do ser – percepção que mobiliza seu trabalho e que o convoca vigorosamente.

Paulo tampouco fala em deixar a sala de aula. Fazer com que os outros reluzam, ímpeto que cumpre todo e cada mestre, é um sentimento duradouro em seu perfil. De grande Professor.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

ALVES, P. C. *Fenomenologia e teoria social.* Civitas, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 12-22, 2021.

ALVES, P. C. Clássicos/Contemporâneos: A relação entre a teoria sociológica clássica e a teoria sociológica contemporânea. In: FAZZI, R. C.; LIMA, J. A. (Orgs.). *Campos das Ciências Sociais:* Figuras do Mosaico das Pesquisas no Brasil e em Portugal. Petrópolis: Vozes, 2020. p. 124-142.

ALVES, P. C.; NASCIMENTO, L. F. (Orgs.). *Novas Fronteiras Metodológicas nas Ciências Sociais*. Salvador: EDUFBA, 2018.

ALVES, P. C. Itinerário terapêutico e os nexus de significados da doença. *Política & Trabalho*, João Pessoa, n. 42, p. 29-43, 2015.

ALVES, P. C.; RABELO, M. C.; SOUZA, I. M. Hermenêutica-fenomenológica e compreensão nas ciências sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 29, n. 1, p. 181-198, 2014.

ALVES, P. C. A teoria sociológica contemporânea: da superdeterminação pela teoria à historicidade. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 25, n. 1, p. 15-31, 2010.

ALVES, P. C (Org.). *Cultura:* Múltiplas leituras. Bauru; Salvador: EDUSC; EDUFBA, 2010.

ALVES, P. C. A fenomenologia e as abordagens sistêmicas nos estudos sócio-antropológicos da doença: breve revisão crítica. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 8, p. 1547-1554, 2006.

RABELO, M. C.; ALVES, P. C.; SOUZA, I. M. *Experiência de Doença e Narrativa.* Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. Disponível em: http://books.scielo.org/id/pz254.

[1] Encontram-se entre esses estudiosos Carlos Caroso (UFBA), Ceres Victora (UFRGS), Daniela Riva Knauth (UFRGS), Luiz Fernando Dias Duarte (MN/UFRJ), Madel Therezinha Luz (UERJ), Miriam Rabelo (UFBA) e Ondina Fachel Leal (UFRGS).

[2] Atualmente a subárea é denominada de Ciências Sociais e Humanas em Saúde.

PAULO HENRIQUE MARTINS

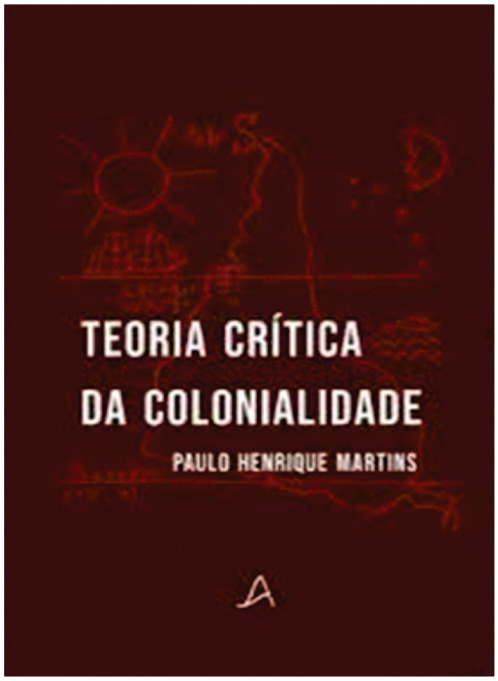
Por **Amurabi de Oliveira** (UFSC)

Professor Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque, mais conhecido como Paulo Henrique Martins, nasceu em Recife em 4 de agosto de 1951. Sua família era vinculada à indústria canavieira, seu avô, Antônio Novaes Filho (1898-1978), foi senador da República e Ministro da Agricultura. Tais raízes o levou, primeiramente, a ingressar em 1971 no curso de Direito na Universidade Federal de Pernambuco, seguindo uma trajetória esperada para as elites econômicas e culturais da região; e, o levou ainda a pesquisar o universo do açúcar. Seu percurso até a sociologia passa por uma especialização em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) entre 1976 e 1977.

Em 1977 seguiu para a França para prosseguir com seus estudos na sociologia, contando naquele momento com duas cartas, de Manuel Correia de Andrade (1922-2007) e Cícero Dias (1907-2003), este último foi quem o apresentou ao Colégio Cooperativo na Universidade de Paris I, onde ele viria a realizar seus estudos de mestrado e doutorado. Em 1979 defendeu a dissertação "Estado, Capitalismo e Estrutura de Poder no Brasil até 1930: o caso de Pernambuco" orientada por Yves Gou-

VOLTA AO SUMÁRIO

ssault (1923-2003), que também o orientou no Troisième cycle onde defendeu a tese "Estado e Questão Regional no Brasil: uma reflexão a partir do caso do Nordeste Açucareiro" em 1980. Voltando para o Brasil atuou como professor visitante entre 1981 e 1985 no Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), trabalhando junto Manuel Correa de Andrade, que o havia estimulado a estudar em Paris. Após esse período atuou na então Fundação de Ensino Superior de Pernambuco, hoje Universidade de Pernambuco (UPE), onde permaneceu até 1988 quando regressou para a França para realizar seu curso de doutorado – uma vez que no Brasil havia dificuldades para se reconhecer o Troisième cycle como curso doutoral –, defendendo em 1991 a tese "Profetismo Econômico e Mito do Desenvolvimentismo na América Latina: o caso do Brasil", orientado por Maxime Haubert.



Na sua nova estadia na França, Paulo Henrique entrou em contato com Alain Caillé, que havia fundado em 1981 o Mouvement anti-utilitariste dans les sciences sociales (M.A.U.S.S.), é também nesse momento que passou a frequentar as aulas de Cornelius Castoriádis (1922-1997), o que teve um significativo impacto sobre seus próximos trabalhos. Ao regressar para o Brasil atuou como professor visitante na UFPE a partir de 1992. Em 1994 foi aprovado no concurso público para o Departamento de Ciências Sociais da UFPE onde atuou até 2017 quando se aposentou continuando, porém, a atuar como professor no Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Seus estudos e pesquisas sobre a crítica do desenvolvimentismo o levaram a ampliar seu interesse pelo tema do debate público no Brasil, em particular aqueles da sociologia da saúde, que lhe pareceu como sendo fundamental para entender as exigências para fundação da cidadania como direito humano e político.

Paulo Henrique Martins integrou, portanto, a primeira geração de professores a lecionar em um curso de doutorado em Sociologia no Nordeste[1]. É entre o final dos anos de 1990 e início dos anos 2000 que ele passa a ser reconhecido como um dos principais difusores da teoria da dádiva no Brasil, organizando importantes coletâneas sobre o tema como "A Dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social" (2002) e "Polifonia do dom" (2006). A crítica à perspectiva utilitarista se faz presente ainda em outros trabalhos, como "Contra a desumanização da medicina: crítica sociológica das práticas médicas modernas" (2003), "A nova ordem social: perspectivas da solidariedade contemporânea" (2004).

A partir dos anos 2000 acelera-se também sua aproximação com uma reflexão "desde" e "sobre" a América Latina que já tinha despertado seu interesse quando escrevia sua tese de doutorado nos anos 1990. Seu interesse de articular sua experiência com a crítica antiutilitarista europeia com a crítica anticolonial latino-americana o levou a se aproximar do debate sobre a colonialidade na região. Assim, foi convidado para ser um dos coordenadores do Grupo de Trabalho sobre Pensamento Latino-Americano no Encontro da Associação Latino Americana de Sociologia (ALAS), em Porto Alegre(2005), foi eleito diretor da Associação no encontro de Guadalajara (2007), eleito vice-presidente em Buenos Aires (2009-2011) e presidente (2011-2013), tendo sido o organizador geral do 27º Congresso, ocorrido em Recife em 2011. Neste mesmo ano fundou a Revista de Estudos AntiUtilitaristas e PosColoniais (REALIS), que se articula a partir de uma ampla rede de colaboradores da América Latina e de outras regiões, tendo um papel pioneiro nessa discussão no Brasil, tendo fundado ainda o Instituto de Estudos da América Latina em 2014. Fui seu aluno em um dos primeiros cursos que ofereceu na pós-graduação sobre Sociologia da América Latina. De fato, o acesso às leituras de autores latino-americanos ainda era – e me parece que ainda é – rara na formação sociológica pós-graduada no Brasil, e certamente o professor Paulo Henrique desenvolveu um papel pioneiro na introdução desse debate. Algumas publicações relevantes de sua autoria para este debate são os livros "La decolonialidad de América Latina y la heteretopía de una comunidad de destino solidária" (2012) e "Teoria Crítica da Colonialidade" (2019). Vale igualmente lembrar sua participação na coletânea intitulada "América Latina em Perspectiva" que organizou com Rogério Medeiros e que reúne alguns dos principais textos discutidos no congresso Pré-ALAS realizado no Recife (2008); a coletânea "Fronteiras Abertas da América Latina" (2019) que organizou com Cibele Rodrigue, reunindo principais contribuições do congresso ALAS de Recife de 2011; sua participação no livro "El pensamiento latinoamericano: diálogos en ALAS; Sociedad y Sociología" (2015) organizado pelos ex-presidentes da Associação; sua participação na organização da coletânea "Encrucijadas abiertas. América Latina y el Caribe. Sociedad y Pensamiento Crítico Abya Yala" (2018) em parceria com A. Bialakowski, N. Garita, M. Arnold-Chatalifaud e J. Preciado.

Paulo Henrique Martins Além de suas contribuições decisivas no desenvolvimento da sociologia no Brasil e na América Latina atuou igualmente como vice-presidente da Associação M.A.U.S.S., na França, foi membro da diretoria da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) e da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Atuou também como membro do comitê de avaliação de Sociologia da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) e do comitê de assessoramento da área de Ciências Sociais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) como representante da área de Sociologia.

Atualmente ele é professor titular aposentado do Departamento de Sociologia da UFPE, pesquisador nível 1B do CNPq, tendo realizado estágios pós-doutorais na Universidade de Paris X-Nanterre, PARIS X, França, e na London School of Economics and Political Science, Reino Unido. Recebeu em 2019 o prêmio Florestan Fernandes da SBS em reconhecimento por sua trajetória e por sua contribuição à sociologia brasileira.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

MARTINS, P. H. (Org.). *A Dádiva entre os modernos:* discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINS, P. H. *Contra a desumanização da medicina:* crítica sociológica das práticas médicas modernas. Petrópolis: Vozes, 2003.

MARTINS, P. H.; CAMPOS, R. B. C. (Org.). *Polifonia do dom.* Recife: UFPE, 2006.

MARTINS, P. H.. *La decolonialidad de América Latina y la heteretopía de una comunidad de destino solidária.* Buenos Aires: Ediciones CICCUS – Estudios Sociológicos Editora, 2012.

MARTINS, P. H. *O ensaio sobre o dom de Marcel Mauss:* um texto pioneiro da crítica decolonial. Sociologias, v. 16, n. 36, p. 20-50, 2014.

MARTINS, P. H.; GUYER, M. G. (Org.); KOHN, C. B. W. (Org.). *Imaginarios sociales y memorias: itinerarios de América Latina.* Buenos Aires: Teseo/ALAS/CLACSO, 2019.

MARTINS, P. H. *Teoria Crítica da Colonialidade*. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades, 2019.

MARTINS, P. H. Sociologia na América Latina: giros epistemológicos e epistêmicos. *Sociedade e Estado*, v. 34, n. 3, p. 689-718, 2019.

SOBRE O AUTOR

BARROS, F. L. Entrevista com Paulo Henrique Martins. REALIS, v.1, n.1, p. 166-192, 2011.

TAKEUTI, N. Entrevista. Itinerário de descolonialidade de uma prática acadêmica: Revista Cronos, v. 17, p. 152-180, 2016

AQUINO, J. P. D. D.; LIMA, M. M. B. Trajetória de um sociólogo entre os mundos da província e da cosmópolis: entrevista com Paulo Henrique Martins. Revista de Ciências Sociais, v. 50, n. 3, p. 375-420, 2019.

[1] O primeiro curso de doutorado em Sociologia foi criado na Universidade Federal do Ceará em 1994, logo depois na UFPE em 1995, e em 1999 na Universidade Federal da Paraíba. Também foram criados os doutorados em Ciências Sociais na Universidade Federal da Bahia em 1999 e na Universidade Federal do Rio Grande do Norte em 2000.

PEDRO RODOLFO BODÊ DE MORAES

Por **Aknaton Toczek Souza** (UFPR)
e **Mariana Corrêa Azevedo** (UFPR)

Pedro Rodolfo Bodê de Moraes nasceu no Rio de Janeiro em 22 de setembro de 1960. Cresceu em São João do Meriti, na Baixada Fluminense. Seu pai foi taxista e sua mãe professora da rede pública de ensino, ele o mais velho entre três filhos. Ainda jovem, estudante da escola pública, participou ativamente do movimento estudantil e de grupos católicos contra a ditadura e, em especial, da teologia da libertação. Tal experiência ecoou durante toda a sua trajetória e o conduziu até as Ciências Sociais. A vivência na Baixada Fluminense sempre estava em suas histórias, lá conviveu com um advogado criminalista amigo de sua família, e foi quando a relação do Sistema de Justiça e os Direitos Humanos foram apresentados ao Pedro, objetos estes que se tornaram centrais em suas análises futuras.

Em 1980 começa a graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal Fluminense, tomando parte constantemente em grupos de pesquisa e de extensão. Teve entre seus professores Simone Guedes e Roberto Kant de Lima, dentre outros, pelos quais nutria profunda admiração e amizade. Em 1985 inicia a sua carreira

VOLTA AO SUMÁRIO

docente – profissão comum à de seu irmão e irmã mais novos –, lecionando em escolas públicas e particulares.

Entra no Museu Nacional da UFRJ em 1988 como aluno do mestrado em Antropologia Social, sob a orientação do professor Dr. Afrânio Raul Garcia Jr. Em tal oportunidade pesquisou a obra de Monteiro Lobato e a sua relação com a criação de editoras nacionais. Adiante vai deixando progressivamente a história do pensamento social sem contudo, perder sua aproximação com a antropologia – cujo início atribuía à Professora Simone Guedes, ainda na época da UFF. Estes anos foram decisivos para a construção de sua sensibilidade sociológica que aflora ainda na década de 1990 em Curitiba, Paraná.

Em 1992 Pedro Bodê torna-se professor da Universidade Federal do Paraná, no Curso de Ciências Sociais, na cadeira de Sociologia Brasileira. Em 1995 conclui seu mestrado. Na cidade de Curitiba se fixa e passa a atuar decisivamente para a melhoria do curso de Ciências Sociais, sempre ativo nos debates de reformas no currículo, criação de revistas, atividades de extensão e de especialização. Também ativo na instituição da pesquisa científica, em nível de Pós-Graduação em Sociologia, em 1995 para o mestrado e em 2004 para o doutorado.

Ao fim da década de 1990, participa de uma pesquisa nacional organizada pela UNESCO sobre "Juventude, Violência e Cidadania", que resulta em um livro de 1999 intitulado: "Os jovens de Curitiba: esperanças e desencantos". A experiência foi um divisor de águas, conduzindo-o cada vez mais para as pesquisas vinculadas às violências. Dentre vários pontos significativos, destacamos a incorporação das visões dos policiais e outros agentes do Estado sobre os fenômenos da violência, sendo pioneiro nesse tipo de abordagem. Com olhar atento às injustiças e uma aguçada imaginação sociológica – fruto do artesanato intelectual que defendia fervorosamente como prática –, foi aprovado no doutorado no IUPERJ em 1999, sob a orientação do professor Dr. Luiz Antônio Machado da Silva, por quem o profundo respeito e afeto duraram toda a vida. Com ele realizou seu estágio pós-doutoral concluído em 2013.

Obtém o título de doutor em Sociologia em 2003 com a tese "Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários", convertida posteriormente em livro. Sua pesquisa foi seminal nos estudos penitenciários, sobre segurança pública e as carreiras e profissões estatais, em especial aquelas responsáveis pelo controle social exer-

cido através da punição. Realiza um curso sobre Toxicomania em 2004. Já envolto por diversos interesses de pesquisa na intersecção da violência, da segregação e dos Direitos Humanos, funda em 2005 na UFPR o Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos (CESPDH/UFPR) – com o professor Dr. José Antônio Peres Gediel (PPGD/UFPR). Espaço vivo em que Pedro liderava e atuava juntamente com dezenas de outros pesquisadores e estudantes.

Ainda na primeira década do século XXI foi presidente da Comissão Estadual da Verdade no Paraná. A experiência foi marcante em sua vida, narrada em um misto de tristeza e desesperança. Já na década de 2010, Pedro Bodê participou de diversas investigações e pesquisas, como professor permanente dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e em Direito da UFPR. Teve como objeto de seu olhar Juventudes, Segregação, Drogas, Militarização, Sistema de Justiça Criminal, suas instituições e agentes. Sempre estimulando em seus orientandos e orientandas um olhar sagaz, arguto e sensível aos fenômenos estudados.

O professor Pedro Bodê faleceu no dia 27 de novembro de 2021. Nos últimos anos manteve-se ativo, criando novas redes e fortalecendo outras. Enlutou-se diante do falecimento da sua professora Simone Guedes e posteriormente do professor Luiz Antônio Machado da Silva durante a pandemia de Covid-19; período ao qual soube se adaptar – não sem suas críticas mordazes e o seu humor encantador –, lecionando, coordenando e participando de inúmeras atividades. Sua última aula foi em 12 de novembro de 2021, na disciplina de "Leituras clássicas e contemporâneas", cuja leitura do dia era dos sociólogos Pierre Bourdieu e Anthony Giddens.

Seu legado permanece em todos aqueles e aquelas que puderam conviver com ele e conhecer sua produção científica. Seus inúmeros alunos, orientandos e demais convivas foram tocados pelos encontros em que apreendíamos suas lições nas mínimas interações. Essas sempre carinhosas, acolhedoras e pertinentes. Pedro orientava pela vivência que inspirava a humildade, a solidariedade e a ascese científica.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTO

MORAES, P. R. B.. O jeca e a cozinheira: raça e racismo em Monteiro Lobato. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba/PR, n.8, p. 99-112, 1997.

MORAES, P. R. B.. Preconceito, invisibilidade e violência racial em Curitiba. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba/PR, n.13, p. 1-24, 1999.

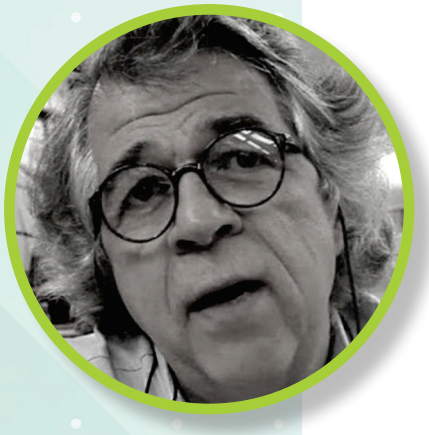
MORAES, P. R. B.. *Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários*. 1a.. ed. São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCrim, 2005.

MORAES, P. R. B.; SALLAS, A. L. F.; BEGA, M. T. S.; VILLA, R. A. D. *Os jovens de Curitiba:* esperanças e desencantos (juventude, violência e cidadania). Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2008.

SOUZA, A. T.; ROSA, P. O.; MORAES, P. R. B. Emprendedorismo de si e emprendedorismo moral na magistratura: as representações dos juízes de direito de Ponta Grossa sobre os "usuários de drogas". In: Pablo Ornela Rosa; Humberto Ribeiro Jr.; Luciana Souza Borges. (Org.). *Perspectivas em Segurança Pública.* 1ed.Florianópolis: Insular, 2016, v. 1, p. 105-132.

BORDIN, M.; MORAES, P. R. B. De. A ideia de Nação e a Hipermilitarização: aspectos sociológicos e políticos. *Revista NEP – Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR*,. v. 3, n. 3, p. 284–294, 2017.

SOUZA, A. T.; Camargo, G. M.; MORAES, P. R. B. Por uma sociologia das drogas. In: ROSA, Pablo Ornelas; BODÊ DE MORAES, Pedro; SOUZA, Aknaton Toczek; MORAES, Maristela. (Org.). *Drogas e Sistema de Justiça Criminal.* 1ed.Vitória: Editora Milfontes, 2020.



RICARDO ANTUNES

Por **Simone Wolff** (UEL)

Ricardo Luiz Coltro Antunes, nascido em São Paulo (1953), é professor titular de Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP) desde 1986. Graduou-se em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas/SP (1975), onde lecionou de 1977 a 1981. É mestre em Ciência Política pela UNICAMP (1980) e doutor em Sociologia pela USP (1986). Foi professor visitante na Universidade de Sussex (Inglaterra), na Universidade Ca'Foscari (Veneza/Itália) e na Universidade de Coimbra (Portugal). Como reconhecimento de sua atuação no campo da Sociologia do Trabalho no Brasil e América Latina, foi contemplado com a Cátedra Florestan Fernandes do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) e com a Comenda do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Sua tese "As formas de greve: o confronto operário no ABC paulista – 1978/80", deu origem ao livro "A rebeldia do trabalho" (Editora da Unicamp, 1992), que logo se tornou referência para os estudos sobre sindicalismo no país. Em continuidade com o tema da sua dissertação de mestrado, que versou sobre a consciência de classe do operariado brasileiro, Antunes analisa esta

VOLTA AO SUMÁRIO

questão tomando como objeto as greves operárias que eclodiram no setor industrial paulista no final dos anos 1970. A partir de uma concepção ampla das relações entre classes sociais e Estado, o livro aborda os determinantes históricos que levaram o movimento operário da época a se distanciar de um sindicalismo de classe, seu projeto inicial, em favor de um sindicalismo de negociação.

Na contramão das leituras que viam na criação da primeira central única de trabalhadores do país, a CUT, o coroamento de um novo sindicalismo de ethos socialista, Antunes demonstrou que, diante do contexto da ditadura, prevaleceu um sindicalismo pragmático, voltado para a garantia de direitos de cidadania em detrimento da luta de classes. Como resultado, o velho sindicalismo herdado do getulismo, baseado na dependência do Estado e na colaboração entre capital e trabalho, foi remodelado para se adequar à abertura democrática que se avizinhava.

Em seus últimos balanços sobre o tema, Antunes aponta que este novo sindicalismo se transfigurou em um sindicalismo negocial de estado, visto que continua atrelado ao Estado, ao mesmo tempo em que é fortemente influenciado pela agenda neoliberal, que busca eliminar a intervenção estatal das negociações trabalhistas.

Em 1994, obteve o título de professor Livre-Docente em Sociologia do Trabalho na UNICAMP com a tese "Adeus ao trabalho? Ensaio Sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho"; publicada em livro sob o mesmo título pela primeira vez em 1995 (Ed. Cortez), encontra-se na sua 16ª edição. Esta obra se tornou um clássico da Sociologia do Trabalho contemporânea, tendo sido publicada na Argentina, Colômbia, México, Espanha, Itália e, mais recentemente, no Reino Unido (Ed. Brill, 2022).

Em 1999, outro clássico vem a público, "Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho" (Ed. Boitempo). Fruto de seu período de pesquisa na Universidade de Sussex, que resultou na tese pela qual obteve o título de Professor Titular da UNICAMP (2000), este livro teve igual repercussão internacional, sendo publicado nos Estados Unidos, Holanda, Itália, Portugal, Reino Unido, Argentina, Venezuela e Colômbia.

Dentre suas obras mais recentes, destacam-se "Infoproletários" (2009), "O continente do labor" (2012) e "O privilégio da servidão" (2018), além da organização das coletâneas "Ri-

queza e Miséria do Trabalho no Brasil", volumes I (2006), II (2013), III (2014) e IV (2019), e "Uberização, trabalho digital e indústria 4.0" (2020); todas publicadas pela editora Boitempo onde ele coordena a Coleção Mundo do Trabalho.

Estes trabalhos, assim como o restante de sua vasta bibliografia, refletem os mais de 40 anos de dedicação a pesquisas sobre o mundo do trabalho, que vêm influenciando tanto a Sociologia quanto as diversas áreas em que esta temática tem relevância, tais como Serviço Social, Ciência Política, História, Geografia, Direito, Administração, Economia, Psicologia, Saúde Coletiva, Medicina do Trabalho. Sua transversalidade entre diferentes campos do conhecimento permitiu construir pontes preciosas para pensar o trabalho em suas várias perspectivas, abrindo diálogos fecundos para a compreensão de um objeto cada vez mais heterogêneo, multifacetado e em constante mutação.

As questões e debates sobre as metamorfoses no mundo do trabalho que Ricardo Antunes trouxe em "Adeus ao trabalho?", em um contexto neoliberal ainda incipiente, edificaram um programa teórico original de grande envergadura, inaugurando as principais pautas que viriam a ser desenvolvidas nas próximas décadas acerca desta temática no Brasil. Este programa rompeu com o adeus ao trabalho postulado pelo paradigma da Sociedade Pós-Industrial, então hegemônico não só nos estudos do trabalho, mas nas principais teorias sociais que emergiram do pós-Maio de 1968, situando-o como um grande expoente da Sociologia brasileira.

O seu debate com Habermas à luz da ontologia de Lukács, estruturou uma crítica consistente às teses do pós-industrialismo, aprimorada em "Os sentidos do trabalho", revelando o seu viés eurocêntrico e trazendo aportes teóricos inovadores, que revigoraram o método de Marx para reafirmar o trabalho como essência fundante do ser social. E, enquanto tal, como categoria-chave da Sociologia. Ao invés do fim da centralidade do trabalho, havia fetiche, alienação e ideologia; conceitos fundamentais para entender as mediações que levavam ao estranhamento do trabalho, a ponto de se negá-lo na teoria. Ao invés de sociedade pós-industrial, da informação, de serviços, desvelava-se um capitalismo que faz avançar a lógica da industrialização para a esfera da circulação e das finanças, trazendo novas modalidades de exploração do trabalho que ampliam, quantitativa e qualitativamente, a concepção de classe trabalhadora.

O vanguardismo desta agenda absorveu demandas reprimidas de pesquisas críticas ao paradigma dominante, assim como carentes de um aparato teórico que pudesse perfilar estas transformações à nova fase de acumulação capitalista, assinalada pelo neoliberalismo. Através de Ricardo Antunes, conceitos como novo sindicalismo, reestruturação produtiva, acumulação flexível, toyotismo, trabalho digital, flexibilização e precarização do trabalho se consolidaram no léxico sociológico brasileiro, renovando a Sociologia do Trabalho do país e contribuindo significativamente para a sua projeção internacional.

Em especial, trouxe para o debate tópicos até então em segundo plano à perspectiva de classes, tal como a sua articulação com as questões de gênero, raça e identidades, atestando a fecundidade do marxismo para responder aos novos desafios teóricos e práticos colocados à classe trabalhadora.

As inovações teórico-metodológicas abertas por Ricardo Antunes consubstanciam-se hoje como uma tradição de pesquisa consolidada dentro do estado da arte da Sociologia do Trabalho no Brasil. Uma tradição que permanece sintonizada com as atuais transformações no mundo do trabalho, e que vem frutificando-se em novos e candentes problemas e objetos de pesquisa, tais como empreendedorismo, uberização do trabalho, trabalho de plataformas, indústria 4.0, proletariado de serviços.

Sociólogo público e sempre atuante junto a partidos políticos, movimentos sociais e sindicais, suas contribuições igualmente subsidiam suas disputas em torno da manutenção de direitos humanos e trabalhistas, bem como a sua extensão para as novas formas de trabalho decorrentes dos avanços da indústria 4.0 e do aprofundamento do projeto neoliberal no país. O seu legado ecoa, assim, não só nas várias gerações de pesquisadores e pesquisadoras que ele tem formado no decurso das últimas décadas, mas nas diversas práxis que contraditam os discursos que naturalizam a precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

ANTUNES, R. *O privilégio da servidão:* o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho, Edição comemorativa 20 anos. 16. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho:* ensaio sobre afirmação e a negação do trabalho. Edição revista e ampliada. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

ANTUNES, R. *O Continente do Labor.* São Paulo: Boitempo, 2012.

ANTUNES, R. *Infoproletários:* degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, R. *O Caracol e a sua concha.* São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, R. *Desertificação Neoliberal no Brasil.* Campinas: Autores Associados, 2005.

ANTUNES, R. *O Que é Sindicalismo*. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

ANTUNES, R. *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos*. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, R. *O Novo Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Pontes, 1995.

ANTUNES, R. *A Rebeldia do Trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

ANTUNES, R.; SILVA, J. B. D. Para onde foram os sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. *Caderno CRH*, Salvador, v. 28, n. 75, p. 511-528, Set./Dez. 2015. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/20066.

SOBRE O AUTOR

NOGUEIRA, C. M.; SILVA, M. L. D. O e. Adeus ao Trabalho? Vinte anos depois.... Entrevista com Ricardo Antunes. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 124, p. 773-799, out./dez. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/RZSyCv5F8dfQZrydPkDJc4w/?format=pdf&lang=pt.

SOLDERA, L. M. Entrevista com Professor Dr. Ricardo Antunes (UNICAMP – Campinas-SP). Entrevista concedida ao Laboratório Interinstitucional de Subjetividade e Trabalho – LIST, acerca do tema Trabalho, Política e Ação. *Psicologia em Estudo* [online], Maringá, v. 25, e48193, p. 1-8, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.4025/psicolestud.v25i0.48193.

RUTHY NADIA LANIADO

Por **Patricia Lessa Santos Costa** (UNEB)

Ruthy Nadia Laniado tem uma trajetória pessoal que integra experiências de vida no Brasil e no exterior. Costuma referir-se à sua geração como a geração de 1968, ousada e contestadora, que contribuiu para tantas mudanças e influências nas sociedades ocidentais. Inclina-se, desde jovem, para uma vivência e atuação intelectual e acadêmica, tornando-se uma profissional com contribuições importantes para a Sociologia no Brasil. Como gosta de enfatizar, ela é o produto de uma boa educação pública, de qualidade, enquanto elemento fundamental para a formação dos sujeitos e da sociedade. Seus escritos estão alicerçados na perspectiva da crítica sociológica e têm influência de diversos autores nacionais e estrangeiros, por ela mencionados e discutidos nas suas obras principais, assim como nos diversos trabalhos discentes produzidos sob sua orientação.

Um marco inicial desta socióloga foi a sólida formação de base adquirida no Curso Clássico, entre os anos de 1965 e 1967, no Colégio de Aplicação da Universidade de São Paulo, com estímulo ao conhecimento engajado, ancorado na vida política e cultural, com crítica

VOLTA AO SUMÁRIO

social. Em um período duro do regime militar, a partir do golpe de 1964, ela orienta seus interesses para discutir justiça, poder, classe social e democracia, entendendo que o conhecimento se move a partir da curiosidade intelectual acerca das dinâmicas sociais e dos diversos discursos de uma época.

Em 1968, com dezenove anos de idade, ingressa no curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para aprofundar estudos sobre o pensamento crítico e a organização do poder na sociedade e na democracia. Na graduação conheceu e foi influenciada por excelentes professores, como Marialice Foracchi, Gabriel Cohn, Luis Perreira, Ruy Coelho, Maria do Carmo Campelo e Souza, Ruth Cardoso, Douglas Monteiro, Eunice Durham, Lucio Kowarick, Marilena Chauí, Francisco Weffort, Oliveiros S. Ferreira, dentre outros, que contribuiram imensamente para a consolidação das Ciências Sociais no Brasil.

Em 1975 ingressa no Mestrado de Ciência Política, na área de concentração em Estudos Latinoamericanos, da Universidade de Essex, Inglaterra. A dissertação defendida em 1977 é intitulada "An analysis of the Brazilian state after 1964", orientada por Ernesto Laclau. Tem o aporte teórico em autores como Louis Althusser, Nicos Poulantzas e Antonio Gramsci para analisar o autoritarismo e o estreitamento do campo democrático no Brasil. De 1977 a 1978 realiza um programa de residência doutoral em Essex, perseguindo os estudos teóricos iniciados naquele departamento. Uma continuidade que representa conquistas realizadas por um espírito inquieto e uma mente brilhante, que ela atribui à formação obtida em boas instituições públicas brasileiras de ensino, um reconhecimento à importância destas e dos grandes mestres que teve.

Em 1980 ingressa como docente na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia, da Universidade Federal da Bahia. Na sequência, entre 1983 e 1985, prossegue os estudos de doutorado, integrando a experiência de docência na UFBA com o doutoramento em Essex. Pôde aprofundar temas relacionados ao poder, Estado e dominação, focando no processo de decisão sobre políticas econômicas no estado da Bahia antes e depois do golpe de 1964, tendo como pano de fundo o autoritarismo e o controle juridico institucional do país sob o regime militar. A tese de doutorado é intitulada "The formation of the Bra-

zilian authoritarian state in relation to local society: the case of Bahia (1960- 74)", orientada por Bob Jessop, e segue a mesma orientação teórica e intelectual dos estudos em Essex. Esse período completa um ciclo de interesse mais focado em estudos sobre Estado, poder e dominação. Foi bolsista da CAPES ao longo da pós-graduação.

Suas atividades apontam também para o compromisso com a instituição universitária. Contribui na gestão universitária como chefe do Departamento de Sociologia em 1996. Atua em colegiados e cursos de graduação e pós-graduação e comissões de diversos tipos, participa de inúmeras bancas na UFBA e de outras instituições, juntamente com o ensino e a orientação discente na graduação e pós-graduação. No Departamento de Sociologia da UFBA, onde permanece por trinta e oito anos, ministra disciplinas obrigatórias centrais para o currículo do bacharelado em Ciências Sociais, como Introdução à Sociologia; Sociologia I (a formação da Sociologia como ciência, Durkheim e Weber); Sociologia IV (marxismo contemporâneo); Formação da sociedade brasileira, assim como diversas disciplinas optativas vinculadas às atividades de pesquisa e orientação, em termos temáticos e de metodologia da pesquisa. Ingressa como professora permanente do atual Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais em 1987. É também professora permanente do Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA), da mesma universidade. Orientação e ensino contínuo na pós-graduação consolidam seu vínculo acadêmico nos diversos níveis. Como pesquisadora e orientadora, junto a estes dois programas, é bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq por mais de vinte anos, Pq2, subsidiando as pesquisas, o ensino e orientações sobre Estado, democracia, instituições, cultura politica, ação coletiva e relações internacionais.

Com o término do doutorado em 1985, e bastante influenciada pela conjuntura política do Brasil que enfrentava lutas pelo fim do regime militar e por redemocratização, volta-se para o estudo da ação coletiva e dos movimentos sociais no país. Em fins dos anos oitenta coordena, em cooperação com o CRH – Centro de Recursos Humanos da UFBA, o projeto financiado pela FINEP "Estado e movimentos sociais na Bahia: 1976-1986", observando a dinâmica de ação das associações de bairro e das comunidades populares e suas relações com o Estado, projeto que integra professores e mestrandos.

A mobilização da sociedade civil foi também a área de estudo do primeiro pós-doutorado, com o projeto intitulado "Crise e ação coletiva no contexto democrático", realizado no Latin American Center, da Universidade de Cambridge, St. Edmund's College, Reino Unido, entre 1993 e 1994, com apoio da CAPES. Desta experiência surge a oportunidade de publicar o primeiro artigo no exterior, intitulado "Les normes sociales dans l'imaginaire collectif", de 1995. O texto versa sobre a ação coletiva e suas relações com a democracia no que tange ao modo como atores sociais conseguem produzir reivindicações para a reprodução do bem viver.

Nos anos noventa ela amplia sua cooperação docente ao integrar o Núcleo de Estudos sobre Poder Local (NPGA) da Faculdade de Administração da UFBA. Pesquisa com sua equipe o tema "Cultura e desempenho na sociedade civil, entre 1997 e 2003, com apoio do CNPq. Inova

ao desenvolver estudos sobre cultura e mentalidade empresarial em um contexto de globalização e mudanças na economia e na política brasileira. Uma parceria que permite desenvolver três projetos com pesquisa, orientações e publicações na área. O foco é a ação social econômica dos agentes para além da produção econômica e acumulação, isto é, uma ação também voltada para o desenvolvimento da sociedade. Os resultados das pesquisas rendem publicações em capítulos de livros e artigos em periódicos, assim como trabalhos discentes de graduação e pós-graduação. Como desdobramento dessa linha de estudos, em 2004, foi contemplada por Edital Universal do CNPQ para financiamento do projeto "Capital social, solidariedade e justiça: a percepção dos atores em organizações públicas", sob sua coordenação.

Nos primeiros anos de dois mil, a professora pesquisadora volta seus interesses para as rápidas transformações políticas e econômicas no cenário internacional. Aguça o seu olhar para o entendimento dos processos contemporâneos da globalização que fragilizam fronteiras geográficas, políticas e teóricas no campo das relações internacionais. Mantém o foco na ação coletiva, justiça, democracia, direitos humanos e regionalismo. A partir de 2006, movida por estes novos interesses, integra o grupo de pesquisa Laboratório de Análise Política e Mundial – LABMUNDO, da Faculdade de Administração da UFBA, NPGA. Essa parceria permite realizar orientações, projetos internacionais e publicações no campo da Sociologia Política e Sociologia das Relações Internacionais. São estudos que permitem um diálogo ampliado, intercalando temas e métodos, permitindo justaposições teóricas e analíticas e um aprofundamento do pensamento crítico nas teorias sociais contemporâneas ao acompanhar as mudanças do sujeito social e da ação social, individual e coletiva. Isto é, permitem compreender melhor como a ação social e a política podem transcender fronteiras, tornando tenue a linha que secciona o local e o regional do internacional. Nesta área ministra as disciplinas Tópicos Especiais sobre Globalização e Organizações Internacionais, Contestação Política e Globalização na Ordem Social Contemporânea, Tópicos Especiais sobre Globalização e Política Internacional, dentre outras.

Entre 2009 e 2010, a professora pesquisdora realiza o segundo estágio pós-doutoral, fruto de uma cooperação acadêmica entre a UFBA e o Institut d'Études Politiques (Sciences-Po) de Paris, apoiado por convênio CAPES-COFECUB. Seu projeto tem como tema "O campo da justiça social global, o desenvolvimento dos direitos humanos e a questão democrática em contextos distintos: os atores da ação política no Brasil e na França, Comunidade Europeia". Com refinada análise aborda como atores, organizações e redes estão cada vez mais engajados em mobilizações nacionais e transnacionais em torno de soluções democráticas e de cidadania ampliada no campo da justiça, com dimensão local, nacional e global. Várias publicações são fruto desses estudos e da parceria com o LABMUNDO, assim como a produção de trabalhos discentes de graduação e pós-graduação, contribuindo para a consolidação da área de Relações Internacionais na UFBA.

Em sua carreira, seus trabalhos revelam seu interesse e atuação nos estudos sobre Estado, instituições, democracia, justiça, cultura política, ação coletiva e relações internacionais.

Ruthy Nadia Laniado influenciou várias gerações de jovens sociólogos e cientistas políticos na Universidade Federal da Bahia e conta com o reconhecimento desses sobre a importância que teve com a boa qualidade do seu trabalho acadêmico e, também, por parte dos seus colegas de profissão. Inúmeros de seus orientandos, antes aprendizes, seguiram a carreira acadêmica e obtiveram inserção profissional em institutos de pesquisa e universidades, certamente influenciados por um trabalho contínuo de valorização do estudo, do conhecimento e da ciência como destacados pela professora.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

LANIADO, R.N. *Les normes sociales dans l'imaginaire collectif*. Cahiers de l'imaginaire". Paris. Ed. L'Hartmattan, v. 11, 1995.

LANIADO, R.N. Troca e reciprocidade no campo da cultura política. In: *Sociedade e Estado*. Dádivas e solidariedades urbanas. Vol XVI, No. 12, jan-dez 2001.

MILANI, C. R. S.; Laniado, R.N. – Transnational social movements and the globalization agenda: a methodological approach based on the analysis of the World Social Forum". *Brazilian Political Science Review*, Vol.1, No 2. 2007.

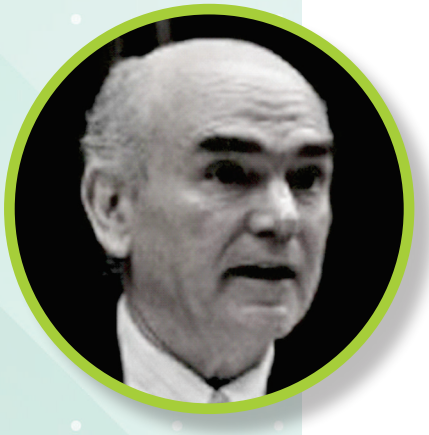
LANIADO, R. N. – As fronteiras da política democrática: a justiça social e as diferentes escalas da ação coletiva participativa. Martins, P.H.; Mattos, A.; Fontes, B. (Orgs.). *Limites da democracia*. Recife: Editora da UFPE, 2008.

IVO, A. B. Leal; LANIADO, R. N. – The Brazilian approach to the crisis: growth recovery, basic social income and wide social pact. Ulrike Schuerken (Org.). *Socio-Economic outcomes of the global financial crisis*. Nova York/ Londres: Ed. Routledge, 2012.

LANIADO, R. N. – Justiça social. A. Ivo (Org.): *Dicionário temático desenvolvimento e questão social*. 81 problemáticas contemporâneas. São Paulo: Annablume, 2013.

LANIADO, R. N. – Poder e estratégias econômicas na formação do Estado autoritário no Brasil. In: Organizadores: C.A. Gallo; S. Rubert. *Entre a memória e o esquecimento*. Porto Alegre, Ed. Deriva, 2014.

LANIADO, R. N. – Territórios, fronteiras nacionais e cidades cosmopolitas na globalização. In: Organizadoras: D. Vitale; E. S. Kraychete: *O Brasil e a cooperação Sul-Sul*. Salvador, Ed. UFBA, 2016.



SADI DAL ROSSO

Por **Ricardo Festi** (UnB)

Sadi Dal Rosso (Jaguari, RS, 1946) graduou-se em ciências sociais na Unisinos (1972) e realizou o mestrado e doutorado em sociologia na University of Texas System (1974-1978), com bolsa da Fundação Ford. Ingressou na Universidade de Brasília (UnB) em 1978 como professor do Departamento de Sociologia. Ao longo de mais de quatro décadas atuando na universidade, exerceu diversos cargos e funções de direção e foi um dos responsáveis pela criação do doutorado em sociologia em 1984.

Um dos maiores estudiosos sobre o mundo do trabalho no Brasil, o principal objeto que permeou as suas reflexões, pesquisas e publicações foi o tempo de trabalho. Questão estruturante da sociedade contemporânea, a abordagem realizada por Dal Rosso busca analisar as múltiplas perspectivas da concretude do tempo no âmbito do trabalho e do não trabalho. Dessa forma, pode constatar um dos principais fenômenos ocorridos nas últimas décadas, isto é, o avanço da valorização do capital para esferas típicas do não trabalho.

Três obras do autor se destacam em sua longa carreira: A jornada de trabalho na sociedade: o castigo de Prometeu (1996), Mais trabalho!: a intensificação do

VOLTA AO SUMÁRIO

labor na sociedade contemporânea (2008), Ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor (2017).

Em A jornada de trabalho na sociedade, Dal Rosso captou e analisou a tendência mundial de aumento da jornada de trabalho, um movimento que era visto pelas teorias formuladas na Europa e nos EUA como tipicamente dos países periféricos. Na contramão dessas teses, o autor não apenas apontou que o tempo de trabalho aumentaria em extensão e intensidade em todos os lugares, como demonstrou as limitações e as implicações teóricas das teorias do Norte Global. "Esta forma de conceber o problema é reducionista e induz a subestimar a complexidade da evolução da jornada. Sobre o ponto de vista epistemológico produz um corte na realidade social, que tanto dissimula como nega para o observador desatento" (1996, p. 424).

Dez anos depois, em Mais trabalho! (2008), Dal Rosso aprofunda a análise sobre a erosão do emprego na sociedade capitalista neoliberal, caracterizado pelo desaparecimento das relações estáveis de assalariamento e sua substituição por diferentes modalidades de contratos precários. Este processo produziu não apenas uma transformação das formas jurídicas como, sobretudo, do sentido do próprio trabalho e daqueles que o realizam. Assim, essas mudanças foram "um meio pelo qual o trabalho passaria a ganhar em intensidade, a exigir maior empenho, a consumir mais energias pessoais, físicas, emocionais e cognitivas" (2008, p. 14).

Por fim, em Ardil da flexibilidade (2017), o autor retorna ao tema da jornada de trabalho desde a ótica da flexibilização. Aqui, ele avança em sua contribuição à teoria do valor (conceito chave em sua obra), buscando atualizá-la a partir dos novos fenômenos concretos do mundo do trabalho. Como apontou, "as horas laborais constituem a essência do valor" (2017, p. 9) e o que se tem aprofundado e acelerado no capitalismo neoliberal é justamente a incorporação do tempo de não trabalho à produção do valor.

Dal Rosso também coordenou estudos e publicações sobre o movimento sindical. Além disso, ele próprio foi uma figura importante neste meio, com forte participação no movimento de docentes universitários nos anos 1980 e 1990. Atuou, ao longo desse período, nas lutas que impulsionaram a redemocratização do país, na Assembleia Constituinte em defesa do

interesse da educação pública e, posteriormente, na resistência às políticas neoliberais que buscaram alterar o padrão de acumulação do capitalismo brasileiro.

Após ser presidente da Andes – Sindicato Nacional entre 1988 e 1990, quando dirigiu uma greve nacional por melhores salários e condições de trabalho, Dal Rosso foi fundador e editor da revista Universidade e Sociedade. No editorial de seu primeiro número, em fevereiro de 1991, escreveu: "hoje a conjuntura coloca, como parte da estratégia neoliberal de superação da crise do Estado, a privatização do público ou sua refuncionalização frente ao processo de reprodução capitalista. Por isso, deveremos sofrer o ataque mais cerrado já desferido à universidade pública e gratuita de que temos notícia em toda a história do movimento" (Editorial, Universidade e Sociedade, ano I, no. 1, fev. 1991).

Assim, tanto a sua obra teórica quanto a sua militância político-sindical encontra-se no campo da crítica ao trabalho no capitalismo. Por este e outros motivos, a sociologia de Sadi Dal Rosso tem como horizonte a perspectiva da emancipação humana.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

DAL ROSSO. S.. *A jornada de trabalho na sociedade:* o castigo de Prometeu. São Paulo: LTr, 1996.

DAL ROSSO, S.. *Mais trabalho !:* a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DAL ROSSO, S.. *O ardil da flexibilidade:* os trabalhadores e a teoria do valor. São Paulo: Boitempo, 2017.

SÉRGIO FRANÇA ADORNO DE ABREU

Por **Vitor Blotta** (ECA-USP e NEV-USP)

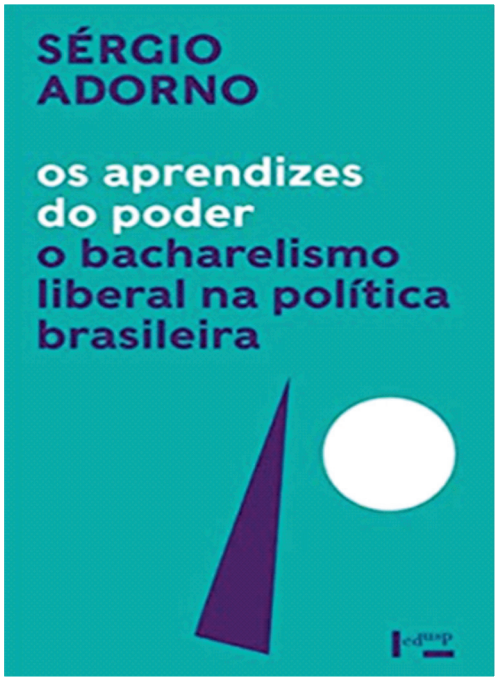
Sérgio Adorno é o segundo de seis filhos de mãe descendente de italianos de classe média, e de pai de família de trabalhadores agrícolas que migrou do interior para a capital. Nascido na cidade de São Paulo em 18 de abril de 1952, com família interessada em leitura e que frequentava cinemas e teatros na cidade, Sérgio cresceu em um ambiente favorável para os estudos. Cursou o primário numa escola privada, os primeiros anos do ensino médio no Ginásio Estadual de Santana, bairro onde morou na infância, e finalizou o "curso clássico" no Colégio Estadual Dr. Octávio Mendes, também em Santana.

Seu interesse pelas Humanidades veio do curso clássico, onde já tivera contato com autores como Celso Furtado, Caio Prado e Hobsbawm, e excelentes cursos de História e Literatura. Apesar da inclinação da família para que cursasse Direito, e mesmo dele por causa dos trabalhos do pai e da avó como cartorários, resolveu que faria Ciências Sociais.

Em 1971 iniciou sua graduação na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, inicial-

VOLTA AO SUMÁRIO

mente no período vespertino e em seguida no noturno, pois passou em concurso para trabalhar como fiscal de tributos (ISS) no Departamento de Rendas Mobiliárias da Prefeitura. Lecionou também por um semestre em curso preparatório para o vestibular, mas sua renda principal, inteiramente voltada para o apoio de sua família, advinha do trabalho na Prefeitura.



Os anos em que cursou Ciências Sociais foram de grande efervescência política, mas também de auge da repressão de Estado, com as consequências do AI-5. Reverberavam no Brasil importantes movimentos como maio de 68 em Paris e a primavera de Praga, enquanto que em São Paulo, a batalha da Rua Maria Antônia. Junto aos colegas vivia em constante insegurança por medo de agentes infiltrados, mas não deixou de ir a passeatas e a participar das grandes conferências e debates sobre questões de política econômica e do autoritarismo vigente na ditadura civil-militar, com nomes como Octavio Ianni, Francisco Weffort, Paul Singer e Leôncio Martins Rodrigues. Não participou, contudo, do movimento estudantil e nem de partidos políticos, talvez pelo conservadorismo de casa, e porque tinha que trabalhar, como confessou em entrevista de 2012 ao CPDoc da FGV

Seu interesse por pesquisa começou durante a graduação, quando realizou estudo na disciplina Trabalho e Marginalidade de Lucio Kowarick sobre condições de egressos do sistema penitenciário. Formou no período um grupo regular de leituras de autores como Goffman, Foucault, Arendt, o que lhe rendeu maior base intelectual. Chegou a fazer um ano de licenciatura, mas assim que se formou foi convidado para trabalhar no então Instituto de Medicina Social e de Criminologia do Estado de São Paulo, o IMESC, onde organizou um programa de investigações junto a colegas de diferentes áreas. Essa experiência lhe deu repertório para em seguida entrar na pós-graduação para fazer Doutorado direto sob supervisão do Professor Gabriel Cohn.

Sua tese de doutorado, defendida em 1984 e lançada em 1988 pela Editora Paz e Terra como Os Aprendizes do Poder: o Bacharelismo Liberal na Política Brasileira (com segunda edição publicada pela Edusp em 2019), é hoje considerada um clássico da sociologia política brasileira. A inspiração de Adorno para o estudo da formação dos intelectuais brasileiros no séc.

XIX a partir das relações entre bacharelismo, liberalismo e patrimonialismo, derivou tanto da admiração quase litúrgica que sua família tinha em relação ao Direito, quanto de seu desejo de compreender quem era o intelectual brasileiro, como era formada sua cultura, e quais eram suas relações com o poder durante o Império.

Foi a partir dos estudos para Aprendizes do Poder, muito inspirados na tese de Carlos Guilherme Mota Ideia de Revolução no Brasil (1967), na tese de Célia Quirino sobre Tocqueville (1982), além dos debates entre Roberto Schwarz e Maria Sylvia de Carvalho Franco sobre as ideias e seu lugar no Brasil, que Adorno começa a traçar os paradoxos entre liberalismo e democracia, além do conservadorismo constitutivo do liberalismo brasileiro. Essas reflexões lhe dariam as bases para, em 1987, já como docente da FFLCH-USP, fundar junto a Paulo Sérgio Pinheiro o Núcleo de Estudos da Violência da USP, o NEV, iniciando um amplo programa de estudos com diversos pesquisadores sobre a persistência da violência durante o período da redemocratização.

Nas primeiras duas décadas à frente do NEV, Sérgio Adorno se especializou no estudo do sistema de justiça criminal, área que começou a investigar quando atuou no Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) entre 1983 e 1988. Publicou estudos pioneiros na área, como a pesquisa "Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo" (1995, Novos Estudos), e artigos sobre a morosidade e a impunidade da justiça penal (Adorno & Pasinato, 2007). Com um programa amplo de pesquisa que passava pelo monitoramento de violações de direitos humanos, pelas percepções e atitudes sociais sobre violência e o estudo da aplicação das normas do Estado de direito, Adorno transformou o NEV, junto a Paulo Sérgio Pinheiro, a Nancy Cardia e a diversos outros pesquisadores renomados, num dos mais importantes centros de pesquisa social do Brasil e da América Latina, com grande impacto no debate público e acadêmico, e nas políticas públicas de direitos humanos e segurança pública.

Outra temática em que Adorno investiu esforços é a discussão sobre o monopólio legítimo da violência pelo Estado, inicialmente por meio de sua Tese de Livre-Docência intitulada "A gestão urbana do medo e da insegurança (Violência, Crime e Justiça Penal na Sociedade Brasileira Contemporânea)" (1996), com pesquisa de pós-doutorado no Centro de Pesquisas Sociais sobre Direito e as Instituições Penais (CESDIP), na França, e posteriormente com estudos relevantes sobre crime organizado (Adorno e Dias, 2019).

Adorno se tornou ao longo de sua carreira uma referência nacional e internacional na sociologia da violência, da segurança pública e dos direitos humanos, com atuação em diversos órgãos científicos locais, nacionais e internacionais. Foi presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia (1991-1995), Secretário Executivo da ANPOCS (1997-2000), representante de área de Sociologia na CAPES (2004-2010), e membro do Conselho Deliberativo do CNPq, representando a área de Humanidades (2015-2019). Como professor, formou gerações de intelectuais e gestores que atuam em instituições sociais e governamentais ativas no debate público.

Em 2020 se aposentou como professor titular da FFLCH da USP, continuando a atuar no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e em pesquisa como coordenador do projeto CEPID-FAPESP do Núcleo de Estudos da Violência "Construindo a Democracia no Dia-a-Dia". Sua atuação ao longo dos anos como coordenador do NEV, como professor e também como Diretor da FFLCH-USP entre 2012 e 2016, são fontes de inspiração para seus alunos e colegas, pela retidão moral e pelo compromisso com o interesse público e com a diversidade de visões de mundo, na academia e na sociedade.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

ADORNO, S.. *Os aprendizes do poder:* o bacharelismo liberal na política brasileira. 2. ed. são paulo: Edusp, 2019. v. 1. 318p

ADORNO, S. Discriminação Racial e Justiça Criminal em São Paulo. *Novos Estudos Cebrap*. 43. 1995, 45-63.

ADORNO, S. PASINATO, W. A justiça no tempo, o tempo da justiça. *Tempo Social*, 19(2), 131-155, 2007.

ADORNO, S.; DIAS, C. C. N.. Brazil: organized crime, corruption and urban violence. In: Felia Allum; Stan Gilmour. (Org.). *Organized Crime and Politics*. 1ed.Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2019, v. 1, p. 226-241.

ADORNO, S.; Lima, R. S. (Org.). *Violência, Polícia, Justiça e Punição* – Desafios à segurança cidadã. 1. ed. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2019. v. 1. 478p.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

LIMA, R. S. A Influência da Trajetória Intelectual de Sérgio Adorno nos Estudos sobre Violência, Democracia e Segurança Pública no Brasil. *BIB*, São Paulo, nº 73, 1º semestre de 2012, p. 101-117.

SOCIEDADE BRASILEIRA
DE SOCIOLOGIA

TRIBO DA ILHA
EDITORA

ISBN: 978-65-86602-44-9